Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

EXTERMÍNIO DOS EXCLUÍDOS

Neyla Mendes | Emerson Merhy | Paulo Silveira
ORGANIZADORES



editora
rede unida

Neyla Mendes
Emerson Merhy
Paulo Silveira
ORGANIZADORES

Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

EXTERMÍNIO DOS EXCLUÍDOS

1ª Edição
Porto Alegre
2019

editora
redeunida

Copyright © 2019 by Associação Brasileira da Rede UNIDA

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Túlio Batista Franco

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: **Alcindo Antônio Ferla**
Editores Associados: **Ricardo Burg Ceccim**, **Cristian Fabiano Guimarães**, **Márcia Fernanda Mello Mendes**

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Alcindo Antônio Ferla – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Lúcia Abrahão da Silva - Universidade Federal Fluminense, Brasil
Àngel **Martínez-Hernáez –** Universitat Rovira i Virgili, Espanha
Angelo Stefanini – Università di Bologna, Itália
Ardigó Martino – Università di Bologna, Itália
Berta Paz Lorido – Universitat de les Illes Balears, Espanha
Celia Beatriz Iriart – University of New Mexico, Estados Unidos da América
Débora Cristina Bertussi - Universidade São Caetano do Sul, Brasil
Denise Bueno – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Denise Antunes de Azambuja Zocche – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Dora Lúcia Leidens Corrêa de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Emerson Elias Merhy – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Felipe Proenço de Oliveira – Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Francisca Valda Silva de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Izabella Barison Matos – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
Hêider Aurélio Pinto – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil
João Henrique Lara do Amaral – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
José Ivo dos Santos Pedrosa - Universidade Federal do Piauí, Brasil
Júlio César Schweickardt – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil
Laura Camargo Macruz Feuerwerker – Universidade de São Paulo, Brasil
Laura Serrant-Green – University of Wolverhampton, Inglaterra
Leonardo Federico – Universidad Nacional de Lanús, Argentina
Lisiane Böer Possa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Liliana Santos – Universidade Federal da Bahia, Brasil
Luciano Bezerra Gomes – Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Mara Lisiane dos Santos – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Maria Augusta Nicoli – Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale, Itália
Márcia Regina Cardoso Torres – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil
Marco Akerman – Universidade de São Paulo, Brasil
Maria das Graças Alves Pereira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre , Brasil
Maria Luiza Jaeger – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil
Maria Rocineide Ferreira da Silva – Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Osvaldo Peralta Bonetti - Ministério da Saúde, Brasil
Odete Messa Torres – Universidade federal do Pampa, Brasil
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira – Universidade Federal do Pará, Brasil
Renan Albuquerque Rodrigues – Universidade Federal do Amazonas/Parintins, Brasil
Ricardo Burg Ceccim – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ricardo Luiz Narciso Moebus - Escola de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Rodrigo Tobias de Sousa Lima – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil
Rossana Staevie Baduy – Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Simone Edi Chaves – Ideia e Método, Brasil
Sueli Terezinha Goi Barrios – Ministério da Saúde, Brasil
Túlio Batista Franco – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Vanderléia Laodete Pulga – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
Vera Lucia Kodjaoglanian – Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, Brasil
Vera Maria Rocha – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil

Comissão Executiva Editorial

Márcia Regina Cardoso Torres
Gabriel Calazans Baptista
Letícia Stanczyk

Conselho Editorial do livro Extermínio dos Excluídos

Helvo Slomp Junior
Débora Cristina Bertussi
Maria Paula Cerqueira Gomes

Projeto Gráfico | Capa | Diagramação

Lucia Pouchain

Ilustração Capa

Laert

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

E96 Extermínio dos excluídos / Neyla Mendes, Emerson Merhy, Paulo Silveira, organizadores – 1.ed. – Porto Alegre : Rede UNIDA; 2019.
584 p. – (Série Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde)

ISBN (Eletrônico): 978-85-54329-30-3
DOI: 10.18310/9788554329303

1. Atenção Primária à Saúde 2. Políticas Públicas de Saúde. 3. Iniquidade Social. 4. Vulnerabilidade Social. 5. Marginalização Social. 6. Desumanização. I. Mendes, Neyla (org.). II. Série.

NLM: W322

Catalogação elaborada pela Editora Rede UNIDA

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Brasileira Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br

editora
redeunida

Sumário

Apresentação **11**

PARTE 1 | Uma visão amplificada

A vida na "Sociedade do Espetáculo" **15**
Neyla Mendes, Emerson Merhy, Paulo Silveira

Biopolítica e necropolítica: constitutivos ou excludentes? **25**
Ariadna Estévez

Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos? **51**
Ariadna Estévez

Tráfico de pessoas na Amazônia Paraense: biopolítica na atualidade **77**
Carlos Bordalo, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira, Flávia Cristina Silveira Lemos, Eric Campos Alvarenga

Mulheres em situação de rua e tecnologias de governo **89**
Caroline Silveira Sarmento

Judicialização da vida na contemporaneidade: terceirizando conflitos e ampliando o poder punitivo **103**
Cassia Maria Rosato, Pedro de Oliveira Filho

Experiência do Rio de Janeiro e Nova Iorque com o trabalho com pessoas em situação de rua ... **121**
Danielle Vallim

Reinventar as masculinidades **145**
Olivia Gazalé

Reinventer les masculinites **153**
Olivia Gazalé

A "guerra às drogas" terá fim? Por que? **161**
Paulo Silveira, Bruce K Alexander

The "drug war" will end? Because? **187**
Paulo Silveira, Bruce K Alexander

Mulheres, drogas e o rapto de seus filhos **215**
Susan Boyd

Women, drugs, and child apprehension **227**
Susan Boyd

PARTE 2 | O sequestro de descendentes de famílias sem capacidade de reivindicação de seus direitos

Mães órfãs de seus filhos: vozes que gritam por seus direitos **241**
Adriana Fernandes Carajá, Alzira de Oliveira Jorge, Monica Garcia Pontes, Sonia Lansky

Direitos negados a mulheres em situação de vulnerabilidade social **263**
Alzira de Oliveira Jorge, Gláucia de Fátima Batista, Márcia Rocha Parizzi, Mônica Garcia Pontes

O desafio da tutela do direito à maternidade das mulheres em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro **281**
Ana Rosenblatt, Carla Beatriz Nunes Maia, Marcia Mesquita Barros

Aleitamento Materno, Uso de Drogas e Adoção Compulsória **295**
Dan Small, Bruce Alexander

Breastfeeding, Drug Use and Compulsory Adoption **303**
Dan Small, Bruce Alexander

Acolhimento Compulsório? **311**
Eufrásia de Souza Virgens

Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama: Direito à Convivência Familiar nas ruas de São Paulo **341**
Janaína Dantas Germano Gomes, Laura Cavalcanti Salatino, Mariana Nascimento Reyna

O desafio da assistência social para cuidado da mulher gestante ou puérpera em situação de rua com uso de substância psicoativa **361**
Marcella Gavinho D'Icarahy

Mulheres gestantes e usuárias de crack: a produção de uma nova anormalidade no século XXI **389**
Zelia Freire Caldeira

PARTE 3 | Populações Tradicionais

Sequestro Cultural: Rapto de Crianças das Nações Originárias no Canadá **415**
Dan Small

Cultural Kidnapping: State Abduction of Children from First Nations in Canada **441**
Dan Small

Crianças indígenas institucionalizadas no Mato Grosso do Sul: uma visão analítico-comportamental sobre a importância dos operantes verbais..... **469**
Diego Bertier de Almeida

Super-representação dos Kaiowá e Guarani no Sistema Penitenciário: um pedaço da Austrália em Mato Grosso do Sul..... **481**
Marco Antônio Almeida, Karla Mendes

O judiciário como instrumento segregador da criança indígena em situação de acolhimento..... **511**
Nathaly Conceição Munarini Otero

O colonialismo e seus reflexos na exegese legal da proteção integral de crianças indígenas..... **533**
Neyla Ferreira Mendes

A (re)colonização e a justiça (des)protetiva da infância indígena no Brasil- o caso das crianças Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul..... **551**
Priscila De Santana Anzoategui

Comunidade Quilombola e Adoção Compulsória: Caso Gracinha..... **567**
Raquel Mombelli, Maria de Lourdes Mina, Cinthia Creatini da Rocha, Luciana de Freitas Silveira, Gisely Pereira Botega

Observação: As revisões das traduções foram feitas por um dos organizadores, Paulo Silveira, em diálogo com as (os) autoras (autores)

Agradecemos IMENSAMENTE o trabalho daqueles que fizeram as traduções voluntariamente. Sem eles esse livro não teria sido possível.

"Aprendi que só temos o direito de olhar uma pessoa de cima para baixo para ajudar a levantar-se."

Gabriel Garcia Marquez

Apresentação

Já não basta *excluir* é preciso *exterminar*.

Esse livro, reúne artigos de pesquisadores e de viventes de diferentes origens, sobre crimes facilitados e/ou praticados por políticas públicas ou por agentes de Estados em nome do bem comum e que afetam o cotidiano de cada um de nós.

Esses crimes bábaros, violentos, vão desde o rapto de descendentes de famílias sem capacidade de reivindicação de seus direitos até a "guerra às drogas".

Somente para se ter uma ideia da gravidade do tema tratado no livro, de acordo com a ONU, hoje, em julho de 2019, o tráfico humano já é o terceiro crime mais rentável.

1º Narcotráfico: US$ 320 bilhões
2º Falsificação: US$ 250 bilhões
3º Tráfico humano: US$ 31,6 bilhões
4º Tráfico ilegal de petróleo: US$ 10,8 bilhões
5º Tráfico de vida selvagem: US$ 10 bilhões

O que essas práticas criminosas têm em comum é o fato de terem como alvo preferencial integrantes de populações que vivem à margem dos regimes majoritários e que tentam se impor hegemonicamente. A existência dessas populações contesta diretamente a hegemonia desses regimes autoritários (por isso mesmo frágeis) tendo consequentemente como única possibilidade de defesa... a violência para calar os que a contestam.

Não é fácil, não é simples tomar conhecimento de tais fatos, mas é fundamental, até mesmo para que possamos optar se vamos ser dominados por um regime que tem por ideologia a necropolítica [1] ou por uma política que nos aproxime cada vez mais de um verdadeiro estado social dedicado ao bem comum.

1 Mbembe, Achille; NECROPOLÍTICA; ed N1 edições: 2019

PARTE 1



Uma visão amplificada



A vida na "Sociedade do Espetáculo"

Autores

Neyla Mendes
Defensora Pública no Estado do Mato Grosso do Sul.
E-mail: neylaf@defensoria.ms.def.br

Emerson Merhy
Prof. Titular Saúde Coletiva UFRJ-Macaé, Prof. Associado, livre-docente, aposentado da UNICAMP. Coordenador do grupo de pesquisa: micropolítica do trabalho e o cuidado em saúde, na Pós Graduação em Clínica Médica, da UFRJ.
E-mail: emerhy@gmail.com

Paulo Silveira
Membro do movimento "respeito é BOM e eu gosto!", organizador dos livros "Exercício da Paternidade" e "Criminalização ou Acolhimento".
E-mail: psilveira@rebomeg.com.br

Resumo

Essa apresentação tem por intenção traçar um panorama dos temas tratados isoladamente nos artigos que compõe esse livro.
Voces perceberão que, intencionalmente, terminamos o artigo com uma citação do pensador camaronês Achille Mbembe, o qual vem trabalhando no conceito da "necropolítica".
Nossa intenção ao fazê-lo é convidar a quem se interessa pelo tema aqui tratado e tem por objetivo se aprofundar na sua motivação universal que conheça as teses desse brilhante pensador.

Palavras-chave

rapto de descendentes de famílias sem capacidade de reivindicação de seus direitos, adoção compulsória, mães órfãs, afastamento compulsório, maternidade, paternidade, gênero, necropolítica

A vida na "Sociedade do Espetáculo"

Emerson Merhy
Neyla Mendes
Paulo Silveira

"De cada um, segundo sua capacidade; a cada um, conforme suas necessidades".
(Fernandes:2019)

Ao escrever o livro "*A Sociedade do Espetáculo*" em 1967, certamente Guy Debord (Debord:1977) jamais deve ter imaginado que ele seria atual em 2019.

Recentemente um comentarista do blog "*O Antagonista*", em sua ânsia de criticar negativamente o regime de governo cubano, afirmou:

"*Em Cuba, só três coisas funcionam: "segurança, educação e saúde*" [2]."

Mas porque tal afirmação pode operar para alguém como algo negativo?

Em uma sociedade onde o espetáculo é mais importante até mesmo que o artista, o supérfluo se torna gênero de primeira necessidade em detrimento do necessário para bilhões de outros indivíduos.

Em Roma Antiga já se dizia que para acalmar o povo nada melhor que "pão e circo". Na fábula de Adão e Eva o castigo de ser expulso do paraíso representava que Adão teria que trabalhar para prover a si e sua família!

Dentro dessa ética, a diferença entre um fora da lei e um herói é imensamente sutil.

> *"Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriadas, especificando algumas ações como "certas" e outras como erradas, "as proibidas".*
>
> *Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo.*
>
> *Essa pessoa é considerada uma fora da lei, uma "outsider".".* (Becker:2008)

2 https://www.youtube.com/watch?v=K4GDSbD-Slo

É importante observar aqui que o fator determinante para designação de um cidadão como herói ou fora da lei são as regras impostas ao coletivo por aqueles que detém o poder, o que é feito de acordo com seus interesses, muitas vezes distintos dos interesses do coletivo. O cidadão não é por si só herói ou fora da lei, mas torna-se aos olhos de quem o vê e o classifica como tal!

> "*Gênio é a marca de um produto que está à venda*" (Reich:1982) e foi comprado, completo eu.

Ao designar como "gênio" aquele que se destaca dos demais em uma sociedade, atendendo aos interesses dela, podemos enquadrá-lo na mesma categoria do "grande irmão" (Orwell:2009), que miticamente seria o que se sacrifica em prol da sociedade, suprindo-a de suas necessidades básicas e liberando seus integrantes para usufruírem da vida, "do paraíso", sem preocupações consigo mesmo e com os outros.

Ao conjugarmos a "Sociedade do Espetáculo" com a do "Grande Irmão" encontraremos um modelo repetidamente adotado.

Acontece que para cada um de nós "usufruir da vida" tem um significado diferente. Para uns, basta o pão para matar a fome e alegrias para viver. Já para outros, "usufruir da vida" significa ter todos os seus desejos atendidos e a garantia que seus futuros desejos, mesmo os ainda desconhecidos, serão atendidos quando e onde ele vier a tê-los.

Sob essa perspectiva, a única forma de garantir que seus futuros desejos venham a ser atendidos é ser o "o grande irmão", o gênio, o deus que todos dele dependem e idolatram. Para que não restem dúvidas e não confundam "genial com genioso" a ideologia [3] que o consagra como tal deve ser hegemônica, incontestável!

A busca da hegemonia por si só não é ruim nem boa, a questão é a forma como essa busca se dá. Para alguns, vale tudo!

Ao longo da história da humanidade são inúmeras as barbáries praticadas em nome do "bem comum", como a implantação do nazismo, por exemplo. Os artifícios empregados pelos nazistas para alcançarem seus objetivos são impensáveis para a grande maioria de nós, onde a criação de dogmas [4] que

3 Entendendo por "ideologia como um conjunto de crenças e valores que se tornam princípios de comportamento social. Sendo um conjunto de crenças, a ideologia deve ser incorporada como concepção de vida pelos indivíduos ou grupos numa sociedade e se constituir como princípio de ação na sociedade ... sem ser mediatizada pela reflexão." (Rodrigues:1989)

4 Entendendo "dogmas" como sendo conceitos, seja de que ordem forem (míticos, "científicos", populares), a partir dos quais se pretenda estabelecer "verdades". (Foulcault:1979)

desqualificassem os argumentos daqueles que deles discordassem e a criação de inimigos aleatoriamente (Klemperer:2009) tiveram lugar de destaque.

> "*Uma mentira repetida mil vezes torna-se uma verdade*" [5]

Essa frase pode ser considerada uma síntese das ideologias predominantes.

Primeiro, porque não existe uma verdade [6], mas muitos regimes de verdades. Assim, ela própria (a frase) já é o melhor exemplo do seu conteúdo!

Se não existe "a" verdade, não existe "a" mentira!

Produzir verdades e, como consequência mentiras, é um pré-requisito para produção do nosso viver, de medicamentos a relações de poder.

> *"Temos que produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para produzir riquezas."* (Foucault:1999).

E o que fazer com os que teimam em denunciar que "o rei está nu" [7]?

O que fazer com tantos e tantos que não só ignoram a *sociedade do espetáculo* / *grande irmão,* como vivem à margem disso tudo demonstrando que é possível "ser e estar" sob uma outra ética, a partir de outros princípios, os "diferentes"? O que fazer com os corpos rebeldes, como por exemplo, dos viventes das ruas?

Quando se trata de indivíduos isoladamente, a sociedade instituiu o encarceramento, enquadrando-os em categorias de comportamentos da ordem de criminosos ou doentios ou pecaminosos ou... (Goffman:2015).

Mas quando não é apenas um indivíduo isolado que resolve desafiar o "sistema", mas sim uma sociedade que mesmo marginalizada teima em demonstrar, através de sua existência, que é possível viver de forma diferente, como índios, quilombolas, ou que esse sistema produz também o que ele próprio considera indesejado, como usuários de drogas compulsivos, miseráveis economicamente, os chamados "doentes mentais" (Foucault:1999),... e se recusam a serem "enquadrados"?

5 Joseph Goebbels, mentor intelectual do nazismo e estrategista de comunicação de Adolf Hitler. (Klemperer:2009)

6 Uma das formas das elites transformarem suas verdades em paradigmas universais é através do controle dos aparelhos ideológicos. São aparelhos ideológicos aqueles que tem como finalidade a formulação e/ou divulgação de ideologias, como por exemplo "a imprensa (rádio, televisão. Jornais, revistas, propaganda, etc), o sistema de partidos, a família, a religião, a escola, o direito, etc." (Gadotti:1982)

7 Fábula de Hans Christian Andersen escrita em 1837

Toda essa "dificuldade" de lidar com a diferença é expressa com a criação dos zoológicos humanos durante a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX em diversos países da Europa [8].

Essa dificuldade de compreensão por todes torna-se o elemento central do processo de desqualificação da cultura dos diferentes. Suas diferenças são transformadas em problemas que logo serão maximizados, tomando ares de perigos reais e emitentes para todos através dos instrumentos que estiverem disponíveis (mídia, ciência, religião, educação escolar, ...).

Tal atitude justificará uma intervenção contundente na organização social dos diferentes, de tal forma que passem a estar de acordo com a cultura da sociedade do espetáculo / do grande irmão.

Uma das estratégias mais usadas é a utilização da mítica criada em torno da figura que as crianças são a prioridade de nossa sociedade (Ariès:1981), como exemplifica a bíblia através de frases emblemáticas que teriam sido ditas por Jesus Cristo, seu principal personagem, como "*Deixai as crianças e não as impeças de virem a mim, pois delas é o reino dos céus*" (Mateus 19,13-15).

E é aqui que surge a face mais perversa do ser humano.

Sob o pretexto de que as comunidades que divergem dos valores da sociedade do espetáculo / grande irmão não são capazes de formar cidadãos capazes de integrá-las, essas crianças são afastadas de suas famílias de origem e, teoricamente, entregue para instituições do Estado ou famílias que "cuidem dessas crianças" de tal forma que no futuro possam se tornar cidadãos produtivos para a nossa sociedade.

Durante o século XX, os Governos do Canadá [9] e dos USA [10] criaram escolas onde as crianças nativas eram internadas para aprenderem a cultura dos colonizadores. Nessas escolas as crianças eram misturadas com outras crianças de diferentes etnias e os irmãos eram intencionalmente separados, provocando uma completa perda da identidade cultural delas, promovendo uma guerra étnica contra outros modos de vida.

Já no Brasil, em Mato Grosso do Sul, na cidade de Dourados, encontraremos uma tribo de nativos sendo exterminada de diversas formas, inclusive com o rapto de seus descendentes pelo poder público, crianças essas que ficam em abrigos governamentais a espera de famílias brancas que as queiram adotar.

8 https://diplomatique.org.br/os-jardins-zoologicos-humanos/
9 http://www.iela.ufsc.br/povos-originarios/noticia/tragedia-indigena-no-canada
10 https://theintercept.com/2018/09/28/criancas-indigenas-desaparecidas-internatos-eua/

'Esquece do seu filho': o Brasil está tirando crianças indígenas de suas mães e colocando-as para adoção

https://theintercept.com/2018/07/28/kaiowaa-maes-filhos/?fbclid=IwAR2FcDiQDWSlwWS24TNj9U2xTJl-C33A7pc0hpC_6SI_wRB6JDatYTaXDeI

Outra situação tão arbitrária, foi em Santa Catarina onde uma juíza decide que por uma mulher ser negra, moradora de um quilombo, não reúne condições de se responsabilizar pela criação de suas 2 filhas e determina que elas sejam entregues para ADOÇÃO. Assim, um dia, durante uma noite, a polícia militar invade sua casa, leva suas 2 filhas ainda dormindo e Gracinha nunca mais as encontra.

O caso Gracinha, racismo institucional!

https://www.facebook.com/watch/?v=1661849163905541

Salta aos olhos que a figura da "mãe" tem aqui um lugar preponderante, com a figura do "pai" sendo muito raramente, eu diria que excepcionalmente, lembrada.

Os motivos são diversos a começar pela ausência do homem por lutar para ocupar o lugar de ser responsável TAMBÉM pelo bem estar das crianças (11), o que não quer dizer que homens não sofram com as mazelas impostas a seus filhos.

'Perder mais um filho é doloroso', diz homem que fugiu de hospital com filho recém-nascido.

https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/06/06/perder-mais-um-filho-e-doloroso-diz-homem-que-fugiu-de-hospital-com-filho-recem-nascido.ghtml

Junte-se a esses fatos o aspecto de que a liderança popular feminina é muito mais contundente que a masculina, tendo em vista que a figura da mulher é agregada a função da maternidade, lugar de acolhimento e verdade (segundo a mítica popular) e que segundo essa mesma mítica "*a mulher que não serve para ser mãe, não serve para mais nada*", pois seria uma desnaturada por não ter o "instinto da maternidade" (Banditer, 1985).

A partir daí o capital aproveita-se de toda essa mítica e concentra a luta motivada por racismo, preconceito, higienização social etc no exercício da maternidade, criando diversos dogmas a esse respeito, que serão utilizados, por exemplo, para justificar o rapto de descendentes de famílias sem capacidade de reivindicação de seus direitos (população em situação de rua, indígenas,

11 Entendemos que o bem estar das crianças deveria ser uma responsabilidade do Estado, com todes lutando pela implantação de políticas públicas com essa finalidade e todes dividindo as responsabilidades cotidianas.

ciganos, mulheres presas, quilombolas, etc) que denunciam também através de sua existência as incoerências desse sistema sócio-político predominante, com participação ativa de membros do poder público.

As justificativas empregadas focam (na sua imensa maioria das vezes) numa suposta ausência de condições da família natural de proporcionar a seus descendentes "*uma vida adequada para desenvolverem-se e tornarem-se cidadãos participativos de nossa sociedade*".

Como esse argumento evidencia o racismo e o preconceito, sentimentos inadmissíveis na cultura judaico cristã, recorre-se a argumentos contra comportamentos específicos, em sua grande maioria ligados a moral, Sem dúvida o mais eficaz ao longo de toda a história da humanidade é referente ao uso de drogas (Carneiro: 2018).

Como para cada época temos uma droga escolhida como a grande inimiga da sociedade dos "homens de bem", a droga escolhida no momento é o crack.

Não interessa se o crack é um subproduto da cocaína, uma droga fartamente consumida pela elite mundial (seja intelectual ou financeira) há décadas, evidenciando que o pânico criado em torno dela é absolutamente falso, mentiroso.

Aqui, a máxima do nazismo (uma mentira repetida mil vezes torna-se uma verdade) é mais verdadeira do que nunca.

São tantas as provas "incontestes" (de cunho científico, religioso, social etc) apresentadas nas grandes mídias e com tanto alarde que o fato de uma mulher consumir crack durante a gravidez tornou-se um dos argumentos mais usados para justificar o rapto dos descendentes de famílias sem capacidade de reivindicação de seus direitos, mesmo que existam provas cabais há décadas sobre a inveracidade desses argumentos, sendo até mesmo utilizado a censura de trabalhos que comprovem o contrário [12].

Bebês do Crack: uma mentira da "Guerra às Drogas"!

https://www.nytimes.com/video/booming/100000002226828/crack-babies-a-tale-from-the-drug-wars.html

De acordo com a ideologia predominante, esses descendentes "*raptados*" (muitas vezes com a participação ativa de representantes do Estado) seriam adotados por famílias que os receberiam com todo amor e carinho, dando-lhes condições de se estruturarem como cidadãos felizes integrados a nossa sociedade do espetáculo / grande irmão.

12 Governo censura pesquisa da Fiocruz sobre uso de drogas no Brasil https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml

Só que não é bem assim....

Esse crime hediondo atende a interesses diversos, do tráfico humano ao extermínio de etnias indesejadas, passando por interesses econômicos, políticos, culturais e religiosos.

Vítima de tráfico de bebês, homem busca os pais biológicos no Brasil

https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1891886-vitima-de-trafico-de-bebes-homem-busca-os-pais-biologicos-no-brasil.shtml?cmpid=compfb

Essa é uma prática que ultrapassa fronteiras sejam elas geográficas, temporais, éticas, religiosas ou..., estando sujeita somente a interesses e oportunidades, como relatam reportagens amplamente divulgadas pela TV estatal portuguesa sobre a rede de tráfico internacional de crianças operada pela Igreja Universal do Reino dos Deuses para serem adotadas por seus pastores.

O Segredo dos Deuses

https://www.youtube.com/watch?v=yczNvJt9hYE

Aqui no Brasil são inúmeros os casos de barbáries em curso que visam impedir que representantes de culturas discordantes da majoritária se perpetuem.

Essa cultura que uns podem e outros não se naturalizou de tal forma que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a Prefeitura do Município de Porto Alegre, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e a Bayer S/A assinaram um Termo de Cooperação para implantação de dispostivos intra-uterinos, em meninas de 15 a 19 anos, abrigadas em instituições públicas (inclusive em instituições psiquiátricas) para instalação compulsória do Mirena, Sistema Intra-Uterino (SIU) contraceptivo, desenvolvido pela Bayer, sob a justificativa de que é impossível impedi-las de terem relações eróticas, esse método contraceptivo as impediriam de engravidar. A desumanidade foi tanta que, mesmo sabendo que esse dispositivo ainda estava em desenvolvimento pela Bayer, o termo de cooperação desobrigava a Bayer a prestar quaisquer tipo de assistência as meninas que sofram efeitos colaterais devido a implantação desse tipo de DIU.

Ação contra MP, Prefeitura, hospitais e Bayer pede suspensão de oferta de contraceptivo a adolescentes

https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/09/acao-contra-mp-prefeitura-hospitais-e-bayer-pede-suspensao-de-oferta-de-contraceptivo-a-adolescentes/

Nossa expectativa ao organizarmos esse livro é dar visibilidade as barbáries praticadas em nome do bem comum, estimulando o debate e a implantação de políticas públicas que impeçam a prática dessas barbáries, reconhecendo a cidadania dessas populações hoje relegadas a segundo plano.

Não podemos pura e simplesmente assistir impassíveis como se não tivéssemos nenhuma responsabilidade sobre o fato de que:

> "... a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer." (Mbembe, 2019)

Bibliografia

Ariès, Philippe; *História Social da Criança e da Família*; ed Guanabara:1981
Alexander BK e outros, Criminalização ou Acolhimento, ed Rede Unida:2018
Becker, Howard S.; *Outsiders*; ed. Zahar:2008
Badinter, Elisabeth; *Um amor conquistado, o mito do amor materno*; ed Nova Fronteira:1985
Carneiro, Henrique; *Drogas, a História do Proibicionismo*; ed Autonomia Literária:2018
Fernandes, Florestan; *Reflexões sobre a construção de um instrumento político*; ed Expressão Popular:2019
Foucault, Michel; *Microfísica do Poder*; ed Graal:1979
_____; *Em Defesa da Sociedade*, ed Martins Fontes:1999
Gadotti, Moacir; *Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito*; ed Cortez; SP:1982
Goffman, Erving; *Manicômios, prisões e conventos*; ed Perspectiva:2015
Guy, Debord; *A Sociedade do Espetácutlo*; ed Contraponto:1997
Klemperer, Victor; *LTI, A Linguagem do Terceiro Reich*; ed Contraponto:2009
Mbembe, Achille; *NECROPOLÍTICA*; ed N1 edições: 2019
Orwell, George; *1984*; ed Cia das Letras:2009
Reich, William; *Escuta Zé Ninguém;* ed. Martins Fontes:1982
Rodrigues, Neidson; *Da Mistificação da Escola à Escola Necessária*; 4ª ed.; Cortez:1989

Biopolítica e necropolítica: constitutivos ou excludentes? (13)

Autora

Ariadna Estévez

Professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa na América do Norte (CISAN) da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), México.
E-mail: aestevez@unam.mx

Resumo

Este artigo procura responder se a polarização nos objetivos da biopolítica (administrar a vida e construir estilos de vida) e da necropolítica (administrar a morte e destruir culturas e povos) torna esses conceitos opostos ou, pelo contrário, se eles apontam para uma relação dialética de construção mútua em fenômenos como a migração. Para responder a essa questão, o artigo em primeiro lugar examina a biopolítica na obra de Michel Foucault e como ela foi retomada na análise da migração contemporânea. Em seguida, descreve a necropolítica a partir do trabalho de Achille Mbembe e como ela foi retomada para identificar as causas da migração forçada e o tratamento racista dado aos migrantes. Finalmente, é feita uma revisão da literatura de estudos biopolíticos e necropolíticos no contexto da migração internacional.

Palavras-chave

biopolítica, necropolitica, migração, Foucault, Mbembe.

13 Tradução Nathália Silva Fontana, revisão Paulo Silveira, organizdor

Biopolítica e necropolítica: constitutivos ou excludentes?

Ariadna Estévez

Introdução

Grande parte da atual análise social e política parecem girar em torno de dois conceitos que, por vezes, aparentemente lidam com coisas diferentes: biopolítica e necropolítica. O primeiro refere-se ao poder exercido sobre a vida através de tecnologias de dominação como leis e políticas públicas para o *manejo da vida humana* como espécie, garantindo que a população, a sociedade em sua dimensão existencial e biológica, mantenha seu *status quo racial*. O segundo refere-se ao *poder de matar* com tecnologias de exploração e destruição de corpos como o abate, o feminicídio, a execução, a escravidão, o comércio sexual e o desaparecimento forçado, bem como os dispositivos jurídico-administrativos que ordenam e sistematizam os efeitos ou as causas das políticas de morte.

O presente artigo procura explicar cada conceito e discernir se são excludentes entre si. Propõe-se a hipótese teórica de que na realidade são categorias constitutivas, isto é, são construídas uma *a partir da* outra, no entendimento de que a aplicação de necropolíticas que destruíram habitats, corpos, modos de vida e setores econômicos possibilita a gestão da vida através de *"inoculações"*, como a figura do acolhimento ou da migração legal.

Para atingir esses objetivos, primeiro procuraremos entender o biopoder a partir de Foucault. Em seguida, trabalharemos com os filósofos italianos Giorgio Agamben e Roberto Esposito, que discutem o papel da biopolítica através da figura do refugiado e da migração no mundo de hoje. Posteriormente, discutiremos a interpretação descolonial do biopoder para formular o necropoder como uma expressão da regulação da morte no terceiro mundo, conforme teorizado por Achille Mbembe. Em seguida, abordaremos o papel dos dois conceitos na governamentalidade neoliberal e seus dispositivos, bem como o capitalismo mais corrosivo das diferentes formas de vida. Finalmente, a migração e o acolhimento são expostos como momentos em que a biopolítica e a necropolítica são inexoravelmente constitutivas.

1. Biopolítica: a regulação da vida

Michel Foucault não fez uma teoria do poder, mas uma *filosofia analítica do poder*, que não tenta defini-lo, mas estabelecer como ele funciona e como ele sujeita os sujeitos (Castro, 2004, p. 2014). Este trabalho analítico lida com sistemas de diferenciação, modalidades instrumentais e formas de institucionalização do poder. Para essa filosofia, o poder consiste em *conduzir comportamentos*, isto é, não atuar sobre as pessoas, mas sobre suas ações, induzindo-as, facilitando-as, dificultando-as, limitando-as ou prevenindo-as. Deste modo, as relações de poder tornam-se dominantes quando usam técnicas que permitem dominar o comportamento dos outros.

Também a partir dessa filosofia, o veículo ideal de poder é o discurso, que é o conjunto de elementos ou blocos de táticas nas relações de força, que determinam subjetividades e têm efeitos de verdade, isto é, estabelecem subjetividades, objetos e conhecimentos que dividem o falso do verdadeiro. A divisão entre *falso* e *verdadeiro* gera formas de exclusão discursiva que se tornam um sistema, isto é, de natureza histórica, modificável e institucionalmente coercitiva.

Para criar esses efeitos da verdade, os discursos são baseados em outros discursos verdadeiros e são produzidos e distribuídos sob o controle de grandes aparatos políticos e econômicos que permitem determinar as distinções entre declarações falsas e verdadeiras, as maneiras pelas quais elas são sancionadas, as técnicas e procedimentos para obter a verdade e o status daqueles sujeitos que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro. Esses aparatos políticos e econômicos que permitem estabelecer a divisão entre o falso e o verdadeiro constituem o que Foucault chamou de *dispositivo*, e que será explicado mais adiante quando se fala em governamentalidade neoliberal (Foucault, 2004).

Foucault encontrou três tipos de poder que emergem em contextos históricos específicos, que não substituem uns aos outros, mas se sobrepõem: o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder (Foucault, 2000, 2004; Foucault, Senellart e Davidson, 2007). O poder político na Europa desenvolveu-se num *continuum* em que os diferentes tipos de poder operam em uníssono e de maneira complementar. O poder disciplinar não substitui o soberano, mas o incorpora e o leva a outro nível, focalizando os corpos individuais como seu objeto para discipliná-los e torná-los dóceis. Os corpos são disciplinados para vigiá-los, treiná-los, usá-los e puni-los de acordo com a produtividade econômica. O uso das disciplinas de conhecimento e das instituições pelo poder disciplinar é o que Foucault chamou de *anatomopolítica*.

O biopoder, por outro lado, modifica o objetivo soberano do poder disciplinar de *deixar viver* e *fazer morrer* e inverte-o: em vez de *deixar viver* e *fazer morrer*, o poder agora tem o objetivo de *fazer as pessoas viverem* e *deixá-las morrer*. O biopoder se concentra nos processos específicos da própria vida, como nascimento, morte, reprodução, migração e adoecimento, de modo que a racionalidade, os dispositivos, as estratégias e as lutas ou resistências que gera também são diferentes (Castro, 2004, p.2014; Foucault, 2006a, 2006b). Na biopolítica, o objetivo não é mais o corpo individual, mas a regulação da população como um corpo político. Como diz Foucault, este é um assassinato indireto, porque sem a necessidade de que populações inteiras sejam mortas intencionalmente, essas morrem como consequência de que o Estado não faça nada por elas. O campo biológico controlado pelo biopoder é fragmentado em uma hierarquia de raças, e aqueles que se encontram na parte inferior são os abandonados para morrer (Foucault, 2006a, 2006b).

No biopoder, as tecnologias utilizadas também são diferentes: medicina, estatística, controle de natalidade, políticas públicas ou qualquer coisa que vise controlar e regular a população (Foucault, 2000, 2006a, 2006b, Foucault, Senellart e Davidson, 2007). Aqueles que *ameaçam* a sobrevivência da maioria são deixados para morrer por serem omitidos como objetos de políticas públicas e outras tecnologias, como acontece, por exemplo, com a negação de serviços básicos de saúde para migrantes sem documentos. Sempre que esse tipo de poder se refere a "*uma massa de seres vivos e coexistentes que possuem peculiaridades biológicas e patológicas e que, portanto, são colocados sob conhecimentos e tecnologias específicas*" (Foucault, 1997, p.71), Foucault referiu-se a isso como *biopolítica*. A biopolítica, diz Foucault, é o que caracteriza a política moderna desde o século XVI (Foucault, 2004).

Por essa razão, a regulação da migração por meio de uma biopolítica que visa definir quem pode entrar e permanecer em determinado território é central para a governamentalidade neoliberal e constitui uma questão fundamental na análise do biopoder. Segundo Campesi (2012), em termos gerais, o discurso biopolítico – especificamente o da securitização – constrói os migrantes de três maneiras

diferentes. Na primeira, os migrantes são vistos como atores transnacionais clandestinos que impõem ameaças estratégicas aos Estados receptores, o que ajuda a explicar por que a segurança das fronteiras é necessária. Na segunda, os migrantes representam uma ameaça política ao equilíbrio cultural, étnico e social, o que leva ao racismo e à política de identidade radical. Na terceira, os migrantes são concorrentes econômicos injustos nos mercados de trabalho que se aproveitam dos benefícios do Estado de bem estar nos países do ocidente (Campesi, 2012).

Agamben: estado de exceção, vida nua e *homo sacer*

Nos estudos biopolíticos da migração, os interesses de pesquisa têm a ver com as duas primeiras construções e se concentram em analisar as tecnologias e dispositivos de poder que securitizam fronteiras e regulam a ameaça cultural. As investigações que analisam as tecnologias de segurança das fronteiras têm recorrido à leitura que Giorgio Agamben fez de Foucault, em particular sobre o lugar fundamental na biopolítica da categoria Schmittiana do *Estado de exceção* e o papel do que Agamben chama de *vida nua* no sujeito central da biopolítica, que ele conceituou como *homo sacer*. Enquanto que Carl Schmitt disse que o *Estado de exceção* se refere a medidas extraordinárias em uma democracia durante um período de crise - uma espécie de *terra de ninguém* existente entre a lei e a política – Agamben diz que nas democracias atuais o Estado de exceção não é mais uma exceção, mas a regra. Agora vivemos em um estado de guerra civil legal em que a vida é subordinada ao poder do Estado e só está presente na lei através de sua exclusão. Como mencionado anteriormente, no estado de exceção, a vida nua e o *homo sacer* são da maior importância (Agamben, 2001, 2004).

Para Agamben, vida nua é a redução da vida humana para o seu estado biológico e o autor equipara com a *zoe* dos gregos, isto é, a vida simples e mundana, oposta e separada da *bios*, vida política. Agamben encontra a origem da inclusão de *zoe* no poder político na figura do *homo sacer*, que é uma figura político-jurídica da Antiguidade que se refere à pessoa que foi julgada e acusada de um crime e que não é permitido sacrificar, mas quem o mata não será acusado de homicídio. Essa pessoa, que permanece na total falta de proteção da lei, é incluída nela apenas por sua exclusão. A vida nua do *homo sacer* está sujeita à política somente através da exceção. Para Agamben, o *homo sacer* como pessoa que pode ser morta, mas não

sacrificada, é a primeira figura que estabelece o poder biopolítico do soberano porque subjetiviza a vida nua não através de sua inclusão na ordem jurídica, mas na sua exclusão (Agamben, 1998).

Agamben propõe que o homo sacer do nosso tempo, a pessoa que hoje tem uma vida de exclusão legal e política, sujeita a violência e vulnerabilidade, seja o refugiado. A figura do refugiado representa uma ruptura na continuidade que existe entre *homem* e *cidadão*. O refugiado estabelece a divisão entre nascimento e nacionalidade e, com ele, a pessoa que tem seu status não tem nada mais que direitos humanos. Para Agamben,

> *Ao trazer à luz a diferença entre nascimento e nação, o refugiado faz com que o orçamento secreto de domínio político – a vida nua - apareça momentaneamente nesse domínio. Nesse sentido, o refugiado é o verdadeiro "homem de direitos" sugerido por Arendt, a primeira e única real aparição de direitos fora da ficção do cidadão que sempre os cobre* (Agamben, 1998, pp. 132-133).

Para Agamben, o refugiado é o claro exemplo da despolitização da esfera de sua proteção, isto é, da esfera humanitária. Por um lado, os Estados estão interessados na vida natural e distinguem entre uma vida autêntica e uma desprovida de todo valor político e, por outro, os direitos humanos são usados fora do contexto da cidadania para a proteção da vida nua, que está cada vez mais à margem dos Estados-nação (Agamben, 1998, pp. 132-133). Por estas características, para Agamben, o refugiado é a melhor representação do *homo sacer* contemporâneo, isto é, aquele que está incluído nos aspectos políticos e legais somente através de sua exclusão, para o qual ele pode ser morto sem que seja considerado um assassinato. O refugiado incorpora a vida nua, uma vida humana simplesmente biológica, sem valor político, de modo que sua proteção foi subtraída do campo político e foi deixada no campo estritamente humanitário. Como resultado, os campos de detenção de refugiados são os novos campos de concentração, que expressam a sofisticação totalitária da biopolítica contemporânea (Agamben, 1998).

A ideia de refugiado como uma expressão de *homo sacer* contemporâneo tem sido muito influente nos estudos sobre o estado vulnerável dos refugiados na Europa e América do Norte (Querida, America 2009, Edkins e Pin-Fat, 2005; Muller, 2004; Owens, 2009; Tyler, 2010; Zylinska, 2004). No entanto, também

tem sido objeto de críticas por seu niilismo e por compreender o político a partir de uma perspectiva que anula qualquer possibilidade de resistência e emancipação, especialmente no caso dos refugiados (Juniper, 2006; Owens, 2009), mas também em geral (Laclau, 2008). Da mesma forma, Agamben tem sido criticado por universalizar a ideia de vida nua sem prestar atenção ao argumento de Foucault sobre o papel do racismo no exercício do biopoder (Butler, 2006). Para Estévez (2012a), a ideia de um refugiado como uma entidade puramente biológica sem qualquer relação com a política assemelha-se a um argumento infundado, se por meios políticos se entende a relação amigo-inimigo que define Schmitt: hoje não há nada mais político do que o corpo do refugiado.

Esposito: imunidade e comunidade

Por outro lado, os estudos que analisam as tecnologias e dispositivos para a regulação da ameaça cultural são sustentados pelo caminho biopolítico proposto por Roberto Esposito (2005), que vê a regulação populacional como uma espécie de imunização contra vírus raciais e culturais. Esposito faz uma analogia entre a vida política e o sistema imunológico do corpo humano, garantindo que este lute contra ameaças exógenas, da mesma forma que o biopoder luta contra estilos de vida que ameaçam à maioria. Esposito faz uma distinção entre política *sobre* a vida e política da vida. A regulação e o controle da migração obedecem a uma política *sobre* a vida que funciona como um sistema imunológico que defende o corpo - a população - através de meios negativos que eventualmente se voltam contra o próprio sistema.

Como sabemos, na medicina a imunização requer a introdução de uma dose não letal do patógeno para o corpo, criando anticorpos e possivelmente exclui o patógeno. A importância disso para a política e para a migração é que o patógeno não é eliminado do corpo - a sociedade - proibindo a migração como um todo, mas implementando a política que cria categorias que negam o patógeno, como a *lei, regulamentos de acolhimento e cidadania*, que dão lugar ao migrante econômico, ao migrante ilegal ou ao falso requerente de acolhimento, que permitem a exclusão. A mudança progressiva, ou imunização da comunidade, é alcançada através da introdução de reformas legais, políticas públicas e estratégias legais, como o acolhimento, que criam e reafirmam categorias que negam novas formas de migração (Esposito, 2005).

Para Esposito, um Estado soberano constrói sua política de imigração como *defesa* contra a ameaça de migrantes perigosos e indesejados, aqueles que ameaçam sua segurança e cultura. Imigrantes e requerentes de asilo são um patógeno que deve ser introduzido em doses muito pequenas para imunizar o sistema e prevenir o contágio racial e cultural. A imunização é, então, a política de migração e o uso tático do dispositivo de asilo. Assim, pode-se dizer que na biopolítica de Esposito (2005) o dispositivo migratório é uma forma de imunização contra a ameaça de grupos patogênicos (migrantes econômicos e requerentes de asilo), pois não nega a migração de tudo e de si mesma, mas implementa estratégias discursivas através de várias táticas que, por sua vez, dependem de diversas tecnologias que visam evitar que o número de pessoas aceitas ultrapasse os limites de uma imunização eficiente.

2. Necropolítica: gerenciamento da morte

Diversos teóricos da África, América Latina e Europa Oriental têm destacado que o biopoder não funciona da mesma forma em todos os lugares, e que é insuficiente para explicar os objetivos das relações de poder no terceiro mundo, onde a violência criminal e do Estado revelam que o objetivo não é a regulação da vida, mas da morte.

Em outras palavras, no terceiro mundo, há necropolítica ao invés de biopolítica (Gržinić, 2010, Gržinić e Tatlić, 2014, Mbembe, 2011, Valencia, 2010, Valverde Gefaell, 2016). Para esses teóricos, a biopolítica é um ponto de partida fundamental para a análise das relações de dominação, mas no contexto do terceiro mundo é insuficiente porque os dispositivos, técnicas, práticas e estratégias nas relações de dominação têm efeitos muito radicais, como as consequências da chamada *guerra contra o narcotráfico* no México.

Isso não quer dizer que o biopoder e o necropoder sejam opostos, mas é necessário situar os fins de cada um - regulação da vida e da morte, respectivamente - para localizar com precisão como seus dispositivos e estratégias se entrelaçam.

Achille Mbembe (2011) é aquele a quem é creditado o conceito de necropolítica. Ele argumenta que a biopolítica não é suficiente para entender como a vida é subordinada ao poder da morte na África. Afirma que a proliferação de armas e a existência de mundos de morte - lugares onde as pessoas são tão marginalizadas que realmente vivem como mortos-vivos - são um indicador de que existe uma política da

morte (necropolítica) em vez de uma política da vida (biopolítica) como entendido por Foucault (Mbembe, 2011). Mbembe examina de que maneira o direito soberano de matar é reformulado em sociedades onde o Estado de exceção proposto por Agamben é permanente. Segundo Mbembe, em um estado de emergência sistemático, o poder refere-se e constantemente apela à exceção e a uma ideia fictícia do inimigo. Mbembe afirma que a escravidão e o colonialismo na África e na Palestina foram o produto da política da vida, embora essas tragédias humanas da modernidade tenham sido ignoradas nas leituras históricas do biopoder.

Para analisar a necropolítica nos conflitos contemporâneos, Mbembe baseia-se no estudo de Zygmunt Bauman sobre as guerras da era da globalização (Bauman, 2001) para argumentar que as operações militares e o direito de matar não são mais prerrogativa exclusiva do Estado e que o Exército regular não é mais o único meio de executar o direito de matar. As milícias urbanas, os exércitos privados e as polícias de segurança privada também têm acesso a técnicas e práticas de morte. A proliferação de entidades necroempoderadas, juntamente com o acesso generalizado às tecnologias sofisticadas de destruição e as consequências das políticas socioeconômicas neoliberais fazem com que os campos de concentração, guetos e plantações se tornem aparelhos disciplinares desnecessárias, porque eles são facilmente substituídos pelo massacre, uma tecnologia do necropoder que pode ser executada em qualquer lugar e em qualquer momento (Mbembe, 2011).

A leitura africana que faz Mbembe do biopoder de Foucault influenciou fortemente outros estudiosos que escrevem, do ponto de vista da periferia intelectual, sobre o papel da governamentalidade como um dispositivo do poder de administrar a morte. Por exemplo, com base em Mbembe, a filósofa e crítica de arte eslovena Marina Grzinić (2010) afirma que a biopolítica é a conceituação específica da governamentalidade neoliberal reservada exclusivamente ao primeiro mundo, porque para o segundo mundo (o dos países ex-socialistas) e o terceiro mundo (Ásia, África e América Latina) a regulação da vida foi transformada na regulação da morte em condições extremas produzidas pelo capital. A vida é regulada pela perspectiva da morte e transformada em regulação da morte, em uma mera existência abaixo do nível mais básico de vida (Gržinić eTatlić, 2014).

Para Gržinić, existem diferenças abismais entre biopolítica e necropolítica.

Com a primeira, a vida é controlada para garantir um *bom estilo de vida,* enquanto na segunda a estrutura de regulação vital é abandonada - saúde, educação,

formação de capital humano - e o que é controlado, usado e capitalizado é a morte através da máquina de guerra. A regulação da vida no primeiro mundo capitalista produz *estilos de vida* e a passagem da biopolítica para a necropolítica implica uma mudança qualitativa na concepção da morte, que é dupla: *a* morte *real* pelo empobrecimento em massa e *a* morte *simbólica* pelas intervenções do capitalismo no social, político e *simbólico*. No entanto, no primeiro mundo há também vestígios de necropolíticas invisíveis e ocultas, como o desmantelamento da política social para os cidadãos e a exploração, deportação e marginalização dos migrantes do segundo e terceiro mundo no espaço Schengen (Gržinić e Tatlić, 2014).

Por outro lado, a filósofa tijuanence Valencia (2010) concorda com Mbembe e Gržinić em sua reinterpretação e radicalização da biopolítica de Foucault e, como eles, acredita que a morte, mais que a vida, está no centro da biopolítica, transformando-a em necropolítica. No entanto, Valência se destaca dessas perspectivas dizendo que no terceiro mundo não é suficiente incorporar na análise o impacto mortal do neoliberalismo e as atividades de entidades privadas necroempoderadas, mas que a análise deve ser geopolítica e contextualmente específica. No caso dela, ela reflete sobre a necropolítica em sociedades simultaneamente pobres e hiperconsumistas, como as das cidades fronteiriças do México, onde a extrema violência e o hiperconsumo são elementos estruturantes na construção de subjetividades dissidentes, embora ilegítimas, que resistem ao poder do Estado (Valencia, 2010).

Além disso, Valência afirma que o biopoder controla os processos vitais e que as demandas capitalistas transformaram em mercadorias a vida e todos os seus processos associados, como a morte. Nas sociedades hiperconsumidoras, os corpos se tornam uma mercadoria, e seu cuidado, conservação, liberdade e integridade são produtos relacionados. Como mercadoria, a vida é mais valiosa se for ameaçada, sequestrada e torturada (Valencia, 2010). Para a filósofa, as corporações de drogas ilegais exercem um poder de opressão análogo ao do Estado e se tornaram um Estado paralelo que reconfigura a biopolítica e usa técnicas que Valência chama de *necropráticas* – ações radicais destinadas a infligir dor, sofrimento e morte, por exemplo, o assassinato, a tortura e o sequestro - para aproveitar, conservar e lucrar com o poder de matar.

Tal como o Estado legítimo, sua contraparte criminosa pretende ter controle sobre o território, segurança e população, isto é, governar através da exploração de recursos nacionais, a venda de segurança privada e a população. Controlam os corpos da população

e os fazem mercadorias de troca ou consumidores dos bens oferecidos no mercado (Valencia, 2010). Como a biopolítica, a necropolítica serve para analisar os processos migratórios a partir da perspectiva de deixar morrer de acordo com a raça, gênero e status legal (Gržinić e Tatlić, 2014). A própria Gržinić desenvolveu sua ideia de necropolítica no segundo mundo, considerando a migração quando fala da racialização como um processo do capital. Ela propõe que a racialização seja um processo de diferenciação entre os cidadãos - por nascimento e aquisição -, os não cidadãos - refugiados, requerentes de asilo - e os migrantes documentados na Europa. Todos são violados, mas também discriminados de maneira diferente porque os mercados de trabalho impõem processos violentos de seleção entre os migrantes de acordo com a raça, classe e gênero.

Mesmo para aqueles que pertencem a base da pirâmide social, há aqueles que só conseguem entrar na Europa e obter cidadania mortos (Gržinić e Tatlić, 2014).

John Round e Irina Kuznetsova concordam com Gržinic que na Europa o necropoder, mais do que o biopoder, é mais indicado para analisar as tecnologias que sujeitam as vidas dos migrantes irregulares, porque são considerados descartáveis e ninguém se preocupa em garantir-lhes serviços de saúde, segurança trabalhista ou educação. Os autores acreditam que é imperativo teorizar a morte a que estão expostos, e optam por desenvolver uma estrutura em torno da ideia de *deixar morrer* para expor a maneira como os migrantes são criminalizados e vistos como portadores de doenças, embora nenhuma ajuda seja fornecida. (Round e Kuznetsova, 2016).

Por sua vez, Henao Castro (2016) encontra o lugar da necropolítica na fronteira, onde os dispositivos biopolíticos são combinados com a necropolítica propriamente dita, e se concentra no dispositivo necropolítico da *descartabilidade*, que transforma em descartáveis os migrantes irregulares que apenas cruzam a fronteira, e que tem três características: a militarização, a precariedade social e produção de mundos de morte (Henao Castro, 2016).

3. Capitalismo ou neoliberalismo?

No coração dos quadros interpretativos da regulação da vida e da morte, estão as relações de produção. Atualmente, a vida é conduzida para sua expansão, precariedade ou extinção, com o objetivo de influenciar as relações de reprodução econômica do capitalismo. No entanto, essa conduta pode ser analisada através do funcionamento de seu discurso político-econômico, do

neoliberalismo, ou de suas atividades e setores de extração e acumulação, do capitalismo em sua dimensão material e econômica.

Os estudos biopolíticos parecem se identificar mais com a governamentalidade neoliberal dos processos de regulação da vida, enquanto os estudos necropolíticos enfocam as atividades e os novos setores de extração para a *acumulação por desapropriação*, como Harvey (2004) denominou. No final, ambas as perspectivas veem o problema do capitalismo atual, o do discurso neoliberal, como a pedra angular da regulação dos processos de vida e morte, mas a preferência epistemológica de um e de outro tem a ver com o espaço em que implementa cada um deles (Harvey, 2004).

A governamentalidade neoliberal e a governamentalização do Estado

Muitos dos estudos sobre biopoder se concentram na governamentalidade neoliberal. Na estrutura foucaultiana, a palavra *governo* não se refere à instituição do Governo, mas a "*uma atividade voltada para conduzir os indivíduos ao longo de suas vidas, colocando-os sob a autoridade de um guia responsável sobre o que eles fazem e o que acontece com eles*" (Foucault, 1997, p.67). Para Foucault, as técnicas de governo não são exclusivas do Estado, pois constituem o conjunto de ações sobre as ações possíveis de outros sujeitos, ou as ações dos sujeitos exercidas sobre si mesmos para dominar prazeres ou desejos: "*Governo de crianças, governo de almas e consciências, governo de una casa, de um estado, o de si mesmo*" (Foucault, 1997, p. 81). As técnicas de governo de si - regulação dos próprios desejos e corpo, o autocuidado - e de poder – normas que conduzem aos fins da dominação - constituem o que Foucault chamou de *governamentalidade*, ou seja, a racionalidade do neoliberalismo na biopolítica (Foucault, 1997, p. 67).

De acordo com o estudo genealógico de Foucault, o neoliberalismo se opõe à intervenção do Estado e à sua expansão burocrática em nome da liberdade econômica porque viola os direitos individuais. O objetivo central do neoliberalismo é aplicar o discurso econômico - conceitos, objetos, lógicas e linguagem - à análise social, apagando as diferenças entre os dois campos. O modelo de racionalidade econômica é usado para justificar e limitar a ação do governo. Ao mesmo tempo, a governamentalidade neoliberal cria, por causa de sua ênfase nas técnicas de dominação e autocontrole, um indivíduo

autocontrolado e interessado em maximizar sua própria função econômica: o *homo economicus*.

O Estado não é de forma alguma o único agente de governamentalidade neoliberal, mas como Castro (2010) aponta, Foucault sugeriu que no desenvolvimento do liberalismo e do neoliberalismo o Estado surgiu como a objetificação das várias práticas de governamentalidade, da mesma maneira que a loucura surgiu de práticas disciplinares e médicas (Castro, 2004). Não se trata, diz Castro, do governo do Estado, mas sobre a *governamentalização do Estado*. Ou como o próprio Foucault sugeriu:

> É um fato inquestionável que o Estado nas sociedades contemporâneas não é apenas uma das formas ou de um dos lugares - embora o mais importante - do exercício do poder, mas de certo modo todas as outras formas de relações de poder se referem a ele. Mas não é porque cada um é derivado dele. É antes porque houve uma nacionalização contínua das relações de poder (embora não tenha adquirido a mesma forma na ordem pedagógica, judicial, econômica, familiar). Referindo-se aqui ao senso restrito da palavra governo, pode-se dizer que as relações de poder se governamentalizaram progressivamente, isto é, foram elaboradas, racionalizadas, centralizadas sob a forma ou sob os auspícios de instituições estatais (Foucault, 1988, pp. 18-19).

O Estado governamentalizado inclui políticas públicas, medidas e o desvio de serviços para a esfera corporativa. O Estado torna-se um administrador de empresas encarregado de universalizar a competição e inventar sistemas de ação individual e social, ainda que regidos pelas leis do mercado. Desta forma, a economia deixa de ser apenas uma área da vida humana e agora abrange todas as suas áreas.

Universalizar a economia serve para entender o social e avaliar o desempenho do estado em termos econômicos, a fim de subordinar todas as esferas à dinâmica do mercado (Foucault, 2004). Para o neoliberalismo, o Estado não define ou avalia o livre mercado, mas o mercado é o princípio regulador do Estado, ou seja, o mercado controla o Estado e não o inverso. Além disso, não existe a *liberdade natural* que o Estado deve respeitar: cria-se uma liberdade artificial, a liberdade de indivíduos economicamente racionais (Foucault, 2006a).

Por essa razão, os Estados neoliberais tornaram-se Estados gerenciais que não controlam mais apenas o comportamento individual por meio da disciplina, mas também regulam e gerenciam o crescimento e a mortalidade da população para a reprodução de si mesma através de técnicas de autocuidado, isto é, deslocar

para o indivíduo a responsabilidade pela sua própria saúde, educação e tudo aquilo que afeta a reprodução do *capital humano* que cada indivíduo possui. Para conseguir deslocar suas obrigações sociais para o indivíduo, o Estado neoliberal usa duas tecnologias de poder: a norma e a política pública.

Assim definida, a governamentalização do Estado poderia ser tomada como um efeito direto da governamentalidade neoliberal. Da mesma forma, como afirma Valência (2010), poderia constituir uma apropriação criminal dos elementos fundamentais da governamentalidade: território, segurança e população. Suas políticas podem ser políticas de vítimas, drogas, coesão social, migração ou saúde, entre outras, visando fortalecer o mercado, dirigir o comportamento da população e manter níveis de impunidade que permitam a reprodução do capital que o sustenta, que em muitos casos têm participação criminal. A governamentalização do Estado através da privatização criminosa da violência e do domínio do capital criminoso é o que se chamará de *governamentação necropolítica* do Estado.

Os dispositivos

No neoliberalismo, foi assumida uma "crescente importância [...] pelo jogo da regra em detrimento do sistema jurídico da lei" (Castro, 2004, p. 219). Não se trata de que

> a lei desapareça ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer, mas que a lei funciona cada vez mais como uma regra e que a instituição judicial se integra cada vez mais a um continuum de dispositivos (médicos, administrativos) cujas funções são principalmente reguladoras. (Castro, 2004, p 219).

Da mesma forma, o Estado neoliberal implementa diferentes tipos de políticas públicas através de seus diferentes dispositivos. Isto é definido como a tomada de decisões do Estado para modificar ou orientar a ação social e que assume a forma de elementos legais, políticos e técnicos baseados no conhecimento social (Guendel, 2009, p.3). No neoliberalismo, espera-se que a política pública regule a saúde e o crescimento da população (Foucault, 1997, pp. 70-71), mas não com a intervenção direta, como ocorria no Estado de bem-estar social, mas com políticas voltadas para o indivíduo se encarregar de si mesmo, ou em termos neoliberais, de investir em seu próprio capital humano.

O *dispositivo* na filosofia do poder de Foucault é a rede de relações sociais construídas em torno de um discurso: instituições, leis, políticas, disciplinas, declarações científicas e filosóficas, conceitos e posições morais, que têm a função específica de manter o poder. Na era da governamentalidade neoliberal, os dispositivos são caracterizados por serem inclusivos, uma vez que tendem a incluir cada vez mais elementos; permissivos, porque eles podem ser adicionados; e excludentes, porque eliminam aquilo a que são direcionados (Foucault, 2006b, pp. 66-67).

Agamben ampliou o conceito do dispositivo dizendo que:

> Generalizando posteriormente a amplíssima classe de dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, comportamentos, opiniões e discursos dos seres vivos (Agamben, 2009, p.14).

Os dispositivos combinam várias tecnologias reguladoras, tais como escritórios governamentais, conselhos, tribunais, escritórios legais, organizações da sociedade civil e a própria lei. Comumente, a lei pertence aos poderes soberano e disciplinar: enquanto o primeiro resulta em códigos legais, o segundo implementa esses códigos institucionalmente (Foucault , Senellart e Davidson, 2007).

No entanto, há um uso estratégico da lei na governamentalidade neoliberal e é por isso que as regras se tornam mais importantes do que o próprio sistema judicial. Isso não significa que a lei ou as suas instituições tendem a desaparecer, mas que a lei serve cada vez mais como uma regra, - com o objetivo de impor conformidade e homogeneizar -, e que as suas instituições estão mais integradas na governamentalidade neoliberal através de um *contínuo* de dispositivos com funções reguladoras.

A análise da governamentalidade da migração se concentra em como as instituições, leis, centros de detenção, tribunais, organizações não governamentais e outras burocracias constituem um dispositivo para administrar e fazer a gestão da vida dos migrantes. Essas análises estudam as diferentes estratégias e táticas através das quais os migrantes são administrados, construídos e finalmente expulsos de um país. O discurso do acolhimento é uma estratégia em que a lei desempenha um papel fundamental na operacionalização da exclusão.

Capitalismos necropolíticos

O capitalismo, ou melhor, as formas radicalmente corrosivas do capitalismo são fundamentais na necropolítica. Como sabemos, nas recentes teorias sobre o capitalismo, há uma série de adjetivos que refletem a complexidade de definir o que Karl Marx discutiu de maneira profunda, mas sem incluir a morte ao estabelecer sua ontologia.

A incomensurabilidade do capitalismo neoliberal e seu *ethos* da morte estão desenvolvidos em ideias como o capitalismo *Zombie* (Harman, 2009), que com base nos conceitos originais de Marx se concentra na capacidade destrutiva do capital e seu poder de nos colocar contra nós mesmos; o capitalismo *gângsteres* (Woodiwiss, 2005), que descreve como o crime organizado nos Estados Unidos foi bem-sucedido graças ao apoio de políticos, burocratas e executivos transnacionais; o capitalismo *fantasmagórico* (Roy, 2014), que examina como as demandas do capital global sujeitaram milhões de pessoas na Índia a formas brutais de depredação ambiental, exploração e racismo; as *narconomics* (Wainwright, 2016), que analisam desde uma perspectiva econômica as cadeias produtivas, de distribuição e venda do tráfico de drogas, incluindo vendas pela internet, a diversificação de produtos ilícitos, responsabilidade social e fusões entre os cartéis; e o *capitalismo da narcoguerra*, que sugere que os conflitos internos e a militarização estão concentrados em importantes geografias para projetos de energia e extração de recursos (Paley, 2014).

No entanto, nenhuma dessas abordagens teóricas captura a ideia de deixar morrer da forma que fazem duas concepções que colocam no centro de sua ontologia a violência privada como forma de produção de capital de morte: o capitalismo *necropolítico* (Banerjee, 2008) e o capitalismo *gore* (Valencia, 2010). O *capitalismo necropolítico* refere-se a práticas capitalistas ou formas organizacionais de acumulação que envolve desapossamento, morte, suicídio, escravidão, destruição de habitats e a organização e administração geral da violência. Ainda quando o Estado continue a ser fundamental para garantir a acumulação original, na pós-colonialidade não existe uma linha clara que o separe do mercado, porque até as forças armadas trabalham para garantir o capital (Banerjee, 2008).

Por outro lado, o *capitalismo gore* (Valencia, 2010) funciona melhor para a sua aplicação no presente artigo, não só porque se baseia na realidade

mexicana, mas porque ele incorpora claramente a perspectiva transfeminista, que problematiza a masculinidade hegemônica como componente central da violência, o que é essencial ao analisar a crise dos direitos humanos no México. Valencia (2010) retoma o termo *gore*, de um gênero de filme focado em extrema violência, para descrever o atual estágio do capitalismo no terceiro mundo, onde sangue, cadáveres, corpos mutilados e vidas cativas são ferramentas na reprodução do capital. Segundo Valência, esta economia destrói simultaneamente órgãos e produz um capital cuja reprodução se baseia na especulação de corpos como mercadoria e na violência como investimento.

Valencia caracteriza as dimensões política, cultural, econômica e de poder do capitalismo *gore* em termos do narco-Estado, hiperconsumismo, narcotráfico e necropolítica. Como a necropolítica já foi abordada antes, os outros três elementos serão aprofundados na continuação.

Em primeiro lugar, sobre o narco-Estado, Valencia (2010) afirma que os Estados não desapareceram na globalização, mas que eles desempenham o papel de garantidores dos mercados neoliberais através do uso da segurança e da vigilância de fronteiras. Os Estados-nação tornaram-se mercados-nação que operam em uma rede que visa proteger o capital. O maior e mais bem sucedido mercado-nação do mundo são os Estados Unidos, que disseminam sua cultura de consumo através da mídia e da publicidade, criando desejos de consumo em todos os lugares, mesmo em lugares onde esse desejo é ilegal.

A identidade do sujeito no mercado-nação é determinada pelo consumo. O mercado-nação impõe o uso e o consumo de marcas e logotipos como parâmetro de identidade sociocultural, o que requer um alto nível de consumo. Esse hiperconsumo fornece em troca um *status quo* que é a fonte da identidade de mercado. No entanto, no caso do México, não existe um mercado-nação, mas uma narco-nação, porque os cartéis de drogas controlam o Estado em vez das empresas legais. Os cartéis do narcotráfico incorporam a violência e as leis do mercado em sua lógica de poder.

Em segundo lugar, sobre o hiperconsumo, Valencia (2010) diz que o capitalismo não é apenas um sistema de produção, mas também uma construção cultural. Suas dinâmicas criam identidades e subjetividades culturais que sustentam e reproduzem os meios de reprodução do capital. As características culturais do capitalismo *gore* são construídas sobre a subversão do significado

do trabalho no pós-fordismo, em que há uma atitude de intenso desprezo pela cultura do trabalho e da classe trabalhadora em geral.

Esse desprezo subverte os processos tradicionais de reprodução do capital e geração de identidades sociais e culturais. No pós-fordismo, o trabalho como uma atividade social significativa que foi substituído pelo consumo, mesmo em locais extremamente vulneráveis e marginalizados. Por causa da pressão generalizada para consumo e frustração entre os jovens que não conseguem alcançar altos níveis de consumo, a economia criminosa e o uso da violência como uma ferramenta de mercado tornam-se uma alternativa.

Dado que o trabalho não é valorizado socialmente, os jovens que precisam se sentir competentes em seu papel como provedores são aqueles que procuram *trabalho* na indústria *gore* - assassinatos, drogas, sequestro, comércio sexual. Isso também é possível porque existe uma subversão do projeto humanista que prevaleceu nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas. O humanismo é substituído pelo consumismo, dado que a aquisição de bens é mais valorizada socialmente do que a autorrealização através do trabalho, as limitações éticas para participar nas atividades *gore* desaparecem. No hiperconsumo, a ética é redundante, vista como a autoproteção dos perdedores. Essas mudanças culturais levam a uma nova subjetividade, que Valencia (2010) chamou de *sujeito endriago*, que é fundamental para explicar a subjetividade das guerras necropolíticas.

Em terceiro e último lugar, sobre o tráfico de drogas, Valencia (2010) assegura que no neoliberalismo existe uma relação muito próxima entre as drogas e a produção de capital, não apenas pela globalização do hiperconsumo, mas também pela *violência econômica*, que inclui empregos mal remunerados, falta de oportunidades para os jovens, ausência de serviços sociais, marginalização social, etc. Este tipo de violência é fundamental no surgimento e expansão do tráfico de drogas como uma empresa transnacional e como uma ferramenta de negócios. Como uma empresa transnacional, as drogas são uma mercadoria de alto valor na sociedade hiperconsumista, porque funcionam como um mecanismo de autocontrole e se converteram em uma mercadoria que satisfaz diferentes subjetividades: as pessoas com depressão tomam Prozac, os homens que desejam aumentar sua masculinidade ou sua virilidade tomam testosterona ou Viagra, as mulheres que querem controlar sua fertilidade tomam a pílula anticoncepcional, etc.

Sua produção anda de mãos dadas com a pesquisa científica, a produção de capital e os mercados. A divisão entre drogas lícitas e ilícitas - as de prescrição e as drogas recreativas - tem o objetivo de controlar, disciplinar e normalizar os corpos. A proibição não só traz benefícios para as máfias, mas também para as indústrias de guerra e de armas dos Estados Unidos, devido à retórica da guerra contra as drogas. Há, portanto, um discurso duplo na política estatal que permite aos governos vincular os mercados legais (armas) e ilegais (drogas), criando um complexo nexo entre drogas, indústria militar e hiperconsumo.

A contrapartida necropolítica da governamentalidade neoliberal da migração na América do Norte é o capitalismo *gore*, que por sua vez é o imperativo econômico da necropolítica mexicana e a razão pela qual existem guerras necropolíticas, como será visto na próxima seção.

4. Migração e acolhimento: onde necropolítica e o acolhimento se encontram. Um estado da arte

Como se pode ver, a biopolítica e a necropolítica não são opostas, mas definitivamente constitutivas de fenômenos sociais como a migração. Explicitamente, enquanto necropolitica produz situações de morte no primeiro mundo, a biopolítica é usada para gerenciar a migração de pessoas que fogem de cenários necropolíticos incluindo o femicídio, a violência criminal, projetos econômicos e de infraestrutura, mega-mineração, desmatamento etc. A biopolítica opera por meio de categorias como *asilado*, acolhido, *migrante regular* ou *refugiado.*

A questão aqui é que a estratégia de acolhimento através do dispositivo migratório com ênfase no uso da legislação internacional sobre o direito de asilo é usada para conter a ameaça cultural mexicana em tempos de crise dos direitos humanos e migração forçada. Asilo é a imunização, por sua vez, que permite conter a nova onda de mexicanos para os Estados Unidos e Canadá. O biopoder e o necropoder são constitutivos na gestão neoliberal das migrações na América do Norte para sustentar um *status quo* em que a maioria branca e masculina mantém sua dominação e, ao mesmo tempo, garante a precariedade social dos mexicanos.

O estudo do biopoder é comum na Europa, Reino Unido, Austrália e América do Sul para analisar a migração a partir da perspectiva da segurança (Bigo, 2002; Ceyhan e Tsoukal a 2002; Querida, 2009; Edkins e Pin-Fat, 2005; Muller 2004; Owens, 2009; Tyler, 2010; Zylinska, 2004) e com propósitos racistas (Bastos, 2008; Bolaños, 2013, Fitzgerald, 2010; Kalm, 2005; Kelly, 2004; Kunz, 2008; Vaccotti , s / f; Yuing, 2011).

No México, no entanto, seu uso é recente e não tem a amplitude que alcançou em outros países latino-americanos como Chile, Argentina e Brasil, embora tenha conseguido motivar um pequeno grupo de acadêmicos com interesses na produção de conhecimento biopolítico e necropolítico. No México, a biopolítica é estudada no campo das políticas de ajuda à pobreza (Arteaga Botello e Valdes Figueroa, 2010), espaço público e democracia (Gallegos, 2013) e direito (Gutiérrez Zúñiga, 2014; Pereyra Tissera, 2011).

Sobre a questão da migração, no México o estudo do biopoder é limitado devido ao domínio esmagador da perspectiva hegemônica focada nas redes transnacionais, as remessas e a religião e a cultura, sem nenhuma análise sistemática de gênero ou das expressões de autonomia ou resistência.

Nos marcos foucaultianos, encontramos estudos que problematizam a fronteira norte do México e o tratamento dos Estados Unidos a cidadãos mexicanos. Alguns desses estudos baseiam-se na perspectiva da governamentalidade e analisam diferentes dispositivos biopolíticos para a gestão da vida nas migrações, como os dispositivos de saúde (Farfán, Vizcarra e González, 2012; Parrini, 2015) e a detenção (Moreno Hernández, 2014). Há também trabalhos de subjetivação racializada através da biopolítica migratória (Bolaños, 2009, 2013) e segurança e migração (Bolaños e Levine, 2014).

No México, o estudo do necropoder tem influência através do pensamento descolonial e feminista, e essa influência se deve à contabilidade cada vez maior de feminicídios, execuções e desaparecimentos forçados que afetam as populações de migrantes, crianças, mulheres indígenas e mulheres em áreas urbanas com precariedade econômica e social.

No nível teórico, o estudo do necropoder foi reinterpretado e ampliado por Valencia (2010), e empiricamente tem sido útil para estudar o que Antonio Fuentes chama de *novas violências* entre as quais ele identifica a narcoguerra, os linchamentos e as gangues, cujas causas das dinâmicas vê no colonialismo e na exploração laboral do capitalismo em níveis de expropriação (Fuentes Díaz, 2012). No nível da opinião pública, o termo *necropoder* foi popularizado

com o livro de investigação jornalística de Diego Enrique Osorno intitulado *A Guerra dos Zetas. Uma viagem pela fronteira da necropolítica*. Hoje é comum ver o uso estritamente semântico da necropolitica (política da morte) nas notícias sobre violência criminal da mídia popular nas redes - *Sinembargo, Contralínea, SDPNoticias, mvs, Rebelión, Publimetro*. Na perspectiva necropolítica, a migração é vista no contexto da violência criminal-estatal, particularmente em relação à gestão da morte de migrantes centro-americanos e seus dispositivos mais importantes, como o ferroviário *la Bestia* e os centros de detenção, bem como sobre sujeitos violentos que são levados à destruição de corpos (gangues, assassinos, cartéis, betas).

A morte de migrantes é uma grande preocupação acadêmica até para o hegemônico, porque, devido à popularidade do termo, até mesmo alguns autores do cânone estão começando a fazer um uso rudimentar quase semântico em vez de analítico, do quadro conceptual do necropoder (Márquez Covarrubias, 2015). Uma utilização mais rigorosa do termo é usada para analisar o uso de massacres, execuções, desaparecimentos forçados, estupros, feminicídios de migrantes da América Central e o deslocamento forçado internacional de mulheres e homens no contexto da guerra contra as drogas e a violência sexual, tudo isso como tecnologias necropoder (Estévez, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2015a, 2015b).

Conclusões

Como pode ser visto, os estudos do biopoder e do necropoder no manejo migratório têm características que os distinguem uns dos outros. É comum, portanto, que em estudos de biopoder e necropoder o foco seja sobre a regulamentação da vida racializada para deixar morrer aos migrantes e preservar a vida das maiorias através de dispositivos e leis que produzem certas subjetividades. As investigações do necropoder, em particular, examinam as expressões da violência espetacular e massiva que destroem ou mercantilizam corpos. Dessa forma, o biopoder tem expressões legais, mas o necropoder não, porque supõe-se que elas ocorram na sua margem e não dentro dele, através do Estado de exceção.

A sugestão aqui é que isso é uma falácia. O biopoder e o necropoder são conceitos constitutivos, porque em casos como a migração, o uso do direito

de asilo como biopolítica migratória é possível na medida em que existe uma necropolítica que expulsa as pessoas de seu país.

Na sua parte constitutiva, existem dispositivos legais biopolíticos que são funcionais para a gestão da vida dos requerentes de asilo nos Estados Unidos através de leis como a do acolhimento, os centros de detenção de exilados e o funcionamento administrativo da justiça migratória através de burocratas, juízes potencialmente racistas e jurisprudências não ancoradas em direitos constitucionais. Por outro lado, existem dispositivos necropolíticos amplamente conhecidos, como massacres, execuções, femicídios, linchamentos, sequestros em massa e exploração sexual e laboral e escravidão.

Além disso, existem as ações legais e inações que administram o prelúdio à morte ou seus produtos relacionados, como o sofrimento. As ações judiciais incluem medidas como reformas que criminalizam o protesto (criminalização do terrorismo no Código Penal federal), regulam o estado de exceção (reformas à lei regulatória do artigo 29 da Constituição), tornam as buscas militares legais em crimes relacionados ao tráfico de drogas (reformas no Código de Justiça Militar), legalizam o uso da força contra manifestantes (as chamadas *Ley Atenco*, no Estado do México, e a *Ley Bala* em Puebla) e legitimam a ação estatal na violência do feminicídio sem abordar as causas e a impunidade (alertas de gênero).

As inatividades, entretanto, referem-se à impunidade estrutural, corrupção sistemática em todos os níveis de governo e misoginia institucional nos órgãos da justiça. Essas inações se tornam tangíveis por meio de subjetividades e tecnologias paralegais e extralegais, como policiais e militares assassinos, a indiscriminada disponibilidade de armas, a existência de abrigos clandestinos, o uso de instituições do Estado pelo crime organizado (por exemplo, centros de garantia de migrantes) e indivíduos violentos e misóginos protegidos pelo pacto misógino ou patriarcal (leis discriminatórias, autoridades judiciais violentas).

Bibliografia

Agamben, G. (1998). Homo sacer. El poder soberano y la nuda vida. España: Pre-textos.

Agamben, G. (2001). Medios sin fin. España: Pre-textos.

Agamben, G. (2004). El estado de excepción. Valencia, España : Pre-textos.

Agamben, G. (2009). What Is an Apparatus? and Other Essays. California: Stanford University Press.

Arteaga Botello, N., y Valdés Figueroa, J. (2010). "Contextos socioculturales de los feminicidios en el Estado de México: nuevas subjetividades femeninas". Revista mexicana de sociología, 2010(1), 5-35.

Banerjee, B. (2008). "Necrocapitalism". Organization Studies, 29(12), 1541-1563.

Bastos, C. (2008). "Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies". International Migration, 46(5), 27-54.

Bauman, Z. (2001). "Wars of the Globalization Era". European Journal of Social Theory, 4(1), 11-28.

Bigo, D. (2002). "Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease". Alternatives: Global, Local, Political, 27(1), 63-92.

Bolaños, B. (2009). "Migración, derecho consular y justicia global". Isonomía: revista de teoría y filosofía del derecho, (30), 7-30.

Bolaños, B. (2013). Esclavos, migrantes y narcos. Acontecimiento y biopolítica en América del Norte. Mexico: uam-i, Juan Pablos Editores.

Bolaños, B., y Levine, E. (2014). "Biopolítica y bioeconomía de la reforma migratoria en Estados Unidos". Carta económica regional, 26(114).

Butler, J. (2006). Precarious life: The powers of mourning and violence. Londres: Verso.

Campesi, G. (2012). "Migraciones, seguridad y confines en la teoría social contemporánea". Crítica penal y poder, 2012(3), 1-66.

Castro, E. (2004). El vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Ceyhan, A., y Tsoukala, A. (2002). "The Securitization of Migration in Western Societies: Ambivalent Discourses and Policies". Alternatives: Global, Local, Political, 27(1), 21-39.

Darling, J. (2009). "Becoming bare life: Asylum, hospitality, and the politics of encampment". Environment and Planning D: Society and Space, 27, 649-665.

Edkins, J., y Pin-Fat, V. (2005). "Through the Wire: Relations of Power and Relations of Violence". Millenium: Journal of International Studies, 34(1), 1-24.

Esposito, R. (2005). Immunitas: protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu.

Estévez, A. (2012a). "Asilo y derechos humanos en Estados Unidos y Canadá. Cuestionamientos a Giorgio Agamben". Norteamérica, 7(1), 183-206.

Estévez, A. (2012b). "La violencia en México como crisis de derechos humanos: las dinámicas violatorias de un conflicto inédito". Contemporánea, 2(1), 21-44.

Estévez, A. (2013a). "The Biopolitics of Asylum Law In Texas: The Case of Mexicans Fleeing Drug Violence in Juárez". Norteamérica, 8(número especial), 55-81.

Estévez, A. (2013b). "The Politics of Death in Mexico: Dislocating Human Rights and Asylum Law Through Hybrid Agents". Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation, 1(1), 1-28.

Estévez, A. (2015a). "The Endriago subject and the dislocation of state attribution in human rights discourse: The case of Mexican asylum claims in Canada". Third World Quarterly, 36(5).

Estévez, A. (2015b). "La presunta falsedad de los casos de asilo de mexicanos en Canadá: un análisis necropolítico". Con-temporánea. Toda la historia en el presente, ( ), .

Farfán, F., Vizcarra, I., y González, N. (2012). "Políticas de salud. Estrategia biopolítica para controlar a los migrantes mexicanos en Estados Unidos". Migración y desarrollo. Red Internacional de Migración y Desarrollo, 10(19), 3-32.

FitzGerald, S. A. (2010). "Biopolitics and the regulation of vulnerability: The case of the female trafficked migrant". International Journal of Law in Context, 6(3), 277-294.

Foucault, M. (1988). The Care of the Self. The History of Sexuality. Londres: Allen Lane The Penguin Press.

Foucault, M. (1997). Ethics: Subjectivity and Truth. Vol. i. Nueva York: The New Press New York.

Foucault, M. (2000). Power. Vol. iii. Nueva York: The New Press.

Foucault, M. (2004). The Birth of Biopolitics. Nueva York: Picador-Palgrave Macmillan.

Foucault, M. (2006a). Defender la sociedad. México: Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M. (2006b). Seguridad, territorio, población. México: Fondo de Cultura Económica.

Foucault, M., Senellart, M., y Davidson, A. I. (2007). Security, territory, population: Lectures at the College de France, 1977-78. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Fuentes Díaz, A. (2012). "Necropolítica y excepción. Notas sobre Gobierno, violencia y subjetividad en México y Centroamérica", en Antonio Fuentes Díaz Necropolítica, violencia y excepción en América Latina (pp. 33-50). Puebla: buap.

Gallegos, E. E. (2013). "Espacio público, temporalidad biopolítica e inmunidad", en G. Pérez (ed.), Temas selectos de la teoría política contemporánea (pp. 399-426). México: uam-Cuajimalpa.

Gržinić, M. (2010). "From Biopolitics to Necropolitics and the Institution of Contemporary Art". Pavilion. Journal for Politics and Culture, (14), 9-93.

Gržinić, M., y Tatlić, Š. (2014). Necropolitics, Racialization, and Global Capitalism. Historicization of Biopolitics and Forensics of Politics, Art, and Life. Lanham: Lexington Books.

Guendel, L. (2009). Políticas públicas y derechos humanos. Principios, enfoques e instrumentos.

Gutiérrez Zúñiga, M. (2014). "Infancia y biopolítica en el México contemporáneo. Del amparo de la ley al abandono. Performatividades y paradojas del discurso jurídico de protección a la infancia, en el contexto de la experiencia de una niña". Diálogos sobre educación, 5(8), 31.

Harman, C. (2009). Zombie capitalism: Global crisis and the relevance of Marx. Londres: Bookmarks.

Harvey, D. (2004). "El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión". Socialist register, 2004, 99-129.

Henao Castro, A. F. (2016). "From the 'Bio' to the 'Necro'. The Human at the Border", en S. E. Wilmer, y A. Zukauskaite (eds.), Resisting biopolitics: Philosophical, political, and performative strategies (pp.). Nueva York: Routledge.

Juniper, J. (2006). "Homo Sacer and Biopower: Defending Foucault against Agamben's 'Oscillating' Critique". Trabajo presentado en la Australasian Political Studies Association Conference, pp 25-27.

Kalm, S. (2005). "Towards global migration management? –A biopolitical approach". Trabajo pesentado en ISA 2005. Honolulu, .

Kelly, M. (2004). "Racism, Nationalism and Biopolitics: Foucault's Society Must Be Defended, 2003". Cintretemps, (4), 58-70.

Kunz, R. (2008). "Mobilising diasporas: A governmentality analysis of the case of Mexico". Workin Paper Series, Glocal Governance and Democracy, (03). Recuperado de: http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.613.3099&rep=rep1&type=pdf

Laclau, E. (2008). "¿Vida nuda o indeterminación social?", en E. Laclau (ed.), Debates y combates. Por un nuevo horizonte de la política (pp. 107-123). Argentina: Fondo de Cultura Económica.

Márquez Covarrubias, H. (2015). "Espectros del neoliberalismo. Economía de traspatio y necropolítica en México". Estudios críticos del desarrollo, 5(9), .

Mbembe, A. (2011). Necropolítica. España: Melusina.

Moreno Hernández, H. C. (2014). "Desciudadanización y estado de excepción". Andamios, 11(24).

Muller, B. (2004). "Globalization, Security, Paradox: Towards a Refugee Biopolitics". Canada's periodical on refugees, 22(1), 57.

Owens, P. (2009). "Reclaiming 'Bare Life'?: Against Agamben on refugees". International Relations, 23(4), 567-582.

Paley, D. (2014). Drug War Capitalism. Oakland: AK Press.

Parrini, R. (2015). "Biopolíticas del abandono: migración y dispositivos médicos en la frontera sur de México". Nómadas. Universidad Central de Colombia, 2015(42), 111-127.

Pereyra Tissera, G. D. (2011). "Deconstrucción y biopolítica. El problema de la ley y la violencia en Derrida y Agamben". Revista mexicana de ciencias políticas y sociales, 56(212), 31-54.

Round, J., y Kuznetsova, I. (2016). "Necropolitics and the Migrant as a Political Subject of Disgust: The Precarious Everyday of Russia's Labour Migrants". Critical Sociology, 42(3), 1-18.

Roy, A. (2014). Capitalism: A ghost story. Chicago: Haymarket Books.

Tyler, I. (2010). "Designed to fail: A biopolitics of British citizenship". Citizenship Studies, 14(1), 61-74.

Vaccotti, L. (s/f). Biopolíticas de la inmigración y derechos humanos de los inmigrantes en Argentina. Recuperado de:
http://webiigg.sociales.uba.ar/pobmigra/archivos/vaccotti_biopoliticas.pdf

Valencia, S. (2010). Capitalismo gore. España: Melusina.

Valverde Gefaell, C. (2016). De la necropolítica neoliberal, a la empatía radical. Violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización. Madrid: Icaria.

Wainwright, T. (2016). Narconomics: How to run a drug cartel. Nueva York: PublicAffairs.

Woodiwiss, M. (2005). Gangster capitalism: The United States and the global rise of organized crime. Londres: Constable.

Yuing, T. (2011). "Migraciones y administración de la vida en el mundo". Psicoperspectivas. Individuo y sociedad, 10(1), 6-20.

Zylinska, J. (2004). "The Universal Acts. Judith Butler and the biopolitics of immigration". Cultural Studies, 18(4), 523-537.

Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos?

Autora

Ariadna Estévez

Profesora-Investigadora del Centro de Investigaciones sobre América del Norte (CISAN) de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), México.

Resumen

Este artículo busca responder la pregunta de si la polarización en los objetivos de la biopolítica (administrar la vida y construir estilos de vida) y la necropolítica (administrar la muerte y destruir hábitats y pueblos) hace a estos conceptos opuestos o, por el contrario, si estos señalan una relación dialéctica de construcción mutua en fenómenos como la migración. Para responder a dicha interrogante, el artículo primero examina la biopolítica en el trabajo de Michel Foucault y cómo este ha sido retomado en el análisis de la migración contemporánea. Luego, describe la necropolítica a partir del trabajo de Achille Mbembe, y cómo ha sido retomado para identificar causas de migración forzada y trato racista a migrantes. Finalmente, se hace una revisión de literatura de estudios biopolíticos y necropolíticos en el contexto de la migración internacional.

Palabras clave

biopolítica, necropolítica, migración, Foucault, Mbembe.

Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos?

Ariadna Estévez

Introducción

Mucho del análisis social y político actual parece girar en torno a dos conceptos que a veces, a su vez, parecen ocuparse de cosas distintas: la biopolítica y la necropolítica. El primero se refiere al poder sobre la vida a través de tecnologías de dominación tales como leyes y políticas públicas para la *gestión de la vida humana* en tanto especie, para garantizar que la población, la sociedad en su dimensión existencial y biológica, mantenga su *statu quo* racial. El segundo se refiere al *poder de dar muerte* con tecnologías de explotación y destrucción de cuerpos tales como la masacre, el feminicidio, la ejecución, la esclavitud, el comercio sexual y la desaparición forzada, así como los dispositivos legal-administrativos que ordenan y sistematizan los efectos o las causas de las políticas de muerte.

El presente artículo busca dar una explicación de cada concepto, y discernir si estos conceptos son excluyentes el uno del otro. Se propone la hipótesis teórica de que en realidad son categorías constitutivas, es decir, se construyen la una a la otra, en el entendido de que la aplicación previa de necropolíticas que hayan destruido hábitats, cuerpos, modos de vida y sectores económicos hace posible la gestión de la vida a través de inoculaciones como la de la figura del asilo o la migración legal.

Para alcanzar estos objetivos, primero se discutirá el biopoder como lo entiende Michel Foucault. Luego, se describirá el trabajo de los filósofos italianos Giorgio Agamben y Roberto Esposito, quienes debaten el papel de la biopolítica a través de la figura del refugiado y la migración en el mundo actual. Posteriormente, se discutirá la interpretación decolonial del biopoder para formular el necropoder como una expresión de la regulación de la muerte en el tercer mundo como lo teorizó Achille Mbembe. Acto seguido se hablará del rol que juegan ambos conceptos en la gubernamentalidad neoliberal y sus dispositivos, así como el capitalismo más corrosivo de diferentes formas de vida. Finalmente, se expone la migración y el asilo como momentos en los que biopolítica y necropolítica son inexorablemente constitutivos.

1. Biopolítica: la regulación de la vida

Michel Foucault no hizo una teoría del poder, pero sí aventuró una *filosofía analítica del poder*, que no intenta definirlo sino establecer cómo funciona y cómo somete a los sujetos (Castro, 2004, p. 2014). Este trabajo analítico repara en los sistemas de diferenciación, las modalidades instrumentales y las formas de institucionalización del poder. Para esta filosofía, el poder consiste en *conducir conductas*, es decir, no actúa sobre las personas sino sobre sus acciones, induciéndolas, facilitándolas, dificultándolas, limitándolas o impidiéndolas. De este modo, las relaciones de poder se vuelven de dominación cuando son bloqueadas con técnicas que permiten dominar la conducta de otros.

También desde esta filosofía, el vehículo ideal del poder es el discurso, el cual es el conjunto de elementos o bloques de tácticas en las relaciones de fuerza, los cuales determinan subjetividades y tienen efectos de verdad, es decir, establecen subjetividades, objetos y saberes que dividen lo falso de lo verdadero. La división entre *falso* y *verdadero* genera formas de exclusión discursiva que se vuelven un sistema, es decir, de carácter histórico, modificable e institucionalmente coercitivo.

Para crear estos efectos de verdad, los discursos se apoyan en otros discursos verdaderos y se producen y distribuyen bajo el control de grandes aparatos políticos y económicos que permiten determinar las distinciones entre enunciados falsos y verdaderos, las formas en que se sancionan unos y otros, las técnicas y los procedimientos para la obtención de la verdad y el estatuto de aquellos sujetos que tienen la función de decir lo que funciona como verdadero. Estos aparatos políticos y económicos que permiten establecer la división entre lo falso y lo verdadero constituyen lo que Foucault denominó *dispositivo*, y que será explicado más adelante al hablar de la gubernamentalidad neoliberal (Foucault, 2004).

Foucault encontró tres tipos de poder que emergen en contextos históricos determinados, pero que no se reemplazan uno con el otro sino que se superponen: el poder soberano, el poder disciplinario y el biopoder (Foucault, 2000, 2004; Foucault, Senellart, y Davidson, 2007). El poder político en Europa se ha desarrollado en un *continuum* en el que los diferentes tipos de poder operan al unísono y de forma complementaria. El poder disciplinario no sustituye al soberano, sino que lo incorpora y lo lleva a otro nivel, centrándose en los cuerpos

individuales como su objeto para disciplinarlos y hacerlos dóciles. Se disciplinan los cuerpos para vigilarlos, entrenarlos, utilizarlos y castigarlos en función de la productividad económica. El uso de las disciplinas del saber y las instituciones por parte del poder disciplinario es lo que Foucault llamó *anatomopolítica*.

El biopoder, por su parte, modifica el objetivo soberano del poder disciplinario de *dejar vivir* y *hacer morir* y lo invierte: en lugar de *dejar vivir* y *hacer morir*, ahora el poder tiene el objetivo de *hacer vivir* y *dejar morir*. El biopoder se centra en los procesos que son específicos de la propia vida, como el nacimiento, la muerte, la reproducción, la migración y la enfermedad, así que también son diferentes la racionalidad, dispositivos, estrategias y luchas o resistencias que genera (Castro, 2004, p. 2014; Foucault, 2006a, 2006b). En la biopolítica, el objetivo ya no es el cuerpo individual, sino la regulación de la población como cuerpo político. Como lo dice Foucault, se trata de un *asesinato indirecto*, porque sin necesidad de que poblaciones enteras sean matadas intencionalmente, estas mueren como consecuencia de que el Estado no haga algo por ellas. El campo biológico controlado por el biopoder se fragmenta en una jerarquía de razas, y los que están en la parte inferior son los que son abandonados para morir (Foucault, 2006a, 2006b).

En el biopoder, las tecnologías que se usan también son diferentes: medicina, estadística, control natal, política pública, o cualquier cosa encaminada a controlar y regular la población (Foucault, 2000, 2006a, 2006b; Foucault, Senellart, y Davidson, 2007). A aquellos que *amenazan* la sobrevivencia de la mayoría se les deja morir al ser omitidos como objetos de política pública y otras tecnologías, como sucede, por ejemplo, con la negación de servicios de salud primaria a migrantes indocumentados. Toda vez que este tipo de poder se refiere a "una masa de seres vivientes y coexistentes que tienen particularidades biológicas y patológicas y que por ello se colocan bajo un conocimiento y tecnologías específicas" (Foucault, 1997, p. 71), Foucault se refirió a esto como *biopolítica*. La biopolítica, dice Foucault, es lo que caracteriza la política moderna desde el siglo xvi (Foucault, 2004).

Por esta razón, la regulación de la migración a través de una biopolítica que tiene como fin definir a quién se le permite entrar y permanecer en un territorio determinado es central a la gubernamentalidad neoliberal, y constituye un tema fundamental del análisis del biopoder. Según Campesi (2012), en términos

generales, el discurso biopolítico –en concreto el de securitización– construye a los migrantes de tres diferentes maneras. En la primera, los migrantes son vistos como actores transnacionales clandestinos que imponen amenazas estratégicas a Estados receptores, lo cual ayuda a explicar por qué es necesario el aseguramiento de las fronteras. En la segunda, los migrantes representan una amenaza política al balance cultural, étnico y social, lo cual lleva a racismo y política de identidades radical. En la tercera, los migrantes son competidores económicos injustos en los mercados laborales que sacan provecho de los beneficios del Estado de bienestar en los países de occidente (Campesi, 2012).

Agamben: Estado de excepción, nuda vida y *homo sacer*

En los estudios biopolíticos de la migración, los intereses de investigación tienen que ver con las dos primeras construcciones y se enfocan en analizar las tecnologías y dispositivos de poder que securitizan fronteras y regulan la amenaza cultural. Las investigaciones que analizan las tecnologías de aseguramiento de fronteras han recurrido a la lectura que ha hecho Giorgio Agamben de Foucault, en particular respecto al lugar fundamental que tiene en la biopolítica la categoría schmittiana del *Estado de excepción* y el papel de lo que Agamben denomina *nuda vida* en el sujeto central de la biopolítica, que él ha conceptualizado como el *homo sacer*. Mientras que Carl Schmitt dijo que el Estado de excepción se refiere a medidas extraordinarias dentro de una democracia durante un periodo de crisis –una especie de *tierra de nadie* existente entre la ley y la política–, Agamben dice que en las democracias actuales el Estado de excepción ya no es una excepción sino la regla. Ahora vivimos en un estado de *guerra civil legal* en la que la vida está subordinada al poder del Estado y sólo está presente en la ley a través de su exclusión. Como ya se dijo antes, en el Estado de excepción la *nuda vida* y el *homo sacer* son de suma importancia (Agamben, 2001, 2004).

Para Agamben, la nuda vida es la reducción de la vida humana a su estatus biológico, y el autor la equipara con el *zoé* de los griegos, es decir, la vida simple y mundana, opuesta y separada del *bios*, la vida política. Agamben encuentra el origen de la inclusión de *zoé* en el poder político en la figura del *homo sacer,* el cual es una figura político-jurídica de la Antigüedad que refiere a la persona que ha sido juzgada y acusada de un crimen, y a la que no se permite sacrificar, pero que quien la mate

no será acusado de homicidio. Esta persona, que queda en la total desprotección de la ley, se encuentra incluida en ella únicamente por su exclusión. La nuda vida del homo sacer es sujeto de política sólo a través de la excepción. Para Agamben, el *homo sacer* como persona que puede ser asesinada pero no sacrificada es la primera figura que establece el poder biopolítico del soberano porque subjetiviza la nuda vida no a través de su inclusión en el orden jurídico, sino de su exclusión (Agamben, 1998).

Agamben propone que el *homo sacer* de nuestro tiempo, la persona que hoy en día tiene una vida de exclusión jurídica y política, sujeta a violencia y vulnerabilidad, es el refugiado. La figura del refugiado representa un quiebre en la continuidad que hay entre *hombre y ciudadano*. El refugiado establece la división entre nacimiento y nacionalidad, y con ello la persona que tiene su estatus no posee nada más que derechos humanos. Para Agamben,

> Al poner a la luz la diferencia entre nacimiento y nación, el refugiado hace que el presupuesto secreto del dominio político –la nuda vida– aparezca momentáneamente en ese dominio. En ese sentido, el refugiado es el verdadero "hombre de derechos" que sugiere Arendt, la primera y única real aparición de derechos fuera de la ficción del ciudadano que siempre los cubre (Agamben, 1998, pp. 132-133).

Para Agamben, el refugiado es la clara muestra de la despolitización de la esfera de su protección, es decir, del ámbito de lo humanitario. Por un lado, los Estados se muestran interesados en la vida natural y distinguen entre una vida auténtica y una carente de todo valor político, y por el otro, los derechos humanos se usan fuera del contexto de la ciudadanía para la protección de la nuda vida, que está cada vez más en los márgenes de los Estados nación (Agamben, 1998, pp. 132-133).

Por estas características, para Agamben el refugiado es la mejor representación del *homo sacer* contemporáneo, es decir, aquel que se encuentra incluido en lo político y lo jurídico únicamente a través de su exclusión, por lo cual puede ser asesinado sin que ello se considere un asesinato. El refugiado encarna la nuda vida, una vida humana simplemente biológica, sin valor político, por lo que su protección se ha sustraído del campo político y se ha dejado en el campo estrictamente humanitario. En consecuencia, los campos de detención de refugiados son los nuevos campos de concentración, que expresan la sofisticación totalitaria de la biopolítica contemporánea (Agamben, 1998).

La idea del refugiado como una expresión del *homo sacer* contemporáneo ha sido sumamente influyente en los estudios sobre el estatus vulnerable de los refugiados en Europa y América del Norte (Darling, 2009; Edkins y Pin-Fat, 2005; Muller, 2004; Owens, 2009; Tyler, 2010; Zylinska, 2004). Sin embargo, también ha sido objeto de críticas por su nihilismo y por entender lo político desde una perspectiva que cancela toda posibilidad de resistencia y emancipación, especialmente en el caso de los refugiados (Juniper, 2006; Owens, 2009), pero también en lo general (Laclau, 2008). Asimismo, Agamben ha sido criticado por universalizar la idea de la nuda vida sin atender la argumentación de Foucault sobre el papel que tiene el racismo en el ejercicio del biopoder (Butler, 2006). Para Estévez (2012a), la idea del refugiado como una entidad meramente biológica sin vínculo a lo político se parece a un argumento sin sustento si por político se entiende la relación amigo-enemigo que define el propio Schmitt: hoy en día no hay nada más político que el cuerpo del refugiado.

Esposito: inmunidad y comunidad

Por otra parte, los estudios que analizan las tecnologías y dispositivos para la regulación de la amenaza cultural se apoyan de la ruta biopolítica propuesta por Roberto Esposito (2005), quien ve la regulación poblacional como una suerte de inmunización contra virus raciales y culturales. Esposito hace una analogía entre la política de la vida y el sistema inmune del cuerpo humano, asegurando que este lucha contra amenazas exógenas de la misma forma que el biopoder lucha contra formas de vida que amenazan a la mayoría. Esposito distingue entre política *sobre* la vida y política *de* la vida. La regulación y control de la migración obedecen a una política *sobre* la vida que opera como un sistema inmune que defiende el cuerpo –la población– a través de medios negativos que eventualmente se vuelven contra el sistema mismo.

Como sabemos, en medicina la inmunización requiere de la introducción de una dosis no letal del patógeno al cuerpo, lo cual crea anticuerpos y eventualmente excluye al patógeno. La importancia de esto para la política y la migración es que el patógeno no se elimina del cuerpo –la sociedad– prohibiendo la migración como conjunto, sino implementando la política que crea las categorías que niegan al patógeno, tales como *legalidad*, *normas de asilo* y *ciudadanía*, las cuales dan

cabida al migrante *económico*, el migrante *ilegal* o el solicitante de asilo *falso*, que permiten la exclusión. El cambio progresivo, o inmunización de la comunidad, se logra introduciendo reformas legales, política pública y estrategias legales como el asilo, las cuales crean y reafirman categorías que niegan nuevas formas de migración (Esposito, 2005).

Para Esposito, un Estado soberano construye su política migratoria como una *defensa* contra la amenaza de migrantes peligrosos y no bienvenidos, esos que amenazan su seguridad y cultura. Los inmigrantes y solicitantes de asilo son un patógeno que hay que introducir en dosis muy pequeñas para inmunizar el sistema e impedir el contagio racial y cultural. La inmunización es, pues, la política migratoria y el uso táctico del dispositivo de asilo. Así pues, se puede decir que en la biopolítica de Esposito (2005) el dispositivo migratorio es una forma de inmunización contra la amenaza de grupos patógenos (migrantes económicos y solicitantes de asilo), ya que no niega la migración del todo y en sí misma, sino que implementa estrategias discursivas mediante diversas tácticas que a su vez se apoyan en tecnologías diversas que tienen como fin impedir que el número de personas aceptadas rebase los límites de una inmunización eficiente.

2. Necropolítica: administración de la muerte

Diversos teóricos de África, América Latina y Europa del Este han destacado que el biopoder no funciona igual en todas partes, y que es insuficiente para explicar los objetivos de las relaciones de poder en el tercer mundo, donde la violencia criminal y del Estado revelan que el objetivo es la regulación no de la vida, sino de la muerte. En otras palabras, en el tercer mundo, en vez de biopolítica hay una necropolítica (Gržinić, 2010; Gržinić y Tatlić, 2014; Mbembe, 2011; Valencia, 2010; Valverde Gefaell, 2016). Para estos teóricos, la biopolítica es un punto de partida fundamental para el análisis de las relaciones de dominación, pero en el contexto del tercer mundo resulta insuficiente porque los dispositivos, técnicas, prácticas y estrategias en las relaciones de dominación tienen efectos muy radicales, como las consecuencias de la llamada *guerra contra el narcotráfico* en México. No se trata de decir que biopoder y necropoder se contrapongan, sino que es necesario situar los fines de cada uno –regulación de la vida y de la muerte, respectivamente– para ubicar con precisión cómo sus dispositivos y estrategias se entrelazan.

Achille Mbembe (2011) es a quien se le atribuye el concepto de necropolítica. Él sostiene que la biopolítica no es suficiente para entender cómo la vida se subordina al poder de la muerte en África. Afirma que la proliferación de armas y la existencia de mundos de muerte –lugares donde la gente se encuentra tan marginada que en realidad vive como muerto viviente– son un indicador de que existe una política de la muerte (necropolítica) en lugar de una política de la vida (biopolítica) como la entiende Foucault (Mbembe, 2011).

Mbembe examina cómo el derecho soberano de matar se reformula en las sociedades donde el Estado de excepción tal como lo propone Agamben es permanente. Según Mbembe, en un estado sistemático de emergencia, el poder refiere y apela constantemente a la excepción y a una idea ficticia del enemigo. Mbembe afirma que el esclavismo y el colonialismo en África y en Palestina han sido el producto de la política de la vida, aunque estas tragedias humanas de la modernidad han sido ignoradas en las lecturas históricas del biopoder.

Con el fin de analizar la necropolítica en los conflictos contemporáneos, Mbembe se basa en el estudio de las guerras de la era de la globalización que hace Zygmunt Bauman (Bauman, 2001) para argumentar que las operaciones militares y el derecho de matar no son ya prerrogativas exclusivas del Estado, y que el Ejército regular no es ya el único medio para ejecutar el derecho de matar. Las milicias urbanas, los ejércitos privados y las policías de seguridad privada tienen también acceso a las técnicas y prácticas de muerte. La proliferación de entidades necroempoderadas, junto con el acceso generalizado a tecnologías sofisticadas de destrucción y las consecuencias de las políticas socioeconómicas neoliberales hacen que los campos de concentración, los guetos y las plantaciones se conviertan en aparatos disciplinarios innecesarios porque son fácilmente sustituidos por la masacre, una tecnología del necropoder que puede ejecutarse en cualquier lugar y en cualquier momento (Mbembe, 2011).

La lectura africana del biopoder de Foucault de Mbembe ha influido fuertemente a otros estudiosos que escriben, desde la perspectiva de la periferia intelectual, sobre el papel de la gubernamentalidad como dispositivo del poder de administrar muerte. Por ejemplo, con base en Mbembe, la filósofa y crítica de arte eslovena Marina Gržinić (2010) dice que la biopolítica es la conceptualización específica de la gubernamentalidad neoliberal exclusivamente reservada para el primer mundo, pues para el segundo mundo (el de los países exsocialistas)

y el tercer mundo (Asia, África y América Latina) la regulación de la vida se ha transformado en la regulación de la muerte dentro de condiciones extremas producidas por el capital. La vida es regulada a través de la perspectiva de la muerte y transformada en regulación de la muerte, en una mera existencia debajo del nivel de vida más básico (Gržinić y Tatlić, 2014).

Para Gržinić, hay diferencias abismales entre biopolítica y necropolítica. Con la primera, se controla la vida para garantizar un *buen estilo de vida*, mientras que con la segunda se abandona la estructura de regulación vital –salud, educación, formación de capital humano– y lo que se controla, usa y capitaliza es la muerte a través de la máquina de guerra. La regulación de la vida en el primer mundo capitalista produce *estilos de vida*, y el paso de la biopolítica a la necropolítica implica un cambio cualitativo en la concepción de la muerte, que es doble: muerte *real* por empobrecimiento masivo, y muerte *simbólica* por las intervenciones del capitalismo en lo social, lo político y lo simbólico. No obstante, en el primer mundo también hay rastros de necropolítica que se invisibilizan y esconden, como el desmantelamiento de la política social para ciudadanos y la explotación, deportación y marginación de migrantes del segundo y tercer mundos en el espacio de Schengen (Gržinić y Tatlić, 2014).

Por su parte, la filósofa tijuanense Valencia (2010) coincide con Mbembe y Gržinić en su reinterpretación y radicalización de la biopolítica de Foucault y, como ellos, cree que la muerte, más que la vida, se encuentra al centro de la biopolítica, transformándola en necropolítica. Sin embargo, Valencia se desmarca de esas perspectivas diciendo que en el tercer mundo no es suficiente con incorporar al análisis el impacto mortal del neoliberalismo y de las actividades de las entidades privadas necroempoderadas, sino que el análisis tiene que ser geopolítica y contextualmente específico. En su caso, ella reflexiona sobre la necropolítica en sociedades simultáneamente empobrecidas e hiperconsumistas como las de las ciudades fronterizas de México, donde la violencia extrema y el hiperconsumo son elementos estructurantes en la construcción de subjetividades disidentes, aunque ilegítimas, que resisten el poder del Estado (Valencia, 2010).

También, Valencia afirma que el biopoder controla los procesos vitales, y que las exigencias capitalistas han transformado en mercancías la vida y todos sus procesos asociados, como la muerte. En las sociedades hiperconsumistas, los cuerpos se convierten en una mercancía, y su cuidado, conservación, libertad e

integridad son productos relacionados. Como mercancía, la vida es más valiosa si se encuentra amenazada, secuestrada y torturada (Valencia, 2010). Para la filósofa, las corporaciones de las drogas ilegales ejercen un poder de opresión análogo al del Estado y se han convertido en un Estado paralelo que reconfigura la biopolítica y utiliza técnicas que Valencia denomina *necroprácticas* –acciones radicales dirigidas a infringir dolor, sufrimiento y muerte, por ejemplo, el asesinato, la tortura y el secuestro– para aprovechar, conservar y lucrar con el poder de hacer morir.

Al igual que el Estado legítimo, su contraparte criminal pretende tener el control sobre el territorio, la seguridad y la población, es decir, gobernar a través de la explotación de los recursos nacionales, la venta de seguridad privada y la población. Controlan los cuerpos de la población y los hacen mercancías de intercambio o consumidores de los bienes ofertados en el narcomercado (Valencia 2010).

Como la biopolítica, la necropolítica sirve para analizar procesos migratorios desde la perspectiva de dejar morir de acuerdo con raza, género y estatus legal (Gržinić y Tatlić, 2014). La propia Gržinić ha desarrollado su idea de necropolítica en el segundo mundo considerando la migración cuando habla de la racialización como un proceso del capital. Ella propone que la racialización sea un proceso de diferenciación entre los ciudadanos –por nacimiento y adquisición–, los no ciudadanos –refugiados, solicitantes de asilo–, y los migrantes documentados en Europa. Todos son violentados, pero también discriminados de forma diferente pues los mercados laborales imponen procesos violentos de selección entre migrantes de acuerdo a la raza, la clase y el género. Hasta abajo, están aquellos que solamente alcanzan a entrar a Europa y obtener la ciudadanía cuando han muerto (Gržinić y Tatlić, 2014).

John Round e Irina Kuznetsova coinciden con Gržinić en que en Europa el necropoder, más que el biopoder, es lo indicado para analizar las tecnologías que sujetan las vidas de los migrantes irregulares, pues son considerados desechables y nadie se preocupa por garantizarles servicios de salud, seguridad laboral o educación. Los autores creen que es imperativo teorizar la muerte a la que son expuestos, y optan por desarrollar un marco en torno a la idea de dejar morir para exponer cómo los migrantes son criminalizados y vistos como portadores de enfermedades, aunque no se les proporciona ayuda alguna (Round y Kuznetsova, 2016).

Por su parte, Henao Castro (2016) encuentra el lugar de la necropolítica en la frontera, donde se juntan los dispositivos biopolíticos con los propiamente necropolíticos, y se enfoca en el dispositivo necropolítico de *desechabilidad*, que convierte en desechables a los migrantes irregulares apenas cruzan las fronteras, que tienen tres características: militarización, precariedad social y producción de mundos de muerte (Henao Castro, 2016).

3. ¿Capitalismo o neoliberalismo?

En el corazón de los marcos interpretativos de la regulación de la vida y la muerte, se encuentran las relaciones de producción. Actualmente, se conduce la vida hacia su expansión, precariedad o extinción con el objeto de incidir en las relaciones de reproducción económica del capitalismo. No obstante, esta conducción puede ser analizada a través del funcionamiento de su discurso político-económico, el neoliberalismo, o de sus actividades y sectores de extracción y acumulación, el capitalismo en su dimensión material y económica.

Los estudios biopolíticos parecieran identificarse más con la gubernamentalidad neoliberal de los procesos de regulación de la vida, mientras que los estudios necropolíticos se enfocan en las actividades y nuevos sectores de extracción para la *acumulación por desposesión*, como lo llamó Harvey (2004). Al final, ambas perspectivas ven el problema del capitalismo actual, el del discurso neoliberal, como la piedra angular de la regulación de los procesos de vida y muerte, pero la preferencia epistemológica de uno y otro tiene que ver con el espacio en el que se implementa cada una (Harvey, 2004).

La gubernamentalidad neoliberal y la gubernamentalización del Estado

Muchos de los estudios del biopoder se enfocan en la gubernamentalidad neoliberal. En el marco foucaultiano, la palabra *gobierno* no se refiere a la institución de Gobierno sino a "una actividad encaminada a conducir a los individuos a lo largo de sus vidas poniéndolos bajo la autoridad de una guía responsable de lo que hacen y lo que pasa con ellos" (Foucault, 1997, p. 67).

Para Foucault, las técnicas de gobierno no son exclusivas del Estado, pues constituyen el conjunto de acciones sobre las acciones posibles de otros sujetos, o las acciones de los sujetos ejercidas sobre sí mismos para dominar placeres o

deseos: "Gobierno de niños, gobierno de almas y conciencias, gobierno de una casa, de un estado, o de uno mismo" (Foucault, 1997, p. 81). Las técnicas de gobierno de sí –regulación de los propios deseos y cuerpo, el autocuidado– y de poder –normas que conducen a fines de dominación– constituyen lo que Foucault llamó *gubernamentalidad*, es decir, la racionalidad del neoliberalismo en la biopolítica (Foucault, 1997, p. 67).

Según el estudio genealógico de Foucault, el neoliberalismo se opone a la intervención estatal y su expansión burocrática en nombre de la libertad económica porque atenta contra los derechos individuales. El objetivo central del neoliberalismo es aplicar el discurso económico –conceptos, objetos, lógicas y lenguaje– al análisis social, borrando las diferencias entre los dos campos. El modelo de racionalidad económica se usa para justificar y limitar la acción gubernamental. Al mismo tiempo, la gubernamentalidad neoliberal crea, por su énfasis en las técnicas de dominación y de control de sí, un individuo autocontrolado e interesado en la maximización de su propia función económica: el *homo economicus*.

El Estado no es de ninguna manera el único agente de la gubernamentalidad neoliberal, pero como señala Castro (2010), Foucault sugirió que en el desarrollo del liberalismo y el neoliberalismo el Estado se erigió como la objetivación de diversas prácticas de gubernamentalidad, de la misma forma que la locura surgió de prácticas disciplinarias y médicas (Castro, 2004). No se trata, dice Castro, del gobierno estatal, sino de la *gubernamentalización del Estado*. O como lo sugirió el propio Foucault:

> Es un hecho indudable que el Estado en las sociedades contemporáneas no es sólo una de las formas o uno de los lugares –aunque fuera el más importante– de ejercicio del poder, sino que de cierta manera todas las otras formas de relación de poder se refieren a él. Pero no es porque cada uno se derive de él. Es más bien porque se ha producido una estatización continua de las relaciones de poder (si bien no adquirió la misma forma en el orden pedagógico, judicial, económico, familiar). Haciendo referencia aquí al sentido restringido de la palabra *gobierno*, podría decirse que las relaciones de poder se *gubernamentalizaron*[14] progresivamente, es decir, se elaboraron, racionalizaron, centralizaron bajo la forma o bajo los auspicios de instituciones estatales (Foucault, 1988, pp. 18-19).

14 Las itálicas son de la autora del artículo.

El Estado gubernamentalizado incluye políticas públicas, las mediciones y la desviación de servicios hacia el ámbito corporativo. El Estado se vuelve un administrador de negocios a cargo de universalizar la competencia e inventar sistemas para la acción individual y social, mismos que se rigen por las leyes del mercado. De esta forma, la economía deja de ser sólo un área de la vida humana y pasa a cubrir todas sus áreas.

Universalizar la economía sirve para entender lo social y evaluar el desempeño estatal en términos económicos, esto con el fin de subordinar todas las esferas a las dinámicas del mercado (Foucault, 2004). Para el neoliberalismo, el Estado no define o evalúa la libertad del mercado, sino que el mercado es el principio regulador del Estado, es decir, el mercado controla al Estado y no al revés. Además, no existe tal cosa como la *libertad natural* que el Estado tenga que respetar: se crea una libertad artificial, la libertad de los individuos económicamente racionales (Foucault, 2006a).

Por esta razón, los Estados neoliberales se han convertido en Estados gerenciales que ya no sólo controlan el comportamiento individual a través de la disciplina, sino que también regulan y administran el crecimiento y la mortandad de la población para la reproducción de sí misma a través de técnicas de autocuidado, es decir, de desplazar al individuo la responsabilidad sobre su propia salud, educación y todo aquello que incide en la reproducción del *capital humano* que cada individuo posee. Para lograr desplazar sus obligaciones sociales al individuo, el Estado neoliberal echa mano de dos tecnologías de poder: la norma y la política pública.

Así definida, la gubernamentalización el Estado podría tomarse como un efecto directo de la gubernamentalidad neoliberal. Análogamente, como dice Valencia (2010), podría constituir una apropiación criminal de los elementos fundamentales de la gubernamentalidad: territorio, seguridad y población. Sus políticas pueden ser políticas de víctimas, drogas, cohesión social, migración o salud, entre otras, orientadas a fortalecer el mercado, conducir la conducta de la población y mantener niveles de impunidad que permitan la reproducción del capital que lo sostiene, que en muchos casos tiene participación criminal. La gubernamentalización del Estado a través de la privatización criminal de la violencia y del dominio del capital criminal es lo que se llamará la *gubernamentalización necropolítica* del Estado.

Los dispositivos

En el neoliberalismo, se ha tomado una "importancia creciente […] por el juego de la norma a expensas del sistema jurídico de la ley" (Castro, 2004, p. 219): no es que

> la ley desaparezca o que las instituciones de justicia tiendan a desaparecer, sino que la ley funciona cada vez más como una norma y que la institución judicial se integra más y más a un *continuum* de dispositivos (médicos, administrativos) cuyas funciones son sobre todo reguladoras (Castro, 2004, p. 219).

Asimismo, el Estado neoliberal implementa diferentes tipos de política pública a través de sus diferentes dispositivos. Esta se define como la toma de decisiones del Estado para modificar u orientar la acción social y que toma la forma de elementos legales, políticos y técnicos basados en el conocimiento social (Guendel, 2009, p. 3). En el neoliberalismo, se espera que la política pública regule la salud y el crecimiento de la población (Foucault, 1997, pp. 70-71), pero no con intervención estatal directa, como ocurría en el Estado de bienestar, sino con políticas encaminadas a que el individuo se haga cargo de sí mismo, o en términos neoliberales, a invertir en su propio capital humano.

El *dispositivo* en la filosofía del poder de Foucault es la red de relaciones sociales construidas en torno a un discurso: instituciones, leyes, políticas, disciplinas, declaraciones científicas y filosóficas, conceptos y posiciones morales, que tienen la función específica de mantener el poder. En la era de la gubernamentalidad neoliberal, los dispositivos se caracterizan por ser incluyentes, ya que tienden a incluir cada vez más elementos; permisivos, pues pueden ser añadidos; y excluyentes, pues eliminan aquello a lo que están dirigidos (Foucault, 2006b, pp. 66-67).

Agamben ha ampliado el concepto de dispositivo diciendo que:

> Generalizando la ulteriormente ya amplísima clase de los dispositivos foucaultianos, llamaré literalmente *dispositivo* a cualquier cosa que tenga de algún modo la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivientes (Agamben, 2009, p. 14).

Los dispositivos conjuntan diversas tecnologías regulatorias, tales como oficinas gubernamentales, consejos, cortes, oficinas legales, organizaciones de la sociedad civil y la ley misma. Comúnmente, la ley pertenece a los poderes soberano y disciplinario: mientras que el primero resulta en códigos legales, el segundo implementa estos códigos de forma institucional (Foucault, Senellart, y Davidson, 2007).

No obstante, existe un uso estratégico de la ley en la gubernamentalidad neoliberal, por lo que las normas se vuelven más importantes que el sistema judicial mismo. Esto no significa que la ley o sus instituciones tienden a desaparecer, sino que la ley sirve cada vez más como norma –con el objetivo de imponer conformidad y homogenizar–, y que sus instituciones están más integradas en la gubernamentalidad neoliberal a través de un *continuum* de dispositivos con funciones reguladoras.

Los análisis de la gubernamentalidad de la migración se enfocan en cómo las instituciones, las leyes, los centros de detención, las cortes, las organizaciones no gubernamentales y otras burocracias constituyen un dispositivo para administrar y gestionar la vida de los migrantes. Estos análisis estudian las diferentes estrategias y tácticas a través de las cuales los migrantes son administrados, construidos y finalmente expulsados de un país. El discurso de asilo es una estrategia en la que la ley juega un papel fundamental para operativizar la exclusión.

Capitalismos necropolíticos

El capitalismo, o más bien dicho, las formas radicalmente corrosivas de capitalismo son fundamentales en la necropolítica. Como sabemos, en las teorizaciones recientes sobre el capitalismo, se encuentra una serie de adjetivaciones que reflejan la complejidad de definir aquello que Karl Marx discutió de manera profunda, pero sin incluir la muerte al establecer su ontología.

La inconmensurabilidad del capitalismo neoliberal y su *ethos* de muerte se encuentran desarrollados en ideas como el capitalismo *zombi* (Harman, 2009), que con base en los conceptos originales de Marx se enfoca en la capacidad destructiva del capital y su poder para ponernos en contra de nosotros mismos; el capitalismo *gánster* (Woodiwiss, 2005), que describe cómo la delincuencia organizada en Estados Unidos ha sido exitosa gracias al apoyo de políticos, burócratas y

ejecutivos de trasnacionales; el capitalismo *fantasmal* (Roy, 2014), que examina cómo las demandas del capital global han sometido a millones de personas en la India a formas brutales de depredación ambiental, explotación y racismo; las *narconomics* (Wainwright, 2016), que analizan desde la perspectiva económica las cadenas productivas, de distribución y venta del tráfico de drogas, que incluyen ventas por internet, diversificación de mercancías ilícitas, responsabilidad social y fusiones entre cárteles; y el *capitalismo de la narcoguerra*, que sugiere que los conflictos internos y la militarización se concentran en geografías importantes para proyectos de energía y extracción de recursos (Paley, 2014).

Sin embargo, ninguno de estos enfoques teóricos captura la idea de *dejar morir* de la forma en que lo hacen dos conceptualizaciones que ponen al centro de su ontología la violencia privada como forma de producción de capital de muerte: el capitalismo *necropolítico* (Banerjee, 2008) y el capitalismo *gore* (Valencia, 2010). El *capitalismo necropolítico* se refiere a las prácticas capitalistas o formas organizacionales de acumulación que involucran desposesión, muerte, suicidio, esclavitud, destrucción de hábitats y la organización y administración general de la violencia. Aun cuando el Estado sigue siendo clave en asegurar la acumulación originaria, en la postcolonialidad no existe una línea clara que lo divida del mercado, pues incluso las fuerzas armadas trabajan en función de garantizar el capital (Banerjee, 2008).

Por otro lado, el *capitalismo* gore (Valencia, 2010) funciona mejor para su aplicación en el presente artículo no sólo porque se basa en la realidad mexicana, sino porque incorpora claramente la perspectiva transfeminista, que problematiza la masculinidad hegemónica como un componente central de la violencia, lo cual resulta fundamental al analizar la crisis de derechos humanos en México. Valencia (2010) retoma el término *gore* de un género cinematográfico centrado en la violencia extrema para describir la etapa actual del capitalismo en el tercer mundo, donde la sangre, los cadáveres, los cuerpos mutilados y las vidas cautivas son herramientas en la reproducción del capital. Según Valencia, esta economía simultáneamente destruye órganos y produce un capital cuya reproducción se basa en la especulación de los cuerpos como mercancías y la violencia como una inversión.

Valencia caracteriza las dimensiones política, cultural, económica y de poder del capitalismo gore en términos del narco-Estado, el hiperconsumismo, el narcotráfico y la necropolítica. Dado que la necropolítica ya fue abordada antes, se abundará a continuación en los otros tres elementos.

Primero, sobre el narco-Estado, Valencia (2010) afirma que los Estados no han desaparecido en la globalización, sino que juegan el rol de garante de los mercados neoliberales a través del uso de la seguridad y la vigilancia fronteriza. Los Estados-nación se han convertido en mercados-nación que operan en una red que tiene como fin la protección del capital. El mercado-nación más grande y exitoso del mundo es Estados Unidos, el cual difunde su cultura de consumo a través de los medios de comunicación y la publicidad creando deseos consumistas en todas partes, incluso en lugares donde ese deseo es ilegal.

La identidad del sujeto en el mercado-nación está determinada por el consumo. El mercado-nación impone como parámetro de la identidad sociocultural el uso y consumo de marcas y logotipos, lo cual exige un alto nivel de consumo. Este hiperconsumo proporciona a cambio un *statu quo* que es la fuente de la identidad de mercado. Sin embargo, en el caso de México, no existe un mercado-nación sino una narco-nación, porque los cárteles de la droga controlan al Estado en vez de las empresas legales. Los cárteles del narcotráfico incorporan la violencia y las leyes del mercado en su lógica de poder.

Segundo, acerca del hiperconsumo, Valencia (2010) dice que el capitalismo no sólo es un sistema de producción, sino también una construcción cultural. Sus dinámicas crean identidades y subjetividades culturales que sostienen y reproducen los medios de reproducción del capital. Los rasgos culturales del capitalismo *gore* se construyen sobre la subversión del significado del trabajo en el postfordismo, en el cual hay una actitud de intenso desprecio hacia la cultura del trabajo y la clase trabajadora en general.

Este desprecio subvierte los procesos tradicionales de reproducción del capital y de generación de identidades sociales y culturales. En el postfordismo, el trabajo como una actividad social significativa ha sido reemplazado por el consumo, incluso en lugares extremadamente desfavorecidos y marginados. Debido a la presión generalizada para el consumo y la frustración entre los jóvenes que no pueden llegar a altos niveles de consumo, la economía criminal y el uso de la violencia como una herramienta de mercado se convierten en alternativa.

Dado que el trabajo no es valorado socialmente, los jóvenes que necesitan sentirse competentes en su rol de proveedores son los que buscan *trabajo* en la industria *gore* –asesinatos, drogas, secuestro, comercio del sexo–. Esto es posible también porque existe una subversión del proyecto humanista que había

prevalecido en las sociedades occidentales y occidentalizadas. El humanismo es sustituido por el consumismo. Dado que la adquisición de bienes es más valorada socialmente que la autorrealización a través del trabajo, las limitaciones éticas para participar en actividades *gore* se desvanecen. En el hiperconsumo la ética es redundante, es vista como la autoprotección de los perdedores. Estos cambios culturales llevan a una nueva subjetividad, que Valencia (2010) ha llamado el *sujeto endriago*, el cual es fundamental para explicar la subjetividad de las guerras necropolíticas.

Tercero, y último, acerca del tráfico de drogas, Valencia (2010) asegura que en el neoliberalismo existe una relación muy estrecha entre las drogas y la producción de capital debido no sólo a la globalización del hiperconsumo, sino también a la *violencia económica*, que incluye trabajos mal pagados, falta de oportunidades para los jóvenes, ausencia de servicios sociales, marginación social, etc.

Este tipo de violencia es clave en el surgimiento y la expansión del tráfico de drogas como empresa transnacional y como una herramienta de negocios. Como una empresa transnacional, las drogas son una mercancía de alto valor en la sociedad hiperconsumista porque funcionan como un mecanismo de autocontrol y se han convertido en una mercancía que satisface diferentes subjetividades: las personas con depresión toman Prozac, los hombres que desean aumentar su masculinidad o su virilidad toman testosterona o Viagra, las mujeres que quieren controlar su fertilidad toman la píldora anticonceptiva, etc.

Su producción va de la mano de la investigación científica, la producción de capital y los mercados. La división entre drogas legales e ilegales –las de prescripción y las recreativas– tiene el objetivo de controlar, disciplinar y normalizar los cuerpos. La prohibición no sólo trae beneficios a las mafias, sino también a las industrias de la guerra y de las armas de Estados Unidos, esto debido a la retórica de la guerra contra las drogas. Hay, pues, un doble discurso en la política estatal que permite a los Gobiernos vincular los mercados legales (armas) y los ilegales (drogas), creando un complejo nexo entre drogas, industria militar e hiperconsumo.

La contraparte necropolítica de la gubernamentalidad neoliberal de la migración en América del Norte es el capitalismo *gore*, que a su vez es el imperativo económico de la necropolítica mexicana y la razón por la que las guerras necropolíticas existen, como se verá en el siguiente apartado.

4. Migración y asilo: donde necropolítica y asilo se encuentran. Un estado del arte

Como puede apreciarse, biopolítica y necropolítica no son opuestos, sino definitivamente constitutivos en fenómenos sociales como la migración. Explícitamente, mientras que la necropolítica produce situaciones de muerte en el primer mundo, la biopolítica es la que sirve para administrar la migración de las personas que huyen de escenarios necropolíticos que incluyen feminicidio, violencia criminal, proyectos económicos y de infraestructura, megaminería, deforestación, etcétera. La biopolítica opera a través de categorías como *asilado*, *migrante regular* o *refugiado*.

El asunto aquí es que la estrategia de asilo mediante el dispositivo migratorio con énfasis en el uso de la legislación internacional del derecho al asilo se utiliza para contener la amenaza cultural mexicana en tiempos de crisis de derechos humanos y migración forzada. El asilo es la inmunización en turno que permite contener la nueva oleada de mexicanos a Estados Unidos y Canadá. El biopoder y el necropoder son constitutivos en la gestión neoliberal de las migraciones en América del Norte para sostener un *statu quo* en el que la mayoría blanca y masculina mantiene su dominación y al mismo tiempo garantiza la precariedad social de los mexicanos.

El estudio del biopoder es común en Europa, Reino Unido, Australia y Sudamérica para analizar la migración desde la perspectiva de la seguridad (Bigo, 2002; Ceyhan y Tsoukala, 2002; Darling, 2009; Edkins y Pin-Fat, 2005; Muller, 2004; Owens, 2009; Tyler, 2010; Zylinska, 2004) y como un problema a controlar con fines racistas (Bastos, 2008; Bolaños, 2013; FitzGerald, 2010; Kalm, 2005; Kelly, 2004; Kunz, 2008; Vaccotti, s/f; Yuing, 2011).

En México, sin embargo, su uso es reciente y no tiene la amplitud que ha alcanzado en otros países de América Latina como Chile, Argentina y Brasil, aunque se ha logrado establecer un pequeño núcleo de académicos con intereses en la producción de conocimiento biopolítico y necropolítico situado.[15] En México, la biopolítica se estudia en el ámbito de políticas de asistencia a la pobreza

15 En cuanto a la biopolítica, este núcleo se aglutina en el capítulo mexicano de la Red de Biopolítica, que es una iniciativa chileno-australiana liderada por el chileno Miguel Vatter en la University on New South Wales (ver: http://www.biopolitica.unsw.edu.au/es). También se encuentra el Seminario de Biopolítica y Necropolítica Situadas cisan-uacm, que aglutina a académicas y estudiantes interesadas en la producción conceptual de una biopolítica y una necropolítica propiamente mexicanas.

(Arteaga Botello y Valdés Figueroa, 2010), espacio público y democracia (Gallegos, 2013) y ley (Gutiérrez Zúñiga, 2014; Pereyra Tissera, 2011).

En el tema de la migración, en México el estudio del biopoder es limitado debido al apabullante predominio de la perspectiva hegemónica concentrada en las redes transnacionales, las remesas y la religión y la cultura, sin análisis sistemático de género ni de las expresiones de autonomía o resistencia.

En los marcos foucaultianos, encontramos estudios que problematizan la frontera norte de México y el trato de Estados Unidos a ciudadanos mexicanos. Algunos de estos estudios están basados en la perspectiva de la gubernamentalidad y analizan diferentes dispositivos biopolíticos para la gestión de la vida en las migraciones, como los de salud (Farfán, Vizcarra, y González, 2012; Parrini, 2015) y los de detención (Moreno Hernández, 2014). También existen los trabajos de subjetivación racializada a través de biopolíticas migratorias (Bolaños, 2009, 2013) y seguridad y migración (Bolaños y Levine, 2014).

En México, el estudio del necropoder tiene influencia a través del pensamiento decolonial y feminista, y dicha influencia se debe a la siempre creciente contabilidad de feminicidios, ejecuciones y desapariciones forzadas que afectan a las poblaciones de migrantes, niños, mujeres indígenas y mujeres en áreas urbanas con precariedad económica y social. A nivel teórico, el estudio del necropoder ha sido reinterpretado y ampliado por Valencia (2010), y a nivel empírico ha sido útil para estudiar lo que Antonio Fuentes denomina *nuevas violencias*, entre las que identifica la narcoguerra, los linchamientos y las pandillas, cuyas dinámicas causales ve en el colonialismo y la explotación laboral del capitalismo a niveles de desposesión (Fuentes Díaz, 2012).

A nivel de la opinión pública, el término *necropoder* se popularizó con el libro de investigación periodística de Diego Enrique Osorno titulado *La guerra de los Zetas. Un viaje por la frontera de la necropolítica*. Hoy es común ver el uso estrictamente semántico de la necropolítica (política de muerte) en noticias relativas a violencia criminal de medios de comunicación populares en las redes –*Sinembargo*, *Contralínea*, *SDPNoticias*, *mvs, Rebelión*, *Publimetro*–.

En la perspectiva necropolítica, la migración se ve en el contexto de la violencia criminal-estatal, particularmente respecto a la gestión de la muerte de migrantes centroamericanos y sus dispositivos más importantes como el ferrocarril *la Bestia* y los centros de detención, así como respecto a los sujetos

violentos que son conducidos para la destrucción de cuerpos (maras, sicarios, cárteles, betas). La muerte de migrantes es una gran preocupación académica hasta para lo hegemónico, pues debido a la popularidad del término, incluso algunos autores del canon están empezando a hacer un uso rudimentario, casi semántico en vez de analítico, del marco conceptual del necropoder (Márquez Covarrubias, 2015). Un uso más riguroso del término se usa para analizar el uso de masacres, ejecuciones, desapariciones forzadas, violaciones sexuales, feminicidios de migrantes centroamericanos y el desplazamiento forzado internacional de mujeres y hombres en el contexto de la guerra contra el narco y la violencia sexual, todo esto como tecnologías del necropoder (Estévez, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2015a, 2015b).

Conclusiones

Como puede apreciarse, los estudios del biopoder y los del necropoder en la gestión migratoria tienen características que los distinguen entre sí. Es común, pues, que en los estudios del biopoder y el necropoder el enfoque esté en la regulación de la vida racializada para dejar morir a los migrantes y preservar la vida de las mayorías a través de dispositivos y leyes que producen subjetividades determinadas. Las investigaciones del necropoder, en específico, examinan las expresiones de violencia espectacular y masiva que destruyen o mercantilizan cuerpos. De esta forma, el biopoder tiene expresiones jurídicas pero el necropoder no, porque se asume que estas ocurren a su margen y no dentro de ella a través del Estado de excepción.

La sugerencia aquí es que eso es una falacia. El biopoder y el necropoder son conceptos constitutivos, porque en casos como la migración, el uso de la ley de asilo como biopolítica migratoria es posible en la medida en que existe una necropolítica que expulsa a las personas de su país.

En su parte constitutiva, existen dispositivos legales biopolíticos que son funcionales a la gestión de la vida de solicitantes de asilo en Estados Unidos a través de leyes como la de asilo, los centros de detención de asilados y el funcionamiento administrativo de la justicia migratoria a través de burócratas, jueces potencialmente racistas y jurisprudencias no ancladas en derechos constitucionales. Por otro lado, están los dispositivos necropolíticos ampliamente

conocidos, como masacres, ejecuciones, feminicidios, linchamientos, secuestro masivo y explotación y esclavitud sexuales y laborales.

También, están las acciones e inacciones legales que administran la antesala de la muerte o sus productos relacionados, como el sufrimiento. Las acciones legales incluyen gestiones tales como las reformas que criminalizan la protesta (tipificación de terrorismo en el Código Penal federal), reglamentan el Estado de excepción (reformas a la ley reglamentaria del artículo 29 constitucional), hacen legales los cateos militares en delitos vinculados al narcotráfico (reformas al Código de Justicia Militar), legalizan el uso de la fuerza contra manifestantes (las llamadas Ley Atenco, en el Estado de México, y Ley Bala en Puebla) y legitiman la acción estatal en violencia feminicida sin abordar las causas y la impunidad (alertas de género).

Las inacciones, por su parte, se refieren a la impunidad estructural, la corrupción sistemática a todos los niveles de Gobierno y la misógina institucional en los órganos de justicia. Estas inacciones se hacen tangibles a través de subjetividades y tecnologías paralegales y extralegales como los policías y militares sicarios, la disponibilidad indiscriminada de armas, la existencia de casas de seguridad clandestinas, el uso de instituciones del Estado por parte de la delincuencia organizada (por ejemplo, los centros de aseguramiento de migrantes) y los sujetos misóginos violentos protegidos por el pacto misógino o patriarcal (leyes discriminatorias, autoridades judiciales violentas).

Bibliografia

Agamben, G. (1998). Homo sacer. El poder soberano y la nuda vida. España: Pre-textos.

Agamben, G. (2001). Medios sin fin. España: Pre-textos.

Agamben, G. (2004). El estado de excepción. Valencia, España : Pre-textos.

Agamben, G. (2009). What Is an Apparatus? and Other Essays. California: Stanford University Press.

Arteaga Botello, N., y Valdés Figueroa, J. (2010). "Contextos socioculturales de los feminicidios en el Estado de México: nuevas subjetividades femeninas". Revista mexicana de sociología, 2010(1), 5-35.

Banerjee, B. (2008). "Necrocapitalism". Organization Studies, 29(12), 1541-1563.

Bastos, C. (2008). "Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies". International Migration, 46(5), 27-54.

Bauman, Z. (2001). "Wars of the Globalization Era". European Journal of Social Theory, 4(1), 11-28.

Bigo, D. (2002). "Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease". Alternatives: Global, Local, Political, 27(1), 63-92.

Bolaños, B. (2009). "Migración, derecho consular y justicia global". Isonomía: revista de teoría y filosofía del derecho, (30), 7-30.

Bolaños, B. (2013). Esclavos, migrantes y narcos. Acontecimiento y biopolítica en América del Norte. Mexico: uam-i, Juan Pablos Editores.

Bolaños, B., y Levine, E. (2014). "Biopolítica y bioeconomía de la reforma migratoria en Estados Unidos". Carta económica regional, 26(114).

Butler, J. (2006). Precarious life: The powers of mourning and violence. Londres: Verso.

Campesi, G. (2012). "Migraciones, seguridad y confines en la teoría social contemporánea". Crítica penal y poder, 2012(3), 1-66.

Castro, E. (2004). El vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Ceyhan, A., y Tsoukala, A. (2002). "The Securitization of Migration in Western Societies: Ambivalent Discourses and Policies". Alternatives: Global, Local, Political, 27(1), 21-39.

Darling, J. (2009). "Becoming bare life: Asylum, hospitality, and the politics of encampment". Environment and Planning D: Society and Space, 27, 649-665.

Edkins, J., y Pin-Fat, V. (2005). "Through the Wire: Relations of Power and Relations of Violence". Millenium: Journal of International Studies, 34(1), 1-24.

Esposito, R. (2005). Immunitas: protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu.

Estévez, A. (2012a). "Asilo y derechos humanos en Estados Unidos y Canadá. Cuestionamientos a Giorgio Agamben". Norteamérica, 7(1), 183-206.

Estévez, A. (2012b). "La violencia en México como crisis de derechos humanos: las dinámicas violatorias de un conflicto inédito". Contemporánea, 2(1), 21-44.

Estévez, A. (2013a). "The Biopolitics of Asylum Law In Texas: The Case of Mexicans Fleeing Drug Violence in Juárez". Norteamérica, 8(número especial), 55-81.

Estévez, A. (2013b). "The Politics of Death in Mexico: Dislocating Human Rights and Asylum Law Through Hybrid Agents". Glocalism: Journal of Culture, Politics and Innovation, 1(1), 1-28.

Estévez, A. (2015a). "The Endriago subject and the dislocation of state attribution in human rights discourse: The case of Mexican asylum claims in Canada". Third World Quarterly, 36(5).
Estévez, A. (2015b). "La presunta falsedad de los casos de asilo de mexicanos en Canadá: un análisis necropolítico". Con-temporánea. Toda la historia en el presente, ( ), .
Farfán, F., Vizcarra, I., y González, N. (2012). "Políticas de salud. Estrategia biopolítica para controlar a los migrantes mexicanos en Estados Unidos". Migración y desarrollo. Red Internacional de Migración y Desarrollo, 10(19), 3-32.
FitzGerald, S. A. (2010). "Biopolitics and the regulation of vulnerability: The case of the female trafficked migrant". International Journal of Law in Context, 6(3), 277-294.
Foucault, M. (1988). The Care of the Self. The History of Sexuality. Londres: Allen Lane The Penguin Press.
Foucault, M. (1997). Ethics: Subjectivity and Truth. Vol. i. Nueva York: The New Press New York.
Foucault, M. (2000). Power. Vol. iii. Nueva York: The New Press.
Foucault, M. (2004). The Birth of Biopolitics. Nueva York: Picador-Palgrave Macmillan.
Foucault, M. (2006a). Defender la sociedad. México: Fondo de Cultura Económica.
Foucault, M. (2006b). Seguridad, territorio, población. México: Fondo de Cultura Económica.
Foucault, M., Senellart, M., y Davidson, A. I. (2007). Security, territory, population: Lectures at the College de France, 1977-78. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
Fuentes Díaz, A. (2012). "Necropolítica y excepción. Notas sobre Gobierno, violencia y subjetividad en México y Centroamérica", en Antonio Fuentes Díaz Necropolítica, violencia y excepción en América Latina (pp. 33-50). Puebla: buap.
Gallegos, E. E. (2013). "Espacio público, temporalidad biopolítica e inmunidad", en G. Pérez (ed.), Temas selectos de la teoría política contemporánea (pp. 399-426). México: uam-Cuajimalpa.
Gržinić, M. (2010). "From Biopolitics to Necropolitics and the Institution of Contemporary Art". Pavilion. Journal for Politics and Culture, (14), 9-93.
Gržinić, M., y Tatlić, Š. (2014). Necropolitics, Racialization, and Global Capitalism. Historicization of Biopolitics and Forensics of Politics, Art, and Life. Lanham: Lexington Books.
Guendel, L. (2009). Políticas públicas y derechos humanos. Principios, enfoques e instrumentos.
Gutiérrez Zúñiga, M. (2014). "Infancia y biopolítica en el México contemporáneo. Del amparo de la ley al abandono. Performatividades y paradojas del discurso jurídico de protección a la infancia, en el contexto de la experiencia de una niña". Diálogos sobre educación, 5(8), 31.
Harman, C. (2009). Zombie capitalism: Global crisis and the relevance of Marx. Londres: Bookmarks.
Harvey, D. (2004). "El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión". Socialist register, 2004, 99-129.
Henao Castro, A. F. (2016). "From the 'Bio' to the 'Necro'. The Human at the Border", en S. E. Wilmer, y A. Zukauskaite (eds.), Resisting biopolitics: Philosophical, political, and performative strategies (pp.). Nueva York: Routledge.
Juniper, J. (2006). "Homo Sacer and Biopower: Defending Foucault against Agamben's 'Oscillating' Critique". Trabajo presentado en la Australasian Political Studies Association Conference, pp 25-27.

Kalm, S. (2005). "Towards global migration management? –A biopolitical approach". Trabajo pesentado en ISA 2005. Honolulu, .
Kelly, M. (2004). "Racism, Nationalism and Biopolitics: Foucault's Society Must Be Defended, 2003". Cintretemps, (4), 58-70.
Kunz, R. (2008). "Mobilising diasporas: A governmentality analysis of the case of Mexico". Workin Paper Series, Glocal Governance and Democracy, (03). Recuperado de: http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.613.3099&rep=rep1&type=pdf
Laclau, E. (2008). "¿Vida nuda o indeterminación social?", en E. Laclau (ed.), Debates y combates. Por un nuevo horizonte de la política (pp. 107-123). Argentina: Fondo de Cultura Económica.
Márquez Covarrubias, H. (2015). "Espectros del neoliberalismo. Economía de traspatio y necropolítica en México". Estudios críticos del desarrollo, 5(9), .
Mbembe, A. (2011). Necropolítica. España: Melusina.
Moreno Hernández, H. C. (2014). "Desciudadanización y estado de excepción". Andamios, 11(24).
Muller, B. (2004). "Globalization, Security, Paradox: Towards a Refugee Biopolitics". Canada's periodical on refugees, 22(1), 57.
Owens, P. (2009). "Reclaiming 'Bare Life'?: Against Agamben on refugees". International Relations, 23(4), 567-582.
Paley, D. (2014). Drug War Capitalism. Oakland: AK Press.
Parrini, R. (2015). "Biopolíticas del abandono: migración y dispositivos médicos en la frontera sur de México". Nómadas. Universidad Central de Colombia, 2015(42), 111-127.
Pereyra Tissera, G. D. (2011). "Deconstrucción y biopolítica. El problema de la ley y la violencia en Derrida y Agamben". Revista mexicana de ciencias políticas y sociales, 56(212), 31-54.
Round, J., y Kuznetsova, I. (2016). "Necropolitics and the Migrant as a Political Subject of Disgust: The Precarious Everyday of Russia's Labour Migrants". Critical Sociology, 42(3), 1-18.
Roy, A. (2014). Capitalism: A ghost story. Chicago: Haymarket Books.
Tyler, I. (2010). "Designed to fail: A biopolitics of British citizenship". Citizenship Studies, 14(1), 61-74.
Vaccotti, L. (s/f). Biopolíticas de la inmigración y derechos humanos de los inmigrantes en Argentina. Recuperado de:
http://webiigg.sociales.uba.ar/pobmigra/archivos/vaccotti_biopoliticas.pdf
Valencia, S. (2010). Capitalismo gore. España: Melusina.
Valverde Gefaell, C. (2016). De la necropolítica neoliberal, a la empatía radical. Violencia discreta, cuerpos excluidos y repolitización. Madrid: Icaria.
Wainwright, T. (2016). Narconomics: How to run a drug cartel. Nueva York: PublicAffairs.
Woodiwiss, M. (2005). Gangster capitalism: The United States and the global rise of organized crime. Londres: Constable.
Yuing, T. (2011). "Migraciones y administración de la vida en el mundo". Psicoperspectivas. Individuo y sociedad, 10(1), 6-20.
Zylinska, J. (2004). "The Universal Acts. Judith Butler and the biopolitics of immigration". Cultural Studies, 18(4), 523-537.

Tráfico de pessoas na Amazônia Paraense: biopolítica na atualidade

Autores

Carlos Bordalo

Deputado estadual reeleito para o terceiro mandato no estado do Pará, pelo PT. Preside a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Foi autor da CPI da Pedofilia, presidiu a CPI do Tráfico Humano e foi o relator da CPI das Milícias. E-mail: bordalo13@gmail.com

Eric Campos Alvarenga

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. É docente e pesquisador nas áreas de Psicologia Organizacional e do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Saúde Coletiva. E-mail: ericsemk@gmail.com

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (1988), Mestrado em Saúde Pública - Ensp (1998) e Doutorado em Saúde Pública - ENSP (2005). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal do Pará. E-mil: pttarso@gmail.com

Flávia Cristina Silveira Lemos

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social, Doutora em História. Professora associada II de Psicologia Social na UFPA. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ- PQ2. E-mail: flaviacslemos@gmail.com

Resumo

O objetivo deste capítulo é analisar a empiria documental produzida em alguns documentos nacionais, brasileiros, tais como: a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2007), o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2008) e o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2013) e o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Pessoas, no Brasil, publicado, em maio de 2014 pela Câmara dos Deputados, o Guia de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2016) e descrever algumas iniciativas de enfrentamento efetivadas, no Brasil, no século XXI. Há fortes evidências que o tráfico humano está entre um dos processos de aviltamento mais importantes para os Amazônidas. Importante reafirmar que os grupos em situação de vulnerabilidade social que estão expostos são: mulheres, jovens e crianças.

Palavras-chave

Tráfico Humano, Tráfico de Pessoas, Tráfico de Mulheres, Jovens e Crianças, Saúde Coletiva.

Tráfico de pessoas na Amazônia Paraense: biopolítica na atualidade

Tráfico de pessoas na Amazônia Paraense: biopolítica na atualidade [16]

Carlos Bordalo
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira
Flávia Cristina Silveira Lemos
Eric Campos Alvarenga

O objetivo deste artigo é analisar a empiria documental produzida em alguns documentos nacionais, brasileiros, tais como: a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2007), o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2008) e o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2013) e o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Pessoas, no Brasil, publicado, em maio de 2014 pela Câmara dos Deputados, o Guia de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2016) e descrever algumas iniciativas de enfrentamento efetivadas, no Brasil, no século XXI.

Um segundo ponto apresentado é o campo de violência que é gerado nesta prática e pensar danos na saúde mental e coletiva, provocados face à situação extremamente dolorosa da experiência de ser vítima do tráfico de pessoas. Destaca-se especificamente, na problematização, neste aspecto, a situação no estado do Pará, na Amazônia brasileira. Busca-se pensar e interrogar a incidência do tráfico de pessoas nesta região pelo fato dela ser uma das portas de saída para a exploração sexual internacionalmente e, ainda, pelo Pará é o estado brasileiro que mais realiza a modalidade de trabalho análogo ao escravo com aliciamento de trabalhadores, sobretudo, trazidos do Nordeste.

O capítulo está em formato de ensaio analítico, a partir das contribuições de Michel Foucault da biopolítica face ao tráfico de pessoas e de aspectos descritivos e históricos deste objeto problemático do deixar morrer em nome da vida. O texto opera com problematizações dos documentos citados, assinalando as rotas realizadas no transporte de pessoas, realizado na prática do tráfico bem como os modos de organizar e comercializar os corpos. Com efeito, nos indagar a respeito das consequências de tais práticas é relevante e torna-se um compromisso ético e político da Psicologia Social e da Saúde.

16 Agradecemos a todos os integrantes da CPI e, em especial, aos depoentes da sociedade civil que possibilitaram desvelar uma das ignomínias mais aviltantes da Sociedade Paraense e Brasileira: O Tráfico de Pessoas.

A exploração-extração dos corpos-órgãos e do trabalho das pessoas transportadas ilegalmente no tráfico configura uma modalidade de violência grave, sendo um crime, o qual deixa marcas profundas na subjetividade, na saúde mental e coletiva das vidas vítimas do tráfico. Este acontecimento vem se repetindo secularmente no Brasil quando visto na dimensão da prática de escravidão, demandando ações e pesquisas concretas de enfrentamento transdisciplinar e cuidado integral aos que sofrem intensamente face à barbárie de tamanha atrocidade.

Definições, encaminhamentos realizados e identificação da problemática do tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas pode ser definido como: o transporte, a remoção, a transferência, o recrutamento e acolhimento de pessoas por meio do uso da força e sem a vontade das mesmas, podendo ou não ser realizado com o uso de ameaças e violências diversas. Considera-se ainda o fato de existir coação e engano, fraude e rapto, compra e venda de corpos, abuso de autoridade e deslocamento sem o aceite da pessoa com o objetivo específico de exploração do trabalho, adoção ilegal e venda de órgãos.

Conforme a Organização das Nações Unidas, o tráfico humano gera 32 bilhões de dólares de lucro anual, sendo que 85% deste total refere-se à prática de exploração sexual das pessoas. Em 2016, no Brasil, o Ministério da Justiça lançou o Guia de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para orientar ações de uma política concreta face à grave questão. Este guia é voltado aos profissionais da Polícia Federal e traz relevantes pistas e prescrições a respeito da problemática em tela. O tráfico de pessoas não é um contrabando de migrantes e não é uma migração irregular, é uma distinta modalidade de violência e de crime.

Este crime atinge pessoas em situação intensa de vulnerabilidade psíquica, econômica, social, cultural e historicamente reproduzida. As pessoas traficadas, em geral, pertencem a grupos em uma experiência de desfiliação progressiva dos laços e instituições de mediação da sociedade. O Guia apresenta um quadro interessante com destaque para a descrição e conceituação do tráfico de pessoas e os objetivos deste crime internacional na rede organizada do comércio de órgãos e seres humanos (2016).

A tabela é formada por categorias, tais como: faixa etária, caráter, elemento material, tipificação legal, elemento subjetivo, idade da vítima, consentimento do migrante, caráter e participação de um grupo organizado. Destaca os critérios para

identificação do tráfico e descreve os processos de sujeição a que estas pessoas estão submetidas. Há uma modalidade de tráfico de pessoas para a realização de trabalhos domésticos; já, na exploração laboral, além do trabalho doméstico nas casas de famílias, há pessoas traficadas sendo utilizadas na indústria de manufaturas, de construção, em serviços e no lazer, na agricultura e no comércio da sexualidade (2016).

Crianças e adolescentes podem ser traficados para a adoção internacional, com fins de trabalho doméstico, na mendicância, em vendas em sinaleiros, no varejo de drogas e exploração sexual, em geral. Adultos, para trabalho análogo ao escravo em fazendas, na construção civil, na indústria para a produção de roupas e calçados, no tráfico de órgãos, em garimpos de mineração, em construção de hidrelétricas e também extração de frutos do mar.

É relevante observar quais são os roteiros do tráfico e descobrir os mapas e destinos, percursos e meios de realizá-los. Também é crucial mapear os modos de aliciamento realizados e os grupos que os fazem. Deve-se investigar o tráfico humano como uma modalidade de crime crescente e que desenvolve cada vez mais formas subreptícias de enganar as pessoas traficadas e as autoridades envolvidas no crime organizado do tráfico internacional humano.

A perda da liberdade de movimento é um ponto importante a ser observado na definição do tráfico de pessoas. Também vale destacar, na ação de vigilância policial se há o sequestro de documentos e pertences pessoais das pessoas que foram traficadas. Ainda é possível destacar as condições de moradia e trabalho, modos de recrutamento e a realização de violências e ameaças. É válido e de intensa importância saber quais são os sentimentos e a linguagem não verbal, os quais permitem denunciar o tráfico de pessoas.

Entre os movimentos sociais e atores históricos mais ativos nesta questão é possível encontrar: a Pastoral da Terra, a Pastoral da Criança, os grupos feministas, os pesquisadores da área social do trabalho e da garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Estas resistências foram cruciais para a pressão nacional e regional no Brasil com fins de impulsionar a resistência a este crime.

O acirramento da mundialização da economia e da cultura opera na sustentação do solo pelo qual o tráfico internacional de pessoas e o aumento da exploração do trabalho acontecem. Para resistir aos efeitos nefastos da globalização em termos de um tipo preocupante de violência realizada na esfera da exploração do trabalho e transporte ilegal das pessoas vale observar a internacionalização do

Direito e da política transnacional da multilateralidade na resolução de problemáticas mundiais, às quais envolvem diversos países, continentes e hemisférios.

Observa-se o quanto a vida de alguns grupos se tornou mercadoria para o tráfico enquanto negócios de outros, os quais comercializam vidas, constituídas como descartáveis objetos de lucro, no mercado dos corpos desprovidos de respeito, dignidade e cidadania. Estas vidas vendidas no tráfico de pessoas são desqualificadas e passam a ser adjetivadas de coisa-objeto para o empresariamento das relações, na capitalização da espécie, a partir do momento em que a vida entrou no cálculo da economia política global, no liberalismo sem fronteiras.

A construção da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e os seus efeitos de implementação, no Brasil

Em 2006, a partir da publicação do decreto presidencial N. 5.496, em 26 de outubro pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva é iniciada a construção nacional de uma política do enfrentamento ao tráfico de pessoas, no Brasil, sendo composta por 9 ministérios envolvidos. Este número é expressivo da força inicial do projeto de resistência a uma prática tão arraigada no país e que deixa um resultado de grande impacto e prejuízo à saúde das pessoas, mental e coletiva, além do âmbito da violação de direitos e da violência intensa sofrida por todos e todas que são alvo desta prática de crime, denominada Tráfico de Pessoas.

Após este ato, em 2007, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sequência à construção efetiva da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Sequencialmente, foram produzidos os dois planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas, sendo o primeiro, em 2008, no governo do Presidente Lula e, o segundo plano, em 2013, na primeira gestão da Presidenta Dilma Roussef. Do primeiro plano para o segundo houve uma ampliação da participação de entidades e atores sociais, envolvidos na formação de uma densa e forte rede de enfrentamento.

Houve a delimitação de três eixos estratégicos, no I Plano Nacional (2008), quais sejam: Prevenção ao tráfico de pessoas; Atenção às vítimas; Repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores. No II Plano Nacional, já prevê capacitações para os profissionais lidarem com este acontecimento e também fortalecer as políticas públicas, as redes de atendimentos e ações para enfrentar o tráfico de pessoas.

Nos dois Planos Nacionais, o eixo da repressão é prioritário, estando com foco na punição, cada vez mais recrudescida ao longo do desenvolvimento da política institucionalizada frente a este objeto e à sua gravidade, nacional, no Brasil. Entre os objetivos relatados no II Plano (2013), estavam os: ampliar e aperfeiçoar as instâncias de monitoramento desta prática, trazendo também o eixo da prevenção ao tráfico de pessoas. A política preventiva lança mão de uma tentativa de proteger por antecipação, no monitoramento realizado dos trajetos em que há recorrência de ser percurso do tráfico de pessoas. O mapeamento destas regiões, locais e vias comumente utilizadas auxilia no resgate e no bloqueio da operação de tráfico ainda dentro do país.

Se o eixo da política era mais focado na punição, com o II Plano passa a ser a prevenção como estratégia de proteção mais eficaz e menos onerosa em diferentes aspectos. A prevenção implica em policiamento ostensivo, mas em cuidado em saúde e psicossocial de grupos constituídos como vulneráveis diante das redes de exploração e tráfico que tentam aliciar pessoas.

Biopolítica e o tráfico de pessoas: quando os documentos são desmontados enquanto monumentos

No escopo analítico deste texto é relevante assinalar as contribuições de Michel Foucault (1988; 1999), no que tange à biopolítica, pois se trata de um operador crucial nas problematizações a respeito de diversas práticas realizadas no tráfico de pessoas, no contemporâneo. Foucault, em seus estudos sobre o governo das condutas, destacou que o racismo de sociedade e de Estado na biopolítica enquanto gestão da vida na sociedade contemporânea é uma prática de fazer viver e deixar morrer, a qual emerge a partir da segunda metade do século XIX. O valor da vida trouxe à tona a noção de merecimento de tê-la ou não. Fazer viver e deixar morrer implicou em criar uma medida hierárquica de quem deve viver e pode desfrutar de favorecimentos ao aumento do tempo de vida como sobrevivente à crise e quem se torna um inimigo dos sobreviventes das populações em risco e perigo, nas análises da economia política, sobretudo, na emergência do neoliberalismo que fez acirrar as disputas por renda, trabalho, políticas sociais, moradia, alimento, água, minérios, alimentos, transporte etc.

O racismo, na biopolítica, age na avaliação de quem deve viver ou não. Os matáveis e aqueles que seriam aniquilados politicamente, educacionalmente, na

saúde e na garantia de direitos entram nessa trama estratégica do jogo neoliberal dos custos e benefícios de cada ato e decisão política, na esfera da chamada sociedade empresarial e investidora. Ser impedido de acessar o lugar de sujeito de direitos e sujeito econômico, nessa sociedade é uma maneira de deixar morrer e matar em nome da vida de alguns face aos outros (Foucault, 2008).

A biopolítica passou a ser vinculada à bioeconomia e ao biovalor, no mercado internacional da vida. A vida, desprovida de "humanidade" foi capitalizada e ganhou estatuto biológico de produto a ser negociado e colocado em prateleiras do biocapital. A economia da vitalidade implicou em comprar e vender células, genes, cordões umbilicais, órgãos, corpos para o trabalho forçado etc (Miller & Rose, 2012).

Segundo Rose (2011), a vida para o comércio é o resultado da decomposição de funções de um organismo, fragmentado em partes valorizadas no mercado financeiro atual. Com efeito, um corpo traficado é uma vida do sobrevivente em que o deixar morrer ganhou dimensão de uma deriva sem rumos existenciais e se tornou a única possibilidade de não morrer corpo biológico, na coisificação subjetiva do trecho a ser percorrido na condição de mercadoria.

O tráfico de pessoas no Pará a partir dos relatos à CPI

O documento analisado neste tópico é o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) publicado em maio de 2014 pela Câmara dos Deputados. Ele tem como objetivo investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis em um período que compreende os anos de 2003 a 2011. O material possui 393 páginas, abrangendo casos situados nas mais diversas regiões do país. Neste capítulo, nos atemos somente aos acontecimentos localizados no estado do Pará.

As pessoas que depuseram à CPI relatando casos no estado representam diversas instituições como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará (SEJUDH-PA), deputados estaduais, delegadas(os) da Polícia Civil do Pará, conselheiras(os) tutelares, membros do Núcleo de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas no Pará, membros de comissões municipais, representantes de movimentos sociais, promotores de justiça do Ministério Público do Estado do Pará e membros do Centro de Defesa da Criança e do Adolescentes (CEDECA/EMAÚS), além de participantes da plateia nas sessões realizadas que tiveram parentes vitimados pelo tráfico.

Verificaram-se maneiras bem divergentes de avaliar a operacionalização das políticas públicas voltadas para o combate ao tráfico de pessoas. Alguns participantes ligados ao governo do estado teceram elogios aos programas que vêm sendo desenvolvidos no Pará atendendo crianças, adolescentes e mulheres nesta situação. Já membros de outras entidades e dos movimentos sociais levantam questionamentos sobre esta efetividade das políticas ao perceberem que casos identificados não recebem soluções satisfatórias. As rotas do tráfico são conhecidas, os seus operadores são apontados, contudo a situação se mantém.

Analisou-se que o tráfico de pessoas abrange diferentes regiões do estado. Em cada uma delas, ele ganha contornos distintos que se alinham às particularidades de dos territórios. Há relatos de tráfico de pessoas na região do Marajó (nos municípios de Breves e Portel), na região do Xingu (envolvendo o município de Altamira e outras cidades próximas), no nordeste do Pará (município de Bragança), no sudeste paraense (Marabá), na região do Baixo Amazonas (fronteira do município de Oriximiná com o Suriname), na cidade de Barcarena e na capital Belém.

No Pará, segundo relatos colhidos pela CPI, foram registrados 13 em 2011; 12 casos em 2012 e, até aquele momento, havia 18 notificações em 2013. Costumeiramente, as denúncias são recebidas pela polícia sob um disfarce de ocorrência de "fuga de lar", desaparecimento, violência sexual ou abuso sexual.

As peculiaridades destes casos dão conta de homens levados para trabalhar em condições análogas à escravidão em campos ou garimpos pelo país e no exterior; mulheres submetidas a trabalhos domésticos análogos à escravidão e prostituição no mercado internacional; crianças e adolescentes sendo usadas para trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil doméstico e prostituição; travestis em idade adulta ou ainda adolescentes exploradas(os) no mercado nacional e internacional do sexo.

É bem presente nos discursos colhidos pela CPI que a desigualdade social presente no estado parece facilitar que pessoas sejam convencidas por promessas ilusórias de bons empregos, carreiras promissoras e uma vida melhor, submetendo-se inclusive a situações de escravidão. É o que se verifica, por exemplo, na história de homens e mulheres encontradas na cidade de Caiena, no Suriname, vindas do estado do Pará. Aceitando falsas promessas de um futuro melhor, elas são levadas para outros países. Nestes locais, seus documentos são retidos e são submetidas a esquemas de segurança fortemente estruturados para reduzir sua possibilidade de fuga, ficando presos em uma situação de escravidão e de miséria.

O maior número de relatos à CPI tem relação com acontecimentos vividos no município de Altamira. Eles envolvem a obra da usina de Belo Monte e seus atravessamentos no cotidiano desta localidade. Por conta deste projeto, a referida cidade está vivendo um contexto intenso de atração de pessoas para o trabalho na região. Isto tem se traduzido em um inchaço populacional além da capacidade estrutural da cidade.

Os relatos descrevem que Altamira é um dos locais menos procurados para lotação nos departamentos da Polícia Federal. Por não conseguirem pagar os altos valores dos aluguéis de imóveis da cidade e o elevado custo de vida, os agentes tem dificuldades de ir para a localidade. Isto acontece também com os demais órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), entre outros. Esta e outras dificuldades limitam a atuação do poder público na região.

A busca das entidades por uma responsabilização do consórcio construtor de Belo Monte para ações de prevenção, de repressão e de investigação no entorno dos canteiros de obra mostrou-se infrutífera. Algumas pessoas defendem que haja uma paralização das obras da usina a fim de que a comunidade possa se recuperar dos danos nos mais diversos níveis de vida causados pelo projeto na região.

A exploração sexual no entorno de Belo Monte acontece ao longo dos rios, em embarcações. Esta parece ser uma peculiaridade do tráfico de pessoas no estado do Pará. Mulheres são levadas até a localidade em busca de uma perspectiva melhor de vida, porém acabam sendo sujeitas unicamente ao trabalho sexual.

Verifica-se uma significativa quantidade de discursos à CPI abordando a necessidade de mais políticas públicas para a região. Solicitam-se com urgência delegacias para atendimento a adolescentes e mulheres, instalações efetivas do projeto PROPAZ, conselhos tutelares, construção de CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras drogas) e abrigos para atender mulheres vítimas de situação de violência.

Um dos resgastes de pessoas nesta região aconteceu por conta da fuga de uma delas de certa boate localizada em Vitória do Xingu, onde era mantida em privação de liberdade. A localização desta adolescente contribuiu para a libertação de mais quatro pessoas (três adolescentes e uma adulta travesti).

Uma das peculiaridades do estado do Pará que dificultam o controle do tráfico é a presença de grandes extensões de fronteiras com outros países e a pequena presença do poder público ao longo delas. Por conta disso, há uma dificuldade no monitoramento do tráfico que transita nestes locais. Como, por exemplo,

na fronteira do município de Oriximiná, na região do Baixo Amazonas, com o Suriname. Relatos à comissão dão conta da falta de patrulhamento e de postos de fiscalização em aeroportos e rodoviárias no local, em quantidades suficientes.

O tráfico no sudeste do Pará, mais especificamente no município de Marabá, vem trazer outra singularidade. Na região, funciona uma rede de aliciamento de jovens para trabalhar como jogadores de futebol no Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. A Baixada Santista é o destino de várias crianças e adolescentes nestas condições que chegam ao local vindos de ônibus. Além de Marabá, estas costumam sair dos municípios de Jacundá e Tucuruí.

Como mencionado anteriormente, a rede do tráfico utiliza bastante os rios no Pará. O estreito do município de Breves, na região do Marajó, é apontado como um dos caminhos mais comuns. Há diversos relatos que presenciaram prostituição de jovens e crianças nos portos de Breves e Portel. Em Barcarena, município próximo à capital Belém, há um barco conhecido pelo esquema de tráfico de mulheres, nomeado como "Transputa".

A capital do Pará também se inclui dentro das rotas. Há grande quantidade denúncias feitas por conselheiros tutelares. Estes possuem um trabalho que lhes coloca em risco de morte por exporem o tráfico ao poder público. Atuam em condições precárias, sem receber proteção que possa lhes dar segurança na apuração das denúncias de tráfico envolvendo crianças e adolescentes. Recebem inúmeras ameaças de morte. Por conta disso, relatam por questão de segurança a necessidade de possuírem um veículo particular para se deslocarem até suas casas. Lidam com casos que envolvem denunciar pessoas que possuem contatos com políticos, que são cabos eleitorais de vereadores, conhecidos e parentes de prefeitos em municípios do Pará. Percebem o Estado como omisso diante desta situação.

Em geral, verifica-se no Pará que as pessoas submetidas a esta violência estão em condições de grande vulnerabilidade social, econômica e política. Esta condição precária de desfiliação remete à quase impossibilidade de existência, jogando os grupos massacrados por opções austeras e excludentes de trabalho e da economia findando refém de quem deveria observar as queixas e denúncias dos movimentos sociais e das pessoas vítimas desta prática. O quadro de miséria do estado (e do Brasil como um todo) é gritante e cria espaço para a realização de compra e venda das pessoas, sendo algo aviltante e intolerável. Quem é traficado e explorado encontra-se em uma situação limite de abandono do Estado, da sociedade e da família.

O tráfico de pessoas no Pará enquanto um acontecimento aponta para um insuficiente investimento nas políticas sociais variadas e/ou de um orçamento exíguo frente a necessidade de garantir a sustentabilidade de programas efetivos e regulares de cuidado integral das pessoas, no campo da cidadania plena.

Verifica-se que tanto as condições quanto a organização do trabalho são um problema para a atuação do poder público no cenário paraense. Os profissionais atuam em locais inapropriados, com falta de material próprio para o trabalho, com baixa quantidade de trabalhadores para um exacerbado número tarefas. A depender da região, o contexto socioeconômico da localidade faz com que diversos profissionais se recusem a atuar no município, como acontece em Altamira. Mesmo na capital, que goza de certo privilégio por conta de sua localização privilegiada em detrimento de outras regiões do Pará, a atuação do poder público sofre com a precariedade do trabalho.

Conclusões

Fica patente o fato de que o tráfico de pessoas opera pela fragilidade das políticas públicas voltadas ao trabalhador e à inclusão deste em grupos de atenção à vulnerabilidade por meio de políticas sociais efetivas. Além dos planos e guias de enfrentamentos e, também, fora os mapeamentos das zonas de tráfico e prevenção ao mesmo vale ressaltar as iniciativas da criação de uma política de trabalho eficaz com incentivos ao fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos como modo de dificultar a entrada de pessoas nas redes de aliciamento do tráfico de pessoas.

A saúde coletiva do trabalhador e a valorização das vidas na biopolítica sem atrelá-las ao capital internacional do corpo espécie biológica de modo avesso ao valor que não se esgota em cálculos estratégicos da bioeconomia e do biovalor. A gestão da vida e a política de governamentalidade pressupõe que o comércio deve traçar um campo ético dos negócios em que as vidas não podem ser lançadas ao descaso e à deriva do desvalor.

Não investir suficientemente nas políticas sociais, como é o caso do Pará, implica em estimular que os indicadores de miséria sejam cada vez mais crescentes o que pode ser uma alavanca para, no momento do desespero das pessoas, entrarem nas redes ilegais do comércio do valor dos capitais vitais negociados, no mercado da bioeconomia. Traçar os mapas do tráfico e criar planos de enfrentamento e guias é parte de uma tática nacional crucial, todavia, não é suficiente para barrar esta rede do capital corporal e vital.

O deixar morrer funciona na omissão diante da realidade dura e pouco otimista dos últimos acontecimentos na realidade brasileira, na qual se estreitam todo projeto

de sociedade pautado nas políticas públicas de proteção e garantia de direitos. Resistir ao desmonte deliberado, nos últimos tempos das políticas construídas é algo potente e necessário diante dos inúmeros ataques ao Estado Democrático de Direito.

A situação do Pará, historicamente, é emblemática no que tange ao desmonte das políticas sociais de enfrentamento ao tráfico de pessoas concomitantemente ao crescimento de indicadores de grande desigualdade socioeconômica da região em tela. A gravidade dos problemas sociais e políticos da Amazônia paraense, atrelada à ausência de um projeto democrático de cuidado e proteção efetiva aos trabalhadores da região, têm implicado, em um intenso acirramento da exploração do trabalho, acrescido das formas mais aviltantes e perversas de usos dos sujeitos sem perspectiva de vida, sendo que a prática do tráfico de pessoas é uma delas.

Esta biopolítica entra no jogo neoliberal do Estado enquanto racionalidade de governo liberal, voltado para o mercado e desprovido de intencionalidade social solidária e de cuidado como projeto de governo. A vida se torna espécie a vender e comprar e entra no plano da sobrevivência a qualquer custo, mesmo nas condições análogas à escravidão e tráfico humano.

Bibliografia

Brasil. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

Brasil. I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2008.

Brasil. II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

Brasil. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Tráfico de Pessoas, no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

Brasil. Guia de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

Foucault, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Foucault, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault, Michel. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Miller, P.; Rose, N. Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal. São Paulo: Paulus, 2012.

Rose, N. "Biopolítica molecular, ética somática e o espírito do biocapital". In: Santos, L. H. S.; Ribeiro, P. R. C. (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida. Rio Grande: FURG, 2011. pp. 13-32.

Mulheres em situação de rua e tecnologias de governo

Um ensaio sobre antropologia moral a partir do caso Adriana

Autora

Caroline Silveira Sarmento

Mestranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), bacharela em Ciências Sociais e em Biblioteconomia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS).
E-mail: caroline.sarmento@gmail.com

Resumo

O Jornal Boca de Rua é uma publicação em atividade desde o ano 2000 na cidade de Porto Alegre desenvolvida e vendida por pessoas em situação de rua. Seus textos, entrevistas, fotos e ilustrações são elaborados pelos componentes do jornal e o dinheiro arrecadado em sua comercialização é revertido integralmente para as pessoas em situação de rua, constituindo uma fonte alternativa de renda.

Atuando no Boca de Rua há mais de 4 anos como colaboradora voluntária, tive acesso a muitos relatos de retirada (e tentativa de) filhos de mulheres em situação de rua, o que no final de 2017 gerou a reportagem de capa no jornal intitulada "*Por que não podemos ser mães?*".

As denúncias dessa edição repercutiram gerando muitos debates e inclusive audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em maio de 2018. A partir de então dediquei esforços para acompanhar alguns casos e me debruçar sobre o tema, que se constitui em pesquisa de mestrado em andamento.

No presente texto, apresento de modo mais detalhado o caso Adriana, que venho acompanhando de perto desde 2018 e faço uma reflexão a partir da antropologia moral sobre as tecnologias de governo e as práticas de Estado no que se refere às mulheres em situação de rua.

Texto apresentado como produção final do Tópico Especial II – Vitimização e intervenção social: Agência e tecnologias de governo na abordagem antropológica ministrado pelos professores doutores Claudia Fonseca e Theophilos Rifiotis no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, em 2018/2.

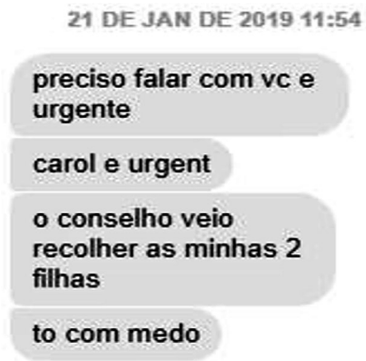
Palavras-chave

Mulheres em situação de rua; Tecnologias de governo; Antropologia social; Antropologia moral; Maternidade; Gênero;

Mulheres em situação de rua e tecnologias de governo

Um ensaio sobre antropologia moral a partir do caso Adriana

Caroline Silveira Sarmento



(DIÁRIO DE CAMPO, 22/01/2018)

As dinâmicas e singularidades das pessoas em situação de rua têm despertado maior interesse nos pesquisadores nos últimos anos, seja no âmbito acadêmico ou nos governos, especialmente locais. As pesquisas de cunho quali-quantitativo na cidade de Porto Alegre, por exemplo, vem demandando esforço por parte da prefeitura em contratar consultoria especializada para efetivá-las, particularmente nas duas últimas décadas. A última realizada em 2016 'Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre', encontrou na capital gaúcha 2115 pessoas vivendo nas ruas. A despeito da visibilidade produzida por essas pesquisas, a própria população de rua enfrenta dificuldades cotidianas e torna públicas suas denúncias de constantes violações de direitos. Uma das principais demandas é a implementação da Política Nacional para a População de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009, assinado pelo Presidente Lula, que foi bastante comemorado pela população de rua, em que pesem suas normativas e os objetivos serem constantemente reivindicadas por eles. Nesse contexto de luta e reivindicação pós-decreto, me inseri no Projeto de Extensão da Antropologia

da UFRGS intitulado "Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua"[17], coordenado pela profª Patrice Schuch, no ano de 2015 e a partir do contato com a população de rua comecei a refletir sobre a possível produção de um trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, o qual apresentei em 2017/2, tendo como tema pessoas em situação de rua, em particular as formas de gestão dessa população no Brasil.

O espaço que se constituiu como o campo dessa pesquisa foi o Jornal Boca de Rua[18]. Participo das reuniões semanais do Jornal desde maio de 2015 e foi a partir de então que me dediquei a realizar observação participante tanto nesse espaço quanto em atividades externas que envolvem a população de rua. Mobilizada pela temática de gênero, desde o início da participação no Projeto de Extensão dediquei atenção especial às mulheres em situação de rua, suas demandas e especificidades. Me mantive no Boca de Rua mesmo encerrado o Projeto de Extensão no final de 2015 e realizo até hoje atividades de apoio para as reportagens, fotografias, entrevistas e matérias. Por esse trabalho sou considerada colaboradora do Jornal – alcunha dada àqueles que fazem parte do Jornal, mas não estão/estiveram em situação de rua e também atividade esperada dos estudantes que procuram o Boca para realizar trabalhos acadêmicos, como forma de contrapartida pela aceitação do grupo. A aproximação com a população de rua, propiciada pelo trabalho intermitente há mais de 4 anos, permite a realização da etnografia não apenas nesse espaço mas em outros os quais percorro a partir da demanda do Jornal e das próprias pessoas. Com registro em diários de campo - de onde vem a imagem que consta na epígrafe deste texto - busco descrever eventos, reuniões, encontros, conversas e demais interações com a população de rua e também deles com agentes estatais.

No começo do ano de 2016 a jornalista e editora-chefe do Jornal Boca de Rua, Rosina Duarte, sugeriu como pauta a realização de uma matéria especial

17 O Projeto tinha como objetivo geral estabelecer um programa de colaboração e de efetivação de ações com os agentes, coletivos e órgãos de intervenção envolvidos na implantação das políticas e promoção dos direitos humanos para as pessoas em situação de rua em Porto Alegre/RS. A atuação por parte dos bolsistas (Bruno Fernandes e eu) ocorria regularmente em três espaços: Jornal Boca de Rua, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) e Escola Porto Alegre (EPA). O trabalho nos permitia acompanhar e realizar atividades que repercutiam na formação de um conjunto de ideias em torno dos direitos das pessoas em situação de rua, a partir das próprias experiências dos envolvidos.

18 Jornal Boca de Rua é um dos projetos da ONG Alice – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação –, que consiste em uma publicação desenvolvida e vendida por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Em atividade desde o ano 2000, seus textos, entrevistas, fotos e ilustrações são elaborados pelos componentes do Jornal e o dinheiro arrecadado em sua comercialização é revertido integralmente para as pessoas em situação de rua, constituindo uma fonte alternativa de renda.

sobre as mulheres. A ideia era inédita: a publicação já tinha mais de 15 anos de existência e aquela era a primeira vez que surgia a proposta de uma reportagem sobre as mulheres em situação de rua, em específico. Eram cerca de quinze mulheres envolvidas em um trabalho de mais de dois meses de discussão e construção da matéria. Debatemos as dificuldades de ser mulher e viver na rua, as motivações que as levaram para a rua, as estratégias de sobrevivência e segurança e muitos outros temas. A construção desta matéria suscitou diversas denúncias por parte das mulheres, desde a dificuldade de acessar equipamentos por falta de vagas, passando pelo precário atendimento dos profissionais desses espaços, até a impossibilidade de retirar anticoncepcionais orais – facilmente acessíveis nos postos para mulheres em geral – e preservativos femininos no Consultório na Rua, ao mesmo tempo em que os masculinos eram facilmente distribuídos. Muitas mulheres relataram casos de violência física e sexual, tanto advindas da situação de rua, quanto do convívio familiar enquanto viviam em residências. Quando questionadas, quase todas afirmaram terem sido vítimas de estupro, seja na infância, adolescência ou idade adulta, e algumas declararam esse tipo de violência como um fato frequente do cotidiano de quem faz da rua o seu espaço privado.

Denúncia delicada e quase unânime entre as mulheres que já haviam sido mães era o fato de não poderem ficar com seus filhos após o parto. Narrativas apontavam para a realização de uma audiência judicial quando ainda estavam no hospital, logo após o parto, para decidir sobre a guarda do recém-nascido. Tal problemática despertou meu interesse de pesquisa para o projeto de dissertação - o qual venho construindo e que se refere aos modos como o Estado/estado percebe as experiências de maternidade das mulheres em situação de rua - e é sobre essa questão que pretendo discutir no presente texto à luz das bibliografias de antropologia moral e de tecnologias de governo, considerando que:

> *Retirar um filho dos seus pais, ou ameaçar fazê-lo, é a arma absoluta nas mãos do Estado e das sociedades de beneficência para impor as suas regras. A norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização* (Fonseca; Cardarello, 1999, p. 109).

Interessa refletir sobre os valores e afetos presentes nos modos de governar as mulheres em situação de rua, nessa vida moral do Estado, que

constitui o eu e contribui para a ação no mundo (Howell, 1997). "Nosso senso de moralidade é, afinal de contas, o que constitui nossa sociabilidade, a própria base do relacionamento. Os humanos são inerentemente morais" (Howell, 1997, tradução nossa). Procuro perceber, dessa forma, a moral como um código que age a partir de comportamentos e também a agência dos sentimentos morais (Fassin, 2008), que produzem toda uma série de procedimentos nem sempre embasados em políticas instituídas, mas a partir da interpretação dos atores envolvidos.

Considerando minha militância junto à população de rua, que muitas vezes torna a escrita acadêmica acusatória contra o Estado ao reproduzir o discurso do movimento social, penso ser importante refletir, a partir da bibliografia sobre moral, como avançar da denúncia para a ação reivindicatória a partir da produção científica.

> *Em nosso trabalho de campo, às vezes é difícil evitar assumir uma posição moral. Nosso sentimento profundamente sentido de certo e errado é colocado severamente à prova quando observamos violência física socialmente sancionada, ou manifestações de relações de exploração entre pessoas sociais desiguais, como entre pais e filhos, maridos e esposas, ricos e pobres, senhores e servos, nobres e plebeus, etc. Os antropólogos podem facilmente se encontrar em situações em que seu papel desinteressado é severamente desafiado. Isso, por sua vez, pode resultar em uma relutância em conduzir uma análise desinteressada do sistema moral em questão, a par com uma análise do sistema de parentesco, relações de troca ou qualquer um dos temas antropológicos mais tradicionais. No entanto, na minha opinião, isso deve agir como um estímulo para a investigação, reflexividade e interpretação, não como um amortecedor.* (Howell, 1997, p. 9-10, tradução nossa)

É um desafio constante evitar assumir uma posição moral em campo e também fugir da armadilha dicotômica entre certo (mulheres ficarem com seus filhos) e errado (Estado retirar os filhos). Desse modo, o exercício de problematização a partir de Fassin sobre moral e Estado/estado colabora para complexificar a discussão e canalizar a indignação causada pela frequente ameaça de perda da guarda dos filhos pela qual as mulheres em situação de rua passam.

> *Por "moral" não quero dizer nenhum tipo de normas e valores, de certezas sobre a verdade ou conhecimento (freqüentemente escrito com letra maiúscula), de denúncia de poder ou autoridade (separando claramente os dois): simplesmente me refiro à crença humana na possibilidade de distinguir o certo do errado e a necessidade de agir em favor do bem e contra o mal [...] Da mesma forma, uma antropologia moral não propõe um código de boa conduta ou um guia para uma sociedade melhor. Ela ajuda a entender os princípios e práticas avaliativos que operam no mundo social, os debates que eles suscitam, os processos pelos quais eles são implementados, as justificativas que são dadas para explicar as discrepâncias observadas entre o que deveria ser e o que é de fato.* (Fassin, 2008, p. 334-335, tradução nossa)

No decorrer do período de campo recebi relatos de casos passados sobre perda da guarda de filhos, não só no hospital, mas também meses ou anos após o nascimento. E vi alguns casos acontecerem com mulheres e casais no tempo em que estou no Boca de Rua, mas não consegui ter muito acesso aos trâmites todos que envolveram esses eventos. Contudo, acompanhei de perto a gestação de Adriana[19], repórter do Jornal que engravidou em meados de 2018 - e autora da mensagem que recebi via Facebook que consta na epígrafe deste texto. Decidi escrever sobre o caso dela tanto pela proximidade que tive/tenho do caso quanto pela pertinência com relação às discussões deste livro, O Extermínio dos Excluídos.

Adriana, mulher negra de 28 anos, descobriu estar grávida em meados de 2018, nas primeiras semanas de gestação. Há pouco havia rompido o namoro com o genitor do bebê, que retornou para casa em outro estado do país e ela decidiu não procurá-lo para relatar a gravidez. Iniciou o pré-natal e levava sempre consigo uma pasta cartolina de plástico verde onde guardava organizadamente sua carteirinha do posto (com as marcações de consultas), exames, encaminhamentos e toda série de documentos sobre sua gestação. Fazia questão de atualizar os colegas do Boca de Rua semanalmente em nossas reuniões de pauta sobre o andamento do pré-natal e sobre como estava o bebê. A percepção que tínhamos, enquanto seus colegas, de que ela realizava corretamente e com dedicação o pré-natal foi confirmada após o nascimento do bebê pela assistente social do hospital que, em duas ocasiões, relatou "A Adriana fez direitinho o pré-natal, fez 7 consultas, nunca faltou. Fez muito melhor que muitas mães que chegam até nós sem o histórico de rua" (Diário de Campo, 18/01/2018).

19 Importante mencionar o debate de Claudia Fonseca acerca do uso de nomes fictícios não garantir o anonimato aos informantes "porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais tanto do local, quanto do indivíduo" (2008, p. 45), o que não impede que pessoas próximas do contexto etnográfico possam reconhecer os personagens, nomeados ou não. Ainda assim, considerando que o pesquisador tente se equilibrar em uma corda bamba - procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo em que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia (FONSECA, 2008) –, optei por utilizar nomes fictícios para as pessoas mencionadas neste texto.

Adriana havia me contado anos atrás que saíra da casa onde cresceu em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, por desentendimentos com os irmãos. Segundo sua narrativa, ela era adotada não legalmente e quando os pais faleceram, os irmãos passaram a tratá-la muito mal, afirmando que ela não tinha o direito de permanecer na residência, única herança deixada aos filhos. Cansada das brigas, ela deixou a casa e sua filha ainda pequena para viver nas ruas, há cerca de 8 anos. Sua irmã mais velha ficou responsável pela criação de Antonella e algum tempo depois recebeu a guarda judicialmente, em comum acordo com Adriana, que visitava a família com certa frequência. A relação com a família havia se tornado menos problemática devido à distância, o que permitia que vez ou outra Adriana passasse temporadas em casa. Ao descobrir a gestação, no outono de 2018, Adriana, cessou o uso de crack, prática que fazia sistematicamente até então. Prosseguiu, segundo ela, apenas com o cigarro. Na primeira consulta de pré-natal a informação do uso pregresso de crack foi inserida em sua ficha pelo médico que a atendeu. Ainda que ela tenha realizado todos os exames, consultas e procedimentos corretamente, foi o histórico de uso de crack marcado em sua ficha médica que, segundo Adriana, provocou a tentativa de retirada de seu bebê.

Conhecendo dezenas de mulheres em situação de rua cujos bebês haviam sido retirados ainda no hospital, cerca de 4 meses antes do parto, Adriana retornou para casa. Com apoio da irmã, do irmão e das sobrinhas já adultas, se instalou novamente na casa na qual crescera e iniciou o enxoval do bebê, que àquela altura já sabia se tratar de uma menina, Antônia. A expectativa era de que, não estando mais na rua - e também não fazendo uso de crack -, não haveria motivos para perder a guarda da filha. Nos dias iniciais de 2018, parecendo muito animada e contente, Adriana me chamou no bate-papo do Facebook pedindo para avisar ao grupo do Boca de Rua que, por já ter completado os 9 meses de gestação, estava em casa de repouso e não poderia ir nas reuniões semanais do Jornal. Nessa conversa, pedi a ela que, se fosse possível, me avisasse pelo mesmo canal da rede social quando fosse para o hospital, para que eu pudesse visitá-la.

No dia 10 de janeiro Adriana me chamou no bate-papo da rede social avisando que Antônia havia nascido há 3 dias e que estava com dificuldade de tirá-la do hospital, que é público. Já tendo recebido alta, Adriana iria visitar a bebê no dia seguinte e pediu que eu fosse junto pois precisava desabafar (palavras dela). Marcamos às 14h, cheguei um pouco mais cedo e busquei informações com

uma enfermeira solícita e simpática chamada Cibele. Ela ficou bastante surpresa positivamente quando informei ser colega de Adriana, pois achava que "não tinha ninguém por ela", embora a irmã de Adriana ter acompanhado ela na ambulância até o hospital, ter acompanhado o parto e ir visitar a bebê junto. Cibele insistiu que eu fosse falar com a assistente social para contar que Adriana trabalhava no Boca de Rua. A impressão que tive é que minha aparência, de um corpo branco, de classe média, com todos os dentes na boca (ao contrário de Adriana e sua irmã) legitimava frente ao Estado-Hospital uma voz que seria ouvida e considerada - diferente de Adriana. Ao solicitar informações sobre a bebê, a enfermeira disse que precisava ganhar peso para receber alta e que a "questão social" ela não poderia me dar detalhes. Adriana chegou e fomos para fora do hospital conversar. Ela relatou que psicóloga e assistente social do hospital estavam em vias de marcar audiência com juiz para decidir se ela poderia ou não levar Antônia com ela para casa. Questionei o motivo visto que ela havia realizado pré-natal e saído das ruas, e foi nesse momento que eu soube que foi em função de seu histórico de crack constar na ficha médica.

Quando ela deu entrada no hospital para o parto, os agentes da saúde acessaram sua ficha, com informações não apenas médicas, mas também da assistência social, pela rede municipal que existe entre instituições que trabalham com população de rua. Quatro dias após minha primeira ida ao hospital, retornei com mais 4 colegas do Boca de Rua e Adriana para conversar com a assistente social na tentativa de compreender porque a bebê não recebia alta e também qual o embasamento/normativa que autoriza o pedido de audiência judicial para determinar se uma mãe pode ou não retirar um filho do hospital. A assistente social foi bastante simpática, nos atendeu de pronto e, muito surpresa com a "comitiva" mobilizada por Adriana, relatou que a audiência era apenas uma formalidade e que a sugestão do hospital para o judiciário era de que a bebê ficasse sob a guarda compartilhada entre mãe e tia. Sobre o motivo de acionar a justiça, ela afirmou que Adriana fez uso de crack durante quase toda a gestação, ao que respondi:

– Mas ela disse que quando soube da gravidez parou com o uso.

– Eu não acredito que ela tenha parado todos esses meses.

A dúvida que instigou minha reflexão naquele momento e agora ao tentar problematizar o caso descrito a partir da questão moral é: com base em que a assistente social não acreditou em Adriana? E mais, como é possível, aceitável

e legitimado a opinião de não acreditar na afirmação de uma mulher porque essa mulher é pobre, negra, morou na rua e fez uso de substâncias psicoativas? Considerando a dimensão moral presente na forma como o hospital, representado pela assistente social, avalia e sente o caso, é possível perceber a economia moral que atua aqui. "As economias morais representam a produção, a circulação e a apropriação de valores e afetos em relação a uma dada questão social" (Fassin, 2013). Ao colocar em suspeição a palavra de Adriana, a assistente social aciona uma rede de outros agentes do estado (equipe da assistência social do município, conselho tutelar, judiciário), os quais irão intervir direta ou indiretamente na decisão da guarda da criança ficar ou não com a mãe. Tal decisão dificilmente ocorre em hospitais privados, quando mulheres de famílias abastadas - que são ouvidas e acreditadas - têm seus filhos.

> é em suas margens, composta ao mesmo tempo em termos de populações, territórios e políticas, que o estado contemporâneo pode ser mais bem capturado - na maneira como lida com seus pobres, seus delinquentes, seus ...imigrantes e seus detidos, na maneira como administra bairros urbanos sensíveis e zonas de espera na fronteira, estabelecimentos penitenciários e centros de detenção, no uso de práticas ao mesmo tempo opacas e espetaculares, desviantes ou ilegais... (Fassin, 2013, tradução nossa)

É importante compreender os modos como ocorre a retirada dos filhos das mulheres em situação de rua - no caso de Adriana justificado pelo uso de crack - acompanhando de perto os caminhos pelos quais essas mulheres percorrem ao se descobrirem grávidas; e todo o histórico de saúde e assistência social que é considerado também. Desse modo, explorar o coração do Estado significa penetrar no funcionamento comum das instituições públicas e também examinar os valores que afetam as políticas e práticas subjacentes (Fassin, 2013, tradução nossa). Ao observar as práticas dos agentes estatais, é possível notar que:

> ...não é apenas o Estado que dita uma política aos seus agentes, são também os próprios agentes que fazem a política do Estado, sentindo-se mais ou menos limitados pelo escopo de seu trabalho e recursos, tomando mais ou menos iniciativa em relação aos regulamentos que lhes são impostos e, em última análise, politizando no sentido mais amplo do termo suas ações, isto é, dando-lhes significado político. (Fassin, 2013)

Ainda de acordo com Fassin (2013), a observação das práticas dos agentes do Estado bem como a análise do discurso público e da ação pública, revelam, muitas vezes, lógicas complexas que às vezes são surpreendentemente contraditórias, às vezes simplesmente dissonantes ou diferentes. Algo que pode ser notado com o desenrolar do caso de Adriana. Na audiência, realizada no dia 17 de janeiro, a juíza decidiu conceder a guarda de Antônia para a mãe - mesmo que o hospital houvesse sugerido guarda compartilhada com a tia. Tal fato ocorreu pela presença de uma advogada[20] que insistiu nesta solicitação. De todo modo, o "final feliz" daquele momento foi surpreendente para todos os envolvidos, haja vista quase todos os casos anteriores conhecidos de bebês tutelados a terceiros. Saímos do fórum direto para o hospital, que aguardava apenas a decisão da audiência para dar alta à Antônia. Naquela sexta-feira à tardinha, após algumas horas, mãe, tia e bebê foram para casa. Três dias depois, na segunda-feira, Adriana me envia pelo bate-papo da rede social a mensagem que abre este texto, reproduzida aqui:

> *preciso falar com vc e urgente*
> *carol e urgent (sic)*
> *o conselho veio recolher as minhas 2 filhas*
> *to com medo*
> (DIÁRIO DE CAMPO, 22/01/2019)

Telefonei para Adriana que, entre muito choro, relatou que o Conselho Tutelar da região de sua cidade chegou em sua residência querendo recolher suas duas filhas, Antonella, de 8 anos e Antônia, recém-nascida. Muito nervosa ela contou que a justificativa dada pelo Conselho era de que as crianças estavam sob guarda de duas pessoas diferentes (ela e a irmã), o que estava errado. E o mais importante argumento era de que naquela cidade o tratamento no CAPS[21]

20 Após tentativa de diálogo com Defensoria Pública na véspera da audiência, vendo o desespero de Adriana com medo de não poder ficar com Antônia, fiz um post no Facebook pedindo advogada/o. O apelo teve grande repercussão, compartilhamentos, amigos indicando amigos e conhecidos, mas apenas uma advogada aceitou ajudar. A equipe do hospital (assistente social e psicóloga), da assistência social do município e a própria assessora da juíza, quando veio até o saguão do fórum chamar as partes do processo para entrar na sala de audiência, se surpreenderam com a presença da advogada.

21 São pontos de atenção estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Unidades que prestam serviços de saúde de caráter aberto e comunitário, constituído por equipe multiprofissional que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial. São substitutivos ao modelo asilar, ou seja, aqueles em que os pacientes deveriam morar (manicômios). No caso de Adriana, é o CAPS ad Álcool e Drogas,

– compromisso assumido por Adriana na audiência para que pudesse ficar com a bebê – era realizado com mãe e filho separados, ou seja, segundo o Conselho Tutelar, as filhas seriam retiradas enquanto a mãe faz o tratamento e apenas ao final dele, recebe as filhas de volta.

Ela ainda relatou que o Conselho daquela região é bastante conhecido por retirar filhos dos braços das mães, contou histórias de casos que circulam de boca em boca entre os vizinhos. Após conversar por alguns minutos e tentar acalmar Adriana, fiz contato com a advogada que nos ajudou na audiência que, indignada, assumiu o caso. A advogada relata encontrar resistência tanto em propôr diálogo entre a assistência social de Porto Alegre (que sempre atendeu Adriana) e o Conselho Tutelar da cidade onde reside, quanto em conseguir diálogo com o próprio Conselho Tutelar.

Mesmo sabendo que, teoricamente, é necessário intervenção judicial para recolher (usando os termos de Adriana) crianças, o temor persiste em todos que estão de certa forma próximos de Antônia, principalmente Adriana, com quem tenho conversado quase que diariamente por telefone ou rede social. Difícil deixar de pensar no que leva o Conselho Tutelar de uma cidade a entrar na casa de uma família e ameaçar levar duas crianças sem nenhuma denúncia de maus tratos ou negligência. Instituições, como o Conselho Tutelar, são locais onde o Estado é produzido e essa produção:

> não ocorre no vácuo: opera em um ambiente ideológico e sob restrições regulatórias. Também não existe na abstração: procede das ações individuais e coletivas dos agentes [...] o que é notável não é apenas que essas instituições duram, mas que a sociedade é produzida e reproduzida através delas. (Fassin, 2013)

Ao apontar o possível ambiente ideológico de ação dos agentes estatais não pretendo inferir um "tom apocalíptico em que os administradores e funcionários das instituições parecem representar as forças do mal" (Fonseca; Cardarello, 1999, p. 91), meu interesse é colocar em questão as lógicas complexas e contraditórias percebidas no caso específico em análise aqui. Interessa ainda compreender as múltiplas formas de ação que podem decorrer da tentativa aplicar medidas do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo. O que leva a refletir sobre a noção de Fassin (2010) de governo humanitário:

que consiste no atendimento a todas faixas etárias, especializado em transtornos pelo uso de álcool e outras drogas, atende cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental>. Acesso em: 15 jun. 2019.

> *Proponho chamar "governo humanitário" a implantação dos sentimentos morais nas políticas contemporâneas. Governo no sentido mais amplo, como um conjunto de dispositivos estabelecidos e as ações realizadas para administrar, regular e favorecer a existência dos seres humanos; o governo inclui mas excede a intervenção do Estado, das coletividades territoriais, dos organismos internacionais e geralmente das instituições políticas. Humanitário deve também ser compreendido de modo amplo, na dupla dimensão que tem a noção de humanidade, uma parte como o conjunto de seres humanos que partilham uma mesma condição e por outra parte como movimento afetivo que conduz até outros semelhantes.* (Fassin, 2010, p. 10, tradução nossa)

Considerando as diferenças entre o campo de Fassin nesta reflexão e o caso apresentado no presente escrito, é possível também notar similaridades, visto que o caso francês reflete sobre o fato de o discurso dos afetos e dos valores terem no mundo contemporâneo um rendimento político alto. No Rio Grande do Sul - a partir de Antônia, que mobiliza instituições de duas cidades - a retórica do "eu não acredito" da assistente social, a dimensão moral presente em torno da tentativa de impedir uma mulher negra, pobre, com histórico de rua e de uso de crack de ficar com seu filho demonstram o discurso de valores cujo rendimento político também é alto. Assim como Fassin (2008), que analisou o tipo de engajamento moral que a sociedade francesa tinha com desempregados e imigrantes nos anos 1990 e as mudanças que ocorreram na percepção dos pobres e dos "outros" no sentido de apreender o que significava demonstrar compaixão em vez de justiça, é possível notar algumas semelhanças com Porto Alegre atualmente em relação a população de rua. Em questionário aplicado por pesquisa em 2016, 79,4% das pessoas que vivem nas ruas em Porto Alegre responderam que são tratados com preconceito pelos portoalegrenses (Universidade …, 2016). E muitas são as discussões da população de rua, principalmente aquela articulada no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), acerca da "fome por direitos" - numa interessante tentativa de mobilizar sociedade e Estado por políticas públicas, isto é, colocando em oposição as doações de comida (compaixão) e a política pública (justiça).

Tenciono com o presente texto provocar reflexões sobre meu campo de pesquisa, em especial sobre o caso Antônia que está se desenrolando no momento desta escrita, em conexão com as discussões sobre antropologia moral e tecnologias de governo, propostas principalmente por Fassin. Busco, neste autor, o

embasamento teórico conceitual e também estímulo para o compromisso político de minha pesquisa, quando discorre sobre a moral do antropólogo:

> *apenas quero sublinhar o fato de que a indignação moral tem tornado-se um recurso importante na escolha de tópicos a serem estudados, em particular entre pesquisadores ou estudantes mais jovens, com o risco óbvio de confusão entre interpretação antropológica e avaliação moral. A consequência é a necessidade de um metodologia e ética ainda mais exigentes. Quanto mais conscientes e críticos de nossas próprias pressuposições ou certezas morais - em vez de mantê-las na caixa preta do autocontentamento -, mais somos capazes de respeitar os fundamentos epistemológicos e de preservar os compromissos políticos de nosso trabalho científico.* (Fassin, 2008, tradução nossa)

Fassin (2008) conclui que é epistemologicamente e politicamente crucial levar em conta a reflexividade moral como parte de nossa atividade de pesquisa e questionar os valores e julgamentos que fundamentam nosso trabalho. Para ele, a antropologia moral - ciência da moral baseada no trabalho etnográfico - "deve sempre permanecer problemática, no sentido de que sempre deve colocar problemas ao pesquisador epistemológica e eticamente" (Fassin, 2008, tradução nossa). Este é um desafio constante no meu campo de pesquisa, pois além de lidar com questões sensíveis, a aproximação que criei nos 4 anos de relação com a população de rua demanda de mim contrapartidas como as que mencionei no decorrer do texto, de buscar apoio jurídico, oferecer ajuda, conversar, me colocar disponível. Se evitar questões morais pode ser visto como uma posição moral também (Fassin, 2008), penso ser importante assumir a reflexão e considerar que "no final de nossa jornada ao coração do Estado, sustentamos que é de acordo com esses dois critérios [injustiça e desigualdade], tanto morais quanto políticos, que as sociedades contemporâneas devem ser julgadas" (Fassin, 2013, tradução nossa). Na tentativa de que Antônias outras tenham o direito de viver com suas mães.

Bibliografia

FASSIN, Didier. Preface to the English Edition: 'Can states be moral?', Introduction: 'Governing precarity" e Conclusion: Raisons d'Etat. In: At the heart of the state: the moral world of institutions. London: Pluto Press, 2013.

FASSIN, Didier. La raison humanitaire: Une histoire morale du temps présent. Paris: Gallimard/Seuil, 2010.

FASSIN, Didier. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals. Anthropological Theory 8 (4), 2008.

FONSECA, Claudia, 2008. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia "em casa". Teoria e Cultura, v. 2, n. 1 e 2, jan./dez. 2008, p. 39-53.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, n. 10, p. 83-121, maio 1999.

HOWELL, Signe. Introduction. In: Howell S., The Ethnography of Moralities. London: Routledge, 1997, p. 1-22.

SARMENTO, Caroline Silveira. Diário de campo. Anotações realizadas no período de 5 de maio de 2015 a 25 de janeiro de 2019. Porto Alegre, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 2016. 103p. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=120>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

Judicialização da Vida na Contemporaneidade: terceirizando conflitos e ampliando o poder punitivo

Autores

Cássia Maria Rosato
Doutora em Psicologia, Mestre em Psicologia e Direitos Humanos, psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
E-mail: crosato@tjsp.jus.br

Pedro de Oliveira Filho
Professor Associado da UFCG e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE.
E-mail: deoliveirafilhopedro@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva problematizar a noção de conflito e o fenômeno da judicialização da vida na contemporaneidade. Para tanto, utilizamos ferramentas teóricas de Giorgio Agamben e Michel Foucault para compreender como essas questões têm atravessado o cotidiano de determinadas populações brasileiras, especialmente as consideradas periféricas. Do filósofo italiano, os conceitos de estado de exceção e *homo sacer* (vidas nuas) são fundamentais; já do pensador francês, retomamos a ideia de biopolítica e governamentalidade para entender o nosso complexo presente.

Palavras-chave

Conflitos. Judicialização. Periculosidade. Punição

Cássia Maria Rosato
Pedro de Oliveira Filho

"O sentido da política é a liberdade."
Hannah Arendt – O que é política?

Introdução

Pretendemos, no presente artigo, problematizar questões da contemporaneidade, especialmente naquilo que se refere à ideia de conflito e judicialização. Para tanto, é importante ressaltar que estamos partindo da noção de judicialização da vida enquanto um fenômeno contemporâneo em que se busca o Poder Judiciário para resolver conflitos das mais diversas ordens. Questões familiares, conjugais, comunitárias, entre vizinhos, e outras divergências, geralmente da esfera privada, acabam não sendo resolvidas localmente entre as partes envolvidas, exigindo a participação de terceiros na resolução desses impasses. Oliveira e Brito (2013) aprofundam essa ideia, quando dizem que além de recorrer ao Poder Judiciário, nessa lógica de judicialização:

> ... também se incorporam e se legitimam seus modos de operação, reproduzindo-se o controle, o julgamento e a punição das condutas, em prol - assim é justificado - da inviolabilidade dos direitos, do melhor interesse, da proteção e do bem-estar de algumas vidas (p. 80).

Trata-se de um mecanismo que não se resume a terceirizar os conflitos para outros resolverem, mas no qual se passa a adotar o modo de funcionamento do Sistema de Justiça enquanto uma cultura legítima de vida em sociedade. Nesse sentido, controlar, julgar e punir determinadas condutas torna-se uma maneira de governar as vidas nos dias de hoje, diante de situações nas quais as pessoas envolvidas não conseguem entrar em acordo.

Do ponto de vista da Psicologia, as mesmas autoras vão identificar como esse fenômeno da judicialização enseja "*a produção de subjetividades aprisionadoras, moralizantes, que vigiam e julgam a si mesmas e às demais, fortalecendo as biopolíticas que homogeneízam e delimitam os modos existenciais*" (Oliveira; Brito, 2013, p. 86). Em contextos que privilegiam o controle, o julgamento e a punição de certos comportamentos, seguramente haverá um amoldamento das condutas, no sentido de atender ao esperado e restringir os modos de governar as vidas.

Avaliamos que a judicialização emerge em função de algumas condições, não cabendo aqui um maior aprofundamento desse fenômeno. De qualquer maneira, entendemos essa busca recorrente pelo Poder Judiciário como um sintoma social, ou seja, frente à falta de respostas satisfatórias dos meios convencionais, aliado ao fato de vivermos atualmente uma cultura da des-responsabilização, judicializa-se aquilo que não é conveniente resolver de outra maneira. Também nos questionamos: por que não são construídas saídas mais pacíficas e menos litigiosas? Numa era em que se vive o imediatismo, há pouca disponibilidade para se buscar a composição de interesses; ao contrário, parece que a necessidade socialmente construída de que é preciso resolver as questões velozmente tem levado as pessoas a procurar respostas mais rápidas.

Neste estudo, partimos da ideia de conflito na perspectiva de Vasconcelos (2008) que entende a divergência de interesses como sendo inerente à vida humana. No Ocidente, temos um paradigma vigente que nos acostumou a olhar e viver o conflito necessariamente como algo negativo e pejorativo. Essa lógica enseja modos de vida que não enfrentam os conflitos, deixando-os escanteados e camuflados. Isso dificulta o enfrentamento dessas dificuldades, podendo engendrar estratégias de terceirização, na medida em que se recorre ao Poder Judiciário, delegando a resolução desses conflitos.

Nesse contexto, constatamos, nos dias atuais, um modo de existência que tem expandido a judicialização para diversas esferas da vida, tornando-se uma ferramenta para lidar com os conflitos de forma recorrente. Concordamos com Nascimento (2014), quando ela define esse processo de judicialização da vida "*como uma construção subjetiva que implanta a lógica do julgamento, da punição, do uso da lei como parâmetro de organização da vida*" (p. 460). Esse modo de gestão da vida tem enfatizado condutas e olhares punitivos e imprimido um enquadre rígido sobre como as pessoas devem governar suas vidas e também a dos outros no seu entorno próximo.

Lobo (2012) afirma, a partir de um texto de Foucault de 1977 denominado "A expansão do judiciável", que a realidade retratada pelo filósofo, há mais de 40 anos atrás, se mantém extremamente atual. Ela afirma: "*O que hoje se observa é a multiplicação dos objetos judiciáveis, a redefinição do sentido da violência, o que significa também a multiplicação das atribuições judiciárias*" (p. 29). Esse processo de alargamento dos objetos judiciáveis não se dá sem consequências. Podemos evidenciar a repercussão desse tipo de prática na conclusão da autora sobre esse assunto:

> Estas funções judiciárias já vêm se capilarizando e se multiplicando em nosso mundo, de tal modo que só entendemos a liberdade pela violação, pela vulnerabilidade tornada necessária para que nos tornemos presas fáceis e obedientes a esta economia de poderes que, em nome da proteção e da segurança, pretende obstruir as intensidades da vida (Lobo, 2012, p. 29).

Essa lógica de gestão da vida pela lei e pela punição limita e restringe os modos de existência, sob o pretexto de que, em sociedades assim regidas, estamos protegidos e seguros. Paradoxalmente, podemos ver como a percepção de insegurança só aumenta junto à população brasileira, bem como os crimes cometidos. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017), houve um aumento de 50% no número de pessoas que morreram em decorrência de latrocínio, em nível nacional. Também houve o crescimento de 23% em relação ao número de policiais que vieram a óbito no ano de 2016, em comparação ao ano anterior. Isso apenas para citar alguns exemplos, já que não se trata de aprofundar a discussão sobre segurança pública no Brasil. Importa sim problematizar como a questão da proteção e da segurança não são temas fáceis de debater.

Castel (2005) fala sobre os riscos sociais "clássicos", tais como acidentes, doenças, desemprego, incapacidade de trabalhar em função da idade e/ou deficiências e as dificuldades crescentes para evitar esses riscos. Além desses riscos, estamos assistindo a uma nova série de riscos na contemporaneidade relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico; são os riscos industriais, sanitários, tecnológicos, ecológicos, entre outros. Um princípio geral da incerteza estaria comandando nosso futuro civilizatório. Para vários tipos de riscos, a tecnologia do seguro foi o instrumento que permitiu o controle de vários tipos de riscos. Porém, para essa nova geração de riscos não cabe a ideia do seguro porque se tratam de riscos imprevisíveis.

O autor cita tragédias como, por exemplo, o desastre nuclear de Chernobyl e a doença da vaca louca, evidenciando a complexidade de variáveis e aspectos que devem ser considerados, e que impossibilitam o mecanismo do seguro como estratégia de enfrentamento desse tipo de fenômeno. Associado a isso, temos a confusão entre a ideia de risco e a de perigo, que é quando essa cultura de risco fabrica perigos (Castel, 2005).

Essas reflexões elaboradas majoritariamente a partir das democracias desenvolvidas do hemisfério norte. Se adicionarmos os dados produzidos no Brasil, no que se refere à criminalidade, nos deparamos com uma realidade bastante problemática. Isso porque vivenciamos uma situação crônica de insegurança pública; as classes mais abastadas adotaram estratégias para minimizar os riscos de serem surpreendidas por crimes contra a vida e contra seu patrimônio, porém, essas tentativas de proteção não significam diminuição dos eventos criminosos. Enquanto isso, as classes populares ficam ainda mais desprotegidas, considerando os processos mais amplos de privatização da segurança e o sucateamento das políticas públicas de segurança.

Para Castel (2005), as periferias das grandes cidades estariam sendo diabolizadas e os jovens desses territórios estariam sendo responsabilizados pela insegurança social e pelas ameaças da vida em sociedade. Segundo o mesmo autor, seria o retorno das classes perigosas, na medida em que grupos particulares, de modo cristalizado, por meio da mídia, por parte da opinião pública e do poder político contribuiriam para definir as periferias e seus jovens como o "*abcesso de fixação da insegurança*" (p. 55).

No esteio dessa discussão, entendemos que não apenas os jovens das periferias, mas outros grupos particulares, em nosso país, também assumem esse lugar de ameaça e são responsabilizados como geradores de insegurança social. Por questões óbvias, não listaremos aqui os tipos de pessoas que costumam ser categorizadas como produtoras de insegurança social, categorizações baseadas muito frequentemente em teorias do senso comum. Fatores complexos estão relacionados a esse fenômeno de identificação daqueles que fariam parte das classes perigosas, mas é importante destacar aqui que esse processo de categorização está, na contemporaneidade, intimamente associado à ideia de punição.

Foucault é bastante preciso quando, apoiando-se em Nietzsche, afirma: "*Em nossas sociedades contemporâneas, não sabemos mais exatamente o que se faz quando se pune e o que se pode, no fundo, a princípio, justificar a punição*" (Foucault, 2012, p. 286). Isso porque estaríamos punindo com base em ideias heterogêneas que advém de histórias e racionalidades distintas.

Essa reflexão nos leva a pensar sobre as diferentes motivações relacionadas à escolha de certas categorias de pessoas como alvos da lógica punitiva. Numa perspectiva mais ampla, quais são os elementos que constituem o direito de punir e permitem que o Estado seja o principal agente de punição? Vejamos como Foucault (2006a) nos ajuda a pensar sobre esses aspectos:

> O direito não é nem a verdade nem o álibi do poder. Ele é um instrumento ao mesmo tempo complexo e parcial do poder. A forma da lei e os efeitos de interdições que ela porta devem ser recolocados entre muitos outros mecanismos não jurídicos. Assim, o sistema penal não deve ser analisado pura e simplesmente como um aparelho de interdição e de repressão de uma classe sobre uma outra, nem tampouco como álibi que abriga violência sem lei da classe dominante; ele permite uma gestão política e econômica através da diferença entre legalidade e ilegalismos (p. 247-248).

Nessa lógica, o direito não deve ser analisado apenas enquanto um mecanismo jurídico, tendo em vista os efeitos desse direito e da lei que o institucionaliza. Diversas outras questões se desdobram a partir de um determinado direito, fazendo com que o Estado se responsabilize somente pela gestão desse direito de punir, para evitar o cometimento de ilegalidades. Em outras palavras, o que temos atualmente é o Estado assumindo essa prerrogativa de gerenciar o direito de punir.

Numa entrevista realizada em 1983, em que se debatia a questão prisional e foi questionada a possibilidade de abolição da culpa e da responsabilidade, Foucault (2012) afirmou que não sabia se uma sociedade poderia funcionar sem culpa. No entanto, o filósofo efetuou um deslocamento na pergunta inicialmente feita pelo entrevistador, questionando se "*a sociedade pode fazer funcionar a culpa como princípio organizador e fundador de um direito*" (p. 289). Parece-nos que justificar a punição a partir da culpa não tem sido um caminho interessante, no sentido de produzir mudanças no campo da criminalidade. Ou melhor dizendo, a questão da punição não tem significado necessariamente um obstáculo no cometimento de crimes, o que demonstra a ineficácia da pena como elemento que evitaria e/ou diminuiria os delitos.

Ao pensar nos grupos que estão vivenciando esses processos de judicialização, precisamos considerar os contextos de vida das famílias que integram tais grupos. Porém, segundo Scheinvar (2006), as intervenções junto a essas famílias estariam se tornando dispositivos de privatização do social, dispositivos que só fazem cobranças e não incentivam o protagonismo desses grupos. Para a autora, haveria o direcionamento

de uma potência para as famílias, na medida em que elas são instituídas como um eixo social de extrema relevância, ao mesmo tempo em que esses núcleos familiares são desqualificados, pois as dificuldades estruturais não são superadas. Nesse sentido, torna-se fundamental ter em mente que "*a área social tem o compromisso de colocar em análise as produções em torno da família, na medida em que ela é um dispositivo político que tem favorecido a privatização do social*" (Scheinvar, 2006, p. 56).

Podemos identificar como o contexto sociopolítico contribui na produção de determinadas lógicas de funcionamento, impedindo que questões estruturantes sejam modificadas. No caso de famílias pobres, obviamente que as dificuldades na manutenção e no cuidado dos filhos são maiores, considerando que as condições de trabalho, remuneração, moradia, escolaridade e demais direitos sociais estão prejudicados. Dessa forma, conseguir alterar os fatores que estruturam esses modos de vida exigem tempo, investimento e acompanhamento que não coincidem com o sistema neoliberal. Assim, constatamos que, alguns meses e/ou anos de benefícios sociais, não são suficientes para que uma família consiga alcançar sua autonomia financeira, diante do contexto de precarização do trabalho e sucateamento das parcas políticas sociais implantadas no país nas últimas décadas.

Nessa conjuntura, avaliamos que os conceitos de governamentalidade e biopolítica de Foucault são imprescindíveis para essa análise, pois funcionam como chaves de leitura para compreender nossa realidade atual e os processos de judicialização na contemporaneidade.

Governamentalidade e biopolítica: gestão e governo das populações vulneráveis

Os estudos sobre poder de Foucault (2013) são imprescindíveis para o presente trabalho, especialmente pela ruptura que ele provoca em relação aos sentidos tradicionalmente dados a essa noção. Dessa maneira, por mais que o filósofo não tenha construído uma teoria sobre o poder, suas proposições se revelaram de suma importância para rever as relações humanas, inserindo uma dinamicidade que antes não se fazia presente. Mais do que situar onde o poder está, o sentido trazido por Foucault enfatiza que o poder não está num determinado lugar, mas que ele se exerce nas relações entre os sujeitos. Também não se trata de considerar que o poder apenas reprime, o poder cria, é produtivo. Gostaríamos de

destacar uma definição que parece resumir bem como ele amarrou esse conceito, já no final de sua obra:

> É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 2013, p. 288).

Ao situar o poder no campo do exercício das condutas e dos modos de agir, Foucault evidencia uma potência de ação ao sujeito que antes não estava tão claramente colocada. Tendo em vista que as noções mais clássicas de poder tendiam a posicioná-lo no nível de determinadas pessoas, lugares e instituições, ao sujeito comum não cabia essa possibilidade. O poder se confundia com o Estado e com a Igreja, e também com as pessoas que, geralmente, ocupavam o primeiro escalão nessas instituições. No entanto, Foucault destaca que o exercício do poder é possível para sujeitos ativos e, em alguma medida, livres, não cabendo essa noção, por exemplo, em situações de escravidão ou de violência extrema.

De modo mais prático, Foucault apresentou alguns pontos para colaborar na compreensão da sua analítica do poder. Podemos traduzi-los como ferramentas que permitem destrinchar as relações de poder de uma determinada situação ou conjuntura. São elas: 1) o sistema das diferenciações, ou seja, todas as diferenças (jurídicas, econômicas, linguísticas, culturais, habilidades e competências) que vão situar diferentes lugares para as pessoas envolvidas, definindo essas relações de poder; 2) o tipo de objetivos: o que os distintos sujeitos daquele contexto visam (manutenção de privilégios, lucros, exercício de uma função ou de uma profissão); 3) as modalidades instrumentais: os instrumentos que são utilizados e suas características (armas, palavras, arquivos, vigilância, regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis); 4) as formas de institucionalização: são as características dos dispositivos onde determinado fenômeno ocorre (abertos, fechados, autônomos ou não, de estrutura complexa, com aparelhos múltiplos), 5) os graus de racionalização: procedimentos adotados sobre um campo de possibilidade que pode ser mais ou menos elaborado, a depender dos instrumentos e dos resultados (Foucault, 2013).

Tendo como pano de fundo as relações de poder, nessa perspectiva foucaultiana, podemos agora incorporar os demais conceitos desse autor que entendemos como relevantes: a governamentalidade e a biopolítica.

Foucault (2008), ao iniciar a discussão sobre o conceito de governo, abordou a polissemia da palavra, nos seus diversos sentidos que prevaleceram entre os séculos XIII e XV, antes da ideia de governo ser fortemente associada ao político e ao Estado. Nesse momento histórico, governar estava relacionado às distintas artes de governo, por exemplo, às dimensões físicas e espaciais, como a questão de dirigir-se; também poderia ter o sentido material de sustentação ou subsistência. Já no âmbito moral, a noção de governo passava igualmente por significados espirituais e de conduta entre indivíduos, como podemos identificar na expressão "governar almas" ou ainda a ideia de conduzir outras pessoas. Desse modo, as artes de governo abrangiam aspectos da esfera material, espacial e de deslocamento; o governo como sustentação, alimentação e condução. Esse amplo campo de significações perdurou por vários séculos e, fazendo uso desse leque de significados, o filósofo assim resumiu a ideia de governo:

> Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir. E, enfim, refere-se a um comércio, a um processo circular ou a um processo de troca que passa de um indivíduo a outro. Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa urna estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades (Foucault, 2008a, p. 164).

Podemos perceber como, nessa proposição, ele opera um deslocamento semântico, no sentido de trazer a noção de governo para a dimensão do sujeito, desvinculando-a do significado político estatal que ganhou força maciçamente no século XVI e XVII e que tem permanecido vigente até os dias atuais. Esse resgate histórico possibilita um retorno para a esfera do sujeito, situando a ideia de governo no nível da relação entre indivíduos. Nessa lógica, ele conclui que apenas pessoas e coletivos são governáveis, não sendo possível governar um Estado ou um território. Torna-se possível sim governar pessoas que integram uma determinada estrutura política, mas não a estrutura em si.

Essa retomada de antigas significações da ideia de governo permitiu outras perspectivas de análise, levando-o à construção do conceito de governamentalidade, conforme vemos na citação a seguir:

> Por esta palavra, "governamentalidade", entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bastante específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por "governamentalidade" entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de "governo" sobre todos os outros — soberania, disciplina — e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por "governamentalidade", creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se foi pouco a pouco "governamentalizado" (Foucault, 2008a, p. 143-144).

A partir dessa definição, teríamos uma diversidade de ações, estratégias e procedimentos que podem ser considerados governamentais, no sentido de conduzir as populações. Se até então as análises de Foucault estavam voltadas para a noção de disciplina, por meio dos seus estudos voltados para a loucura, para o crime e para as instituições prisionais, com o advento da ideia de governamentalidade, haverá um aperfeiçoamento das suas investigações, com uma analítica do poder mais refinada, por meio de técnicas de governo difusas e em diferentes domínios. Dessa forma, mais do que considerar os modos de governar como sendo algo de autoria do Estado, trata-se de inverter essa sequência, reconhecendo como o Estado, cada vez mais, se governamentalizou, incorporando tais técnicas no seu funcionamento administrativo.

No esteio desse debate, Foucault (1999) também avança nas suas pesquisas sobre a disciplina e o biopoder, dando lugar à noção de biopolítica. Considerando o biopoder como o poder sobre a vida, o filósofo vai dizer que esse tipo de poder específico foi desenvolvido em duas formas principais, a partir do século XVII. O primeiro modo foca o corpo como máquina, por meio do seu adestramento, da extorsão de suas forças, a ampliação da sua utilidade e docilização. Isso seria possível por meio da ideia de disciplina.

Já a segunda forma de poder sobre a vida teria emergido, por volta da segunda metade do século XVIII, e visaria o corpo enquanto espécie, no seu sentido biológico: proliferação, nascimento, mortalidade, saúde, longevidade, dentre outros. Foucault assim resume: "A*s disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois*

pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida" (1999, p. 131). Chama a atenção o fato do filósofo não utilizar a expressão 'reprodução', preferindo adotar a palavra 'proliferação' para se referir à propagação dos seres humanos.

Duarte (2010) analisa como Foucault operou um deslocamento na sua investigação genealógica quando passou a estudar os dispositivos de segurança e o controle social. Não se tratava mais de separar os indivíduos por meio de técnicas disciplinares e "*esquadrinhar o espaço urbano, mas, sim, o de regulamentar o movimento livre e a adequada circulação das coisas, das pessoas e das riquezas, tendo como seu alvo, justamente, a liberdade*" (p. 240).

Para conduzir a vida das populações fez-se necessária a criação de diferentes técnicas governamentais, pois não seria mais possível intervir no nível individual das pessoas como se dava com o poder disciplinar. Assim, os procedimentos tinham que ser planejados e executados em relação aos padrões de vida ditos normais da população em questão. E aquilo que saía do esperado em termos de taxas de longevidade, mortalidade, imigração, etc, exigia estratégias específicas. Ao mesmo tempo, também se visava que as pessoas incorporassem essas ações, induzindo outras a adotar tais condutas, não apenas obedecendo passivamente como se dava na lógica dos mecanismos disciplinares. Estaríamos diante de uma nova racionalidade governamental: o governo das populações através de técnicas biopolíticas.

Contudo, Foucault (2008a) fez questão de esclarecer que não estaria ocorrendo uma substituição de tipos de sociedade, ou seja, uma sociedade de soberania sendo substituída por uma sociedade disciplinar e, então, uma sociedade de governo. Para ele, teríamos "*um triângulo: soberania, disciplina e gestão governamental, cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança*" (p. 142-143). Dessa maneira, podemos reconhecer o processo de aprimoramento da analítica de poder foucaultiana, tendo em vista a coexistência de distintos domínios de governo, sob diferentes engendramentos. Diante dessas ponderações, fica evidente como a biopolítica se constitui uma forma específica de governamentalidade.

Considerando nosso objetivo e a tentativa de lançar luzes sob tal fenômeno, não apenas descrevendo-o, mas analisando-o na nossa conjuntura atual, gostaríamos de dar ênfase às possibilidades de enfrentamento e aos mecanismos de luta que podem se fazer presente nessas práticas recorrentes de judicialização da vida. Se tomamos o poder como dinâmico, mutável e sendo exercido nas relações cotidianas das pessoas, há que se levar em conta que as técnicas de

governo não são necessariamente incorporadas e aceitas passivamente. Existe um componente de questionamento que Foucault (2013) nomeou como resistência. Nessa perspectiva, ele sugere uma maneira de analisar as relações de poder a partir dos modos de resistência contra as diferentes formas de poder, localizando sua posição, descobrindo seu ponto de aplicação e os métodos empregados, através do antagonismo das estratégias. Para entender um determinado fenômeno, deveríamos então investigar o seu oposto, dissociando as relações de poder imbricadas e compreendendo o que elas significam nesse contexto.

Diante dessa conjuntura extrema, recorremos às reflexões de Foucault (2006b) quando ele afirma que as relações de poder, a todo momento, abrem a possibilidade de resistência; quanto maior for a resistência, maior será a tentativa do poder dominante se manter.

Ainda no que diz respeito à questão da resistência, Foucault (2008a) se interroga: "*como designar esses tipos de revoltas, ou antes, essa espécie de trama específica de resistência a formas de poder que não exercem soberania e que não exploram, mas que conduzem?*" (p. 263-264). Para nomear esse tipo específico de enfrentamento, o filósofo vai adotar a palavra contraconduta por constatar que esse vocábulo evidencia o sentido ativo do termo, mais do que inconduta ou dissidência, compreendendo-a como uma "luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros" (Foucault, 2008a, p. 266).

Mais do que reconhecer condutas e contracondutas, também é imprescindível compreender quais racionalidades estão sendo empregadas nessas práticas e estão subsidiando tais lógicas de funcionamento. Dessa maneira, buscamos estudar e analisar que tipo de razão tem fundamentado e justificado esse fenômeno contemporâneo, lembrando que "*o que devemos fazer é analisar racionalidades específicas mais do que evocar constantemente o progresso da racionalização em geral*" (Foucault, 2013, p. 276). De modo mais estratégico, analisar os contextos específicos e suas relações de força e não perquirir uma racionalidade geral que seja capaz de dar conta de situações distintas com características que lhe são peculiares.

Experiência de exceção e vidas nuas

Agamben vai retomar a noção de biopolítica de Foucault e aprofundá-la a partir de quatro conceitos presentes na política ocidental: poder soberano, vida nua (homo

sacer), estado de exceção e campo de concentração. A combinação da ideia de soberania e estado de exceção teria sido o ponto de partida para a delimitação do conceito de biopolítica de Agamben. O soberano é aquele que pode decidir e impor o estado de exceção, em função de uma situação de risco. Porém, para Agamben, o lugar do soberano constitui-se um paradoxo, na medida em que ele está dentro do ordenamento legal, mas também se encontra fora das leis vigentes por ser o único que tem a permissão de decidir sobre o estado de exceção. Haveria aí uma indistinção fundamental entre espaço jurídico e espaço político, gerando uma indiferenciação entre fato e direito (Duarte, 2010).

Nessa ótica, Agamben (2010) declara: "*o soberano é o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência se transpassa em direito e o direito em violência*" (p. 38). Com essa afirmativa, o filósofo italiano indica que entre a violência e o direito se coloca um limite muito tênue, sendo possível inferir como situações de violência podem decorrer do exercício do poder soberano. Ou melhor dizendo, nos termos de Duarte (2010): "*Para Agamben, não se pode pensar o direito sem considerar a violência intrínseca que se explicita na constituição e manutenção do poder soberano, aquela capaz de instaurar o estado de exceção*" (p. 277).

Agamben (2004) prossegue na sua análise sobre soberania, incorporando a noção de estado de exceção e definindo-a como uma espécie de suspensão da própria ordem jurídica. Seria como:

> A abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor (p. 48-49).

Com essa demarcação do que seria estado de exceção, Agamben problematiza o ordenamento jurídico, por meio da criação de uma zona em que a aplicação da lei está suspensa, no entanto, continua valendo. Estabelece-se uma brecha entre a norma e sua aplicação, instituindo uma lacuna que permite a suspensão da ordem jurídica, mas não sua interrupção.

Agamben (2004) continua: "*O estado de exceção não é uma ditadura, mas um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas*

– e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas" (p. 78). Um claro exemplo desse fenômeno contemporâneo pode ser identificado no caso da criação da Unidade Experimental de Saúde na capital paulista (Rosato; Oliveira Filho, 2018). A invenção dessa instituição se encaixa nessa ideia de estado de exceção, na medida em que se abre uma lacuna entre as leis vigentes para atender uma determinada demanda e tal evento não é considerado fora da lei, pois está vinculado a uma certa ordem jurídica. Trata-se de um espaço vazio de direito em que cabe o estabelecimento de um procedimento para dar conta de uma questão considerada atípica. Nesse sentido, existe uma norma legal que teoricamente abrange essa situação, entretanto, a aplicação dessa lei está suspensa, cabendo a instalação de outros procedimentos que fogem do ordenamento jurídico sem que isso se constitua como ilegal. Agamben (2004) resume exatamente isso quando diz: "*O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei*" (p. 61).

Conforme explicitado anteriormente, o filósofo italiano também faz uso do conceito de vida nua (homo sacer) para pensar a nossa contemporaneidade. Ele resgata essa noção do direito romano arcaico que pode ser traduzida como homem sacro. Trata-se daquela pessoa que cometeu um delito, não sendo lícito sacrificá-lo, no entanto, o indivíduo que o fizer não será condenado por homicídio. Isto significa que às pessoas que integram a condição de homo sacer cabe a realização de determinadas ações, sem que isto seja condenável.

O que define a condição de homo sacer, para Agamben (2010), é "*o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto. Esta violência não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio*" (p. 84). Em outras palavras, a vida de um homo sacer não vale nem como sacrifício em prol de algo e ele também não é vítima de um assassinato. Ao mesmo tempo, sua morte não significa nenhum tipo de condenação – nem legal nem moral – para quem realiza tal ato.

Duarte (2010) estabelece uma relação interessante entre o homo sacer e o soberano quando declara: "*o homo sacer, por sua vez, é aquele em relação ao qual qualquer homem pode se comportar como se fosse soberano, pois qualquer um pode matá-lo*" (p. 279). É importante acrescentar que, para Agamben (2010), o lugar do soberano não se restringe à figura do jurista, mas tem estreita proximidade com o médico, o cientista, o perito e o sacerdote, apenas para mencionar alguns. Temos

diversos especialistas em distintos domínios, podendo funcionar como soberanos diante de uma classe de sujeitos considerados *homo sacer*.

A partir dessas colocações, torna-se possível vislumbrar, quem são as pessoas que se encontram sob a condição de *homo sacer*, no Brasil, nos dias de hoje, ou seja, quem está sob a égide de uma vida nua. Para esse grupo de pessoas, as vidas são sacrificáveis, matáveis e violáveis. Trata-se de um funcionamento aplicável a algumas classes de pessoas, não estendível à população em geral. Duarte (2010) traduz o que seria esse tipo de vida na atualidade:

> Vivemos sob um regime biopolítico cada vez mais intenso e saturado, sob contínua necessidade de redefinir o limiar entre o que está dentro da ordem política (e, portanto, é uma vida que deve ser protegida) e o que está fora (tornando-se, portanto, vida descartável e "matável"). Em suma, vivemos cada vez mais sob a pressão da dinâmica da proteção e destruição da vida por meio de sua inclusão excludente no aparato jurídico regulado pelo poder soberano, fenômeno que se aproxima do seu ponto máximo (p. 281).

Finalmente, para concluir a junção dos conceitos de Agamben que permitiram novas reflexões em torno da biopolítica na era contemporânea, trazemos a noção de campo de concentração. O autor compreende que o campo de concentração não se constitui como algo exclusivamente do passado, estando extinto. Ao contrário, ele afirma que o campo é todo espaço de exceção que escapa do direito formal constituído. São espaços ambíguos e paradoxais característicos do estado de exceção (Duarte, 2010).

Agamben (2010) prossegue na sua análise, afirmando que "*o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra*" (p. 164). Em outras palavras, não estaríamos mais diante de situações pontuais de exceção como contraponto à regra instituída, mas passando a funcionar no regime de exceção.

Fazendo uma costura entre esses diferentes conceitos, Agamben (2010) vai resumir que o campo tem como estrutura o estado de exceção, baseado no poder soberano que decide sobre as vidas nuas. Nessa perspectiva, o soberano não se limitaria mais apenas a decidir sobre a exceção, passando a deliberar também sobre outras questões, sendo, o campo, portanto, um espaço híbrido de direito e de fato, tornando-se indiscerníveis. Em última instância, cabe ao soberano decidir em que momento a vida deixa de ser politicamente relevante.

Tomando como referência o regime nazista, Agamben (2010) vai afirmar que naquele momento se dá a integração entre medicina e política, enquanto uma

das características da biopolítica moderna. Ele diz que há um deslocamento das decisões soberanas da esfera estritamente política "*para um terreno mais ambíguo, no qual o médico e o soberano parecem trocar de papeis*" (p. 139).

Finalmente, Agamben (2010) define o campo como paradigma oculto do espaço político da modernidade, convocando-nos a reconhecer suas metamorfoses e travestimentos:

> O campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política se torna biopolítica e o *homo sacer* se confunde com o cidadão. (...) mais honesto e sobretudo mais útil seria indagar atentamente quais procedimentos jurídicos e quais dispositivos políticos permitiram que serem humanos fossem tão integralmente privados de seus direitos e prerrogativas, até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como delito (p. 167).

Ao olhar a realidade dos grupos vulneráveis hoje no Brasil, não é difícil perceber quais categorias de pessoas estão tendo seus direitos violados sistematicamente, sem que isso incorra em crime por parte dos seus autores. Vivemos uma época de naturalização e banalização das violações de direitos, especialmente quando cometidas contra os segmentos populacionais desfavorecidos.

Agamben (2009) também trabalha a noção de paradigma, afirmando que Foucault, ao pesquisar a loucura, a confissão, o exame, dentre vários outros temas, tratou-os como fenômenos históricos singulares. Desse modo, essa seria uma especificidade da investigação foucaultiana, pois seus estudos, desde um ponto de vista historiográfico funcionam "*como paradigmas que, ao mesmo tempo que decidem um contexto problemático mais amplo, os constituem e os tornam inteligíveis*" (p. 22-23). Dessa maneira, ainda de acordo com o filósofo italiano, um paradigma pode ser entendido como um caso singular que se isola do seu contexto e só se torna compreensível, na medida em que explicita sua singularidade.

A partir disso, podemos identificar, na realidade brasileira, diversos casos paradigmáticos, no sentido proposto por Agamben (2009), na medida em que tais situações passam a ser instituídas num contexto de exceção onde já existe uma determinada lógica jurídica.

Quando olhamos para diversas violações de direitos que têm acometido determinados segmentos populacionais no Brasil, podemos perceber como, mesmo diante de legislações e normativas que teoricamente deveriam impedir o

cometimento de violações, tais regramentos não são suficientes para evitar que as inúmeras violências ocorram. Dessa forma, apenas para exemplificar, pessoas que sejam usuárias de substâncias psicoativas, estejam em situação de rua, não tenham condições financeiras para a própria subsistência, dentre outras diversas situações, estão mais vulneráveis a terem seus direitos violados, podendo até ser exterminadas, como sugere o título desse livro. Nesse sentido, não basta a sistemática exclusão desses grupos, havendo ações sistemáticas de extermínio, predominantemente da população pobre e negra, residente nas grandes periferias das metrópoles brasileiras.

Também é possível reconhecer que esses processos de judicialização costumam apresentar uma certa lógica jurídico-policial, na medida em que, para aqueles que vivem de modo diferente do modo de vida considerado hegemônico, passa a operar uma tentativa de controle desses corpos dissidentes. Donzelot (2001) coloca muito bem como a assistência social e o acompanhamento das famílias pobres pode atuar como uma verdadeira polícia das famílias. Esse trabalho pode reverberar numa sistemática de vigilância policialesca passando a incidir na rotina das pessoas, definindo modos de viver e instaurando uma lógica de gestão do cotidiano.

Considerando esse contexto de cerceamento de determinados modos de vidas, entendemos que é imprescindível retomar a questão da liberdade. Nesse sentido, trazemos uma reflexão de Foucault (apud DEFERT, 2013), por entender que as ações humanas devem estar vinculadas à ideia de livre arbítrio e às possibilidades de escolha dos sujeitos, independente das suas condições de vida:

> Os homens sonharam com máquinas libertadoras. Mas, por definição, não existem máquinas de liberdade. Jamais a estrutura das coisas têm competência para garantir a liberdade. Nada é funcionalmente libertador. A liberdade é o que se deve exercer, a garantia da liberdade é a liberdade (p. 52).

Para concluir essas reflexões teóricas, ponderamos que a temática da liberdade torna-se central nesse debate sobre judicialização na contemporaneidade, na medida em que estamos nos deparando com situações em que as vidas de determinadas pessoas não importam, o que resulta em violações, violências e até mesmo o extermínio das populações consideradas subalternas.

Bibliografia

Agamben, G. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. Signatura rerum: sobre el método. Barcelona: Editorial Anagrama, 2009.

Agamben, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CASTEL, R. A insegurança social: o que é ser protegido. Petrópolis: Vozes, 2005.

Castro, E. Vocabulário de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DEFERT, D. Posfácio. Em: FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, p. 33-55, 2013.

DONZELOT, J. A polícia das famílias. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DUARTE, A. Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault, M.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em 22 mai 2017.

Foucault, M. Microfísica do poder. 25 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 1: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Foucault, M. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Foucault, M. A verdade e as formas jurídicas. 3 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

Foucault, M. Poderes e estratégias. Em: Ditos e Escritos 4: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 241-252.

Foucault, M. Poder e saber. Em: Ditos e Escritos 4: Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 223-240.

Foucault, M. Segurança, território, população – Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Foucault, M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. Em: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 273-295, 2013.

LOBO, L. F. A expansão dos poderes judiciários. Psicologia & Sociedade, 24 (n. esp.), 25-30, 2012.

NASCIMENTO, M. L. Pelos caminhos da judicialização: lei, denúncia e proteção no contemporâneo. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 3, p. 459-467, jul/set, 2014.

OLIVEIRA, C. F. B.; BRITO, L. T. Judicialização da vida na contemporaneidade. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 33, número especial, p. 78-89, 2013.

ROSATO, C.; OLIVEIRA FILHO, P. Judicialização de vidas indignas: o caso da Unidade Experimental de Saúde em São Paulo. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, 13(2), São João Del Rei, mai-ago, 2018.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 58, n. 1, p. 48-57, 2006.

VASCONCELOS, C. E. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Ed. Método, 2008.

Experiência do Rio de Janeiro e Nova Iorque com o trabalho com pessoas em situação de rua[22]

Autora

Danielle Vallim

Pós Doutoranda da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – USP, Coordenadora científica e membro da Diretoria da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas – ABRAMD.

E-mail: dcvallim@gmail.com

Resumo

Este estudo analisa as ações de cuidado e atenção aos indivíduos que fazem uso abusivo de drogas como crack e heroína nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Iorque, especialmente os que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, buscou-se conhecer de que forma o processo de vulnerabilidade social corroborou para o uso abusivo da droga, concentrando, principalmente, o foco sobre os que se encontravam em condição marginal, especialmente aqueles que viviam em situação de rua, residindo nas cenas de uso de ambas as cidades. Rio de Janeiro e Nova Iorque foram escolhidas por apresentarem população usuária abusiva de crack em número considerável. Por isso, pretendeu-se analisar se os perfis socioculturais desses sujeitos se assemelhariam. Foram analisadas as ações de cuidado, atenção e redução de danos direcionados a estes grupo e de que forma estes serviços atuam nos cuidados referentes ao consumo abusivo de droga e na condição marginal desta população.

Palavras-chave

atenção, população em situação de rua, cuidados, redução de danos, direitos humanos, drogas, uso abusivo.

22 Publicação original no livro Drogas e Direitos Humanos: Vallim, Danielle. EXPERIÊNCIAS DO RIO DE JANEIRO E NOVA IORQUE COM O TRABALHO COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA. In: Marcelo Dalla Vechia; Telmo Mota Ronzani; Fernando Santana de Paiva; Cassia Beatriz Batista; Pedro Henrique Antunes da Costa. (Org.). goo.gl/KxUZgh. 1ºed.Porto Alegre: Rede Unida, 2017, v. , p. 01-396.

Experiência do Rio de Janeiro e Nova Iorque com o trabalho com pessoas em situação de rua

Danielle Vallim

"Dorme igual flor no gramado, e um vira lata magrinho de aliado"
Emicida

Este estudo desenvolve um olhar sobre o indivíduo que consome crack abusivamente nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Iorque, especialmente os que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. Neste sentido, buscou-se conhecer de que forma o processo de vulnerabilidade social corroborou para o uso abusivo da droga, concentrando, principalmente, o foco sobre os que se encontravam em condição marginal, especialmente aqueles que viviam em situação de rua, residindo nas cenas de uso de ambas as cidades. Entende-se por cena e/ou território de uso a utilização de um espaço com concentração de usuários de crack fazendo uso da droga.

Rio de Janeiro e Nova Iorque foram escolhidas por apresentarem população usuária abusiva de crack em número considerável. Por isso, pretendeu-se analisar se os perfis socioculturais desses sujeitos se assemelhariam. Foram analisados significados complexos e conotações socioculturais que exerciam influências significativas nas motivações ao consumo abusivo da droga.

Durante os procedimentos de pesquisa viu-se que grande parte da população analisada já se encontrava em situação de rua em processo anterior ao uso de crack, ou seja, o uso abusivo não foi a razão pela qual se encontravam em situação de rua, mas sim, suas mazelas sociais, familiares, culturais e econômicas. Independente de quão marginais possam ser em números absolutos, esses indivíduos que ocupam espaço fazendo uso abusivo de crack nas ruas dessas duas cidades, não podem ser ignorados, eles precisam ser entendidos. Tal motivação originou este artigo que tentará expor a realidade desses sujeitos (Bourgois, 2003).

Método

Foi aplicado o método qualitativo de pesquisa, apoiando-se nas técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas, diários de campo e histórias de vida.

A observação participante permitiu a inserção da pesquisadora nos campos de vivência dos indivíduos analisados e a compreensão dos problemas ou impasses que necessitavam ser analisados em maior detalhe, o que resultou em uma relação de bastante proximidade entre pesquisadora e os sujeitos pesquisados e possibilitou captar significados, visões de mundo e concepções ideacionais dos usuários abusivos de crack, nos locais em que se encontravam fazendo uso da droga.

No Rio de Janeiro a pesquisa ocorreu entre os anos de 2011 a 2014 e em Nova Iorque, entre 2013 a 2014. No percurso da pesquisa foram visitadas 33 cenas de uso, sendo 27 no Rio de Janeiro e seis em Nova Iorque, todas localizadas em espaços públicos ou em áreas abandonadas. Em consequência, ocorreram diversos diálogos, conversas e observações com centenas de usuários abusivos de crack e outras drogas.

Também foram realizadas 90 entrevistas semi-estruturadas nas duas cidades. No Rio de Janeiro, foram aplicadas 45 entrevistas semi-estruturadas a usuários abusivos de crack localizados nas cenas de uso de Jacarezinho, Manguinhos, Glória e Central do Brasil. Tais entrevistas foram realizadas em conjunto com as pesquisadoras Christiane Sampaio[23] e coordenadas por Alba Zaluar[24].

Em Nova Iorque, também foram realizadas 45 entrevistas semi-estruturadas a usuários abusivos de crack e heroína na sede da Washington Heights Corner Project (WHCP), uma organização que atua através da abordagem da Redução de Danos e na superação do estigma associado ao uso de drogas com a população usuária abusiva, residente no bairro de Washington Heights, Manhattan – NY. Tal pesquisa ocorreu sob minha coordenação, juntamente com Carl Hart[25] e Robert Fullilove[26] e sob a responsabilidade do Departamento de Ciências Sociomédicas da Escola de Saúde Pública da Universidade de Columbia.

23 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, RS.
24 Professora Doutora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP e Coordenadora do NUPEVI.
25 Professor associado do Departamento de Psicologia e Psiquiatria da Universidade de Columbia, Nova Iorque.
26 Professor associado do Departamento de Ciências Sociomédicas da Escola de Saúde Pública da Universidade de Columbia, Nova Iorque.

Faz-se necessário esclarecer que, para a aplicação da pesquisa qualitativa em Nova Iorque, ainda que as entrevistas tenham ocorrido na sede da WHCP, os participantes entrevistados, em ambas as cidades, seguiram o mesmo perfil: usuários abusivos de crack em situação de vulnerabilidade social e, em grande parte, vivendo em situação de rua e frequentando cenas de uso abertas.

O mesmo roteiro foi aplicado nas duas cidades contendo questões relacionadas ao perfil sociocultural dos participantes, tais como: idade, sexo, gênero, moradia, escolaridade, trabalho, renda, família, cenas de uso, raça, estigma e história de relação com a droga.

Foram utilizados Informantes locais - pessoas conhecidos nos territórios, tanto pelos traficantes, quanto pelos usuários e muito familiarizados com as dinâmicas relacionadas ao uso de drogas nas duas cidades - o quê possibilitou maior acesso e segurança aos locais frequentados e colaborou significativamente com a jornada da pesquisa. Em Nova Iorque, os informantes foram Tina, Lauren e John e no Rio de Janeiro, D. Carla.

Os nomes dos participantes e informantes utilizados neste artigo são fictícios, respeitando a confidencialidade dos sujeitos.

Todos os participantes entrevistados possuem idade igual, ou superior a dezoito anos.

A realização das entrevistas foi devidamente aprovada pelos respectivos Comitês de Ética. No Rio de Janeiro, o projeto "Prevenção da violência, uma perspectiva ecológica" foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob registro 0006. 0. 259.000-11 e em Nova Iorque, o projeto "Crack cocaine users. Their vulnerabilities and social conditios: one analysis about New York City" foi aprovado pelo Institutional Review Board (IRB) da Columbia University Medical Center, pelo número IRB AAAM9907.

Resultados

A rua e a morada

Crianças e jovens em trânsito e em direção à rua são marcados por um estilo de vida construído por adesão a um espaço imerso em situações de vulnerabilidades, tais como: falta de proteção, exposição exagerada, assédios, entre outros. Este conjunto

de dispositivos e situações promove "a construção de estratégias de mecanismos de manipulação e defesa que acabam por formar um tipo de sociabilidade que se produz e reproduz tendo como referência o grupo, "a turma", o "bando", que se opõe à casa, à família como forma de organização de vida" (Adorno,1996, p.4) e o uso de substâncias psicoativas como o crack, pode ser entendido como uma das atividades que pertencem a esse circuito , "tornando-se um elemento "identitário" da vivência no espaço da rua" (Raup & Adorno, 2011, p. 59).

Não se pretende afirmar que a população usuária é uma população em situação de rua, contudo, como tal pesquisa analisa uma parcela da população usuária abusiva de crack em condição de vulnerabilidade e frequentadora de cenas de uso, a quantidade de participantes vivendo em situação de rua foi consideravelmente expressiva.

Considerando que as cenas de uso que fizeram parte desta investigação geralmente se concentravam em espaços públicos e abertos, leva-se em consideração a correlação entre a presença deste grupo nas cenas por tempos longos fazendo uso de crack. Diante disso, busca-se entender os fatores que determinam a situação de moradia e as condicionantes sociais, culturais, familiares, econômicas e relacionadas ao uso da substância a partir das trajetórias pessoais.

A submissão ou, em alguns casos, escolha por esta forma de organização de vida em trânsito e em situação de rua, em que se tem como referência a "turma" e o "bando", contrapõem-se à participação familiar e aos cuidados relacionados à constituição de um lar (Adorno, 1996). Portanto, tanto na população analisada nesta pesquisa no Rio de Janeiro, quanto em Nova Iorque, houve a ocorrência de falhas sociais no modo de organização de vida referente: (1) à ausência parental; (2) ao abandono; (3) à miséria; (4) à desestrutura familiar; (5) ao uso de crack; (6) à violência nos territórios habitados anteriormente. Em Nova Iorque, além destes aspectos, viu-se também: (6) dificuldade da família para lidar com o uso abusivo de drogas; (7) e efeitos da política de encarceramento.

No Brasil, a pesquisa realizada pela Fiocruz (Bastos & Bertoni, 2014) revela que aproximadamente 40% dos usuários de crack no país e 47% nas capitais encontravam-se em situação de rua.

No Rio de Janeiro, do total de participantes entrevistados para esta pesquisa, 78% também se encontravam em situação de rua; 11% alternavam entre casa e rua; e 11% tinham residência fixa.

Em Nova Iorque, do total de participantes entrevistados para esta pesquisa 60% possuíam residência fixa e 40% encontravam - se em situações instáveis no que se refere à moradia, vivendo em abrigos, morando de favores ou em situação de rua. Contudo, é importante ressaltar que dentre os participantes que declararam-se possuindo residência fixa, uma parcela era frequentadora das cenas de uso e a maioria apresentou condição de moradia instável e/ou precária, oscilando entre a casa e a rua, morando de favor na casa de algum conhecido, parente, amigo, ou alugando quartos.

Devido às instabilidades diárias referentes à situação de moradia em função do uso de drogas, conflitos familiares e dificuldades econômicas, os abrigos tinham um papel importante para a população usuária Nova Iorquina, muitas vezes utilizados como residência permanente, ou temporária. Um dos vários exemplos observados é exposto no relato de Meg, uma das participantes entrevistadas, diagnosticada com depressão profunda. Por tal diagnóstico, o governo disponibilizou vaga em um abrigo feminino, onde dividia quarto com outra mulher e recebia os benefícios do governo (SSI e Food Stamps[27]). Ela disse morar no abrigo há dois anos e considerava usufruir de uma vida cômoda. Vários outros relatos de participantes descreviam a passagem por abrigos por períodos que variavam a permaneciam entre um dia a vários meses.

Já no Rio de Janeiro, não houve indícios de moradias em abrigos, assim como também não foi observada a presença de instituições que pudessem prover estes serviços. Em nenhuma das duas cidades houve indícios de trabalho de instituições de abrigo atuando no território com a população. A busca por abrigos foi observada como sendo providenciada por meio dos serviços de articulação em redes das instituições que atuavam com redução de danos nas cenas de uso, sendo os Consultórios de Rua, no Rio de Janeiro e a WHCP, em Nova Iorque.

A partir da análise realizada com participantes nas duas cidades, viu-se que parte da população investigada já se encontrava em situação de rua em processo anterior ao uso abusivo de crack. Contudo, no Rio de Janeiro, isto se apresentou na maioria dos entrevistados. Neste sentido, o uso da droga ocorreu em meio de estilo de vida imerso em vulnerabilidades, assim como expôs os relatos de Clara e Diego, participantes entrevistados:

Clara

Pesquisadora - Como está a sua situação de moradia? Você está morando onde? Com quem?

27 Seguro Social e Benefício Alimentação.

- Aí na frente.
Participante Pesquisadora - Na rua?
Participante - Sim.
Pesquisadora - Sozinha ou com algum companheiro?
Participante - Com um companheiro.
Pesquisadora - Quanto tempo você mora na rua?
Participante - Um ano.
Pesquisadora - Você saiu de casa por quê?
Participante - Porque eu brigava com a minha mãe.
Pesquisadora - Vocês brigavam por quê? O que o padrasto fazia?
Participante - Ela trocava eu por ele. Eu não podia brincar, não podia sair, só podia olhar meu irmão. Arrumar a casa, fazer comida, tudo era eu. Ela só bebia.
Pesquisadora - E ela bebia muito?
Participante - Sim.
Pesquisadora - Então ela passou a cuidar mais dele do que de você e você passou a cuidar dos filhos desse segundo casamento?
Participante - Eu era obrigada. O que ela não fazia eu tinha que fazer no lugar dela. Era assim: eu não podia brincar, não podia sair. Se eu saísse teria que levar criança comigo. Só andava com criança pendurada no meu colo.
Pesquisadora - E isso foi te cansando? Até você sair de casa?
Participante - Fugi de casa para ir ao baile, mas ela me achou, me bateu, me botou de castigo, aí eu enjoei e fugi de vez. Ela falou que eu não iria mais sair, aí eu saí."
(Clara, participante entrevistada no Rio de Janeiro)

Diego
Pesquisadora - Você continua morando com a sua mãe?
Participante - A polícia que me deu um tiro está lá ainda.[...]
Tomei seis tiros [...] uma bala tirou e a outra está aqui no joelho. Aí cortou o nervo e deu má circulação.
Pesquisadora - Agora deu má circulação?
Participante - Já tinha dado, já. Ficou preto e o médico cortou pra amputar.
Pesquisadora - [...] Você agora está morando aonde?
Participante - Aqui em Manguinhos [...]

Pesquisadora - Tem quanto tempo que você está morando na rua, que você saiu de casa?
Participante - Mais de cinco anos aqui.
Pesquisadora - Na rua?
Participante - No Manguinhos [em situação de rua].

Nova Iorque também teve uma população que se encontrava em situação de rua em período anterior ao uso de drogas, em consequência, principalmente, da problemas familiares, do abandono e de conflitos familiares.

Várias foram as justificativas relacionadas à situação de moradia, tais como: (1) pobreza; (2) consequência do uso abusivo de drogas; (3) conflitos familiares representados por relações abusivas; (4) dificuldades da família para lidar com o uso de drogas; (5) passagem em sistema carcerário, entre outros. Alguns relatos de participantes traduziam a situação:

Entrevista 1
Pesquisadora: Porque você mora nas ruas?
Participante: Eu moro nas ruas desde os 11 anos. Eu não sei, eu queria liberdade e eu consegui liberdade [...] meus pais tinha um relacionamento abusivo.
Pesquisadora: Quantos anos você tinha quando começou a usar drogas?
Participante: eu comecei a usar drogas com 12 anos, nas ruas. [..]
Pesquisadora: E o crack, quanto anos você tinha quando começou a usar crack?
Participante: 18 anos.
(Participante entrevistada em Nova Iorque . Tradução: Danielle Vallim)

Entrevista 2
Participante: Minha mãe era doente mental. Eu fui criada pelo sistema [orfanatos].
Pesquisadora: Como você começou a usar drogas? Quantos anos você tinha?
Participante: Não houve razão. Eu cresci em projetos [orfanatos]. Tava na rua e aconteceu.
Pesquisadora: E o crack, como você começou a usar crack?
Participante: Eu não sei! Eu apenas sempre estive lá [nas cenas de uso, em situação de rua].
(Participante entrevistada em Nova Iorque . Tradução: Danielle Vallim)

As cenas de uso e a territorialização do consumo

A associação estabelecida entre o corpo e a substância constitui uma rede de relações territoriais e pessoais que envolvem uma série de fatores, conferindo, ao uso e seus usuários aspectos dados por indesejáveis e reforçando os sentimentos de intolerância e repugnância gerados pelo uso contínuo da pedra em locais públicos e a imagem dos usuários que, por diversas vezes se apresenta com aspecto físico de baixo peso, pouca higiene, corpos abjetos (Vallim *et al*, 2015a, Rui, 2012). Neste sentido, as cenas de uso de crack no Rio de Janeiro e em Nova Iorque representam o local dos iguais, dos que se veem e se consideram aceitos e reconhecidos entre si.

Para os usuários abusivos de crack, a rua, mais precisamente, as cenas de cenas de uso, são locais onde se constroem as redes de sociabilidade e identificação com estilos de vida. Determinam certa "cumplicidade" entre iguais onde se fortalece e dimensiona as relações, na medida em que o grupo se identifica com o processo de estigma e exclusão social, apropriando-se destes locais como um espaço de identificação comum, fortalecendo a territorialização do consumo (Medeiros, 2010).

Esses usuários nas cenas de uso que, por terem desenvolvido práticas sociais consideradas "desviantes" a que se atribui grandes custos sociais, distanciam-se de valores e regras consideradas socialmente aceitas pela "maioria" da sociedade e, por consequência, convivem com estigmas e exclusões inerentes a tais desvios, resultando em "separação e confinamento deste grupo em um espaço delimitado, sem interação com os moradores mais próximos (Vallim *et al*, 2015a). Isto resulta num processo de marginalização e reforça "atitudes e comportamentos considerados inadequados, aumentando ainda mais os desvios, os preconceitos e a exclusão social" (Vallim *et al*, 2015a).

Aspectos das cenas de uso no Rio de Janeiro e em Nova Iorque

No Rio de Janeiro

Para esta pesquisa, no Rio de Janeiro, foram visitadas 27 cenas de uso de crack: Afonso Pena, Antares, Cajueiro, Campo Santana, Cidade Nova, Campo da Coréia, Cruzamento da Avenida Democráticos, Parque União, Linha do trem de Jacarezinho, Leopoldina, Praça da Bandeira, Mandela, Padre Miguel, Providência,

Sambódromo, Madureira, Vila do João, Tatuí, Central do Brasil, Glória, Padre Miguel, Casa das Primas, Maré, Chupa Cabra, Base 10 e Bairro Carioca.

A maioria dos espaços físicos ocupados pelas cenas tinham o mesmo aspecto: situados em locais públicos, abertos, descobertos, com usuários por vezes se abrigando embaixo de viadutos e pontes. Nesses espaços, duas cenas de uso tinham como característica algumas salas que serviam de moradia e uso de droga. Apenas uma cena, no Tiutí, em Madureira, usufruía de espaço totalmente fechado. Boa parte das cenas encontravam-se em locais ou comunidades sob domínio do tráfico. Sendo presenciados momentos de conflitos entre tráfico e polícia, com tiroteio.

As cenas normalmente também eram utilizadas como moradia e espaços de sociabilidade[28].

Em Nova Iorque

Em Nova Iorque, foram visitadas seis cenas de uso localizadas no bairro de Washington Heights. Concentravam-se basicamente em três espaços: embaixo da ponte, que também era usado como moradia para esta população; parques públicos; e nos terraços *(rooftop)* dos prédios. Entre as cenas visitadas, quatro encontravam-se embaixo da ponte George Washington Bridge, uma em parque público e uma em um terraço de um prédio. As características físicas das cenas assemelhavam-se muito as do Rio de Janeiro: sujas, com objetos de uso pessoal e coletivo espalhados e vestígios de aparatos usados para o consumo.

O número de usuários de drogas injetáveis, especialmente a heroína, era bastante grande, por isso, as cenas normalmente possuíam uma grande quantidade de seringas e agulhas usadas, espalhadas nos locais. Na execução de trabalhos de recolhimento de seringas e agulhas usadas, juntamente com a equipe da WHCP em três cenas de uso, por diversas vezes, durante o outono e inverno, em dias frios, recolhia-se uma média de 200 seringas e agulhas usadas. A equipe da WHCP informou que, com a chegada do verão, em dias quentes, já foi possível recolher mais de 1.000 seringas e agulhas usadas em um dia.

Observou-se que a frequência dos usuários nas cenas de uso era dada em função de algumas influências externas. Isto fazia com que o fluxo de pessoas nas cenas durante o dia fosse consideravelmente muito baixo. Viu-se que alguns

28 O artigo publicado por Vallim et al, 2015a, possui os aspectos relacionados às cenas de uso no Rio de Janeiro.

fatores interferiam nessas atitudes, tais como:

(1)Ações policiais nas cenas de uso. De acordo com informações dos participantes, a polícia costumava frequentar as cenas, expulsando-os dos locais, por isso, buscavam pontos mais escondidos, de forma a não ficarem muito expostos. Em um dia de visita a uma cena de uso aberta embaixo da ponte George Washington Bridge (portanto, mais exposta à visibilidade), estava acompanhada de Junior (um dos participantes da pesquisa), que revelou que, em cenas deste tipo, não é possível dormir em função das repressões policiais:

Participante: Às vezes, a polícia checa locais como este, por isso ninguém vem aqui para dormir, eles vão para outros pontos, outros parques, locais mais afastados, mais escuros, tipo, escondidos.

Pesquisadora: Você pode repetir o porquê?

Participante: Por que, por que agora as pessoas não podem mais ficar aqui na frente expostas, porque a polícia te tira, então agora você tem que ir para locais mais afastados, mais escondidos para dormir, você não pode ficar aqui.

(Participante entrevistado em Nova Iorque. Tradução: Danielle Vallim.)

(2) A importância do trabalho desenvolvido pela WHCP. Como a organização atua na ótica da redução de danos e atenção à população usuária de drogas do bairro de Washington Heights, desenvolve, em seu espaço físico, diversas atividades internas, além de oferecer banheiro, lavanderia, doação de roupas, alimentos, café, e salão de convívio. Por isso, os participantes que se encontravam vivendo em situação de rua costumavam passar o dia (durante o horário de expediente) na sede da ONG para desfrutar dos serviços e acolhimento oferecidos.

(3) O clima também interferia grandemente, em especial nas estações de baixas temperaturas como outono e inverno, chegando até 20º *celsius* abaixo de 0^0. Por isto, em estações frias, os participantes buscavam se refugiar do frio em espaços de acolhimento e aquecidos, como McDonald's e, principalmente, a WHCP, durante o horário de expediente da organização, de 09h às 18h.

As cenas localizadas embaixo da ponte eram as mais frequentadas. A maioria dos participantes da pesquisa que declararam estar vivendo em situação

de rua, moravam nesses locais. Os parques públicos também eram frequentados para uso e dormitório com mais frequência durante a noite, em função do grande número de pessoas, vigias e policiais utilizando estes espaços no período do dia, assim como exposto no relato de John, explicando a dinâmica de uso no local:

Participante: Então, várias pessoas querem usar a droga de forma tranquila, então eles vêm ao parque e fazem uso sossegados.

Pesquisadora: E sobre os policias?

Participante: A policia é a única preocupação quando você vem usar no parque. Há muita preocupação sobre a polícia. Você tem muito com o que se preocupar com a polícia aqui, porque todas as vezes que você vem a este parque para usar, a polícia pode te pegar. Tem que se estar atento.

Pesquisadora: Por que eles não estão aqui agora?

Participante: A razão por eles não estarem aqui é que preferem se drogas durante a noite.

Pesquisadora: Por que?

Participante: Porque é mais fácil.

Pesquisadora: Mas e a polícia?

Participante: A policia vem às tardes. Entre 15h e 16h a polícia chega. Você sabe, a polícia sempre vem neste horário porque eles querem a garantia de que vão prender alguém.

Pesquisadora: E à noite, a policia não vem?

Participante: Durante a noite também, mas, ainda assim, as pessoas vêm aqui e fumam crack neste parque. Eles não se importam. Tudo o que querem é ficar chapados.

(Participante e informante da pesquisa em Nova Iorque. Tradução: Danielle Vallim)

Relatos de vários participantes indicavam, também, a utilização de terraços de prédios (*rooftop*) da vizinhança para uso de drogas, especialmente crack. Para eles, o uso desses espaços foi considerado como o mais seguro, por estar longe da presença da polícia e de outras pessoas, impossibilitando que sejam vistos. A entrada nestes prédios exigia o aguardo do ingresso de algum morador. Neste caso, eles simulavam serem visitantes e entravam no prédio junto com o morador, encaminhando-se diretamente ao terraço para uso da droga. Foi impressionante a quantidade de participantes declarando invadir terraços para uso de crack. Eu

mesma, em um dia de pesquisa de campo, frequentei um terraço levada por John, que descreveu o porquê de utilizar o terraço:

> **Pesquisadora:** E sobre os terraços?
> **Participante:** Os terraços, você está mais seguro nos terraços do que em qualquer outro lugar.
> **Pesquisadora:** Mas como você vai para os terraços, como entrar?
> **Participante:** Apenas abro a porta! Vou te mostrar!
> *(Participante e informante da pesquisa em Nova Iorque. Tradução: Danielle Vallim)*

Nesse dia, fomos a um prédio na rua 176, entre a avenida Saint Nicholas e a Avenida Audubon. John se encontrava em situação de rua há muitos anos (seus relatos indicam 19 anos) e, por isso, era muito conhecido e, aparentemente, bem visto no bairro de Washington Heights. Ao demonstrar como se procedia para ingresso no prédio que costumava frequentar, me surpreendi: ele tinha o aval dos moradores para este procedimento. Explicou-me que era conhecido da síndica e dos moradores que permitiam que fizesse uso de crack naquele ambiente. Era uma tarde de verão, em julho. Na frente do prédio, três pessoas estavam sentadas em cadeiras postas na calçada: a síndica e dois moradores. Cheguei com John, fui apresentada como sua amiga brasileira. Fomos cumprimentados com sorrisos simpáticos. Entramos no prédio sem nenhuma dificuldade. Subimos de elevador até o terceiro andar, onde John possuía um esconderijo em cima de uma viga no corredor do andar em que guardava seu *pipe* – cachimbo de vidro, usado para fumar crack. Ele pegou seu cachimbo (*pipe)* e subimos ao terraço. Neste dia, John não fumou crack perto de mim, estava apenas mostrando como procedia sua entrada no prédio. Perguntei como procedia à noite. Ele respondeu que aguardava a entrada de moradores para o ingresso, mas que evitava fazer uso no prédio em períodos noturnos. Ao sairmos, a síndica e os dois moradores ainda encontravam-se na calçada. Acenaram com simpatia, despedindo-se.

A utilização dos terraços para uso de droga gerou outras situações narradas pelos participantes como "famosas" no bairro. Em uma das situações, uma usuária de heroína entrou no prédio, localizado entre a Avenida Audubon e a Rua 176, para fazer uso da droga e deixou a agulha usada após ter injetado a heroína no local. Tal objeto foi encontrado por uma criança que a pegou para brincar. A mãe surpreendeu a criança com a agulha e ficou indignada. Chamou a polícia e

manifestou-se pelo bairro. Segundo os participantes, após este incidente, não foi mais possível a entrada neste prédio.

Aspectos sobre os Cuidados e Organizações de Redução de Danos no Rio de Janeiro e em Nova Iorque

Entende-se por Redução de Danos (RD), o conjunto de medidas de saúde pública, envolvendo alternativas de uso de menores riscos e danos aos consumidores de álcool e drogas e à sociedade. As ações de RD visam reduzir os impactos do uso prejudicial de álcool e outras drogas através de medidas de saúde pública e tem como foco os cuidados com o indivíduo e o respeito pelo seu consumo de drogas, sem exigir a proibição ou a abstinência do uso.

No Rio de Janeiro, observa-se a atuação dos Consultórios de Rua (CR) como parte da política de saúde pública instituída pelo Governo Federal para atender às necessidades da população em situação de rua, assim como exercer ações de redução de danos no território onde se encontra a população. O trabalho do CR surgiu em função das demandas para prover atendimento especializado à população em situação de rua, particularmente usuários de drogas em situação de vulnerabilidade. Em função das dificuldades desta população de adesão ao modelo tradicional dos serviços de saúde, o objetivo era ampliar o acesso dos serviços de saúde oferecidos pelo SUS às pessoas que usavam álcool e outras drogas, por meio de ações de profissionais de saúde nos territórios de uso.

Três Consultórios de Rua (CRs) foram analisados na cidade do Rio de Janeiro: CR que atende a região Central da cidade, localizada na Praça da Cruz Vermelha; CR que atende à comunidade de Manguinhos e adjacências; e o CR que atende a comunidade do Jacarezinho e adjacências. Estes dois últimos estão inseridos em suas respectivas comunidades.

A equipe de profissionais normalmente é composta por médico com especialidade em saúde mental, enfermeiros, psicólogos, agentes de saúde, redutores de danos, técnicos de enfermagem, musico-terapeutas, auxiliar administrativo e uma coordenação.

Dados informados pela equipe do CR de Jacarezinho em visita para execução desta pesquisa, em março de 2013, indicavam que 91% da população atendida eram de usuários de crack. A maioria dos pacientes atendidos pelos CR

Manguinhos também era usuária de drogas, assim como uma grande parte dos pacientes atendidos no CR da Praça da Cruz Vermelha.

Uma parcela das ações do CR ocorre diretamente no território onde se encontra essa população à ser atendida. Os profissionais vão ao encontro dessa população nas cenas de uso com atuação na ótica da RD e com base no respeito à liberdade de escolha sobre a substância consumida. Com isso, ainda que os usuários do serviço não desejem se abster do uso de drogas, a medida de saúde utilizada é a redução dos riscos e danos físicos, sociais e psicológicos decorrentes do uso abusivo de drogas. Sendo assim, a liberdade de escolha é um princípio fundamental para o usuário do serviço de saúde (Vallim, 2015b). Para que ocorra o acesso de pessoas usuárias abusivas de drogas aos serviços de saúde e aos insumos de proteção e redução dos danos, a abstinência não é uma medida de exigência, mas sim, um resultado possível de ser alcançado.

Porém, em vários momentos foi observada a dificuldade de execução do trabalho dos profissionais em decorrência da falta de insumos necessários à prática de redução de danos. Foram acompanhadas diversas visitas dos profissionais nos territórios de uso e estes possuíam apenas a camisinha como insumo distribuído. Não havia insumos para distribuição de aparatos de uso em caráter individual (cachimbos para o crack, canudos para a cocaína cheirada, etc), tampouco guias ou manuais de orientação sobre as formas de se reduzir os danos ao fazer uso da droga. A eficiência do trabalho dava-se por meio do empenho de seus profissionais, que buscavam orientar os usuários sobre as melhores práticas de uso e atendê-los em seus problemas de saúde e, muitas vezes, sociais.

Os Consultórios de Rua (CRs) e seus efeitos

Desde o ano de 2012, o trabalho dos Consultórios de Rua nas cenas de uso das comunidades de Jacarezinho e Manguinhos foram acompanhados para esta pesquisa, e o que se percebeu foi que o efeito do trabalho exerceu um fator determinante na: (1) diminuição de práticas de risco promovidas pelo compartilhamento de aparatos de uso; (2) maior confiança do grupo de usuários no sistema de cuidados e tratamento; (3) maior acesso aos serviços de saúde e sociais. Gradativamente, foram sendo observados, com mais frequência, usuários utilizando seus aparatos de uso nas cenas cariocas de forma individual,

sem compartilhamento, especialmente nas cenas atendidas pelos agentes dos CRs. Acredita-se que esta ocorrência resultou de um prolongado trabalho de conscientização e de construção de vínculos de confiança entre usuários e profissionais de saúde das equipes dos CRs e, também, em decorrência do aprimoramento e maturidade dos usuários sobre as práticas de uso adquiridas com a experiência e tempo de uso.

Em pergunta feita aos profissionais do CR Jacarezinho, questionando sobre o que havia estimulado o interesse dos usuários abusivos de droga em situação de rua aos serviços de saúde prestados por eles, Daniel de Souza (Coordenador) e Leandro (Redutor de Danos) responderam:

> **Daniel:** O usuário, quando chega, a gente quer saber do que ele necessita. Queremos saber sobre outras demandas [...].
>
> A droga não é a protagonista na vida deles. É a ponta do iceberg dos problemas sociais.
>
> *(Daniel de Souza. Coordenador do CR Jacarezinho.)*
>
> **Leandro:** Nosso foco é executar qual a demanda do paciente e agir de acordo com o que ele quer e o que se pode. Dar aquilo que ele está pedindo. *(Leandro, Redutor de Danos do CR Jacarezinho.).*

A instituição do CR promoveu, não apenas mudanças nas estratégias de saúde oferecidas, mas também mudanças no discurso do usuário, assim como relata o coordenador do CR Jacarezinho sobre os efeitos do CR um ano após sua instituição:

> Não existe mais o discurso do usuário: "Pra me curar, só internado". Isto era devido à falta de serviços, era uma forma do usuário chamar a atenção. Agora, como possuem acesso aos serviços (de saúde), falam o que querem. Hoje em dia ouve-se muito pouco: "Quero sair da droga, deixar de consumi-la, mas não consigo". Era um discurso comprado. Hoje em dia, procura-se dispersar a consciência dele diante sua situação. *(Daniel de Souza. Coordenador do CR Jacarezinho.)*

O trabalho dos profissionais especializados colabora com a eficácia das ações de cuidados, aumenta a autoestima e estimula a crença nos usuários de que são capazes e podem se beneficiar dos serviços de saúde, tratamento e cuidados. Estas atitudes podem fazer com que se sintam úteis, agindo positivamente na realização de seus objetivos de vida e tratamento, reduzindo o sentimento de desvalor e incapacidade (Ronzani, *et al*, 2014).

A construção de uma rede de saúde fortalecida e pautada na redução de danos pelas Estratégias de Saúde da Família (ESF) faz-se necessária. Contudo, ainda se percebe uma grande dificuldade de integrar as ações de RD nas práticas cotidianas que permeiam a Atenção Básica à Saúde (Andrade, 2011) por razões como: (1) preconceito, estigma e abjeção à população em situação de rua; (2) dificuldades dos profissionais de saúde para lidar com questões relacionadas ao uso de drogas em função de preconceito e estigma; desconhecimento dos fatores biopsicossociais relacionados ao seu consumo receio da exposição profissional à violência do tráfico de drogas nos territórios de consumo; (3) preconceito às práticas de RD.

Os agentes de redução de danos e o trabalho no território: uma observação de campo

Carlos e Ana Maria

Em um dia de pesquisa de campo em 2011, fui à uma cena de uso localizada nas proximidades da Central do Brasil para executar processo de recrutamento de usuários para realização de entrevistas e testagem rápida de DST/AIDS, com vistas à pesquisa da Fiocruz[29] juntamente com Ana Maria, uma profissional agente de redução de danos do CR da Praça da Cruz Vermelha cujos procedimentos e atitudes chamavam atenção, evidenciando aspecto protetor ao dedicar-se aos pacientes em situação de rua. Em meio a cena com aproximadamente 35 usuários ela localizou Carlos, um usuário abusivo de crack e portador de uma deficiência neurológica que retardou o processo de amadurecimento das funções cerebrais e, por isso, pensava e agia como criança. Carlos era jovem, com aproximadamente 19 anos, muito carismático e acessível. Foi possível identificar a relação de cuidado e preocupação da agente para com ele. Carlos e outros usuários foram transportados, voluntariamente até a Clínica Oswaldo Cruz para que a testagem DST/AIDS fosse realizada. Carlos chamou-me muita atenção, provocando várias indagações. Como um rapaz com lesão cerebral e mentalidade infantil pôde sobreviver à situação de rua, em cena de uso de crack?

Segundo relato de Ana Maria, ele não possuía família e sobrevivia nas ruas há bastante tempo. Tinha comportamento de criança em corpo de homem e expunha um jeito agradável de ser. Aparentava certa timidez, denunciando

29 (Bastos & Bertoni, 2014).

necessidade de proteção - confesso que senti vontade de protegê-lo. Considerando sua idade, pôde participar da pesquisa, cujo resultado da testagem rápida foi positivo para HIV. Carlos havia contraído o vírus em função de ter sido vítima de abusos sexuais, estando em situação de rua. A partir daquele momento, necessitaria de acompanhamento, medicação, e cuidados específicos e constantes. Pensava em como isso iria acontecer. Como Carlos seria acompanhado vivendo em situação de extrema vulnerabilidade, usando crack abusivamente e estando em situação de rua? No entanto, Ana Maria já formulava estratégias de ações necessárias para os cuidados com ele, com apoio da saúde pública e cuidados no território, garantindo que seria bem cuidado[30].

Washington Heights Corner Project

O trabalho da Washington Heights Corner Project (WHCP), certamente possui vários aspectos referentes à importância e representatividade desta organização, especialmente no que se refere ao impacto dos serviços prestados aos seus participantes.

A WHCP é uma organização não governamental que atende a mais de 1000 participantes cadastrados, executa programas de redução de danos nas ruas e cenas de uso, expande o acesso a seringas limpas, fornece recursos e uma ampla gama de serviços de educação, assistência médica, treinamentos de prevenção à overdose de drogas injetáveis[31], saúde e de encaminhamento para redução dos riscos associados ao uso de drogas, incluindo o HIV, hepatites virais e overdose. Distribui kits para sexo seguro e proteção a DST/AIDS e para uso seguro de heroína, crack, cocaína em pó, entre outros, Também desenvolve o trabalho de oferta de seringas novas e

30 Anotações do diário de campo.

31 Distribui kits de Narkan para prevenção de overdose de drogas injetáveis sem a necessidade de um receituário médico. O Narcan age bloqueando os receptores de opióides no cérebro e o envio da sobredosagem é retirado quase imediatamente. Não é uma substância que gera adição. Contudo, se a pessoa a utiliza em caso de prevenção de overdose, ainda assim, deve recorrer à emergência rapidamente, caso contrário, pode retornar à overdose repetidamente. Sete estados americanos têm o que é chamado de uma disposição de "ordem permanente" para o uso Narcan, o que significa que um profissional médico não tem que estar no local para escrever prescrições individuais. O usuário pode levar um kit pra casa sem a necessidade de prescrição médica. Na grande maioria dos estados, no entanto, é ilegal dar-lhes um kit para levar para casa. Overdose acidental é a principal causa de morte acidental no Estado de Nova York, superior até mesmo acidentes automobilísticos. Em 2009, cerca de 2.000 pessoas morreram de overdose acidental de medicamentos. Muitas dessas mortes são evitáveis, pois ocorreram em função do medo de recorrer a uma emergência e ser preso ou processado criminalmente por porte de drogas. Em 18 de setembro de 2011, A Lei do Bom Samaritano entrou em vigor em Nova Iorque. A lei incentiva as pessoas a ligarem para o 911 imediatamente durante uma situação de overdose, oferecendo uma proteção limitada de carga e acusação de posse de drogas e álcool para a vítima ou testemunha que procura ajuda médica durante uma overdose de drogas ou álcool. Fonte: Drug Policy Alliance; BuzzFeedNews.

de containers de descarte de seringas usadas. Além do trabalho de recolhimento de seringas usadas em cenas de uso de heroína (*needle exchange*).

Para se tornar um participante basta cadastrar-se. De forma a preservar a identidade, as fichas de cadastro contêm a última inicial do nome, acompanhada da primeira inicial, seguidas do ano de nascimento e a primeira letra do gênero da pessoa. Dados da organização indicam que, dos participantes cadastrados, 70% são homens; 20% mulheres e 10% transexuais. No recorte de raça e etnia, 40% latinos, 40% são brancos e 20% negros. No que se refere as DST's/AIDS, 3% dos participantes atendidos são soropositivos e 70% contaminados com hepatite C.

A sede da organização está localizada no bairro de Washington Heights. O foco do trabalho da WHCP é o atendimento, valorização e a redução de danos e do estigma direcionado do indivíduo atendido. A equipe de trabalho é composta por oito membros de tempo integral da equipe, cinco funcionários em tempo parcial, cinco consultores e treze educadores.

Dados da WHCP indicam como participantes assíduos da casa, em sua grande maioria, usuários abusivos de drogas em situação de vulnerabilidade social, frequentadores de cenas de uso, vivendo em situação de rua ou situação precária de moradia em abrigos públicos. Há indicadores de que problemas referentes à habitação são os que mais afetam a população atendida, assim como foi observado durante o percurso desta pesquisa. Por isso, a ONG busca atender à demanda dessa população em situação de rua na promoção de um espaço que ofereça os serviços básicos necessários. Com isso, os participantes podem acessar:

1 – Salão de Convívio Social: a organização oferece um salão de convívio social aberto diariamente de 09h às 18h, onde os participantes podem ficar durante todo o horário de expediente da casa. O salão possui café, água potável, um computador com acesso à internet, livros, bancos para se acomodar e música.

2 – Banheiro: a casa possui um banheiro para uso dos participantes para necessidades básicas e banho, sendo proibido o consumo de substâncias ilícitas dentro da organização. Um aspecto interessante é que, como se trata de uma organização que atende também à população usuária de drogas injetáveis, o próprio banheiro da WHCP, por muitas vezes, era utilizado pelos participantes da casa com vistas ao uso de heroína. A WHCP proibia o uso, mas obviamente não se opunha ao atendimento na ocorrência de algum caso de overdose. Dados da organização indicavam que já ocorreram por volta de 30 casos de overdose no banheiro da WHCP, todos revertidos

e assistidos pelos funcionários. Particularmente, em dias de pesquisa na WHCP, já presenciei supostos casos, mas nunca uma overdose em si. Em um dia de trabalho, chegando a WHCP, fui por Hector (funcionário da casa) de que no dia anterior havia ocorrido um caso, mas que havia sido revertido e cuidado pelos funcionários. Por isso, o banheiro não possui tranca e há um interfone no balcão de atendimento que se conecta a outro localizado dentro do banheiro. Os participantes da casa podem usar o banheiro para necessidades básicas e banho por no máximo 10 minutos. Há uma lista que determina ordem e espera para tal. Quando o participante entra no banheiro, o funcionário da WHCP, que fica no balcão, interfona para o banheiro a cada cinco minutos para saber se está tudo bem. Quando se trata de algum participante que estava sóbrio e retornou o uso de heroína há pouco tempo (o que aumenta os riscos de uma overdose), o interfone toca de dois em dois minutos. Os participantes sempre devem atender ao interfone e, caso isso não ocorra, o banheiro é invadido de imediato por um funcionário. O banheiro também possui um relógio digital que informa a hora para que o participante tenha clareza do seu tempo determinado. Além disso, os funcionários são treinados para assistência, caso ocorra algum caso de overdose. Isto foi, inclusive, destaque especial para a matéria sobre o banheiro da WHCP. Nesta, Taeko Frost (diretora executiva da organização), diz: "Se você chega aqui e pergunta se pode usar o banheiro pra ficar *"high"* (chapado, sob efeito da droga) nós vamos dizer, não. As regras são: "Não se pode usar drogas no banheiro", contudo, se, ainda assim, você usar drogas e tiver overdose, nós não vamos deixar você morrer "[32].

3 – Lavanderia: para uso comum dos participantes. Há uma máquina de lavar roupas e uma secadora para que possam lavar suas roupas.

4 - Doação de roupas e sapatos: a casa oferece roupas e sapatos a seus participantes. Os varais com roupas ficam expostos na casa para acesso dos participantes e a dinâmica se diferencia de acordo com o sexo. Os homens podem pegar roupas e sapatos em qualquer momento, já as mulheres se reúnem em um dia da semana para que possam ter acesso às roupas e sapatos que lhes forem necessários.

5 – Lanches: a casa oferece ao participante macarrão instantâneo para refeição, café e água. Além disso, não é uma prática diária, mas é uma constância a entrega e oferecimento de lanches e almoços aos participantes no salão de convívio.

6 – Workshops: a casa oferece o workshop "Tornando-se um escritor" que, durante oito semanas, desenvolve atividades no intuito de representar e fazer

32 http://www.buzzfeed.com/johnknefel/the-controversial-answer-to-americas-heroin-surge#.qb8JMOw0R

ser ouvida a voz dos participantes. Neste sentido, os participantes transformam suas experiências pessoais em literatura. Destas atividades surgiram dois livros[33] organizados pela WHCP, onde se encontram histórias particulares escolhidas e escritas pelos usuários, com temas específicos.

7 – Serviços de atenção à saúde: oferece atendimentos à saúde através de enfermeiros, psicólogos e médicos aos participantes. A casa é conveniada com a Columbia University Medical Center e, uma vez por semana, alunos do curso de medicina de Columbia prestam atendimento médico neste local, além de enfermeiros e especialistas atendendo diversos dias por semana.

8 – Testes gratuitos para diagnóstico da infecção por HIV ou Hepatite C: ocorrem uma vez por semana e são oferecidos não apenas aos participantes, mas à toda população do bairro.

9 – Assistência social: possui funcionários que atuam na construção de redes para atender as demandas socioeconômicas necessárias aos participantes. Dados da casa indicam que demandas mais ressaltadas pelos participantes se relacionam à habitação.

Um aspecto muito interessante observado foi a autonomia e o domínio do espaço pelos participantes. A WHCP promove a noção de que o espaço é coletivo, por isso, era comum observá-los executando a limpeza e prezando pela organização do local. Além disso, semanalmente, ocorre o "Participants Advisory Board" (PAB), uma reunião semanal gerida pelos próprios participantes onde eles determinam a organização, logística e gestão de uma série de atividades de gerência e manutenção da Organização. Todas as quintas, às 13h, eles se encontram para debaterem e colocarem em pauta as pendências da semana no que se refere à gestão da casa. Estive presente em vários PABs com pautas diversas – desde procedimentos para obtenção de seringas limpas aos finais de semana, à organização logística de telefones e rádios utilizados para execução de serviços na casa. Há uma organização no que se refere à capacidade de gestão e organização da WHCP pelo grupo de participantes. Em meu último dia de pesquisa na casa, em julho de 2014, participei de uma reunião feita apenas pelos participantes – todos vivendo em situação de rua - onde eles se organizavam quanto à logística referente à utilização dos telefones nos trabalhos de *outreach*.

Dentro da rede de profissionais, existe a equipe de redutores de danos chamados de "*peer*". Estes são, majoritariamente, compostos por usuários de drogas

33 Corner Stories. Washington Heights Corner Project e Melissa Petro, 09/06/ 2013.
Corner Stories Volume II. Washington Heights Corner Project e Melissa Petro, 22/06/2014.

em situação de vulnerabilidade social e alguns encontrando-se em situação de rua participantes da WHCP. A intenção da casa é que o trabalho tenha a função de valorizar e resgatar a cidadania do sujeito, e, para que o participante possa arcar com os compromissos do trabalho de agente de redução de danos, a política de contratação baseia-se em critérios de assiduidade, responsabilidade e vínculos com a organização. Faz-se necessário que o participante esteja frequentando a casa tempo suficiente para que se torne conhecido e demonstre aptidão para a atividade.

A aceitabilidade e ausência de estigma, atrelada aos cuidados emocionais e físicos que a casa proporciona, redimensionam o espaço para uma referência de lar dos participantes que a frequentam. Foi comum ouvir relatos como *"Antes de termos aqui, não havia nenhum outro lugar para ir"*. Como os cuidados são pautados na ótica da redução de danos, a abstinência ao uso não é exigida, tampouco ressaltada. A casa trabalha com a ideia de que: se quiser interromper o uso, irão colaborar de todas as formas possíveis, contudo, caso não queira ou não consiga, também irão colaborar de todas as formas possíveis para que os danos sobre este uso sejam reduzidos, sem nenhum tipo de julgamento.

Sobre o trabalho da WHCP, a ausência de julgamentos provida pela organização, atrelada às práticas de redução de danos e à prestação de serviços sociais direcionados a sujeitos que fazem uso abusivo de drogas em condição de vulnerabilidade social, trouxe à tona a noção de valor, autonomia e prestígio, colaborando de diversas formas, inclusive, para redução ou interrupção do uso dos participantes que a frequentam.

Conclusão

Os indivíduos que consomem crack e outras drogas de forma abusiva nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Iorque, especialmente aqueles que vivem em situação de rua, residindo nas cenas de uso, vivem em espaços que se mostram inapropriados, violentos, sujos e com risco de transmissão de doenças, em meio à impossibilidade de locais permitidos e adequados ao uso, colocando em risco não apenas a saúde e bem estar deste, mas, também, da população que convive no entorno.

As características das cenas de uso apresentadas nesta pesquisa expõem a necessidade de intervenções focadas na organização de políticas de saúde atuantes

nos territórios de uso, nas práticas de RD e na criação de espaços para uso de drogas, e salienta a necessidade da discussão em torno das percepções sociais e da criação de estratégias de atenção, segurança e redução dos riscos da população que consome crack e outras drogas e se encontram em situação de rua.

Apenas as práticas de distribuição de kits para uso seguro de drogas não se apresenta suficiente (Mc Neil *et al,* 2015), portanto, formas mais seguras de proteção e atenção a esta população por meio de incentivo à ações mais eficazes de RD e, também, a criação de espaços destinados ao uso de drogas de forma assistida encontram-se como saídas propostas.

Bibliografia

Andrade, T. M. (2011). Reflexões sobre políticas de drogas no Brasil. Ciência Saúde Coletiva [online] v.16, n.12, p. 4665-4674.

Adorno, R. (1996). Crianças e Jovens em Trânsito para a Rua: Um Problema de Saúde Pública. São Paulo: USP, Faculdade de Saúde Pública. Relatório de Pesquisa.

Bastos, F. I., Bertone, N. (Org.). (2014). Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Livro eletrônico. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ.

Bourgois, P. (2002). Selling crack in el barrio. New York: Cambrigde University Press, second edition. 432 .

Mcneil, R.; Kerr, T.; Lampkin, H.; Small, W. (2015). We need somewhere to smoke crack: An ethnographic study of an unsanctioned safer smoking room in Vancouver, Canada. International Journal of Drug Polic [On-line].

Medeiros, R. (2010). Clínica e Croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In: Sarpori, L.F., MEDEIROS, R. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: Puc-Minas.

Raup, L., Adorno, R. (2011) Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade. p 52-67.

Ronzani, T. M.; Noto, A. R.; Silveira, P. S. (2014). Reduzindo o estigma entre usuários de drogas. Guia para profissionais e gestores. Juiz de Fora: UFJF, 24 p.

Rui, T. C. (2012). Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

Vallim, D. C.; Zaluar, A.; Sampaio, C. (2015a). Uma etnografia das cenas de uso de crack no Rio de Janeiro e seus efeitos nos usuários. In Teixeira, M., Fonseca, Z. (Org.). Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas - 1. ed. - São Paulo: Hucitec.263.

Vallim, D. C. (2015b). Os passos dos indesejáveis. Um estudo sobre o contexto sociocultural do uso e usuários de crack nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Iorque. (Tese de Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Reinventar as masculinidades [34]

Autora

Olivia Gazalé

Professora de filosofia. Lecionou no Institut d'Etudes Politiques em Paris e no Mardis de la Philo, do qual é co-fundadora.

Autora, dentre outros, dos livros:

•Je t'aime à la philo, Quand les philosophes parlent d'amour et de sexe (ed Robert Laffont, 2012 e ed. le Livre de poche, 2013)

•Le mythe de la virilité, un piège pour les deux sexes (ed. Robert Laffont, 2017 e ed. Pocket, 2019)

Email: olivia.gazale@orange.fr

Resumo

E se, como as mulheres, os homens sempre foram vítimas do mito da virilidade? Para estabelecer sua dominação sobre o sexo feminino, o homem, desde as origens da civilização, teorizou sua superioridade tornando-a um mito. Um discurso fundador que não só postulou a inferioridade essencial da mulher, mas também a do outro homem (o estranho, o "subumano", o "pederasta" ...). Historicamente, esse mito da virilidade legitimou a minimização das mulheres e a opressão do homem pelo homem. Por um século, esse modelo da guerra todo-poderosa, política e sexual, está em plena desconstrução, a tal ponto que algumas mentes nostálgicas deploram uma "crise de virilidade".

Mas se a virilidade é hoje um mito do crepúsculo, não se assuste, mas regozije-se. Pois a reinvenção atual das masculinidades não é apenas um progresso para a causa dos homens, é o futuro do feminismo.

Palavras-chave

Virilidade, masculinidade, dominação masculina, feminismo, masculinismo, "subumano", mito guerreiro, "crise de virilidade", revolução masculina.

34 Clarissa Terenzi Seixas, Professora Adjunta UERJ, claseixas@gmail.com, Revisão Paulo Silveira, organizador

Olivia Gazalé

Por que deveríamos reinventar as masculinidades?

E acima de tudo, por que uma mulher está interessada em tal assunto? Qual é o propósito, ou ambição, de tal reflexão?

A ambição - aquela que me animou durante a escrita do meu último livro, intitulado *Le Mythe de la virilité, un piège pour les deux sexes* (O Mito da virilidade, uma armadilha para os dois sexos, sem previsão de lançamento no Brasil), é propor pistas de reflexão para acabar com a guerra dos sexos à partir de uma refundação das masculinidades, de uma libertação das masculinidades das normas da virilidade tradicional.

De fato, é importante distinguir as *masculinidades*, que são plurais, múltiplas, diversas, assim como o são as *feminilidades*, que são as tantas formas de habitar o sexo masculino ou feminino, e a *Virilidade* que é um modelo normativo, um ideal, um arquétipo, uma construção cultural, uma fabricação artificial. A virilidade designa o que DEVE ser um homem para ser reconhecido como plenamente homem; a virilidade pretende, portanto, abolir a diversidade e padronizar as masculinidades.

Aliás, o termo "virilidade" não tem equivalente feminino, e por uma razão, já que é algo que lhe falta e que a posiciona, irremediavelmente, em uma posição de inferioridade.

Pois o coração do mito da virilidade, a ideia original, o princípio básico, é o postulado da *hierarquia* dos sexos, o postulado da superioridade do masculino sobre o feminino. É a ideia de que o homem é o representante mais bem-sucedido da espécie humana, enquanto a mulher só pode ser sua serva e obedecê-lo. Onde a mulher é definida como fraca, frágil, medrosa, inteiramente governada por suas entranhas, incapaz de controlar suas emoções, irracional e passiva, o homem, em contraste, é visto como vigoroso, ativo, poderoso e dominador. O mito da virilidade é um modelo de onipotência guerreira, política e sexual.

O que é bem conhecido é o que essa ideologia da dominação gerou no curso da História, em termos de opressão e de apropriação das mulheres. Por outro lado, o que é muito mais tabu é o outro lado da história: que essa ideologia

do privilégio masculino é também uma armadilha para o homem. É, na realidade, uma armadilha para os dois sexos. Porque o dever de virilidade é um fardo também para o homem, fardo que consiste em se submeter a um conjunto de injunções penosas, que são tanto coercitivas, quanto discriminatórias e paradoxais, injunções que afetam todo homem se ele quiser ser reconhecido como um homem "verdadeiro" e do qual as gerações futuras, na minha opinião, ganhariam ao se libertar, reinventando-se fora do caminho comum da normatividade virilista.

Esta reinvenção seria, para mim, um avanço considerável para a causa dos dois sexos e, portanto, de toda a sociedade, e não, como masculinistas e outros nostálgicos do patriarcado costumam pensar, um sinal de decadência moral das nossas sociedades.

Isto é o que eu gostaria de mostrar ao propor os 3 eixos de reflexão que seguem:

1º eixo: Identificar o impasse ideológico do qual somos prisioneiros

Chegou a hora de sair do impasse no qual os discursos sobre as relações entre homens e mulheres estão aprisionados há várias décadas. Sobre este tema, o debate público, como evidenciado pelos contínuos confrontos nas redes sociais, é na verdade monopolizado por dois discursos radicais irreconciliáveis:

- Do lado das mulheres, o feminismo posiciona a mulher como vítima da dominação masculina e denuncia as discriminações, injustiças e violências que as mulheres ainda sofrem hoje. E com razão. O teto de vidro é uma realidade indiscutível e o movimento *#metoo* nos lembrou da extensão das violências sexuais sofridas por mulheres em todo o mundo. O feminismo ainda tem muitas batalhas importantes para combater, mas há uma armadilha na qual devemos absolutamente evitar cair: a misandria, ou androfobia, que consiste em recusar a considerar o homem a não ser como um opressor e um predador. Segundo a fala androfóbica, o homem é sistematicamente culpado e a mulher é sistematicamente a vítima. A mera menção ao sofrimento masculino é, por vezes, suficiente para ser acusado de anti-feminismo.
- Do lado dos homens, a corrente masculinista consegue cada vez mais seguidores pelo mundo. Seu credo é o seguinte: as mulheres, ávidas por vingança, tiraram dos homens a sua supremacia, tomaram o poder e os emascularam. Não apenas reivindicam o reconhecimento de seus sofrimentos, como acreditam que existe agora uma dominação feminina, ou melhor, uma tirania feminina, até mesmo um "fascismo" feminino. É o tema do "fim dos homens", da "crise da virilidade", aos quais eles propõem remediar (como toda vez que a virilidade é ameaçada ao longo da história) pela regeneração virilista e pelo retorno à tradicional polaridade dos papéis atribuídos a cada sexo.

O problema é que muitas vezes eles são violentos: verbalmente, eles vomitam cotidianamente sua misoginia na Internet e, fisicamente, algumas vezes incitam até ao crime, como os "*Incels*", solteiros não intencionais, que chegam a ponto de cometer ou encorajar assassinatos.

Essas duas posturas são irreconciliáveis e servem apenas para atiçar uma guerra dos sexos que se pensava estar superada.

É por isso que penso que temos que lidar com o problema de maneira diferente: sim, é verdade, as mulheres sofrem com o sexismo e as desigualdades, mas sim, também é verdade que existe um sofrimento masculino real, massivo e doloroso. A taxa de suicídio é muito maior entre os homens, assim como o "*burnout*", os acidentes de trabalho, os vícios, o alcoolismo, a violência e a criminalidade. A expectativa de vida dos homens é menor, os desempenhos acadêmicos dos meninos são tendencialmente inferiores aos das meninas, etc.

Há, de fato, um desconforto masculino. Assim, estou convencida de que nos enganamos de culpado quando imputamos a culpa quando às mulheres e à sua emancipação. Os homens são vítimas da ideologia de dominação e onipotência que eles criaram e sobre a qual teorizaram desde a antiguidade e que agora se volta contra eles mesmos.

Para entender isso corretamente, é necessário lembrar no que consiste, para cada homem, o dever de virilidade.

2º eixo: questionar o fardo que é o dever de virilidade

"Você será um homem, meu filho", diz o poema de Kipling. Mas o caminho será longo e difícil.

Assim como Simone de Beauvoir escreveu: "não se nasce mulher, torna-se mulher", não se nasce homem, torna-se homem. Mas "tornar-se um homem" é um processo doloroso e coercitivo. Ser viril é demonstrar seu apetite de potência, sua capacidade de dominar, suas faculdades de autocontrole e de retenção emocional:

é preciso aparentar ser forte, corajoso, ardente em combate, vitorioso e até mesmo heróico, nunca revelar suas falhas, nunca chorar, desprezar o sofrimento e desafiar a morte. O modelo é o deus Hércules, o invencível. É também Zeus, ou Júpiter, cujas inúmeras conquistas sexuais provam a potência inigualável. Pois quanto mais se tem conquistas sexuais, mais se demonstra a extensão de seu poder.

Mas podemos nos perguntar se essa busca obsessiva da potência e da performance não traduziria, antes de mais nada, um medo abissal de impotência e se a paixão pela vitória não esconderia um medo primordial de derrota - guerreira, desportista, profissional ou sexual. Por trás do culto da performance, se esconde sempre o terror do fracasso.

As injunções à virilidade são, portanto, coercitivas; mas elas são, também e sobretudo, muito discriminatórias. Todos os homens que não possuem os marcadores da virilidade triunfante não são considerados homens "verdadeiros", são "sub-homens".

Começando com os "afeminados", que sempre foram estigmatizados e abusados ao longo da história. A homofobia surge à partir da misoginia: é porque o feminino é degradado que a efeminação é considerada degradante. Mas os sub-homens são também os eunucos e todos os homens dos quais se suspeitou de impotência, que foram objeto das piores condenações ao longo da história. Lembremo-nos simplesmente de que houve nos séculos XVI e XVII, na França, um tribunal da impotência, cujos julgamentos contra homens acusados de falha eram particularmente severos.

Finalmente, o sub-homem também é, naturalmente, o estrangeiro. O mito da virilidade está na raiz da xenofobia, do racismo, mas também do desprezo de classe. A superioridade de alguns precisa necessariamente da inferioridade de outros, seja ele judeu, árabe, negro, deficiente ou doméstico. Ser homem é dominar. A hierarquia dos sexos é inseparável da hierarquia das raças. Não há supremacia sem um inferior a desprezar, a escravizar, a colonizar ou, mesmo, a aniquilar.

Sabemos onde essa ideologia supremacista conduziu através da história: aos piores momentos da escravidão, ao fascismo, à paixão pela guerra e à exploração capitalista do homem pelo homem.

E é por isso que essa ideologia está em crise atualmente, primeiro porque ela demonstrou seu potencial mortífero, depois porque o ideal de onipotência se tornou uma utopia em uma sociedade que hoje fabrica infinitamente mais perdedores do que vencedores.

De fato, não são as mulheres que são responsáveis pelo desconforto masculino, é o modelo de dominação no qual se baseiam as prerrogativas masculinas que entrou em crise. Os homens se viram presos em sua própria armadilha.

3º eixo: mostrar que o homem caiu em sua própria armadilha.

Eu mencionarei aqui apenas dois aspectos dessa crise do modelo:

Primeiro, o colapso do mito guerreiro, que durante séculos constituiu o coração do mito da virilidade. Lembrem se que a vitória, *Nikè* em grego, é interpretada como um sinal da eleição divina e como penhor da imortalidade conferida pelos deuses. Ao longo da história, centenas de gerações de meninos foram treinados para morrer em batalha, para desejar a "bela morte", de armas nas mãos.

Mas esse mito guerreiro foi consideravelmente desacreditado pela terrível carnificina que foram os dois grandes conflitos mundiais, as guerras de descolonização, a do Vietnã ou a do Iraque. Lembrem se que o número de veteranos americanos da Guerra do Vietnã que cometeram suicídio após seu retorno aos USA é mais significativo do que o de mortos em combate, um exemplo que comprova que a busca heróica da glória e do sacrifício revelou sua espantosa vaidade.

Hoje, no imaginário coletivo, um soldado é uma pequena cruz branca perdida em uma fila interminável em um imenso cemitério militar ou um sobrevivente severamente subjulgado por suas feridas e a experiência do horror.

Em suma, a guerra não é mais um sonho, como no século XIX, onde ela foi apresentada como um ideal viril altamente desejável.

O colapso do mito guerreiro é um dos pilares da virilidade que desmorona, mas há um outro arquétipo que da sérios sinais de esgotamento: o do trabalhador, vigoroso, forte, orgulhoso, estóico e orgulhoso de sua ferramenta, um arquétipo forjado no século XIX, que foi instrumentalizado tanto pela propaganda comunista (pensemos no herói Stakhanov) quanto pela propaganda capitalista.

Mas desde o período entre guerras, este modelo está em crise: estamos testemunhando a deterioração continuada da figura do trabalhador, em razão das mudanças na organização do trabalho, do desemprego em massa e da precariedade generalizada.

A armadilha viril se fechou cruelmente sobre suas presas: se o homem é definido pelo sucesso, pela vitória e pelo desempenho, se o homem é o único

provedor de recursos, o ganha-pão da família, então o desempregado ou o trabalhador precário não é um homem. O problema é que esta situação afeta centenas de milhões...

A virilidade é um ideal cada vez mais fora de alcance. E, no entanto, nunca antes o dever de desempenho e de sucesso foi tão exigente.

A guerra econômica substituiu as guerras armadas e o patrão que compra, licencia, conquista mercados e pensa a "estratégia" se comporta como um general de infantaria, frequentemente com uma forte tendência a tratar seus empregados como se fossem soldados.

Finalmente, mais amplamente, a ideologia prometeica, da razão onipotente, da dominação do planeta e do reino animal estão se voltando contra o próprio homem, que destruiu seu próprio ecossistema e esta se perguntando se a Terra ainda será habitável daqui a 50 anos...

São todas essas reviravoltas infelizes que explicam o mal-estar masculino atual, muito mais do que o compartilhamento, ainda muito parcial, do poder das mulheres, pois ninguém jamais demonstrou que uma conquista feminista, como a do direito à educação, o direito ao voto ou o direito de praticar um esporte, poderia "roubar" algo dos homens. A ameaça não vem das mulheres, vem dos próprios homens.

Conclusão

Para concluir, a reinvenção das masculinidades parece-me a oportunidade histórica de sair da armadilha do virilismo e do "suprematismo". O crepúsculo da virilidade não deve ser considerado como o anúncio de um desolador "fim dos homens", mas, ao contrário, como o alvorecer de novas masculinidades e uma libertação para todos os homens.

Porque, contrariamente ao que declararam os nostálgicos da virilidade perdida, a livre reapropriação por cada um da sua identidade, de suas aspirações, de seu corpo, de sua atitude e de sua orientação sexual, fora de estereótipos, não serve unicamente a causa homossexual. De fato, o dever de conformidade com a mitologia viril exerce também uma violência simbólica sobre os heterossexuais, convocados a atender às normas sociais, em termos de performance - profissional, sexual, esportiva -, de aparência financeira (porque "sem grana, a gente não é nada") e atitude (tamanho, porte e 'aparência').

Desde a mais tenra idade, os meninos continuam a deixar seus ideais serem prescritos por um conformismo de gênero que lhes exige demonstrações de sua potência e se envergonhar de suas fraquezas. Meninos não choram.

Mas muitos meninos odeiam brigar, se sentem excluídos ou "fracassados" e sofrem com o assédio escolar violento.

A refundação das masculinidades lhes ofereceria a possibilidade histórica de sair da armadilha. Também seria extremamente benéfica para as mulheres, cuja causa, apesar de progressos consideráveis, permanece longe de ser sempre ouvida. Porque enquanto os homens não se emanciparem dos conformismos alienantes que os amputam de uma grande parte de sua verdade psíquica, eles se absterão de relações equilibradas com o outro sexo e as mulheres continuarão sofrendo discriminações e violências.

A r*evolução do feminino* será plenamente realizada quando a *revolução do masculino* ocorrer, quando os homens se libertarem das determinações de sexo que mantêm, muitas vezes de maneira perfeitamente inconsciente, a misoginia e a homofobia, ambas provenientes de uma repulsa do feminino que atravessa os tempos.

Para que os homens mudem o olhar que têm das mulheres, é preciso que mudem o olhar sobre si mesmos.

Diferentemente da *virilidade*, modelo único e monolítico, as *masculinidades* são múltiplas, como o são também as *feminidades* e todas deveriam ter a mesma legitimidade social.

Assim como as mulheres não se "masculinizam" ao assumir cargos de poder, os homens não se "feminilizam" ao serem gentis, empáticos e sensíveis, não se desnaturam ao cuidar de um bebê, ao passar a roupa e ao fazer faxina: eles simplesmente se reapropriam do fato de ser um homem. A benevolência, a empatia e a paciência não têm sexo, o gosto do poder também não.

O investimento masculino da esfera privada e da vida emocional, a reinvenção da paternidade, a expressão da emoção já realizada por muitos homens modernistas, não constituem um "declínio", como pensam os masculinistas, mas uma chance para a humanidade, talvez sua maior chance: a de anunciar, não o desolador "fim dos homens", mas o excitante nascimento de novas masculinidades, condição indispensável para um melhor equilíbrio das relações entre os dois sexos.

Se queremos acabar com a guerra dos sexos, é preciso que os homens se reinventem.

Auteur

Olivia Gazalé

Professeur de philosophie. Elle a notamment enseigné à l'Institut d'Etudes Politiques de Paris et aux Mardis de la philo, dont elle est la cofondatrice. Elle est l'auteure de *Je t'aime à la philo, Quand les philosophes parlent d'amour et de sexe (*Robert Laffont 2012, le Livre de poche, 2013) et de *Le mythe de la virilité, un piège pour les deux sexes* (Robert Laffont, 2017, Pocket 2019).

Résumé

Et si, comme les femmes, les hommes étaient depuis toujours victimes du mythe de la virilité? Pour asseoir sa domination sur le sexe féminin, l'homme a, dès les origines de la civilisation, théorisé sa supériorité en en faisant un mythe. Un discours fondateur qui n'a pas seulement postulé l'infériorité essentielle de la femme, mais aussi celle de l'autre homme (l'étranger, le «sous-homme», le «pédéraste»...). Historiquement, ce mythe de la virilité a ainsi légitimé la minoration de la femme et l'oppression de l'homme par l'homme.

Depuis un siècle, ce modèle de la toute-puissance guerrière, politique et sexuelle est en pleine déconstruction, au point que certains esprits nostalgiques déplorent une «crise de la virilité ».

Mais si la virilité est aujourd'hui un mythe crépusculaire, il ne faut pas s'en alarmer, mais s'en réjouir. Car la réinvention actuelle des masculinités n'est pas seulement un progrès pour la cause des hommes, elle est l'avenir du féminisme.

Mots clés

Virilité, masculinité, domination masculine, féminisme, masculinisme, « sous-hommes », mythe guerrier, « crise de la virilité », révolution du masculin.

Reinventer les masculinites

Olivia Gazalé

Pourquoi faudrait-il réinventer les masculinités? Et surtout pourquoi une femme s'intéresse-t-elle à un tel sujet? Quelle est la finalité, ou l'ambition, d'une telle réflexion?

L'ambition - celle qui m'a animée lors de la rédaction de mon dernier livre, intitulé *Le Mythe de la virilité, un piège pour les deux sexes,* c'est de proposer des pistes de réflexion pour en finir avec la guerre des sexes, à partir d'une refondation des masculinités, d'une libération des masculinités à l'égard des normes de la virilité traditionnelle.

Il est important en effet de bien distinguer les *masculinités,* qui sont plurielles, multiples, diverses, comme le sont les *féminités,* qui sont autant de façons d'habiter le sexe masculin ou féminin, et la *Virilité* qui, elle, est un modèle normatif, un idéal, un archétype, une construction culturelle, une fabrication artificielle. La virilité désigne ce que DOIT être un homme pour être reconnu comme pleinement homme; la virilité cherche donc à abolir la diversité et uniformiser les masculinités.

Le terme « virilité » n'a d'ailleurs pas d'équivalent féminin, et pour cause, puisque c'est quelque chose dont elle est manquante et qui la situe donc, irrémédiablement, dans une position d'infériorité.

Car le coeur du mythe de la virilité, l'idée originelle, le principe de base, c'est le postulat de la *hiérarchie* des sexes, le postulat de la supériorité du masculin sur le féminin. C'est l'idée que l'homme est le représentant le plus accompli de l'espèce humaine, tandis que la femme ne peut être que sa servante et lui obéir. Là où la femme est définie comme faible, fragile, peureuse, entièrement gouvernée par ses entrailles, inapte à contrôler ses émotions, irrationnelle et passive, l'homme, à l'inverse, est perçu comme vigoureux, actif, puissant et dominateur. Le mythe de la virilité, c'est un modèle de toute-puissance guerrière, politique et sexuelle.

Ce qui est bien connu, c'est ce que cette idéologie de la domination a généré au cours de l'Histoire, en termes d'oppression et d'appropriation des femmes. En revanche, ce qui est beaucoup plus tabou, c'est l'envers du décor: à savoir que cette idéologie du privilège masculin constitue aussi un piège pour l'homme. C'est en réalité un piège pour les deux sexes. Car le devoir de virilité est aussi un fardeau pour l'homme, fardeau qui consiste à se soumettre à un ensemble d'injonctions pesantes, qui sont à la fois coercitives, discriminatoires et paradoxales, des injonctions qui pèsent sur tout homme s'il veut se faire

reconnaître comme un « vrai » homme, et dont les générations à venir gagneraient, d'après moi, à s'émanciper, en se réinventant hors des sentiers battus de la normativité viriliste.

Cette réinvention serait d'après moi une avancée considérable pour la cause des deux sexes, donc de la société tout entière, et non pas, comme le pensent les masculinistes et autres nostalgiques du patriarcat, le signe d'une décadence morale de nos sociétés.

C'est ce que je voudrais montrer en proposant 3 axes de réflexion:

Le premier axe consiste a identifier l'impasse ideologique dont nous sommes prisonniers

Le moment est venu de sortir de l'impasse dans laquelle les discours sur les rapports entre hommes et femmes se sont enfermés depuis plusieurs décennies. Sur ce thème, le débat public, comme en témoignent les affrontements permanents sur les réseaux sociaux, est en effet souvent accaparé par deux discours radicaux irréconciliables:

- Côté femmes, le féminisme pose la femme comme victime de la domination masculine et dénonce les discriminations, injustices et violences dont souffrent toujours les femmes aujourd'hui. A juste titre. Le plafond de verre est une réalité incontestable et le mouvement *#metoo* nous a rappelé l'ampleur des violences sexuelles subies par les femmes partout à travers le monde. Le féminisme a encore beaucoup de combats importants à mener, mais il y un écueil dans lequel il faut absolument se garder de tomber: la misandrie, ou l'androphobie, qui consiste à refuser d'envisager l'homme autrement que comme un oppresseur et un prédateur. Selon le discours androphobe, l'homme est systématiquement coupable, et la femme systématiquement victime. Le simple fait d'évoquer la souffrance masculine suffit parfois pour être accusé d'antiféminisme.

- Côté hommes, le courant masculiniste fait de plus en plus d'émules, partout à travers le monde. Leur credo est le suivant: les femmes, avides de revanche, ont dépossédé l'homme de sa suprématie, elles ont pris le pouvoir, et elles ont émasculé les hommes. Non seulement ils réclament la reconnaissance de leurs souffrances, mais ils estiment qu'il y a désormais une domination féminine, ou plutôt une tyrannie féminine, voire un « fascisme » féminin. C'est le thème de la « fin des hommes », de la « crise de la virilité », auxquels ils proposent de remédier (comme à chaque fois que la virilité est menacée tout au long de l'histoire) par la régénération viriliste et le retour à la polarité traditionnelle des rôles sexués.

Le problème, c'est qu'ils sont souvent violents: verbalement, ils vomissent quotidiennement leur misogynie sur Internet, et physiquement, ils incitent parfois

même au crime, comme les Incels, célibataires involontaires, qui vont jusqu'à commettre, ou encourager, des meurtres.

Ces 2 postures sont irréconciliables, et ne font qu'attiser une guerre des sexes qu'on croyait révolue. C'est pourquoi je pense qu'il faut prendre le problème autrement: oui, c'est vrai, les femmes souffrent du sexisme et des inégalités, mais oui, c'est vrai aussi qu'il y a une réelle détresse masculine, massive et douloureuse. Le taux de suicide est beaucoup plus élevé chez les hommes, de même que le burnout, les accidents du travail, les addictions, l'alcoolisme, la violence et la criminalité; l'espérance de vie des hommes est plus courte, les performances scolaires et universitaires des garçons sont tendanciellement inférieures à celles des filles etc…

Il y a, de fait, un malaise masculin. Pour autant, je suis convaincue que l'on se trompe de coupable lorsqu'on en impute la responsabilité aux femmes et à leur émancipation. Les hommes sont victimes de l'idéologie de la domination et de la toute-puissance qu'ils ont mise en place et théorisée depuis l'antiquité, et qui se retourne aujourd'hui contre eux-mêmes.

Pour bien comprendre cela, il faut rappeler en quoi consiste, pour chaque homme, le devoir de virilité.

Le deuxième axe consiste a questionner le fardeau qu'est le devoir de virilite

«Tu seras un homme, mon fils» dit le poème de Kipling. Mais le chemin sera long et difficile. De même que Simone de Beauvoir a écrit «on ne naît pas femme, on le devient», on ne naît pas homme, on le devient. Mais «devenir un homme» est un processus douloureux et coercitif. Etre viril, c'est faire la démonstration de son appétit de puissance, de son aptitude à dominer, de ses facultés d'autocontrôle et de rétention émotionnelle: il faut se montrer fort, courageux, ardent au combat, victorieux, voire héroïque, ne jamais montrer ses failles, ne jamais pleurer, mépriser la souffrance et défier la mort. Le modèle, c'est le dieu Hercule, l'invincible. C'est aussi Zeus, ou Jupiter, dont les innombrables conquêtes sexuelles prouvent la puissance inégalable. Car plus on a de conquêtes sexuelles, plus on démontre l'étendue de son pouvoir.

Mais on peut se demander si cette poursuite obsessionnelle de la puissance et de la performance ne traduit pas, avant tout, une peur abyssale de l'impuissance et si la passion de la victoire ne dissimule pas une hantise primordiale de la

défaite, guerrière, sportive, professionnelle ou sexuelle. Derrière le culte de la performance, se profile toujours la terreur de la défaillance.

Les injonctions à la virilité sont donc coercitives; mais elles sont aussi et surtout très discriminatoires. Tous les hommes qui ne possèdent pas les marqueurs de la virilité triomphale ne sont pas considérés comme de « vrais » hommes, ce sont des « sous-hommes ».

A commencer par les « efféminés », qui ont toujours été stigmatisés et violentés à travers l'histoire. L'homophobie découle en effet de la misogynie: c'est parce que le féminin est dégradé que l'effémination est considérée comme dégradante.

Mais les sous-hommes, ce sont aussi les eunuques, et tous les hommes soupçonnés d'impuissance, qui ont fait l'objet des pires condamnations à travers l'histoire. Rappelons simplement qu'il y eut au XVI et XVIIème siècles en France un tribunal de l'impuissance, dont les jugements envers les hommes accusés de défaillance étaient particulièrement sévères.

Enfin, le sous-homme, c'est aussi, bien sûr, l'étranger. Le mythe de la virilité est à la racine de la xénophobie, du racisme, mais aussi du mépris de classe. La supériorité des uns a nécessairement besoin de l'infériorité des autres, qu'il soit juif, arabe, noir, handicapé ou domestique. Etre un homme, c'est dominer. La hiérarchie des sexes est inséparable de la hiérarchie des races. Pas de suprématie sans un inférieur à mépriser, à asservir, à coloniser, ou carrément, à anéantir.

On sait où a conduit cette idéologie suprématiste à travers l'histoire: aux pires heures de l'esclavage, au fascisme, à la passion pour la guerre et à l'exploitation capitaliste de l'homme par l'homme.

Et c'est pour cela que cette idéologie est en crise actuellement, d'abord parce qu'elle a démontré son potentiel mortifère, ensuite parce que l'idéal de toute-puissance est devenu une utopie dans une société qui fabrique aujourd'hui infiniment plus de perdants que de gagnants.

En effet, ce ne sont pas les femmes qui sont responsables du malaise masculin, c'est le modèle de domination sur lequel se fondaient les prérogatives masculines qui est entré en crise. Les hommes se sont trouvés pris à leur propre piège.

Le troisieme axe consiste a montrer que l'homme est tombé dans son propre piege

Je me conterai ici de n'évoquer que 2 aspects de cette crise du modèle :

- d'abord, l'effondrement du mythe guerrier, qui a constitué pendant des siècles

le cœur du mythe viriliste. Rappelons que la victoire, *Nikè* chez les grecs, est interprétée comme un signe d'élection divine, et comme un gage d'immortalité conféré par les dieux. Au cours de l'histoire, des centaines de générations de garçons ont été dressés pour aller mourir au combat, pour désirer la « belle mort », les armes à la main.

Or ce mythe guerrier a été considérablement discrédité par l'effroyable carnage que furent les deux grands conflits mondiaux, les guerres de décolonisation, du Vietnam ou d'Irak. Rappelons que le nombre de vétérans américains de la Guerre du Vietnam qui se sont suicidés après leur retour est plus important que celui des morts au combat, un exemple qui prouve que la quête héroïque de la gloire et du sacrifice a révélé son effarante vanité.

Aujourd'hui, dans l'imaginaire collectif, un soldat, c'est une petite croix blanche perdue dans un alignement sans fin dans un immense cimetière militaire, ou un rescapé gravement diminué par ses blessures et son expérience de l'horreur.

Bref, la guerre ne fait plus rêver, comme au XIXème siècle, où elle était présentée comme un idéal viril hautement désirable.

Avec l'effondrement du mythe guerrier, c'est un des piliers de la virilité qui s'effondre, mais il y en a un autre archétype qui donne de sérieux signes d'essoufflement: celui du travailleur, vigoureux, robuste, fier, stoïque et fier de son outil, un archétype forgé au XIXème siècle, et qui fut instrumentalisé à la fois par la propagande communiste (pensons au héros Stakhanov) et par la propagande capitaliste.

Mais, depuis l'entre-deux-guerres, ce modèle est en crise : on assiste en effet à la dégradation continue de la figure du travailleur, en raison des modifications de l'organisation du travail, du chômage de masse et de la précarité généralisée.

Le piège viril s'est cruellement refermé sur ses proies: si l'homme se définit par le succès, la victoire et la performance, si l'homme est le seul pourvoyeur de ressources, le breadwinner de la famille, alors le chômeur ou l'employé précaire n'est pas un homme. Le problème, c'est que cette situation en concerne des centaines de millions …

La virilité est un idéal de plus en plus hors d'atteinte. Et pourtant, jamais sans doute le devoir de performance et de réussite n'a été aussi exigeant. La guerre économique s'est substituée aux guerres armées et le patron qui achète, licencie, conquiert des marchés et pense « stratégie » se comporte comme un général d'infanterie. Avec souvent une forte tendance à traiter ses employés comme des soldats.

Enfin, de manière plus large, l'idéologie prométhéenne de la raison toute-puissante, de la domination de la planète et du règne animal sont en train de se

retourner contre l'homme lui-même , qui a détruit son propre écosystème, et en est arrivé à se demander si la Terre sera encore habitable dans 50 ans….

Ce sont tous ces retournements malheureux qui expliquent le malaise masculin actuel, bien davantage que le partage, encore très partiel, du pouvoir avec les femmes. Car personne n'a jamais démontré qu'une conquête féministe, comme celle du droit à l'instruction, du droit de vote ou du droit de pratiquer un sport, était de nature à « voler » quelque chose aux hommes. La menace ne vient pas des femmes, elle vient des hommes eux-mêmes.

Conclusion

En conclusion, la réinvention des masculinités me paraît être l'occasion historique de sortir du piège du virilisme et du suprématisme. Le crépuscule de la virilité ne doit pas être considéré comme l'annonce d'une désolante « fin des hommes », mais au contraire comme l' aurore des nouvelles masculinités et comme une libération pour tous les hommes.

Car, contrairement à ce que déclarent les nostalgiques de la virilité perdue, la libre réappropriation par chacun de son identité, de ses aspirations, de son corps, de son allure, et de son orientation sexuelle, hors des stéréotypes, ne sert pas uniquement la cause homosexuelle. En effet, le devoir de conformité à la mythologie virile exerce aussi une violence symbolique sur les hétérosexuels, sommés de satisfaire aux normes sociales, en termes de performance - professionnelle, sexuelle, sportive -, de surface financière (car « sans pognon, on n'est rien ») et d'allure (taille, gabarit et « look »).

Dès leur plus jeune âge, les garçons continuent à se laisser prescrire leur idéal par un conformisme de genre qui les enjoint à faire la démonstration de leur puissance et avoir honte de leurs faiblesses. Un garçon, ça ne pleure pas.

Mais beaucoup de garçons détestent se battre, se sentent exclus, ou « ratés », et souffrent d'un harcèlement scolaire d'une très grande violence.

La refondation des masculinités leur offrirait la possibilité historique de sortir du piège. Elle serait aussi extrêmement salutaire pour les femmes, dont la cause, malgré des avancées considérables, demeure loin d'être toujours entendue. Car tant que les hommes ne s'émanciperont pas des conformismes aliénants qui les amputent d'une grande partie de leur vérité psychique, ils s'interdiront des relations équilibrées avec l'autre sexe et les femmes continueront à subir discriminations et violences.

La *révolution du féminin* sera pleinement accomplie quand aura eu lieu la *révolution du masculin*, quand les hommes se seront libérés des assignations sexuées qui entretiennent, souvent de manière parfaitement inconsciente, la misogynie et l'homophobie, lesquelles procèdent toutes deux d'une répulsion envers le féminin venue du fond des âges.

Pour que les hommes changent le regard qu'ils portent sur les femmes, il faut qu'ils changent le regard qu'ils portent sur eux-mêmes.

A la différence de la *virilité,* modèle unique et monolithique, les *masculinités,* elles, sont multiples, comme le sont aussi *les féminités*, et toutes devraient avoir la même légitimité sociale.

De même que les femmes ne se « masculinisent » pas lorsqu'elles s'emparent des postes de pouvoir, les hommes ne se « féminisent » pas lorsqu'ils se montrent doux, empathiques et sensibles, ne se dénaturent pas lorsqu'ils pouponnent, repassent et font le ménage : ils se réapproprient simplement le fait d'être un *homme.*La bienveillance, l'empathie et la patience n'ont pas de sexe, le goût du pouvoir non plus.

L'investissement masculin de la sphère privée et de la vie émotionnelle, la réinvention de la paternité, l'expression de l'émotion déjà accomplis par de très nombreux hommes modernistes, ne constituent pas un « déclin », comme le pensent les masculinistes, mais une chance pour l'humanité, peut-être sa plus grande chance : celle d'annoncer, non pas la désolante « fin des hommes », mais l'enthousiasmante naissance de nouvelles masculinités, condition indispensable d'un meilleur équilibre des relations entre les deux sexes.

Si l'on veut en finir avec la guerre des sexes, il faut donc que les hommes se réinventent.

Bibliographie

Histoire de la virilité, 3 volumes, sous la direction de A. Corbin, G. Vigarello et J.-J. Courtine, Seuil, Paris, 2011.

Refuser d'être un homme. Pour en finir avec la virilité. John Stoltenberg, Syllepses, Coll. Nouvelles questions féministes, Paris, 2013.

Angry white men. American masculinity at the end of an era, Michael Kimmel, Nation Books, New York, 2013.

Hommes et masculinités de 1789 à nos jours, coordonnée par Régis Revenin, Autrement, collection Mémoire/ Histoire, Paris, 2007.

Histoire du premier sexe . De la révolution à nos jours, André Rausch, Hachette Pluriel, 2006.

Boys don't cry. Les coûts de la domination masculine, Presses universitaires de Rennes, Mayenne, 2012.

A "guerra às drogas" terá fim? Por que?

Autor

Paulo Silveira

Membro do movimento "*respeito é BOM e eu gosto*" (www.reBOMeg.com.br), organizador dos livros "Exercício da Paternidade" e "Criminalização ou Acolhimento", dentre outros. E-mail: motiro@gmail.com

Bruce K. Alexander

Professor Emérito da Universidade Simon Fraser, Vacouver B.C. Canadá (https://www.brucekalexander.com/), autor de A Globalização do ""vício"[35]": um estudo sobre a pobreza do espírito (Oxford University Press, 2008), dentre outros. E-mail: alexander@sfu.bc

Resumo

Este capítulo busca identificar as razões pelas quais a chamada "guerra às drogas" persiste em alguns países e termina em outros. Para tanto é feita uma comparação entre as condições sociais e políticas no Canadá (onde a guerra às drogas foi reduzida drasticamente, inclusive, com a legalização da maconha), nos Estados Unidos e no Brasil, onde a guerra contra as drogas ameaça continuar para sempre. A partir dessas comparações é possível constatar-se claramente que a "guerra às drogas" atende a diversos interesses menos os da população em geral, sejam eles usuários ou não, dentre eles, vale ressaltar, o de prover justificativas para o uso de políticas estatais violentas e assassinas que tem como objetivo manter sob julgo de uma elite transnacional a imensa maioria de todos nós.

É fundamental que, ao tratarmos desse tema, que não percamos de vista o lucro financeiro proporcionado ao crime organizado pelo tráfico ilegal de drogas e inúmeras outras práticas criminosas camufladas por ele, como os tráficos de armas, humano, de petróleo, de falsificações, etc. A legalização da produção, distribuição, comércio e uso de todas as drogas evidenciaria essas outras práticas criminosas o que efetivamente não interessa a elite econômica que se sustenta também devido a essas e tantas outras práticas ilegais.

Palavras-chave

adicto químico, dependente químico, "vício", guerra às drogas, status de superpotência, dominação econômica, tamanho da população, redução de danos, tráfico de drogas.

35 O termo "vício" é resgatado aqui sem nenhuma conotação pejorativa, mas porque é a expressão que melhor define o sentido que Bruce busca dar em seus estudos e trabalhos ao equiparar o uso de qualquer coisa (de comida a drogas lícitas ou ilícitas) ou a prática de qualquer atividade (trabalho, sexo, jogo) quando ela acontece independente da vontade de quem usa / pratica ou seja: o indivíduo é compelido por seus desejos a fazê-lo. Uma outra questão para o uso desse termo é poder diferenciar tal uso / prática da dependência química, que não é abordada aqui nesse texto por não ser nosso foco, mas que é também uma marca dos estudos de Bruce. Para chamar ainda mais a atenção para o uso do termo "vício" ele foi colocado entre aspas.

A "guerra às drogas" terá fim? Por que?

Paulo Silveira
Bruce K. Alexander

> "... a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer."
> (Mbembe, 2019)

Ao nos debruçarmos sobre essa abordagem, nosso objetivo é estimular uma reflexão sobre a "*guerra às drogas*" no Brasil e a esperança de estarmos contribuindo para uma futura implementação de políticas públicas pacíficas e eficazes para atender às necessidades dos usuários de drogas (legais ou não) e da sociedade em geral, a partir da legalização da produção, distribuição, consumo e, consequentemente, a regulamentação pelo Estado de todas as drogas, sejam as atualmente lícitas ou ilícitas.

O termo "*guerra às drogas*" costuma estar associado a ações violentas produzidas a partir da cultura militar (Soares, 2019). Mesmo quando o presidente dos EUA, Richard Nixon, cunhou o termo pela primeira vez, na década de 1970, a ação militar era a prioridade. Uma manifestação dessa estratégia foi a ocupação da América do Sul pelo Exército dos EUA, implantando bases militares em TODOS os países do continente, exceto o Brasil, sob o pretexto de combater a produção e o tráfico de drogas, principalmente cocaína, já que a coca é nativa da região dos Andes.

A "guerra às drogas" também tem o efeito de produzir dramáticos espetáculos militares e judiciais, que se tornam notícias espetaculares (Debort, 1997) rapidamente na mídia local e internacional, desviando a atenção de outras questões tão ou mais urgentes de serem tratadas, como, por exemplo, o crescimento vertiginoso da obesidade [36] ou o aquecimento global [37].

Além disso, esses espetáculos geram pânico na população em geral (Klemperer, 2009), e esse pânico gera demanda por novas ações que tragam resultados imediatos devido à aparente gravidade da situação. Muitas vezes, a resposta ao pânico é a atuação intervencionista violenta em regiões que seriam

36 https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-globalizacao-da-obesidade-em-reuniao-do-g20/
37 https://nacoesunidas.org/onu-destaca-urgencia-de-acao-climatica-apos-agencia-meteorologica-confirmar-aquecimento-global-recorde/

responsáveis pela distribuição e / ou comércio de drogas, a maioria povoada por populações fragilizadas, que sofrem com as desigualdades geradas pela pobreza e ausência de políticas públicas que deveriam ser providas pelo Estado opressor.

A estratégia da "guerra às drogas" culpabiliza as drogas pela existência de tudo o que o sistema capitalista não pode controlar, por exemplo, a miséria (causada pela distribuição desigual da riqueza); pessoas vivendo em condições degradantes e nas ruas das grandes cidades (devido à ausência de políticas públicas de habitação e assistência social); um contingente de milhões de cidadãos desempregados, com alguns passando fome e, consequentemente, pedindo ajuda nas ruas de nossas cidades; ausência de políticas públicas para atender às demandas primárias da população (como saúde, educação, justiça social, etc., devido à priorização do pagamento de dívidas públicas ao sistema financeiro, dívidas essas nunca auditadas por autoridades monetárias independentes). A guerra às drogas esconde esses desastres, culpando pelos transtornos o uso de drogas e como se os pequenos traficantes agissem nesse ramo do comércio por opção e não por falta de opções.

Não podemos esquecer que as leis que determinam o que é legal ou ilegal são elaboradas pela mesma elite (os membros da legislatura) que lucram com a injustiça social, elite essa que seus integrantes também são os responsáveis por julgar quem está infringindo as leis ou não de acordo com suas conveniências e interesses (Mendes, 2017).

A "guerra às drogas" reafirma a elite como a autoridade suprema do poder, atribuindo o poder de decretar a vida e a morte de seus semelhantes, especialmente por fazê-lo com base em argumentos subjetivos, apoiados em ideologias que dão a ilusão de estar defendendo o bem comum, sem levar em conta fatos concretos determinantes (Foucault, 2002).

O termo "guerra às drogas" é usado aqui para representar ações violentas que servem a diversos propósitos, com seu foco central sendo subjugar, humilhar aqueles a quem a sociedade deveria proteger porque são os mais fracos e indefesos.

Somente a partir da legalização será possível promover uma série de ações que contribuirão para a construção da justiça social e do bem comum, como: pesquisar os efeitos colaterais do uso frequente de uma droga, controlar sua produção, distribuição e comércio, realizar campanhas preventivas, a produção de medicamentos a partir dessas drogas e, finalmente, atender às justas demandas da população a esse respeito.

Legalizar as drogas não é liberá-las para o consumo, muito pelo contrário! É a guerra às drogas que estimula o consumo não regulamentado, com proibições fúteis e com o "estado proibitivo" colocado à margem de toda a cadeia de produção, distribuição, comércio e consumo. A legalização de todas as drogas permitirá a implantação de medidas essenciais que estão impedidas de serem postas em prática devido a proibição das mesmas, como por exemplo, campanhas preventivas, medidas de redução de dano (Small, 2018), controle da produção, distribuição e comercio pelo Estado etc.

Ao comparar as políticas públicas de países como Suíça, Holanda, Canadá e outros cujo foco principal é gerar justiça e bem-estar social para seus cidadãos com aqueles países que usam a cultura da "guerra as drogas" como parte do jogo mundial de poder com os países periféricos, incluindo o Brasil, podemos ver o quanto os interesses da "guerra às drogas" não são o bem-estar social, mas servem apenas como instrumento de subjugação de uma imensa maioria por uma minoria.

Nossa proposta de construir este texto com quatro mãos é fazer uma breve comparação histórica da "guerra às drogas" no Canadá, EUA e Brasil com o objetivo de incentivar aqueles que lutam por justiça social e, consequentemente, pela legalização da produção, distribuição, comércio e consumo de todas as drogas no Brasil para continuarem a fazê-lo, embora o momento atual seja bastante difícil de enfrentar.

Canadá

Os canadenses têm muito que se envergonhar com as políticas brutais adotadas na guerra contra as drogas durante a maior parte do século XX (Alexander, 1990, Alexander, Schweighofer e Dawes, 1996; Boyd, 2017), mas a maioria deles está orgulhosa com as mudanças radicais que foram feitos nos últimos 30 anos.

Há meio século, o "vício" foi concebido muito estreitamente em todo o Canadá. A maioria das pessoas pensava que o "vício" só poderia ser causado por heroína, morfina e outras drogas opiáceas ou pelo álcool. Muitos profissionais respeitados proclamavam autoritariamente que as pessoas não podiam realmente depender de anfetaminas, cocaína ou maconha, porque essas drogas (ao contrário da heroína e do álcool) não produziam sintomas dramáticos de abstinência física. Os sintomas de abstinência eram a condição teórica "sine qua non" do "vício".

Embora o campo da dependência estivesse em um estado de confusão teórica, sua veemência era ilimitada. Era quase impossível não se sentir oprimido pelo medo e pela repulsa que a dependência de drogas causava em todos.

Muitos canadenses de modo compassivo fecharam os olhos para a brutalidade das invasões domiciliares pela polícia de narcóticos, desde que tivessem como alvos apenas os viciados em heroína. Os "viciados" eram considerados indignos de respeito, pois acreditava-se que eles tinham falhas morais e, portanto, seriam perigosos para a sociedade, bem como irremediavelmente doentes.

Muitas pessoas consideravam o crescente uso de heroína como iminentemente catastrófico e viam-no como a causa do aumento das taxas de criminalidade, decadência urbana, violência e outros aspectos do declínio social.

A "epidemia da dependência" ou a "crise do "vício"" ou a "maldição do "vício"" causavam pânico. Acreditava-se que toda uma geração de jovens estava em perigo (Alexander, 1990, Alexander, Schweighofer e Dawes, 1996).

A retórica apocalíptica foi usada por políticos americanos na época, como Richard Nixon e Nelson Rockefeller, e mais tarde pelo primeiro-ministro canadense Brian Mulroney, para justificar uma gigantesca "guerra às drogas". É impressionante como essa política foi aceita sem questionamentos sérios pela grande maioria da população nos Estados Unidos, Canadá (Alexander, 1990, Chap. 1, Hari, 2015) e em todo o mundo.

A guerra canadense contra as drogas envolveu mais do que a polícia prender. A polícia muitas vezes brutalizou usuários e traficantes de heroína nas ruas da cidade e soldados invadiram campos de papoulas em países distantes. A guerra as drogas também invadiu escolas, universidades, consultórios, hospitais.

As escolas de Vancouver foram bombardeadas com propaganda antidroga sensacionalista, altamente exagerada e até informações falsas. Alguns consultórios médicos foram visitados por informantes da polícia (vestidos de usuários de rua) pedindo remédios para aliviar o sofrimento e alguns médicos bem intencionados perderam suas licenças e / ou foram para a prisão porque de boa fé, deram receitas para aliviar o sofrimento de outros (Beyerstein & Alexander, 1985). Muitos hospitais nos Estados Unidos e no Canadá permitiram que pacientes gravemente doentes sofressem terrivelmente, porque os médicos tinham medo de fornecer a seus pacientes morfina suficiente para controlar sua dor, pois isso "os transformaria" em viciados (Alexander, 1990, P. 47-49; 2008/2010, P. 179).

A única maneira aceitável de se recuperar do "vício" naqueles dias era a abstinência imediata e total. A abstinência teve que ser forçada tanto pelo medo da pessoa viciada correr riso de morte iminente quanto pela coerção policial. Havia até mesmo uma sentença popular, "*uma vez viciada, sempre viciada*", que justificava toda a barbárie praticada.

As mães que usavam drogas e seus bebês eram especialmente alvos de brutalidades. Muitos bebês nascidos de mães usuárias de crack foram apreendidos pelo Estado e separados de suas mães nos EUA, no Canadá e em muitos outros países (Boyd, 2018) [38].

Nenhum dos esforços simplistas e belicosos para reduzir o uso de drogas produziu qualquer evidência comprovada de sucesso. No entanto, eles foram entusiasticamente apoiados pela população, por políticos (a maioria de igrejas) e profissionais, como forma de responder a uma "*crise de dependência de drogas*".

Os poucos programas de redução de danos no Canadá, principalmente a provisão de metadona, estavam sob ataque contínuo da mídia e do governo.

A visão "oficial" do "vício" nos anos 70 era que qualquer um que usasse qualquer um dos opioides ou álcool mais do que algumas vezes experimentaria sintomas insuportáveis de abstinência se tentassem parar. Os sintomas de abstinência levariam os "infelizes experimentadores" a perseguir a droga viciante para sempre, perdendo toda a autonomia, decência e respeitabilidade em sua busca fatal por drogas. Ainda não havia preocupação com o "vício" da heroína ou outras drogas. Praticantes que trabalhavam com drogas explicavam os sintomas de abstinência da teoria do condicionamento psicológico e da neurociência, mas, ao contrário de hoje, os neurotransmissores usualmente invocados não eram dopamina ou serotonina, mas endorfinas.

O pequeno número de pesquisadores e terapeutas que desafiaram seriamente o ponto de vista oficial e a guerra às drogas foram geralmente ignorados e alguns tiveram seus pedidos de financiamento para suas pesquisas - assim como Bruce e seus colegas que vivenciamos a experiência do "Parque dos Ratos" [39] (Bruce, 2018) no início dos anos 1970 (Alexander, 2007). Profissionais dissidentes também foram oficialmente censurados, assim como o projeto global de cocaína da OMS de 1990 (Goldacre, 2009), no qual Bruce Alexander e seus colegas participaram em Vancouver.

38 https://www.nytimes.com/video/booming/100000002226828/crack-babies-a-tale-from-the-drug-wars.html.
39 http://www.stuartmcmillen.com/pt/comic/ratolandia/#page-1

Outras linhas de pesquisa sobre dependência de drogas também estavam sendo ignoradas e o financiamento de pesquisa reprimido, mesmo que tivesse um argumento convincente. Pesquisadores já haviam demonstrado que:

1. Uso extensivo recreativo e médico de drogas irresistivelmente "viciantes", incluindo heroína, não leva a dependência ou danos cerebrais na grande maioria dos usuários;
2. Muitos usuários de drogas que são classificados como dependentes não relatam sintomas de abstinência e muitas pessoas não têm dificuldade em se abster de usar medicamentos, mesmo quando apresentam sintomas de abstinência;
3. A administração experimental de opioides em pessoas saudáveis que não são dependentes nem psicologicamente perturbadas raramente produz um "alto" êxtase ou mesmo qualquer prazer;
4. A recuperação da dependência de vários tipos, incluindo as dependências de drogas consideradas graves, é frequentemente realizada sem qualquer tratamento formal;
5. "Uso controlado" é uma meta viável para tratamento e recuperação em muitos toxicodependentes;
6. Muitas pessoas seriamente viciadas não estão "fora de controle", mas podem explicar como usam suas dependências para lidar com suas vidas "deslocadas" (40) em uma sociedade fragmentada;
7. Cerca de 90% dos milhares de soldados que retornaram do Vietnã "viciados" em heroína abandonaram o uso de drogas sem qualquer tratamento;
8. As medidas desesperadas da guerra às drogas fizeram muito mais mal do que bem. (para documentação detalhada de todos esses oito achados, ver revisões de literatura em Alexander, 1990; Alexander, 2008/2010, cap. 8 e Alexander, 2016).

Numerosas explicações sobre as causas do "vício" haviam se acumulado em uma variedade de tradições acadêmicas e espirituais nos séculos XIX e XX, incluindo psicanálise, farmacologia, neurologia, serviço social, Exército da Salvação, Alcoólicos Anônimos, imunologia, genética, evolução, economia e teoria dos sistemas familiares (Lettieri, Sears, & Pearson, 1980; Whittle, 1998).

Haviam defensores respeitados e articulados de cada uma dessas diversas

40 Uma vida "deslocada" é aquela em que a pessoa não mantém nenhum elo funcional ou estimulante com sua família ou comunidade, embora possa permanecer próximo a eles geograficamente. Este conceito originou-se do historiador econômico Karl Polanyi e foi desenvolvido extensivamente por Bruce Alexander (ver Alexander 2008/2010, cap. 3).

teorias do "vício", bem como pessoas que honestamente testemunharam que haviam sido salvas por um regime de tratamento baseado em um ou outro deles. Foi, portanto, uma época de certezas dogmáticas que foram contraditórias e geraram uma grande confusão.

Em resumo, o "vício" em drogas era uma área de desastre intelectual. O campo da dependência de drogas gerou uma literatura massiva e contenciosa, mas pouco alívio para os aflitos.

Durante meio século, a "redução de danos" não fazia parte da linguagem do campo da dependência. No entanto, apesar da forte oposição de alguns setores, algumas práticas muito sensatas foram utilizadas e podem ser reconhecidas retrospectivamente como redução de danos. Estes incluem a manutenção de heroína legal em larga escala por médicos privados no Reino Unido e os primeiros programas de uso de metadona nos EUA e no Canadá. Houve também muitas intervenções de redução de danos ilegais, com o uso de drogas ilegais fornecidas por médicos compassivos que arriscaram suas carreiras prescrevendo drogas que acreditavam ser do melhor interesse de seus pacientes. Da mesma forma, haviam muitas organizações comunitárias e religiosas que davam apoio aos usuários que poderiam ser qualificados como precursores do moderno movimento de recuperação.

Hoje, ano de 2019.

Durante o último meio século, a maior parte das discussões sobre dependência de drogas no Canadá concentrou-se no uso de opiáceos (fentanil, oxicodona e heroína), embora a questão do uso de drogas seja muito menos míope do que há meio século, alternando às vezes "epidemias" de uso de benzodiazepínicos (pó e crack), metanfetamina e maconha.

Nestes momentos, o uso de opioides é esquecido, embora nada tenha mudado em relação a ele.

Finalmente, atenção séria está sendo dada ao uso das mídias sociais, jogos na internet, pornografia, amor, sexo, exercício, trabalho, comida e compras. No entanto, o "vício" e muitos outros hábitos e atividades, tais como riqueza, status social, poder, extremismo religioso, violência, esportes radicais, culto às celebridades, etc., ainda estão fora do radar no campo da dependência (Sussman, Lisha & Griffiths, 2011).

A boa notícia hoje é que mesmo em meio ao atual pânico com as mortes por overdose de vários opiáceos, não é mais lugar comum ouvir as pessoas clamando por soluções simplistas e violentas no Canadá como faziam há 50 anos.

Observando o mapa dos países que regularizaram o cultivo, distribuição, comércio e uso da maconha, vemos que na América do Norte e na Europa Ocidental a grande maioria não apoia mais as políticas de drogas violentas e intervencionistas, embora alguns políticos ainda defendam a "guerra às drogas", incluindo os presidentes dos Estados Unidos, das Filipinas e, mais recentemente, do Brasil.

Embora a teoria das drogas não tenha sido oficialmente modificada ou expandida (Volkow, McCook e McLellell, 2016; Miller, 2019), as políticas de drogas que geraram intervenções cruéis e fúteis há 50 anos desapareceram em grande parte no Canadá e em muitos outros países.

Em vez disso, a maré atual está fluindo (no Canadá e países da Europa Ocidental) em direção a tipos não-punitivos de intervenção, incluindo muitos tipos de aconselhamento de apoio, muitas vezes por assistentes sociais, redução de danos (manutenção de heroína, suboxona, metadona, locais de injeção supervisionados, troca de seringas); no movimento de recuperação; policiamento comunitário; terapias comportamentais cognitivas e medidas voluntárias e não punitivas; grupos de doze passos de todos os tipos; grupos de apoio religioso; tribunais de drogas; muitos tipos de meditação baseados em tradições espirituais orientais e terapias baseadas em drogas psicodélicas. Essas intervenções mais acolhedoras não são novas, mas se tornaram comuns de uma forma impensável há 50 anos (Jones, 2016, Noffs Et Al., 2016, Paungsawad Et Al., 2016, Miller, 2019).

O tipo mais marcante de intervenção não punitiva implementado recentemente é o "movimento de recuperação".

As instituições do "movimento hospedeiro" não concentram seus principais esforços na dependência, mas no estabelecimento de relacionamentos estáveis e de apoio, para que a vida do usuário de drogas possa se equilibrar com calma (Granfield & Cloud, 1999). Em Vancouver, temos diversas instituições como a Sociedade de Hotéis de Portland, Associações de Usuários de Drogas, Vancouver Moving Theater, Escola de Música St. James e outras.

A implementação dessas políticas mais acolhedoras tem sua origem em ações isoladas implementadas principalmente por um número relativamente pequeno de militantes (ativistas sociais, médicos, acadêmicos) e especialmente policiais que tiveram

compaixão e coragem para falar contra a "guerra as drogas". Tenho orgulho de dizer que alguns dos meus alunos e eu fazíamos parte desse grupo de pessoas, especialmente aqui em Vancouver. Um dos meus ex-alunos, Dan Small, que tem um capítulo neste livro, desempenhou um papel importante e continua a lutar por mais mudanças (Lupick, 2018).

A grande conquista deste pequeno grupo é que suas demandas para ficarmos longe da "guerra as drogas" começam a fazer sentido para as pessoas comuns (aqui no Canadá e em alguns outros países). Não importa qual seja a tendência política ou religião, mas a maioria das pessoas foi capaz de ver, uma vez que evidências foram mostradas, que a "guerra às drogas" é cruel e fútil e as novas alternativas são melhores para todos, usuários, sociedade, segurança pública.

A boa notícia é que as pessoas que estão interessadas no assunto das drogas e querem ser informadas têm informações disponíveis para entender que a "guerra às drogas" tem muito mais a ver com interesses do que com questões humanitárias. A "guerra às drogas" mata muito mais, faz muito mais mal do que as piores drogas já usadas pelos humanos.

Quando ouvimos políticos como Donald Trump ou Rodrigo Duterte ou Jair Bolsonaro (presidentes dos EUA, Filipinas e Brasil) defenderem a "guerra às drogas", é evidente que eles usam dogmas para fazer isso, e não informações atualizadas e consistentes (Mchugh, 2016). Esta é uma grande conquista no nível da política e prática retórica no Canadá e em muitos outros países, embora atos absurdamente violentos e arbitrários de combate às drogas ainda estejam sendo realizados em alguns lugares, principalmente nas Filipinas e no Brasil e mesmo em partes isoladas do Canadá (Berehulak, 2016, Junta Editorial New York Times, 2016, Goldstein, 2016, Saca, 2017).

Embora a guerra às drogas esteja intelectualmente morta, pois cresce seu entendimento que é uma ideia mortal.

Por que a diferença entre os EUA e o Canadá?'

Por que o Canadá e muitos outros países estão se retirando da loucura da guerra às drogas, mudando drasticamente o curso das políticas públicas sobre drogas, enquanto outros países, mais obviamente os EUA, Filipinas, Rússia, Brasil e China, ainda não mudaram. Essa é a questão que temos que focar, na esperança de que essa análise possa ser útil no Brasil.

Vamos nos concentrar primeiro nas diferenças entre o Canadá e os EUA.

As semelhanças entre cultura (ambas foram colonizadas pelos ingleses), a mesma lingua, padrões próximos de consumo, mas grandes diferenças como as prioridades de cada povo, nos dão a oportunidade de identificar mais claramente quais interesses estão efetivamente envolvidos na "guerra às drogas".

Algumas razões se destacam:

- questões raciais persistentes;
- a necessidade de ser um "super estado";
- hiper-capitalismo americano;
- populismo emergente;

Questões Raciais Persistentes

A "guerra às drogas" nos Estados Unidos e no Canadá pode ser rastreada desde o início do século XX. Os historiadores identificam várias funções sociais desempenhadas pela "guerra as drogas", além da intenção oficial de proteger a sociedade de drogas supostamente perigosas. No topo da lista dessas funções sociais, a maioria dos historiadores reconhece que, em ambos os países, a "guerra às drogas" forneceu uma justificativa ideológica para combater as "grandes" minorias raciais.

As primeiras leis de combate às drogas no Canadá foram amplamente usadas como justificativa para reprimir os trabalhadores chineses, muitos dos quais fumavam ópio após o fim de seus dias de trabalho e que eram odiados e temidos por trabalhadores de descendência europeia (Murphy, 1922/1973, Boyd, 2017) porque trabalhavam mais horas por dia e com salários mais baixos do que eles [41].

Os trabalhadores chineses foram explorados de forma atroz para acelerar a conclusão da primeira ferrovia transcontinental do Canadá, de Montreal a Vancouver, em apenas cinco anos (de 1880 a 1885), quando havia uma grave escassez de mão-de-obra. Quando a estrada de ferro foi concluída, a falta de mão de obra acabou, e os mesmos trabalhadores chineses foram submetidos a uma segregação e discriminação humilhantes.

A "guerra às drogas" do início do século 20 os oprimia ainda mais, uma vez que era abertamente dirigida à droga preferida dos trabalhadores chineses, o ópio. As leis autorizavam chicotadas e deportação de não-cidadãos como punições rotineiras para delitos de drogas. Muitos trabalhadores chineses foram deportados e muitos sofreram longas penas nas prisões canadenses.

41 É interessante observar aqui que a primeira intervenção armada que se tem notícia na história da humanidade motivada pelo uso de drogas, foi uma ação da Inglaterra contra a China, contrária a proibição na China do uso do ópio, um hábito tradicional da cultura chinesa. Ela ficou conhecida como a "Guerra do Ópio" e aconteceu em 2 períodos: entre os anos de 1839 / 1842 e entre 1856 / 1860 (Carneiro, 2018).

As ações inicialmente tomadas contra os usuários de drogas chineses acabaram se espalhando por toda a população e muitos canadenses cumpriram sentenças absurdamente longas de prisão (Alexander, 1990, Pp. 29-32, Boyd, 2017).

No entanto, o problema racial chinês desapareceu rapidamente, pois haviam apenas cerca de 17 mil imigrantes chineses que foram recebidos no Canadá para trabalhar na ferrovia. A relativamente pequena população chinesa do início do século XX foi logo incorporada pela cultura canadense. Hoje, o racismo dirigido aos povos asiáticos é repudiado em todo o Canadá, embora a população chinesa seja muito maior agora do que na época.

Assim, uma das principais funções originais da "guerra às drogas" perdeu seu valor no Canadá.

Isso não quer dizer que não há questões raciais no Canadá, especialmente em relação ao tratamento aos povos nativos, mas esses problemas não foram associados às drogas tão diretamente quanto os chineses.

Em contraste, as "guerras as drogas" do início do século 20 nos Estados Unidos foram deliberadamente dirigidas contra usuários de heroína de baixa renda nas cidades e vilas americanas. A maioria deles não era chinesa, mas negra. A população negra dos Estados Unidos é muito grande. Quando a escravidão foi abolida (em 1863), havia cerca de três milhões de escravos nos EUA.

A escravidão foi chamada de "pecado original" dos Estados Unidos porque amaldiçoou gerações de americanos muito depois de ter sido abolida.

A harmonia racial tem sido uma meta a ser alcançada por alguns americanos, mas sua implementação tem sido agonizantemente lenta e em muitas partes dos EUA, os negros ainda estão sendo explorados economicamente e culturalmente humilhados.

Desde o início do século XX, a "guerra às drogas" tem sido usada como justificativa para a realização de operações violentas e midiáticas em territórios ocupados predominantemente por afrodescendentes para mantê-los submissos (Hari, 2015).

Ao contrário do racismo canadense, o norte-americano não desapareceu (Hart, 2017).

Status de superpotência

O fato de os EUA quererem continuar sendo uma superpotência e o Canadá, certamente, não, contribui muito para a diferença na política de drogas.

No geral, o Canadá tem uma economia próspera e uma política externa pacifista, proporcionando uma qualidade de vida razoável e segurança para sua pequena população. Alguns abusos desprezíveis de pessoas na América Central e África por empresas de mineração canadenses têm sido amplamente divulgados, mas essas ações vergonhosas não fazem parte da busca de um país pelo status de superpotência, apenas são frutos da ganância corporativa que pode e está sendo finalmente controlada nos tribunais canadenses (Findlay, 2019).

O status de superpotência dos Estados Unidos (1) contribui para o aumento do uso de drogas, seja legal ou ilegal, e para outras formas de dependência por sua população, e (2) militariza a resposta a problemas sociais em geral, incluindo dependência de drogas (legal ou não).

1. Como a obrigação de ter um status "super-poderoso" agrava a dependência nos EUA?

Nas superpotências, os governos exigem continuamente enormes sacrifícios da população. Para justificar a concorrência interminável, os governos das superpotências afirmam que a maneira como o povo vive é inestimavelmente melhor do que as superpotências rivais. Os americanos, por exemplo, são educados desde o nascimento para se identificarem com a superioridade moral americana e olharem com incessante horror o modo de viver das outras superpotências, pois mesmo para a população americana concordar em se dedicar a derrotar as outras superpotências, eles devem ser convencidos de que, se perderem a luta com os outros superpoderosos, estarão sujeitos ao inferno na terra!

Mas isso é psicologicamente corrosivo.

Os americanos são incansavelmente encorajados a aceitar inconsistências absurdas, como a ilusão de que os Estados Unidos, em suas disputas desesperadas e muitas vezes impiedosas sobre riqueza, dominação global e expansão corporativa (McCale, 2019) estão agindo como benfeitores de um mundo que precisa de alguma invasões, operações de suas forças especiais, drones assassinos,

especialistas em tortura etc para manter o bem-estar social e a liberdade; que são os mais ricos, embora muitos sejam extremamente pobres (Manjoo, 2019); que seu país está defendendo a democracia ao expulsarem governos democraticamente eleitos em outros países.

Os americanos devem ignorar o óbvio controle político de seus próprios governos federal e estadual por uma oligarquia bilionária e grandes corporações (Wolin, 2008; Chomsky, 2019). Eles também devem ignorar o mortal segredo militar imperialista de uma parceria de longa data entre o governo e as corporações, que tem sido chamada de "estado profundo" (Lofgren, 2014, Mccoy, 2017, Cap 5).

O fato de que eles estão imersos em um mar de desinformação mantido por suas próprias mídias tradicionais (Herma N & Chomsky, 1988) e que os "denunciantes" (aqueles que revelam fatos sobre as atividades militares e de vigilância de seu país) estão sujeitos a prisão é ignorado por todos, mesmo porque eles preferem acreditar na ilusão de serem "superiores" (Scahil L, 2019).

O conteúdo nacionalista da identidade americana é construído sobre absurdos e mentiras óbvias e contribui para uma profunda forma de deslocamento do povo americano da realidade de suas próprias vidas, bem como uma fragmentação de sua própria compreensão da razão e da compaixão. Qualquer deslocamento inevitavelmente gera depressão, suicídio e outras formas de transtornos mentais e "vícios". (Alexander 2008/2010, Capítulo 3, "A Teoria Da Dependência De Deslocamento").

A mudança americana é ainda maior em pessoas que realmente incorporam o desafio de ser uma superpotência como um conflito pessoal. Hoje, a superpotência americana está travando uma batalha econômica titânica, enquanto tenta manter seus níveis anteriores de influência econômica e controlar o crescimento explosivo de sua enorme dívida nacional (Mccoy, 2017, Capítulo 7). Os EUA respondem ao seu declínio econômico estimulando sua economia de forma desesperada, incluindo as intermináveis guerras imperialistas - atualmente disfarçadas de "guerra ao terror" global (Snowden, 2014) e "operações especiais" secretas em todo o mundo (Hennigan, 2017).

Década após década, combatentes veteranos, espiões, assassinos, operadores de drones e torturadores retornam à sociedade civil aos milhares após suas jornadas de "serviço". Eles devem lidar com a disparidade entre o que fizeram com as pessoas e os valores liberais de sua sociedade. Muitos desses ex-guerreiros traumatizados tornam-se dependentes ou suicidas (Hennigan, 2017; van der Kolk, 2015).

Deslocamento e, portanto, vulnerabilidade à dependência dos americanos, também tem uma dimensão econômica. Os Estados Unidos tentam competir economicamente com as outras superpotências aumentando implacavelmente a produção e a eficiência. Isso é feito, em parte, pelo offshoring e pela automação, ao mesmo tempo em que mantém suas corporações manufatureiras prosperando, mesmo que isso leve a um aumento drástico no subemprego. A subclasse americana, antes composta de descendentes de escravos negros, agora inclui multidões de brancos e hispânicos, além dos negros e mestiços. Os desempregados deslocados por tentativas desesperadas de melhorar a economia e enriquecer as corporações dominantes aumentam constantemente a classe baixa empobrecida e deslocada da América, produzindo aumentos visíveis na dependência e no suicídio (Case & Deat On, 2015, 2017, Weingarten, 2018, Manjoo, 2019).

As operações secretas dos EUA no exterior, em algumas situações, dependem da tolerância e do apoio ao narcotráfico, tornando a heroína e a cocaína (as drogas mais temidas) mais disponíveis e mais baratas para os americanos, ridicularizando os esforços oficiais de controlar o "problema das drogas". Alguns comerciantes secretos americanos, que tendem a acreditar na visão oficial de drogas de bom coração, declararam explicitamente que suas missões geopolíticas às vezes dependem da facilitação das vendas de drogas, as mesmas que acreditam que causam dependência nos americanos e arriscam suas vidas para combater seu tráfico (Mccoy, 2017, Capítulo 3).

Suas ambições de se manterem como superpotência, só tem agravado o uso de drogas nos EUA. Os políticos dos EUA explicam o crescente uso de drogas (sejam as lícitas ou as ilícitas) como oriundo do "vício" causado pelo uso das drogas, em vez de reconhecerem os efeitos de suas ambições de superpotência e da violência sem fim gerada pela guerra as drogas.

Enquanto em uma superpotência ascendente é difundida uma identidade nacional patriótica, que seria o alicerce a qual pode mesmo se tornar uma substituta parcial de uma identidade comunitária ou familiar destruída.

Mas em uma superpotência em declínio, a crença patriótica na invencibilidade nacional não pode mais ser sustentada, nem a benevolência nacional não pode mais ser amplamente aplicada e a admiração respeitosa do sujeito, sendo o mais provável que se revolte. As pessoas se apegam a mitos reconfortantes, como a visão oficial de "dependência química" que absolve o declínio da superpotência de seu papel central.

Existe um tipo único de comportamento obrigatório para quem é um cidadão de uma superpotência em declínio: se deslocarem, abrindo mão de suas necessidades e muitas vezes de sua vida e/ou identidade para que seu país supere as superpotências concorrentes.

Parece muito mais difícil para uma superpotência em declínio deixar a "guerra às drogas" do que para uma nação comum ou uma superpotência ascendente.

Os Estados Unidos podem não ser capazes de controlar o problema da crescente dependência de drogas (legais e ilegais) até que estejam dispostos a enfrentar a dolorosa realidade de sua situação geopolítica, incluindo o declínio de seu já garantido status de superpotência. Mas é concebível que os americanos possam enfrentar fatos tão assustadores?

2. Como o estado de superpotência militariza a guerra americana contra as drogas.

As superpotências estão continuamente em guerra umas com as outras, seja em campos de batalha, através de espionagem, comércio, cibernética, operações secretas. Portanto, a coerção implacável e a força são modos habituais de pensar para os líderes americanos, assim como para os líderes de outras superpotências. É natural aplicar esse pensamento militar usual como uma solução para os problemas sociais, incluindo o "problema das drogas", especialmente durante um dos frequentes pânicos sobre uma nova "epidemia" de drogas.

Métodos desenvolvidos por organizações militares e paramilitares que são usados em situações de guerra também são usados contra o próprio povo americano, produzindo deslocamentos adicionais. Um exemplo recente desse "blowback imperial" é que os métodos de vigilância eletrônica desenvolvidos em operações cibernéticas contra ativistas muçulmanos no Afeganistão e no Iraque foram aplicados em larga escala para espionar o povo americano nos EUA (Mccoy, 2017, Capítulo 4). Edward Snowden revelou a extensão dessas operações de vigilância doméstica para que os americanos soubessem que estão continuamente sob vigilância e à mercê de seus próprios espiões e policiais militarizados (Smith, 2016). Esses métodos são publicamente justificados pela necessidade de controlar traficantes de drogas, bem como os temidos terroristas.

A subclasse incontrolável e em constante crescimento gera medo nas classes média e alta e a "necessidade" de proteger pessoas privilegiadas de uma

parte potencialmente perigosa da população. A guerra contra as drogas continua a ser útil para o governo dos EUA para fornecer a ilusão reconfortante de que algo dramático está sendo feito para controlar o crescente problema da dependência, mas medidas militaristas também são representadas como medidas de combate às drogas para se subclassificar cada vez mais o incontrolável.

3. Hipercapitalismo: algo exclusivamente americano.

Até agora, questões anteriormente abordadas, como deslocamento, dependência do uso de drogas, adoção de soluções militarizadas para seus problemas de dependência do uso de drogas ilegais são esperadas em todas as três superpotências atuais, especialmente durante seus períodos de declínio.

No entanto, o hipercapitalismo é um problema exclusivamente americano, contribuindo para as altas taxas do uso de drogas (legais ou ilegais) pela população americana que contribuem para manter os Estados Unidos na "guerra às drogas".

O hipercapitalismo é um problema exclusivamente americano e é uma consequência da Guerra Fria, batizada em homenagem à disputa entre a ex-URSS e os EUA, que durou mais de quatro décadas, desde o final da Segunda Guerra Mundial até a dissolução da União Soviética em 1989.

A Guerra Fria foi travada em campos de batalha convencionais (Coréia e Vietnã) e nos bastidores de operações secretas, espionagem, iniciativas diplomáticas, propaganda etc. A prolongada guerra fria travada através da propaganda doméstica nos EUA gerou intensa oposição ideológica entre o socialismo e o capitalismo. Enquanto as outras nações independentes do mundo - incluindo o Canadá - aprenderam a buscar as melhores práticas combinando socialismo e capitalismo para atingir suas metas socioeconômicas, os cidadãos americanos ficaram cegos para a possibilidade de reconciliar essas duas filosofias políticas e aprenderam a acreditar que são inconciliáveis.

Após o desaparecimento da União Soviética em 1989, os soviéticos aprenderam dolorosamente que a mistura entre socialismo e capitalismo era possível. O povo chinês viu surgir uma geração de líderes governamentais pragmáticos desde que Deng Xiao Peng se esforçou para fundir o comunismo e o capitalismo.

O povo americano, no entanto, nunca teve qualquer razão para aprender que existem duas filosofias econômicas racionais que podem ser implementadas

em nível nacional e que o mundo não termina quando as duas se fundem como na maioria dos países de hoje. Em vez disso, foram educados para acreditar que o capitalismo triunfou e muitas pessoas aceitam essa ideia como um ponto final, pelo menos em termos de política econômica. Tudo isso levou a uma ênfase singular nos princípios do livre mercado em todos os aspectos da vida nacional americana, incluindo aqueles relacionados à dependência e à guerra contra as drogas.

Uma consequência é um tremendo crescimento no poder político dos bilionários e CEOs de megaempresas que podem se apresentar como defensores do capitalismo, com graves consequências para todos nós, já que as empresas norte-americanas se sentem autorizadas a explorarem não apenas populações estrangeiras, mas também cidadãos americanos; o crescimento desenfreado da desigualdade que degrada a todos, tornando-os mais vulneráveis à dependência de drogas (legais ou não); o consumismo um luxo dos mais ricos e seus filhos, fora do alcance dos pobres e problemas correlacionados, deslocando-os do enriquecimento cultural que, de outro modo, cresceria como parte integrante de uma rica e variada tapeçaria cultural.

Manter sempre o topo do mundo leva a uma vida com um estresse permanente, pois qualquer deslize pode fazer você cair, como um atleta olímpico que registra o recorde em sua modalidade, o que estimula o uso de drogas, legais ou não.

Como os cuidados de saúde são privados, o tratamento para qualquer tipo de dependência é realizado por corporações com fins lucrativos. Isso significa que, além do tratamento ser projetado para aliviar o sofrimento das pessoas dependentes, ele é projetado para aumentar os lucros do sistema de saúde, as clínicas, seus franqueados, empresas farmacêuticas, seguradoras e até mesmo para profissionais que trabalham nesta área como médicos, enfermeiros, psicólogos, ... o que leva muitas pessoas que precisam de atenção e não podem pagar pelo tratamento ficarem sem o tratamento.

Nesse sistema adotado nos EUA, o tratamento e o diagnóstico devem operar dentro de um conjunto de restrições que proporcionam uma maximização dos lucros que pouco têm a ver com o bem-estar dos clientes em tratamento (Verhaeghe, 2017).

4. Política populista

O crescimento dos socialmente excluídos é um problema para as superpotências, como argumentado acima, mas não se limita a elas. O mundo

está se tornando cada vez mais desigual. Isso parece ser uma consequência do processo (extremamente complicado) de globalização (Mishra, 2017; Guilluy, 2019), que tem muitas consequências, inclusive para a "guerra às drogas".

O atual abismo global entre ricos e pobres agrava ainda mais a guerra às drogas em muitos lugares, porque alguns, amargamente ressentidos com a perda do poder econômico, são vulneráveis a políticos demagógicos que prometem resolver o problema das drogas com violência.

Essa violência contra os usuários de drogas - bem como contra outros grupos desfavorecidos - não reduzirá a miséria daqueles que apoiam demagogos, mas criará uma oportunidade para que aqueles que são alvo da violência respondam com mais violência e exacerbem ainda mais a situação. O crescimento da política populista está criando dificuldades para responder de maneira racional e solidária aos problemas sociais, incluindo o problema da dependência de drogas (legal ou não).

Brasil

O Brasil é um país absolutamente único desde os seus primórdios, o que lhe dá uma imensa diversidade em todos os aspectos.

Foi inicialmente formado por três povos (Ribeiro, 1997), com culturas absolutamente distintas: nativos brasileiros, africanos e europeus, principalmente portugueses.

Devido à abundância de recursos naturais (terras férteis, água doce etc.), a ausência de acidentes naturais (terremotos, vulcões, tufões etc), clima absolutamente favorável (com o inverno ameno), diversidade de fauna e flora sem igual, margeando no oceano Atlântico, com águas límpidas, quentes e calmas, os nativos brasileiros não precisavam desenvolver meios sofisticados de produção ou de acumulação de recursos ou desenvolver qualquer tipo de comércio entre eles. Os nativos da costa eram excelentes marinheiros, o que lhes permitia fazer dos frutos do mar um dos ingredientes de sua refeição básica. As tribos do interior produziam com a agricultura o suficiente para satisfazer suas necessidades, completando sua alimentação com o extrativismo, a caça e a pesca em rios e lagos abundantes.

Apesar de serem de pequena estatura, não eram dóceis, e era difícil para os colonizadores forçá-los a agir contra sua vontade ou crença ou ética (Savater, 2000) e logo desistiram de escravizá-los para trabalharem na produção de bens de consumo. Por outro lado, eles tinham um alto valor no mercado de escravos sexuais, tanto homens quanto mulheres, uma vez que a sexualidade entre eles era absolutamente livre e irrestrita (Dean, 1996).

Uma passagem exemplifica bem a sua cultura: depois de um dia de pesca, os pescadores voltam para a sua aldeia natal trazendo apenas um pequeno crustáceo, um siri. O pescador que segurava o animal morto em suas mãos vai imediatamente até o centro da aldeia, coloca-o em um pilão e começou a esmagá-lo. Pouco a pouco, ele coloca farinha de mandioca junto com a pasta que o animal havia se tornado e continua a esmagar. Repete esse movimento várias vezes, até que por fim despeja a mistura de farinha de mandioca com o siri em uma panela grande, onde era feita uma sopa. Ao ser diluído na sopa, o pequeno crustáceo foi igualmente dividido entre todos os que se alimentaram naquele dia na aldeia (Fernandes, 1989).

Os portugueses chegaram ao litoral brasileiro por acaso, pois estavam indo para a Índia, sendo esse o motivo que os nativos brasileiros terem recebido o nome de "índios", que é mantido até hoje.

Logo o governo português se interessou em ocupar o território brasileiro, enviando para cá portugueses que não eram considerados bem vindos em seu país (como criminosos, prostitutas, órfãos) e ofereciam títulos para aqueles que enviassem riquezas para o reino.

A falta de habilidade dos colonizadores em trabalhar para produzirem seus bens de consumo, incluindo sua própria comida, levou-os a escravizarem africanos, uma vez que tinham um porte maior que os nativos brasileiros e se sujeitavam as atrocidades cometidas contra eles. O Brasil foi o país que mais escravizou africanos no mundo.

Os africanos, por sua vez, tinham uma cultura muito próxima da dos nativos, com suas vidas marcadas pela alegria de viver, a falta de preocupação com o processo acumulativo ou comercial, com uma prática erótica bastante intensa e não-preconceituosa e uma relação com o meio ambiente de adoração e cumplicidade.

É a partir da miscigenação de africanos com os nativos que originaram-se os mamelucos, formando a grande maioria dos brasileiros, a qual compõe a classe trabalhadora, a produtora de riqueza, mas que não tem acesso a ela.

Ao longo de sua história, o Brasil continuou recebendo grandes ondas de imigrantes de diferentes nacionalidades, em diferentes épocas, fazendo da sociedade brasileira uma eterna por vir (Aquino, 2001), o que forjou, no Brasil, a sensação de se estar em permanentemente migração, seja interna (interregional) ou

externa (internacional) ou intersocial (alimentando a esperança que enriquecerá). Essa sensação de estar permanentemente na imigração tem como consequência o descuido com o "aqui e agora", porque alimenta a fantasia que o lugar que se ocupa é algo temporário, transitório.

A história "oficial" do Brasil foi escrita pelos europeus, priorizando seus interesses e desconsiderando totalmente a cultura dos povos nativos, com heróis forjados e muitos dos verdadeiros heróis populares transformados em bandidos, negros e pobres em sua grande maioria (Aquino, 2009).

Essa deturpação histórica criou uma imagem do povo brasileiro de ser pacífico (Aquino, 2012), preguiçoso e com uma cultura nativa de baixo valor (Sodré, 2005), incapaz de atender às demandas da realidade, o que vem a ser completamente descolada da realidade.

Como sua elite é composta de europeus ou descendentes de europeus, o padrão comportamental sempre teve como referência a cultura europeia, a referência para criação de hábitos e costumes muitas vezes inadequados, como o uso de ternos e gravatas na sua vida cotidiana, mesmo em dias com temperaturas acima de 40 ° C!

O racismo está bem estabelecido no Brasil. Como Foucault explica:

> "*Que raça (ou, na verdade, o "racismo") tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidades de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo, Arent localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte* [42]*. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, "este velho direito soberano de matar*" (Foucault, 2002).
>
> "*Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é a condição para aceitabilidade do fazer morrer*" (Foucault, 2002)"

42 "A Raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade, mas seu fim (...) não o nascimento natural do homem, mas a sua morte antinatural" (Arent, 2012)

Esse conjunto de valores permite que a sociedade brasileira seja governada por interesses externos (econômicos, sociais etc) e representados muitas vezes por sua própria elite que busca o enriquecimento financeiro a qualquer custo. Para esta elite, absolutamente sem moral e com uma ética na qual seus interesses dominam os de todos os outros, o regime preferencial é o capitalismo selvagem do modelo americano, mantendo assim os padrões seculares nos meios de produção onde os trabalhadores são mantidos vivos somente para que possam trabalhar (Benjamin, 2000).

Um exemplo inigualável dos efeitos da globalização da "guerra às drogas" foi a "suposta" epidemia de crack nos EUA na década de 1980 e no Brasil em 2010 às vésperas da organização dos principais eventos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro (Jornada Mundial da Juventude Católica de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), com políticas públicas semelhantes adotadas em ambos os países e igualmente fracassadas.

O tráfico de drogas no Brasil é apenas mais um item do imenso menu de ilegalidades que são abertamente cometidas pela burguesia brasileira (ou pelo menos com sua conivência), crimes que são invariavelmente atribuídos aos trabalhadores (sejam eles autores das chamadas atividades ilegais regulares ou não) e a população mais pobre.

Outros exemplos desse abundante cardápio de atividades ilegais praticadas pela burguesia brasileira são a prostituição, com bordéis abrigados em casas de luxo, anunciados na mídia convencional e com sinais escandalosos em suas fachadas; jogos de azar, jogados abertamente nas ruas das cidades há mais de um século, com pontos de jogo "(lugares onde as pessoas vão apostar) em lugares fixos e predeterminados e seus "donos" (conhecidos como" bicheiros "), extremamente ricos, frequentadores de eventos sociais, com casas em endereços caros e patrocinadores de "escolas de samba", que atraem milhões de turistas de todo o mundo na festa brasileira mais popular, o carnaval.

O crime organizado tem se misturado com o Estado brasileiro, o que a mídia frequente e abertamente denuncia [43], agora chamado de milícias [44], organizações criminosas que dominam os vastos territórios das grandes cidades brasileiras.

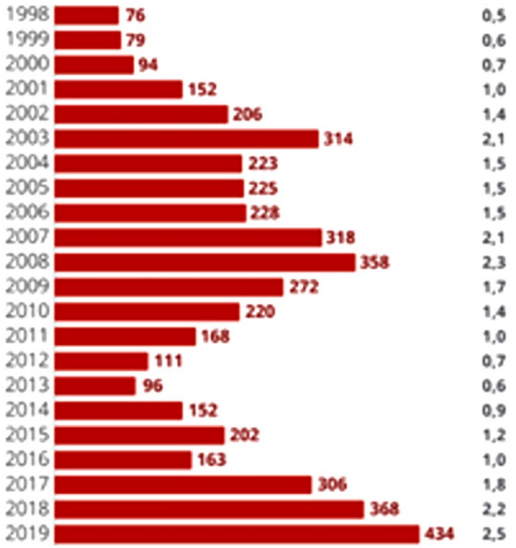
Enquanto jovens negros e moradores pobres de comunidades de baixa

43 As ligações dos Bolsonaros com as milícias, https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/

44 "Na maioria dos lugares, o colapso das instituições políticas formais sob a pressão da violência tende a conduzir à formação de economias de milícia. Máquinas de guerra (nesse caso, milícias ou movimentos rebeldes) tornam-se rapidamente mecanismos predadores extremamente organizados, que taxam os territórios e as populações que os ocupam e se baseiam numa variedade de redes transnacionais e diásporas que os proveem com apoio material e financeiro." (Mbembe, 2018)

renda morrem aos milhares no Brasil durante operações policiais realizadas supostamente para combater o narcotráfico, as escolas brasileiras são os principais pontos de difusão e comércio de drogas (Abramovay, 2002). Entre as escolas, as privadas (onde os filhos da elite brasileira estudam) são as que têm maior incidência de uso e comércio de drogas.

A seguir, temos um gráfico que retrata a taxa (por 100.000 habitantes) de óbitos por intervenção policial, nos últimos 21 anos, na cidade do Rio de Janeiro / Brasil, de janeiro a março (1º trimestre) de cada ano[45].



É claro que os fatores que contribuem para a "guerra às drogas" que está sendo mantida nos EUA também influenciam as políticas de drogas brasileiras, tendo como agravante que as políticas adotadas lá, servem como justificativas para serem replicadas no Brasil. O racismo, por exemplo, é tão grave quanto aqui.

E é nesse contexto que as "verdades [46]" são construídas e a informação que pode negá-las é descartada, quando elas não servem aos interesses daqueles que detêm o "poder".

45 https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/03/rj-bate-recorde-na-apreensao-de-fuzis-em-2019-numero-de-mortes-por-intervencao-policial-e-o-maior-nos-ultimos-20-anos.ghtml

46 É importante nos lembrarmos aqui que Foucault já nos advertia que "Temos que produzir a verdade como, afinal de contas, temos que produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para produzir riquezas." (Foucault, 2002)

No Brasil, estamos vivendo um exemplo clássico dessa política.

Há 7 anos atrás o Estado brasileiro solicitou uma extensa pesquisa sobre o uso de drogas no Brasil [47] a FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz), uma instituição secular de pesquisa em saúde pública, com respeitabilidade internacional. Após todos esses anos de pesquisas e estudos dos dados, o atual governo proibiu a divulgação da pesquisa, uma vez que os resultados indicam que não há epidemia de uso de drogas ilícitas no Brasil, muito pelo contrário, que o percentual de dependentes de drogas no Brasil (legal ou não) está longe de indicar algo semelhante. Mas como o atual governo pretende intensificar a "guerra às drogas", em apoio a interesses reais opressivos e para implantação desta política é fundamental que todos acreditem que o quadro epidemiológico da toxicodependência é extremamente grave e cause pânico na população em geral.

Como os resultados da pesquisa são contrários a esses interesses, o governo federal proibiu a divulgação dela [48]!

A população a tudo assiste, desde de quem tem acesso a informação mais qualificada, a elite brasileira [49], até os que não tem oportunidade de entender com maior clareza o impacto de uma ação como essa em suas vidas.

Para refletir, pesquisar e pensar sobre atividades ilegais no Brasil e em países periféricos como ele, é fundamental que levemos em consideração os interesses que as mantêm ilegais e se darão mais lucro ao sistema financeiro global quando legalizados ou não.

Vamos ao exemplo da maconha.

Como qualquer outro produto, as drogas dão mais lucro quanto mais manufaturadas são. Acontece que, hoje, com a produção de drogas sintéticas fabricadas em seus locais de consumo (as receitas estão disponíveis na WEB) o tráfico de drogas altamente manufaturadas está perdendo participação de mercado.

No caso da maconha, o fato de ser consumida in natura (o que reduz o lucro do sistema financeiro global), seu grande volume e o desenvolvimento de tecnologias para identificar o interior das embalagens em portos e aeroportos, aumentou muito o risco do negócio. Soma-se a isso a popularização da maconha cultivada em casa que

47 https://theintercept.com/2019/05/31/estudo-drogas-integra/

48 https://www.sciencemag.org/news/2019/06/brazilian-government-accused-suppressing-data-would-call-its-war-drugs-question

49 Para a elite brasileira que tem como sonho maior o retorno ao "paraíso" que seriam suas terras de origem, até mesmo os falsos problemas sociais lhes servem para se sentirem mais próximos de onde gostariam de estar, lhes afastando do Estado selvagem (Mbembe, 2018) de onde vivem.

traz a certeza ao consumidor sobre a qualidade do produto e o não envolvimento com atividades criminosas e vemos que ela está se tornando um produto pouco atrativo para crimes em grande escala e altamente sofisticados e, portanto, com alta margem de lucro.

Por outro lado, o desenvolvimento de atividades legais rentáveis, como a produção de medicamentos, o uso de cânhamo na indústria têxtil em substituição ao algodão etc, torna a maconha legal cada vez mais atraente para o mercado financeiro global, abrindo espaço para sua legalização.

Indústria da maconha deve injetar US$ 44 bilhões na economia americana
https://revistagloborural.globo.com/Noticias/noticia/2016/03/industria-da-maconha-deve-injetar-us-44-bilhoes-na-economia-americana.html

China quer substituir o cultivo do algodão pelo cânhamo na indústria têxtil
http://www.tulypauniformes.com.br/site/informativos/china-quer-substituir-o-cultivo-do-algodao-pelo-canhamo-na-industria-textil/

Ao somarmos a perda de lucro do comércio ilegal com o ganho do comércio legal para o mercado financeiro internacional, podemos entender mais facilmente a onda da legalização da maconha.

Mas não podemos depor as nossas armas e pensar que esta guerra está ganha. Estamos caminhando para ganhar uma batalha e não a longa guerra que temos pela frente!

Não há crime com a magnitude do tráfico de drogas sem a participação ativa e conivência do Estado, seja no Brasil ou em outro lugar qualquer (Barcellos, 2004, Abreu, 2018, Dias, 2018, Hari, 2018, Ziegler, 1990, Chomsky, 1979).

Pensar na proibição das drogas é pensar no mundo sem a proibição das drogas.

Qual crime irá substituir o tráfico de drogas proporcionando os mesmos lucros para todos os envolvidos com ele? Será o tráfico de seres humanos, o terceiro ato ilegal mais lucrativo da humanidade no momento e o que mais cresce [50]?

1º Narcotráfico: US $ 320 bilhões
2ª falsificação: US $ 250 bilhões
3º tráfico humano: US $ 31,6 bilhões
4 Tráfico ilegal de petróleo: US $ 10,8 bilhões
5º Tráfico de animais selvagens: US $ 10 bilhões

Quanto a indústria de armas perderá com a legalização das drogas?

50 https://nacoesunidas.org/crime-organizado-transnacional-gera-870-bilhoes-de-dolares-por-ano-alerta-campanha-do-unodc/

Observe que não se tem informações para dimensionar o tamanho do tráfico de armas de armas, uma vez que seu comércio é livre e legal nos USA, o maior produtor de todos os tipos de armas do mundo e o maior incentivador de seu tráfico ilegal, pois boa parte de sua economia legal, oficial depende do comércio de armas, seja legal ou não.

Qual manchete ocupará as mídias internacionais?

Sobre o tráfico de petróleo?

Sobre o descarte imoral, ilegal, irregular do lixo altamente poluente (atômico, de hospitais)?

Sobre a contaminação dos oceanos por material plástico?

Sobre o desmatamento acelerado do planeta?

Sobre o aquecimento global?

Sim, são muitos, intermináveis os motivos que levam a proibição das drogas, mas com certeza um deles não pode ser esquecido: hoje o fato de algumas poucas drogas serem ilegais gera mais lucro para o sistema capitalista internacional do que se elas fossem legalizadas e, por isso, elas continuam sendo ilegais (Thornton, 2018).

Podem países que tem desigualdades sociais deixarem de usar a "guerra às drogas" como solução para seus impasses sociais? Existe alguma perspectiva do fim da "guerra às drogas"?

Acredito que "sim".

Desde que tenhamos uma visão ampla de quem é o nosso inimigo, contra quem na realidade estamos em guerra e que acreditemos que pequenas ações aqui e acolá, ações cotidianas de cada um de nós farão a diferença.

São grãos minúsculos de areia que contém as enormes ondas do oceano.

A tarefa essencial é encarar o mundo moderno com realidade e solidariedade e trabalhar para que ajam mudanças estruturais de longo alcance que podem tornar o mundo habitável por pessoas razoavelmente felizes, que não precisarão serem dependentes de nada e nem de ninguém para transformarem suas vidas desejadas por elas mesmas.

"É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de comparar escrupulosamente nossos sonhos com nossa realidade.
Sonhos, acredite neles." Lenin

The "drug war" will end? Because?

Authors

Paulo Silveira

Member of the "Respect is GOOD and I like" movement (www.reBOMeg.com.br), author of the books "Exercise of Parenthood" and "Criminalization or Reception". E-mail: motiro@gmail.com

Bruce K. Alexander

Emeritus Professor at Simon Fraser University, Vacouver B.C. Canada, author of The Globalization of Addiction: A Study on the Poverty of the Spirit (Oxford University Press, 2008). E-mail: alexander@sfu.bc

Abstract

This chapter seeks to identify the reasons why the so-called "drug war" persists in some countries and ends in others. To that end, a comparison is made between social and political conditions in Canada (where the drug war has been drastically reduced even with the legalization of marijuana), the United States and Brazil where the war on drugs threatens to continue forever.

From these policy comparisons The most relevant conditions that hold up the "drug wars" appear to be antagonistic race relations that try to use violent measures that are identified as "drug wars" to oppress the vast majority of the population by maintaining it. subject to the interests of oppressive elite.

Another factor that attempts to draw into the discussion from a cursory analysis is the profitability of organized crime from illicit drug trafficking and numerous other criminal practices camouflaged by drug trafficking, such as human trafficking in arms, oil, counterfeits etc. The legalization of the production, distribution, trade and use of all drugs would highlight these other criminal practices, which in fact does not interest the economic elite who also support themselves due to illegal practices.

Keywords

addiction, war on drugs, race, superpower status, economic domination, population size, harm reduction, drug trafficking, drug trafficking linkage and other types of crime.

The "drug war" will end? Because?

Paulo Silveira
Bruce K. Alexander

"... the maximum expression of sovereignty resides to a great extent in the power and ability to dictate who can live and who can die." (Mbembe, 2019)

Our objective is to stimulate a reflection on the "war on drugs" in Brazil and the implementation of peaceful and effective public policies to meet the needs of drug addicts (whether legal or not) and the larger society, starting with legalization of the production, distribution and consumption of ALL drugs.

The term "war on drugs", it is usually associated with military, militarized actions (soares, 2019). Even when US President Richard Nixon first coined the term, in the 1970s, military action was the priority. One manifestation of this strategy was the occupation of South America by the US Army, when it established military bases in ALL countries of the continent, except Brazil, supposedly to combat trafficking of drugs, mainly cocaine, since the coca plant is native to the Andean region.

"The war on drugs" also has the effect of producing dramatic military and judicial spectacles (debort, 1997), which become prominent news rapidly in local and international media, diverting attention from other issues. Some of these forgotten issues are more serious and more urgent that the issue of the consumption of drugs. These include the dizzying growth of obesity [51] or global warming [52] etc.

In addition, these spectacles panic the public (klemperer, 2009), and that panic generates demand for further actions that bring immediate results because of the apparent gravity of the situation. Often the response to panic is violent interventionist actions in regions that would be responsible for drug distribution and/or trade, most of which are populated by populations away from power centers, which already endure the greatest poverty, exclusion, and rights violoations by the state.

51 http://www.fao.org/news/story/pt/item/1193594/icode/
52 https://news.un.org/en/story/2019/02/1032121

The "war on drugs" strategy seemsintended to blame drugs for the existence of everything that the capitalist system cannot control, for example, misery (caused by the unequal distribution of wealth); people living in degrading conditions and on the streets of large cities (due to the absence of public housing policies and social assistance); a contingent of millions of unemployed citizens, with some starving and, consequently, asking for help on the streets of our cities; absence of public policies to meet the primary demands of the population (such as health, education, social justice, etc. due to the prioritization of the payment of public debts to the financial system, debts never audited by independent monetary authorities). The drug war reframes these disasters, as if they were somehow caused by the use of drugs and as if the small drug dealers acted in this branch of commerce by choice and not for lack of options.

We cannot forget that the laws that determine what is legal or illegal are drawn up by the same elite (the members of the legislature) who profit from social injustice and are also responsible for judging who is infringing the laws.

The "war on drugs" reaffirms the elite as the ultimate authority of power, by attributing the power to decree life and death of its fellows, especially by doing so based on subjective arguments, supported by ideologies that of the illusion of the defense of the common good, without taking into account concrete determinant facts (FOUCAULT, 2002).

The term "war on drugs" is used here to represent violent actions that serve diverse purposes, with its central focus being to subjugate, to humiliate those whom society should protect because they are the weakest and most defenseless.

Only from the legalization of all drugs can a series of actions be promoted that will contribute to the construction of social justice and common welfare, such as: researching the side effects of frequent use of a drug, controlling its production, distribution and commerce, to carry out preventive campaigns, the production of medicines from these drugs, and finally to meet the just demands of the population in this respect.

Legalizing drugs is not releasing them for unregulated consumption, quite the opposite! It is the war on drugs that supports unregulated consumption, with it futile prohibitions, and with the "prohibiting state" placed on the margins of the entire production, trade and consumption chain.

When comparing the public policies of countries such as Switzerland, Holland, Canada and other countries whose main focus is to generate justice and

social well-being for its population with those countries that use the war on drugs as part of the world power game and with peripherals, including Brazil, we can see how much the interests of the "war on drugs" is not the welfare of the social, but serve only as an instrument of subjugation of an immense majority by a minority.

Our proposal to construct this text with 4 hands is to make a brief historical comparison of the "war on drugs" in Canada, USA and Brazil with the aim of encouraging those who fight for social justice and, consequently, for the legalization of production, distribution, commerce and consumption of all drugs in Brazil to continue to do so, although the current moment is quite difficult to face.

Canada

Canadians have much to be ashamed of with the brutal policies adopted in the war on drugs for most of the twentieth century (ALEXANDER, 1990, ALEXANDER, SCHWEIGHOFER AND DAWES, 1996; BOYD, 2017), but most Canadians are proud of the radical changes that have been made in the past 30 years.

Half a century ago, addiction was conceived very narrowly all over Canada. Most people thought that only addiction could only be caused by heroin, morphine, and other opiate drugs or by alcohol. Many respected professionals authoritatively proclaimed that people could not really be dependent on amphetamines, cocaine or marijuana, because these drugs (unlike heroin and alcohol) did not produce dramatic symptoms of physical withdrawal. Abstinence symptoms were the theoretical "sine qua non" condition of addiction.

Although the field of addiction was in a state of theoretical confusion, its vehemence was unbounded. It was almost impossible not to be overwhelmed by the fear and revulsion that drug addiction caused in everyone.

Many otherwise compassionate Canadians turned a blind eye to the brutality of home invasions by narcotics police as long as they only targetted heroin addicts, for "junkies" were regarded as unworthy of respect since they were believed to have moral faults and, therefore, would be dangerous to society as well as hopelessly ill.

Many people considered the increasing use of heroin as imminently catastrophic, and saw it as the cause of rising crime rates, urban decay, violence, and other aspects of social decline.

The "addiction epidemic" or the "addiction crisis" or the "addiction curse" caused panic. It was believed that a whole generation of young people were in danger (ALEXANDER, 1990, ALEXANDER, SCHWEIGHOFER AND DAWES, 1996).

Apocalyptic rhetoric was used by American politicians at the time, such as Richard Nixon and Nelson Rockefeller, and later by Canadian Prime Minister Brian Mulroney, to justify a gigantic "war on drugs." It is impressive how this policy was accepted without serious questioning by the vast majority of the population in the United States, Canada (ALEXANDER, 1990, CHAP. 1, HARI, 2015) and worldwide.

The Canadian war on drugs involved more than arresting police, often brutalizing heroin users and dealers on city streets and soldiers invading poppy fields in distant countries. It also invaded schools, universities, doctors' offices, hospitals.

Schools in Vancouver were bombarded with sensationalist, highly exaggerated anti-drug propaganda and even false information. Some doctors' offices were visited by police informants (dressed as street drug users) asking for drug prescriptions to alleviate their suffering, and some well-meaning doctors lost their licenses and / or went to jail because they good faith, recipes to alleviate the suffering of others (BEYERSTEIN & ALEXANDER, 1985). Many hospitals in the United States and Canada allowed severely ill patients to suffer terribly, because physicians were afraid to give their patients enough morphine to control their pain, as this would presumably turn them into addicts (ALEXANDER, 1990, p. 47-49; 2008/20 10, p. 179).

The only acceptable way to recover from the addiction in those days was immediate and total abstinence. Abstinence had to be forced both by the fear of the addicted person to risk imminent death as by police coercion. There was even a popular phrase, "once an addict, always an addict," that justified all the barbarism practiced.

Mothers who used drugs and their babies were especially targets of brutalities. Many babies born to mothers using crack were apprehended and separated from their mothers, mainly in the USA, but also in Canada (BOYD, 2018) [53].

None of the simplistic and bellicose efforts to reduce drug use produced any credible evidence of success. However, they were enthusiastically supported by the population, by politicians (most churches) and professionals, as a way of responding to a perceived "crisis of drug addiction."

53 https://www.nytimes.com/video/booming/100000002226828/crack-babies-a-tale-from-the-drug-wars.html.

The few harm reduction programs in Canada, primarily the provison of methadone, were under continuous attack by both the media and the government.

The "official" view of addiction in the 1970s was that anyone who used any of the opioids or alcohol more than a few times would experience unbearable withdrawal symptoms if they tried to stop. The withdrawal symptoms would lead the "unlucky experimenters" to pursue the addictive drug forever, losing all autonomy, decency and respectability in their fatal search for drugs. There was still no concern about "addiction" to heroin or other drugs. Practitioners who worked with drugs explained the symptoms of withdrawal from the theory of psychological conditioning and neuroscience, but unlike today, the neurotransmitters usually invoked were not dopamine or serotonin but endorphins.

The small number of researchers and therapists who seriously challenged the official point of view and the drug war were generally ignored or vetoed their requests for funding for their research - as did my colleagues and I who experienced the Rat Park[54] (BRUCE, 2018) in the early 1970s (ALEXANDER, 2007). Dissident professionals were also officially censored, as was the WHO's 1990s global cocaine project (GOLDACRE, 2009), in which Bruce Alexander and his colleagues participated in Vancouver.

Other lines of drug dependence research were also being ignored and research funding repressed, even if it had a convincing argument. Researchers had already shown that

1. Extensive recreational and medical use of irresistibly "addictive" drugs, including heroin, does not lead to addiction or brain damage in the large majority of users;
2. Many drug users who are classified as addicts do not report withdrawal symptoms and many people have no difficulty in refraining from using medications even when they exhibit withdrawal symptoms;
3. Experimental administration of opioids in healthy people who are neither dependent nor psychologically disturbed rarely produces a "high," ecstasy, or even any pleasure;
4. Recovery from dependency of various types, including drug dependencies considered severe, is often achieved without any formal treatment;
5. "Controlled use" is a viable goal for treatment and recovery in many drug addicts;

54 http://www.stuartmcmillen.com/comic/rat-park/

6. Many seriously addicted people are not "out of control" but can explain how they use their dependencies to deal with their "dislocated" lives (55) in a fragmented society;
7. About 90% of the thousands of soldiers who returned from Vietnam "addicted" to heroin, abandoned drug use without any treatment;
8. The desperate measures of the War on Drugs did much more harm than good. (for detailed documentation of all eight of these findings, see literature reviews in Alexander, 1990; Alexander, 2008/2010, chap. 8 and Alexander, 2016).

Numerous explanations of the causes of addiction had accumulated in a variety of academic and spiritual traditions in the nineteenth and twentieth centuries, including psychoanalysis, pharmacology, neurology, social service, Salvation Army, Alcoholics Anonymous, immunology, genetics, evolution, economics, and the theory of family systems (Lettieri, Sears, & Pearson, 1980; Whittle, 1998).

There were respected and articulate advocates of each of these diverse theories of addiction as well as people who honestly testified that they had been saved by a treatment regimen based on one or another of them. It was, therefore, a time of dogmatic certainties that were contradictory and they generated a great confusion among themselves.

In short, drug addiction was an area of intellectual disaster. The field of drug addiction generated a massive and contentious literature, but little relief for the afflicted.

For half a century "harm reduction" was not part of the language of the dependency field. However, despite strong opposition from some sectors, some very sensible practices had been used and can be recognized retrospectively as harm reduction. These include the maintenance of large-scale legal heroin by private doctors in the United Kingdom and the first methadone use programs in the US and Canada. There were also many ilegal harm reduction intervetions, with the use of illegal drugs provided by compassionate doctors who risked their careers by prescribing drugs that they believed were in the best interests of their patients. In the same way, there were many community and religious organizations that provided support to users who could be qualified as precursors of the modern recovery movement.

55 A "dislocated" life is one in which a person retains no functional or nurturing link to his family or community, although he may remain close to them geographically. This concept originated with economic historian Karl Polanyi, and has been developed extensively by Bruce Alexander (see Alexander 2008/2010, chap. 3)

Today, Year 2019.

Over the last half-century most drug dependence discussions in Canada have focused on the use of opioids (fentanyl, Oxycontin and heroin), although the drug use issue is much less myopic than it was half a century ago, alternating at times, with supposed "epidemics" of benzodiazepine use, powder and crack cocaine, methamphetamine and marijuana.

At these times, the use in opioids is forgotten, although nothing has changed in relation to it.

Finally, seriouis attention is being given to gambling, social media, internet gaming, pornography, love, sex, exercise, work, food, and shopping. However, addiction to many other habits and activities, such as wealth, social status, power, religious extremism, violence, extreme sports, celebrity worship, etc. are still off the radar in the field of dependency (Sussman, Lisha & Griffiths, 2011).

The good news today is that even in the midst of the current panic over overdose deaths from various opioids, it is no longer commonplace to listen to people clamoring for simplistic and violent solutions in Canada as they did 50 years ago.

Looking at the map of countries that have regularized marijuana cultivation, distribution, trade, and use, we see that in North America and Western Europe the vast majority no longer support violent and interventionist drug policies, although some politicians still defend the "drug war, " including the Presidents of the United States, the Philippines, and, more recently, Brazil.

Although drug theory has not been officially modified or expanded (Volkow, McCook and McLellell, 2016; Miller, 2019), drug policies that generated cruel and futile interventions 50 years ago have disappeared largely in Canada and in many other countries.

Instead, the current tide is flowing (in Canada and Western European countries) toward non-punitive types of intervention, including many types of support counseling, often by social workers, harm reduction (maintenance of heroin, suboxone, methadone, supervised injection sites, exchange of syringes), in the recovery movement; community policing; voluntary and non-punitive cognitive and medical behavioral therapies; groups of twelve steps of all kinds; religious support groups; drug courts; many types of meditation based on Eastern spiritual traditions and therapies based on psychedelic drugs. These more welcoming interventions are

not new, but have become commonplace in a way unthinkable 50 years ago (Jones, 2016, Noffs Et Al., 2016, Paungsawad Et Al., 2016, Miller, 2019).

The most striking type of non-punitive intervention recently implemented is the "recovery movement".

Institutions of the "host movement" do not focus their main efforts on dependency, but on establishing stable, supportive relationships so that the life of the drug user can calmly rebalance itself (Granfield & Cloud, 1999). In Vancouver, we have institutions such as the Portland Hotel Society, Drug User Associations, Vancouver Moving Theater, St. James Music School and others.

The implementation of these more welcoming policies has its origin in isolated actions implemented mainly by a relatively small number of militants (social activists, doctors, academics) and especially police officers who had the compassion and courage to speak out against "war" the drugs"". I am proud to say that some of my students and I were part of this group of people, especially here in Vancouver. One of my alumni, Dan Small, who has a chapter in this book, has played an important role and continues to fight for more change (Lupick, 2018).

The great achievement of this small group is that it begins to make sense for ordinary people (here in Canada and in some other countries) that we must stay away from the "drug war". No matter what the political trend or religion, but most people were able to see, once evidence was shown, that the drug war is cruel and futile and the new alternatives are better for everyone, users, society , public security.

The good news is that people who are interested in the subject of drugs and want to be informed have information available to understand that the "war on drugs" is much more about interests than about humanitarian issues. The "drug war" "kills a lot more, does much more harm than the worst drugs ever used by humans.

When we listen to politicians like Donald Trump or Rodrigo Duterte or Jair Bolsonaro (presidents of the USA, Philippines and Brazil) defending the "drug war", it is evident that they use dogmas to do so, not up to date, consistent information (Mchugh, 2016). This is a great achievement at the level of rhetorical policy and practice in Canada and in many other countries, although absurdly violent and arbitrary acts of drug warfare are still being carried out in some places, most notably in the Philippines and Brazil, in some northern states and even in isolated parts of Canada (Berehulak, 2016, New York Times Editorial Board, 2016, Goldstein, 2016, Sack, 2017).

Although the Drug War is intellectually dead, it still remains a deadly idea.

Why the difference between the US and Canada?

Why Canada and many other countries are withdrawing from the drug war madness, drastically changing the course of public policy on drugs, while other countries, most obviously the US, the Philippines, Russia, Brazil, and China, have not yet have changed. This is the question that we have to focus on, in the hope that this analysis can be useful in Brazil.

Let's focus first on the differences between Canada and the USA.

Similarities between culture (both were colonized by English), the same language, near patterns of consumption, but great differences as the priorities of each people, gives us the opportunity to identify more clearly what interests are effectively involved in the "drug war".

Some reasons stand out:

- Racial prejudices;
- The need to be a "super state";
- American hyper-capitalism;
- Emerging populism.

Persistent Racial Issues

The "drug war" in the United States and Canada can be traced back to the early 20th century. Historians identify various social functions fulfilled by the war on drugs, as well as the official intent of protecting the society from allegedly dangerous drugs. At the top of the list of these social functions, most historians recognize that in both countries the "war on drugs" provided an ideological justification for fighting "large" racial minorities.

The first laws to combat drugs in Canada were used largely as a justification for repressing Chinese workers, many of whom smoked opium after the end of their working days, and who were hated and feared by workers of European descent (Murphy, 1922/1973, Boyd, 2017) because they worked more hours a day and with lower wages than they[56].

Chinese workers were exploited atrociously to speed up the completion of Canada's first transcontinental railroad from Montreal to Vancouver in just

56 It is interesting to note here that the first armed intervention in the history of mankind motivated by drug use was an action by England against China, contrary to China's ban on the use of opium, a traditional habit of Chinese culture. It became known as the "Opium War" and happened in two periods: between the years of 1839/1842 and between 1856/1860 (Carneiro, 2018).

five years (from 1880 to 1885) when there was a severe shortage of labor. When the railroad was completed, the shortage of manpower was over, and the same Chinese workers were subjected to humiliating segregation and discrimination.

The "war on drugs" of the early 20th century oppressed them even more, since it was openly directed to the preferred drug of Chinese workers, opium. Laws authorized whipping and deportation of non-citizens as routine punishments for drug offenses. Many Chinese workers were deported and many suffered long sentences in Canadian prisons.

The actions initially taken against Chinese drug users eventually spread throughout the population, and many served absurdly lengthy prison sentences (Alexander, 1990, pp. 29-32, Boyd, 2017).

However, the Chinese racial problem quickly disappeared, as there were only about 17,000 Chinese immigrants who were received in Canada to work on the railroad. The relatively small Chinese population of the early twentieth century was soon incorporated by Canadian culture. Today, racism directed at Asian peoples is repudiated throughout Canada, although the Chinese population is much larger now than it was at that time.

Thus, one of the main original functions of the "war on drugs" has lost its value in Canada.

This is not to say that there are no racial issues in Canada, especially regarding the treatment of native peoples, but these problems have not been associated with drugs as directly as the Chinese were.

In contrast, the drug wars of the early 20th century in the United States were deliberately directed against low-income heroin users in American cities and towns. Most of them were not Chinese, but black. The black population of the United States is very large. When slavery was abolished (in 1863), there were about three million slaves in the USA.

Slavery was called the "original sin" of the United States because it cursed all generations of Americans long after it had been abolished.

Racial harmony has been a goal to be achieved by some Americans, but its implementation has been agonizingly slow and in many parts of the US, blacks are still being exploited economically and culturally humiliated.

Since the beginning of the twentieth century the "war on drugs" has been used as a justification for carrying out violent and media operations in territories occupied predominantly by African descendants to keep them submissive (Hari, 2015).

Unlike Canadian racism, the North American did not disappear (Hart, 2017).

Superpower status

The fact that the USA wants to remain a superpower and Canada certainly does not contribute much to the difference in drug policy. Overall, Canada has a thriving economy and a pacifist foreign policy, providing a reasonable quality of life and security for its small population. Some despicable abuses of people in Central America and Africa by Canadian mining companies have been widely publicized, but these shameful actions are not part of a country's quest for superpower status, only the corporate greed that can be and is finally being controlled in Canadian courts (Findlay, 2019).

The United States' superpower status (1) contributes to increasing drug use, whether legal or illegal, and to other forms of dependency by its population, and (2) militarizes the response to social problems in general, including dependence of drugs (legal or not).

1. How does the obligation to have "super-powerful" status aggravate dependence in the US

In superpowers, governments continually demand enormous sacrifices from the population. To justify endless competition, superpower governments claim that the way their people live is invaluable better than rival superpowers. Americans, for example, are educated from birth to identify with American moral superiority and to look with relentless horror on the way of living of the other superpowers, for even for the American population to agree to dedicate to defeating the other superpowers, they must be convinced that if they lose the fight with the other superpowers they will be subject to hell on earth!

But this is psychologically corrosive.

Americans are relentlessly encouraged to accept absurd inconsistencies, such as the illusion that the United States, in its desperate and often merciless disputes over wealth, global domination, and corporate expansion (McCale, 2019) are acting as benefactors of a world that somehow needs their invasions, operations of their special forces, assassin drones, torture experts etc. to maintain social well-being and freedom; that they are the richest, although many of them are extremely poor (Manjoo, 2019); that his country is defending democracy by ousting democratically elected governments in other countries.

Americans must ignore the obvious political control of their own federal and state governments by a billionaire oligarchy and huge corporations (Wolin, 2008; Chomsky, 2019). They must also ignore the deadly imperial militarism (especially the secret) of a long-standing partnership between government and corporations, which has been called the "deep state" (Lofgren, 2014, Mccoy, 2017, Cap 5).

The fact that they are immersed in a sea of disinformation maintained by their own traditional media (Herma n & Chomsky, 1988) and that "whistleblowers" (those who reveal facts about their country's military and surveillance activities) are subject to go to jail for a long time is ignored by everyone even because they prefer to believe in the illusion of being "superior" (Scahil L, 2019).

The nationalist content of American identity is built upon absurdities and obvious lies and contributes to a profound form of displacement of the American people from the reality of their own lives as well as a fragmentation of their own understanding of reason and compassion. Any displacement inevitably generates depression, suicide and other forms of mental disorders and addictions. (alexander 2008/2010, chapter 3, "the theory of the displacement dependence").

The American shift is even greater in people who truly embody the challenge of being a superpower as a personal conflict. Today, the American superpower is fighting a titanic economic battle as it tries to maintain its previous levels of economic clout and control the explosive growth of its huge national debt (Mccoy, 2017, Chapter 7). The US responds to its economic decline by stimulating its economy in a desperate way, including today's endless imperialist wars - currently disguised as a global "war on terror" (Snowden, 2014) and secret "special operations" worldwide (Hennigan, 2017).

Decade after decade, combat veterans, spies, assassins, drone operators and torturers return to civil society in the thousands after their "service" journeys. They must cope with the disparity between what they have done to the people and the liberal values of their society. Many of these traumatized former warriors become dependent or suicidal (Hennigan, 2017; van der Kolk, 2015).

Displacement, and therefore vulnerability to dependence on Americans, also has an economic dimension. The United States tries to compete economically with the other superpowers by relentlessly increasing production and efficiency. This is done, in part, by offshoring and automation while keeping their

manufacturing corporations thriving even if this leads to a drastic increase in underemployment. The American subclass, once composed of black slaves descendants, now includes multitudes of whites and Hispanics, as well as blacks. The unemployed displaced by desperate attempts to improve the economy and enrich the dominant corporations constantly increase the impoverished and displaced low class of America, producing visible increases in dependency and suicide (Case & Deat On, 2015, 2017, weingarten, 2018, Manjoo, 2019).

US secret operations abroad, in some situations, depend on tolerance and support for drug trafficking, making heroin and cocaine (the most feared drugs) more available and cheaper for Americans, ridiculing the official efforts of the to control the "drug problem". Some US secret traders, who tend to believe in the official view of whole-hearted drugs, have explicitly stated that their geopolitical missions sometimes depend on facilitating drug sales (the ones they believe dependency on Americans) are more important than the well-being of the American people they were supposed to be protecting (Mccoy, 2017, Chapter 3).

Expanding, degrading, and selling remedies for its deeply displaced subclass and heavily addicted to a desperate effort to pursue its superpower ambitions, the US is steadily expanding its addiction problem. US politicians explain the growing problem of addiction as a "drug problem" in terms of the official view of addiction rather than recognizing the effects of its superpower ambitions and endless violence.

There is a unique type of displacement that is bound to be citizens of a declining superpower. All superpowers move their citizens into their infinite needs to outdo competing superpowers.

As long as a superpower is upward, however, a patriotic national identity as part of an invincible and benevolent society can serve as a partial substitute for the destruction of the identity of the community and the family. But in a declining superpower, patriotic belief in national invincibility can no longer be sustained. The belief in national benevolence can no longer be broadly enforced and the respectful admiration of the subject, who are more likely to revolt. People cling to comforting myths, such as the official view of dependency that absolves the superpower's decline from its central role.

It seems much harder for a currently declining superpower to leave the "war on drugs" than for a common nation or an ascending superpower.

The United States may not be able to control the problem of growing dependency until it is willing to face the painful reality of its geopolitical situation,

including the decline of its already guaranteed superpower status. But is it conceivable that Americans can face such frightening facts?

2. How the superpower state militarizes the American war on drugs.

The superpowers are continually at war with each other, whether on battlefields, through espionage, trade, cybernetics, secret operations. Therefore, ruthless coercion and force are habitual ways of thinking for American leaders, as well as for leaders of other superpowers. It is natural to apply this usual militaristic thinking as a solution to social problems, including the "drug problem", especially during one of the frequent panics about some new drug "epidemic".

Methods developed by military and paramilitary organizations that are used in war situations are also used against the American people themselves, producing additional displacements. One recent example of this "imperial blowback" is that the electronic surveillance methods developed in cyber operations against Muslim activists in Afghanistan and Iraq have been applied on a large scale to spy on the American people in the US (Mccoy, 2017, Chapter 4). Edward Snowden revealed the extent of these domestic surveillance operations so that Americans would know that they are continually under surveillance and at the mercy of their own militarized spies and police (Smith, 2016). These methods are publicly justified by the need to control drug traffickers as well as the feared terrorists.

The uncontrollable and ever-growing subclass generates fear in the middle and upper classes and the "need" to protect privileged people from a potentially dangerous part of the population. The war on drugs continues to be useful to the US government to provide the reassuring illusion that something dramatic is being done to control the growing problem of dependency, but militaristic measures are also represented as drug-fighting measures to subclassify each time plus the uncontrollable.

3. Hypercapitalism: something exclusively American.

So far, issues previously addressed such as displacement, dependence on drug use, adoption of militarized solutions to their problems of dependence on illegal drug use are expected in all three superpowers today, especially during their periods of decline .

However, hypercapitalism is an exclusively American problem, contributing to the high rates of drug addicts (whether legal or illegal) by the American population which contributes to keeping the United States in the Drug War.

Hypercapitalism is an exclusively American problem and is a consequence of the Cold War, named after the dispute between the former USSR and the USA, which lasted more than four decades, from the end of the Second World War to the dissolution Soviet Union in 1989.

The Cold War was fought on conventional battlefields (Korea and Vietnam) and behind the scenes in covert operations, espionage, diplomatic initiatives, propaganda, etc. The extensive domestic propaganda war in the USA generated intense ideological opposition between socialism and capitalism. While the other independent nations of the world - including Canada - learned to seek best practices by combining socialism and capitalism to achieve their socioeconomic goals, American citizens became blind to the possibility of reconciling these two political philosophies and learned to believe that they are irreconcilable.

After the demise of the Soviet Union in 1989, the Soviets painfully learned that the mix of socialism and capitalism was possible. The Chinese people have seen a generation of pragmatic government leaders emerge since Deng Xiao Peng strove to merge communism and capitalism.

The American people, however, have never had any reason to learn that there are two rational economic philosophies that can be implemented at the national level and that the world does not end when the two merge as in most countries today. Instead, they were educated to believe that capitalism has triumphed, and many people accept that idea as an end point, at least in terms of economic policy. All of this led to a singular emphasis on free market principles in all aspects of American national life, including those related to dependence and the war on drugs.

One consequence is a tremendous growth in the political power of the billionaires and CEOs of mega-corporations who can come forward as champions of capitalism, with grave consequences for all of us as US companies feel they are allowed to exploit not only foreign populations , but also US citizens; the rampant growth of inequality that degrades everyone, making them more vulnerable to dependence on drugs (whether legal or not), consumerism (a luxury of the richest and their children, often out of the reach of the poor) and correlated problems,

shifting them from the cultural enrichment that would otherwise grow as an integral part of a rich and varied cultural tapestry.

Always keeping the top of the world leads to a life with a permanent stress, as any slip can make you fall, as an Olympic athlete record in its modality, which stimulates the use of drugs, whether legal or not.

Because health care is private, treatment for any kind of dependency is carried out by for-profit corporations. This means that in addition to the treatment being designed to alleviate the suffering of dependent people, it is designed to increase the profits of the health system (clinics, their franchisees, pharmaceutical companies, insurers and even reaching professionals working in this medical field , nurses, psychologists, ... which leads to many people who need to be treated to not be able to pay for the treatment, being left unattended.

In this system adopted in the USA, treatment and diagnosis must operate within a set of constraints that provide a maximization of profits that have little to do with the well being of clients being treated (Verhaeghe, 2017).

4. Populist policy

The growth of the socially excluded is a problem for the superpowers, as I have argued above, but it is not limited to them. The world is becoming increasingly unequal. This seems to be a consequence of the (extremely complicated) process of globalization (Mishra, 2017; Guilluy, 2019), which has many consequences, including for the "drug war".

The current global gulf between rich and poor further aggravates the drug war in many places, because some, bitterly resentful of the loss of economic power, are vulnerable to demagogic politicians who promise to solve the drug problem with violence.

This violence against drug users - as well as against other disadvantaged groups - will not reduce the misery of those who support demagogues, but it will create an opportunity for those targeted by violence to respond more violently and exacerbate the situation further. The growth of populist politics is creating difficulties to respond in a rational and supportive way to social problems, including the problem of drug dependence (legal or not).

Brazil

Brazil has been an absolutely unique country from its earliest beginnings as a modern nation, which gives it an immense diversity in all aspects.

It was initially formed by three peoples (Ribeiro, 1997), with absolutely different cultures: Brazilian natives, Africans and Europeans, mostly Portuguese.

Due to the abundance of natural resources (fertile land, fresh water etc.), the absence of natural accidents (earthquakes, volcanoes, typhoons etc), absolutely favorable climate (with the mild winter), diversity of fauna and flora without equal, bordering on the Atlantic Ocean with ts clear, warm and gentle waters, Brazillian natives had no need to develop sophisticated means of production or to accumulate resources or develop any kind of trade between them. Coastal natives were excellent sailors, which allowed them to make the seafood their basic food. Inland tribes produced agriculture suficient to meet their needs.

Although they were of small stature, they were not docile, and it was difficult for colonizers to force them to act against their will or belief or ethics (Savater, 2000) and so they soon gave up enslaving them to work in the production of consumer goods . On the other hand, they had a high value in the sex-slaves market, both men and women, since sexuality among them was absolutely free and unrestrained (Dean, 1996).

One passage well exemplifies their culture: after a day of fishing, the men return to their native village bringing only a small crustacean, a crab. Whoever held the dead animal in his hands, he went to the center of the village, put it in a pestle and began to crush it. Little by little he puts manioc flour along with the paste the animal had become and continues to crush. Repeat this movement several times, until at last pour that mixture of cassava flour with the crab in a large pot where a soup was made. Soon, at the end, the small crustacean was equally divided among all that fed on that day in the village (Fernandes, 1989).

The Portuguese arrived on the Brazilian coast by chance, for they were going to India, hence the natives were given the name "Indians," which they retain to this day.

Soon the Portuguese reign was interested in occupying the Brazilian territory and sent other Portuguese here who were not highly regarded in their country (like criminals, prostitutes, orphans) and offered titles to those who sent wealth to the King.

The lack of skills of the settlers in working to produce their consumer goods, including their own food, led them to enslave and import the larger-sized Africans, who were more docile and easier to be enslaved than the Brazilian natives. Brazil was the country that imported the most enslaved Africans around the world.

Africans in turn had a culture quite close to that of the natives, with their lives marked by the joy of living, lack of concern about the cumulative or trade process, and a rather intense and undiscipined erotic practice.

It is from the interbreeding of the Africans with the natives (called the Mamluks) that the vast majority of Brazilians are formed and make up the working class, the producer of wealth, but who does not have access to it.

Throughout its history, Brazil continued to receive large waves of immigrants of different nationalities, at different times, making Brazilian society one of eternal change (Aquino, 2001), which forged in the Brazilian a feeling of being permanently in immigration, whether internal (inter-regional) or external (inter-national) or inter-social classes (by feeding the hope that will enrich). This feeling of being permanently in immigration has as consequence the carelessness with "the here and now", because it feeds the fantasy that is something temporary, always transient.

The "official" history of Brazil was written by the Europeans, prioritizing their interests and totally disregarding the culture of the native peoples, with forged heroes and many of the true heroes of the people turned into bandits, blacks and the poor in their great majority (Aquino, 2009).

This historical misrepresentation has created an image that has been completely displaced from the Brazilian people, the pacific (Aquino, 2012), lazy and with a low value native culture (Sodré, 2005), unable to meet the demands of reality.

As its elite is made up of Europeans or descendants of Europeans, the behavioral pattern has always been a reference to European culture, which has always been a reference to habits and customs that are often quite inadequate, such as the wearing of suits and tie in your everyday life, even on days with temperatures over 40 ° C!

Racism is well established in Brazil. As Foucault explains:

> *"What race (or, indeed," racism ") has a prominent place in the rationality proper to biopower is entirely justifiable. After all, more than class thinking (the ideology that defines history as an economic class struggle), race was the ever-present shadow in the thinking and practice of Western policies, especially when it comes to imagining inhumanities of foreign peoples - or the domination to be exercised over them. Referring to both this timeless presence and the spectral character of the world of the race as a whole, Arent finds its roots in the demolishing experience of otherness and suggests that race politics is ultimately related to the politics of death [57]. Indeed, in Foucauldian terms, racism is above all a technology designed to allow the exercise of biopower, "this old sovereign right to kill"* (Foucault, 2002).
>
> *"In the biopower economy, the function of racism is to regulate the distribution of death and make possible the murderous functions of the state. According to Foucault, this is the condition for acceptability of dying* "(Foucault, 2002)

This set of values allows Brazilian society to be governed by external interests (economic, social, etc.) and its own elite that seeks financial enrichment at any cost. For this elite, absolutely without morality and with an ethic in which its interests dominate those of all others, the preferential regime is the wild capitalism of the American model, thus maintaining the secular standards in the means of production where the workers are kept alive only so that they can work (Benjamin, 2000).

An unequaled example of the effects of the globalization of the "war on drugs" was the "supposed" crack epidemic in the USA in the 1980s and in Brazil in 2010 on the eve of the organization of the major events that took place in the city of Rio de Janeiro (World Youth Day of Catholic 2013, 2014 World Cup and 2016 Olympics), with similar public policies adopted in both countries and equally failed.

Drug trafficking in Brazil is just another item on the immense menu of illegalities that are openly committed by the Brazilian bourgeoisie (or at least with its connivance), crimes that are invariably attributed to workers (whether they are perpetrators of the so-called illegal activities, regular, or not), and to the poorest population.

Other examples of this abundant menu of illegal activities practiced by the Brazilian bourgeoisie are prostitution, with brothels housed in luxurious houses, advertised in conventional media and with scandalous signs on their facades; gambling, "played openly on the streets of cities for more than a century, with " game points "(places where people are going to bet) in fixed, predetermined places and their "owners" (known as "bicheiros"), extremely rich people, social event goers, with

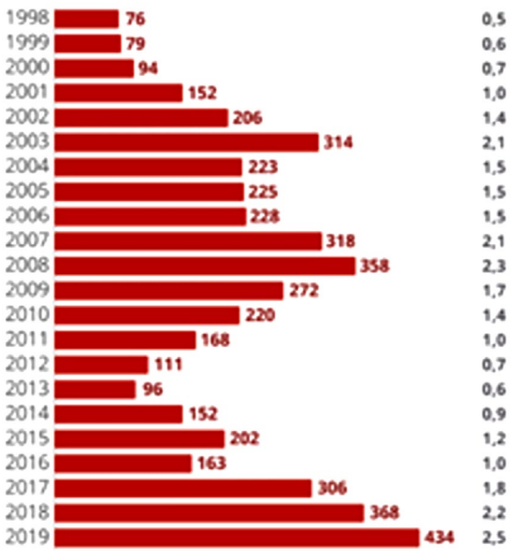
57 "The race is, from the political point of view, not the beginning of humanity, but its end ... not the natural birth of man, but his unnatural death" (Arent, 2012)

homes in expensive addresses and sponsors of "samba schools", which attract millions of tourists from all over the world at the most popular Brazilian party , the carnival.

Organized crime has so mixed with the Brazilian State that the media frequently and openly reports the involvement of members of the State elites with organized crime, now called militias [58], criminal organizations that dominate the vast territories of the great Brazilian cities [59].

While young blacks and poor residents of low-income communities die in the thousands in Brazil during police operations carried out allegedly to combat drug trafficking, Brazilian schools are the main points of drug diffusion and trade (Abramovay, 2002) among the schools, the private ones (where the children of the Brazilian elite study) are those that have the highest incidence of drug use and trade.

Following we have a chart that depicts the rate (per 100,000 inhabitants) of deaths from police intervention, in the last 21 years, in the city of Rio de Janeiro / Brazil, from January to March (1st quarter) of each year [60].



58 "In most places, the collapse of formal political institutions under the pressure of violence tends to lead to the formation of militia economies. War machines (in this case, militias or rebel movements) quickly become highly organized predatory mechanisms that tax the territories and populations that occupy them and are based on a variety of transnational networks and diasporas that provide them with material and financial support. " (Mbembe, 2018)

59 https://theintercept.com/2019/03/18/jair-bolsonaro-family-militias-gangs-brazil/

60 https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/03/rj-bate-recorde-na-apreensao-de-fuzis-em-2019-numero-de-mortes-por-intervencao-policial-e-o-maior-nos-ultimos-20-anos.ghtml

Of course, the factors that contribute to the "war on drugs" being maintained in the USA also influence Brazilian drug policies, including the policies adopted there, serving as justifications for being replicated in Brazil.

And it is in this context that the "truths [61]" are constructed and the information that can deny them is dismissed, because they do not serve the interests of those who hold the "power".

In Brazil, we are living a classic example, when the Brazilian State has been requesting an extensive study and research on drug use in Brazil [62] from a research institution on public health, a secular institution with international respectability, FIOCRUZ (Oswaldo Cruz Foundation).. After seven years of research and studies of the data, the current government forbids disclosure of the research study, since the results indicate that there is no epidemic of illegal drug use in Brazil, quite the contrary, that the percentage of drug dependents drugs in Brazil (whether legal or not) is far from indicating anything similar. But as the current Government intends to increase the "drug war," in support of oppressive real interests. This policy requires everyone to believe that the epidemiological picture of drug addiction is extremely serious, prohibits the dissemination of this research[63]! The population at all watches, from which the most qualified information has access, the Brazilian elite [64], to those who do not have the opportunity to understand with greater clarity the impact of an action like this in their lives.

Thus, in order to reflect, research, and think about illegal activities in Brazil, it is fundamental that we take into account the interests that keep them illegal and whether they will give more profit to the global financial system when legalized or not.

Let's take the marijuana example.

Like any other product, drugs make more profit the more manufactured they are. It turns out that today with the production of synthetic drugs made in their own places of consumption because their revenues are available on the WEB for anyone to manufacture them, highly manufactured drug trafficking is losing market share.

61 It is important to remember here that Foucault already warned us that "We must produce the truth as, after all, we must produce wealth, and we must produce the truth to produce riches." (Foucault, 2002)

62 https://theintercept.com/2019/05/31/estudo-drogas-integra/

63 https://www.sciencemag.org/news/2019/06/brazilian-government-accused-suppressing-data-would-call-its-war-drugs-question

64 For the Brazilian elite whose dream is to return to the paradise of their homelands, even the false social problems serve to feel closer to where they would like to be, moving them away from the wild state (MBEMBE, 2018) from where live.

In the case of marijuana, the fact that it is consumed in natura (which reduces the profit of the global financial system), its large volume and the development of technologies to identify the interior of packaging in ports and airports, has greatly increased the risk of business. Added to this is the popularization of home-grown cannabis that brings certainty to the consumer about the quality of the product and non-involvement with criminal activities and we see that it is becoming an unattractive product for large-scale crime and highly sophisticated.

On the other hand, the development of profitable legal activities like the production of medicines, the use of hemp in the textile industry in substitution of cotton etc makes legal marijuana increasingly attractive to the global financial market, making room for its legalization.

Chart: US marijuana industry's economic impact could hit $80 billion by 2022
https://mjbizdaily.com/chart-us-marijuana-industrys-economic-impact-could-reach-80-billion-by-2022/

Could Hemp Be The Next Big Thing In Sustainable Cotton, Fuel, Wood And Plastic?
https://www.forbes.com/sites/natalieparletta/2019/06/28/could-hemp-be-the-next-big-thing-in-sustainable-cotton-fuel-wood-and-plastic/#1046b0fd21c2

Adding the loss of profit from the illegal trade with the gain of profit from legal trade to the international financial market, we can more easily understand the wave of legalization of marijuana that has arrived in many countries.

But we can not lay down our weapons and think that this war is won. We just won a battle and not the long war ahead!

There is no crime with the magnitude of drug trafficking without the active participation and connivance of the State, whether in Brazil or elsewhere (Barcellos, 2004, Abreu, 2018, Dias, 2018, Hari, 2018, Ziegler, 1990, Chomsky, 1979).

Thinking about drug prohibition is thinking about the world without a drug ban.

What crime will replace drug trafficking by feeding the same network that commands drug trafficking? Human trafficking, the third most profitable illegal act of humanity at the moment and the fastest growing [65]?

65 New UNODC campaign highlights transnational organized crime as a US$870 billion a year business https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2012/July/new-unodc-campaign-highlights-transnational-organized-crime-as-an-us-870-billion-a-year-business.html

1st Narcotrafficking: US $ 320 billion
2nd Falsification: US $ 250 billion
3rd Human trafficking: US $ 31.6 billion
4 Illegal oil trafficking: US $ 10.8 billion
5th Trafficking in wildlife: US $ 10 billion

How much will the arms industry lose with the legalization of drugs?

Note that there is no information to estimate the size of the arms trade, since its trade is free and legal in the USA, the largest producer of all types of weapons in the world and the biggest much of its legal economy, official depends on the arms trade, whether legal or not.

Which headline will be in international media?

About the oil trade?

About the immoral, illegal, irregular disposal of highly polluting waste (atomic, from hospitals)?

About the contamination of the oceans by plastic material?

About accelerated deforestation on the planet?

About global warming?

Yes, there are many, endless reasons for drug prohibition, but surely one of them can not be forgotten: today the fact that a few drugs are illegal generates more profit for the international capitalist system than if they were legalized and, therefore, they remain illegal (Thornton, 2018).

Can countries with social inequalities stop using the "drug war" as a solution to their social impasses? Is there any prospect of an end to the "drug war"?

I believe so.

As long as we have a broad vision of who our enemy is, against whom we are actually at war and who believe that small actions here and there, everyday actions of each of us will make a difference.

They are tiny grains of sand that contain the huge ocean waves.

The essential task is to face the modern world with reality and solidarity and work to bring about far-reaching structural changes that can make the world habitable by reasonably happy people who will not need to be addicted to anything and who will be capable of transform their lives by themselves, with their families and communities.

"It is necessary to dream, but on condition of believing in our dream, to scrupulously compare our dreams with our reality.
Dreams, believe in them." by Lenin

Bibliography

In Portuguese

Abreu, Allan de; Cocaína, a Rota Caipira; ed Record:2018

Abramovay, Miriam e Castro, Mary; Drogas nas Escolas; ed UNESCO: 2002

Alexander BK e outros, Criminalização ou Acolhimento, ed Rede Unida:2018

Aquino, Rubim S L de; Pernambuco em chamas; ed. Massangana: 2012

_____; Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais; ed Record: 2009

_____; História das Sociedades, das sociedades modernas as sociedades atuais; ed Record: 2001

Barcellos, Caco; Abusado, o Dono do Morro Dona Marta; ed Record: 2004

Benjamin, César; Diálogo sobre ecologia, ciência e política; ed Nova Fronteira: 1193

_____ e Elias, Luiz Antonio; Brasil: crise e destino; ed Expressão Popular: 2000

Carneiro, Henrique; Drogas, a História do Proibicionismo; ed Autonomia Literária: 2018

Chomsky, Noam; A Trilateral, a nova fase do capitalismo mundial; ed Vozes: 1979

Debort, Guy; A sociedade do Espetáculo; ed Contraponto: 1997

Dean, Warren; A Ferro e Fogo; ed Companhia das Letras: 1996

Dias, Camila N. e Manso, Bruno P.; A Guerra, Ascensão do PCC; ed.Todavia: 2018

Fernandes, Florestan; A Organização Social dos Tupinamba; ed UnB: 1989

Foucault, Michel; Em defesa da sociedade; ed Martins Fontes: 2002

Hari, Johann; Na Fissura; ed Companhia das Letras: 2018

Klemperer, Victor; A linguagem do III Reich; ed Contraponto: 2009

Mbembe, Achille; NECROPOLÍTICA; ed N1 edições: 2019

Ribeiro, Darcy; O Povo Brasileiro; ed Companhia das Letras: 1997

Savater, Fernando; Ética como amor-próprio; ed Martins Fontes: 2000

Soares, Luiz Eduardo; Desmilitarizar; ed Boi Tempo: 2019

Sodré, Muniz; A verdade seduzida; ed DP&A: 2005

Susan, Boyd; Mulheres, drogas, gravidez, maternidade e resistência; in Alexander, BK. e outros; Criminalização ou Acolhimento; ed Rede Unida: 2018

Thornton, Mark; Criminalização, análise econômica da proibição das drogas; ed LVM: 2018

In English

Alexander, B.K., Peaceful measures: Canada's way out of the war on drugs. Toronto: University of Toronto Press: 1990

_____, (2007, October 16). Acceptance Speech: Ted and Nora Sterling Prize for Controversy. Retrieved 8 January 2017 from https://www.sfu.ca/sterlingprize/recipients/bruce-alexander.html

_____, The Globalization of Addiction: A study in poverty of the spirit. Oxford, UK: Oxford University Press: 2008/2010

_____, Replacing the Official View of Addiction. In Davis, J.E. & Gonzales, A.M. (Eds.). To fix or to heal: patient care, public health, and the limits of biomedicine. New York, NY: NYU Press: 2016, pp. 208-237.

_____, Schweighofer, A.R.F., and Dawes, G.A., American and Canadian Drug Policy: A Canadian Perspective. In W.K. Bikel and R.J. DeGrandpre (eds.), Drug Policy and Human Nature: Psychological Perspectives on the Control Prevention and Treatment of Illicit Drug Use, pp. 251-278. New York, NY: Plenum: 1996

Berehulak, D. (2016, Dec. 7). "They are slaughtering us like animals." The New York Times. Retrieved January 8 2017 from www.nytimes.com/interactive/2016/12/07/world/asia/rodrigo-duterte-philippines-drugs-killings.html

Beyerstein, B.L., & Alexander, B.K. (1985). Why treat doctors like pushers? Canadian Medical Association, 132, 337-341.

Case, A. & Deaton, A. (2015). Rising morbidity and mortality in midlife among white non-Hispanic Americans in the 21st century. PNAS (Proceedings of the National Academy of Sciences), Retrieved Nov. 8 2015 from http://www.pnas.org/content/early/2015/10/29/1518393112

Case, A. & Deaton, A. (2017, March 23-24). Mortality and morbidity in the 21st century. Brookings Papers on Economic Activity. Retrieved March 28 2017 from https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/03/case-deaton-postconference-april-10-2017-with-appendix-figs.pdf

Chomsky, N. (2019). Requiem for the American Dream: The 10 Principles of Concentration of Wealth and Power. New York, New York: Seven Stories.

Findlay, A. (2019, January 8). Rocked: Canadian mining companies deal with fallout from Supreme Court ruling. BCBusiness. Retrieved May 23 2019 from https://www.bcbusiness.ca/Rocked-Canadian-mining-companies-deal-with-fallout-from-Supreme-Court-ruling

Galeano, E. (1973). Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent. New York, New York: Monthly Review Press.

Goldacre, B. (2009, June 13). Cocaine Study That Got up the Nose of the US. Guardian (UK), p. 8.

Goldstein, A. (2016, April 5). Undercover Officers Ask Addicts to Buy Drugs, Snaring Them but Not Dealers. The New York Times. Retrieved April 5 2016 from www.nytimes.com/2016/04/05/nyregion/undercover-officers-ask-addicts-to-buy-drugs-snaring-them-but-not-dealers.html?ref=todayspaper

Granfield, R. and Cloud, W. (1999). Coming Clean: Overcoming Addiction Without Treatment. New York, NY: New York University Press

Guilluy, C. (2019). Twilight of the Elites: Prosperity, the Periphery, and the Future of France. New Haven, Connecticut: Yale University Press.

Hari, J. (2015). Chasing the scream: The first and last days of the war on drugs. London, UK: Bloomsbury.

Hart, C. (2017, May 10). Drug policy is race policy. Johns Hopkins University Forums on Race in America. Retrieved May 19 2019 from https://www.youtube.com/watch?v=VtFVQtBpVMY

Hennigan, W.J. (2017, November 30). The new American way of war. Time, Retrieved May 24 2019 from http://time.com/5042700/inside-new-american-way-of-war/

Hermann, E., & Chomsky, N. (1988). Manufacturing consent: The political economy of the mass media. New York: Pantheon.

Jones, S. (2016, 29 February). Senate Voting Monday on Bill That Addresses Opioid Addiction, But Not Heroin Smuggling. CNS News website, Retrieved July 16 2016 from www.cnsnews.com/news/article/susan-jones/senate-voting-monday-bill-addresses-opioid-addiction-not-heroin-smugglin

Letteri, D.J., Sayers, M., & Pearson, M.W., (Eds.). Theories on Drug Abuse, NIDA Research Monograph 30. (1980). Rockville, MD: National Institute on Drug Abuse.

Lofgren, M. (2017, March 2). The deep state 2.0. Moyers and Company. Retrieved April 4, 2017 from http://billmoyers.com/story/the-deep-state-2-0/

Lupick, T. (2018). Insite co-founder refuses to give up on federal investigation of overdose deaths, despite government's "wild good chase". The Georgia Straight. Retrieved Dec. 10 2018 from https://www.straight.com/news/1174811/insite-co-founder-refuses-give-federal-investigation-overdose-deaths-despite

McCoy, A.W. (2017). In the Shadows of the American Dream: The Rise and Decline of US Global Power. Chicago, Illinois: Haymarket Books.

McHugh, K. (2016) Donald Trump unveils plan to stop national epidemic of drug deaths, 47,000 in 2014. Breitbart. Retrieved January 30 2017 from http://www.breitbart.com/big-government/2016/10/30/drug-plan-trump-47000-dead-2014/

Miller, J.W. (2019, May 1). The opioid crisis demands a new solution. Churches are hoping to be a part of it. America: The Jesuit Review. Retrieved May 23 2019 from https://www.americamagazine.org/politics-society/2019/05/21/opioid-crisis-demands-new-solution-churches-are-hoping-be-part-it

Mishra, P. (2017). Age of anger: A history of the present. New York: Farrar, Straus, & Giroux.

Murphy, E. (1973). The Black Candle. Toronto, ON: Coles. (Original work published 1922)

New York Times Editorial Board (2016, August 5). The president's killing spree in the Philippines. The New York Times. Retrieved August 6 2016 from www.nytimes.com/2016/08/05/opinion/the-presidents-killing-spree-in-the-philippines.html?_r=0

Noffs, M., with Palmer, K., Ferry, M., Noffs, N., and Carmody, T. (2016). Breaking the Ice: How we will get through Australia's methamphetamine crisis. Sydney: Harper Collins Australia.

Paungsawad, G., Aramrattana, A., Sintunava, J., Lai, G., Fordham, A., Jinawat, P., Angkurawaranon, C., Jaturapataraporn, J., Wodak, A., Hart, C.L. (2016). Bangkok 2016: From overly punitive to deeply humane drug policies. Drug and Alcohol Dependence, 167, 233-234.

Sack, K. (2017, March 18). Door–busting drug raids leave a trail of blood. The New York Times. Retrieved March18 2017 from https://www.nytimes.com/interactive/2017/03/18/us/forced-entry-warrant-drug-raid.html?_r=0

Scahill, J. (2019, May 21). Why you should care about Donald Trump's war on whistle-blowers. The Intercept. Retrieved May 23 2019 from https://theintercept.com/2019/05/21/why-you-should-care-about-donald-trumps-war-on-whistleblowers/

Smith, S. (2016, June 13). Edward Snowden Tells Vice News All About the "State of Surveillance." Vice News, Retrieved May 24 2019 from https://www.truthdig.com/videos/edward-snowden-tells-vice-news-all-about-the-state-of-surveillance/

Snowden, E. (2014, June 7). How the National Security State kills a free society. Reader Supported News. Retrieved June 7 2014 from: http://readersupportednews.org/opinion2/277-75/24094-how-the-national-security-state-kills-a-free-society

van der Kolk, B. (2015). The Body Keeps the Score: Brain, Mind, and Body in the Healing of Trauma. New York, New York: Penguin.

Verhaeghe, P. (2014, October 3-9). Neoliberal economy brings out worst in us. The Guardian Weekly, p. 18.

Volkow, N.D., Koob, G.F., McLellan, A.T. (2016) "Neurobiologic advances from the brain disease model of addiction. The New England Journal of Medicine, 374, 4: 363-371.

Weingarten, D. (2018, December 11). Why are America's farmers killing themselves? The Guardian. Retrieved May 23 2019 from https://www.theguardian.com/us-news/2017/dec/06/why-are-americas-farmers-killing-themselves-in-record-

White, W.L. (1998). Slaying the Dragon: The history of alcoholism treatment and recovery in America. Bloomington, IL: Chestnut Health Systems.

Autora

Susan Boyd

PhD, Distinguished Professor da Faculdade de Desenvolvimento Humano e Social da Universidade de Victoria, Vancouver / Canadá.

E-mail: scboyd@uvic.ca, http://susancboyd.ca

Resumo

Dentro e fora do Canadá, as políticas de drogas são de gênero; políticas proibicionistas de drogas punitivas se cruzam com os esforços para restringir os direitos humanos e reprodutivos das mulheres, e seu direito de criar seus próprios filhos. O risco da apreensão dos filhos e, principalmente, das que são suspeitas de também [66] usarem drogas ilegais é grande. Em vez de separar as famílias, trazendo uma série de problemas para todes, os serviços de redução de danos, aliados a serviços de apoios socioeconômicos podem melhorar tanto os resultados do parto quanto dar estabilidade a família.

Palavras-chave

Mulheres, política de drogas, redução de danos, apreensão infantil, violência de gênero, unidade familiar

66 Usamos aqui o termo "TAMBÉM" para realçar que essas mulheres além de usarem drogas são cidadãs como outras quaisquer, desempenhando tarefas sociais múltiplas, como trabalharem, cuidarem de seus filhos, de suas casas, de seus parceiros de vida etc.

Mulheres, drogas e o rapto de seus filhos

Susan Boyd

Globalmente, o impacto do uso de drogas é moldado pelo status social e pelo nível de controle punitivo por meio de regulamentação legal, social e médica em qualquer era histórica específica (Campbell & Herzberg, 2017; Reinarman & Granfield , 2015).

No entanto, fatores como a violência estrutural continuam a ser invisíveis quando comportamentos individuais - uso de drogas e dependência - são enquadrados "como o problema" (ênfase no original, Fraser, 2017, p. 133). No Canadá, o uso de drogas, em vez da violência estrutural em curso, é construído como um risco pelos serviços de proteção infantil. Dentro e fora do Canadá, as políticas de drogas são de gênero; políticas proibicionistas de drogas punitivas se cruzam com os esforços para reduzir direitos humanos e reprodutivos das mulheres e seu direito de criar seus próprios filhos. Os homens não estão sujeitos às mesmas formas sexuadas de regulação moral legal, médica e social que as mulheres experimentam em relação à sexualidade, gravidez, parto e maternidade. A violência do colonialismo, econômicas e sociais são dramáticas quando se trata de mulheres pobres, grávidas ou mães, principalmente, quando não são brancas e são identificadas como problemas sociais.

No Canadá, o risco de apreensão infantil é alto para mulheres que são suspeitas de uso de drogas ilegais. Desde o final da década de 1950, as mulheres pobres e não brancas no Canadá que usam drogas ilegais foram enquadradas pelos serviços de proteção à criança como mães inaptas e a apreensão infantil é a norma. Devido a histórias chocantes e sem fundamento sobre os "bebês do crack", nas décadas de 1980 e 1990, o uso de drogas ilegais pelas grávidas foi enquadrado pelo serviço de saúde como prejudicial aos fetos. As mulheres que também usam drogas foram e são tidas como duplamente desviantes, por violar a lei e transgredir as normas de gênero. As mulheres pobres, indígenas e negras no Canadá que usam, vendem ou importam drogas ilegais são mais propensas a serem criminalizadas e terem seus filhos apreendidos do que as mulheres brancas da classe média (Dell & Kilty, 2012; oyd B, 2015).

No Canadá a apreensão de crianças é feita por assistentes sociais para controlar famílias pobres. A apreensão da criança tem muitos resultados negativos, incluindo a dor e o sofrimento dos pais e membros da família que perdem a custódia de seus descendentes (Blackstock, Cross, George, Brown & Formsma , 2006; Boyd, 1999, 2015; Kenny, Barrington , & Green, 2015). Para mulheres pobres, indígenas e negras suspeitas de usarem drogas ilegais, a apreensão infantil é uma ameaça constante. Para algumas mães, especialmente aquelas que perdem permanentemente a custódia de seus filhos, o sofrimento é vitalício, assim como para as crianças separadas de suas famílias e entregues para sistemas de adoção e adotadas (John, 2016).

O risco de apreensão infantil é cresce devido desinformação e as mentiras em que se baseiam as políticas de proteção às crianças cujas mães são suspeitas de usarem drogas ilegais durante a gravidez. As mulheres continuam sofrendo discriminação sistêmica no Canadá. Isso ficou claro mais uma vez em 2014 devido aos testes de cabelo sobre uso de drogas realizados pela Motherisk Drug Testing Laboratory (MDTL) no Hospital Pediátrico de Toronto em Ontário. A revisão constatou que entre 2005 e 2015, a MDTL testou o cabelo de mais de 16.000 indivíduos sobre o consumo de drogas. Os resultados desses testes de drogas foram introduzidos como prova no tribunal familiar e penal e resultaram em perda temporária ou permanente da custódia de crianças. No entanto, descobriu-se, mais tarde, que os resultados do teste de cabelo para detectarem o uso de rogas não eram confiáveis e eram imprecisos (Lang, 2015). Enquanto isso, famílias foram dilaceradas devido aos resultados de testes de drogas não confiáveis. Embora uma comissão provincial de investigação tenha sido criada para rever os casos de Motherisk, apenas 1.271 casos em cada 16.000 foram revistos; assim, o sofrimento de todas as famílias e de seus filhos não foi totalmente resolvido (Beaman, 2018). A esmagadora maioria das pessoas submetidas ao teste do cabelo com drogas pelo MDTL eram mulheres pobres sob assistência social, em sua grande maioria mulheres indígenas e negras.

Contexto histórico

No Canadá, a mulher ideal é branca, heterossexual, materna e é adepta da moralidade e a sobriedade cristãs. (Backhouse, 1999; Boyd, 2015; Campbell, 2000). As mulheres que estão fora deste discurso, como pobres, indígenas

ou não brancas são consideradas como uma ameaça para a sociedade, um perigo para o feto se engravidarem e incapazes de serem mães e criarem seus próprios filhos. Embora suas histórias sejam diferentes, as indígenas e as não brancas no Canadá há muito experimentam a violência e a criminalização do Estado. Colonização, crenças cristãs ocidentais, ciência e teoria social, incluindo teoria eugênica, privilégios dedicados aos brancos e a ideologia da supremacia branca consideravam as não-brancas como não sendo totalmente humanas, estranhas à nação branca (Culhane , 1998; Maynard, 2017; Million, 2013; Razack , 1998, 2002; Thobani , 2007).

Mulheres negras no Canadá

Embora o Canadá não tenha desenvolvido uma economia baseada na escravidão como os Estados Unidos ou o Brasil, a escravidão era legal 1834 e os negros eram marginalizados tanto legalmente quanto socialmente (Maynard, 2017). As mulheres negras eram vistas como "sexualmente imorais", sendo alvos de estupro e violência sexual por homens brancos imunes as leis (Maynard, 2017: 44). Os historiadores apontam como o legado da escravidão ressoa no Canadá ainda hoje, incluindo a desvalorização da feminilidade negra (Ibid .; Backhouse, 1999). As primeiras leis antidrogas do Canadá (excluindo a regulamentação do álcool), promulgadas no início dos anos 1900, vinculavam os homens negros e chineses a drogas recém-criminalizadas, como opiáceos e cocaína (Murphy, 1922). Essas drogas e as pessoas que eram suspeitas de usá-las eram enquadradas como estranhas, perigosas e criminosas e uma ameaça às mulheres e homens brancos de moral cristão. Essas associações e a criminalização dos negros canadenses continuam ainda hoje (Chan & Chunn , 2014; Maannard, 2017). Embora as mulheres negras no Canadá sejam diversas, assim como todas as outras, elas são tratadas todas de uma mesma forma (Razack, 1998) como se fossem criminosas, estimulassem o uso de drogas e "comerciantes de drogas" (Boyd, 2006).

Mulheres indígenas no Canadá

Devido às relações de poder colonial e políticas neoliberais, em comparação com outras mulheres, as mulheres negras e indígenas no Canadá têm as maiores

taxas de pobreza. As mulheres indígenas são vistas há muito tempo como usuárias de drogas e "imorais" (Backhouse, 1999; Comack , 2012; Dell & Kilty , 2012; Monture - Angus, 1999 ; Marshall, 2015; Million, 2013) e e representam um risco maior do que quaisquer outras mulheres para seus filhos, temporariamente ou permanentemente apreendidos pelo Estado (Blackstock et al, 2006; Bennet t & Sadrehashemi, 2008; Monture, 1989). As mulheres indígenas também estão sujeitas a uma maior violência de gênero, discriminação e criminalização, tendo uma grande supressão de direitos, elevado percentual nas prisões canadenses e à separação de seus filhos (Anistia Internacional, 2004; Kubik , Bourassa, & Hampton, 2009; Marshall, 2015; Million, 2013: 7; Sapers , 2016).

Devido às práticas coloniais legais e sociais discriminatórias, incluindo, mas não restritas à *Lei Indiana* , escolas residenciais, bem-estar infantil e sistemas de justiça criminal, diversas mulheres indígenas lutaram para ter controle sobre seus próprios corpos, sua reprodução e o direito para criar seus próprios filhos (Blackstock et al., 2006; Kubik , Bourassa, & Hampton, 2009; Million, 2013; Monture -Angus, 1989). Como as escolas residenciais no Canadá existiram durante o período de 1950 até 1996, quando a última foi fechada, os serviços de assistência social tiveram esse longo período para controlarem e enquadrarem as famílias indígenas. Para muitos povos indígenas, justificativa do "bem-estar" Infantil é uma mentira e as escolas residenciais do Canadá tinham como objetivo maior "*a colonização desses povos e não uma preocupação em apoiar a segurança e o bem-estar das crianças e jovens indígenas*" (Blackstock et al., 2006: 6).

Na década de 1960, o fenômeno da apreensão infantil de crianças indígenas por assistentes sociais passou a ser chamado de ""60's Scoop", algo como "ação dos anos 60". Contra a vontade dos pais, crianças indígenas foram capturadas por assistentes sociais, com a ajuda da Real Polícia Montada do Canadá (RCMP), e colocados em lares adotivos que não tinham conexão com suas famílias, línguas, valores sociais e culturais. Muitas dessas crianças foram adotadas por famílias não indígenas dentro e fora do Canadá. Ao atingirem a idade adulta, muitos denunciaram a "*amargura, tristeza, vergonha e raiva com os impactos duradouros dos abusos físicos, sexuais e psicológicos durante o período em que estiveram em orfanatos*" ou em seus lares adotivos (John, 2016: 8). Ao invés de apoiarem os pais e seus filhos em suas casas, garantindo renda e acesso a moradia social e, aparentemente cegos para os danos associados à apreensão de crianças,

os assistentes sociais em todo o Canadá foram obrigados a prender crianças em "risco", incluindo o "risco" de uso de drogas maternas ou parentais.

Certamente crianças em risco precisam ser protegidas, no entanto, pesquisas demonstram que as categorias de risco são muitas vezes subjetivas e culturais, ao invés de neutras e dedicadas efetivamente ao bem-estar infantil. As categorias de risco também são medidas com base em gênero, classe e raças, especialmente em relação às mulheres suspeitas de usarem drogas ilícitas durante a gravidez ou a parentalidade (Boyd, 1999).

Em 1996, com a justificativa de proteger o feto, o Serviço da Criança e da Família de Winnipeg, Manitoba, internou uma jovem mulher indígena, acusada de usar solventes durante a gravidez, em uma residência pra tratamento de usuários de drogas ilícitas até que seu bebê nasceu. O caso foi para a Suprema Corte do Canadá, que determinou em 1997 que mulheres grávidas suspeitas de uso de drogas não podem ser forçadas ao tratamento por uso de drogas ou serem presas sob a justificativa de proteção ao feto (Northwest Area, 1997). No Canadá, o feto não é reconhecido como possuidor de "direitos jurídicos". Portanto, somente depois do nascimento uma criança reconhecida como uma cidadã que possui direitos. No entanto, o discurso dos direitos fetais e os grupos anti-aborto no Canadá continuam sendo uma ameaça aos direitos humanos e reprodutivos das mulheres (Boyd, 2015).

Nos EUA, as leis de "proteção" aos fetos e a crianças trazem consequências terríveis para as mulheres, mas, especialmente, para as mulheres que são suspeitos de serem usarias de drogas. Essas leis corroem os direitos humanos e reprodutivos das mulheres e seu direito de criar seus próprios filhos (Anistia Internacional, 2017; Boyd, 2015; Paltrow & Flavin, 2013; United Nations Report, 2017). Essas mulheres são vistas como um perigo para o feto e os direitos fetais superam os das mulheres. As mulheres também são vistas como um perigo para os seus filhos, assim, justificando a apreensão da criança e a supressão do direito de convívio familiar.

Perspectivas e Programas Alternativos

Ao invés de classificar as mulheres que também usam drogas como mães inadequadas que colocam seus filhos em risco, diversas pesquisas descobriram que

mulheres que também usam drogas podem ser tão boas mães quanto mulheres que NÃO usam drogas, levando-os a adotar com as mães estratégias para mitigar os danos (Hepburn, 1993 , 2002 ; Klee et al., 2002; Murphy e Rosenbaum, 1999; Olsen, Banwell, & Madden, 2014; val entine, Smyth, & Newland, 2018).

O uso de drogas em si não é o único fator que molda a vida familiar. Políticas sociais e econômicas neoliberais também produzem anomalias sociais (tais como leis punitivas para usuários de drogas, falta de moradia, condições de trabalho inadequados, ausência de assistência social) que produzem outros males sociais, dificultando o convívio familiar (Grusky et al., 2016). Além disso, pesquisadores críticos do uso de drogas, como Reinarman e Granfield (2015) deixam claro que a maior parte do uso de drogas (legal e ilegal) não é problemática. Nem o "uso problemático" é permanente, existem diversas trajetórias de ingresso e saída do mundo das drogas.

No entanto, o resultado e as consequências do uso de drogas são moldados pelo status social. Devido à criminalização, políticas de drogas punitivas e "*eixos de desigualdade social*", as pessoas pobres e marginalizadas que usam drogas sofrem mais (Reinarman & Granfield, p. 16). Pessoas pobres e marginalizadas que usam drogas ilegais não são mais propensas ao uso pesado de drogas; em vez disso, eles são criminalizados e discriminados, e carecem de apoio social, legal, econômico e de suporte no setor da saúde, que seus equivalentes mais ricos acessam. Como tal, as consequências das políticas punitivas de drogas e da violência estrutural são muitas vezes confundidas com as consequências do uso individual de drogas.

O uso de drogas é cultural e histórico, e a maneira como a sociedade responde a qualquer droga / planta pode mudar. Por exemplo, a cannabis foi criminalizada no Canadá em 1923 e seus usuários foram demonizados; no entanto, desde outubro de 2018, seu uso é legal e regulamentado. Em qualquer época, tivemos ideias equivocadas sobre substâncias específicas, como cannabis ou crack, e a imagem das pessoas que associamos a elas, moldaram as políticas de drogas.

Redução de danos, mulheres e suas famílias

Desde o final dos anos 80 e início dos anos 90, pesquisas e ações demonstram que serviços sociais e econômicos sem pré-julgamentos dedicados a

mulheres podem melhorar tanto os partos quanto o convívio familiar o que levou a implantação de programas de redução de danos para mulheres e crianças no Canadá e em outros paises (Hepburn, 1993, 2002). Estudos demonstraram que a marginalização e a falta de apoio social e econômico, bem como de assistência à saúde e pré-natal, interferem na saúde fetal, nos desfechos do parto e nos ambientes parentais. De fato, a pobreza (e não as drogas) é o maior risco para os bebês (Hospital Infantil da Filadélfia, 2013; Hurt et al., 2005, 2009). No entanto, o estado canadense não defendeu uma "guerra à pobreza". Em vez disso, o uso de drogas e o comportamento individual, em vez de violência estrutural ou racial, constituíram-se no problema do Estado Canadense e de políticas públicas dedicadas as crianças.

A fim de deter a política de apreensão infantil e a demonização de mulheres grávidas e mães que usam ou usaram drogas, o programa de redução de danos de base Drogas e Álcool de Apoio às Mulheres (DAMS) se estabeleceu em Vancouver, British Columbia em 1991. Naquela época, o tratamento de drogas e serviços de apoio eram baseados em abstinência e a quebra da abstinência resultava na proibição dos serviços. DAMS foi facilitada por Margaret Michaud (a coordenadora), Olive Phillips e eu.

A DAMS foi o primeiro programa no Canadá a oferecer serviços de redução de danos a mulheres grávidas, mães e seus filhos. Os serviços de redução de danos buscam fornecer serviços sem pré-julgamentos as mulheres que também usam drogas, minimizando os danos causados pelo uso de drogas. A abstinência não é a meta, embora seja vista como uma opção entre muitas outras. Portanto, o foco do programa de redução de danos da DAMS é centrado na mulher e foi a estabilização, apoio, educação, reunificação da família (já que quase todas as mulheres que vieram para a DAMS tiveram uma ou mais crianças apreendidas pelo estado) e aconselhamento. O programa ofereceu um círculo de cura e divulgação e também forneceu referências a apoios de saúde, sociais, legais e econômicos.

O que tornou a DAMS única no início dos anos 90 foi a advertência de que a "abstinência de drogas" não era central em seu mandato; em vez disso, o grupo acolheu as mulheres mais marginalizadas da cidade, mulheres que foram vistas como fracas em tratamento de drogas e maternidade. A maioria das mulheres que vieram para a DAMS eram pobres e indígenas - mulheres que sentiam o peso total das leis e políticas punitivas de drogas do Canadá, violência de gênero, colonialismo e políticas econômicas neoliberais.

As crianças também foram bem-vindas na DAMS, a creche fornecia as refeições quentes e eram preparadas em todas as reuniões e celebrações do grupo. Nesse ambiente acolhedor, as mulheres e suas famílias se uniram para apoiar umas às outras. A DAMS procurou defender e atender as necessidades das mulheres, conforme prioridade de cada uma. Portanto, se uma mulher esperava encontrar moradia ou reduzir o consumo de drogas ou entrar em um programa residencial de tratamento de drogas ou promover sua educação ou manter a custódia ou se reunir com seus filhos, a equipe e os colaboradores da DAMS procuravam fornecer apoio. Na década de 1990, a DAMS convidou a Dra. Mary Hepburn para nos visitar e falar sobre a clínica de serviços de saúde feminina e maternidade que ela montou em Glasgow, Escócia, em 1985 para gestantes e mães, serviços que podem ser descritos como serviços de redução de danos. Os serviços de redução de danos para gestantes e mães tem um atendimento contínuo em um ambiente sem julgamento e de apoio, e melhoraram tanto os resultados dos partos quanto a estabilidade da família (Abrahams, 2014; Hepburn, 1993, 2002). Além disso, em vez de encorajar a apreensão infantil, os programas de redução de danos para as mulheres apoiam a unidade familiar.

Alguns funcionários da DAMS (inclusive eu) e membros da diretoria visitaram os serviços da Dr. Hepburn em Glasgow e, em seguida, procuraram estabelecer serviços similares em Vancouver. A DAMS trabalhou em estreita colaboração com o Dr. Ron Abrahams (membro do conselho de diretores da DAMS) que prestava assistência médica a muitos clientes da DAMS. O Dr. Abrahams também visitou Glasgow e, em 2003, trabalhou para estabelecer a Unidade de Cuidados Combinados do ABC Women's Hospital, em Vancouver, British Columbia, a primeira unidade de redução de danos dedicada a mulher localizada em uma maternidade, do Canadá.

Com base nos programas de redução de danos dedicados a maternidade criados em Glasgow, Liverpool e Manchester, a Unidade de Cuidados Combinados da Fir Square [67] continua a oferecer assistência para o pré-parto e pós-parto às mulheres que desejam "*estabilizar ou retirar-se do consumo de drogas durante a gravidez usando a abordagem de redução de danos*" (Payne, 2007, p. 59). A Fir

67 A Fir Square trabalha com o programa comunitário Sheway, criado em 1993. O Sheway é um programa de extensão de gravidez, localizado no bairro mais pobre de Vancouver, o Downtown Eastside. Desde 1993, a Sheway continua a oferecer serviços sociais e de saúde para mulheres grávidas, mães que também usam drogas e seus filhos. Há também um componente habitacional de suporte disponível para algumas mulheres e seus filhos (Abrahams, 2014).

Square inclui uma equipe multidisciplinar, composta de médicos, enfermeiros, assistente social, consultores sobre o consumo de álcool e outras drogas (legais e ilegais), nutricionista e outros, mas, infelizmente, o serviço de parteira, tão essencial, não foi incluído. Em Glasgow, Liverpool e Manchester, as parteiras tem um papel central no atendimento as mulheres.

Enquanto em muitas maternidades Canadense a separação dos bebês (filhos de mulheres que também usaram drogas durante a gravidez) de suas mães é um procedimento padrão, na Fir Square os bebês permanecem no mesmo quarto que as suas mães. Além disso, a unidade hospitalar Fir Square é uma "zona livre de apreensão" (Abrahams et al., 2010).

O foco dos programas de redução de danos para gestantes e mães (e seus filhos) é oferecer um espaço sem pré-julgamentos e acolhedor que ofereça suporte social e de saúde. Os profissionais de redução de danos observam que o uso de drogas é apenas um fator que molda a vida de uma mulher, sua gravidez e sua família.

O uso de drogas também é mediado pelo ambiente social de uma mulher e seu status social, assim como sua gravidez.

Pesquisas demonstraram consistentemente que o ambiente social é tão ou mais importante em relação ao desenvolvimento infantil do que a exposição pré-natal a drogas ilegais. Isto é facilmente ilustrado comparando os vários suportes disponíveis para mulheres em diferentes países. Por exemplo, em muitas nações, a assistência médica universal e apoio social e econômico são oderecidos. Em contraste, nos Estados Unidos, a assistência médica é privatizada e muitas mulheres pobres e da classe trabalhadora permanecem sem seguro; portanto, eles são incapazes de se beneficiar plenamente dos cuidados pré-natais e pós-natais. No Canadá, os cuidados de saúde são financiados publicamente; assim, os cuidados pré-natais e pós-natais estão disponíveis para todas as mulheres.

A fim de melhorar os resultados do parto e da vida familiar, podemos nos esforçar para fornecer a todas as mulheres e suas famílias, incluindo mulheres suspeitas de também usarem drogas, com apoios médicos, sociais e econômicos financiados publicamente que sejam amigáveis e adequados às suas necessidades. Podemos nos esforçar para apoiar as famílias em vez de destruí-las. Os danos da apreensão infantil são muitos e os benefícios das crianças que permanecem em casa e nas suas comunidades com os pais e / ou família estendida nunca devem ser esquecidos (John, 2016; Sinha & Kozlowski, 2013).

Hora de mudar

Em todo o mundo, muitas mulheres pobres e da classe trabalhadora suspeitas de também usarem drogas são vulneráveis à apreensão e criminalização infantil, especialmente mulheres não brancas e indígenas (Kensey, Stengel, Nougier e Birgin, 2012; Malinowska-Sempruch & Rychkova, 2015; Wola et al., 2016). As famílias são separadas em vez de apoiadas.

As mulheres também são vulneráveis à discriminação de gênero, estigma, prisão e perda de liberdade, morte por overdose, erosão dos direitos reprodutivos e humanos, falta de assistência médica universal ou cuidados de saúde adequados e falta de serviços de redução de danos. Os corpos das mulheres e de seus filhos há muito são o terreno para promover leis e políticas punitivas sobre drogas que cruzam com o colonialismo, políticas neoliberais e violência de gênero. Ainda assim, ativistas sociais, judiciais e políticos em todo o mundo estão lutando por mudanças.

É hora de abordar a violência histórica e a injustiça da proibição das drogas em nível local, nacional e internacional.

É hora de acabar com o sofrimento das mulheres marginalizadas e de suas famílias. Também é hora de acabar com a demonização de mulheres e mães que também usam drogas, com a consequente destruição de suas famílias.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Beth Abbot pelos seus comentários editoriais. Também gostaria de agradecer ao Paulo Silveira pelo seu incrível ativismo e por me encorajar a escrever este capítulo.

Author

Susan Boyd, PhD
Distinguished Professor
Faculty of Human & Social Development
University of Victoria
Victoria, BC
Canada, V8W 2Y2
Email: scboyd@uvic.ca / http://susancboyd.ca

Women, drugs, and child apprehension

In and outside of Canada, drug policies are gendered; punitive drug prohibitionist policies intersect with efforts to curtail women's human and reproductive rights, and their right to raise their own children. The risk of child apprehension is high for women who are suspected of illegal drug use. Rather than tearing families apart, non-judgmental harm reduction services for women, and social and economic supports, can improve both birth outcomes and family stability.

Keywords

Women, drug policy, harm reduction, child apprehension, gendered violence, family unity

Women, drugs, and child apprehension

Susan Boyd

Globally, the impact of drug use is shaped by social status and the level of punitive control through legal, social, and medical regulation in any specific historical era (Campbell & Herzberg, 2017; Reinarman & Granfield, 2015). However, factors such as structural violence continue to remain invisible when individual behaviours – drug use and addiction – are framed "*as the problem*" (emphasis in original, Fraser, 2017, p. 133). In Canada, drug use, rather than ongoing structural violence, is constructed as a risk by child protection services. In and outside of Canada, drug policies are gendered; punitive drug prohibitionist policies intersect with efforts to curtail women's human and reproductive rights, and their right to raise their own children. Men are not subject to the same gendered forms of interlocking legal, medical, and social service moral regulation that women experience in relation to sexuality, pregnancy, birth, and mothering. The violence of colonialism and economic and social policies are dramatically overlooked when poor, pregnant women and mothers are constituted as social problems, especially women of colour.

In Canada, the risk of child apprehension is high for women who are suspected of illegal drug use. Since the late 1950s, poor and racialized women in Canada who use criminalized drugs have been framed by child protection services as unfit mothers, and child apprehension is the norm. Due to lurid and unsubstantiated stories about "crack babies" [(68)], in the 1980s and 1990s, maternal drug use outside of a doctor's orders was also equated with fetal abuse. Women who use drugs were and are constructed as doubly deviant, for breaking the law and for transgressing gender norms. Poor, Indigenous and Black women in Canada who use, sell, or import drugs are more likely than white middle class women to be constructed as criminal offenders and to have their children apprehended (Dell & Kilty, 2012; Boyd, 2015).

Child apprehension is one intervention wielded by social workers in Canada to regulate poor families. Child apprehension has many negative outcomes though,

68 See in "Crack Babies: a tale from the drug wars" https://www.nytimes.com/video/booming/100000002226828/crack-babies-a-tale-from-the-drug-wars.html

including the pain and suffering of parents and family members who lose custody of their child[ren] (Blackstock, Cross, George, Brown, & Formsma, 2006; Boyd, 1999, 2015; Kenny, Barrington, & Green, 2015). For poor, Indigenous, and Black women suspected of using illegal drugs, child apprehension is a constant threat. For some mothers, especially those who permanently lose custody of their children, the suffering is lifelong. So too for children separated from their families and forced into foster care systems and adopted out (John, 2016).

The risk of child apprehension is high due to misinformation and enduring myths that inform child protection policies about pregnant women and mothers suspected of using drugs; therefore, women continue to experience systemic discrimination in Canada. This was made clear once again in 2014 through an independent review of hair drug testing practices conducted by Motherisk Drug Testing Laboratory (MDTL) at Toronto's Hospital for Sick Kids in Ontario. The review found that between 2005 and 2015, MDTL tested the hair of more than 16,000 individuals for drug consumption. The results of these drug tests were introduced as evidence in family and criminal court and resulted in both temporary and permanent loss of custody of children. Yet, it was later discovered that the drug hair testing results were unreliable and inaccurate (Lang, 2015). Meanwhile, families were torn apart due to the unreliable drug testing results. Even though a provincial commission of inquiry was established to further review Motherisk cases, only 1,271 cases out of 16,000 were reviewed; thus the suffering of all of the families and their children were not fully addressed (Beaman, 2018). The overwhelming majority of people subjected to drug hair testing by MDTL were poor women on social assistance, and Indigenous and Black women were overrepresented (Boyd, in print).

Historical Context

In Canada, the ideal woman has been constructed as white, middle-class, moral, sober, maternal, and heterosexual (Backhouse, 1999; Boyd, 2015; Campbell, 2000). Women who fall outside of this discourse, such as poor, Indigenous, and women of colour, are constructed as a threat to the nation, a danger to the developing fetus, and incapable of mothering and raising their own children. Although their histories differ, Indigenous and people of colour in Canada have

long experienced state violence and criminalization. Colonization, western Christian beliefs, science and social theory, including eugenics theory, white privilege and white supremacy construct nonwhite people as not fully human, outsiders to the white nation (Culhane, 1998; Maynard, 2017; Million, 2013; Razack, 1998, 2002; Thobani, 2007).

Black women in Canada

Although Canada did not develop an economy based on slavery like the United States or Brazil, slavery was legal until 1834 and Black Canadians were subject to both legal and social marginalization (Maynard, 2017). Black women were seen as "sexually immoral," serving to make their vulnerability to rape and sexual violence by white men invisible (Maynard, 2017: 44). Historians point to how the legacy of slavery resonates in Canada today, including the devaluation of Black womanhood (Ibid.; Backhouse, 1999). Canada's first drug laws (excluding alcohol regulation) enacted in the early 1900s were precipitated by linking Black and Chinese men with newly criminalized drugs such as opiates and cocaine (Murphy, 1922). These drugs and the people suspecting of using them were framed as outsiders, dangerous and criminal, and a threat to moral Christian white women and men. These associations and the criminalization of Black Canadians continue today (Chan & Chunn, 2014; Maynard, 2017). Although Black women in Canada are diverse, they are essentialized (Razack, 1998) and constructed as criminals, drug offenders, and "drug mules" (Boyd, 2006).

Indigenous women in Canada

Due to colonial power relations and neoliberal policies, in comparison to other women, both Black and Indigenous women in Canada have the highest rates of poverty. Indigenous women have long been constructed as drug users and "offenders" (Backhouse, 1999; Comack, 2012; Dell & Kilty, 2012; Monture-Angus, 1999; Marshall, 2015; Million, 2013) and are at higher risk than any other women of having their children temporarily or permanently apprehended by the state (Blackstock et al., 2006; Bennett & Sadrehashemi, 2008; Monture, 1989). Indigenous women are also subject to greater gender

violence, discrimination, and criminalization leading to their overrepresentation in Canadian jails and prisons and separation from their children (Amnesty International, 2004; Kubik, Bourassa, & Hampton, 2009; Marshall, 2015; Million, 2013: 7; Sapers, 2016).

Due to colonial legal and social discriminatory practices, including, but not restricted to, the *Indian Act*, residential schools, and child welfare and criminal justice systems, diverse Indigenous women have fought to have control over their own bodies, their reproduction, and the right to raise their own children (Blackstock et al., 2006; Kubik, Bourassa, & Hampton, 2009; Million, 2013; Monture-Angus, 1989). As residential schools in Canada began to close in the 1950s (the last one closed in 1996), social work services began to regulate Indigenous families. However, for many Indigenous people, child welfare continues to be seen as an "agent of colonialism rather than a support to the safety and well-being of Indigenous children and youth" (Blackstock et al., 2006: 6).

In the 1960s, the phenomenon of child apprehension of Indigenous children by social workers is now referred to as the "60's Scoop." Against the will of parents, Indigenous children were apprehended by social workers with the help of the Royal Canadian Mounted Police (RCMP), and placed in foster care homes that had no connection with their families, languages, and social and cultural values. Many of these children were adopted out to non-Indigenous families in and outside of Canada. Upon reaching adulthood, they have communicated their "bitterness, sadness, shame and anger at the enduring impacts from physical, sexual, and psychological abuses while in foster care" and in their adoptive homes (John, 2016: 8). Rather than provide better supports for parents and their children in their homes, such as guaranteed incomes and access to social housing, and seemingly blind to the harms associated with child apprehension and foster care placement, social workers throughout Canada are mandated to apprehend children at "risk," including risk of maternal or parental drug use. Certainly children at risk do need to be protected; yet, research demonstrates that risk categories are oftentimes subjective and cultural, rather than neutral and scientific. Risk categories are also gendered, class-based, and racialized measurements, especially in relation to women suspected of using illicit drugs when pregnant or parenting (Boyd, 1999).

In 1996, in order to protect the fetus, the Child and Family Services in Winnipeg, Manitoba sought to force a young Indigenous woman accused of using

solvents during her pregnancy into residential drug treatment until her baby was born. The case went to the Supreme Court of Canada, which ruled in 1997 that pregnant women suspected of drug use cannot be forced into drug treatment or imprisoned in order to protect the fetus (Winnipeg Child and Family Services [Northwest Area] v G. [D.F.], 1997). In Canada, the unborn fetus is not recognized as possessing "legal personhood." Therefore, only at birth is a child recognized as a legal person possessing rights. Nevertheless, fetal rights discourse and anti-abortion moral reformers in Canada continue to be a threat to women's human and reproductive rights (Boyd, 2015).

In the U.S., the legal designation of fetal personhood, third-party assault legislation, criminal child abuse laws, and civil commitment laws have terrible consequences for all women, but especially for women who are suspected of using drugs. These laws erode women's human and reproductive rights and their right to raise their own children (Amnesty International, 2017; Boyd, 2015; Paltrow & Flavin, 2013; United Nations Report, 2017). Women are constructed as a danger to the fetus, and fetal rights supersede those of women. Women are also constructed as a danger to their live children, thus justifying child apprehension and the tearing apart of the family.

Alternative Perspectives and Programs

Rather than construct women who use drugs as poor parents, and their children at risk, research findings conclude that many women who use illegal drugs are adequate parents and, like non-drug using parents, adopt strategies to mitigate harm (Hepburn, 1993, 2002; Klee et al., 2002; Murphy & Rosenbaum, 1999; Olsen, Banwell, & Madden, 2014; valentine, Smyth, & Newland, 2018). Drug use in and of itself does not equal risk, nor is it the only factor that shapes family life. Neoliberal social and economic policies also reproduce social inequality and other social ills (such as punitive drug laws, homelessness, and inadequate wages and social benefits) that make parenting difficult for families (Grusky et al., 2016). In addition, critical drug researchers, such as Reinarman and Granfield (2015) make clear that most drug use (legal and illegal) is unproblematic. Nor is "problematic use" fixed; rather, there are multiple trajectories in and out of drug use. However, the outcome and consequences of one's drug use are shaped

by social status. Due to criminalization, punitive drug policies, and "axes of social inequality," poor and marginalized people who use drugs suffer the most (Reinarman & Granfield, p. 16). Poor and marginalized people who use illegal drugs are not more prone to heavy drug use; rather, they are criminalized and discriminated against, and lack social, health, legal, and economic supports that their wealthier counterparts can access. As such, the consequences of punitive drug policies and structural violence are often mistaken for the consequences of individual drug use.

Drug use is both cultural and historical, and the way that society responds to any given drug/plant can shift. For example, cannabis was criminalized in Canada in 1923 and the plant and cannabis users were demonized; however, since October 2018 the plant is legal and regulated. In any given era, our oftentimes-flawed ideas about specific substances, such as cannabis or crack, and the people we associate with them, shape drug policies.

Harm Reduction, Women, and their Families

Since the late 1980s and early 1990s, research demonstrating that social, economic, and non-judgmental maternal services for women can improve both birth outcomes and family stability led to the establishment of harm reduction programs for women and children in Canada and elsewhere (Hepburn, 1993, 2002). Studies demonstrated that marginalization and lack of social and economic support, as well as health and prenatal care, shape fetal health, birth outcomes, and parenting environments. In fact, poverty, not drugs, is the greater risk to infants (Children's Hospital of Philadelphia, 2013; Hurt et al., 2005, 2009). Yet, the Canadian state has not advocated for a "war on poverty." Rather, drug use and individual behaviour (failure to be abstinent), rather than structural violence or racial injustice, has been constituted as the problem by the Canadian state and child protection agencies.

In order to stem the tide of child apprehension and the demonization of pregnant women and mothers who use or have used drugs, the grassroots harm reduction program Drug and Alcohol Meeting Support for Women (DAMS) set up shop in Vancouver, British Columbia in 1991. At that time, drug treatment and support services were abstinence-based, and failure to maintain abstinence resulted

in being banned from services. DAMS was facilitated by Margaret Michaud (the coordinator), Olive Phillips, and myself. DAMS was the first program in Canada to offer harm reduction services to pregnant women, mothers, and their children. Harm reduction services seek to provide practical, non-judgmental services that minimize drug related harm while providing support. Abstinence is not the goal, although it is viewed as one option among many others. Therefore, the focus of DAMS' woman-centred harm reduction program was stabilization, support, education, reunification of the family (as almost all of the women who came to DAMS had one or more children apprehended by the state), and counseling. The program offered a healing circle and outreach, and also provided referrals to health, social, legal, and economic supports.

What made DAMS unique in the early 1990s was the caveat that "abstinence from drugs" was not central to its mandate; rather the group welcomed the most marginalized women in the city, women who were seen as failing in drug treatment and mothering. The majority of women who came to DAMS were poor and Indigenous – women who felt the full brunt of Canada's punitive drug laws and policies, gendered violence, colonialism, and neo-liberal economic policies. Children were also welcome at DAMS, day care was provided, and hot meals were prepared at all group meetings and celebrations. In this welcoming environment, women and their families came together to support one another. DAMS sought to advocate for and meet the needs of the women, as prioritized by each woman. Therefore if a woman hoped to find housing, or reduce drug consumption, or enter a drug treatment residential program, further her education, or maintain custody or reunite with her children, the DAMS staff and clients sought to provide support. In the 1990s, DAMS invited Dr. Mary Hepburn to visit the group to talk about the Women's Health Care Services clinic and maternity ward that she set up in Glasgow in 1985 for pregnant women and mothers, services that can be described as harm reduction services. Harm reduction services for pregnant women and mothers that provide a continuum of care in a supportive non-judgmental setting improve both maternal outcomes and family stability (Abrahams, 2014; Hepburn 1993, 2002). Furthermore, rather than encourage child apprehension, harm reduction programs for women support family unity.

Some DAMS staff (including myself) and members of the board of directors visited Dr. Hepburn's services in Glasgow and then sought to establish similar

services in Vancouver. DAMS worked closely with Dr. Ron Abrahams (a member of the board of directors of DAMS) who was providing health care to many DAMS clients. Dr. Abrahams also visited Glasgow, and in 2003 worked to establish the BC Women's Hospital, Fir Square Combined Care Unit in Vancouver, British Columbia, Canada's first woman-centred harm reduction maternity unit.

Drawing from maternity harm reduction programs set up in Glasgow, Liverpool, and Manchester, the Fir Square Combined Care Unit continues to offer antepartum and postpartum care to women who wish "to stabilize or withdraw from drug use during pregnancy using a woman-centred, harm reduction approach" (Payne, 2007, p. 59). Fir Square includes a multidisciplinary team, including physicians, nurses, a social worker, alcohol and drug counselors, a nutritionist, and others. (Unfortunately, the central role of midwives was not replicated in Fir Square, whereas in Glasgow, Liverpool, and Manchester, midwives play a central role). Where separation of infants prenatally exposed to drugs is standard care in many Canadian maternity wards, at Fir Square, babies room in with their mothers. In addition, the Fir Square hospital unit is an "apprehension free zone" where mothers and their infants remain together and are offered numerous supports (Abrahams et al., 2010). Fir Square works with the community program Sheway, set up in 1993. Sheway is a pregnancy outreach program, located in Vancouver's poorest neighbourhood, the Downtown Eastside. Since 1993, Sheway continues to offer health and social services to pregnant women, mothers who use(d) drugs, and their children. There is also a supportive housing component available to some women and their children (Abrahams, 2014).

The focus of harm reduction programs for pregnant women and mothers (and their children) is to offer a non-judgmental and welcoming space that provides social and health supports. Harm reduction practitioners note that drug use is only one factor that shapes a woman's life, her pregnancy, and her family. Drug use is also mediated by a woman's social environment and her social status, as is her pregnancy. Research has consistently demonstrated that the social environment is just as, or possibly more, important in relation to infant development than prenatal exposure to illegal drugs. This is easily illustrated by comparing the various supports available to women in different countries. For example, in many nations, universal health care and social and economic supports are provided. In contrast, in the United States, health care is privatized and many

poor and working class women remain uninsured; therefore, they are unable to benefit fully from antenatal and postnatal care. In Canada, health care is publically funded; thus, antenatal and postnatal care is available to all women. In order to improve birth outcomes and family life, we can strive towards providing all women and their families, including women suspected of drug use, with publicly funded medical, social, and economic supports that are friendly and appropriate to their needs. We can strive to support families rather than tearing them apart. The harms of child apprehension are many and the benefits of children remaining at home and in their communities with their parents and/or extended family should never be overlooked (John, 2016; Sinha & Kozlowski, 2013).

Time for a Change

Globally, many poor and working class women suspected of using drugs are vulnerable to child apprehension and criminalization, especially Indigenous women and women of colour (Kensey, Stengel, Nougier, & Birgin, 2012; Malinowska-Sempruch & Rychkova, 2015; Wola et al., 2016). Families are torn apart rather than supported. Women are also vulnerable to gender discrimination, stigma, arrest and imprisonment, overdose death, eroding reproductive and human rights, lack of universal health care or adequate health care, and lack of harm reduction services. Women's bodies and those of their children have long been the terrain to further punitive drug laws and policies that intersect with colonialism, neo-liberal policies, and gendered violence. Yet, social activists and some politicians around the world are demanding change. It is time to address the historic violence and injustice of drug prohibition at the local, national, and international level. It is time to end the suffering of marginalized women and their families. It is also time to end the demonization of women and mothers who use[d] drugs – and the tearing apart of their families.

Acknowledgements

I would like to thank Beth Abbot for her editorial comments. I would also like to thank Paulo Silveira for his amazing activism and for encouraging me to write this chapter.

Bibliography

Abrahams, R. (2014, May 17). "Mothering" Why? How?" Presented at Challenging Drug Prohibition and the Regulation of Reproduction and Mothering. Vancouver, BC.

Abrahams, R., MacKay-Dunn, M., Nevmerjitskaia, V., MacRae, G. Payne, S., & Hodgson, Z. (2010). An evaluation of rooming-in among substance-exposed newborns in British Columbia. Journal of Obstetrics and Gynaecology Canada, 32(9), 866–871.

Amnesty International. (2004). Stolen sisters: A human rights response to discrimination and violence against Indigenous women in Canada. Retrieved 18 December 2017 from http://www.amnesty.ca/campaigns/sisters_overview.php

Amnesty International. (2017). Criminalizing pregnancy: Policing women who use drugs in the U.S.A. London: Author. Retrieved 11 December 2017 from https://www.amnestyusa.org/reports/criminalizing-pregnancy-policing-pregnant-women-use-drugs-usa/

Backhouse, C. (1999). Colour-coded: A legal history of racism in Canada, 1900–1950. Toronto: University of Toronto Press.

Beaman, J. (2018). Harmful impacts: The reliance on hair testing in child protection. Report of the Motherisk Commission. Retrieved 1 March 2018 from https://motheriskcommission.ca/en/

Bennett, D., & Sadrehashemi, L. (2008). Broken promises: Parents speak about B.C.'s child welfare system. Vancouver, B.C.: Pivot Legal Society.

Blackstock, C., Cross, T., George, J., Brown, I., & Formsma, J. (2006). Reconciliation in child welfare: Touchstones of hope for Indigenous children, youth, and families. Ottawa, ON, Canada: First Nations Child & Family Caring Society of Canada / Portland, OR: National Indian Child Welfare Association. Retrieved 18 December 2017 from http://www.fncaringsociety.com/sites/default/files/docs/Touchstones_of_Hope.pdf

Boiteux, L. (2015). The incarceration of women for drug offences. The Research Consortium on Drugs and the Law. Retrieved 11 December 2017 from http://www.drogasyderecho.org/index.php/en/publications

Boyd, S. (1999). Mothers and illicit drugs: Transcending the myths. Toronto: University of Toronto Press.

Boyd, S. (2006). Representations of women in the drug trade. In G. Balfour and E. Comack (Eds.), Criminalizing women (pp. 131–151). Halifax: Fernwood.

Boyd, S. (2015, 2nd edition). From witches to crack moms: Women, drug policy, and law. Durham, NC: Carolina Academic Press.

Boyd, S. (in print). Gendered drug policy: Motherisk and the regulation of mothering in Canada. International Journal of Drug Policy.

Campbell, N. D. (2000). Using women: Gender, drug policy, and social justice. New York, NY: Routledge.

Campbell, N., & Herzberg, D. (2017). Gender and critical drug studies: An introduction and an invitation. Contemporary Drug Problems, 44(4), 251–264.

Chan, W., & Chunn, D. (2014). Racialization, crime, and criminal justice in Canada. Toronto: University of Toronto Press.

Children's Hospital of Philadelphia. (2013, Oct 21). Poverty more damaging than gestational drug exposure. Neonatology Update. Philadelphia: Author. Retrieved 9 January 2018 from http://www.chop.edu/news/poverty-more-damaging-gestational-drug-exposure

Culhane, D. (1998). The pleasure of the crown: Anthropology, law and First Nations. Burnaby, BC: Talon Books.

Dell, C., & Kilty, J. (2012). The Creation of the expected Aboriginal women drug offender in Canada: Exploring relations between victimization, punishment, and cultural identity. International Review of Victimology, 19(1), 51–68.

Grusky, D., Mattingly, M., & Varner, C. (Eds.) (2016). State of the union: The poverty and inequality report. Pathways. CA: Stanford Center on Poverty and Inequality. Retrieved 1 December 2017 from www.inequality.com

Hepburn, M. (1993). Drug use in pregnancy. British Journal of Hospital Medicine, 49(1), 51–55.

Hepburn, M. (2002). Providing care for pregnant women who use drugs: The Glasgow Women's Reproductive Health Service. In H. Klee, M. Jackson, & S. Lewis (Eds.), Drug misuse and motherhood (pp. 250–260). London: Routledge.

Hurt, H., et al. (2005). School performance of children with gestational cocaine exposure. Neurotoxicology and Teratology, 27, 203–211.

Hurt, H., et al. (2009). Children with and without gestational cocaine exposure: A neurocognitive systems analysis. Neurotoxicology and Teratology, doi:10.1016/j.ntt.2009.08.002.

John, E. (2016). Indigenous resilience, connectedness and reunification – from root causes to root solutions. Retrieved 10 April 2018 from http://fns.bc.ca/wp-content/uploads/2017/01/Final-Report-of-Grand-Chief-Ed-John-re-Indig-Child-Welfare-in-BC-November-2016.pdf

Kenny, K., Barrington, C., & Green, S. (2015). "I felt for a long time like everything beautiful in me had been taken out": Women's suffering, remembering, and survival following the loss of child custody. International Journal of Drug Policy, 26, 1158–1166.
Kensy, J., Stengel, C., Nougier, M., & Birgin, R. (2012). Drug policy and women: Addressing the negative consequences of harmful drug control. London: International Drug Policy Consortium. Retrieved 6 March 2018, from https://www.grea.ch/sites/default/files/drug-policy-and-women-addressing-the-consequences-of-control.pdf

Klee, H., Jackson, M., & Lewis, S. (Eds.). (2002). Drug misuse and motherhood. London: Routledge.

Kubik, W., Bourassa, C., & Hampton, M. (2009). Stolen sisters, second class citizens, poor health: The legacy of colonization in Canada. Humanity & Society, 33, 18–34.

Lang, S. (2015). Report of the Motherisk Hair Analysis Independent Review (Toronto: Ministry of the Attorney General. Retrieved 20 December 2015 from https://www.attorneygeneral.jus.gov.on.ca/english/about/pubs/lang/

Malinowska-Sempruch, K., & Rychkova, O. (2015). The impact of drug policy on women. New York, NY: Open Society Foundations.

Marshall, S. (2015) Canadian Drug Policy and the Reproduction of Indigenous Inequities. The International Indigenous Policy Journal, 6(1), Article 7.

Maynard, R. (2017). Policing Black lives: State violence in Canada from slavery to the present. Winnipeg: Fernwood.

Mendleson, R. (March 8, 2018). Indigenous leader blasts Ontario's Motherisk review as "secretive," says his people were ignored. The Star. Retrieved 8 March 2018 from https://www.thestar.com/news/gta/2018/03/08/indigenous-leader-blasts-ontarios-motherisk-review-as-secretive-says-his-people-were-ignored.html

Monture, P. (1989). A vicious circle: Child welfare and the First Nations. Canadian Journal of Women & The Law, 3, 1–17.

Monture-Angus, P. (1999). Women and risk: Aboriginal women, colonialism and correctional practice. Canadian Women's Studies, 19(2): 24–29.

Murphy, S., & Rosenbaum, M. (1999). Pregnant women on drugs: Combating stereotypes and stigma. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Olsen, A., Banwell, C., & Madden, A. (2014). Contraception, punishment and women who use drugs. BMC Women's Health, 14(5).

Paltrow, L., & Flavin, J. (2013). Arrests of and forced interventions on pregnant women in the United States, 1973–2005: Implications for women's legal status and public health. Journal of Health Politics, Policy and Law, 38(2), 299–343.

Payne, S. (2007). Caring not curing: Caring for pregnant women with problematic substance use in an acute-care setting: A multidisciplinary approach. In S. Boyd and L. Marcellus (Eds.), With child: Substance use during pregnancy, a woman-centred approach (pp. 56–69). Halifax: Fernwood.

Razack, S. (1998). Looking white people in the eye: Gender, race, and culture in courtrooms and classrooms. Toronto: University of Toronto Press.

Reinarman, C., & Granfield, R. (2015). Addiction is not just a brain disease: Critical studies of addiction. In R. Granfield and C. Reinarman (Eds.), Expanding addiction: critical essays (pp. 1–21). New York: Routledge.

Sapers, H. (2016. Annual report of the office of the correctional investigator, 2015–2016. Government of Canada: Office of the Correctional Investigator. Retrieved June 1, 2017, from, http://www.oci-bec.gc.ca/cnt/rpt/index-eng.aspx

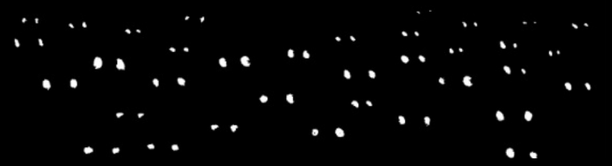
Sinha, V., & Kozlowski, A. (2013). The Structure of Aboriginal Child Welfare in Canada. The International Indigenous Policy Journal, 4(2), 1–21.

UN Human Rights Council. (2017). Report of the Working Group of Experts on People of African Descent on its mission to Canada. Retrieved 16 August 2017 from http://www.refworld.org/docid/59c3a5ff4.html

Valentine, K., Smyth, C., & Newland, J. (2018). "Good enough" parenting: Negotiating standards and stigma. International Journal of Drug Policy. https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2018.07.009

WOLA, et al. (2016). Women, drug policy, and incarceration. Retrieved 23 April 2018 from https://www.wola.org/wp-content/uploads/2016/02/Women-Drug-Policies-and-Incarceration-Guide_Final.pdf

PARTE 2



O SEQUESTRO DE DESCENDENTES DE FAMÍLIAS SEM CAPACIDADE DE REIVINDICAÇÃO DE SEUS DIREITOS



Mães órfãs de seus filhos: vozes que gritam por seus direitos

Autoras

Adriana Fernandes Carajá

Enfermeira e Aluna do Mestrado de Promoção a Saúde e Prevenção de Violências da UFMG. E-mail: drifernandes26@yahoo.com.br

Alzira de Oliveira Jorge

Médica e Professora da Faculdade Medicina da UFMG. E-mail: alziraojorge@gmail.com

Monica Garcia Pontes

Bióloga, gestora de serviços de saúde e Aluna do Mestrado de Promoção a Saúde e Prevenção de Violências da UFMG. E-mail: monicagpontes78@gmail.com

Sonia Lansky

Pediatra e epidemiologista, Secretaria Municipal de Saúde e mestrado profissional de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina / UFMG
E-mail: sonialansky@gmail.com

Resumo

Experiências dolorosas de separação de mães e filhos têm ocorrido no território brasileiro com a anuência do Estado e da sociedade. O objetivo deste texto é apresentar uma reflexão a partir de narrativas de mães que tiveram seus filhos retirados compulsoriamente pelo Estado e também de trabalhadores que acompanharam a trajetória dessas mães. Tratam-se de informações analisadas pelo Observatório de Políticas e Cuidado em Saúde de BH e que constituem parte de um estudo realizado por uma Rede de Observatórios que investiga políticas públicas de saúde no Brasil. Foram analisados trechos de narrativas de mulheres que sofreram violação do direito de ser mãe, quando o Estado brasileiro interfere nessas vidas e nesses corpos ao determinar a separação. Mães abandonadas pelas políticas públicas assistem seus bebês encaminhados para adoção de forma a se adequarem a um modo de vida de interesse do mercado e modo capitalista contemporâneo. As riquezas reveladas nas narrativas trazem visibilidade e dizibilidade a diversas formas de violência que se abatem sobre essas mulheres e crianças, desvelando possibilidades de produção do cuidado que transbordam os diversos modos de existência.

Palavras-chave

Mulheres, Mães, Direitos Humanos, Politica Pública, Violência, Vulnerabilidade Social.

Mães órfãs de seus filhos: vozes que gritam por seus direitos

Adriana Fernandes Carajá
Alzira de Oliveira Jorge
Monica Garcia Pontes
Sonia Lansky

Inquietações Iniciais

Experiências dolorosas de separação de mães de seus filhos têm sido denunciadas no Brasil por movimentos sociais, Conselhos de Direitos, Conselhos de Classes, além de universidades, Defensoria Pública e outras instituições governamentais e não governamentais. Trata-se de uma problemática vivenciada por mulheres que não se enquadram nos projetos hegemônicos de vida da sociedade capitalista contemporânea e que, por isso, perdem seus filhos para o Estado, de forma oficial e extra-oficial, sob argumentos refutáveis de proteção da sociedade.

Alguns exemplos históricos, como a separação de filhos de mulheres atingidas pela hanseníase, as acometidas por tuberculose, as que vivem em sofrimento mental e são excluídas do convívio social, demostram que ações higienistas como essas marcam as vidas de pessoas muitas vezes de forma irreparável (KARMALUK *et al*, 2018). Lacunas de cuidado e violação de direitos apontam situações de violências a essas cidadãs. Nesse contexto, discutir o tema e dar visibilidade à segregação e discriminação a que essas mães são submetidas pode contribuir para ampliar discussões acerca das lógicas que envolvem situações de violação de direitos e, nessa trilha, buscar medidas que possam promover proteção a mulheres e crianças em vulnerabilidade social.

Este texto apresenta um exercício de análise de trechos de narrativas que mostram, em distintos períodos e territórios, situações de separação compulsória de mulheres e seus filhos. Nesse processo, diferentes saberes, valores e disputas externalizam os sofrimentos e conflitos provocados pela insensibilidade da burocracia Estatal e os desafios que envolvem essas ocorrências.

Narrativas como Ferramentas de Resistência

A eleição de trechos de narrativas para a confecção deste texto assenta-se na potência dessa ferramenta em apresentar as singularidades e pluralidade de sujeitos em diferentes condições de fragilidade (Grossman; Cardoso, 2006). Há também nas narrativas um convite para novas experimentações. Ao narrar, lançamos problematizações e ressignificações de nossas assertivas (Abrahão *et al*, 2016).

Reconstruir memórias do outro, a partir de cenas que eles mesmos descreveram, abre espaço para interrogações acerca do dizível e também das formas inauditas que apontam os tensionamentos vivenciados pelos sujeitos. Importou nesta produção a seleção de fragmentos que suscitaram tentativas de extermínio de modos de existência e as vozes que ressoam resistentes a essas investidas.

Tratam-se de informações analisadas pelo Observatório de Políticas e Cuidado em Saúde de Belo Horizonte e que se constituem parte de um estudo realizado por uma Rede de Observatórios que investiga políticas públicas de saúde no Brasil (Merhy, 2013). As narrativas foram produzidas entre setembro de 2017 e janeiro de 2019. Foram analisadas narrativas de três mulheres que sofreram interdição no seu direito de ser mãe por ação do Estado brasileiro: duas mães com história de hanseníase, uma mãe usuária de crack e em trajetória de rua e fragmentos do relatório da Grande Assembléia das Mulheres Guarani e Kaiowá denominada de Kuñangue Aty Guasu . As experiências e narrativa de uma trabalhadora do Consultório de Rua também contribuíram para a produção desta análise.

Como autoras implicadas com o processo de resistência às ações de segregação, ouvimos, tecemos experiências sensitivas que impactaram nossas existências e trouxemos para este texto parte das revelações produzidas em nós a partir dessas experimentações.

Narrativas Potentes para Modos de Vida Potentes

Uma desapropriação da vida impõe-se à cooperação social e à riqueza da multidão que constitui múltiplas inteligências e sensibilidades(Pelbart, 2003). Nesse contexto, a luta contra formas de submissão encontra frustrações, mas também frestas que nos permitem intensificar nossa solidariedade e fazer brotar, a partir de encontros pela vida, formas de resistência, lutas para a não ocorrência de

situações similares na atualidade e criação de possibilidades que compartilhamos com aqueles que atravessam nossos caminhos. Apresentamos, a seguir, trechos de um conjunto de narrativas que guardam vivências de separação entre mães e filhos.

Maria e Bella e a Hanseníase

A narrativa de uma mãe aqui denominada "Maria" retrata ações de separação de filhos de pessoas com hanseníase ao longo do século XX. Ofertar trechos dessa narrativa contribui para uma reflexão acerca da historicidade da institucionalização de crianças na sociedade. Milhares de pessoas foram levadas para os chamados leprosários e, nesse processo, milhares de crianças foram retiradas de suas familias e encaminhadas para instituições denominadas totais (Goffman, 2010).

As medidas segregacionistas estabelecidas pelo poder público desconsideravam as relações sociais e familiares dos indivíduos acometidos pela doença fazendo com que laços fossem desfeitos, o que ocasionou transtornos tanto na vida das pessoas que tiveram hanseníase como na de seus familiares, que se encontravam numa situação de desamparo (Monteiro, 1998). O mecanismo de regulação higienista definido oficialmente por meio de aparato legal (Leis e decretos) e enunciado como política de isolamento compulsório guardou relação com a produção e estímulo aos variados estigmas fundamentados em concepções cristãs, imaginário popular e seleção de determinado discurso científico que legitimou o medo quando se expressava o termo lepra (Maricato; Sousa, 2018).

Nesse contexto, durante grande parte do século XX, as mulheres que tiveram hanseníase foram impossibilitadas de exercer a maternidade sob o pretexto de que deveria ser contido um mal social que era a "lepra". As legislações da época determinavam que, imediatamente após o parto, os filhos dos pacientes de hanseníase deveriam ser separados de seus genitores e encaminhados para os preventórios, uma espécie de orfanato instituído para aprisionar e segregar os filhos dessas mulheres acometidas pela hanseníase, de forma que passassem a viver fora do convívio familiar até os 18 anos. "Maria" exprime o sofrimento vivenciado na época:

> *Eu acho que com a separação, eu fiquei muito debilitada, adoeci ainda mais. Tive crises e crises mesmo de hanseníase que dava reação, e dava dores demais da conta. (...)*
> *O filho do hanseniano não ficava com o hanseniano, porque senão seria*

> *contaminado. Então eles tiravam mesmo, não adiantava chorar, nem pedir, nem falar, porque choravam, minha irmã passou pela mesma situação até o quarto filho, até o terceiro, quando engravidou do quarto filho, ela mais o marido saíram daquela unidade hospitalar e foi criar os filhos fora de lá.* ***Maria***

O medo da contaminação se sobrepunha à ações humanitárias que considerassem os laços afetivos entre as pessoas. As justificativas biológicas firmavam-se como prioritárias sobre as condições humanas subjetivas. "Maria" também trouxe em sua narrativa movimentos de resistências que foram se constituindo à medida que as mães sofriam os processos de separação. A busca por outros modos de viver, mesmo que contrários às determinações estatais, mostravam a ineficiência das tentativas de controle total da população.

A vida, mesmo que precária, encontra formas de resistência (Pelbart, 2003) e exemplos demonstram essa assertiva. Um deles refere-se ao posicionamento da irmã de "Maria" que, ao quebrar a recorrente imposição de retirada de seus filhos por parte do Estado, alterou a tentativa de disciplinamento de seu corpo diante da possibilidade de viver a maternidade.

Vemos nessa breve contextualização que a visão segregacionista foi utilizada para lidar com situações que se apresentaram como ameaças à ordem vigente. Haviam várias formas de institucionalização, colocadas como medidas salvadoras apesar de consideradas inadequadas, insalubres, violentas e não resolutivas por vários estudiosos (Monteiro, 1998).

As formas de enfrentamento das condutas perpetradas pelo Estado apareceram em outros trechos da narrativa de "Maria" e elucidaram o desespero produzido nas mães quando tinham ciência que seus filhos poderiam ser retirados de sua convivência:

> *Sempre morei na colônia e lá tinha uma corrente lá na frente, ou seja, na rua em que eu morava e muitas foram as mães que entravam com as crianças dentro de uma sacola. Não podia era chorar, a criança chegava a uma certa distância, elas abriam a sacola para a criança pegar ar, era uma coisa muito dolorosa.* ***Maria***

Uma outra mãe, que vivenciou uma situação semelhante, ressalta a rispidez da separação: "*Logo que nascia a parteira levava para a creche em Belo Horizonte, lá eram criados*". **Bella**

Essa situação assemelha-se à ação presenciada nos dias de hoje quando mães, muitas vezes usuárias de drogas e/ou em situação de rua, fogem de maternidades públicas por medo de perderem seus filhos recém-nascidos.

Mães Órfãs

Exemplo desta situação que tem ocorrido em cenário nacional é a situação em Belo Horizonte, onde a prática institucional de abrigamento compulsório de bebês de mulheres empobrecidas ou consideradas em situação de vulnerabilidade ganhou respaldo normativo, em 2014, com a publicação de duas recomendações do Ministério Público Estadual (Recomendações nº 05 e 06/2014) e, em 2016, com a promulgação da Portaria nº 03 da VCIJBH (Vara Cível da Infância e Juventude de Belo Horizonte). Tais documentos responsabilizavam os profissionais de saúde pelo encaminhamento à Promotoria da Infância dos casos de mulheres com algum histórico de uso de entorpecentes ou situação de rua e fortaleceram a prática de recolhimento compulsório de bebês nas maternidades. Como consequência, estimulou atitudes desesperadas como a fuga de mulheres da maternidade com filho recém-nascido em uma sacola (Batista; Fonseca; Pontes, 2018; Souza *et al*, 2018).

Souza *et al* (2018) referiram-se a essas mães que perdem os filhos de forma compulsória para o Estado como "mães órfãs". Órfãs de filhos que poderiam potencializar alternativas para suas vidas, órfãs de políticas públicas que deveriam resguardar seus direitos enquanto cidadãs. Os sofrimentos a que essas mulheres têm sido expostas estão intimamente relacionados à criminalização do corpo feminino, especialmente quando este não se insere em determinadas normais sociais. Há um abandono dessas mulheres por parte do Estado que deveria protegê-las (Franco, 2018). Um preconceito naturalizado entre os próprios agentes públicos demarca a lógica higienista existente em muitos serviços. Há uma suposição de que essas mães não conseguiriam ser mães, mesmo antes de tentarem (Belloc; Cabral; Oliveira, 2018).

Contudo, se a violência, a exclusão e a estigmatização continuam sendo reproduzidas nas grandes cidades brasileiras, é possível perceber também formas de resistência que, exemplificadas nos trechos de narrativas são apresentados. A narrativa de Flor trouxe a história de uma das mães órfãs contada a partir da perspectiva de uma trabalhadora do Consutório de Rua, dispositivo do Sistema

Único de Saúde (SUS) que acompanha a população em situação de rua. Uma descrição inicial das primeiras vezes que Flor se deparou com as cenas de uso de drogas durante seu ofício no Consultório de Rua revelou pontos de estrangulamento de uma sociedade cuja população à margem abrange a produção de lixo material e social (Silva, 2012). Flor depara-se com o lixo propriamente dito e com mulheres em condições desumanas de sobrevivência que se misturam a esses restos.

> *Em 2012 quando eu entrei pro Consultório de Rua, a gente entra pra trabalhar numa cena de uso que era a cena de uso do Cabana do Pai Tomás. (...) E aí o que me chamou a atenção na época é que era uma cena predominantemente de mulher. Muitas mulheres mesmo. E tinham oito gestantes. Uma cena que me marcava também, no sentido assim, tinha muita sujeira, muita... você via que era muita vulnerabilidade assim, o local.* ***Flor***

A trabalhadora acrescentou que oito dessas mulheres estavam grávidas e destituídas do direito de acesso aos serviços de saúde. Jorge, Pontes e Ferreira (2016) alertaram acerca do caminho burocrático e protocolizado, que muitas vezes dificulta o contato de quem mais precisa dos serviços de saúde. Na trajetória de Flor foi preciso que ela ultrapassasse a rede formal para construir a produção do cuidado para essas mulheres. Nesse sentido, cabe destacar o papel do Consultório de Rua como dispositivo potente para contribuir com a ressignificação da vida dessas mulheres e possibilitar oportunidades subjetivas e materiais para que seus filhos cresçam felizes ao lado de suas mães (Cecília *et al*, 2018).

> *(...)*
> *A maioria dessas oito gestantes elas já estavam no sexto, quinto mês de gestação, ou seja, já tem uma barriga, né assim. A barriga já começa a aparecer e elas ali trabalhando no tráfico de drogas, misturadas ali também com o pessoal da comunidade.*
> *(...) A maioria não tinha acessado a Unidade Básica de Saúde e nem sabia onde era a Unidade. Tinham um desconhecimento mesmo geral dos seus direitos, inclusive enquanto mulher, quanto ao direito de fazer um ultrassom, um exame de sangue. Dessas oito que me marcaram muito, todas falavam que não iam ficar com os bebês. (...)****Flor***

Outro apontamento marcante na narrativa de Flor refere-se à constatação de que as mulheres, durante a gravidez, já afirmavam que seriam separadas de seus filhos. Muitas delas já haviam passado pela experiência da separação e

tentavam não desejar o filho porque sabiam da dor que isso poderia causar. A gravidez dessas mulheres desponta como uma realidade negligenciada. O direito à maternidade, fator de proteção para mães, é interditada para aquelas pertencentes aos segmentos mais vulneráveis da sociedade (Belloc; Cabral; Oliveira, 2018).

Neste contexto, Silva (2015) denunciou a "transmissão do abandono como herança simbólica" (p. 153). Várias dessas mulheres foram meninas também separadas de suas mães e famílias que, a partir da adolescência, vivenciaram gestações consecutivas com repetidas perdas dos filhos. Trata-se de uma situação de violação de direitos humanos que perpassa o desrespeito à integridade física, mental e moral dessas mulheres. Seus filhos são arrancados sem que elas tenham a opção de criá-los, sem que sejam ouvidas e amparadas em suas múltiplas necessidades. São mulheres reduzidas a depósitos de bebês que permanecem com elas até o nascimento (Siqueira *et al*, 2018).

Chagas e Abrahão (2018) descreveram a forte ligação entre condições de uso de entorpecentes e números de gravidezes, com aparecimento de gestação durante o uso, ausência de pré-natal, aumento de complicações obstétricas e frequente negação em informar o uso de droga na maternidade. Importante destacar a relação entre essa negativa e o fato de as mães saberem que não ficarão com os bebês devido ao uso de drogas. Muitas fogem dos serviços com medo de perderem os filhos e aquelas que recebem atendimento omitem informações, também por medo. Não há confiança nos serviços oferecidos.

Na descrição de Flor a separação forçada de mães e filhos nas maternidades públicas aparece como a regra:

> *(...) Daquelas que acabaram fazendo o pré-natal, nenhuma ficou com seu bebê. Quando foi ganhar o bebê, chegava na maternidade, a família era acionada e aí, então, ou o bebê ia pra família extensa ou o bebê ia pro abrigo, sabe? Então, a maioria... nenhuma ficou.* ***Flor***

Flor também aponta a compreensão dessas mães quanto ao estigma que carregam e a dificuldade encontrada pelo Consultório de Rua para acolher essas mães devido a inconvenientes produzidos pelas próprias políticas públicas. Cabe destacar que nenhuma política pública, ou ausência dela, deixa de guardar relação com as construções sociais, resultado de interesses em disputa e diferentes apreensões do mundo (Mattos; Baptista, 2015). Nessa perspectiva, a falta de

uma política que ampare mães e filhos estigmatizados associa-se aos preconceitos e modos de conceber a vida do outro no contexto contemporâneo.

Uma das mães acompanhadas por Flor relata:

> *(...)*
> *Aí ela falava assim comigo também, umas coisas assim "Oh Flor se fosse cachaça, se eu tomasse cachaça será que eles me liberavam? Isso é porque é crack, né? Porque eu sou magra, né? Porque se fosse bebida talvez eu já tinha até saído da maternidade". Eu só sei que a Maria C acabou também... Fomos na defensoria, fomos não sei aonde... Nó, mas esse caso nós andamos, nós andamos, nós andamos, nós andamos... Fizemos reunião até conseguir o abrigo para ela e o bebê. Aí a gente falou: "Não. Beleza. Conseguimos o abrigo". Aí para ir proabrigo tinha que ter bolsa família. Tinha que ter uma cesta básica... Aí conseguimos cesta básica. Até eu doei cesta básica para Maria C. Aí tinha que ter minimamente algumas coisas. É isso. A política vai trazendo condicionalidades também para esses sujeitos né? Então aí tem que ter minimamente, por exemplo, o abrigo não tinha cama. Aí a gente foi e fez enxoval para ela. Aí não tinha o botijão de gás. Conseguimos fazer vaquinha. Compramos o botijão de gás para Maria C. Aí quando a Maria C foi para o abrigo com o... Né... esse caso particularmente, ela tinha um amor muito grande pelo companheiro, e o companheiro a gente via que era um companheiro que era nossa, que dava uma raiva, mais uma raiva dele... Porque você via que era uma mulher que estava lutando ali para sair do crack, para tentar se reerguer, para tentar cuidar da menina que não é fácil...*
> *Eu nunca tive filho mas eu sei que não deve ser fácil, né? E ele acabava com ela. Não era uma violência física, mas uma violência psicológica que desmoralizava a Maria C. Ele falava assim: "Você não é mulher. Você é fraca. Você é cracuda. Olha como é que você é feia. Minha filha é linda porque eu sou bonito!" Ai... nossa, sabe aquela coisa? Mais isso. É muita luta né?*
> *(...)**Flor***

A violação do direito à autonomia reprodutiva e à dignidade humana perpetrada pelo Estado e também por companheiros dessas mulheres constituem exemplos presentes na narrativa de Flor que demonstram a necessidade de transformações culturais em nosso país, nitidamente sexista, para que possa existir a igualdade de gênero definida em pactos internacionais dos quais o Brasil participa (Montebello, 2000). As violências a que essas mulheres estão submetidas manifestam-se de forma sobreposta. Persiste uma representação feminina pautada no modelo patriarcal de submissão e culpabilização da mulher por supostas omissões na proteção da família nuclear burguesa (Belloc; Cabral; Oliveira, 2018). Não obstante, a essas mesmas pessoas são negados direitos básicos de acesso, como à educação e habitação. A essas sucessivas violações soma-se a criminalização do seu direito de ser mãe.

A situação de abrigamento compulsório de bebês descrito por Flor encontra, na literatura, outros exemplos dramáticos de arbitrariedades jurídicas intensificando a separação de mães e filhos e o abandono de mulheres vulneráveis à própria dor (Souza et al, 2018; Franco, 2018). Há relatos de impedimento de mães até de conhecerem os filhos e amamentarem (Belloc; Cabral; Oliveira, 2018).

Esse fato também ocorreu na história de isolamento compulsório da hanseníase em que as mães eram impedidas legalmente de amamentarem seus filhos sob alegação de que a criança poderia contrair a doença:

> Os filhos de doente de lepra, logo após o nascimento, embora um só dos progenitores seja doente, serão separados e mantidos até à adolescência, quer em vigilância em domicilio, quer em preventórios especiais que, quando localizados na área do estabelecimento, ficarão anexos à zona de habitação das pessoas sãs, não podendo em caso algum ser nutridos no seio de uma ama nem amamentados pela própria mãe, se esta estiver doente de lepra. (BRASIL, 1938 - Decreto 7.558, de 11 de novembro de 1938).

A descrição de Flor, trouxe também algumas limitações da situação de abrigamento conjunto e uma reflexão acerca das exigências dos abrigos. Está claro que uma pessoa em situação de rua, não está conseguindo adentrar nas diversas instituições de abrigos e ser respeitada em seus direitos. Afinal, são várias as exigências para que mãe e filho sejam aceitos. A existência de barreiras nos próprios serviços que deveriam atender às necessidades dessas mulheres e seus filhos dificultam o direito de ir e vir das pessoas.

Cabe destacar que o trabalho do Consultório de Rua na produção de cuidado às mulheres tem sido definidor e estimulador na trajetória dessas pessoas. Este dispositivo costura e trilha redes de solidariedade e estende novas possibilidades de experimentações de vida construindo vínculo e esperança onde antes não havia perspectiva de transformação (Cecília *et al*, 2018; Pereira *et a*l, 2018).

Na narrativa de Flor, além das ações de segregação, estratégias de controle biopolítico sobre o corpo concretizam-se nos serviços de atendimento existentes. Mulheres são esterilizadas sem seu consentimento nas próprias maternidades:

Maria C preenchia todos os requisitos para a ligadura. Ela já tinha mais de trinta, sexta gestação, segundo eles, era gestação de risco... Mas já teve outras que não preenchiam os requisitos, menos de vinte e seis anos, mas que já tinha tido quatro, cinco gestações e que aí eles ligavam sem o consentimento delas. Muito errado assim.
(...)
É um sofrimento pra equipe porque a gente vê depois essas mulheres na sarjeta, na sarjeta mesmo né..
(...)
Flor.

A ideia de esterilizar as mulheres também foi pautada na política de controle da hanseníase, pois havia uma preocupação quanto a prole das pessoas acometidas pela doença. "Muitos acreditavam que essas crianças já traziam em si uma "tara", o que influenciava no tipo de discurso e de soluções propostas, uma das quais era a de esterilização." (Monteiro, 1998, p.5).

A lógica discriminatória e excludente presente nos próprios serviços que deveriam ser cuidadores exprime a forma com que o ato de cuidar tem sido praticado nos serviços. Importante salientar que Merhy (2015) abordou a participação da medicina como mecanismo estratégico para a fabricação de um desejo de uniformização do modo de levar a vida. Uma mãe atingida pela hanseníase relata:

Não porque naquela época, da minha época a gente era obrigada a internar, a separar da família, quer dizer que era por intermédio da...como é que fala, médicos, os médicos já punham medo na família, falava que a doença pegava então por intermédio do coisa, é onde eu acho que teve a separação, né? ***Bella.***

Nesse contexto, a existência de formas diversas de viver passa a ser considerada um risco. É esse olhar homogeneizador que nos serviços de saúde produz a ideia de que há uma tipificação ideal para uma mulher ser mãe e um modo de vida também ideal a ser seguido para seus filhos. Qualquer desvio a essa imagem é traduzido como um corpo incompetente para ser mãe e, em consequência, pode ser invadido por um objetivo de cunho higienista.

Sejam quais forem os períodos históricos, a justificativa de intervenção continua sendo atender a um projeto que não aceita a heterogeneidade das formas de viver dessas mães. As interposições ocorrem sobre corpos de mulheres que não se encontram suficientemente controlados pelas regras vigentes.

Mães indígenas órfãs

As falas de algumas mulheres indígenas Guarani-Kaiowá, que também foram obrigadas a se separar de seus filhos, torna ainda mais evidente o projeto em curso na sociedade de tentativa de eliminação de relações familiares que não atendam ao ideal burguês

Reclamam que nossos filhos são sujos, mas claro, vivemos na terra, cozinhamos no fogo. Não aceitamos a retirada de nossas crianças, a doação delas para não indígenas, não aceitamos o estado intervindo nas nossas formas de vida e cuidado com os nossos. (APIB, 2018)

A voz dessas mulheres indígenas é o grito de resistência que insiste, apesar das tentativas de controle social:

*Somos mulheres guarani e Kaiowá e temos que ter a garantia dos nossos direitos que levem em consideração as nossas especificidades culturais, para que assim não nos deixe como vítimas da violência do estado e da sociedade brasileira***.** (APIB, 2018)

Essas mulheres construíram e consolidaram resistências ao refletirem sobre as relações de poder e controle que as instituições exercem sobre suas vidas. Foucault (1988) afirmava que, do mesmo modo que redes de poder constituem um corpo denso que percorre as estruturas do Estado, também a borrifação de pontos de resistência atravessa os estratos sociais e indivíduos:

...que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente "no" poder, que dele não se "escapa", que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto, por estarmos inelutavelmente submetidos à lei? Ou que, sendo a história ardil da razão, o poder seria o ardil da história — aquele que sempre ganha? Isso equivaleria a desconhecer o caráter estritamente relacional das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a preensão. Esse pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias,

> improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. (Foucault, 1988, p.91)

A decisão por reportar também as violências cometidas contra mulheres indígenas remeteu à essencialidade das relações de sujeição produzidas em diferentes realidades do território brasileiro. É essa a escuta que expõe nossa inércia diante das violações a que mulheres tem sido submetidas no nosso país. Trazer a voz indígena para essa questão remete a um desejo de aproximação daqueles que compreendem a diferença como condição inegável da vida. Nesse sentido, faz-se inadiável repensar nossas percepções.

> É preciso convencer os homens brancos de que as mulheres, os negros, os índios são também humanos. Enquanto para os índios isso é evidente, é um dado, porque tudo é humano, isso não é um problema (Royoux, 2002, p.106).

No que tange ao sequestro de bebês[69] o movimento de mulheres Gurani e Kaiowá também sustentam a indignação em seu protesto:

> *Há muitas mortes violentas de mulheres em nossas aldeias, que confinadas entre as cidades e as reservas, não temos onde recorrer. Vivemos a insegurança pública no nosso cotidiano, tendo que lidar com o racismo, o preconceito, a violação de nossos corpos e de nossa cultura, com as violências dos não indígenas quando tentamos utilizar os dispositivos do estado que oficialmente deveriam nos proteger enquanto mulheres (…)*
> *Nós entendemos que há várias tentativas de genocídio contra o nosso povo. Seja a nossa remoção forçada de nossas terras ancestrais e o confinamento nas reservas, seja a tentativa de tirar nossa língua e agora, a insistência do Estado em dizer que não sabemos cuidar dos nossos filhos e a insistência em tirar eles de nós.(…)* APIB, 2018.

Desde os primórdios da humanidade sempre existiram relatos da retirada de crianças de suas mães indígenas, e, em especial, no Brasil o problema ganhou uma dimensão maior após sua colonização no século XVII quando as mulheres

69 Além do termo "Mães Órfãs" esses casos também receberam o nome de sequestro de bebês, dessa forma faz se necessário trazer a conceituação de sequestros. Face as diversas acepções da palavra sequestro, levando em consideração sua conceituação jurídica: trata-se do ato de privar um indivíduo do seu direito a liberdade, de forma a mantê-lo em uma localidade da qual ele não possa sair de acordo com sua vontade, podendo ser considerado também como o depósito de um bem sob litígio, nas mãos de um depositário, até uma decisão final da lide.

indígenas foram escravizadas e abusadas pelos europeus que atracaram com suas caravelas no nordeste do pais. No início da colonização, na década de 1550, há informações da separação de crianças de suas famílias. A Igreja Católica ao pisar no território brasileiro, por meio dos seus padres começou a catequisar e a "educar" as crianças indígenas frente à dificuldade de impor a cultura, os costumes e a religião do homem branco aos povos originários (Pereira; Oliveira, 2016).

Já no período escravocrata houve a substituição da mão de obra de mulheres indígenas pela das mulheres afro-brasileiras que, consideradas posse dos senhores escravocratas, passaram a ser comercializadas como objeto de troca. Aos filhos das mulheres africanas só restavam dois caminhos: ou eram entregues para escravidão ou eram entregues para uma espécie de abrigo chamado Roda dos expostos.

O fim da escravidão não promoveu grandes alterações na vida dessas mulheres e seus filhos. Mulheres negras, em sua maioria de classes sociais menos favorecidas, continuavam perdendo seus filhos (Santos *et al*, 2018). Encontravam-se expostas a reedições das "rodas" na forma de abrigos que, muitas vezes, dificultavam o acesso das mães e desconsideravam a violência do Estado sobre a vida dessas mulheres produzindo relatórios que culpabilizavam as próprias mães pelas dificuldades que enfrentavam para verem os filhos (Batista; Fonseca; Pontes, 2018).

A negligência do poder público corresponde a uma negação da dívida histórica com os povos indígenas e a população negra. Os exemplos apresentados retratam violações de direitos humanos que tem se repetido ano após ano.

No caso dos indígenas, a escassez de Políticas Públicas aparece em relatórios da Fundação Nacional do Índio - FUNAI como umas das causas da separação de crianças indígenas de suas famílias. Boa parte dos sequestros ocorre em terras não regularizadas em que os conflitos pela disputa agrária são constantes e, além disso, há uma deficiência da rede de atendimento de serviços essenciais. Indígenas denunciam essa condição relatando falta de atendimento, excesso de burocracia, má vontade por parte dos funcionários, ausência de respeito e atitudes preconceituosas e discriminatórias. Nesse contexto, destacamos a fala de uma referência técnica de um dos abrigos visitados pela Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e de Cidadania- SEDISC da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde de Dourados ao referir-se a uma criança abrigada: "tão bonito que nem parece índio". (BRASIL, 2017, p.16).

Refletindo sobre as narrativas

Padrões normativos associados a juízos morais sustentam mecanismos de controle populacional que cercam o fenômeno de segregação. Buscar uma compreensão acerca das ações do Estado que envolvem a separação de mães e filhos em situação de vulnerabilidade significa debruçar-se sobre uma guerra silenciosa que envolve regimes de verdade produzidos e reproduzidos em instituições e nas relações cotidianas de poder na sociedade (Foucault, 1986).

Esse complexo processo de produção de estereótipos e pré-julgamentos provocam cicatrizes duradouras nas vidas dessas mães e servem para justificar o autoritarismo do Estado sobre os indivíduos e a sociedade. Nesse processo, cabe refletir sobre as amarras burocráticas que, em determinadas situações provocam esvaziamento das responsabilidades estatais e contribuem para reforçar ações higienistas sobre a população. Uma mãe, denominada Maria M, em sua narrativa, descreve:

> *Engravidei da Milena e perdi meus documentos na mesma época. Eu morava num passeio durante o dia, roubava e usava o dinheiro para dormir num hotel que não pede documento para entrar. Usava o dinheiro para comprar droga também.*
> *Passei mal pra ganhar neném dentro do hotel. Foram a secretária do hotel e as faxineiras que chamaram o SAMU pra mim. Aí, me levaram para o hospital. O parto foi normal. Sofri muito, doeu demais. Milena era grande e bonita! Dei o endereço da minha sogra. O pai da Milena vinha me visitar. No dia que saí do hospital foi ele quem me tirou. Mas Milena ficou retida no hospital. Eles falaram que era porque eu não tinha documento. Disseram que eu tinha 10 dias para providenciar minha identidade. Eu ficava doidinha contando esses dias sem saber o que fazer. Ninguém me orientou.*
> (...)
> *Quando eu ia para o hospital perguntava quantos dias minha filha ainda ia ficar lá. Mas a assistente social só me pressionava. Ela só queria saber da carteira de identidade. Aí um dia, quando cheguei na portaria, eles me falaram que meu documento do parto tinha vencido. E eu não pude entrar mais. Eu voltava, mas não me deixavam entrar. Perdi o contato com minha filha.* ***Maria M.***

A burocracia apresenta-se, nesse caso, como barreira de acesso ao cuidado. Argumentos infundados como "documento do parto" que perde a validade. As prescrições com prazo sem considerar as singularidades dos casos e dificuldade de diálogo entre os trabalhadores do hospital refletem a indiferença com que Maria M foi tratada no hospital de nascimento de sua filha. Experiências de violação de direitos como essa evidenciam a percepção insuficiente dos serviços de saúde acerca de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em outra direção, trabalhadores da saúde produzem novos sentidos à vida de mães em situação de vulnerabilidade. Assim, descreve Maria M:

> (...)
> Engravidei do Saulo. Passei mal na rua. O SAMU veio me pegar. Eu disse a eles para não me levarem para o hospital que eu tinha ganhado a Milena. O pessoal do SAMU me ouviu. Fui para outra maternidade pública, um hospital onde as pessoas me trataram bem. Fiquei muito aliviada. Imagina, passei mal na rua, não tinha nada e fui ouvida.
> (…)
> *Eu disse à assistente social que queria uma casa para ter meu filho: "De perto do meu filho eu não saio". Ela me acolheu. Acionou o Consultório de Rua, pediu minha certidão de nascimento lá no Rio, providenciou a carteira de identidade pra mim. Fiquei todo o tempo no hospital com o Saulo.*
> *(...)****Maria M.***

Duas gravidezes, dois partos, situações de atendimento completamente distintas. O último parto de Maria M acontece a partir de uma rede de cuidados com produção de desfecho oposto à situação anterior. Maria M consegue ficar com seu filho, constrói vínculo com as equipes, cria novas perspectivas de vida. Em rede, os serviços repensam possibilidades de oferta e atuam na produção de vidas mais dignas para Maria M e seu filho. A possibilidade de criar laços opostos à expropriação de modos de vida mostra a força viva produzida nos encontros sensíveis ao humano e suas potencialidades. Exemplos como esse de produção de redes de cuidado potentes nos convidam a repensar a possibilidade de oferta de serviços para amparo dessas mães. A construção de novas perspectivas para estes serviços, em rede e com atuação em respeito às várias formas de ser e agir do ser humano, é um desafio ao propósito da abordagem da saúde que pode contribuir para a produção de vidas dignas para mães e filhos.

Não obstante, cabe considerar que os sofrimentos psíquicos produzidos pelas separações de mães e filhos muitas vezes geram aumento das situações de vulnerabilidade. ***Flor*** descreve em sua narrativa:

Uma mãe que me marcou muito foi a Maria C. Ela queria ficar com o bebê, que era um menino e aí ela não conseguiu ficar, sabe? O menino foi direto pra abrigo em 2012. Quando foi 2014 ela ficou grávida de novo e ela perdeu de novo. Quando foi 2016 aí ela já conseguiu sair da maternidade com o bebê, porque o Consultório de Rua entrou na jogada e a gente conseguiu né algumas ações. Acionamos a defensoria e então aí ela conseguiu sair com o bebê. Mas assim, depois que ela foi pro abrigo, pouco tempo depois, o Conselho Tutelar toma a guarda da filha dela.
(...)
Mas aí qual é o fim da Maria C? Ela acaba perdendo a guarda do bebê porque ela vai fazer uso de drogas de novo e hoje a Maria C está na cena de uso, muito mal, mas muito mal. Disse que ela está péssima assim, sabe assim... As pessoas que às vezes a vêem dizem que ela lembra de mim, lembra de todo esforço que a gente fez. É isso. A gente também marca as pessoas, né.
(...) **Flor.**

Nas narrativas foram explanados sentimentos como dor, sofrimento, impotência e tristeza. A separação foi vivenciada por essas mães como um evento difícil e que interrompeu a relação com seus filhos. A tristeza e a solidão persistem após o evento da separação. Ao serem impossibilitadas de viver a maternidade em sua totalidade, essas mulheres seguem abaladas emocionalmente. Marcas irreparáveis nas vidas dessas mulheres acabam levando-as a situações de maior vulnerabilidade do que já viviam antes de serem separadas de seus filhos (Souza *et al*, 2018).

Contudo, Flor, ao buscar construir processos de cuidado singulares, cria pontes para expressões de desejo reprimidos nessas mulheres. Querer ter o bebê para essas mães exprime uma relação de resistência e existência em um corpo em sofrimento. Há nesse gesto um esforço de reencontro com as forças do corpo (Pelbart, 2003). Negar esse processo constitui, portanto, boicotar tentativas de produzir novos modos de existência.

> Quer se chame de modo de existência, possibilidade de vida, estética da existência, forma-de-vida, existência nua, o que está em jogo, sempre, é um pluralismo existencial em que diferentes seres, cada qual com sua maneira de existir, em diferente grau e intensidade de existência, podem ser instaurados mas também desinstalados, de modo tal que entre eles se deem passagens, transições, saltos, e também desfalecimentos, evaporações, esgotamentos. Existências possíveis, estados virtuais, planos invisíveis, aparições fulgazes, realidades esboçadas, domínios transicionais, inter-mundos, entre mundos – é toda uma outra gramática de existência que aí se pode conjugar. (Pelbart, 2013, p.417).

No caminho traçado para este texto despontam aflições de mulheres que lutam para sobreviver e são golpeadas no íntimo de sua condição humana. Contudo, experiências de cooperação que conjugam o respeito à multiplicidade e singularidade humanas provocam disrupturas nas frustrações, nas formas de submissão que afetam essas mulheres. Há frestas visíveis que contribuem para a produção de conhecimento acerca do cuidado e também fazem brotar particularidades da subjetividade humana que potencializam a produção de novos valores para o mundo.

Vozes que Resistem

As circuntâncias que levam a defesa do extermínio de determinadas maneiras de viver dos excluídos, sustentam-se na força do capitalismo sem passar nem mesmo pela consciência dos indivíduos (Pelbart, 2013). Somos, no íntimo, padecedores e, ao mesmo tempo, coautores do sequestro de bebês e de nossas próprias vidas (Pelbart, 2003). Nesse sentido, produzimos um enaltecimento ao moralismo conservador e ao modo de vida burguês (Dardot; Laval, 2016).

A separação compulsória de familias, ao atender a essa racionalidade hegemônica, reforça o abandono daqueles que menos importam a esse sistema. Nesse contexto, o Estado, ao reproduzir de forma simbólica o artefato da "roda" na contemporaneidade tenta legitimar mais uma vez o propósito de ignorar a responsabilidade coletiva por ações de segregação.

Em oposição a esse obscurantismo, possibilidades de produção do cuidado a partir de ações coletivas e em rede fazem transbordar expectativas de diversos modos de existência. Os gritos de resistência das mães e o olhar sensível de Flor demonstram a potência das subjetividades humanas sobre a racionalidade homogeinizadora do mercado. Nessa perspectiva, Pelbart (2003) associou os modos de resistência humana a essa multiplicação de condutas singulares. São os arranjos e dispositivos produzidos por sujeitos que recusam determinadas condutas hegemônicas que conduzem à produção de alternativas potentes às diversas manifestações de vida na contemporaneidade. Nesse sentido, a aposta é a de que a potência política dos gestos de resistência fortaleçam modos de cooperação que ampliem caminhos para o exercício de maternidades plurais e plenas.

As forças que incitaram a implementação de normatizações do Estado que neutralizassem um incômodo imediato não se constituíram de forma isolada. De outro lado e perspectiva foram criados movimentos de resistência que impulsionaram as expectativas de mudanças na realidade das mães órfãs buscando outras possibilidades e potencialidades:em relação às usuárias de álcool e outras drogas e/ou em trajetória de rua colocou-se ao seu lado o movimento "De quem é esse Bebê?", no caso das mães Guarani e Kaiowá o movmento Kunãgue Aty Guasu e, em relação às mães que foram acometidas pela hanseníase, destaca-se o trabalho do Morhan – Movimento de Reintegração das Pessoas atingidas pela Hanseníase.

Vale destacar que as reflexões ofertadas compõem parte das análises que têm sido realizadas no Observatório de Políticas e Cuidado em Saúde. O contato com outras narrativas e conversas com mães e trabalhadores têm explicitado diferentes perspectivas. Este exercício é, portanto, um fragmento de uma investigação que tem se deparado com múltiplas violências a que mães em situação de vulnerabilidade têm sido submetidas, e também com diferentes formas de inventividade que apontam alguns caminhos para a produção de maternidades possíveis. Os trechos de narrativas apresentados neste texto expressam a força daqueles que fazem oposição à homogeneização da vida e nos convidam à produção de novas composições que superem a diversas formas de exclusão social e não permitam a naturalização de separações compulsórias de mães e filhos. Precisamos desmontar os pretextos usados para justificar essa violação de direitos, dar visibilidade às iniciativas de cuidado ofertado à mãe e filho juntos, sem preponderância dos direitos de um sobre o outro, e ampliar ações solidárias comprometidas com a defesa da vida de todos e com laços afetivos que potencializem a felicidade humana.

Bibliografia

ABRAHÃO, A.L.; FREIRE, M.A.M; LAGO, E.L.M.; COSTA, M.O.; LIMA, E.A.; LAGE, C.Q.; RODRIGUES, D. Os Encontros em Produção. In: MERHY, E.E.; BADUY, R.S.; SEIXAS, C.T.; ALMEIDA, D.E.S.; SLOMP JÚNIOR, H. (Org.). **Avaliação Compartilhada do Cuidado em Saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Coleção Políticas e Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Hexis, 2016, v.1, p.168-171.

APIB. **Documento Final da VI Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá**. 2018. Disponível em:< http://apib.info/2018/07/16/documento-da-vi-grande-assembleia-das-mulheres-kaiowa-guarani-kunangue-aty-guasu/>, acesso no dia 06/01/2019.

BATISTA, G.F.; FONSECA, M.C.; PONTES, MG. É uma dor que não tem explicação, é a vida da gente que eles tiram: narrativa de mulheres na resistência pelo seu direito à maternidade em Belo Horizonte- MG. **Revista Saúde em Redes.** Porto Alegre, v. 4, suplemento 1, 2018. p.129-140.

BELLOC, M.M.; CABRAL, K.V.; OLIVEIRA, C.S. A Desmaternalização das Gestantes Usuárias de Droga: violação de direitos e lacuna do cuidado. **Revista Saúde em Redes.** Porto Alegre, v. 4, suplemento 1, 2018. p. 37-50.

BRASIL. Decreto nº 7.558, de 11 de novembro de 1938. Regulamenta o tratamento dos doentes dentro dos leprosários. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1938.

BRASIL. RELATÓRIO DA SEDISC. **Mapeamento Qualificado de todos os casos de crianças e jovens indígenas em situação de Acolhimento Institucional e Familiar da Região de Dourados/MS**. Brasília: 2017.

CECÍLIA, B.; GARCIA, D.R.; CRUZ, D.V.; OLIVEIRA, E.O.; SILVA, F.R.S.; MARIA, H.H.; SILVA, I.M.; AMARO, J.C.; COSTA, J.V.; IANNARELLI, R.; OLIVEIRA, R.K.S. Gestar o Real do Corpo: o direito à maternidade possível. **Revista Saúde em Redes.** Porto Alegre, v. 4, suplemento 1, 2018. p. 99-114.

CHAGAS, M.C.; ABRAHÃO, A.L. Desobediência Civil na Produção Singular do Cuidado em Rede: outros olhares para mães usuárias de drogas. **Saúde em Redes.** Porto Alegre, v.4, suplemento.1, 2018. p. 61-74.

DARDOT, P.; LAVAL, **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

FOUCAULT, M**. História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, 295p.

FRANCO, T.B. Fobia de Estado e a Resistência ao Acolhimento Compulsório de Bebês. **Revista Saúde em Redes.** Porto Alegre, v. 4, suplemento 1, 2018. p. 85-98.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GROSSMAN, E.; CARDOSO, MH.C.A. As Narrativas em Medicina: contribuições à prática clínica e ao ensino médico. **Revista Brasileira de Educação Médica.** Rio de

Janeiro, v.30, n.01, 2006.

JORGE, A.O.; PONTES, M.G.; FERREIRA, V.L. Encontros e Desencontros na Produção das Redes. In: MERHY, E.E.; BADUY, R.S.; SEIXAS, C.T.; ALMEIDA, D.E.S.; SLOMP JÚNIOR, H. (Org.). **Avaliação Compartilhada do Cuidado em Saúde: surpreendendo o instituído nas redes**. Coleção Políticas e Cuidado em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Hexis, 2016, v.1, p.282-287.

KARMALUK, C.; LANSKY, S.; PARIZZI, M.; BATISTA, G.; ALMEIDA, E.; DIAS, A.L.F.; NATIVIDAD, C.; GOMES, B.P. De quem é este bebê?: movimento social de proteção do direito de mães e bebês juntos, com vida digna! **Saúde em Redes.** Porto Alegre, v.4, suplemento.1, 2018. p.169-189.

MARICATO, G.; SOUSA, A.C.M. Sequestro e Negligência como Política de Estado: experiências da segunda geração de atingidos pela hanseníase. **Revista Saúde em Redes.** Porto Alegre, v. 4, suplemento 1, 2018. p. 153-168.

MATTOS, R.A.M.; BAPTISTA, T.W.F. Introdução. In: MATTOS, R.A.M; BAPTISTA, T.W.F. (orgs). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p.15-26.

MERHY E.E. **Criação de Observatório Microvetorial de Políticas Públicas em Saúde e Educação em Saúde**. (Projeto de Pesquisa). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2013.

MERHY, E. E. Multidão: esfinge da saúde pública, lugar de inflexão, ideias de bem comum. **Revista Saúde e Sociedade.** São Paulo, v.24, suplemento.1, p. 44-54, 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Recomendação nº 5/PLIJCBH/MPMG**, de 16 de Junho de 2014. Recomendação aos médicos, profissionais de saúde, diretores, gerentes e responsáveis por maternidades e estabelecimentos de saúde. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 2014a.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Recomendação nº 6/PLIJCBH/MPMG**, de 06 de Agosto de 2014. Recomendação aos médicos, profissionais de saúde, Agentes Comunitários de Saúde, gerentes e responsáveis por Unidades Básicas de Saúde. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 2014b.

MONTEBELLO, M. A Proteção Internacional aos Direitos da Mulher. **Revista da EMERJ.** Rio de Janeiro, v. 3, n.11, 2000.

MONTEIRO, Y. N. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. **Saúde e Sociedade**. Jan/Jul 1998. vol 7. Nº 1. São Paulo. 3-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901998000100002>. Acesso em: 01. Nov. 2018.

PELBART, P.P. **O Avesso do Niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo. N-1 Edições, 2013.

PELBART, P.P. **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo. Editora Iluminarus, 2003.

PEREIRA, M.O.; JORGE, A.O.; GOMES, N.M.R.; PEREIRA, C.C.; PONTES, M.G. Eçara: resistência de quem busca e encontra solidariedade na equipe do consultório de rua. **Saúde em Redes.** Porto Alegre, v.4, suplemento.1, 2018. p.231-241.

PEREIRA, P. J.; OLIVEIRA; Maria C. F. A. **Adoção de crianças e adolescentes no Brasil: sua trajetória e suas realidades.** Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"/ UNICAMP, 2016.

ROYOUX, J. Se Tudo é Humano, então tudo é perigoso. In: SZTUTMAN, R. (Org.) **VIVEIROS DE CASTRO, E**. Série Encontros. 2002, p.88-113.

SANTOS, M.A.L.; ALMEIDA, D.E.S.; ALVES, A.A.F.; FREITAS, N.D.S. Gestando a Vida: esperança Severina. **Saúde em Redes.** Porto Alegre, v.4, suplemento.1, 2018. p. 141-151.

SILVA R.A. No meio do caminho, sempre haverá uma pedra. **Responsabilidades**. Belo Horizonte, v.1, n. 2, p.203-214, 2012. Disponível em http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao02/3.pdf

SILVA, R.A. **Reforma Psiquiátrica e Redução de Danos: um encontro intempestivo e decidido na construção política da clínica para sujeitos que se drogam.** 2015. 189f. Dissertação (Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVEIRA, P.M.; HERNANEZ, M.L.; FURTADO, L.A.C.; FEUWERWERKER, L.C.M.; MORENO, H.V.; SANTOS, H.E. Oh pedaço de mim, oh metade amputada de mim... **Revista Saúde em Redes.** Porto Alegre, v. 4, suplemento 1, 2018. p.51-59.

SOUZA, C.M.B.; PONTES, M.G.; JORGE, A.O.; MOEBUS, R.N.; ALMEIDA, D.E.S. Mães Órfãs: o direito à maternidade e a judicialização das vidas em situação de vulnerabilidade. **Saúde em Redes.** Porto Alegre, v.4, suplemento.1, 2018. p.27-36.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **Portaria nº 3/VCIJBH**, de 22 de Julho de 2016. Dispõe sobre o procedimento para encaminhamento de crianças recém-nascidas e dos genitores ao Juízo da Infância e da Juventude, assim como, oitiva destes, nos casos de graves suspeitas de situação de risco, e sobre o procedimento para aplicação de medidas de proteção. Diário do Judiciário Eletrônico TJMG. 25 jul. 2016: 29-33. [Portaria online]. 2016 Disponível em: http://ftp.tjmg.jus.br/juridico/diario/index.jsp?dia=2207&completa=2inst%7Cadm. [Acesso em 04 maio 2017].

Direitos negados a mulheres em situação de vulnerabilidade social

Autoras

Alzira de Oliveira Jorge

Médica sanitarista, Professora da Faculdade de Medicina da UFMG e Coordenadora do Observatório de Políticas e Cuidado em Saúde da UFMG. E-mail: alziraojorge@gmail.com

Gláucia de Fátima Batista

Assistente social e Mestre em Ciências da Saúde pela FIOCRUZ Minas e conselheira estadual de saúde. E-mail: glauciabatis283@gmail.com

Márcia Rocha Parizzi

Médica pediatra e Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente pela Faculdade de Medicina UFMG. E-mail: marciaparizzi@gmail.com

Mônica Garcia Pontes

Biológa, gestora de serviços de saúde e mestranda no Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da UFMG. E-mail: monicagpontes78@gmail.com

Resumo

Políticas públicas higienistas têm sido adotadas em pleno século XXI e, dentre as arbitrariedades conduzidas, ressaltamos a separação compulsória de mães e seus filhos recém-nascidos de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, em especial aquelas em situação de rua e/ou usuárias de álcool e outras drogas. Em Belo Horizonte, tal prática foi, inclusive, normatizada pelo judiciário em 2016 e, mesmo com posterior revogação desta portaria em 2017, é recorrente a separação forçada. Assim, crianças perdem o direito à convivência familiar, ao aleitamento materno e vínculo afetivo, contrariando evidências que apontam a necessidade da permanência dos bebês com suas mães e famílias, fundamentais para seu desenvolvimento como seres humanos. Movimentos sociais instituídos, especialmente por mulheres e diversos setores da sociedade civil e organizada têm promovido debates e articulação em rede na defesa dos direitos humanos das puérperas e seus bebês. Há uma aposta na produção e implementação de políticas públicas efetivas e participativas que garantam o amparo necessário para mães e filhos permanecerem juntos após o parto.

Palavras-chave

Direitos Humanos, Poder Familiar, Integralidade em Saúde, Vulnerabilidade Social, Atenção à Saúde, Gênero e Saúde.

Direitos negados a mulheres em situação de vulnerabilidade social

Alzira de Oliveira Jorge
Gláucia de Fátima Batista
Márcia Rocha Parizzi
Mônica Garcia Pontes

Contextualização

A urgência em tornar o mundo previsível e, neste sentido, administrável compõe um desejo corrente dos tempos modernos que segue na contemporaneidade (Bauman, 2001). Essa exigência por condução, controle e organização perpassa técnicas de governo que permitem a sobrevivência do Estado enquanto dispositivo cujo alvo principal é a população controlada por mecanismos de segurança. Falar desses procedimentos implica debruçar-se sobre as relações de poder que circulam no corpo social e sobre regimes de verdade produzidos pelos discursos que geram ações e acontecimentos na sociedade (Foucault, 2008).

No campo da saúde, profissionais têm contato com princípios humanitários em suas formações acadêmicas e na vida prática. Entretanto, nem sempre essas concepções se espelham no conjunto do trabalho em saúde. O cotidiano dos serviços, em alguns momentos e situações, opera lógicas que são, até mesmo, contrárias aos princípios éticos das profissões.

Há, em pleno século XXI, políticas públicas higienistas sendo utilizadas que aparecem como resposta a processos de exclusão contidos na lógica neoliberal (Dardot; Laval, 2016). O exemplo discutido neste capítulo refere-se à separação de mães e filhos, em sua maioria ainda nas maternidades públicas. A situação envolve ações precipitadas do Estado, bem como predomínio de uma visão preconceituosa nos serviços e na sociedade que tem definido e escolhido quem pode e deve exercer seu direito à maternidade. As marcas do julgamento moral, do apagamento de desejos maternos e da tentativa incessante de controle do corpo do outro aparecem como estratégia de judicialização de vidas vulneráveis (Souza *et al*, 2018).

Embora esta situação ocorra em várias cidades do país como uma expressão da intervenção do Estado por meio da judicialização, em especial sobre mulheres

gestantes com alguma condição de vulnerabilidade social, em Belo Horizonte (BH) – Minas Gerais/Brasil essa separação tem sido justificada por meio de normativas direcionadas a mulheres gestantes e puérperas fragilizadas em sua condição social, como, por exemplo, aquelas em situação de rua e/ou usuárias de álcool e outras drogas (Ferla; Jorge; Merhy, 2018).

Mais de quatrocentos bebês, desde 2012, foram retidos em maternidades públicas da capital mineira e, em seguida, separados de suas mães, de seus familiares e de sua comunidade de origem. Em boa parte desses casos não há reversão deste processo e esses recém-nascidos são recolhidos diretamente da Maternidade para os abrigos e, de forma rápida, seguem para a adoção. Os bebês são retirados do seio familiar sem qualquer evidência de violência praticada por pais ou familiares (Batista; Fonseca; Pontes, 2018). O judiciário, portanto, pune mães e pais pela inexistência de programas sociais que possam amparar a família e contribuir para o exercício da maternidade e paternidade possíveis (Belloc; Cabral; Oliveira, 2018). Essa atitude do Estado reforça, mais uma vez, a estratégia de serialização de novas vidas e abandono daquelas que não importam.

Cabe ressaltar, ainda, que a ocorrência de morte de alguns desses bebês nos abrigos denuncia uma proteção precária por parte do Estado (Silva, 2015), além de desconsideração com a condição humana e fabricação de obstáculos que culminam por minorar possibilidades de construção de vidas dignas (Batista; Fonseca; Pontes, 2018).

No ano de 2014, a 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível em Belo Horizonte (PJIJCBH) publicou as recomendações 05 e 06, destinadas, respectivamente, às Maternidades Públicas (Minas Gerais, 2014a) e às Unidades Básicas de Saúde (Minas Gerais, 2014b) orientando a comunicação imediata à Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte (VCIJBH) sobre gestantes ou puérperas que utilizaram ou utilizam alguma substância considerada entorpecente durante a gestação ou de casos de negligência ou maus tratos. Dessa forma, sem nenhuma discussão prévia com a rede de saúde, o poder judiciário decidiu sobre o abrigamento ou entrega do recém-nascido à família extensa com a consequente separação deste de sua mãe (Parizzi, 2015).

Em 2016, tais recomendações foram ratificadas com a publicação da Portaria nº 03 da VCIJBH (Minas Gerais, 2016). Tal portaria exigia que, em até 48 horas, profissionais dos estabelecimentos de saúde comunicassem à VCIJBH o

atendimento a mulheres gestantes, parturientes e puérperas que, de acordo com a avaliação desses profissionais, pudessem produzir riscos aos seus filhos. Os encaminhamentos dos recém-nascidos deveriam ocorrer quando houvesse alguma evidência de que ao menos um dos genitores tivesse usado alguma substância entorpecente ou se encontrasse em situação de rua. A ausência desse comunicado poderia implicar em uma responsabilização criminal dos profissionais. Após comunicação à Vara seria providenciada a oitiva dos genitores com seu bebê para investigação de situação de risco. Assim, o cenário da separação acontece no imediato pós-parto na maternidade, impedindo o vínculo mãe/recém-nascido, dificultando, muitas vezes, o seu registro de nascimento, que é garantido ainda nas maternidades. Alguns desses estabelecimentos têm realizado, inclusive, prescrição para secar o leite materno. Há também casos em que se dá alta e tal criança é recolhida alguns dias depois de chegar à sua residência.

Nas unidades de acolhimento as visitas da mãe ao bebê ficam restritas à uma hora de duração, no máximo, duas vezes por semana. Espera-se que esta mãe tenha demonstração direta e explícita de vinculação com o recém-nascido, mesmo sem a oportunidade de construção do vínculo e afeto por conta da restrição de contato e visitas. Nesse processo de separação essas mulheres frequentemente estão adoecidas, mas este fato não é considerado por ninguém. Muitas delas, inclusive, também foram retiradas de suas mães e famílias e inseridas em instituições de abrigamento no passado. Passaram por situações de separação autoritárias e violentas. Testemunham "na pele" as consequências de políticas eugenistas que determinam a situação de abandono como uma "herança simbólica" (Silva, 2015, p. 153). Em geral, contrários aos ditames do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), os abrigos estão localizados muito distantes da moradia da família biológica da criança, o que dificulta as visitas, especialmente nos casos de adoecimento da mãe que revive a angústia da separação, da situação sócio-econômico-financeira e de distância geográfica. Há também casos de denúncias anônimas com recolhimento imediato da criança pelo conselho tutelar na própria casa da família, havendo um deslocamento do processo de ruptura mãe-bebê da maternidade para a residência. Trata-se de um fenômeno incoerente, uma vez que instituições que, em princípio, deveriam ser protetoras entram em cena desrespeitando os direitos das crianças e famílias (Souza *et al*, 2018).

Essa situação de priorizar a institucionalização de recém-nascidos em detrimento do amparo às mães vulnerabilizadas em BH remete à lógica de "esquadrinhamento" do

espaço urbano (Mattos, 2015, p.391), uma forma de segregação que desconsidera as singularidades e as necessidades de fortalecimento dos sujeitos (Souza *et al*, 2018). A justificativa oficial para a separação refere-se à "incapacidade" das famílias de ofertarem cuidado adequado aos recém-nascidos. Silva (2015) denunciou esse processo de destituição do poder familiar relacionando-o a "uma violenta estratégia biopolítica" (p.152) realizada em muitas cidades brasileiras e normatizada pelo judiciário na capital mineira. Trata-se do exercício de um poder punitivo que, ao arrancar filhos de suas mães, as condenam a uma culpa infinita que retira possibilidades potentes de terapêutica (Franco, 2018).

Nesse processo de separação mãe-bebê confirma-se a discriminação de classe, gênero e raça, pois os critérios dessa separação são muito subjetivos. Aspectos técnicos relativos aos cuidados com as mães e a viabilidade de ações humanitárias são deixados de lado enquanto forças ofensivas violam direitos fundamentais (Franco, 2018). Os discursos empreendidos pelos defensores da separação compulsória guardam uma naturalização da desigualdade que, de forma contraditória, ao mesmo tempo em que valoriza socialmente a maternidade compulsória, exigindo que todas as mulheres sejam mães, faz um recorte que impede algumas de sê-lo: as com sofrimento mental, aquelas empobrecidas ou com histórico de situação de rua, as ciganas, LGBTTQI, indígenas (CIMI, 2018), pretas e pardas (Geledés, 2018).

Além disso, as recomendações do MP e Portaria nº03 da VCIJBH desconsideram o princípio da integralidade do cuidado na medida em que impõe regras que dificultam o processo de cuidado na rede de saúde. Essas normativas não levam em consideração o acolhimento, a produção de um cuidado centrado no usuário e, por conseguinte, tentam anular qualquer possibilidade de construção de cuidado para as mães e seus filhos. Os trabalhadores passam de agentes do cuidado a denunciadores. Deixam de exercer seu papel no Sistema Único de Saúde (SUS) para atender demandas do judiciário (Franco, 2018). O Estado, que deveria proteger, apresenta-se, então, como violador de direitos.

A narrativa construída por determinados setores da sociedade para esta separação compulsória atravessa estereótipos relativos à pobreza, ao uso de drogas, ao histórico de trajetória de rua e se manifesta como disparador deste processo.

Drogas e maternidade: produção de novos sentidos

Os diferentes posicionamentos assumidos pela sociedade com relação às drogas dizem respeito aos valores que a sustentam. Originalmente, qualquer

droga engloba propriedades danosas e benéficas. A dose, o objetivo de uso, a pureza e as formas de acesso a essas substâncias determinam sua nocividade ou benefício (Escohotado, 1997). Há, portanto, no percurso histórico de produção de significados e modos de utilização para as drogas, enfrentamentos políticos e culturais (Silva, 2015).

Nesse contexto, a segregação entre drogas lícitas e ilícitas guarda uma relação particular com o fortalecimento do poder médico nos séculos XIX e XX. O controle e a regulamentação dessas substâncias, bem como a consequente criminalização de algumas, dialogam com a consolidação de saberes médicos e com a perigosa aliança entre tratamento e moral que, ao resultar em ações de proibição, relaciona-se de forma íntima com o consumo oculto e a produção de práticas ilegais (silva, 2015).

A complexidade em torno das questões aqui levantadas torna-se mais evidente quando é considerada a situação de exclusão social na qual vivem diversos usuários de drogas ilícitas – especialmente usuários de crack – e o cenário de dificuldade de acesso a políticas de seguridade social, que marginaliza ainda mais essas pessoas (Toledo; Gongora; Bastos, 2017).

Cabe ressaltar que autores como Zeferino *et al* (2017) apontaram a ampliação do acesso aos cuidados em saúde e o investimento em estratégias de sensibilização e empoderamento da sociedade como medidas potentes para a redução de vulnerabilidades na medida em que envolvam abordagem ética, resolutiva e que respeitem as experiências das comunidades. Dentre essas estratégias, destaca-se a Redução de Danos como um mecanismo intersetorial consistente. Trata-se de intervenções que envolvem os usuários de forma ativa, admitem a inevitabilidade de um determinado nível de consumo de drogas na sociedade, enfatizam a prevenção, atividades educativas e a produção de metas que considerem a saúde, a vida em sociedade, as relações custo-benefício para o usuário, além da cooperação entre instituições como judiciário, polícia e saúde (Silva, 2015).

Nessa perspectiva, é possível compreender que a problemática vivenciada por mulheres usuárias de drogas, que são separadas de seus filhos de forma compulsória, exige a produção de políticas públicas capazes de promover o exercício da maternidade no horizonte de vida dessas mulheres a partir do trabalho de diversos atores sociais como trabalhadores da saúde, assistência social, gestores e operadores do direito. Diante da sequência discriminatória a que estas mulheres

são submetidas, há urgência no desenvolvimento de ações integradas que tenham como objetivo primordial o cuidado das mães e seus bebês. Siqueira *et al* (2018) apontam a necessidade de produção de uma rede de apoio interligada à produção de vida dessas mulheres.

No sentido oposto ao julgamento moral e ao senso comum arraigado na sociedade, a maternidade é considerada "fator de proteção para gestantes usuárias de drogas" (Belloc; Cabral; Oliveira, 2017, p.47), enquanto as ameaças de separação constituem um potencializador de angústia, sofrimento e ruptura do vínculo com o serviço de saúde que afasta essas mulheres. Ademais, o cuidado a essas mulheres também constitui proteção a eventuais complicações materno-fetais e à criança que, próxima à família, torna-se menos exposta à violência (Belloc; Cabral; Oliveira, 2017).

Práticas discriminatórias têm provocado marcas irrecuperáveis na vida dessas mulheres. A subtração do direito de viver a maternidade constitui uma violência sem precedentes. Criminalizadas e excluídas, elas, muitas vezes, voltam às cenas de uso e, sem rede de proteção e cuidado, perpetuam situações de violação de direitos (Souza *et al,* 2018). Todavia, se há oferta do cuidado e apoio para permanência das mães com seus filhos, experiências mostram que essas mulheres constroem possibilidades de ressignificar a vida e, cheias de vida, contradições, dor e sofrimento, seguem criando maternidades possíveis (Cecília *et al,* 2018).

Alguns apontamentos e reflexões

A partir do acompanhamento de várias mulheres em sua luta por permanecer com seus filhos após o parto, ou ainda vivenciando junto com outras mulheres suas perdas e impossibilidades ao se verem separadas de seus filhos, temos realizado movimentos no sentido de melhor entender este processo na cidade de Belo Horizonte.

Neste contexto de exclusão e preconceito, vários grupos sociais inconformados com esta situação, tais como mulheres, trabalhadores da saúde e assistência social, universidades, setores do Estado como Defensoria Pública e outros da sociedade civil e organizada se juntaram em rede de apoio aos direitos humanos fundamentais dessas gestantes, instituindo importantes movimentos na defesa da possibilidade de mães permanecerem com seus filhos e filhas recém-

nascidos. A resistência, produzida pelos movimentos sociais, simboliza o desejo de produção de vidas mais dignas, o respeito aos diversos modos de existência e a possibilidade de criação de redes cuidadoras que superem as políticas de controle dos corpos conduzidas pelo judiciário (Franco, 2018).

E assim foram realizados seminários, audiências públicas, vigílias e mobilizações nas ruas, reuniões com Ministério Público, Judiciário, Defensoria Pública, universidades, além do recolhimento de narrativas de mães e de trabalhadores de saúde, assim como organizados movimentos potentes questionando esta retirada compulsória de bebês. Isto levou também a denúncias ao Conselho Nacional de Justiça e ONU, tendo como consequências a revogação da Portaria nº 3 em 2017. Alguns desses relatos e reflexões encontram-se no Suplemento **"Separação compulsória de mães e seus filhos: quando a lei e a cidadania se confrontam",** publicado recentemente na Revista Saúde em Redes e constituem-se em material empírico relevante que fundamenta e subsidia algumas das análises que apresentamos aqui e que são produto de projeto de pesquisa desenvolvido no acompanhamento destas mulheres (Jorge; Merhy; Pontes, 2018).

Com o objetivo de debater e dar respostas mais inclusivas e cidadãs à separação compulsória de mães de seus filhos decretada pela VCIJBH e Ministério Público de MG, várias propostas vêm sendo discutidas nos movimentos sociais. Têm sido estabelecidas articulações que contribuem para a garantia dos direitos civis e sociais pactuados em convenções e acordos internacionais (Convenção de Belém do Pará, artigo 9º p.5). Assim, os direitos dessas mulheres, violados pelas recomendações e Portaria nº 03/2016 da VCIJBH, têm sido discutidos em diferentes instâncias e vários encaminhamentos, como a própria suspensão da normativa, já aparecem como resultado dessas lutas sociais.

As separações, entretanto, continuam a ocorrer nos serviços, demonstrando que há uma condição cultural de julgamento prévio em nossa sociedade dessas mulheres em situação de vulnerabilidade por parte dos profissionais, do Ministério Público e judiciário, entre outros. Tal processo demonstra que, mesmo sem a portaria, existe uma perspectiva moralizante e preconceituosa em relação à capacidade dessas gestantes se constituírem em boas mães, refletindo um imaginário coletivo de um ideal materno que não corresponde às possibilidades de todas as mulheres (Jorge; Merhy; Pontes, 2018). Essas mulheres, por estarem em alguma situação de vulnerabilidade tal como pobreza, uso em algum momento de alguma droga

lícita ou ilícita, situação de rua ou sofrimento mental, são julgadas e definidas como incompetentes para cuidar e criar adequadamente seus filhos.

Assim, mulheres têm sido sujeitadas a uma sequência vertiginosa de violências que demarcam a redução dessas pessoas à condição de depositário (Siqueira *et al*, 2018). Expostas ao extremo da sobrevivência, são ainda obrigadas a eliminar qualquer possibilidade de desejo quanto à maternidade. A mensagem destinada a essas mães, se considerarmos os julgamentos moralistas que as estigmatizam, é a de que não basta tentar eliminar suas existências. É preciso roubar suas possibilidades, mostrar com veemência o quanto são indesejadas ao modo hegemônico de construir o mundo. Contudo, linhas de fuga transbordam a esse projeto homogeneizador em curso. A subjetividade humana irrompe, então, como dispositivo potencializador para a produção de alternativas à racionalidade discriminatória.

Mulheres começam a fugir dos serviços de saúde por medo de perderem seus filhos. Tal prática torna visível a necessidade de ampliar as discussões na sociedade e construir alternativas que contemplem a produção de cidadania para a mãe e seu filho juntos. Há uma aposta de que a integração de políticas sociais e urbanas a serviço das pessoas, e não de interesses mercadológicos, constitua uma alternativa para a produção de uma sociedade mais solidária (Batista; Fonseca; Pontes, 2018).

Nesse sentido, a elaboração de diferentes compreensões acerca da multiplicidade de existências e de territórios que engendram modos singulares de vida contribuem para a produção de alternativas que potencializam a produção do cuidado para mães e bebês. Investir na produção de afetos, no respeito à condição humana em suas singularidades propicia a criação de novas possibilidades de trajetórias existenciais e oportuniza a criação de redes cuidadoras que buscam superar as políticas de controle que vêm sendo conduzidas (Franco, 2018; Batista; Fonseca; Pontes, 2018).

Contudo, hoje, o arcabouço jurídico construído a partir da luta de movimentos por direitos sociais e democráticos no Brasil, apesar de garantir direitos humanos para as mulheres, tem sido interpretado de forma diferenciada pelos atores sociais.

Limberger e Andretta (2015) afirmam que os profissionais envolvidos com cuidado em saúde deveriam considerar as mulheres e seus bebês garantindo seus direitos, sem uma visão unilateral que considere as necessidades de apenas um dos sujeitos. Neste sentido, torna-se importante também refletir sobre o papel

da figura paterna e da diversidade familiar na atualidade. A realidade é mais complexa do que supõem aqueles que elaboram enquadramentos normativos.

O reconhecimento dessa complexidade, dos aspectos culturais envolvidos nas ações de separação de mães e filhos que vivem em situação de vulnerabilidade, remete à inevitabilidade de produzir alternativas para a superação de desigualdades sociais. As normativas citadas neste texto não são direcionadas a quaisquer mães: elas valem apenas para mães pobres, em sua maioria pretas, que vivem em condições de vida precárias. Empenhar-se para superar condições como essas tem sido um enfrentamento que encontra muitos obstáculos ao longo da história.

Tempos atrás, políticas higienistas com viés de gênero, cor e raça se aplicavam a populações com hanseníase, tuberculose e sofrimento mental. Era comum o isolamento e reclusão das pessoas em locais descritos por Goffman (2001) como Instituições Totais. Tal tipo de arbitrariedade hoje encontra seu lugar na racionalidade instrumental que leva mães e bebês de famílias vulnerabilizadas a serem separados compulsoriamente. Os recém-nascidos são também confinados em abrigos, longe do seio materno, do aconchego, dos sons que o acompanharam durante a gestação. As mães, por sua vez, são abandonadas pelo Estado e, muitas vezes, refugiam-se nas drogas, utilizando-as cada vez mais. As ações de separação matam possibilidades de construção, de produção de novas oportunidades para essas mulheres e suas famílias.

Na atualidade, coletivos como o Movimento de Luta Antimanicomial e o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) demandam o restabelecimento do vínculo entre pacientes e suas famílias de origem como forma de reparar violações de direitos humanos advindos desse processo de separação entre mães e filhos já ocorrido tempos atrás. Buscar o significado desses atos de segregação que ocorreram no passado constitui uma forma de ressignificar ações na atualidade e, por isso, esse contexto merece ser considerado. Maricato e Sousa (2018) denunciaram a responsabilidade do Estado pelo apagamento da história de várias crianças filhas de mulheres que tiveram hanseníase. As autoras trazem à tona a ausência de criatividade do Estado nos dias atuais. Há uma repetição de velhos modelos hierárquicos, contrários ao cumprimento de direitos humanos básicos.

Na perspectiva de agregar fatores que possam contribuir para o entendimento da segregação realizada nos dias atuais, torna-se pertinente analisar algumas características dos abrigos e das "filas para adoção", especialmente nas grandes

cidades brasileiras. Os abrigos infantis, tradicionalmente entendidos como lócus para proteger as crianças e como substituto total da família, não se sustentam. Há inúmeras fragilidades, inclusive, na rede de apoio. Há pequeno número de cuidadores para grande quantidade de crianças e estas acabam não recebendo os cuidados necessários. Mães passam por constrangimentos ao tentarem visitar os filhos e amamentarem. O sofrimento de ouvir o filho pedindo para voltar para casa e não poder fazer nada é avassalador.

Outra perspectiva, também relacionada às situações as quais as crianças são expostas, refere-se a lista de prováveis famílias receptoras com melhores condições econômicas. A classe média, ao demandar bebês recém-nascidos para adoção, acaba propiciando a formação de um "mercado de bebês adotáveis". Entretanto, desse processo de espera por um bebê a ser adotado são excluídas famílias pauperizadas, apesar de também haver ali o desejo e vontade de se adotar uma criança.

O neoliberalismo, ao demandar força de trabalho em condições precarizadas, coloca em desvantagem o exercício de cidadania e considera alguns sujeitos como descartáveis ou que não valem a pena – fazem parte da ralé brasileira (Souza, 2018). Mães e bebês separados compulsoriamente pelo Ministério Público e judiciário em BH fazem parte desse grupo à margem de quase todos os direitos. Por outro lado, as famílias "eleitas" para a adoção escolhem a cor, sexo, idade da criança como se estivessem às compras em um supermercado e podem até devolver a "mercadoria" se não se adaptarem à criança adotada!

A construção do caráter compulsório da maternidade tem algo a ver com isso? Tudo indica que sim e que há um deslocamento do "ser" pai ou mãe para o "ter" filho ou filha. Instala-se aí o "mercado" e a visão higienista vem como resposta a essa conjunção de necessidades, pois se constrói uma narrativa de que o "melhor" para esses sujeitos é viver como classe média ou alta, colocando somente esses segmentos como aptos para a adoção. Um exemplo comum ocorre quando membro de família extensa de determinada criança (da classe popular) é considerado "velho demais" para a guarda e cuidado da criança. Por outro lado, recém-nascidos são abrigados em famílias com seus possíveis pais adotivos, criam vínculo e as mães biológicas dessas crianças são desestimuladas a lutarem por seus(suas) filhos(as).

Tal situação desconhece a diversidade de formas de exercício da maternidade e paternidade, considerando somente o formato familiar burguês como efetivas. Isto pode ser vislumbrado na argumentação de vários profissionais que vêm

dessas classes e que medem o outro de forma estereotipada e preconceituosa, banalizando a separação de recém-nascidos de suas mães e famílias a partir de relato de histórico de uso de álcool, outras drogas ou trajetória de rua. Inúmeras possibilidades de cuidado são rejeitadas e prevalece uma suposta moral que impõe a punição como única possibilidade para uma multiplicidade de acontecimentos. Mães são desconsideradas e seus sofrimentos são convertidos em banalidade (Franco, 2018; Ferla; Jorge; Merhy, 2018).

A despeito dessas produções homogeneizadoras de mundo, o exercício da maternidade é construído e de forma não homogênea. Varia de acordo com o tempo, lugar e o contexto social. As mulheres não nascem sabendo como cuidar de seus filhos. O parto aparece nesse contexto como um momento especial para aquelas que decidiram exercer a maternidade, aprendizado do dia a dia, que ocorre durante a vinculação da mãe com a criança. É de fundamental importância, então, que mãe e filho estejam juntos e o aleitamento materno também faça parte desse processo de aprendizagem diário. Cada experiência é única em sua singularidade.

De certa forma, há uma criminalização da pobreza com julgamento moral e as mulheres empobrecidas são as mais vitimadas, mesmo lutando e resistindo nesse contexto de preconceitos de gênero, cor, raça, etnia.

Assim, justifica-se a retirada dos recém-nascidos de mães em situação de vulnerabilidade como medida profilática à suposta violência que receberiam por parte dos pais e também a possibilidade de produção de crianças envolvidas com tráfico. Trata-se de uma lógica discriminatória e excludente que almeja certos parâmetros de consumo, condições de habitação, de hábitos de vida para ser possível o exercício da maternidade. Há uma culpabilização e um imaginário de fracasso da mulher por não seguir o parâmetro dito ideal para ser mãe (Belloc; Cabral; Oliveira, 2018).

Em Belo Horizonte vários movimentos foram e estão sendo criados, mas ainda há muito a ser feito. Nesse processo de denúncia, duas profissionais de saúde foram afastadas de suas funções e dois conselheiros de saúde foram criminalizados por denunciarem as violações de direitos.

Diante das adversidades, contestar as práticas que violam os direitos humanos e a equidade nos serviços de assistência social, justiça e saúde, especialmente, junto às populações empobrecidas, constitui premissa básica para exigir o cumprimento do princípio universalista e de integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e

da Constituição Federal de 1988. Partindo do ponto de vista de que políticas proibitivas geram principalmente criminalização, perseguição e estigmatização de mulheres com trajetória de uso de álcool e outras drogas, há uma aposta na produção de políticas públicas de forma participativa e compartilhada, que possibilite às pessoas em alguma situação de vulnerabilidade manifestarem seus desejos e obterem a oportunidade de reconstrução de suas trajetórias de vida, incluindo o direito à maternidade e à paternidade. É fundamental também o suporte necessário para permanecerem juntos com seus recém-nascidos após o parto sem que essas vidas sejam judicializadas (Souza *et al*, 2018). A defesa dos direitos dessas mulheres e crianças representa resistência à degradação das organizações coletivas e ao modo homogêneo de se conceber o sujeito como se não fosse possível a produção de alternativas (Lorey, 2016).

Direitos humanos e saúde para as famílias como forma de ressignificação de suas vidas

O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988 reconhecem a luta das mulheres pela igualdade de gênero, raça/etnia e garante a saúde como direito humano e dever do Estado, assim como condições iguais para o crescimento e desenvolvimento das crianças em suas famílias num cenário onde há responsabilidades da sociedade civil e do Estado na garantia da saúde, educação e desenvolvimento saudável das cidadãs e cidadãos brasileiros. Este arcabouço jurídico foi conquista de movimentos populares e sociais que se articularam e se organizaram na década de 80, incluindo o movimento sanitarista, na construção do SUS – Sistema Único de Saúde (Brasil, 1988, 1990a,1990b, 1990c).

Nesse sentido, o debate que coloca a saúde como direito e busca a universalidade e integralidade como princípios essenciais para essa consolidação encontra-se em desacordo com a situação de separação compulsória de mães e filhos. Pensar possibilidades de produção de redes de cuidado, de processos de trabalho que ultrapassem o olhar homogeneizador para situações singulares, investir na educação permanente dos trabalhadores e gestores constituem algumas alternativas potentes para a produção de políticas que atendam às necessidades de mães e filhos em situação de vulnerabilidade. A produção de oportunidades de cuidado para mães e filhos vai na contramão da proposta das recomendações e

portaria instituídas pelo Ministério Público e judiciário e constitui uma perspectiva coerente com o posicionamento de que toda a vida vale a pena (Merhy, 2015).

Cabe considerar que tais colocações corroboram com estratégias intersetoriais, transversais e multidisciplinares que abordam questões de gênero em nosso país. Produzir políticas de saúde que considerem as necessidades de mulheres negligenciadas pelo Estado e invisibilizadas pelo olhar neoliberal compõe uma marca de resistência nas lutas feministas. Importante ressaltar, neste sentido, que a Convenção de Belém do Pará (1994) veio para afirmar que mulheres são seres humanos e, portanto, devem ter direitos assegurados, tais como o de viverem livres de violências institucionais de gênero e vieses racistas (OEA, 1994).

Nesse contexto, a oferta das autoras deste texto envolve a produção de um olhar questionador, que reposicione as equipes de saúde e amplie as discussões para além de competências reducionistas do significado do trabalho em saúde. Há uma perspectiva de que o envolvimento mais intenso das equipes, a construção de um cuidado compartilhado que considere toda a complexidade que envolve as vidas de mães e filhos nos diversos lugares sociais, contribua para a criação de novos arranjos que possibilitem o enfrentamento dos desafios de forma potente, sem nos render à repetição protocolar de condução da vida do outro (Merhy *et al*, 2014; Merhy, 2015).

Considerações finais

Este texto relata algumas situações de abuso de poder por parte do Estado em detrimento do cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade e também aponta condutas que servem para justificar esse cenário. Dardot e Laval (2016) argumentam que o Estado, enquanto protetor de regras jurídicas e comportamentais, instaura condições sociais para impor seus objetivos. Neste caminho, criminaliza determinadas condutas e constrói estereótipos que favorecem determinado modo de agir no mundo. Na prática, há a legitimação de um poder que destitui determinados sujeitos de sua condição de humanidade (Silva, 2015).

Há crianças que permanecem, pelo menos, metade de sua vida sob abrigamento. Carregam o estigma de serem filhos e filhas de mães com histórico de uso de álcool e outras drogas, a maioria negra. Muitas são afastadas de suas mães logo ao nascer e só saem do abrigamento quando completam dezoito anos.

Os sistemas normativos e algumas decisões do Estado, ao perpetuarem esta situação de abandono, naturalizam a desigualdade e o preconceito.

Por sua vez, situações de exercício profissional que levem em consideração possibilidades de autonomia dessas mães e defendam a vida em sua diversidade aparecem como mecanismos de "desobediência civil" (Chagas; Abrahão, 2018, p. 70). A denúncia da presença do racismo e moralismo conservador nas instituições nos coloca em interrogação sobre que sociedade e civilização são essas onde algumas vidas valem mais que outras. E conforme nos alertam Ferla, Jorge e Merhy (2018) "...o embaraço é todo nosso, não só dos agentes que praticam esses atos discriminatórios e racistas em nome de um "ato do bem", mas de todos nós, pois ele é cravado de efeitos perversos". "Que civilização é essa que exclui, separando e deixando de fora uma legião de destituídos?" (Ferla, Jorge E Merhy, 2018, p. 07)

O custo social dessa proposta é muito alto se levarmos em conta que existem outras alternativas e possibilidades de produção de ações e políticas de promoção da saúde, prevenção de agravos e busca de uma vida digna para todos, independentemente de seu *status* sócio-econômico-cultural ou de identidade e perspectiva de raça, etnia e gênero.

Dessa forma, os caminhos esboçados neste capítulo como alternativas à separação compulsória representam possibilidades de enfrentamento a uma condição considerada de grande desumanidade. Impor a separação de crianças que poderiam viver com suas famílias acena para concepções fascistas que, em última instância, determinam a segregação de crianças em situação de vulnerabilidade.

A permanência dessas crianças junto às famílias e comunidade de origem e a criação de políticas de apoio com casas de transição para redes de suporte às mães e seus filhos seriam propostas mais assertivas. Assim, as autoras apostam na produção de políticas públicas efetivas e participativas que respeitem o direito humano de mães e seus bebês ficarem juntos, se assim o decidirem. Defendemos também que as vidas das mulheres com histórico de uso de drogas ou trajetória de rua são vidas tão preciosas como qualquer outra e que, com suporte efetivo, podem conquistar seus direitos de cidadania por meio de políticas públicas articuladas que garantam o apoio necessário para mãe e filha(o) permanecerem juntos após o parto sem qualquer processo de judicialização dessas vidas de viés higienista. Seguimos neste caminho buscando construir possibilidades singulares a partir das relações humanas, refletindo e participando de movimentos sociais em defesa dessas vidas.

Nesta trilha, nossa urgência assenta-se no respeito às singularidades e ao governo de si, na produção de práticas que reorganizem saberes rijos e tragam maior delicadeza e sensibilidade ao cotidiano dos serviços oferecidos pelo Estado. Nosso convite é à produção de uma racionalidade que envolva cooperação e seja marcada pela ética da defesa da vida em sua multiplicidade e pela produção de olhares sensíveis que, ao se deixarem afetar pelo mundo do outro, provoquem a produção de saídas que ultrapassem a ideia de controle e instaurem novas formas de existência e de cuidado.

Bibliografia

BATISTA, G.F.; FONSECA, M.C.; PONTES, M.G. É uma dor que não tem explicação. É a vida da gente que eles tiram: narrativas de mulheres na resistência pelo seu direito à maternidade em Belo Horizonte - MG. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 129-139, 2018.

BAUMAN, Z.Z. Modernidade Líquida. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BELLOC M.M.; CABRAL, K.V.; OLIVEIRA,C.S. A Desmaternalização das Gestantes Usuárias de Drogas: violação de direitos e lacunas do cuidado. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 37-49, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF, 1990a.

BRASIL. Lei No. 8080/90, de 19 de setembro de 1990. Brasília: DF. 1990b. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 25 mar. 2018

BRASIL. Lei No. 8142/90, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: DF. 1990c. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm Acesso em: 25 mar. 2018.

CECÍLIA, B.; GARCIA, D.R.; CRUZ, D.V.; OLIVEIRA, E.O.; SILA, F.R.S.; MARIA, H.H.; SILVA, I.M.; AMARO, J.C.; COSTA, J.V.; IANNARELLI, R.; OLIVEIRA, R.K.S. Gestar o Real do Corpo: o direito à maternidade possível. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 99-113, 2018.

CHAGAS, M.C.; ABRAHÃO, A.L. Desobediência Civil na Produção Singular de Cuidado em Rede: outros olhares para a mãe usuária de drogas. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 61-74, 2018.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 01/03/2018.Racismo institucional: justificando pobreza, Estado retira crianças de suas famílias Guarani e Kaiowá Disponível em:https://cimi.org.br/2018/03/racismo-institucional-justificando-pobreza-estado-retira-criancas-de-suas-familias-guarani-e-kaiowa/ Acesso em 30.08.18.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ESCOHOTADO, A. O Livro das Drogas: usos e abusos, desafios e preconceitos. São Paulo: Dynamis Editora, 1997.

FERLA, A.; JORGE, A.O.; MERHY, E.E. A perversidade do "ato do bem". Editorial. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 05-08, 2018.

FRANCO, T.B. Fobia de Estado e a Resistência ao Acolhimento Compulsório de Bebês. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 85-98, 2018.

FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572p.

GELEDÉS Instituto da Mulher Negra.Julgamento é denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos: mulher foi condenada porque seu marido matou o filho caçula quando ela não estava em casa. Disponível em: https://www.geledes.org.br/caso-de-tatiane-da-silva-santos-condenada-24-anos-de-prisao-e-denunciado-na-comissao-interamericana-de-direitos-humanos/ acesso em 30.08.2018.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001

JORGE, A.O.; MERHY, E.E; PONTES, M.G.Introduzindo a pesquisa: uma trajetória de encontros. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 09-26, 2018.

LIMBERGER, J.; ANDRETTA, I. Estudios sobre feminismo y género. Número 15 / p. 41 - 65 / janeiro - abril, 2015; São Leopoldo-RS.

LOREY, I. Estado de Inseguridad.TraduccíonRaúlShanchesCedillo. Espanã: Traficantes de Sueñus, 2016.

MARICATO, G.; SOUSA, A.C.M. Sequestro e Negligência como Política de Estado: experiência da segunda geração de atingidos pela hanseníase. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 153-168, 2018.

MATTOS, A.L.C. Contribuições da Arqueologia e da Genealogia à Análise das Políticas de Saúde. In: MATTOS, R.A.M; BAPTISTA, T.W.F. (orgs). Caminhos para análise das políticas de saúde. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015, p.83-152.

MERHY, E.E. Multidão: esfinge da saúde pública, lugar de inflexão, ideias de bem comum. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v.24, suplemento 1, p. 44-54, 2015.

MERHY, E.E.; GOMES, M.P.C.; SILVA, E.; SANTOS, M.F.L.; CRUZ, K.T.; FRANCO, T.B. Redes Vivas: Multiplicidades Girando as Existências, sinais da Rua. Implicações para a Produção do Cuidado e a Produção do Conhecimento em Saúde. Revista Divulgação em Saúde para Debate. Rio de Janeiro, n.52, p. 153-164, 2014.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Portaria nº 3/VCIJBH, de 22 de Julho de 2016. Dispõe sobre o procedimento para encaminhamento de crianças recém-nascidas e dos genitores ao Juízo da Infância e da Juventude, assim como, oitiva destes, nos casos de graves suspeitas de situação de risco, e sobre o procedimento para aplicação de medidas de proteção. Diário do Judiciário Eletrônico TJMG. 25 jul. 2016: 29-33. [Portaria online]. 2016 Disponível em: http://ftp.tjmg.jus.br/juridico/diario/index.jsp?dia=2207&completa=2inst%7Cadm. [Acesso em 04 maio 2017].

MINAS GERAIS. Ministério Público. Recomendação nº 5/PLIJCBH/MPMG, de 16 de Junho de 2014. Recomendação aos médicos, profissionais de saúde, diretores, gerentes e responsáveis por maternidades e estabelecimentos de saúde. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 2014a.

MINAS GERAIS. Ministério Público. Recomendação nº 6/PLIJCBH/MPMG, de 06 de Agosto de 2014. Recomendação aos médicos, profissionais de saúde, Agentes Comunitários de Saúde, gerentes e responsáveis por Unidades Básicas de Saúde. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 2014b.

OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. CONVENÇÃOINTERAMERICANA PARA PREVENIR,PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER,"CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ"(Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994,no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral). Disponível em: http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm. Acesso em 03/10/2018

PARIZZI, M.R. Horizontes da Maternidade? Seminário: De quem é este bebê. In: Minas com Lacan, Escola Brasileira de Psicanálise (EBP.MG) 29 de julho de 2015. Disponível em: http://minascomlacan.com.br/de-quem-e-esse-bebe-3/ Acesso 05 out 2018

SILVA, R.A. Reforma Psiquiátrica e Redução de Danos: um encontro intempestivo e decidido na construção política da clínica para sujeitos que se drogam.2015. 189f. Dissertação (Mestrado Profissional em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SIQUEIRA, P.M.; HERNANDEZ, M.L.; FURTADO, L.A.C; FEUERWERKER, L.C.M.; MORENA, H.V.; SANTOS, H.E."Oh pedaço de mim, Oh metade amputada de mim..."Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 51-60, 2018.

SOUZA, C.M.B.; PONTES, M.G.; JORGE, A.O.; MOEBUS, R.N.; ALMEIDA, D.E.S. Mães Órfãs: o direito à maternidade e a judicialização das vidas em situação de vulnerabilidade. Revista Saúde em Redes. Porto Alegre, n.4, Supl. 01, p. 27-36, 2018.

SOUZA, JESSÉ. A Ralé brasileira, quem é e como vive. 3ª ed. Ampliada com nova Introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

TOLEDO L.; GÓNGORA A.; BRASTOS F.I.P.M. À margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social – uma revisão narrativa. Ciência e Saúde Coletiva. V.22, n.1, p.31-42, 2017.

ZEFERINO, M.T.; FERMO, V.C.; FIALHO, M.B.; BASTOS, F.I. Semelhanças e Contrastes nos Padrões de Uso do Crack em Santa Catarina. Ciência e Saúde Coletiva. V.22, n.1, p.97-106, 2017.

O desafio da tutela do direito à maternidade das mulheres em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro

O papel da defensoria pública no acesso à justiça de grupos vulneráveis

Autoras

Ana Rosenblatt

Defensora pública do Estado do Rio de Janeiro e mediadora de conflitos. E-mail: anarosenb@yahoo.com.br

Carla Beatriz Nunes Maia

Defensora pública do Estado do Rio de Janeiro, titular do Núcleo de Diretos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: cbeatriznm@gmail.com

Marcia Mesquita Barros

Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa e defensora pública do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: marciamesquita@globo.com

Resumo

Analisa a tutela do direito à maternidade das mulheres em situação de rua e, para tanto, narra um caso concreto acompanhado pelo Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Se a população de rua já se encontra em situação de extrema vulnerabilidade, que dizer das mães e gestantes inseridas nesse grupo, em franca expansão? No presente artigo essa vulnebilização é trazida à luz por meio da experiência de Maria, cuja trajetória denuncia inúmeras ausências na tutela dos direitos fundamentais. Busca-se a quebra da invisibilidade dessa população para reivindicar a democratização do acesso à justiça. O afastamento compulsório de filhos de suas mães em situação de rua suscita o debate sobre a justiça a que se tem acesso na realidade de Maria.

Palavras-chave

maternidade, situação de rua, gênero, vulnerabilidade social, defensoria pública

O desafio da tutela do direito à maternidade das mulheres em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro

O papel da defensoria pública no acesso à justiça de grupos vulneráveis

Ana Rosenblatt
Carla Beatriz Nunes Maia
Marcia Mesquita Barros

Primeira Parte – O caso Maria.

Sexta-feira, 14hs.

Eu trabalhava no pedido de registro de um homem de 40 anos que não tinha sequer certidão de nascimento - situação bastante corriqueira no Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública (NUDEDH)[70]. Meu celular tocou. Era Maria[(71)]. Seu maior medo se tornava realidade. "*Doutora Carla, a senhora precisa vir agora. Estão tirando o Tiago[(72)] de mim*".

Conheci Maria em maio de 2016. Em um auditório lotado por mais de 300 pessoas em situação de rua, a Defensoria promovia uma Audiência Pública para dar voz àquela população, ouvir suas demandas, traçar estratégias de atuação. Era a primeira vez que uma instituição do sistema de garantias de direitos do Estado do Rio de Janeiro abria as portas para pessoas em situação de rua.

Foram muitos os relatos inflamados naquela tarde. Ouvimos histórias de pessoas que têm por rotina serem despertadas de seu sono com água fria ou quente; de doentes que, ao procurarem auxílio médico, escutam comentários de profissionais de saúde como: "*é morador de rua, tomara que morra*"; de mulheres que temem ser separadas de seus bebês ao dar à luz. Fiquei ligeiramente incrédula acerca dessa última prática, que me parecia um tanto absurda e da qual eu nunca havia tido notícia.

70 O tema da pessoa em situação de rua ganhou pauta própria na Defensoria Pública do Rio de Janeiro a partir de 2014, quando a defensora pública Carla Beatriz Nunes Maia, titular do Núcleo de Direitos Humanos, passou a implementar um defensorar atento às peculiaridades específicas desse grupo, por meio de uma política de proximidade que atende plenamente aos ditames do art. 134 da Constituição Federal.

71 Os nomes e alguns detalhes do caso foram alterados para preservar as identidades dos envolvidos.

72 Nome fictício dado a um personagem real com a intenção de protegê-lo e à sua família.

Pessoas em situação de rua, em regra, são extremamente sensíveis, com dificuldade relacional. São pessoas que foram expulsas ou simplesmente preferiram abandonar famílias ou comunidades disfuncionais por não conseguirem lidar com enfrentamentos. Salvo em caso de distúrbios psíquicos ou de uso de drogas, tem por característica serem desprovidas de agressividade. Como estratégia de sobrevivência, costumam dormir durante o dia (a noite lhes reserva inúmeros perigos e precisam estar alertas).

Durante a Audiência Pública, Maria me chamou a atenção. Falou ao microfone de maneira coerente, veemente, corajosa. Sabia se colocar. Ao final do evento, veio me procurar. Pediu desculpas por ter sido tão exaltada. Fiquei constrangida. Era eu quem lhe devia um pedido de desculpas, pensei, por ser uma engrenagem do sistema que tão pouco lhe oferecia.

Maria passou a ser acompanhada pela Defensoria Pública. Alguns óbices tiveram que ser superados para que exercesse os direitos que lhe eram garantidos por lei. Por exemplo: como portadora de uma deficiência física, fazia jus a benefício previsto na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). Foi preciso uma intervenção *in loco* do Defensor Público Federal junto ao INSS para ultrapassar a questão da exigência, pela autarquia, de um comprovante de residência. Maria passou a receber o benefício e conseguimos instalá-la em um abrigo municipal.

Durante um evento de que participei representando o NUDEDH, voltei a encontrar Maria, que, agora grávida, comentou ter ouvido de funcionários do abrigo que seu filho seria entregue para adoção, já que ela "não tinha condições" de criar a criança. Novamente me recusei a acreditar nessa possibilidade e atribuí a fala a um devaneio de Maria. Hoje percebo o tamanho da minha ingenuidade.

Durante a gravidez, Maria e seu companheiro conseguiram alugar uma quitinete no centro da cidade. A pouca mobília chegou por meio de doações. A expectativa era muita para o nascimento do bebê. Viviam do benefício do governo, de doações e dos "bicos" que seu companheiro conseguia. Poucos dias depois do nascimento de Tiago, fui visitar mãe e filho em casa, juntamente com uma voluntária que trabalhava com população de rua. As dificuldades eram muitas e evidentes. A família seguia contando com cestas básicas e com outros tipos de doações para atender às suas necessidades. Tão palpável quanto as dificuldades socioeconômicas era a conexão de Maria com seu bebê. Onde faltava dinheiro, sobrava amor. Maria estava feliz. Amamentava, cuidava de seu filho, fazia planos.

Cerca de uma semana depois da minha visita, veio o telefonema. "*Doutora Carla, a senhora precisa vir agora. Estão tirando o Tiago de mim*".

Maria precisou realizar alguns exames por conta de uma complicação da cesariana. Foi atendida na mesma maternidade em que dera à luz alguns dias antes. Chegou ao local acompanhada de seu bebê e, para sua surpresa, foi informada de que como o exame era demorado e ela não tinha com quem deixar Tiago, o recém-nascido seria levado para um abrigo. Maria entrou em pânico e me telefonou. Ao ouvir seu desespero do outro lado da linha, imediatamente pulei da cadeira e entrei num táxi.

Na maternidade, me apresentei às enfermeiras como defensora pública e acompanhante da Maria. O ambiente tornou-se imediatamente hostil. Segurei Tiago no colo durante o tempo em que Maria precisou fazer exames. Horas se passaram. O bebê, que a princípio dormia tranquilo, começou a chorar de fome. Nenhuma enfermeira se disponibilizou a coletar leite materno ou ofereceu outro tipo de alimento ao pequeno. Logo após o exame, Tiago foi imediatamente para o peito da mãe.

Dias após este episódio, recebi um novo telefonema. Dessa vez, o serviço de assistência social da maternidade me convidava para uma reunião sobre o "caso Maria". Na reunião me deparei com um grupo de seis mulheres da área da saúde e de assistência social que tinham a intenção de, junto comigo, decidir sobre o destino do bebê de Maria. Apresentaram um discurso alinhado: Maria não tinha condições de exercer a maternidade e era preciso traçar estratégias para retirar Tiago de seus cuidados.

O grupo afirmava basicamente que não só Maria apresentava comprometimento psíquico, como residia próximo a uma "boca de fumo", o que inviabilizava que a equipe técnica acompanhasse seu caso. Argumentei que o comprometimento de Maria era de grau leve, que ela não usava drogas e tampouco apresentava comportamento agressivo. Ora, a existência de um leve comprometimento psíquico não justifica a perda do poder familiar, mas sim a prestação dos cuidados necessários por parte do Estado. No mais, eu havia estado pessoalmente em sua casa, e, da mesma forma, parceiros de nossas ações sociais frequentavam o local, inexistindo razão para que a equipe técnica de atendimento não o fizesse. Por fim, o grupo argumentou que Maria não teria condições de cuidar de seu filho porque este apresentava assaduras, ao que respondi que cabia à equipe de saúde dar à recém-mãe noções de puericultura.

Minhas colocações não foram suficientes frente à implacabilidade e inflexibilidade daquelas profissionais. Diante desse quadro, informei que tínhamos diante de nós uma mãe amorosa e desejosa de cuidar de seu filho recém-nascido e a Defensoria Pública jamais chancelaria a conduta inconstitucional pretendida por aquele grupo de profissionais [(73)]. O clima esquentou e a reunião foi encerrada.

Maria voltou para casa com Tiago naquela tarde. Relatou ter escutado da equipe de saúde que só levava o filho porque "*tinha gente por detrás*". Contou que, naquele mesmo dia, uma amiga sua, também em situação de rua, não teve a mesma sorte e deixou o hospital sem seu bebê. Com o passar do tempo, conheci inúmeras mulheres que, entre culpadas e constrangidas, relataram ter sofrido a mesma violação. Algumas delas tentavam, com um sorriso, mascarar a dor do olhar.

Segunda Parte – Política nacional de população de rua: histórico e proposições

Até o ano de 2004, a invisibilidade das pessoas em situação de rua junto ao Estado era quase total. Essa situação mudou após um trágico evento. Naquele ano, no mês de agosto, sete pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas na Praça da Sé por policiais e seguranças do comércio da região. A barbárie gerou grande comoção. Como há muitos catadores de materiais recicláveis em situação de rua, esse público formou uma comissão para dirigir-se ao presidente Lula aproveitando a *ExpoCatadores*, evento em que o presidente tradicionalmente tomava café da manhã com catadores no final do ano, em São Paulo. Demandaram medidas em prol da autonomia e inserção social do grupo.

De início, o presidente Lula delegou ao então Ministro de Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, a avaliação das possibilidades de ação com relação às demandas existentes. A comissão pontuou então o fato de que só o olhar da assistência social não seria suficiente, porque a população em situação de rua possui inúmeras demandas, por vezes complexas, o que sugeria uma ação intersetorial e pelo viés dos Direitos Humanos. Foi criado então um grupo de trabalho interministerial para estudar o tema e construir políticas públicas que atendessem os interesses do recém-criado Movimento Nacional de População de Rua (MNPR).

73 O artigo 227 da Constituição Federal é categórico ao determinar o direito da criança de permanecer com a família de origem e a obrigação correlata do Estado e de seus agentes de atuarem neste sentido.

A partir desse grupo de trabalho e dos espaços de debate recém-criados, foi reforçada a necessidade de uma pesquisa nacional sobre população em situação de rua. Publicada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a economia (UNESCO) em 2008[74], trata-se da única pesquisa até o momento (Barbosa, 2018, p. 60). À época, os números apontavam para 31.922 pessoas em situação de rua, cobrindo 71 municípios (BRASIL, 2008, p. 85) dos 5570 existentes no Estado[75], e excluindo grandes metrópoles como São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Estimativas recentes do IBGE (2016) apontam para números superiores a 100 mil pessoas nessa situação no país[76].

O grupo de trabalho interministerial reuniu-se durante cinco anos e, no dia 23 de dezembro de 2009, foi publicado o Decreto 7053, criando a Política Nacional de População de Rua e o Comitê Interministerial Nacional[77]. Ali se prevê a necessidade de os entes federativos aderirem a essa política e criarem comitês locais, intersetoriais, com a participação da sociedade civil, com destaque do MNPR[78].

O município do Rio de Janeiro é o 17º município a aderir à política nacional. O Comitê Municipal do Rio de Janeiro foi criado em 07 de agosto de 2018, por meio do Decreto 44.857[79], após a articulação da rede de atendimento à população de rua. Esse é o primeiro passo para um trabalho intersetorial que alcance um número expressivo de pessoas, considerando o fato de que hoje, no Rio, há no mínimo 12.000[80] pessoas em situação de rua.

74 BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, SAGI, META, 2008.

75 IBGE; Senado Federal. Cresce número de municípios no Brasil. 2013. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>. Acesso em: 13 set. 2018.

76 NATALINO, Marco Antônio Carvalho (org.). Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://www. ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

77 CASA CIVIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

78 WWP (MUNDO SEM POBREZA). Série WWP Relatos de Uso e de M&A: A Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua. 2015. < https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP-_-PORT.pdf>. Acesso em 10 ago. 2018.

79 BRASIL. Decreto n. 44.857, de 07 de agosto de 2018. Política municipal para a população em situação de rua e seu comitê gestor intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Rio de Janeiro, RJ, ago. 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4486/44857/decreto-n-44857-2018-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-seu-comite-gestor-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-e-da-outras-providencias. Acesso em 20 ago. 2018. A adesão à política nacional de pessoas em situação de rua do município do Rio de Janeiro ainda não foi totalmente efetivada em razão de um conflito de competências instaurado entre a Câmara Municipal e a Prefeitura.

80 Os censos municipais não conversam entre si, apontando para números que vão de 5 a 14 mil. A pesquisa mais recente publicada, datada de 2016, traz o número de 14.279 pessoas em situação de rua (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Abordagem social: Programa de apoio e inclusão social à pop. Rua (Creas/ Centro Pop). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/ Subsecretaria de Proteção Social

Esse número vem crescendo vertiginosamente por ausência de um olhar político dotado de transversalidade. Paradoxalmente, a invisibilidade desse segmento da sociedade é também crescente. A inefetiva tutela de direitos humanos para este grupo vulnerável[81], embora possa ser facilmente constatada, não causa alarde. O cuidado com as necessidades específicas dessas pessoas seria um contrassenso em um espaço público avesso à inclusão.

Se a população de rua já constitui, por si só, um grupo em situação de extrema vulnerabilidade, o que dizer das mães e gestantes inseridas nesse contexto?

A vulnerabilidade das ruas, a falta de acesso a serviços básicos de higiene, a privação alimentar ou má alimentação, o estigma social, as agressões físicas, verbais e psicológicas e a negação da cidadania tal como o "*direito a ter direitos*"[82], são ainda mais latentes quando é feito um recorte de gênero. Vivendo os mesmos riscos que os homens, as mulheres, em vulnerabilidade sobreposta, também são vitimizadas por violências sexuais, relacionamentos abusivos e a negação da maternidade.

A pesquisa nacional sobre população em situação de rua de 2008, acima mencionada, no capítulo referente às mulheres em situação de rua, não aborda a delicada questão da maternidade nas ruas e seus desdobramentos. Apenas menciona que 20% das mulheres entrevistadas se declararam responsáveis por alguma criança e/ou adolescente. O censo publicado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) – Rio de Janeiro, em 2013, também não aborda este subgrupo feminino, em que pese a extrema vulnerabilidade. A literatura sobre o tema é escassa, reforçando a invisibilidade social deste grupo.

O "*Relatório de pesquisa sobre a primeira infância e maternidade nas ruas de São Paulo*" (Gomes, 2017, 106 p.), elaborado pela Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama traçou um panorama acerca do tema naquela cidade e delineou as distorções encontradas. Ali se identificou algo grave: não existe um protocolo oficial de atendimento e encaminhamento de mães em situação de rua e seus

Especial, 2017, 29 pp.).

81 O olhar sobre o acesso à justiça para a tutela dos direitos humanos no Brasil é atualizado com a perspectiva de efetividade garantida pelo tratado internacional denominado "100 Regras de Brasília". Firmado pela cúpula judicial iberoamericana no ano de 2008, o documento dispõe acerca do acesso à justiça por "pessoas em situação de vulnerabilidade", estabelecendo que "poderão constituir causas de vulnerabilidade, entre outras, as seguintes: a idade, a incapacidade, a pertença a comunidades indígenas ou a minorias, vitimização, a migração e o deslocamento interno, a pobreza, o género e a privação de liberdade." (capítulo I, seção 2ª, 1). O diploma dispõe ainda que a concreta determinação das pessoas em condição de vulnerabilidade em cada país dependerá das suas características específicas, inclusive do seu nível de desenvolvimento social e econômico. http://www.forumjustica.com.br/pb/100-regras-de-brasilia-e-outros-documentos/ . Acesso em 01/04/2018.

82 Aqui nos referimos ao panorama do acesso à tutela dos direitos humanos frente ao não pertencimento do indivíduo a uma comunidade que o reconheça como cidadão (ARENDT, 1990, p.330).

bebês. O documento ressaltou também que as decisões dos processos judiciais de destituição do poder familiar (*atitude denominada de "adoção compulsória*") são influenciadas por visões cristalizadas sobre uso de drogas e/ou situação de rua e dispensam a garantia constitucional do contraditório (Gomes, 2017, p.54).

No Rio de Janeiro a situação é muito semelhante. Em dezembro de 2017, a ALERJ realizou Audiência Pública [(83)] para tratar do tema do afastamento compulsório de recém-nascidos de mães em situação de rua. Na ocasião, foi apresentado o projeto de lei 3.565/17, do deputado Carlos Minc. O projeto, reproduzido na íntegra no anexo do presente artigo ao final do texto, dispõe acerca do direito inalienável da mulher a exercer sua maternidade, salvo em situações de maus-tratos e comprovada negligência. O PL dá destaque prioritário às mulheres em situação de rua e seu direito aos serviços públicos, abarcando todas as fases da gestação, desde o pré-natal e passando inclusive pela inserção em programas habitacionais. O PL determina ainda que antes do afastamento de um filho de sua mãe, a Defensoria Pública, o Ministério Público e a família sejam sempre ouvidos, valendo ressaltar que segundo o art. 23 do ECA (Lei 8.069/90)[84], a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. A Audiência Pública da ALERJ resultou também na criação do Grupo de Trabalho Afastamento Compulsório, que pretende gerar estatísticas, discussão e soluções para o tema.

As situações em que agentes do Estado tem a iniciativa de retirar recém-nascidos dos cuidados de suas mães de forma compulsória e ao arrepio constitucional se amparam na omissão estatal em proporcionar condições mínimas que deem opção a essas mulheres de cuidarem de seus filhos. A açodada conclusão de que mulheres em situação de rua são mães negligentes ou pessoas desprovidas de sentimentos maternais é desumanizadora e preconceituosa. Se, por um lado, essa quebra da unidade familiar gera intenso sofrimento às mulheres, por outro, não se tem notícias das consequências psicológicas causadas naqueles que foram compulsoriamente afastados de suas mães e famílias biológicas e cujo destino é incerto. O que se observa é uma licenciosidade generalizada quando se trata de bebês nascidos nessas circunstâncias.

83 ALERJ: "Comissão sugere medidas contra o afastamento compulsório de mães e filhos" Disponível em: http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/42047?AspxAutoDetectCookieSupport=1 .

84 BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

Considerando esse contexto, bem como a gravidade multifacetada da questão da maternidade nas ruas e levando-se em conta ainda o princípio da proteção integral no que tange aos bebês, sugerimos que a abordagem dos comitês intersetoriais estaduais e municipais criados com base no Decreto 7.053/09[85] seja exercida por meio de grupos de trabalho com essa especialidade. Um GT com foco no tema "Maternidade nas Ruas", que considere como sujeitos de direito tanto as mães quanto os bebês, com participação de profissionais de saúde, assistência social, do MNPR e das Defensorias Públicas certamente promoverá um grande avanço nas delicadas questões que tangenciam o tema.

O olhar intersetorial permitirá analisar as peculiaridades dessa situação, que envolve inúmeros vieses: dependência química, comprometimento psíquico e/ou psicológico, baixa escolaridade, falta de capacitação para o mercado de trabalho, necessidade de percepção de algum tipo de auxílio social, etc.

O GT deve desenvolver protocolos de atendimento para atuação junto às mulheres e suas famílias, desde a identificação da demanda, passando pelos exames pré-natais, parto, alta hospitalar e finalmente criação de condições para exercício pleno de sua autonomia e cidadania, incluindo planejamento familiar. Faz-se necessário também estabelecer critérios objetivos para a confecção de relatórios sociais atentos para as peculiaridades de cada caso, evitando-se assim visões cristalizadas e "recomendações generalizantes que propõem um afastamento automático" (Vieira, 2017, p. 24)[86].

Todo o trabalho do GT deve ser norteado pelo Art. 227 da Constituição Federal, que garante à criança e adolescente o direito à convivência familiar e obriga o Estado a "promover programas de assistência integral à saúde da criança", assim como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e pelo Estatuto da Primeira Infância (Lei 13.257/16)[87], valendo destacar a redação do Art.

85 BRASIL. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 19 jul. 2018.

86 Como exemplo de iniciativa de sucesso no cuidado com a maternidade de rua, destacamos o Espaço Eloos, que infelizmente teve curta duração. Inaugurado em maio de 2017, esse espaço, uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro e da ONG Viva Rio, foi a primeira casa de acolhimento do município para mulheres grávidas e recém-mães usuárias de álcool ou outras drogas, sobretudo em situação de rua. O projeto buscava dar condições para que essas mulheres reconstruíssem suas vidas juntamente com seus filhos e contava com a atuação de profissionais da área de saúde, saúde mental e assistência social. O espaço tinha capacidade para atender 20 pessoas, entre mães e seus filhos até 11 anos de idade. A curta experiência do projeto revelou que as mulheres que tiveram oportunidade de cuidar de seus filhos de maneira digna permaneceram longe das drogas. O projeto teve duração de 5 meses, quando as verbas federais que o mantinham foram cortadas.

87 BRASIL. Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016. Políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF, mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

19 do ECA, alterado pelo Estatuto da Primeira Infância: "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral."

Conclusão

A população em situação de rua, além de não exercer, desconhece seus direitos - ou não os exerce justamente por desconhecê-los, o que é mais grave, pois denota uma ignorância que se reproduz em renovadas "ausências" de interação dessas pessoas com as garantias legais. A falta de percepção acerca dos direitos e garantias fundamentais, à luz de uma "sociologia de ausências"[88], se sedimenta a ponto de tornar o não acesso a tais direitos a única opção crível. Maria e outras tantas mulheres em situação de rua, ao engravidarem, não veem outro destino que serem afastadas de seus bebês.

Neste sentido, a Defensoria Pública vem desempenhando papel contra-hegemônico, atuando junto àqueles cidadãos que não têm consciência dos seus direitos até mesmo para a percepção da sua violação. Tendo por certo que "*a primeira forma de defesa dos direitos é o seu conhecimento*" (Miranda, 2016, p. 312), a atuação do NUDEDH vem se consolidando no sentido da superação dessa "sociologia de ausências". O caso de Maria reverberou tanto no meio jurídico quanto entre seus pares, provocando uma onda de conscientização acerca da injustiça outrora naturalizada. Nas palavras de Boaventura Souza Santos:

> *Cabe aos defensores públicos aplicar no seu quotidiano profissional a sociologia de ausências, reconhecendo e afirmando os direitos dos cidadãos intimados e impotentes, cuja procura por justiça e o conhecimento do/s direito/s têm sido suprimidos e activamente reproduzidos como não existentes* (Santos, 2014, p. 53).

Não se pretende, com o relato do caso de Maria, trazer respostas prontas, mas sim perguntas e reflexões por meio de um olhar que expõe o contexto dos invisíveis. Para problemas difíceis não podemos esperar soluções fáceis, simplistas, hegemônicas. A maternidade de rua não pode gerar, como resposta automática,

88 O termo foi cunhado por Boaventura de Souza Santos para denominar a "investigação que visa demonstrar que o que não existe, é na verdade reproduzido activamente como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe" (SANTOS, 2002).

o afastamento compulsório e generalizado entre mães e bebês. O acesso à justiça não é aqui entendido como o simples acesso a algo que já existe, a uma justiça de soluções prontas, em exercício de mais uma burocracia "desdemocratizante" do Estado (Barata, 2012, p.12-13). Ou, novamente conforme Boaventura Souza Santos (2014):

> *Na concepção convencional busca-se o acesso a algo que já existe e não muda em consequência do acesso. Ao contrário, na concepção que proponho, o acesso irá mudar a justiça a que se tem acesso. Há aqui um sistema de transformação recíproca, jurídico-política, que é preciso analisar* (Santos, 2014, p.39).

O autor se refere à "Revolução Democrática da Justiça", tarefa "extremamente exigente" na qual "*faz sentido que se tome como ponto de partida uma nova concepção do acesso ao direito e à justiça*" (Santos, 2014, p. 39). Trata-se da necessidade de politização do Direito, que adquire caráter revolucionário. O Direito assume, nesse aspecto, sua característica imanente e ontológica de instrumento de luta contra injustiças sociais.

A atuação do NUDEDH no caso Maria é no sentido de garantir o poder emancipador do direito de liberdade como força capaz de impulsionar os métodos de resistência social e de acesso à lei escrita. Esses métodos só poderão ser construídos como um instrumento da luta por justiça de todos a partir da experimentação concreta do direito por alguns. A vivência inédita do acesso ao direito por Maria vale mais do que mil palavras escritas em lei. Trata-se de uma conquista relevante e emancipadora para aquele grupo social.

A atuação estratégica da Defensoria Pública no caso de Maria parte da convicção de que os direitos e garantias constitucionais são imediatamente aplicáveis para todos, gerando a inclusão do vulnerável, e com isso o aperfeiçoamento de todo o corpo social, que passa a ser melhor representado em sua pluralidade. Em última análise, o que vemos é um árduo caminhar em direção ao aperfeiçoamento da democracia, o que requer, uma vontade política forte e articulada. Resta a afirmação de uma ideia tão simples quanto tão revolucionária, novamente na voz de Boaventura Santos: "*sem direitos de cidadania efetivos a democracia é uma ditadura mal disfarçada*" (Santos, 2014, p.147).

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 3565/2017

EMENTA:
Dispõe sobre o direito humano fundamental e inalienável da mulher à exercer sua maternidade e dá outras providências.

Autor(es): Deputado Carlos Minc

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º - As mulheres terão direito à exercer a maternidade, resguardados seus direitos básicos de autonomia e convivência familiar, não devendo ser submetidas à violência institucional motivada por desigualdades oriundas de seu estado de saúde ligado à doenças, ao uso de drogas, à sua condição étnico-racial e/ou econômica.

Parágrafo Único- Este direito será garantido às mulheres a menos que tenham efetivamente submetido o filho a maus tratos e comprovada negligência.

Art. 2º - Ficam vedadas as decisões arbitrárias de afastamento das crianças de suas mães, sem o devido acompanhamento e apoio antes, durante e após o nascimento, por equipes de saúde: Unidades Básicas de Saúde (UBS), Consultórios de rua, Centros de Atenção Psicossocial.

Parágrafo Único- O processo de adoção acontecerá apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança na família natural ou extensiva, ouvidos obrigatoriamente a Defensoria Pública do Estado e o Ministério Público do Estado.

Art. 3º - Em caso de ausência de condições para o exercício da maternidade a mulher tem a prerrogativa de decidir livremente, junto à sua família extensiva e pessoas de sua confiança, o destino de seu filho, de acordo com o tripé cooperativo família, sociedade e estado, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal.

Art. 4º - As mulheres e adolescentes gestantes em situação de rua, será garantido o acompanhamento da gestação por meio do pré-natal, orientações sobre os cuidados necessários nessa fase, a vinculação ao local do parto, a garantia de acesso a um parto humanizado, a atenção ao recém-nascido, a continuidade da atenção à mulher no puerpério, os cuidados relativos à escolha de um método contraceptivo, as articulações com serviços multiprofissionais de acordo com suas demandas, a assistência social e inserção em programas habitacionais.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carlos Minc
Deputado Estadual

Bibliografia

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo - Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Tradução Roberto Raposo. Companhia das Letras, 1990.

ASSOCIAÇÃO IBERO-AMERICANA DE DEFENSORES PÚBLICOS.... Regras de Brasília sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2011/10/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BARATA, André. Primeiras Vontades – Da liberdade política para tempos árduos. Lisboa: Documenta, 2012, 210 pp.

BARBOSA, José Carlos Gomes. Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados. IPEA: Brasília, 2018, 129 pp.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilad o.htm Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 19 jul. 2018.

BRASIL. Decreto n. 44.857, de 07 de agosto de 2018. Política municipal para a população em situação de rua e seu comitê gestor intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Rio de Janeiro, RJ, ago. 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4486/44857/decreto-n-44857-2018-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-seu-comite-gestor-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-e-da-outras-providencias. Acesso em 20 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016. Políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF, mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, SAGI, META, 2008.

GOMES, Janaína Dantas G. (coord). Relatório de Pesquisa: Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2017, 106 pp. Disponível em: https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Primeira-infancia-e-maternidade-nas-ruas-de-SP-CDH-LG.pdf . Acesso em: 13 jul. 2018.

MIRANDA, Jorge. Curso de Direito Constitucional. Lisboa: Universidade Católica, 2016, 332 p.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho (org). Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://www. ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acesso em: 15 ago 2018.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Censo da População de Rua. Rio de Janeiro: IETS/SMDS, 2013. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565 /4118206/PesquisaCenso.pdf. Acesso em: 12 jul. 2018.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Abordagem social: Programa de apoio e inclusão social à pop. Rua (Creas/ Centro Pop). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos/ Subsecretaria de Proteção Social Especial, 2017, 29 pp.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 2002, n. 63. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Para%20uma%20sociologia%20das%20ausencias_RCCS_63.pdf>. Acesso em 20 abr. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma revolução democrática da justiça. Coimbra: Ed. Almedina, 2014.

VIEIRA, Tais Soares. A convivência familiar como direito fundamental das mães em situação de rua, usuárias de drogas ou não, e seus filhos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, Revista de Direito da Defensoria Pública, v. 26, n. 27, 2017.

Aleitamento Materno, Uso de Drogas e Adoção Compulsória

Autores

Dan Small

Médico antropólogo, pesquisador associado do Departamento de Antropologia da Universidade da Colúmbia Britânica, Canadá. Participou do desenvolvimento e operação de uma gama de serviços para populações marginalizadas, sob a filosofia da redução de danos, e da implantação da primeira instalação de injeção supervisionada da América do Norte.

E-mail: dan.small@ubc.ca

Bruce Alexander

Professor Emeritus da Simon Fraser University / Canadá, assessorou usuários de drogas nas ruas e prisões da cidade de Vancouver e realizou extensas pesquisas científicas a esse respeito. Atualmente investiga como o vício é incorporado na civilização moderna estruturalmente.

E-mail: alexande@sfu.ca

Resumo

Este artigo é uma revisão de uma carta que os autores foram convidados por Paulo Silveira (um dos organizadores deste livro) a produzir em dezembro de 2017 para uma audiência pública que seria realizada na ***Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal no Brasil***. O Sr. Silveira nos pediu para responder a duas perguntas específicas relacionadas a questões associadas à "adoção compulsória" de bebês de mulheres que já usaram crack. Em primeiro lugar, se os bebês podem nascer viciados em crack / cocaína / crack? Em segundo lugar, as mulheres que usaram crack durante a gravidez podem amamentar seus filhos?

Palavras-chave

aleitamento materno, uso de drogas, maternidade, bebes viciados em drogas, amamentação, crack, cocaína / crack

Aleitamento Materno, Uso de Drogas e Adoção Compulsória

Dan Small
Bruce Alexander

Bruce é psicólogo cujo trabalho acadêmico e ensino sobre a *psicologia do vício* começou na década de 1970. Seus primeiros trabalhos incluíram os experimentos que ficou conhecido como o "*Parque dos Ratos* [89]". Junto com seus colegas, ele descobriu que os ratos enjaulados consumiam muito mais morfina do que os que estavam socializados. Isso destacou a importância das condições psicossociais relacionadas ao uso de drogas e desafiou as interpretações hegemônicas frequentemente difundidas das qualidades intrinsecamente viciantes das drogas. Ele escreveu extensivamente sobre drogas, dependência e seu impacto. Ele é autor de mais de cem publicações, incluindo três livros: Medidas Pacíficas (Univ. De Toronto Press, 1990), A Globalização do Vício (Oxford Univ Press, 2008/2010) e Uma História da Psicologia na Civilização Ocidental (Curt Shelton, co-autor, Cambridge Univ. Press, 2014).

O Dr. Small é antropólogo médico e pesquisador associado no Departamento de Antropologia da University of British Columbia, onde leciona em antropologia e sociologia. Bruce Alexander tem sido tremendamente influente na vida de Dan como professor e amigo que inspirou seu interesse na psicologia da dependência e política de drogas. O trabalho de Dan na comunidade concentrou-se no desenvolvimento e operação de uma série de empreendimentos sociais, de saúde e habitação para populações marginalizadas, incluindo: primeira instalação de injeção supervisionada da América do Norte, mercearia, banco da cidade, galeria de arte, redução de danos (por exemplo, distribuição de seringas, injeção supervisionada, kits de crack mais seguros, álcool gerenciado, tratamento com antibióticos intravenosos e centro de recursos para usuários de drogas), uma clínica odontológica, desintoxicação e loja de chocolates East Van Roasters para mulheres em recuperação. Ele também esteve envolvido na regulamentação e avaliação médica (Faculdade de Médicos e Cirurgiões da BC de 2000 a 2014 e Conselho Médico do Canadá de 2007 a 2014). Dan emprega uma análise sociocultural para identificar narrativas profissionais, institucionais e sociais sobre drogas e as pessoas que as usam, a fim de ajudar a criar abordagens mais centradas na pessoa para a saúde.

89 http://www.stuartmcmillen.com/pt/comic/ratolandia/#page-1

A fim de responder às perguntas que motivaram nossa carta original, percebemos que é importante distinguir entre o vício e as manifestações físicas do uso de drogas. Colocar esta questão no contexto histórico também foi importante para analisar o amplamente divulgado "*Crack Baby*" que surgiu no final dos anos 80 nos Estados Unidos.

A segunda aqui abordadas sobre a presença de cocaína / crack no leite materno, bem como uma avaliação do valor da amamentação em relação aos riscos associados à ingestão de estimulantes para recém-nascidos também foram analisadas a seguir.

Cocaína / crack Crack

A cocaína / crack crack é produzida a partir de cocaína / crack em pó e, portanto, compartilha as mesmas características farmacológicas de um estimulante do sistema nervoso central. Para os propósitos desta discussão, então, usaremos cocaína / crack e crack de forma intercambiável, apesar do fato de que houve diferenças dramáticas no tratamento legal do crack em relação à cocaína / crack. A cocaína / crack crack foi objeto de um extenso pânico moral nos Estados Unidos, a partir dos anos 1980, que influenciou a política de drogas em outros países ao redor do mundo. Por exemplo, sob a Lei de Abuso de Drogas dos Estados Unidos, implementada em 1986, a quantidade de cocaína / crack em pó necessária para desencadear uma sentença mínima obrigatória era 100 vezes maior que a do crack (Bjerk, 2017). Esta demonização legal nos Estados Unidos continuou até 2010, quando foi removida sob o Fair Sentencing Act de 2010.

Estamos cientes de que o Brasil possui uma das maiores taxas de consumo de cocaína / crack e crack do mundo. O problema continua apesar dos programas governamentais como o Crack, é Possível Vencer. Dados da Pesquisa Nacional de Álcool e Drogas do Brasil estimam que haja mais de 3 milhões de indivíduos com 14 anos ou mais que tenham ingerido cocaína / crack inalada ou fumada de qualquer tipo no ano anterior (Abdalla *et al.*, 2014). Os dados da pesquisa também indicam que aproximadamente 2 milhões de brasileiros fumaram crack durante a vida. Devido à realidade de que o uso de crack e cocaína / crack é tão comum no Brasil, ele precisa ser entendido com lógica e ciência, em vez de pânico moral ou uma cruzada por justiça.

Bebês Viciados?

Nenhum bebê nasce viciado. O vício é um fenômeno psicossocial complexo que envolve um indivíduo centrando todas as suas atividades em torno de uma atividade ou droga em particular, em detrimento de todas as outras necessidades da vida. O repertório comportamental limitado de uma criança torna isso impossível. Além disso, a probabilidade de crianças que são expostas à cocaína / crack no útero usando cocaína / crack mais tarde na vida não é diferente do que a de outras crianças (Okie, 2013).

Há uma confusão, dentro do público em geral, sobre a diferença entre o vício e as manifestações físicas do uso de drogas, incluindo dependência física, tolerância e abstinência. Embora as crianças possam de fato nascer com cocaína / crack ou heroína em sua corrente sanguínea e possam exibir tolerância e dependência física (ou seja, sintomas de abstinência), essas ocorrências não são sinônimo de dependência, por qualquer definição contemporânea do termo. Muitos viciados não têm tolerância farmacológica ou sintomas de abstinência, os pacientes médicos frequentemente desenvolvem tolerância e sintomas de abstinência aos medicamentos prescritos sem se tornarem dependentes. De acordo com um dos principais textos médicos sobre farmacologia, a dependência física é uma "resposta normal, facilmente tratável pela diminuição gradual da dose da droga e não é um sinal de dependência" [ênfase acrescentada]"(O'Brien, 2011).

O vício é uma maneira de se adaptar a um problema psicossocial subjacente muito maior do que o que pode ser experimentado no útero ou que pode ser medido por amostras de sangue, sintomas de abstinência ou ressonância magnética (Alexander 2008/2010).

A visão do vício como uma doença cerebral produto da mera exposição a drogas viciantes, que tem prevalecido entre os profissionais e o público nas últimas décadas, foi desacreditada por numerosos neurocientistas, pesquisadores e clínicos, embora ainda seja a doutrina popular nos Estados Unidos (Alexander, Beyerstein, Hadaway, & Coambs, 1980; Alexander, 2008/2010, cap. 8; Hart, 2013; Lewis, 2015; Heim *et al.*, 2014; Vintiadis, 2017; Heather *et al.*, 2017).

Bebês & Crack?

Relatórios sensacionalistas dos Estados Unidos no final da década de 1980 e e início de 1990 alegavam que as crianças nascidas de mães que usaram cocaína / crack

durante a gravidez não só nasceriam viciadas, mas também sofreriam distúrbios congênitos e deficiências catastróficas ao longo da vida. Esses relatos foram tão aterrorizantes que alguns estados americanos legalmente apreenderam crianças de mães que usaram cocaína / crack durante a gravidez e / ou acusaram as mães de abuso infantil.

Esses relatos sensacionalistas mais tarde associados como um produto do pânico moral sobre o crack / cocaína / crack que se espalhava naquela época, em vez de baseados em dados científicos. A pesquisa sobre o efeito do uso de crack durante a gravidez é extremamente difícil, porque as mães que usam crack durante a gravidez quase sempre são pessoas excluídas socialmente e que também expõem seus filhos a outros fatores de risco, como má nutrição, estresse, diversas doenças, efeitos do racismo e exposição a outras drogas. O dano infantil causado por esses outros fatores de risco foi frequentemente atribuído à cocaína / crack nas primeiras pesquisas (Morgan & Zimmer, 1997). Como o New York Times relatou muito mais tarde, esses relatos sensacionalistas não tinham fundamento (Winerip, 2013). Até mesmo o Instituto Nacional de Abuso de Drogas escreveu em 2016 que:

> "*Prognósticos cruciais de inteligência reduzida e habilidades sociais em bebês nascidos de mães que usaram crack durante a gravidez durante os anos 80 - os chamados "bebês crack"- foram grosseiramente exagerados*". (Instituto Nacional de Abuso de Drogas, 2016).

Não estamos sugerindo que o uso de cocaína / crack / crack por mulheres grávidas ou que estejam amamentando não tenha efeitos prejudiciais, mas apenas tentando colocar esses efeitos de volta a sua real perspectiva.

A maioria dos especialistas acredita agora que os efeitos prejudiciais do uso de cocaína / crack no feto durante a gravidez são relativamente leves e tratáveis. Eles foram caracterizados por pesquisadores como comparáveis aos efeitos prejudiciais do tabagismo durante a gravidez e menos do que os efeitos prejudiciais do álcool durante a gravidez (Okie, 2013). Embora não tenhamos visto as estatísticas brasileiras, suspeitamos que no Brasil, como em outros países, o uso de crack durante a gravidez é muito menos comum do que outras condições igualmente danosas, como tabagismo, consumo de álcool, desnutrição, depressão, etc.

De acordo com a Wikipedia, todos os bebês americanos que foram legalmente retirados de suas mães por causa do uso de cocaína / crack durante

a gravidez nos anos 80 e 90 acabaram sendo devolvidos às suas mães em apelo legal até 2013 (Wikipedia, 2017).

Cocaína / crack no leite materno - análise de custo / benefício

Estudos em humanos (Dickson *et al.*, 1994; Winecker *et al.*, 2001) e estudos em animais (Wiggins, Rolsten, Ruiz & Davis, 1989) indicam que a cocaína / crack pode passar de mãe para filho através do leite materno. Quando os níveis de cocaína / crack são altos, o leite materno pode produzir reações perigosas em bebês que podem requerer hospitalização (Drugs.com, 2017). Em níveis mais baixos, a cocaína / crack no leite materno pode produzir tolerância e dependência física (isto é, sintomas de abstinência) em bebês. Em níveis muito baixos encontrados em usuários ocasionais e moderados de cocaína / crack, o efeito da cocaína / crack no corpo da mãe pode ser muito baixo ou inexistente nos bebes (Sarkar, Djulus e Koren, 2005).

As vantagens da amamentação têm sido bem estabelecidas (Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas Médicos da Saúde da Mulher, 2015). Elas incluem a redução significativa de infecções do trato respiratório, infecções do trato gastrintestinal, enterocolite necrosante, doença celíaca, doença alérgica, obesidade, diabetes, leucemia infantil, linfoma, doença inflamatória intestinal e síndrome da morte súbita infantil (American Academy of Pediatrics, 2012). Dados os "*benefícios substanciais do aleitamento materno para a saúde e o desenvolvimento dos bebês, não há razão para as mães que abusaram anteriormente da cocaína / crack evitarem a amamentação*" (p. 1218) (Cressman, Koren, Pupco, Kim, & Bozzo, 2012).

É claro que o risco infantil precisa ser minimizado.

As mulheres que continuam com o uso de drogas devem ser aconselhadas sobre os riscos da exposição à cocaína / crack a seus bebês (por meio do leite ou da inalação passiva), encorajadas a interromper o uso de drogas e receber uma série de opções de tratamento. Também é possível que as mulheres que usaram drogas legais ou ilegais evitem expor os bebês à cocaína / crack, expressando e descartando o leite materno nas primeiras 24-48 horas após a última ingestão da substância (Jones, 2015). Espera-se que os médicos discutam abertamente os benefícios e riscos da amamentação em relação à exposição ao leite materno a drogas legais

ou ilegais com mulheres cujo uso continua. No entanto, a Sociedade de Obstetras e Ginecologistas do Canadá recomenda uma abordagem flexível de redução de danos às mulheres grávidas que usam drogas (Ordean, Wong, & Graves, 2017). Da mesma forma, a Sociedade Americana de Obstetras e Ginecologistas afirma que "as mulheres com histórico atual ou passado de transtorno por uso de substâncias não devem ser excluídas ou criminalizadas para amamentar seu bebê [ênfase adicionada]" (p. 5) (American College of Obstetricians and Ginecologistas Médicos de Saúde da Mulher, 2015). Em casos extremos, se uma mãe continuar sendo irresponsável com o filho, pode ser necessário limitar o convívio dessa mãe com seu filho ou até mesmo retirá-lo da guarda da mãe e entrega-lo para a adoção por outra família.

Faz parte do papel de todos nós proteger as crianças. Cabe ao médico manter um bom conhecimento dos níveis e do impacto de substâncias ilícitas ou lícitas que são transmitidas através do leite materno (Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas, Health Care Physicians, 2015). Essas informações podem ser prontamente obtidas no banco de dados LactMed, que fornece informações on-line precisas, atualizadas mensalmente, sobre os níveis de substâncias no leite materno, medicamentos que a mãe pode ter ingerido (Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA, 2017).

Concluímos nossa carta original, como fazemos agora, com a opinião de que enquanto bebês podem ser afetados pela exposição a drogas ingeridas por suas mães, eles não podem nascer viciados. Tal coisa é uma impossibilidade lógica e prática. Além disso, a amamentação é o padrão esperado para a nutrição infantil. Como tal, com as devidas precauções e cuidados, as mães que usaram cocaína / crack anteriormente ou durante a gravidez devem ser permitidas e encorajadas a amamentar.

Breastfeeding, Drug Use and Compulsory Adoption

Authors

Dan Small

Anthropologist, Associate Researcher, Department of Anthropology, University of British Columbia, Canada. Participated in the development and operation of a range of services for marginalized populations, under the philosophy of harm reduction, and the implementation of the first supervised injection facility in North America.
E-mail: dan.small@ubc.ca

Bruce Alexander

Professor Emeritus of Simon Fraser University / Canada, has advised drug users on Vancouver city streets and prisons and has conducted extensive scientific research in this regard. He is currently investigating how addiction is structurally embedded in modern civilization.
E-mail: alexande@sfu.ca

Abstract

This article is a review of a letter that the authors were invited by Paulo Silveira (one of the organizers of this book) to produce in December 2017 for a public hearing to be held at the Federal Senate Human Rights Commission in Brazil. Mr. Silveira asked us to answer two specific questions related to issues associated with the "compulsory adoption" of babies from women who have used crack. First, can babies be born addicted to crack / cocaine / crack? Second, can women who used crack during pregnancy breastfeed their children?

Keywords

Breastfeeding, drug use, maternity, drug addicted babies, breastfeeding, crack, cocaine / crack

Breastfeeding, Drug Use and Compulsory Adoption

Dan Small
Bruce Alexander

This article is an adaptation of an opinion letter that the authors were asked by Paulo Silveira to produce in December of 2017 for a public hearing to be held at the Federal Senate Human Rights Commission in Brazil. Mr. Silveira asked us to respond to two specific questions relating to issues associated with "compulsory adoption" of infants of women that have previously used crack cocaine. Firstly, can infants be born addicted to cocaine? Secondly, should women that have ingested crack cocaine breastfeed? Our letter was imperfect and was created as a contribution to the larger discourse on issues faced by mothers that use or have used drugs in Brazil. We have revised it for publication, largely in its original state, in order to highlight a point of history within the public discourse around drug use and motherhood.

We are authors Drs. Bruce Alexander and Dan Small. Bruce is a psychologist whose academic work and teaching on the psychology of addiction began in the 1970's. His early work included the Rat Park experiments approximated normal conditions for Rats (including a park, social interactions, relative freedom) as well as traditional caged environments. Along with his colleagues, he discovered that the caged rats consumed large amounts of morphine in relation to those living in the park. This highlighted the significance of the psychosocial conditions related to drug use and challenged hegemonic interpretations of animal research about the intrinsically addictive qualities of drugs. He has written extensively on drugs, addiction and their impact. He is author of over one hundred publications including three books: *Peaceful Measures* (Univ. of Toronto Press, 1990), *The Globalization of Addiction* (Oxford Univ. Press, 2008/2010) and *A History of Psychology in Western Civilization* (Curt Shelton, co-author, Cambridge Univ. Press, 2014).

Dr. Small is a medical anthropologist and Research Associate in the Department of Anthropology at the University of British Columbia where he teaches in both anthropology and sociology. Bruce Alexander has been tremendously influential in Dan's life as a teacher and friend that inspired his interest in the psychology of addiction and drug policy. Dan's work in the community has focused on the development and operation of a range of healthcare, housing and

social enterprises for marginalized populations including: North America's first supervised injection facility (Insite), grocery store, inner city bank, art gallery, harm reduction (e.g. syringe distribution, supervised injection, safer crack kits, managed alcohol, intravenous antibiotic treatment and a drug users resource centre), a dental clinic, detox and East Van Roasters chocolate shop for women in recovery. He was also involved in medical regulation and assessment (College of Physicians and Surgeons of BC from 2000 to 2014 and Medical Council of Canada from 2007 to 2014). Dan employs socio-cultural analysis to identify professional, institutional and societal narratives about drugs and the people that use them in order to help create more person-centred approaches to healthcare.

In order to answer the questions that prompted our original letter, we realized that it is important to distinguish between addiction and the physical manifestations of drug use. To put this question into historical context was also important to look at the widely publicized "Crack Baby" scare that arose in the late 1980s in the United States. The second question required an exploration of the pharmokenetics of cocaine in breast milk as well as an assessment of the value of breastfeeding relative to the risks associated with the ingestion of stimulants for newborns. We examine these issues below.

Crack Cocaine

Crack cocaine is produced from powdered cocaine and therefore shares the same pharmacological characteristics as a central nervous system stimulant. For the purposes of this discussion, then, we will use cocaine and crack interchangeably, despite the fact that there have been dramatic differences in legal treatment of crack relative to cocaine. Crack cocaine was the subject of an extended moral panic in the United States beginning in the 1980s that has influenced drug policy in other countries around the world. For example, under the United States Anti-Drug Abuse Act implemented in 1986, the quantity of powdered cocaine required to trigger a minimum mandatory sentence was 100 times that of crack cocaine (Bjerk, 2017). This legal demonization in the United States continued until 2010 when it was removed under the Fair Sentencing Act of 2010.

We are aware that Brazil has one of the highest rates of cocaine and crack use in the world. The problem continues despite the government programs such as *Crack, é Possível Vencer*. Data from the Brazilian National Alcohol and Drugs Survey estimate there to be more than 3 million individuals aged 14 years of age

or older that have ingested inhaled or smoked cocaine of any sort in the previous year (Abdalla *et al*., 2014). These survey data also indicate that approximately 2 million Brazilians have smoked crack cocaine in their lifetime. Due to the reality that crack and cocaine use is so common in Brazil, it needs to be understood with logic and science rather than moral panic or a righteous crusade.

Addicted Infants?

No baby is born addicted. Addiction is a complex psychosocial phenomenon that involves an individual centring all his or her activities around a particular activity or drug at the expense of all the other necessities of life. The limited behavioural repertoire of an infant makes this impossible. Moreover, the likelihood of children who are exposed to cocaine in utero using cocaine later in life is no different than that of other children (Okie, 2013).

There is a confusion, within the wider public, about the difference between addiction and the physical manifestations of drug use including physical dependence, tolerance and withdrawal. While infants can indeed be born with cocaine or heroin in their bloodstream, and can display tolerance, and physical dependence (i.e., withdrawal symptoms), these occurrences are not synonymous with addiction, by any contemporary definition of the term. Many addicted people do not have pharmacological tolerance or withdrawal symptoms, medical patients frequently develop tolerance and withdrawal symptoms to their prescribed medicines without becoming addicted. According to a leading medical text on pharmacology, physical dependence is a "normal response, easily treatable by tapering the drug dose, and is *not a sign of addiction*" [emphasis added]" (O'Brien, 2011).

Addiction is a way of adapting to far larger, underlying psychosocial problem than can be experienced *in utero* or that can be measured by blood samples, withdrawal symptoms, or magnetic resonance imaging (Alexander 2008/2010). The view of addiction as a brain disease that is a product of mere exposure to addictive drugs, which has prevailed among professionals and the public in recent decades, has now been discredited by numerous neuroscientists, researchers, and clinicians (Alexander, Beyerstein, Hadaway, & Coambs, 1980; Alexander, 2008/2010, chap. 8; Hart, 2013; Lewis, 2015; Heim *et al*., 2014; Vintiadis, 2017; Heather *et al*., 2017), although it is remains the popular doctrine in the United States.

Crack Babies?

Sensational reports from the United States in the late 1980s and 1990s claimed to show that children born to mothers who used cocaine during pregnancy were not only born addicted, but also suffered from birth defects and catastrophic life-long disabilities. These reports were so terrifying that some American states legally seized children from mothers who had used cocaine during pregnancy and/or charged the mothers with child abuse.

These sensational reports were later shown to be a product of the moral panic over cocaine that was raging at that time rather than verifiable science. Research on the effect of cocaine use during pregnancy is extremely difficult, because mothers who use cocaine during pregnancy at a time when society holds cocaine use in total disrepute almost always are social outsiders who also expose their children to other risk factors, such as poor nutrition, stress, disease, the effects of racial suppression, and exposure to other drugs. The infant damage that was attributable to these other risk factors was often attributed to cocaine in the early research (Morgan & Zimmer, 1997). As the *New York Times* reported much later, even those who had actively circulated these sensational reports (including the New York Times!) have now admitted that they were unsubstantiated (Winerip, 2013). Even the National Institute of Drug Abuse wrote in 2016 that: "Dire predictions of reduced intelligence and social skills in babies born to mothers who used crack cocaine while pregnant during the 1980s—so-called "crack babies"—were grossly exaggerated." (National Institute of Drug Abuse, 2016).

We are not suggesting that maternal cocaine use has no detrimental effects, but trying to put these effects back in perspective. Most experts now believe that the detrimental effects of cocaine use on the fetus during pregnancy are relatively mild and treatable. They have been characterized by researchers as comparable to the detrimental effects of smoking during pregnancy and *less than* the detrimental effects of drinking during pregnancy (Okie, 2013). Although we have not seen the Brazilian statistics, we suspect that in Brazil, as in other countries, crack cocaine use during pregnancy is far less common than other similarly damaging conditions including smoking, drinking, malnutrition, depression, etc.

According to Wikipedia, all but one of more than 200 American babies that were legally taken from their mothers on the grounds of cocaine use during pregnancy in the 1980s and 1990s were eventually returned to their mothers on legal appeal by 2013 (Wikipedia, 2017).

Cocaine in Breast Milk—Cost/Benefit Analysis

Studies in humans (Dickson *et al*., 1994; Winecker et al., 2001) and animal studies (Wiggins, Rolsten, Ruiz, & Davis, 1989) indicate that cocaine can pass from mother to infant through breast milk. When the cocaine levels are high, breastmilk can produce dangerous reactions in babies which may require hospitalization (Drugs.com, 2017). At lower levels cocaine in breast milk can produce tolerance and physical dependence (i.e., withdrawal symptoms) in babies. At very low levels found in occasional, moderate cocaine users, the effect of cocaine in the mother's body may be very low or nonexistent (Sarkar, Djulus, & Koren, 2005).

The advantages of breastfeeding have been well-established (American College of Obstetricians and Gynecologists Women's Health Care Physicians, 2015). They include the significant reduction of respiratory tract infections, gastrointestinal tract infections, necrotizing enterocolitis, celiac disease, allergic disease, obesity, diabetes, childhood leukemia, lymphoma, inflammatory bowel disease, and sudden infant death syndrome (American Academy of Pediatrics, 2012). Given "the substantial benefits of breastfeeding for infant health and development, there is no reason for mothers who have previously abused cocaine to avoid breastfeeding" (p. 1218) (Cressman, Koren, Pupco, Kim, & Bozzo, 2012).

Of course, infant risk needs to be minimized. Women that continue drug use should be counselled about the risks of cocaine exposure to their infants (through milk or passive inhalation), encouraged to cease drug use and provided with a range of treatment options. It is also possible for women that have used the drug to avoid exposing infants to cocaine by expressing and discarding breastmilk for the first 24-48 hours after their last ingestion of the substance (Jones, 2015). Clinicians are expected to openly discuss the benefits and risks of breastfeeding relative to breast milk exposure to drugs with women whose use continues. However, the Society of Obstetricians and Gynaecologists Canada recommends a flexible harm reduction approach to pregnant women who use drugs (Ordean, Wong, & Graves, 2017). Likewise, the American Society of Obstetricians and Gynecologists states that "women with a current or past history of substance use disorder *should not* be excluded from or criminalized for nursing her infant [emphasis added]" (p. 5) (American College of Obstetricians and Gynecologists Women's Health Care Physicians, 2015). In extreme

cases, if a mother remains blatantly irresponsible to her child, it may be necessary to apprehend the child and place it with foster parents.

It is part of a clinician's role to protect infants. It is incumbent on the clinician to maintain a sound knowledge of the levels and impact of illicit or licit substances that are transmitted through breastmilk (American College of Obstetricians and Gynecologists Women's Health Care Physicians, 2015). This information can be readily obtained in the LactMed database that provides free on-line accurate information, updated on monthly basis, on the levels of substances in breastmilk, such drugs that a mother may have ingested (U.S. National Library of Medicine, 2017).

We concluded our original letter, as we do now, with the opinion that while infants can be affected by exposure to drugs ingested by their mothers, they *cannot* be born addicted. Such a thing is a logical and practical impossibility. Moreover, breastfeeding is the expected standard for infant nutrition. As such, with the appropriate safeguards and cautions in place, mothers previously having used cocaine should be permitted and encouraged to breastfeed.

Bibliography

Abdalla, R. R., Madruga, C. S., Ribeiro, M., Pinsky, I., Caetano, R., & Laranjeira, R. (2014). Prevalence of Cocaine Use in Brazil: Data from the II Brazilian National Alcohol and Drugs Survey (BNADS). Addictive Behaviors, 39, 297-301.

Alexander, B.K. (2008/2010). The globalization of addiction: A study in poverty of the spirit. Oxford, UK: Oxford University Press.

Alexander, B., & Hadaway, P. (1980). Rat Park Chronicle. BC Medical Journal, 22(2), 54-56.

Alexander, B. K., Beyerstein, B. L., Hadaway, P. F., & Coambs, R. B. (1980). Effect of Early and Later Colony Housing on Oral Ingestion of Morphine in Rats. Pharmacology, Biochemistry & Behavior, 15, 571-576.

Alexander, B. K., & Hadaway, P. F. (1982). Opiate Addiction: The Case For an Adaptive Orientation. Psychological Bulletin, 92(2), 367-381.

American Academy of Pediatrics. (2012). Policy Statement: Breastfeeding and the Use of Human Milk. Petriatrics, 129(3), e827-e841.

American College of Obstetricians and Gynecologists Women's Health Care Physicians. (2015). Committee Opinion: Alcohol Abuse and Other Substance Use Disorders: Ethical Issues in Obstetric and Gynecologic Practice. Retrieved from Washington, D.C.:

Bjerk, D. (2017). Mandatory Minimum Policy Reform and the Sentencing of Crack Cocaine Defendants: An Analysis of the Fair Sentencing Act. Journal of Empirical Legal Studies, 14(2), 370-396.

Cressman, A. M., Koren, G., Pupco, A., Kim, E., & Bozzo, S. I. P. (2012). Maternal cocaine use during breastfeeding. Canadian Family Physician, 58(November), 1218-1219.

Dickson, P. H., Lind, A., Studts, P., Nipper, H. C., Makoid, M., & Therkildsen, D. (1994).

The Routine Analysis of Breast Milk for Drugs of Abuse in a Clinical Toxicology Laboratory Journal of Forensic Sciences, 39(1), 207-214.

Drugs.com (2017). Cocaine use while breastfeeding. Retrieved Dec 6 2017 from https://www.drugs.com/breastfeeding/cocaine.html

Hart, C. (2013). High price: A neuroscientist's voyage of self-discovery that challenges everything you know about drugs and society. New York, NY: HarperCollins.

Heather, N., Best, D., Kawalek, A., Field, M., Lewis, M., Rotgers,F., Wiers, R.W., & Heim, D. (2017). Challenging the brain disease model of addiction: European launch of the addiction theory network. Addiction Research and Theory (online edition) retrieved Nov. 26 2017 from http://www.tandfonline.com.proxy.lib.sfu.ca/doi/full/10.1080/16066359.2017.1399659

Heim, D., and 94 co-authors. (2014, May 6) Addiction: Not just brain malfunction, Nature: 507, 40.

Lewis, M. (2015). The Biology of Desire: Why addiction is not a disease. New York, NY: Public Affairs.

Jones, W. (2015). Cocaine use and the breastfeeding mother. Practising Midwife, 18(1), 19-22.

National Institute of Drug Abuse (2016). What are the effects of maternal cocaine use. National Institutes of Health. Retrieved Dec. 6 2017 from https://www.drugabuse.gov/publications/research-reports/cocaine/what-are-effects-maternal-cocaine-use

Morgan, J. P., & Zimmer, L. (1997). The Social Pharmacology of Smokeable Cocaine: Not All It's Cracked Up to Be. In C. Reinarman & H. G. Levine (Eds.), Crack in America: Demon Drugs and Social Justice. Berkeley: The Regents of the University of California.

O'Brien, C. P. (2011). Chapter 24: Drug Addiction. In L. S. Goodman, L. L. Brunton, B. Chabner, & B. r. C. Knollman (Eds.), Goodman & Gilman's pharmacological basis of therapeutics. (12th ed.). New York: McGraw-Hill.

Okie, S. (2009, February 7). Encouraging news on babies born to cocaine using mothers. The New York Times, Retrieved December 5 2017 from http://www.nytimes.com/2009/01/27/world/americas/27iht-coca.3.19716510.html

Ordean, A., Wong, S., & Graves, L. (2017). No. 349-Substance Use in Pregnancy. Journal of Obsterics and Gynaecology Canada, 39(10), 922-937.

Sarkar, M., Djulus, J., & Koren, G. (2005). When a cocaine-using mother wishes to breastfeed: proposed guidelines. Therapeutic Drug Monitor, 27, 1-2.

U.S. National Library of Medicine. (2017). LactMed: A New NLM Database on Drugs and Lactation. Retrieved from https://toxnet.nlm.nih.gov/newtoxnet/lactmed.htm

Vintiadis, E. (2017, November 8). The current medical consensus of addiction may very well be wrong. Scientific American Blog Network.

Wikipedia (2017). Prenatal cocanie exposure. Retrieved December 5 from https://en.wikipedia.org/wiki/Prenatal_cocaine_exposure

Wiggins, R. C., Rolsten, C., Ruiz, B., & Davis, C. M. (1989). Pharmacokinetics of cocaine: basic studies of route, dosage, pregnancy and lactation. Neurotoxicology, 10(3), 367-381.

Winecker, R., Goldberger, B., Tebbett, I., Behnke, M., Eyler, F., Karlix, J., . . . Bertholf, R. (2001). Detection of Cocaine and Its Metabolites in Breast Milk.

Winerip, M. (2013, May 20). Revisiting the "crack babies" epidemic that was not. New York Times/Retro Report. Retireved Dec 5 2017 from http://www.nytimes.com/2013/05/20/booming/revisiting-the-crack-babies-epidemic-that-was-not.html

Autora

Eufrásia Maria Souza das Virgens

Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro titular da 1ª DP da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA); conselheira estadual de direitos da criança e do adolescente.

Email: eufrasiasouza@gmail.com

Resumo

Resolução 20 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro - protocolo de abordagem de pessoas em situação de rua - previsão de "acolhimento compulsório" de crianças e adolescentes a pretexto de proteção - impossibilidade de acolhimento forçado - artigo 101, § 1º da Lei 8069/90 - falta de políticas públicas de atenção à saúde de crianças e adolescentes e atendimento à dependência química - descumprimento da Deliberação 763 do CMDCA Rio de Janeiro - Ação Civil Pública proposta.

Palavras-chave

Proteção integral de crianças e adolescentes, acolhimento forçado, direito à saúde.

Acolhimento Compulsório?

Eufrásia de Souza Virgens

1. Breve percurso histórico

O lamentável histórico de crianças e adolescentes abandonados, entregues à própria sorte, neste "país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza" como diz a canção, é tema de abordagem de diversas obras doutrinárias, destacando-se A Arte de Governar Crianças, História das Crianças no Brasil, Infâncias Perdidas, Os Submundos das Cidades: as crianças no espaço urbano brasileiro, No meio da Rua - nômades, excluídos e viradores, falando em alguns estudiosos do tema, para não falar de autores da literatura brasileira mundialmente consagrados, como Jorge Amado, na imprescindível obra Capitães da Areia.

O percurso de violação de direitos da criança no Brasil começa com a chegada dos navios negreiros, onde várias crianças morreram na viagem e aquelas que sobreviveram e aqui aportaram, sofreram desde a mais tenra infância a exploração do trabalho.

Conforme relato da historiadora Mary del Priori, na obra História das Crianças no Brasil

> "*Tomemos o tão discutido exemplo do trabalho infantil. Dos escravos desembarcados do mercado do Valongo, no Rio de Janeiro do início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas um terço sobrevivia até os 10 anos. A partir dos quatro anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos doze anos o valor de mercado dessas crianças já tinha dobrado. E por quê? Pois considerava-se que seu adestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já apareciam com sua designação estabelecida: Chico "roça, João "pastor", Ana "mucama", transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho.*"[90]

Acerca do tratamento dispensado às crianças no Brasil merece registro a abordagem da historiadora Mary Del Priori, organizadora da obra acima referida:

> "*O castigo físico em crianças não era nenhuma novidade no cotidiano colonial. Introduzido, no século XVI, pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas, que*

90 História das Crianças no Brasil. Mary Del Priori organizadora, 4ª edição, São Paulo, Contexto, 2004, pág. 12

desconheciam o ato de bater em crianças, a correção era vista como uma forma de amor...
As violências físicas, muitas vezes dirigidas às mães, atingiam os filhos e não foram poucas as famílias que se desfizeram deixando entregues ao Deus dará, mães e seus filhinhos: fome, abandono, instabilidade econômica e social deixaram marcas em muitas das crianças. Não são poucas as que encontramos, nos documentos de época, esmolando às portas de igrejas, junto com suas genitoras. Um processo crime datado de 1756, movido na Vila de São Sebastião, São Paulo, por Catarina Gonçalves de Oliveira revela imagem de outras violências: a de pais contra filhos. Nos autos, Catarina revela ter defendido seu enteado, uma criança pequena, de chicotadas deferidas pelo pai, ansioso por corrigir o hábito do pequeno de comer terra. As "disciplinas", os bolos e beliscões revezavam-se com as risadas e mimos. Mas também com divertimentos e festas[91]*. (grifei)*

Conforme narrativa das brilhantes pesquisadoras Irene e Irmã Rizzini na obra sobre institucionalização de crianças no Brasil:[92]

"*A criação das Rodas de Expostos evitou que bebês fossem abandonados nas ruas ou nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-lo. A escravidão possibilitou um uso bastante particular do sistema no Brasil: a exposição de filhos de escravas, cujos senhores buscavam receber o pagamento pela sua criação ou quem os criassem, indo posteriormente buscar o pequeno escravo em idade que pudesse ser iniciado nas atividades laborais. (Grifei)*"

Cabe ressaltar que tais casas destinadas a abrigar crianças eram mantidas por entidades religiosas, demonstrando que eram vistas como obras de caridade e não como obrigação do Estado[93].

Portanto, a única forma existente de suposta proteção aos "desvalidos" ou abandonados era a caridade religiosa.

Concluindo com a socióloga Vera Malaguti

"*O que importa à reflexão é o que aconteceu com os filhos das mães pretas e babás que entregavam seu leite, seus corpos para o desfrute da infância branca. Estes foram e seguem sendo um estorvo no mundo escravo e no mundo assalariado. Povoaram*

91 Priore, Mary Del. História das Crianças no Brasil. Mary Del Priori organizadora, 4ª edição, São Paulo, Contexto, 2004, págs. 96/98
92 Op. cit., pág. 24
93 "Os Recolhimentos de Órfãs do Rio de Janeiro e da Bahia foram criados pelas respectivas Santa Casa de Misericórdia; O Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, em Pernambuco, resultou da iniciativa do bispo Azeredo Coutinho e o Recolhimento dos Remédios, no Maranhão, do padre jesuíta Malagrida" (op. cit., pág. 26)

a roda dos expostos, vagam pela cidade realizando pequenos ganhos, trabalhando em "soldadas", nas Varas de Órfãos, nas bocas de fumo, Sam´s e Funabens da vida. Vão cumprindo assim sua professia de alimento ao filicídio[94]"

1.1. O Código Mello Mattos: Código de Menores de 1927

Com a abolição da escravidão e proclamação da República, ocorridas, respectivamente, em 1888 e 1889, houve a necessidade de centralizar a assistência aos chamados "menores" que até então era desenvolvida apenas como "caridade" de instituições religiosas e não como política de Estado.

(...)"*A movimentação em torno da elaboração de leis para proteção e assistência à infância também é intensa, culminando na criação, no Rio de Janeiro, do primeiro Juízo de Menores do país e na aprovação do Código de Menores em 1927, idealizado por Mello Mattos – primeiro juiz de menores do país e de mais longa permanência, de 1924 até o ano de seu falecimento, em 1934*".[95]

Conforme ainda, as pesquisadoras da PUC/RJ, professoras Irmã Rizzini e Irene Rizzini, no século XIX alguns estabelecimentos passaram a receber subvenção dos governos provinciais[96].

Somente no século XX, entretanto, o Estado passa a planejar e implementar as políticas de atendimento através da aprovação do Código de Menores, em 1927, idealizado pelo juiz Mello Mattos:

"*O Juízo de Menores, na pessoa de Mello Mattos, estruturou um modelo de atuação que se manteria ao longo da história da assistência pública no país até meados da década de 1980, funcionando como um órgão centralizador do atendimento oficial ao menor no Distrito Federal, fosse ele recolhido nas ruas ou levado pela família. O juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas é a internação de menores abandonados e delinqüentes que atraiu a atenção da imprensa carioca, abrindo espaço para várias matérias em sua defesa, o que, sem dúvida, contribuiu para a disseminação e aceitação do modelo. Pela crescente demanda por internações desde a primeira fase do juízo, percebe-se que a temática popularizou-se também entre as classes populares, tornando-se*

94 Malaguti Batista, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história, Rio de Janeiro, Revan, 2003, pág. 63
95 A Institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente, Rio de Janeiro: editora PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2004, p. 29.
96 "Nestes asilos, meninas e moças eram educadas nos misteres do seu sexo, nos trabalhos domésticos e de agulha e na instrução elementar". Op. cit., pág. 27

uma alternativa de cuidados e educação para os pobres, particularmente para as famílias constituídas de mães e filhos". (grifei)[97]

Retomando os aspectos históricos, para demonstrar o tratamento da infância no Brasil pelos poderes públicos, lembramos, mais uma vez invocando as professoras Irma e Irene:

> "Na ditadura implantada por Getúlio Vargas, intervir junto à infância torna-se uma questão de defesa nacional. A almejada assistência centralizada é implantada pelo governo Vargas, em 1941, com a criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM).[98]"

O Serviço de Assistência a Menores, ligado ao Ministério da Justiça funcionava na perspectiva do atendimento ao adolescente como objeto de assistência e repressão, indistintamente, demonstrando que a visibilidade desse destinatário do sistema era decorrente não apenas da prática de ato ilícito como de qualquer outra situação que tornasse necessária a intervenção do Estado.

Em 1964, portanto logo após o golpe de 31 de março, que instaurou a ditadura militar no Brasil, surge a FUNABEM em substituição ao SAM, com a proposta de "melhorar" o antigo sistema de atendimento ao "menor".[99]

Talvez uma canção do cantor e compositor Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura no Brasil, traga algumas pistas para desvendar esse mistério:

> "Nos barracos da cidade ninguém mais tem ilusão/ o poder da autoridade, de tomar a decisão/ e o poder da autoridade, se pode não faz questão, se faz questão não consegue, enfrentar o tubarão/ Gente estúpida, gente hipócrita/ O governador promete, mas o sistema diz não, os lucros são muito grandes, mas ninguém quer abrir mão, mesmo uma pequena parte, já seria a solução, mas a usura dessa gente, já virou um aleijão..."

É importante ressaltar que atualmente, com a existência de instâncias de

97 Op. cit., pág. 29/30

98 Op. cit., pág. 33

99 "Durante a Ditadura Militar, com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), em 1964, é introduzida a metodologia interdisciplinar redimensionando a periculosidade circunscrita aos aspectos médicos. A intenção principal ao se adotar a nova metodologia científica, fundamentada no conhecimento "biopsocos-social", era a de romper com a prática repressiva anterior criando um sistema que considerasse as condições materiais de vida dos abandonados, carentes e infratores, seus traços de personalidade, o desempenho escolar, as deficiências potenciais e as de crescimento. Crianças e jovens eram caracterizados como "menores" provenientes das periferias das grandes cidades, filhos de famílias desestruturadas, de pais desempregados, na maioria migrantes, e sem noções elementares da vida em sociedade." Passeti, Edson. Crianças carentes e políticas públicas in História das Crianças no Brasil. Mary Del Priori organizadora, 4ª edição, São Paulo, Contexto, 2004, pág. 357

poder como os conselhos de direitos, onde há participação paritária da sociedade civil e órgãos do Poder Público, esse é um debate que não mais pertence exclusivamente ao Poder Executivo, mas deve ser objeto de atuação prioritária também pela sociedade organizada.

1.2. O Código de Menores

Com o advento do Código de Menores de 1979 surge a doutrina da situação irregular para designar como objeto de atendimento os menores abandonados, carentes ou delinqüentes, numa visão nitidamente violadora dos direitos da criança e do adolescente, especialmente porque aplicada em larga escala, e sem direito à defesa, medidas de internação sob variados pretextos.

Pela simples leitura da lei[100] verifica-se que os seus destinatários eram a camada subalternizada da população, objeto de assistência social e da atuação do juiz, que assume um papel centralizador e praticamente incontestável, atuando de forma discricionária, uma vez que os conceitos são abertos e passíveis de interpretação conforme a sua própria visão.

Basta, para constatar tal fato, a informação seguinte:

> "*Neste tempo, de vigência do Código de Menores, a grande maioria da população infanto-juvenil recolhida às entidades de internação do sistema FEBEM no Brasil, na ordem de 80%, era formada por crianças e adolescentes, "menores", que não eram autores de fatos definidos como crime na legislação penal brasileira. Estava consagrado um sistema de controle da pobreza, que Emílio García Mendez define como sociopenal, na medida em que se aplicavam sanções de privação de liberdade a situações não tipificadas como delito, subtraindo-se garantias processuais. Prendiam a vítima. Esta também era, por conseqüência, a ordem que imperava nos Juizados de Menores.*[101]"

100 Lei 6.697/79, art. 2°: "Para os efeitos deste Código considera-se em situação irregular o menor:
I –privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
b)manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
II- vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
III- em perigo moral, devido a:
encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
exploração de atividade contrária aos bons costumes;
IV- privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
V- com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
VI – autor de infração penal"

101 Saraiva, João Batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral – uma abordagem da responsabilidade penal juvenil, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2003, pág. 47

A mobilização social contra a institucionalização de crianças no Brasil teve início na década de 80, culminando com a realização, em 1984, do I Seminário Latino-Americano de alternativas comunitárias de atendimento a meninos e meninas "de rua" e, em 1986, na realização do I Encontro Nacional de Meninos e Meninas "de Rua", também realizado em Brasília.

Conforme lembra o Professor Carlos Henrique de Carvalho, doutor em História pela Universidade de São Paulo na obra Os Submundos das cidades: as crianças no espaço urbano brasileiro, Campinas, Editora Alínea, 2008, pág. 83/84

> *"A articulação dos diversos setores, movimento social, Poder Judiciário e Executivo, na Assembléia Nacional Constituinte, tornou-se evidente a partir de 1986 com o lançamento de duas emendas populares. A emenda "Criança Constituinte" foi uma iniciativa do Ministério da Educação e tinha como alvo principal de atenção a crianças de 0 a 6 anos de idade. Já a emenda "Criança Prioridade Nacional" foi formulada por diversas entidades da sociedade civil, incluindo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (FENASP), o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDDC) e o Serviço Nacional de Justiça e Não Violência. As duas emendas foram apresentadas ao Congresso Nacional Constituinte em 1987, ocorrendo, então, uma fusão destas com predominância da segunda como texto base da Constituição, por ter apresentado maior número de assinaturas, cerca de 200 mil.*
> *A emenda "Criança Prioridade Nacional" foi incluída quase que integralmente nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal (aprovados por 435 votos contra 8) e também foi incorporada em cerca de 25 Constituições estaduais".*

Conforme ainda nos lembra o autor acima referido, para demonstrar que o recolhimento de crianças em situação de rua não é questão nova nesta cidade, apenas tomando formas diversas ao longo do tempo, antes, através de portaria do juiz de menores, hoje, através de resolução da Secretaria Municipal de Assistência Social:

> *"No Rio de Janeiro, o juiz de menores, Liborni Siqueira, determinou, em abril de 1990, o recolhimento de crianças que se encontrassem nas ruas "em estado de abandono e marginalização" e entidades civis que trabalhavam com estas crianças tentaram combater a decisão por intermédio de mandados de segurança e habeas corpus preventivos". (op. cit., pág. 87)"*

2. A Constituição de 1988 — marco histórico brasileiro da mudança de paradigma: O princípio da prioridade absoluta

A Constituição de 1988, nascida de amplo debate democrático promovido por movimentos sociais e por isso mesmo chamada de Constituição Cidadã pelo saudoso deputado Ulisses Guimarães, na histórica sessão se promulgação realizada aos 05 de outubro, incorporou ao ordenamento jurídico pátrio os princípios fundantes da "Doutrina da Proteção Integral" superando e se contrapondo à doutrina da situação irregular e consagrou o princípio da absoluta prioridade.

O artigo 227 merece ser citado por trazer o novo modelo de atendimento a direitos da criança e do adolescente sem qualquer distinção de origem, situação econômica ou social, colocando os destinatários desta norma de proteção como sujeitos de direito e não mais como objeto de atuação do Estado opressor:

> *"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."*

O princípio da absoluta prioridade, portanto, consiste no atendimento aos direitos da criança e do adolescente e tem como obrigados a família, através dos cuidados inerentes ao poder/dever familiar e o Estado, através das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, programas de combate à fome, à discriminação, à exploração, bem como a sociedade, através dos conselhos de direitos e tutelares, e no acionamento dos poderes constituídos quando tomar conhecimento de qualquer violação aos direitos da criança.

Princípio, na lição sempre lembrada de Celso Antônio Bandeira de Mello,

> *"é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.*[102]"

102 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 8ª edição, revista, atualizada e

Sobre a violação dos princípios o festejado jurista faz as seguintes considerações:

> "*Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.*[103]"

Constatamos que o Brasil apresenta importantes avanços no tratamento à questão da infância, sendo indicativo desta conquista a própria inclusão da matéria no texto da Constituição, com a superação da idéia de ser a criança e o adolescente objeto de políticas centradas na atuação para institucionalizar a pretexto de proteger/ressocializar, trazendo para o cenário jurídico a consideração e o respeito às crianças como especiais sujeitos de direito.

A Constituição Federal, nesse sentido, é instrumento jurídico fundamental para a garantia de direitos sonegados por tanto tempo na História do Brasil e impulsionadora da legislação sobre a criança e o adolescente, inspirada na futura convenção sobre direitos da criança do ano de 1989, ao consagrar o princípio da prioridade absoluta, que deve ser observado em todas as esferas de poder e áreas de atuação para efetivar a conquista obtida em sede constitucional, fruto de grande mobilização popular e de acordo com preceitos internacionais.

Quanto à concretização dos direitos das crianças do Brasil, recordo a análise feita pelo saudoso sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em comentário ao art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

> *"a tradição do Estado brasileiro é não levar a sério sua função social, é ter uma relação perversa com sua própria sociedade. Para se romper essa tradição, cabe à sociedade civil tomar a iniciativa de obrigar o Estado, em todos os níveis, a reencontrar-se com sua função social. O art. 7º pode constituir-se na pedra de toque dessa conversão ao social do Estado e da própria sociedade brasileira, que acostumou-se também a dormir em casa enquanto muitas de suas crianças dormem nas ruas.*[104]"

ampliada, Malheiros Editores, São Paulo, 1996, pág. 545/546

103 Op. cit., pág. 546

104 Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. Coordenadores: Munir Cury, Antônio Fernando do Amaral e Silva e Emílio García Mendez, Malheiros Editores, 4ª edição, São Paulo, 2002, pág. 42. O art. 7º prevê o direito à vida e à saúde nos seguintes termos: "A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento

O que diria o saudoso sociólogo irmão do Henfil se visse hoje que a situação não mudou tanto no Brasil real, apesar da evolução legislativa e da discussão do tema pelos operadores do sistema de garantias, como nas Conferências (Nacional, Estaduais e Municipais) sobre direitos da criança e do adolescente, no Seminário 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, realizado na UERJ em julho de 2005 e no seminário jovens em conflito com a lei realizado também em julho de 2005 no Museu da República, importantes fóruns de discussões dos quais participei e pude perceber como ainda estamos distantes de cumprir a promessa constitucional.

Nas sábias palavras do saudoso jurista e filósofo italiano, também senador vitalício da República da Itália, Norberto Bobbio:

> *"Poder-se-iam multiplicar os exemplos de contraste entre as declarações solenes e sua consecução, entre a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações. Já que interpretei a amplitude que assumiu atualmente o debate sobre os direitos do homem como um sinal de progresso moral da humanidade, não será inoportuno repetir que esse crescimento moral não se mensura pelas palavras, mas pelos fatos. De boas intenções, o inferno está cheio.*[105] *(grifei)*"

2.1. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a mudança de paradigma: da situação irregular para a proteção integral

Superando a tradicional visão de crianças e adolescentes como meros objetos, sem qualquer interferência, vontade ou direito assegurados pelos Códigos de Menores, tivemos, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, a regulamentação legal dos direitos previstos na Constituição de 1988, embora ainda se possa falar da existência das crises de interpretação e de implementação vividas pelo ECA, conforme nos lembra o mestre Emílio Garcia Mendez, consultor do UNICEF na América Latina, e se lute contra a visão de alguns operadores do direito de que há lei inexeqüível pelo fato de aspirar muito diante da realidade.

O artigo 4º da Lei 8069/90 dispõe, de forma similar à Constituição Federal:

> *"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*"

e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência"

105 Bobbio, Norberto. A Era dos Direitos, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer, Nova Ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004, pág. 80

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b)preferência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c)preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d)destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Primeiramente, cabe dizer que, lamentavelmente, ainda estamos distantes da concretização do princípio da prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, bastando para tanto observar a existência de crianças residindo nas ruas, trabalhando quando há vedação legal para tanto, a maioria das vezes em condições desumanas e degradantes, crianças sem a convivência familiar assegurada, crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas em unidades de internação e de acolhimento institucional, criança sem acesso à educação fundamental, à saúde, enfim, sobrevivendo miseravelmente apenas pela permissão divina, porque, como dizia um poeta indiano, Rabindranath Tagore "cada criança que nasce é uma prova de que Deus não perdeu as esperanças em relação à humanidade".

O saudoso Dom Hélder Câmara, que dedicou a vida a tantas causas nobres em defesa dos oprimidos do nosso país, deixou-nos o seguinte comentário:

> "*O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 15, estabelece que eles merecem respeito e dignidade: como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.*
> *Podemos acrescentar que estes direitos lhes são devidos, antes de tudo, porque crianças e adolescentes são criação de Deus, chamados à Vida Divina e à Vida Eterna!*
> *Filhos de Deus mesmo que nasçam na pobreza ou com deformações físicas... Mesmo que vivam em condição subumana...*
> *Filhos de Deus não só enquanto conhecem, respeitam e honram sua filiação divina, mas até se vivem em descrença total e zombam da paternidade supra-humana que a Religião lhes atribui...*[106]"

106 Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. Coordenadores: Munir Cury, Antônio Fernando do Amaral e Silva e Emílio García Mendez, Malheiros Editores, 4ª edição, São Paulo, 2002, pág. 62

Quanto à mudança na estrutura dos órgãos de execução das políticas relativas à infância, com o advento da Lei 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi extinta a FUNABEM e criada, em substituição, a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA), integrando o Ministério da Ação Social.[107]

> *Em 1995, extingue-se a FCBIA, juntamente com a LBA, no processo de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Com a extinção desses órgãos as suas atribuições foram assumidas pela Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania, no Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Assistência Social, no Ministério da Previdência e Assistência Social.*
> *Em 2003, primeiro ano do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a área dos direitos humanos foi desmembrada do Ministério da Justiça, tendo sido criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da República. Dentro da SEDH, o tema crianças e adolescentes está a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA).*"[108]

A participação popular que se fez presente na elaboração do Estatuto e, principalmente, na conquista de incluir no texto constitucional, de forma pioneira, os direitos da criança e do adolescente, está presente na elaboração de políticas públicas e deliberações para assegurar os direitos previstos no ECA e na Constituição Federal, bem como atuar nos casos de violação a esses direitos.

Tal participação ocorre através dos conselhos de direitos (nacional, estaduais e municipais), conselhos tutelares e associações constituídas para tal finalidade, inclusive estas legitimadas para ações cíveis fundadas em interesses coletivos ou difusos, nos termos do art. 210, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Importante destacar a legitimidade da Defensoria Pública para propositura de ações coletivas em defesa dos direitos de crianças e adolescente, conforme estabelece a Lei 7.347/85, com a redação dada pela Lei 11.448/2007, além de ser, de acordo com a Lei Complementar 80/94, com a redação da Lei Complementar 132/2009, função institucional do Defensor Público a defesa dos interesses individuais e coletivos de crianças e adolescentes (artigo 4º, XI).

107 O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil/Enid Rocha Andrade da Silva (coordenadora), Brasília, IPEA/CONANDA, 2004, levantamento nacional dos abrigos, pág. 24

108 O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil/Enid Rocha Andrade da Silva (coordenadora), Brasília, IPEA/CONANDA, 2004, levantamento nacional dos abrigos, pág. 25

Assim, diversamente do que ocorria por ocasião da vigência do Código de Menores, não há centralização das políticas relativas à infância, mas ampla possibilidade de participação da sociedade, tendo em vista a composição dos conselhos, órgãos paritários, deliberativos e fiscalizadores das políticas públicas em matéria de infância e juventude.

2.2. Direito da Criança e do Adolescente como direito social e a exigibilidade de sua concretização

Os direitos fundamentais são tradicionalmente classificados pela doutrina como direitos divididos nas categorias individuais, políticos e sociais.

Na lição do saudoso mestre Norberto Bobbio,

> *Como todos sabem, o desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases: num primeiro momento, afirmaram-se os direitos de liberdade, isto é, todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado; num segundo momento, foram propugnados os direitos políticos, os quais — concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não impedimento, mas positivamente, como autonomia — tiveram como consequência a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político (ou liberdade no Estado); finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências — podemos mesmo dizer de novos valores —, como os do bem-estar e da igualdade não apenas formal, e que poderíamos chamar de liberdade através e por meio do Estado.*[109]

Conforme ensina a Professora Ana Paula Barcellos, tratando do desenvolvimento dos direitos sociais:[110]

> *A integração dessa última categoria de direitos às demais desenvolveu-se especialmente a partir do fim do século XIX e início do XX, quando se verificou de forma clara que o homem idealizado pelo liberalismo — cuja única necessidade era a liberdade, suficiente para assegurar uma vida digna para si próprio e sua família — não existia. A garantia dos direitos individuais clássicos tornou-se insuficiente, na medida em que o Estado deixou de ser o único opressor.*

109 Bobbio, Norberto. A era dos direitos, tradução de Carlos Nelson Coutinho, nova edição, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004, pág. 52

110 Barcellos, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da Dignidade da Pessoa Humana, Rio de Janeiro, Renovar, 2002, págs. 114/115

> *A lógica aleatória e impessoal do mercado capitalista livre era capaz de negar aos indivíduos bens absolutamente fundamentais, a despeito da liberdade garantida e do empenho que se pudesse empregar para obter tais bens. Sem essas condições materiais mínimas, e. g. educação, saúde, alimentação, informação, etc., os direitos individuais eram pouco mais que papel e tinta. Pelas mesmas razões, a democracia, sem que todos os participantes da deliberação tenham condições básicas de dignidade material, descreve apenas uma ficção. (grifei)*

Na magistral obra Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda legou-nos primorosa análise da história do povo brasileiro, inclusive sobre o não cumprimento das leis, em referência ao Segundo Reinado e à Primeira República:

> "(...) *As constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômeno corrente em toda a história da América do Sul. É em vão que os políticos imaginam interessar-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante dessa pretensão.*[111]"

Na obra "O medo na cidade do Rio de Janeiro", a socióloga Vera Malaguti dá importante contribuição sobre a análise do tema tão atual, trazendo a investigação do passado:

> "*O final do século XX ilumina o nosso olhar sobre o século XIX. No liminar entre o século XX e o XXI, o medo não é só uma conseqüência deplorável da radicalização da ordem econômica, o medo é um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração. Referimo-nos anteriormente ao que Gizlene Neder denominou produção imagética do terror, em que as bancas de jornais e a tela da televisão reproduzem o que foi a praça pública para os autos-de-fé.*[112]"

Sobre as políticas públicas para crianças pobres no Brasil, na perspectiva histórica, importa trazer análise de especialista no assunto:

> *"Uma história de internações para crianças e jovens provenientes das classes sociais mais baixas, caracterizados como abandonados ou delinqüentes pelo saber filantrópico privado e governamental — elaborado, entre outros, por médicos, juízes, promotores, advogados, psicólogos, padres, pastores, assistentes sociais, sociólogos e*

111 Holanda, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil, 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, pág. 182

112 Malaguti Batista, Vera. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história, Rio de Janeiro, Revan, 2003, pág. 75

economistas —, deve ser anotada como parte da história da caridade com os pobres e a intenção de integrá-los à vida normalizada. Mas também deve ser registrada como componente da história contemporânea da crueldade.[113] (grifei)"

Discorrendo sobre a modernidade tardia no Brasil, o Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul e Professor Lenio Streck nos traz uma análise muito apropriada à realidade do país:

É evidente, pois, que em países como o Brasil, em que o Estado Social não existiu, o agente principal de toda política social deve ser o Estado. As políticas neoliberais, que visam a minimizar o Estado, não apontarão para a realização das tarefas antitéticas a sua natureza. Veja-se o exemplo ocorrido na França, onde, recentemente, após um avanço dos neoliberais, a pressão popular exigiu a volta das políticas típicas do Estado Providência. Já em nosso país, ao contrário disto, seguimos na contramão, é dizer, quando países de ponta rediscutem e questionam a eficácia (social) do neoliberalismo, caminhamos, cada vez mais, rumo ao "Estado absenteísta", "minimizado", "enxuto" e "desregulamentado" (sic), ao ponto de um dos líderes do PFL – Partido da Frente Liberal, Sen. Jorge Bonhausen, que apoiou o governo Fernando Henrique Cardoso, nos oito anos de mandato, declarar, no Jornal Folha de São Paulo do dia 10.12.98, que se fazia urgente o desmonte do Estado (sic), deixando-o absolutamente mínimo, propondo, inclusive, a venda da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal... É este, pois, o dilema: quanto mais necessitamos de políticas públicas, em face da miséria que se avoluma, mais o Estado, único agente que poderia erradicar as desigualdades sociais, se encolhe!" (grifo no original)[114]

Recorrendo à lição do eminente Juiz de Direito do Rio Grande do Sul, Ingo Wolfgang Sarlet, podemos dizer que:

Assim, não há como negar que todos os direitos fundamentais podem implicar um "custo", de tal sorte que esta circunstância não poderia ser limitada aos direitos sociais de cunho prestacional. Apesar disso, seguimos convictos – como, de resto, esperamos demonstrar nas páginas que seguem — que para o efeito de se admitir a imediata aplicação pelos órgãos do Poder Judiciário, o corretamente apontado "fator custo" de todos os direitos fundamentais, nunca constituiu um elemento impeditivo da efetivação pela via jurisdicional. É justamente neste sentido que deve ser tomada a referida "neutralidade" econômico-financeira dos direitos de defesa, visto que a sua eficácia jurídica (ou seja, a eficácia dos direitos fundamentais na condição de direitos

113 Passeti, Edson. Crianças carentes e políticas públicas in História das Crianças no Brasil/ Mary Del Priori organizadora, 4ª edição, São Paulo, Contexto, 2004, pág. 350

114 STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica Jurídica e(m) Crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito, 5ª edição revista a atualizada, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2004, pág. 26/27

negativos) e a efetividade naquilo que depende da possibilidade de implementação jurisdicional não tem sido colocada na dependência de sua possível relação econômica. Já no que diz com direitos sociais a prestações, seu "custo" assume especial relevância no âmbito de sua eficácia e efetivação, significando, pelo menos para significativa parcela da doutrina, que a efetiva realização das prestações reclamadas não é possível sem que se despenda algum recurso, dependendo, em última análise, da conjuntura econômica, já que aqui está em causa a possibilidade de os órgãos jurisdicionais imporem ao poder público a satisfação das prestações reclamadas.[115]

3. Tratamento de dependência química: caso de polícia, de assistência social ou de saúde?

A saúde, conforme prevê o art. 196 da Constituição da República de 88

é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O artigo 199 da Constituição da República prevê que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, o que deve estar de acordo com os princípios da atividade econômica previstos no art. 170 da Lei Maior, vez que a ordem econômica tem como um dos fundamentos a livre iniciativa.

Em relação à criança e ao adolescente há norma específica contida no art. 227, § 1° que determina:

O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I- aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

115 Sarlet, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais, 4ª edição, revista, atualizada e ampliada, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2004, pág. 281

Na lição de Ana Paula Barcellos

> *Assim, quando se cuida do mínimo existencial em saúde, se está tratando das prestações de saúde que podem ser exigidas do Poder público, a serem prestadas diretamente por ele ou pelo particular com custeio público, caso a Administração não possa ou não tenha meios de executar a prestação.*

O direito à saúde do qual é titular criança ou adolescente, em razão do princípio da absoluta prioridade, deve ser atendido de forma pronta, inclusive por meio de ação judicial para obter tratamento médico ou medicamento prescrito, o que costuma ocorrer com freqüência no Rio de Janeiro através de ações ajuizadas contra o Estado e o Município nas Varas de Fazenda Pública ou de Infância.

O art. 227, § 3°, VII, da Constituição Federal prevê, ainda, como forma de proteção especial, decorrente da prioridade absoluta, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

As políticas públicas em relação ao tratamento para dependência química não apresenta adequação à norma constitucional, vez que existe em todo o Município do Rio de Janeiro apenas 2 Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas e 2 CAPSI´s, portas de entrada para atendimento da demanda na área da saúde mental.

No artigo DO MANICÔMIO AO CAPS DA CONTENÇÃO (IM) PIEDOSA À RESPONSABILIZAÇÃO de Carlos Mendes Rosa e Junia de Vilhena, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – RJ – Brasil, temos as seguintes considerações sobre a reforma psiquiátrica:

> *A Lei 10.216/2001 afirma a cidadania plena dos pacientes e elenca nove direitos básicos, entre os quais o da prioridade no tratamento comunitário. Restringindo a internação como uma modalidade de tratamento, a ser utilizada apenas nos casos em que é indispensável. No entanto, observamos que sua aplicação, na prática, ainda não segue as orientações normativas. Vemos muitos pacientes sendo internados para que a família se livre do problema ou porque o estado ressarce os gastos que as clínicas virão a ter; então, a instituição opta pela via mais cômoda: a da internação.*
>
> *A sigla CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é uma das muitas siglas que nomeiam a descentralização do cuidado e da assistência aos pacientes do sistema público de saúde. A proposta é que cada um desses setores seja responsável por uma parcela das demandas da sociedade. Este é o conceito de Rede de Atenção Básica em Saúde de base comunitária, que foi instituído pelo governo brasileiro na década de 90.*
>
> *O objetivo é regular e organizar os serviços de saúde dando autonomia às diferentes esferas do poder público (estadual, federal e municipal), porém mantendo um único direcionamento pautado pela universalidade e equidade na oferta de serviços à população. A ideia do governo (MS, 2005) é que somente uma organização em rede, e não apenas um serviço ou "equipamento" (nome dado pelo governo às instituições integrantes da Rede de Saúde), é capaz de fazer frente à complexidade das demandas de inclusão de pessoas secularmente estigmatizadas, em um país de acentuadas desigualdades sociais. "É a articulação em rede de diversos equipamentos da cidade, e não apenas de equipamentos de saúde, que pode garantir resolutividade, promoção da autonomia e da cidadania das pessoas com transtornos mentais" (MS, 2005, p.26).*
>
> *Porém, é importante frisar que a Reforma Psiquiátrica ocorrida em países nos quais o Brasil se inspirou para construir seu próprio modelo lidavam com manicômios sustentados pelo estado, enquanto em nossa realidade atual o processo de lutas pela descentralização dos atendimentos nos Grandes Hospitais Psiquiátricos abriu espaço para o surgimento de instituições privadas de contenção e "tratamento" da loucura nos moldes manicomiais. Em Goiânia, só para citar um exemplo, atualmente existem mais de dez clínicas particulares que atendem, em regime de internação, os pacientes com transtornos mentais ou usuários de álcool e drogas.*
>
> *É preciso que se valorize a reabilitação destes pacientes. O objetivo deve ser a promoção de alguma melhora para o sujeito, de forma que não criemos um novo cenário em que os processos estáticos da segregação manicomial, vão se transformando, aos poucos, na dinâmica de circulação de pacientes entre os novos serviços especializados (Castel, 1987). Tal dinâmica, ironicamente se assemelha à Nau dos Loucos – barcos onde os desvairados eram despachados para locais distantes através do mar com a expectativa de que o mar os curasse ou os matasse; o importante era se ver livre do problema.*
>
> *A reabilitação de pacientes foi pensada como um processo articulado de práticas que dariam ao usuário a devida noção de sua participação na dinâmica institucional e da importância da instituição na sua recuperação. Prova disso são as diversas atividades idealizadas para os usuários e pelos mesmos, garantindo a participação integral destes no processo. Apenas como um dado histórico vale comentar que a própria sigla CAPS foi criada, em São Paulo, pelos pacientes da Instituição, quando de seu início na década de oitenta (Goldberg, 1996).*

Uma palavra corrente nos debates sobre a reabilitação é "contratualidade", ou seja, a capacidade que o sujeito tem de trocar valores em sua vida com os demais integrantes do corpo social (Saraceno, 1996). No entanto, para trocar é preciso primeiramente possuir valores. Para tanto se faz necessário devolver ao sujeito a responsabilidade, na medida do possível para cada caso, sobre os principais aspectos de sua vida (residência, grupo social e familiar, trabalho); criando condições para uma volta progressiva deste sujeito à sociedade como agente do processo. É a expressão do que Pitta (1996) chamou de "protagonismo do sujeito".

Conforme dispõe o art. 88, II, do ECA, uma das diretrizes da política de atendimento é a "criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo as leis federal, estaduais e municipais".

Nesse contexto de descentralização administrativa, que advém da própria Constituição (art. 204), a criação dos conselhos e o respeito às deliberações das políticas públicas em matéria de infância e adolescência devem ser observadas pela Administração Pública em todas as esferas governamentais.

Assim, matérias relacionadas ao atendimento de crianças e jovens, em vez de serem tratadas por seus órgãos da administração direta, com exclusividade, por força da norma de extensão contida no art. 227, § 7º, da Constituição, devem, necessariamente, passar por uma instância diferenciada de poder, a saber, os conselhos. Não ocorrendo dessa forma, haverá inconstitucionalidade.[116]

Esse mecanismo de participação da sociedade constitui uma grande conquista da democracia participativa prevista no art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal[117].

Isso traz importantes consequências na esfera administrativa, reduzindo a discricionariedade do Poder Executivo em matéria de Direito da Criança e do Adolescente, não apenas porque os Conselhos são espaços legítimos de formulação de políticas públicas, como também e principalmente porque adotada pela ordem jurídica pátria o princípio da absoluta prioridade.

116 Liberati, Wilson Donizeti e Cyrino, Públio Caio Bessa. Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente, 2ª edição. Malheiros Editores, São Paulo, 2003, pág. 87

117 "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I- a soberania; II – a cidadania; III- a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V- o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

Portanto, além de a discricionariedade sofrer a restrição constitucional quanto ao seu apreciador, pois compete ao Chefe do Poder Executivo repartir essa tarefa, antes exclusivamente sua, com os Conselhos – ou melhor, transferir o locus do poder de escolha para esses Conselhos -, o mérito administrativo, antes intangível, é agora, também, resultado de manifestação complexa; e o princípio constitucional da prioridade absoluta deve ser levado em conta quando das escolhas ou opções políticas, bem como obriga o Administrador Público, conforme o caso, a torná-los realizáveis.[118] *(grifei)*

4. A Resolução nº 20 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e a violação de direitos fundamentais

Apesar do percurso histórico de superação da situação irregular pela proteção integral e reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, no mês de maio de 2011 foi editada a Resolução nº 20 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro estabelecendo protocolo de abordagem de população em situação de rua, com a previsão do recolhimento compulsório de crianças e adolescentes e verificação da existência de mandado de busca e apreensão expedido pelo Juízo da Infância em matéria infracional antes do encaminhamento para "abrigamento compulsório".

A propósito da perplexidade do meio jurídico com esta resolução, no dia 31 de março de 2012 a Professora Maria Lúcia Karam, juíza aposentada e ex Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro publicou o artigo com o título Situação irregular, onde destaca que "continuam acontecendo no Rio de Janeiro operações nas quais crianças e adolescentes que vivem nas ruas são conduzidas para o que a Prefeitura chama de "sistema de abrigamento (sic) compulsório".

Continua a análise da Maria Lúcia Karam

A resolução nº 20 de 27 de maio de 2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social determina a internação compulsória de crianças e adolescentes que "na avaliação de especialistas estiverem comprometidos com o uso do crack e outras drogas psicoativas". Esse "sistema de abrigamento (sic) compulsório" foi anunciado como mais uma tentativa de suposta "proteção" à infância, ao estilo da antiga "doutrina da situação irregular", já afastada da lei brasileira, mas ainda ilegitimamente presente na cartilha de muitas autoridades.

118 Liberati, Wilson Donizeti e Cyrino, Públio Caio Bessa. Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente, 2ª edição. Malheiros Editores, São Paulo, 2003, pág. 89

Também o grande mestre e advogado criminalista, Professor Nilo Batista, em artigo publicado originalmente em Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal, organizado pela ilustre Professora Vera Malaguti, Rio de Janeiro, Revan, 2012, e na publicação primorosa produzida pelo CEDECA Rio de Janeiro – Recolhimento e Internação Compulsória: uma política violadora de direitos humanos, Rio de Janeiro, 2013, manifestou-se sobre este importante tema sob o título Recolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua: a face bárbara dos fascismos nossos de cada dia:

> *Muitas foram, e são, as operações de recolhimento realizadas pelo Governo Municipal do Rio de Janeiro, algumas delas em parceria com o Governo Estadual, como uma forma de atuação emergencial, sem muita preocupação em implementar políticas públicas processuais e contínuas, que atendam às reais necessidades dessas crianças e adolescentes que estão em situação de rua. Os resultados da adoção dessas práticas podem ser considerados nulos ou insignificantes diante da complexidade do problema, pois sempre há o retorno dessa população às ruas, sem perspectiva alguma de mudança ou promoção de vida. Associam-se a isso os apelos de parcela significativa da sociedade e da mídia, que cobram providências imediatas do poder público para retirar a população que se encontra nas ruas das cidades, sem se aterem às causas dessa situação, nem tampouco com o futuro dessas pessoas.*
>
> *Os "indesejáveis" da cidade, nem sequer são reconhecidos como titulares de direitos. Vistos como não-cidadãos e potencialmente perigosos, o uso de práticas repressivas e de controle pelo Estado é a forma historicamente reconhecida e concebida de atuação junto a esse segmento da população. As tensões estão presentes nessas relações sociais, produzindo um afastamento e dominação de um segmento da população sobre outro. (pág. 29/30)*
>
> *Podemos destacar a prática da retirada e internação compulsória de crianças e adolescentes em situação de rua, como uma das faces do nazifascismo e da barbárie contemporâneos. A chamada "operação Cata-Tralha" é um exemplo adotado pelo governo municipal do Rio de Janeiro de higienização social, quando são recolhidos e jogados fora (no lixo) pela Companhia de Limpeza Urbana, sem aparente adoção de critérios de seleção, todos os pertences desse segmento da população, mesmo que entre tais pertences estejam documentos, fotos, roupas, cobertas, medicamentos, etc. (pág. 35)*
>
> *Em maio de 2011, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) cria a Resolução Nº 20, que regulamenta o Protocolo do Serviço Especializado em Abordagem Social. O Protocolo, apoiado pelo Ministério Público e 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, elenca vários procedimentos, mas destaca, principalmente, o recolhimento e a internação compulsória de crianças e adolescentes em situação de rua que sejam considerados dependentes químicos nas chamadas cracolândias e em outras áreas da cidade.*
>
> *Andando na contramão da história e infringindo leis, cabe destacar o inciso XV , do artigo 5º do referido Protocolo que versa o 1º procedimento a ser adotado com todos os adolescentes que forem abordados nas operações de recolhimento, independentemente se for necessário atendimento emergencial de saúde:*
>
> *XV – **acompanhar todos os adolescentes abordados à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA**, para verificação de existência de mandado de busca e apreensão e após acompanhá-los à Central de Recepção para acolhimento emergencial;*
>
> *Cabe destacar que, no que tange ao disposto no inciso XV, o inciso LXI, do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil (CFB) prevê que nenhuma pessoa será privada de sua liberdade senão por flagrante delito ou ordem judicial escrita e fundamentada. A simples condução dos adolescentes para a delegacia de polícia consiste em uma privação de liberdade e uma inversão do princípio constitucional da presunção de inocência, pois, neste caso, sem a ocorrência de um flagrante delito, todos os adolescentes são taxados de eventuais infratores pelo simples fato de estarem em situação de rua. (págs. 43/44, grifos no original)*

Esperamos que se cumpra a previsão do Professor Nilo Batista e os Tribunais Superiores revisem este procedimento, já que em primeira instância sequer foi apreciado o requerimento de medida liminar na Ação Civil Pública em andamento sob o número 0347466-26.2011.8.19.0001, proposta aos 28 de setembro de 2011, portanto 4 meses após a edição da resolução nº 20, de 27 de maio de 2011. Também se encontra pendente de julgamento n o E. STJ a decisão da Câmara Criminal que denegou a ordem no habeas corpus impetrado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em favor de adolescente buscado e apreendido em casa para ser conduzido a uma entidade assistencial da ONG Tesloo situada em Guaratiba e que se destina a "acolhimento especializado no tratamento de crianças e adolescentes usuários de drogas".

No Congresso de Defensores Públicos da Infância, realizado na cidade de Belém em setembro de 2012, foi apresentada proposta de tese, aprovada pela assembleia, no sentido da ilegalidade e inconstitucionalidade da Resolução 20 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro.

Antes disso, em setembro de 2011, foi proposta pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro Ação Civil Pública em curso na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, tendo como objeto a ilegalidade da referida resolução que estabelece recolhimento compulsório de crianças e adolescentes em situação de rua, independentemente do requisito legal previsto na Lei 10216/2001, que prevê a necessidade de laudo médico para esta modalidade de internação, cabendo destacar que as instituições destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes alegadamente portadores de dependência química são instituições conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social através da entidade chamada Tesloo, havendo somente uma instituição do próprio Município, chamada de "Casa Viva".

A Lei 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê no artigo 101, § 1º, que a medida de acolhimento institucional e acolhimento familiar são medidas de proteção, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Cabe lembrar ainda, que o artigo 106 da Lei 8069/90 assegura que nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

A previsão, através de Resolução da Secretaria Municipal de Assistência Social, e execução através da equipe de abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua, do que se denominou de "abrigamento compulsório", a pretexto da proteção e tratamento representam ofensa a garantias constitucionais, não apenas de liberdade, mas dignidade da pessoa humana em condição peculiar de desenvolvimento, tendo em vista a necessidade prevista na referida resolução de verificar-se a existência de mandado de busca e apreensão para somente então se aplicar a medida de "abrigamento compulsório" a pretexto de submeter a criança ou adolescente a tratamento em instituição pública (única) ou conveniada com a Secretaria Municipal de Assistência Social, onde são mantidos sob efeitos de medicação, conforme constatado em relatório conjunto elaborado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Serviço Social, além do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ) e Grupo Tortura Nunca Mais.

Dispõe o artigo 5º da referida resolução:

> *Artigo 5º São considerados procedimentos do Serviço Especializado em Abordagem Social, a ser realizados pelas equipes dos CREAS/Equipe Técnica/Equipe de Educadores:*
>
> *XV – acompanhar todos os adolescentes abordados à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA, para verificação de existência de mandado de busca e apreensão bem como acompanha-los à Central de Recepção para acolhimento emergencial;*
>
> *§ 3º A criança e o adolescente que esteja nitidamente sob a influência do uso de drogas afetando seu desenvolvimento integral, será avaliado por uma equipe multidisciplinar e, diagnosticada necessidade de tratamento para recuperação, o mesmo deverá ser mantido abrigado, em centro especializado de forma compulsória. A unidade de acolhimento deverá comunicar ao Conselho Tutelar e à Vara da Infância, Juventude e Idoso, todos os casos de crianças e adolescentes acolhidos.*
>
> *§ 4º Não obstante o previsto nos §§ 2º e 3º deste artigo, a criança e o adolescente acolhidos no período noturno, independente de estarem ou não sob a influência do uso de drogas, deverão ser mantidos abrigados/acolhidos de forma compulsória, com o objetivo de garantir sua integridade física.*

Após a edição da Resolução 20 e das várias críticas feitas em debates públicos promovidos em especial pelo Conselho Estadual de Direitos da Criança (CEDCA), inclusive audiência pública conjunta com o CONANDA (Conselho Nacional de Direitos da Criança), Conselho Municipal de Direitos da Criança (CMDCA), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança, Defensoria Pública, dentre outras representações de defesa dos direitos de Crianças e Adolescentes, realizada na Fundação Escola Superior da Defensoria Pública no mês de julho de 2011 após a missa em memória das vítimas da Chacina da Candelária e caminhada até a Cinelândia, houve duas alterações no protocolo de abordagem, a primeira através da Resolução SMAS Nº 29, que prevê no artigo 1º que fica incluído no rol de exposição de motivos da Resolução SMAS nº 20, de 27 de maio de 2011:

> *Considerando que a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro integram o Sistema de Garantia de Direitos.*

Art. 2º Fica alterado o inciso XV do art. 5º da Resolução SMAS nº 20, de 27 de maio de 2011, que passa a ser redigido com a seguinte redação:

XV- acompanhar todos os adolescentes abordados à Central Carioca ou a unidade previamente definida, para identificação de crianças e adolescentes eventualmente inscritas em cadastros de desaparecidos e verificação de existência de mandado de busca e apreensão, com auxílio da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e, após, acompanhá-los à Central de Recepção para acolhimento emergencial.

Nova mudança do protocolo foi promovida pela Resolução nº 33, de 13 de janeiro de 2013:

Artigo 1º Ficam alterados os incisos XIV e XV do art. 5º da Resolução SMAS nº 20, de 27 de maio de 2011, que passam a ser redigidos com a seguinte redação:

XIV- Encaminhar adultos e idosos para registro de extravio e furto de documento na delegacia mais próxima do local de abordagem e posterior encaminhamento para Central de Recepção.

XV – Encaminhar todas as crianças e adolescentes abordados para a Central de Recepção com vistas ao acolhimento emergencial, ocasião em que será enviada uma comunicação à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA, contendo os dados de todos os adolescentes acolhidos para verificação de sua situação legal.

Foi proposta Ação Civil Pública pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerando a ofensa a princípios constitucionais, bem como à Lei 8069/90, que dispõe sobreo o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se requer a declaração de nulidade da Resolução 20 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e cumprimento pelo Município da Deliberação 763 do Conselho Municipal de Direitos da Criança, que estabelece a política de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, inclusive usuárias de substância entorpecente.

As alterações promovidas pelas resoluções 29 e 33 não são suficientes para perda do objeto da ação proposta, que requer a declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade da resolução 20 da SMAS.

Interessante observar que nas considerações posteriores à edição da Resolução 20 é incluída no rol de exposição de motivos como integrantes do

Sistema de Garantia de Direitos a Polícia Civil e Militar, dúvida não havendo a este respeito, tendo em vista a disposição do artigo 86 da Lei 8069/90, artigo 88 e Resolução 113 do CONANDA, mas em momento algum é reconhecido o direito de crianças e adolescentes a terem acesso à Defensoria Pública, como assegura o artigo 141 da Lei 8069/90, igualmente sendo a Defensoria Pública órgão integrante do Sistema de Garantia de Direitos.

Mais perplexidade causa a ausência completa da garantia de acesso ao Defensor Público, uma vez que não se efetiva o direito da criança ou adolescente à oitiva e participação acerca da medida aplicada, como prevê expressamente o artigo 100, parágrafo único, XII, da Lei 8069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação promovida pela Lei 12010/2009, menos ainda se nomeia, como prevê igualmente o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 142 parágrafo único, curador especial na hipótese de colidência de interesse ou ausência de representante legal, situação configurada pela aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional, que pressupõe o afastamento da família, vale dizer, do direito à convivência familiar.

Ademais, a internação compulsória, medida extrema para tratamento das questões de saúde mental, dentre elas o uso abusivo de drogas, tal como prevista na Lei 10.216/2001 depende, para sua determinação judicial, da existência de laudo médico atestando a necessidade da medida, o que não tem sido verificado na prática, considerando que a interpretação é de tratar-se de medida de "acolhimento compulsório" e não internação compulsória, que traria como requisito a existência de laudo médico atestando a necessidade da medida extrema.

Inobstante tal situação, verifica-se que o Município do Rio de Janeiro foi condenado pelo Juízo da Infância e da Juventude da Capital ainda em 2004, nos autos da Ação Civil Pública 0271325-78.2002.8.19.0001 a manter nas unidades públicas de saúde de cada área programática da cidade, serviço especializado, em regime ambulatorial, para atendimento, tratamento e acompanhamento de crianças e adolescentes usuários de drogas, dotando-os de equipamentos e profissionais capacitados além de condenar o Município do Rio de Janeiro a disponibilizar serviço de saúde especializado em regime de internação, com o mínimo de 16 leitos, para desintoxicação e/ou tratamento de crianças e adolescentes dependentes de entorpecentes ou drogas afins, dotando o referido serviço de equipamentos e profissionais capacitados.

Cabe ressaltar que se encontra pendente de julgamento pelo E. Supremo Tribunal Federal Recurso Extraordinário, autuado sob o número 562180 interposto nos autos da Ação Civil Pública acima referida.

Constata-se que tal determinação não restou cumprida, carecendo a rede de saúde de unidade ou leitos para atendimento a esse público, havendo apenas 2 CAPS AD Municipais e um Estadual, 4 CAPSi, além de 1 Federal em todo o Município do Rio de Janeiro.

Tais procedimentos não são novos na história de crianças e adolescentes no Brasil, como ensina o Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, ao tratar do sistema de atendimento norteado pelo revogado Código de Menores, caracterizado como

> *círculo perverso da institucionalização compulsória:* ***apreensão*** *– o menor é apreendido nas ruas pelo policiamento ostensivo ou ronda do comissariado de menores;* ***triagem e investigação:*** *realizada em diversas fases que podem envolver a Delegacia de Menores, o Juizado de Menores e o Centro de Triagem da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor);* ***rotulação*** *– como resultado do estudo social do caso, o menino é enquadrado em categorias sociais (abandonado, carente, desassistido) ou nas categorias legais previstas no Código de Menores;* ***deportação*** *– por decisão judicial, o menino é arrancado do seu continente afetivo (família ou bando de rua) e das vinculações sociais e culturais com sua comunidade de origem; confinamento – ao fim deste ciclo ocorre o seu confinamento em internato que, paradoxalmente, passa a ter a missão de ressocializá-lo. (Brasil, Criança Urgente, Rio de Janeiro, Columbus, 1989, pág. 130).*

Verifica-se que as crianças e adolescentes, sob o argumento de estarem em situação de rua e serem usuários de substância entorpecente, são conduzidos, inclusive com acompanhamento policial, para instituições ditas especializadas no atendimento a dependência química e são mantidos medicados sem individualização e proibidos de sair, sob pena de expedição de mandado de busca e apreensão.

Numa entrevista publicada no dia 29 de julho de 2013 na Revista O Fluminense, a Professora Vera Malaguti Batista, respondendo a uma pergunta sobre acolhimento, esclarece a metáfora da internação forçada:

> *Criaram agora esta metáfora perversa que é o "acolhimento". Nada mais é que o recolhimento compulsório das crianças das áreas ricas, jogadas em abrigos. Isso que era uma discussão dos anos 1990, enquanto estávamos na saída da ditadura procurando maneiras democráticas de convivência urbana, volta à tona em um retrocesso absurdo. A prefeitura prende utilizando o discurso do crack. Antes era a cola, a capoeira, o samba, a maconha... Sempre inventam um motivo para manter essa parcela da população sob um controle policizado, criminalizado, militarizado. E atrás disso, sempre tem um olhar demonizante, que aumenta o perigo e, consequentemente, o medo.*

No caso de um adolescente que havia sido inicialmente encaminhado para instituição municipal chamada "Casa Viva", foi constatada pela família a existência de maus tratos, tendo sido registrada ocorrência policial e encaminhado o caso para o JECRIM sem realização de exame de corpo de delito, cuja requisição foi entregue ao pai, a despeito de encontrar-se a vítima acolhida compulsoriamente em instituição pública.

No segundo encaminhamento, após comparecer em audiência e a pedido da mãe, desta vez para instituição conveniada com o Município, em visita ao local foi constatado que o adolescente havia sido medicado quando chegou sem sequer haver sido examinado por médico, alegando o enfermeiro que a medicação havia sido prescrita por telefone. Com a saída do adolescente da instituição e para evitar expedição de mandado de busca e apreensão foi impetrado *habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, que foi deferida para impedir nova condução a qualquer instituição destinada a "abrigamento compulsório", com encaminhamento a rede pública de saúde para avaliação médica do tratamento proposto. A ordem no *habeas corpus* foi concedida no mérito.

Em caso idêntico, quando foi solicitada medida de proteção de encaminhamento a rede pública de saúde e determinada a internação compulsória do adolescente, foi impetrado *habeas corpus,* com indeferimento da liminar pelo douto Desembargador Relator, o mesmo que havia concedido na hipótese acima referida, e em seguida denegada a ordem por unanimidade tendo como um dos fundamentos o decreto-lei 891, de 25 de novembro de 1938, ignorando-se a Lei 10.216/2001.

O interessante é que no primeiro caso não gerou qualquer repercussão pública, já no segundo, no dia 19 de dezembro de 2012, foi dada grande publicidade, com divulgação em jornal local (RJ TV) e na imprensa escrita também.

Verifica-se nestas entidades, de maneira geral, que os meninos e meninas ficam ociosos a maior parte do tempo, não têm acesso garantido à educação e até mesmo à assistência médica adequada, a despeito de alegar-se a necessidade de tratamento para dependência química, situação não comprovada dada a inexistência de laudo médico atestando a necessidade de internação.

Por tais motivos, com fundamento no direito de crianças a adolescentes, conforme previsto na Convenção sobre Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil,

em seu artigo 24, de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e recuperação da saúde;

Considerando que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, conforme previsto na Constituição da República, que igualmente assegura, como proteção especial, o atendimento especializado de saúde para dependentes químicos;

Considerando a ilegalidade do acolhimento compulsório, visto que as medidas de acolhimento familiar e institucional são medidas de proteção provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar e, na sua impossibilidade, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade, constata-se que o procedimento estabelecido na Resolução nº 20 de 27 de maio de 2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro padece de inconstitucionalidade e de ilegalidade por afrontar a dignidade de adolescentes conduzindo-os a delegacia para verificar existência de mandado de busca e apreensão, bem como pela determinação de que permanecerão acolhidos/abrigados compulsoriamente.

Deve o Município, ao invés de terceirizar o atendimento através de entidades da sociedade civil sob suspeita, como observado pelo Tribunal de Contas, que recomendou o encerramento do convênio celebrado entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a ONG TESLOO, fato amplamente noticiado na imprensa através de uma série de reportagens do jornal O Dia, apresentadas entre os dias 25 e 30 de outubro 2012, tendo o jornalista responsável pela matéria, João Antônio Barros, participado de Seminário realizado no dia 10 de dezembro de 2012, onde estavam presentes o Juiz de Direito membro da Associação Juízes para a Democracia, João Batista Damasceno, o Deputado Federal Alessandro Molon, o Delegado de Polícia Orlando Zaccone, membro da LEAP, o Subsecretário Municipal de Assistência Social, Daniel Soranz, o Desembargador Siro Darlan, a Deputada Estadual Janira Rocha, a CDEDICA (Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Defensoria Pública) representada por mim, ampliar os CAPS AD, conforme determina a Deliberação 763 do CMDCA, criar leitos para internação, como determina a decisão judicial proferida pelo Juízo da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital nos autos de ação civil pública proposta ainda em 2003, portanto há 10 anos, revelando omissão do poder público no cumprimento do dever constitucional de fornecer com prioridade absoluta atendimento na rede pública de saúde a crianças e adolescentes usuários de substância entorpecente.

O mero recolhimento da população em situação de rua, em especial crianças e adolescentes, além de se mostrar uma política violadora de direitos, tem demonstrado ser ineficiente para solucionar a grave questão da existência de pessoas em tal situação. Cabe questionar se estão sendo oferecidas alternativas e novas perspectivas de vida ou meramente se tentando preservar a imagem de uma cidade maravilhosa, de exuberante beleza natural, que atrai turistas do mundo inteiro.

Não poderia deixar de questionar, ainda, as condições de estrutura física e de recursos humanos das entidades de acolhimento do Município do Rio de Janeiro, em especial das "Centrais de Recepção", que sequer encontram respaldo no ordenamento jurídico, para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e afastadas da família.

Basta informar que recentemente, após atendimento a uma adolescente institucionalizada em uma das "Centrais de Recepção" do Município do Rio de Janeiro e diante dos vários relatos de prática de violência física e psicológica, a Defensoria Pública retornou ao local, juntamente com a Delegacia da Criança Vítima e Conselho Tutelar, quando foram colhidos depoimentos de crianças vítimas, fatos que estão sendo apurados através de inquérito policial cujo relatório inclusive sugere o fechamento da instituição, tendo sido noticiado na mídia, cabendo destacar a propositura de Medida Cautelar pela Defensoria Pública e, de posse dos documentos encaminhados pela VIJI no procedimento instaurado através de apresentação de relatório pelo Conselho Tutelar (distribuído na mesma data da ação cautelar proposta pela CDEDICA), posterior propositura de Ação Civil Pública pelo MP.

Para finalizar estas considerações, reporto-me à advertência feita pelo pastor luterano vítima de perseguições nazistas, Martin Niemöller, mencionado por Zygmunt Bauman na imprescindível obra Vida a Crédito, Rio de Janeiro, Zahar, 2010, pág. 92:

Primeiro, eles levaram os comunistas, e eu pensei, mas eu não era comunista, por isso fiquei calado.
Então eles vieram atrás dos sindicalistas, e como eu não era sindicalista, nada disse.
Depois vieram atrás dos judeus, mas eu não era judeu...
Depois atrás dos católicos, mas eu não era católico...
Afinal vieram atrás de mim. Mas naquele momento já não havia ninguém para me defender.

Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama: Direito à Convivência Familiar nas ruas de São Paulo

Autoras

Janaína Dantas Germano Gomes
Doutoranda em Direitos Humanos Universidade de São Paulo
Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
E-mail: janadgg@gmail.com

Laura Cavalcanti Salatino
Graduanda em Direito na Universidade de São Paulo
E-mail: laura.salatino@usp.br

Mariana Nascimento Reyna
Graduanda em Direito na Universidade de São Paulo

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre práticas no atendimento a mães em situação de rua, em especial no que toca aos encaminhamentos pelos setores da saúde, assistência social e judiciário. Apresentamos algumas das dinâmicas presentes nestes atendimentos, as ambiguidades vivenciadas pelas agentes públicas que realizam o atendimento e os desafios dos cuidados em alta complexidade, em especial, em um cenário de escassez de recursos e premência da adoção como forma de cuidado. Ainda, há a tensão entres os diversos ideais acerca da maternidade tida como socialmente possível, que influenciam os atendimentos. Concluímos pela necessidade de ampliar o debate, atualmente individual e de responsabilização das mulheres pela sua condição e de suas crianças, para a reflexão sobre as políticas públicas deficitárias e escassas que são ofertadas.

Palavras-chave

Maternidade, situação de rua, antropologia do direito

Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama: Direito à Convivência Familiar nas ruas de São Paulo

Janaína Dantas GermanoGomes
Laura Cavalcanti Salatino
Mariana Nascimento Reyna

quando minha mãe estava grávida
do segundo filho eu tinha quatro anos
apontei para sua barriga inchada sem saber como
minha mãe tinha ficado tão grande em tão pouco tempo
meu pai me ergueu com braços de tronco de árvore e
disse que nesta terra a coisa mais próxima de deus
é o corpo de uma mulher é de onde a vida vem
e ouvir um homem adulto dizer algo
tão poderoso com tão pouca idade
fez com que eu visse o universo inteiro
repousando aos pés da minha mãe
Rupi Kaur

Introdução[119]

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca dos modelos de maternidade e família presentes no imaginário de agentes públicas[120] de diversos setores que, na cidade de São Paulo, atuam diretamente com mulheres em situação de rua, usuárias ou não de drogas, e suas filhas. A discussão sobre a intervenções estatais que recaem neste grupo em vulnerabilidade, a partir da experiência de pesquisa e extensão da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama[121], tem se revelado produtiva para, sob um prisma jurídico e antropológico, pensar a disputa de sentidos da proteção e efetivação dos direitos das

119 Este trabalho foi originalmente publicado nos Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo / Escola da Defensoria, ISBN 978-85-92898-16-8 (v. 3, n. 15, 2018)
https://www.defensoria.sp.def.br/cadernos_defensoria/volume15.aspx.

120 Buscamos utilizar o feminino universal neste texto com o objetivo de frisar e visibilizar a participação maciça de mulheres neste cenário de atuação em direitos humanos, saúde e assistência social. Mais informações sobre esse uso nos trabalhos da CDHLG podem ser obtidas em GOMES (coord.),2018.

121 Mais informações sobre a Clínica estão disponíveis em seu blog: <https://luizgama.wordpress.com>, E o relatório completo denominado Primeira Infância e Maternidade Nas Ruas de São Paulo pode ser acessado em https://issuu.com/cdh.luiz.gama/docs/relatorio_primeira_infancia .

crianças e adolescentes, bem como sua relação com os direitos das mães e famílias, na prática do judiciário e dos atendimentos em saúde e assistência social no município.

O projeto de extensão universitária, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, é voltado para o diálogo e atuação com a população em situação de rua. Desde 2015, por ser majoritariamente composto por mulheres, o grupo passou a refletir sobre a interseccionalidade entre gênero e rua. O questionamento sobre o direito da mulher e o direito de ser mãe na rua, surge em relatos de campo de ouvidorias comunitárias e permeia toda pesquisa que está sendo desenvolvida pelo grupo desde então. A metodologia adotada é prioritariamente qualitativa, a partir de entrevistas e diálogo com atores que lidam diretamente com a temática e de acompanhamento de centros de acolhida específicos para mulheres e mães em situação de rua.

Em suma, estamos diante de um fluxo de atendimento que, por meio de agentes públicos da saúde, assistência social e judiciário, tem como uma de suas formas de atuação a separação entre mães e bebês logo após ao parto, entendendo que as mulheres oferecem potencial risco às crianças recém nascidas, em razão da vulnerabilidade social associada ao uso de drogas, e que o acolhimento e destituição do poder familiar serviria à proteção dos melhores interesses da criança, que poderia, no limite, ser acolhida pela família extensa ou adotada por um grupo familiar com melhores condições.

Buscamos compreender, em um cenário fragmentado e com múltiplas interpretações acerca dos interesses das crianças e suas mães, os processos discursivos que legitimam a interferência estatal sobre o direito à maternidade e à convivência familiar, situando o direito da mulher em oposição ao direito da criança nestes casos em específico, como observamos durante a pesquisa. No limite, temos como hipótese de trabalho que a não-validação de configurações familiares existentes nas ruas de São Paulo potencializa a separação precoce das mães e bebês nas maternidades e centros de acolhida, a despeito das normativas que preconizam a priorização e cuidado da família natural e extensa.

Para este trabalho, assim, escolhemos apresentar um recorte da pesquisa ainda em andamento, buscando aprofundar a reflexão acerca dos modelos de maternidade e de família presentes no imaginário das agentes públicas, que moldam a atuação referida e interferem diretamente nas relações sociais de mulheres em situação de rua, usuárias ou não de drogas, e suas filhas.

O presente texto se organiza a partir da apresentação do grupo de extensão que realiza a pesquisa e da metodologia escolhida para o desenvolvimento do tema, seguida pela apresentação de alguns dados obtidos na pesquisa de campo. A partir da análise desse material e das experiências com as agentes do judiciário, assistência social e da saúde envolvidas no fluxo de atendimento dessas mulheres no município, buscou-se uma reflexão interdisciplinar acerca das possibilidades de arranjos familiares que se formam no contexto da rua, os discursos institucionais e debates éticos que permeiam essas intervenções e as interpretações jurídicas que, em disputa, ensejam ou questionam as intervenções estatais nos casos em concreto.

A Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama e a construção do problema de pesquisa

A Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama surgiu em 2009, por iniciativa de alunas da Faculdade de Direito da USP, e se volta ao diálogo e intervenção com a população em situação de rua. A principal atividade desenvolvida pela CDHLG desde então foi a ouvidoria comunitária da população em situação de rua, que se realizava no Sefras Pop Rua[122], o Serviço Franciscano de Solidariedade, também conhecido como "Chá do Padre", espaço de convivência para adultos, próximo ao prédio da faculdade. O espaço era frequentado majoritariamente por homens, o que, contudo, não impediu que o grupo ouvisse ali as primeiras denúncias sobre a "retirada de bebês" de suas mães.

O contato com tais relatos, de retirada de crianças do convívio materno logo após o parto, seu acolhimento em serviços especializados (SAICAS) e subsequente destituição do poder familiar, despertou o interesse do grupo majoritariamente feminino da CDHLG em pesquisar o tema. Em 2015, então, as alunas integrantes do grupo desenharam o projeto de pesquisa e, em parceria com o Instituto Alana - Prioridade Absoluta, debruçaram-se sobre o fluxo de atendimento e encaminhamento destes casos. Para mapear a situação e diagnosticar possíveis violações de direitos humanos, utilizaram de uma estratégia multimétodos, que envolveu pesquisas bibliográficas, entrevistas, idas a campo e acompanhamento de grupos de trabalho interdisciplinares.

Após as primeiras revisões bibliográficas do tema, pautadas pela interdisciplinaridade e pelo envolvimento não somente com os aspectos jurídicos,

122 Mais informações disponíveis em: <http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/pop-rua-cha-do-padre/>.

mas também com outras áreas como saúde e políticas públicas, as alunas buscaram adentrar em campo recorrendo a antigos parceiros da CDHLG. Longe de denunciar ou questionar a atuação das agentes envolvidas, a CDHLG busca constantemente compreender, a partir das perspectivas destas agentes, quais são as estratégias, saídas, percepções, potenciais ou barreiras encontradas por elas para o trabalho de atenção a essas mulheres em situação de rua e a mediação de casos que envolvem o interesse de crianças.

A proposta de ensino clínico pensada pelas alunas, e praticada pela CDHLG em todas as suas frentes de trabalho, busca tratar o tema com sensibilidade, tentando não reproduzir vitimizações e estigmas e se pautando no diálogo como reconhecimento: enxergar nas pessoas em situação de rua e agentes públicas que com elas interagem como protagonistas na construção de suas trajetórias e de sua atuação. Assim, pensamos o ouvir associado aos direitos humanos através do protagonismo dos sujeitos escutados, e buscando não apenas os discursos oficiais e institucionais das gestoras, a letra das leis e portarias que regulam os atendimentos, mas, justamente, acessando os discursos locais, das pontas do atendimento. Tal deslocamento do olhar jurídico, em geral pautado no "dever ser", permite ao grupo uma aproximação com a antropologia e sua forma de reconhecer a validade das formas de pensamento e atuação que ocorrem de fato, e ampliando os horizontes de atuação prática do grupo (Gomes, 2017; Bukovskà, 2008; Lipsky, 1992; Peirano, 1995).

A dificuldade de compreender a população de rua a partir das lógicas jurídicas do "dever ser", em que normas amplas, impessoais, atendem a um grande público, é um dos fatores que impulsionam a busca por outros olhares e metodologias para a apreensão do tema. A população em situação de rua é um grupo caracterizado por sua heterogeneidade, tendo em comum entre as pessoas que dela fazem parte apenas o ambiente que ocupam.

Quando passamos a pensar as mulheres neste contexto, observa-se que a rua é um espaço masculinizado: as mulheres, segundo dados do Censo de 2015 da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo[123], representam cerca de 16% desta população. Dentre as possibilidades para sua menor presença neste espaço, cabe ressaltar a socialização da mulher para ocupar o espaço do

123 Dados disponíveis no censo de 2015 realizado pela FIPE, e disponíveis em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf>.

doméstico, do privado, bem como as relações de poder e controle exercidas sobre seus corpos, que dificultam a saída do lar e a colocam em maior vulnerabilidade quando vivendo nas ruas.

A saída da mulher para a rua, símbolo do espaço público, dessa forma, representa uma quebra de fortes amarras sociais e de vínculos familiares, e é permeada por um histórico de violência doméstica (Rios, 2017). Apesar do espaço da rua representar de certa forma um empoderamento e rompimento com um ciclo de violências, não se pode ignorar que esse é um ambiente hostil, e as dificuldades de se ocupar esse espaço são ainda maiores para as mulheres, que passam a enfrentar outras violações (Rosa, 2012).

Portanto, diversas questões permeiam a tentativa de discutir maternidade, relações familiares, situação de rua e o controle estatal nestes contextos. Como pensar no fenômeno da maternidade, sem reforçar as imposições histórico-culturais sobre o papel do feminino na sociedade? Como discutir o contexto de família, vez que este pode ser símbolo de violência para muitas dessas mulheres? E por fim, qual é o papel do direito e de seus operadores, bem como do Estado, ao intervir na vida de famílias em situação de rua? Ainda, de maneira mais específica, nos intrigou as ambiguidades no atendimento a essas mães, em que os interesses da criança de serem bem cuidadas, nutridas, em espaços de segurança física e material contrapunham-se com as condições socioeconômicas das mães. Como atender integralmente a essa mulher e a essa criança em um contexto de privação geral? Como os instrumentais jurídicos são utilizados nestes casos? Como lidar com os julgamentos de uma mãe que é vista como uma mulher que muitas vezes "escolheu" aquela situação de vida (nas ruas) e que está colocando sua filha ou filho na mesma situação? As perguntas, como podemos ver, são múltiplas, e buscam compreender um quadro de separação que também tem sido observado em outras cidades do país[124].

Como recorte inicial da pesquisa, e diante da escassez de materiais capazes de fornecer um panorama mais amplo sobre esses atendimentos, a CDHLG se propôs a descrever o fluxo de atendimentos, tentando compreender as dificuldades e potenciais dos atendimentos e encaminhamentos (GOMES (coord.), 2018). Para tanto, o grupo realizou conversas com integrantes da Defensoria Pública do

124 Mais informações disponíveis na reportagem temática "Marias das Ruas" <www.mariasdasruas.com.br> e no blog do coletivo de Belo Horizonte denominado "De quem é esse bebê?" < https://dequemeestebebe.wordpress.com> .

Estado de São Paulo e do Consultório na Rua e ingressou no Grupo de Trabalho sobre o tema da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (GT Maternidades – CERES), inserção esta que passamos a apresentar[125].

A inserção em campo

Foi através da interlocução com estes parceiros que o grupo pode aproximar-se da temática, entrevistando atores da saúde e do judiciário e buscando construir perguntas e percursos de pesquisa. A participação das alunas no grupo de trabalho GT CERES também possibilitou a visita em centros de acolhida específico para mulheres e a construção conjunta com a DPE de eventos para a multiplicação do debate.

Através desse processo, acessamos atores de diversas áreas e partes do fluxo, bem como mulheres que já vivenciaram a retirada de seus bebês, o que possibilitou o contato com diversas visões acerca da questão.

O quadro geral constatado é de que, em se tratando de mulheres em situação de rua, o acompanhamento da gestação, quando ocorre, é realizado pelo Consultório na Rua (CNRua) e apenas no momento do parto a equipe dos hospitais toma ciência da realidade daquela mulher. Depois do parto, a equipe médica, sem contato intersetorial com as equipes de acompanhamento e abordagem nas ruas (CNRua ou Serviço de Abordagem Social – SEAS), encontra-se diante de um dilema: como dar alta à mulher em situação de rua com um bebê?[126]

A equipe do serviço social do hospital é acionada e vislumbra, de imediato, duas possibilidades de atuação nas 48 horas em que a mulher pode permanecer no leito hospitalar[127]. A primeira é a permanência de mãe e bebê juntas, que pode ser viabilizada por acolhimento conjunto ou reaproximação com a família extensa. Já a segunda é o encaminhamento para a Vara de Infância e Juventude (VIJ), onde se costuma decidir pelo acolhimento separado. Em regra, como apontamentos no relatório final da pesquisa já mencionado, há vagas para o acolhimento das crianças, mas há déficit de vagas para o acolhimento conjunto de mães e bebês, não havendo um serviço especializado para mães usuárias de drogas na cidade de São Paulo.

125 O relatório de pesquisa completo encontra-se em fase de edição para publicação.

126 É importante salientar que há diversas narrativas que afirmam que as mulheres abandonam o hospital logo após o parto, ou afirmam expressamente desejar entregar a criança para a adoção ou a algum familiar próximo. Nesta pesquisa, focamos os casos em que a mãe deseja permanecer com a criança.

127 Hospitais e maternidades afirmam que em 48 horas é preciso liberar os leitos adultos, em razão da necessidade de realizar novos atendimentos, havendo vagas para as crianças nos berçários.

Após a separação, caso a mulher não possua família extensa ou não consiga buscar órgãos de apoio jurídico ou de assistência social, é possível que ocorra a destituição do poder familiar. Os casos bem-sucedidos, sob a ótica do poder judiciário, significariam a adoção até os quatro primeiros anos de idade, quando a criança possui mais interessados segundo o Cadastro Nacional do Conselho Nacional de Justiça. A tensão entre os tempos processuais de análise das condições da mãe e da família extensa, e do decréscimo de interessados nas crianças com o desenvolvimento da criança, é fator de impulsionamento dos processos para uma celeridade incompatível com os ritos processuais, e até mesmo de projetos de lei que visam alterar o rito da adoção (Gomes (coord.), 2018; Rios, 2017; Schweikert, 2016). A manutenção e desenvolvimento dessas crianças em abrigos, quando não adotadas, mereceria estudos mais aprofundados de nossa parte, havendo indícios de forte impacto no desenvolvimento afetivo das crianças (Rodrigues, 2015; Gonçalves, 2015).

O contato continuado das alunas nos espaços de debate e o acúmulo teórico e prático adquirido durante o tempo de pesquisa aproximou o grupo de equipes que lidam diretamente com os casos e possibilitou uma abertura maior de outros espaços de discussão. Em uma dessas oportunidades de conversa, a CDHLG foi convidada a ajudar na mediação de um caso típico da pesquisa, ainda na maternidade, que resultou na manutenção da mãe, uma adolescente de 15 anos, e sua bebê juntas e com sua família extensa. A partir de então, a equipe de pesquisa passou a participar do acompanhamento dessa família e das reuniões do equipamento que trabalham o caso.

O acompanhamento desse caso permitiu conhecer questões diferentes daquelas analisadas até então, na leitura do fluxo geral diagnosticado. Ademais, a convivência com a equipe do CnRua viabilizou a percepção e articulação de diferentes noções de maternidade, família e cuidado, esforço que já vínhamos tentando realizar com as demais agentes, ainda que de forma incipiente. Assim, apresentamos neste texto, justamente, esses ideais distintos que parecem influenciar os atendimentos e os encaminhamentos das distintas equipes, que passamos a expor.

Importante que se destaque, neste contexto, o desafio de estudantes de direito relacionarem-se com equipes multidisciplinares. A noção de que o direito, enquanto curso e enquanto instituição, possui respostas prontas e efetivas para os casos em concreto parece balizar a relação das equipes para com a CDHLG. É

preciso explicitar a impotência do direito ante casos de alta complexidade como estes, em que a falta de políticas públicas ou de jurisprudência sobre o tema dificulta resolver com uma ação, uma petição, um pedido, a situação dos casos sobre os quais as equipes se debruçam. A todo tempo é preciso que a equipe "do direito" afasta-se desse lugar natural de autoridade em que a disciplina é colocada, e que pode emanar negativamente nestes espaços. A afetação que vivem as equipes, as angústias da perda de vínculos e vulnerabilização das mães também comunicam ao grupo, que vivenciou momentos de ansiedade ante a impossibilidade de "resolver" a questão[128].

A visão da rede de atendimento - Consultório na Rua e SEAS

A rede de atendimento às mulheres é composta, dentre outras equipes, pelo Consultório na Rua (CNRuas), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), pelas Maternidades e pela Defensoria Pública.

Visto que as mulheres são normalmente conhecidas e acompanhadas pelo CNRua e SEAS, que procura intervir para a realização do pré-natal e dos cuidados durante a gestação, iniciamos um diálogo com agentes e gestoras destes serviços.

O Consultório na Rua e o SEAS são interlocutores da CDHLG desde o início da pesquisa e atuação no tema e, em razão dessa proximidade e do convite feito para a mediação do caso mencionado no início do texto, a equipe pôde participar de reuniões internas e conhecer de forma mais profunda seu trabalho. Ambos os serviços realizam acompanhamento contínuo dessas mulheres, sendo que a maioria das mulheres gestantes são conhecidas das equipes antes mesmo da descoberta da gestação.

Por esse motivo, as profissionais muitas vezes conhecem os motivos que levaram aquelas mulheres às ruas e o frequente histórico de violência que permeia suas trajetórias. Esse contato mais profundo permite às funcionárias um olhar mais humanizado sobre as mulheres e uma compreensão da complexidade dos caminhos que as levaram até ali, bem como de suas demandas e desafios. Essa vivência das profissionais permite uma identificação positiva, empática, entre elas e as mulheres que atendem, o que, ao longa da pesquisa, nos parece raro, diante

128 Para refletir sobre essa afetação inafastável da prática, em geral recorremos ao texto "Ser Afetado", de Jeanne Favret-Saada . Revista Cadernos de Campo, n.13 (2005).

das extremas condições em que vivem essas mulheres, e da força dos estigmas que permeiam as usuárias de drogas, em especial de crack (Rui, 2014).

Durante o acompanhamento das discussões do caso, foi possível perceber que as profissionais apresentam discursos e noções diferentes sobre as formas de proceder em relação ao caso, o que está relacionado à forma como elas enxergam aquela configuração familiar. As posições sobre maternidade são múltiplas: diferenciam-se entre as equipes, entre as agentes de cada uma delas e, até mesmo, a mesma agente pode deixar, ante a complexificação do caso, de considerar o exercício da maternidade daquela mulher como viável ou possível.

Em geral, nossa conclusão foi que as propostas de intervenção e encaminhamentos estão atreladas aos sentidos que se constrói sobre maternidade, que dialoga com ideais de maternidade pré-concebidos, advindos do senso comum.

O discurso que responsabiliza as mulheres pelos cuidados e problemas dos filhos aparece constantemente em falas em campo, de todas as equipes com as quais interagimos, como por exemplo a de uma das agentes que afirmou que "a própria mãe, que deveria ser o pilar da família, não tem estrutura, claro que os meninos seriam agressivos".

A questão da feminização do cuidado também foi observada, tendo em vista que os homens da família, pais, avôs, são pouco ou nunca citados. Quando mencionaram o irmão da criança como um possível cuidador, uma das profissionais respondeu em negativa "não dá para contar com ele", ele "não sabe de nada".

A mãe da criança, uma adolescente que recentemente teve uma recaída e voltou ao uso de crack, era tratada de forma dual pela equipe: em alguns momentos ela representava um risco para a criança e deveria ser mantida afastada; em outros falava-se em cuidados com sua saúde e formas de trazê-la de volta para a casa. As discussões sobre a adolescente nos mostraram o quão complexo é o debate acerca do tema e os conflitos que enfrentam aqueles que lidam diretamente com a questão. Ainda, quando colocada na posição de mãe, mesmo sendo uma adolescente que também estava sujeita à proteção preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, essa condição parecia esmaecer-se, preponderando o discurso de responsabilização individual pela maternidade, noções de que ela "agora precisa agir como mãe" e não mais como a adolescente que é.

O medo de responsabilização pelo judiciário e o cansaço da equipe em relação à família também apareciam em suas falas. Era comum que as funcionárias

comentassem que "se algo acontecer com a criança", no sentido de negligência ou risco pelas condições de vulnerabilidade da família ou alguma recaída da mãe, a culpa seria delas e então, nesse contexto, sempre ressurgia a possibilidade de judicializar e colocar para a figura "do juiz"[129] decidir o futuro da criança, e assim, responsabilizar-se

Logo essa ideia – da judicialização - era afastada pela equipe, ao alguma de suas integrantes afirmar que reconhecia a vontade e o esforço da avó da criança em ficar com a guarda. Ou ainda, pelo temor que uma ruptura com sua filha pudesse gerar na adolescente. No hospital, ainda, a jovem disse à equipe "eu não tenho nada na vida, e agora a única coisa que tenho, querem tirar de mim", referindo-se à bebê recém-nascida.

A tomada de decisões técnicas, está assim, permeada de envolvimento das profissionais com o caso, que ultrapassa o nível profissional e se localiza no campo do afeto.

O envolvimento entre afetos e técnica, ainda que o direito busque afirmar uma separação estanque, é constante, ainda mais em casos como esses. Como avaliar a capacidade de uma garota de 15 anos, em alta vulnerabilidade social, de exercer a maternidade? Como não afetar-se com a possibilidade de, a partir de uma decisão "técnica" de separá-la de sua bebê recém-nascida, produzir uma cicatriz que acompanhará a jovem para o resto de sua vida?

Ainda, um dos itens avaliados nestes casos é sempre a "vinculação" entre mãe e bebê, pelas mais diversas equipes que fazem a intervenção nestes casos. Como é possível, contudo, medir a "vinculação" entre a mãe e bebê, ou entre as famílias extensas e a criança recém chegada? Assim, observamos que a distinção entre afeto e técnica, muitas vezes, acaba por vestir de tecnicismos decisões que são, efetivamente, tomadas em razão do afeto, em razão de lógicas de sensibilidade que impulsionam as equipes a cada caso.

Longe de ser um fator negativo para as atuações, pensamos, de fato, qual o limite da atuação das burocracias em decisões delicadas como essas quando, ao fator humano, sobrepõem-se papeis, prazos? Temos observado que o sofrimento emocional dessas profissionais, o que vem sendo chamado inclusive de "fadiga por compaixão" (LAGO;codo, 2010) está ligado a essa dualidade entre a afetação necessária à boa prestação de um atendimento, e o julgamento interno de que não estão sendo suficientemente técnicas, ou que estão impotentes, ante tantos desafios.

129 Destacamos que "o juiz" em geral é referido como no masculino em campo, quando, na verdade, tivemos contato com mais magistradas mulheres atuando na infância. Esse local do masculino como no lugar de autoridade e poder é um dado de campo sobre o qual temos tentado lançar nossos esforços de reflexão.

Nos casos considerados bem-sucedidos pelas equipes do CNRua e SEAS, ou a mulher recebe o amparo de sua família extensa, que por vezes até assume a guarda da criança recém nascida, ou ela é acolhida em um centro de acolhida conjuntamente com sua bebê – para os quais é difícil viabilizar uma vaga conjunta ou para os casos em que, sem o amparo familiar, apontam a dificuldade em conseguir a alta conjunta. Sobre este acolhimento e seus desafios, trataremos brevemente a seguir.

Os Centros de Acolhida e a Possibilidade de Exercício da Maternidade

Uma das possibilidades de manutenção do vínculo entre mãe e criança é, então, o abrigamento conjunto, no qual mulher e bebê são encaminhados para um Centro de Acolhida com capacidade para receber mulheres e crianças. Os Centros são geridos por Organizações não Governamentais em parceria com a prefeitura, mas não há uma uniformização acerca das regras a serem aplicadas nos equipamentos. Assim, os Centros acabam por serem muito diferentes entre si.

Com relação à estrutura física dos Centros de Acolhida há grande diversidade. Em uma das visitas[130], conhecemos um albergue que apresentava um ambiente de estudo e leitura e também uma sala destinada a aulas de artes. A equipe deste abrigo comentou durante a entrevista sobre a necessidade de capacitação dessas mulheres e de fornecer a elas ambientes propícios para que exercitem atividades de lazer.

Outro espaço apresentava uma divisão clara entre locais destinados às "mães" (mulheres abrigadas com crianças) e às "solteiras" (mulheres abrigadas sem crianças). Dessa forma, as mulheres com suas filhas deveriam estar acompanhadas de suas crianças o tempo todo que estivessem no albergue e conviver, na maior parte das vezes, com outras "mães" e crianças. As profissionais desse abrigo traziam noções rígidas sobre os cuidados das crianças e a responsabilidade da mãe por estas.

É comum que as funcionárias tragam em suas falas ainda que aquele é um espaço que busca construção de autonomia e, por isso, não deve ser confortável a ponto de gerar acomodação. Nesse sentido, é constante a proibição de que crianças fiquem sozinhas no Centro, de modo que mãe deve sempre acompanhada de suas filhas ao sair do espaço. Essa regra, entretanto, dificulta o exercício da

130 As visitas foram realizadas em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, no uso de suas prerrogativas funcionais de atendimento in loco e visita a equipamentos públicos.

independência por parte dessas mulheres que, sem alternativas para cuidado das crianças, precisam dedicar-se o tempo todo a elas, tendo uma vivência integral da maternidade (Angotti; Braga (*coord.)*, 2015).

É importante ressaltar, nessas circunstâncias, que o exercício da maternidade entendido enquanto direito reprodutivo envolve aspectos como a segurança e o amparo social, ou seja, não se deve atribuir à mãe a responsabilidade exclusiva pela atenção com a criança (Mattar; Diniz, 2012), mas sim entendê-la como um encargo da família como um todo e, em última instância, do Estado. Foram comuns reclamações por parte das usuárias dos equipamentos de que sem opções para dividir o cuidado das filhas, dificilmente elas serão capazes de encontrar e se estabilizar em um emprego, o que dificulta a construção da autonomia.

Uma alternativa a essa situação muitas vezes é organizada pelas mulheres nos Centros de Acolhida, no sentido de elaborar um planejamento para que algumas delas cuidem das crianças para que outras possam trabalhar. Nesse cenário, forma-se uma rede de apoio mútuo na qual as crianças encontram-se sob a tutela de "diversas mães" (Fonseca, 1995), que administram seus horários e se responsabilizam pelos cuidados.

A estrutura dos Centros, contudo, tende a ser contrária a esse tipo de auto organização Em parte por medo da responsabilização por parte do judiciário caso algo aconteça às crianças. Em parte pelas diferentes noções de família que conflitam nesse contexto, já que nem sempre o respeito e amparo a essa associação de mulheres é entendido pelas funcionárias como parte do processo de fortalecimento de vínculos e organização.

O que observamos como comum, assim, ao trabalho das equipes, quer seja nos serviços de consultório e abordagem, quer seja nos equipamentos, é i) o temos constante de responsabilização por parte do judiciário e ii) posturas pendulares por parte dos próprios serviços que, por um lado desejam a autonomia das mulheres ou o exercício efetivo da maternidade, e por outro, não conseguem fornecer condições materiais para tanto, e acabam por questionar suas decisões técnicas.

O discurso do direito

Dado o papel central das Varas da Infância e da Juventude nos processos de destituição do poder familiar das mulheres em situação de rua, a equipe realizou algumas entrevistas com magistradas da Comarca de São Paulo.

Segundo elas, os casos chegam às Varas por encaminhamento direto das maternidades paulistas, ao receberem mulheres grávidas ou suas bebês recém-nascidas e constatarem "condição de vulnerabilidade" das mães. Rotinas de trabalho nas maternidades estabelecem que, no caso das mães que potencialmente possam oferecer riscos a seus filhos e filhas por estarem em situação de rua, em uso ou não de drogas, os casos serão notificados às varas da infância e juventude para que se decida sobre o destino da bebê. A este expediente dão o nome de "alta social"[131].

O judiciário, então, quando notificado dos casos, aciona o Ministério Público, que em geral prossegue com a ação de destituição. A partir das entrevistas realizadas, pudemos observar que é compartilhada a concepção de que as mães representam um possível risco para as crianças, ainda que estas mães formalmente não tomem parte em muitos casos: as mães são citadas por edital, sob a justificativa da dificuldade de encontrá-las ou suas famílias por estarem em situação de rua.

O estigma sobre a mulher é intenso, sobretudo quando houve perda do poder familiar de outra de suas crianças, como se houvesse uma ideia de "reincidência" nas Varas da Infância. A ideia é a proteção das crianças dessas mães que oferecem potencial risco e, ainda, o argumento de que, quanto antes sejam colocadas para a adoção, melhor será sua "chance na vida", como já apontou Rios (2017, p.68).

Neste sentido, Peter Schweikert, Defensor Público, afirma que o uso de drogas se coloca como argumento auto-suficiente para a negação do direito à maternidade, em palestra para a equipe da CDH Luiz Gama:

> Assim sendo, uma vez atribuído à mulher gestante que consome psicoativos ilícitos o estigma de viciada ou usuária, esta passa a ser enxergada como detentora de uma patologia que a responsabiliza pela própria situação de vulnerabilidade e inserida em uma categoria sub-humana (e.g. zumbi), de modo que as intervenções judiciais, ainda que feitas em desrespeito ao seu direito de defesa ou ao direito de convivência familiar com seus filhos, deixam de ser interpretadas como violadoras de direitos da mulher para serem consideradas, exclusivamente, garantidoras dos direitos da criança.

No discurso do judiciário percebe-se uma forte polarização entre os direitos das mães e os direitos das crianças, de forma a enxergá-los como incompatíveis. Em

131 A "alta social" foi um instituto comumente citado no campo, durante as entrevistas, pelas agentes de saúde. O sentido é de uma aprovação social conferida pelas equipes de saúde determinando se a mulher tem de fato condições sociais para cuidar da sua criança. Os critérios são subjetivos e envolvem a sensibilidade da profissional para avaliar, em no máximo 48 horas (tempo que a mãe permanece na maternidade), questões como uso ou não de drogas e situação de rua. Sem a "alta social" a mãe não pode levar sua filha quando deixar a maternidade.

espaços nos quais estavam presentes profissionais de diferentes órgãos, era comum que o debate apresentasse em polos opostos aqueles que defendem o direito das mulheres ao exercício da maternidade e os defensores do melhor interesse da criança.

As noções de maternidade e família articuladas pelas agentes de diversos setores em suas falas remete a um cenário específico de onde falam. Enquanto as defensoras estão em maior contato com essas mulheres, operando na defesa de casos semelhantes em maior contato com as famílias, as promotoras e juízas se encontram mais distantes da problemática, muito em razão da dinâmica institucional da qual fazem parte, e mais inseridas na lógica de uma aplicação garantidora dos direitos da criança. Em um contexto de políticas públicas falhas e ausência de amparo familiar e social, por decorrência lógica, o acolhimento, a destituição e posterior adoção mostram-se a hipótese mais "eficaz", na lógica de atuação hoje em curso, para a proteção das crianças e oferta de uma família e maternagem mais próximas do "ideal" para estas crianças.

O discurso da adoção, assim, é tido pelo judiciário como uma "melhor chance" para as crianças, sendo a separação vista muitas vezes como a única saída para que elas tenham outras oportunidades em seu futuro.

Cabe ressaltar o recorte de classe presente no julgamento da capacidade de estruturação familiar e de maternagem: tem-se, por um lado, casais heterossexuais majoritariamente de classe média, formalmente casados, que refletem um ideal de família.

Em contraposição, no outro polo da questão, há a figura da mulher em situação de rua, gestante, que faz ou não uso de drogas. Sem dúvidas, a mulher em vulnerabilidade social é incompatível com o modelo de maternagem aceito amplamente por nossa sociedade, sendo sua negligência e incapacidade pressupostas.

A dificuldade do acesso à Defensoria Pública, quer seja pelo desconhecimento de seus direitos por parte das mulheres, pela incipiente capilaridade do órgão nas maternidades, centros de acolhidas e locais em que estes casos estão visibilizados, ou pela dificuldade de estabelecer fluxos internos de atendimento, colocam-se como entraves a um exercício efetivo do direito de defesa dessas mulheres.

A família extensa é geralmente quem aciona a Defensoria, apenas quando toma conhecimento do processo. Entretanto, o órgão, segundo os defensoras e defensores com os quais conversamos, dificilmente consegue reverter a destituição, pela entrada tardia no processo e pelo olhar de estigmatização ao qual estão

sujeitas as mulheres, bem como pelas justificativas sobre a impossibilidade de outras opções e falta de serviços da rede de atendimento específica para gestantes em situação de rua, conforme já aduzido.

Finalmente, entendemos que a ausência de disciplinas com enfoque em temas da infância nos cursos de direito, a dificuldade de compreender as violações e possíveis atuações, têm colocado os desafios da formação jurídica tal qual temos hoje, pautada em interesses privados e civilistas, em detrimento dos interesses coletivos e da maior parte da população que necessita do Direito. Esse questionamento é um dos pilares para o ensino clínico, e a necessidade de ampliar os horizontes dos cursos de direito e atuação profissional (Courtis; Vilareal, 2005; Frank, 1933).

A recente atuação do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria buscando pautar o tema inclui um "kit" de ações a serem tomadas e formas de diagnosticar possíveis violações em casos como estes. A construção desse olhar diferenciado a esses casos, dentro do judiciário e do Ministério Público, sob nossa perspectiva, poderia ser extremamente produtiva para a transformação dos atendimentos e encaminhamentos.

Reflexões finais

Tendo em mente esse cenário em que múltiplos atores decidem e discutem sobre os formatos de família e as possibilidades de maternagem dessas mulheres e crianças, é importante refletir acerca das disputas de sentido que permeiam todo esse debate. Conceitos como os de "família" ou de "negligência" são decisivos para a vida dessas famílias, uma vez que a opção por um ou outro entendimento pode vir a justificar diversos encaminhamentos e, dentre eles, a destituição precoce do poder familiar (Berberian, 2015).

Deste modo, percebe-se presente um recorte sócio-econômico no julgamento da capacidade de estruturação familiar e maternagem. A interferência do judiciário recai sobre modelos e formações familiares específicos, atuando o poder público na "proteção de crianças" que se encontram em famílias que fogem da "normalidade", dos padrões assumidos como ideais para a criação de crianças, a despeito da pluralidade social existente, como, por exemplo, a circulação de crianças descrita por Fonseca (2006). A percepção de cuidado que muitas

das agentes têm oscila entre a responsabilização exclusiva da mãe, o que não necessariamente corresponde à realidade dessas mulheres, e o reconhecimento de obstáculos externos a elas, e que agravam a situação na qual estão inseridas, como a violência intrafamiliar, a pobreza extrema e a drogadição.

Essa "normalidade" que se busca nestes casos é representada, nas narrativas coletadas no trabalho em campo, pela heterossexualidade, pela estabilidade das condições internas da família, na qual os papéis de gênero estão bem definidos. Ainda, o bem-estar econômico financeiro, é considerado crucial para definir os ideais de família e maternidade. Características como uso de drogas, situação de rua, histórico infracional ou presença de doenças afastam as mulheres da maternidade ideal e atuam como limitadores de seus direitos reprodutivos (Mattar e Diniz, 2012).

Durante as discussões, privilegiamos o olhar sobre os discursos e sentidos atribuídos aos termos e identificamos implicações práticas da forma como as agentes acionam essas noções. A atuação das profissionais, muitas vezes, se relaciona com a perspectiva que elas adotam ao articular essas ideias com a situação concreta.

Cabe destacar que essas noções não são estanques nem dentro das equipes, nem no âmbito individual, tendo em vista que as profissionais também enfrentam dilemas ao coordenar as diferentes impressões que carregam. Essa associação foi, portanto, relevante na medida em que permite pensar o trabalho e as escolhas das equipes a partir dessas concepções. Ainda, visibilizar oscilações e questionamentos internos às suas atuações nos permitem problematizar, pensar alternativas aos atendimentos.

No âmbito do direito e das profissionais da área, sejam magistradas, promotoras ou defensoras, a percepção dessas noções também se mostrou relevante na medida que a articulação entre as ideias que carregam sobre o que seria maternidade ou família ideal conjugadas com a realidade dos fatos determinam sua forma de atuação no caso. Assim, para além da discussão que opõe os direitos das mães e os direitos das crianças, ou mesmo da disputa de argumentos jurídicos, é necessária uma reflexão sobre as construções morais que estão por trás dessas perspectivas.

Dessa forma, a linguagem e o contexto dos atores do fluxo são decisivas para decidir o futuro dessas mulheres e crianças. Dessa forma, a disputa dos

sentidos de termos como maternidade, família e cuidado é parte do trabalho a ser realizado para alterar a configuração do fluxo de atendimento, da política pública e também a direção que as decisões do judiciário nesses casos.

No âmbito da política pública, parece-nos importante que, independente das equipes, haja um deslocamento do foco do debate. Enquanto estamos discutindo os casos individuais, e se determinada mãe oferece ou não risco, se há família extensa que possa se responsabilizar pela guarda da criança, não construímos uma posição que garanta os direitos das famílias como um todo: pouco se fala no déficit de vagas para acolhimento das famílias em situação de rua, na manutenção dos cuidados dessas pessoas em vulnerabilidade em suas famílias de origem ou adotantes, ignorando as responsabilidades do estado que, hoje, não oferece condições mínimas para a proteção dos vínculos familiares, a despeito das normativas nacionais e internacionais que tratam do tema (GOMES (coord.), 2018).

Como o direito decide quais são as famílias que merecem permanecer unidas? Quais os critérios em jogo para definir quais as mães serão boas às suas crianças? Para além dos argumentos jurídicos que estabelecem quem são as mulheres que permanecerão com suas filhas e filhos, nos interessa começar a investigar e problematizar o pano de fundo destas intervenções estatais: a existência de um modelo ideal de família que orienta a atuação dos agentes públicos, dos serviços de saúde, assistência social e também do judiciário acerca deste tema.

A força desses ideais, sob nossa perspectiva, só encontra espaço em um cenário de completa escassez de recursos, de vagas e de alternativas para essas famílias, mulheres e crianças, vulnerabilizadas. Entendemos, assim, que o deslocamento do debate da esfera individual para uma visão macro, capaz de compreender as estruturas que permitem a manutenção dessas vulnerabilidades, que podemos nos aproximar de saídas mais efetivas, que não coloquem as agentes nas pontas dos serviços, em situação de pressão, angústia, burn-out, e, finalmente, na difícil tarefa de escolher qual mãe ou família serão amparadas pelos poucos serviços e recursos existentes.

Bibliografia

BERBERIAN, T. Serviço Social e avaliações de negligência contra criança e adolescente; Debates no Campo da Ética Profissional, 2015.

BUKOVSKÁ, Bárbara. Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos. Revista internacional de direitos humanos: SUR, 2008.

DINIZ, C.S. Maternidade voluntária, prazerosa e socialmente amparada: breve história de uma luta. 2000. Disponível em: <http://www.mulheres.org.br/documentos/maternidade_voluntaria.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2007.

FONSECA, Cláudia. Caminhos da adoção. São Paulo, Cortez, 1995.

GOMES, Janaína Dantas Germano. O Ouvir como uma Prática de Direitos Humanos: reflexões sobre as atividades da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama. Clínicas de Direitos Humanos e o Ensino Jurídico no Brasil: da Crítica à Prática que Renova. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

GOMES, Janaína Dantas Germano. (coord.). Primeira Infância e Maternidade nas ruas de São Paulo. No prelo. 2018.

GONÇALVES, Marcos Antonio Barbieri et al. Assistente Técnico Judiciário na Defensoria Pública: Suporte da teoria de Winnicott . 2015.

GREGORI, Maria Filomena. Viração: Experiência de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAGO, Kennyston. CODO, Wanderley. Fadiga por compaixão. O sofrimento dos profissionais em saúde. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias Reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. Revista Interface: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v.16, n.40, 2012.

PEIRANO,M;A favor da etnografia;RJ;Relume-Dumará, 1995.

RODRIGUES, Patrícia D'Elboux. Provisoriedade do Abrigo e a Produção de Afetos, A: Estudo Sobre Assujeitamento - Resistência Em Adolescentes Inseridos em Centros de Acolhida. Curitiba, Paraná: Appris Editora, 2015.

ROSA, Anderson. Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2012.

RUI, Taniele. Introdução à trajetória de Nando.Revista de Antropologia do Social dos alunos do PPGAS-UFSCAR, v. 3, n. 1, jan-jun, p. 353-373, 2010.

RUI, Taniele. Usos da "Luz" e da "cracolândia": etnografia de práticas espaciais. Saúde e Sociedade, v. 23, n. 1, p. 91-104, 2014

SOUZA,I;CABRAL,J;BERTI,R;O reconhecimento do direito. da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária no Brasil; EJJL v. 11 n. 1.

SCHWEIKERT, P; RESISTÊNCIA À PROFILAXIA MATERNA; 2016.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispões sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 dez. 1993.

SÃO PAULO. Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo. Diário Oficial, São Paulo, SP, 16 abr. 1997.

Dados Oficiais da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/populacao_em_situacao_de_rua/index.php?p=3183>

O DESAFIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA CUIDADO DA MULHER GESTANTE OU PUÉRPERA EM SITUAÇÃO DE RUA COM USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA

Autora

Marcella Gavinho D'Icarahy

Assistente Social, Pós Graduada em Responsabilidade Social e Gestão Estratégica de Projetos Sociais pela Universidade Veiga de Almeida - UVA - e ex-coordenadora do Espaço Eloos na cidade do Rio de Janeiro

E-mail: marcellagavinho@gmail.com

Resumo

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre o desafio da Política Nacional da Assistência Social – PNAS- considerando o atendimento/acompanhamento de mulheres grávidas ou puérperas132 em situação de rua que façam uso de substância psicoativa na perspectiva da proteção social e da articulação da rede intersetorial. A necessidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – ter um serviço especializado no âmbito da proteção social especial de alta complexidade que possa atender a essas mulheres, bebês e famílias, pois, assim, estamos evitando o rompimento do vínculo entre as mães e seus filhos como estabelece a PNAS e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que deve se dá a partir de um espaço de acolhida, em que as mães e os bebês possam estar juntos. Esse texto traz para o debate os limites e avanços do SUAS no que tange a promoção do vínculo familiar, comunitário e social.

Palavras–chave

Proteção Social, Assistência Social, Mulher em situação de rua, SUAS, intersetorialidade.

132 Estado de alteração emocional essencial, provisório, em que existe maior vulnerabilidade psíquica, tal como no bebê, e que, por certo grau de identificação, permite às mães ligarem-se intensamente ao recém-nascido, adaptando-se ao contacto com ele e atendendo às suas necessidades básicas. <Http://Bvsms.Saude.Gov.Br/Bvs/Publicacoes/PreNatal_Puerperio_Atencao_Humanizada.Pdf>. Acesso em: 22 Set.2018.

O DESAFIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA CUIDADO DA MULHER GESTANTE OU PUÉRPERA EM SITUAÇÃO DE RUA COM USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA

Marcella Gavinho D'Icarahy

1. Introdução

Este artigo visa contribuir para o debate das políticas públicas especialmente a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – quanto à promoção da proteção social á pessoa em situação rua – PSR.

Nesse momento, será considerado o desafio da assistência social para o atendimento/acompanhamento da mulher gestante e/ou puérpera em situação de rua com uso de substância psicoativa por meio do cuidado compartilhado e articulação intersetorial com outras políticas públicas, principalmente a saúde a partir da Seguridade Social.

Desta forma, esse texto está organizado em quatro seções: a primeira seção aborda a proteção social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS; a segunda contextualiza a população em situação de rua no Brasil; a terceira seção contempla a mulher na assistência social; a quarta trata do acolhimento institucional um desafio na assistência social; e a quinta seção reflete sobre a intersetorialidade na proteção social.

2. A Proteção Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS

Apesar da política neoliberal vigente a proteção social passa ser garantida por meio de políticas públicas, com o compromisso de uma gestão pública comprometida com questões sociais que afligem os cidadãos brasileiros que durante anos foram excluídos recebendo apenas as benevolências das primeiras damas.

> "Um modelo de proteção social não contributiva para o Brasil resulta não só de novos programas de governo, mas de mudança mais incisiva que exige do gestor público assumir um novo papel baseado na noção de cidadão usuário (e não de carente ou assistido) de seus direitos, e na responsabilidade do Estado em se comprometer com a capacidade de as famílias educarem seus filhos tratando-as como núcleos básicos de proteção social." (Sposati, 2009, p.19).

A proteção social tem a finalidade de prevenir, proteger, guardar, apoiar, socorrer e amparar à vida de todos os indivíduos que estejam em situação de risco social.

> A proteção social é de responsabilidade dos três entes federativos, Federal, Distrito Federal, Estado e Município, nesse sentido a assistência social passa a ser garantida em todo país como uma política pública universal, tendo de fato um rompimento com a filantropia. (PNAS, 2004)[133].

Destacamos que essa proteção também será dada pelas Organizações Não Governamentais - ONGs - por meio dos seus programas e projetos.

> "Vinculam-se ao SUAS as organizações registradas no Cadastro Nacional da Assistência Social – CNAS - e as que contam com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, que para tanto devem se pautar na Política Nacional de Assistência Social e seguir as normas estatais da política de assistência social." (Sposati, 2004, p.174).

A proteção social tem como finalidade trabalhar na perspectiva da prevenção e também garantir atendimento aqueles que estejam em situação de risco, desta forma a Proteção Social da Assistência Social deve ser hierarquizada em Proteção Básica e Proteção Especial, tendo ainda níveis de complexidade do processo de proteção em decorrência da vulnerabilidade apresentada pelo indivíduo e sua família.

Segundo a PNAS, a proteção social básica tem como porta de entrada o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – equipamento público e estatal cujo objetivo é de trabalhar os indivíduos e famílias na perspectiva da prevenção por meio de ações socioeducativas desenvolvidas no Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF[134].

A proteção social especial visa atender/acompanhar indivíduos e ou famílias em situação de risco e ou violação de direitos, tais como: trabalho infantil, abuso e

133 BRASILIA, MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica -NOB/SUAS. Disponível Em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25 Set. 2018.

134 De acordo com a PNAS (2004, P. 33 e 35), Proteção Social Básica – PSB – "tem por objetivo prevenir situações de risco social por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Esse atendimento acontecerá através do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – porta de entrada da assistência social no âmbito da básica, ou seja, da prevenção. Ressaltamos que o CRAS realizará o atendimento e acompanhamento sistemático aos indivíduos e famílias por meio dos serviços socioeducativos ofertados na rede territorial através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF serviço obrigatório a ser ofertado nos CRAS". Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25 Set. 2018

exploração sexual, adolescente cumprindo medida socioeducativa em meio aberto (Liberdade Assistida – L.A – ou Prestação de Serviço a Comunidade – PSC), pessoas em situação de rua - PSR, violência doméstica, uso abusivo de substância psicoativa e etc. Desta forma, a proteção social especial é dividida por níveis de complexidade, ou seja, em proteção social especial de média e alta complexidade.

Nesse sentido, a proteção social especial de média complexidade tem como princípio organizar a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem uma maior estruturação técnica e apta para o atendimento/acompanhamento dos indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos na perspectiva de um acompanhamento especializado, individualizado, continuado, e articulado com a rede por meio da referência e contra-referência [135] e com o Sistema de Garantia de Direitos – SGD.

Conforme aponta a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, constituem-se como porta de entrada para a proteção social especial de média complexidade o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS – e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Portanto, o CREAS configura-se como uma unidade pública e estatal[136] que tem como objetivo atender indivíduos e/ou famílias que estejam com seus direitos violados, ou seja, em situação de vulnerabilidade ou risco social[137] por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI[138]. E o Centro Pop deve ofertar serviços de convivência no

135 Conforme Caderno de perguntas e Respostas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Volume: II 2011. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntasrespostascentropoprua-impressao.dez.pdf. Acesso 18 Set.2018.

136 Como define o §2º do art. 6B da lei nº 12.435 de 2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso 25 Set. 2018.

137 Conforme a PNAS (2004, P. 36), "Proteção Social Especial – PSE - tem por objetivos prover atendimento psicossocial a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social com vínculos familiares e comunitários estremecidos ou rompidos. Há duas modalidades de proteção social especial, média complexidade e alta complexidade".
A Proteção Social Especial de Média Complexidade atende a indivíduos e famílias que estejam com seus direitos violados, mas que ainda mantém vínculos familiares e comunitários serão atendidos indivíduos ou famílias que apresentarem as seguintes demandas: "Abuso e Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, Violência Doméstica, atendimento a adolescentes em situação de cumprimento de Medida Socioeducativa – MSE em meio aberto (Prestação de Serviço a Comunidade – PSC – e Liberdade Assistida – LA), crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil, Dependência química, o Direito à Convivência Familiar e Comunitária às Crianças e Adolescentes, enfim todas as situações de violação de direitos que estejam com vínculos familiares e comunitários estremecidos. Essa proteção será realizada por meio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS equipamento definido como porta de entrada da proteção social especial na Assistência Social". Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25 Set. 2018.

138 De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009, p. 29. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../tipificacao.pdf>. Acesso em 25 de Set. 2018.

âmbito do Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua com a finalidade de possibilitar ao indivíduo sua autonomia, a organização, a mobilização e participação social[139] Conforme é definido pelas orientações técnicas do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS[140] - que este equipamento não pode realizar atendimento à criança e adolescente em situação de rua, caso estes acessem os serviços mesmo acompanhados dos seus responsáveis legais deverão ser direcionados junto da família e/ ou sozinhos ao CREAS para atendimento.

Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade "prevê assistência integral aos indivíduos e famílias que se encontram sem referência, em situação de abandono ou sob ameaça, enfim, com seus vínculos familiares e comunitários rompidos". (PNAS, 2004, p. 38)141. Para tanto, essa proteção social será desenvolvida por meio do acolhimento institucional que se dá nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional, Casa - Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva, conforme estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais[142].

Assim, a Proteção Social Especial vem garantir a proteção de indivíduos e famílias em situação de risco social que estejam com seus vínculos familiares, comunitários e sociais estremecidos ou rompidos.

Compreendo que Assistência Social por meio da proteção social vem garantir aos indivíduos que dela necessitam a proteção integral na perspectiva dos direitos socioassistenciais dos cidadãos que poderão ser promovidos por meio das ações na rede do território, pelos atendimentos e acompanhamentos a indivíduos e famílias através da equipe multidisciplinar dos CRAS, CREAS e do abrigo institucional em que o usuário estiver inserido. Sendo assim, a proteção social será ofertada por meio do princípio da territorialização que tem como objetivo possibilitar a proteção social de assistência social aos indivíduos que estejam em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.

139 Ver Cartilha de Perguntas e Respostas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, BRASÍLIA, MDS, Volume II, 2011, p. 17. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntasrespostascentropoprua-impressao.dez.pdf. Acesso em 25 set. 18 Set.2018.

140 Cartilha de Perguntas e Respostas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop, BRASÍLIA, MDS, Volume II, 2011. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntasrespostascentropoprua-impressao.dez.pdf. Acesso em 25 set. 18 Set.2018.

141 BRASIL, MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica -NOB/SUAS. Disponível Em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25 Set. 2018.

142 De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassitenciais de 2009, p. 05. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../tipificacao.pdf>. Acesso em 25 de Set. 2018.

3. Contextualizando a população em situação de Rua no Brasil

Após a crise econômica de 1929, a questão social intensificou-se, causando novas relações entre o Estado, capital e trabalho. Nessa perspectiva, Cunha define política social como: *"estratégia de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social" (*Cunha & Cunha, 2002*)*. E é por meio desta situação que se *"consolida principalmente na Europa do pós-guerra a ideia do Estado Social, ou seja, implementador das políticas sociais com base nos princípios sociais universais, igualitários e solidários",* que precede o Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State (Couto, 2006, p. 52).

Por isso, compreendo, por princípios do Estado de bem-estar social, que todo indivíduo tem direito à educação, à saúde, à assistência social, ao trabalho, à renda mínima, podendo ter acesso ás políticas que garantam sua sobrevivência, a de seus filhos e de sua família.

Na década de 30, no Brasil, inicia a relação entre o capital e o trabalho, marcando o ingresso do país no mundo industrializado. Em vista de ser um país capitalista periférico, não teve durante anos (ou não chegou a ter) um Estado de Bem-Estar Social, diferentemente de experiências internacionais. Assim, a assistência social teve, durante anos, característica da filantropia iniciada, principalmente, pela igreja católica.

A era Vargas, de 1930 a 1945, foi marcada pela discriminação e "higienização", por meio do afastamento forçado, utilizando os centros urbanos que atendiam à população mais pobre, e pela internação em sanatórios. Vale destacar que, nesse período, qualquer cidadão que morasse na rua, ou seja, criança, adolescente, famílias inteiras, idosos, adultos e jovens eram considerados "marginais" e penalizados pelo Estado por meio das internações nas casas de roda (Fórum Permanente Sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro, p.11)[143] e no Serviço de Assistência á Menores – SAM – instituído em 1941 (Mendonça, 2002, p. 115).

Essa prática higienista ainda existe no Estado brasileiro, quando se realiza o Serviço Especializado de Abordagem Social junto com a guarda municipal ou polícia militar, essa prática na assistência social precisa ser repensada por meio de articulação com a saúde através do Consultório na Rua – CR[144].

143 Fórum Permanente Sobre População Adulta Em Situação De Rua No Rio De Janeiro.

144 A estratégia Consultório na Rua foi instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, e visa

Em 1942, é criada Legião Brasileira da Assistência - LBA – marcada por dois fenômenos: a institucionalização do primeiro - damismo, com a coordenação da LBA, de Darcy Vargas, e o surgimento da primeira Escola de Serviço Social, cuja finalidade era profissionalizar mulheres na área da assistência social.

A instituição foi criada com objetivo, inicialmente, de dar assistência aos soldados brasileiros, recrutados da II Guerra Mundial e seus familiares. Sua extinção foi em 1992, no Governo Collor.

No governo de Juscelino Kubitschek, o Congresso aprovou a Lei Orgânica da Previdência Social, unificando a previdência em termos de benefícios, garantindo acesso universal á todos os trabalhadores formais. Destaca-se, também, o início das migrações do Norte e Nordeste em busca de emprego, ou seja, de uma vida melhor. Portanto, nesse período, verifica-se a presença desses migrantes nas ruas do Rio de Janeiro.

Em 1964, o Brasil vivenciou o Golpe Militar que se estendeu até 1985, com a eleição de Tancredo Neves. Esse cenário teve como destaque a criação do Sistema Fundação Nacional/Estaduais do Bem-Estar do Menor[145], a partir de uma concepção ideológica da doutrina de segurança nacional, sendo criada a categoria da criança e do adolescente em situação irregular. Quanto à assistência social, criou-se a concessão de benefícios assistenciais.

A década de 80 é marcada por vários movimentos tais como, a redemocratização do país, movimento estudantil e docente, o feminismo, saúde e etc. que culminou com ações coletivas que passaram a ocupar lugar de participação institucional com a criação de redes, fóruns pautados, na ampla negociação entre sociedade civil e Estado e movimentos sociais, surgindo várias entidades: Movimento do Setor Popular, Movimento pela Constituinte, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento em Prol das Reformas de Saúde, Movimento dos Mutuários do BNH, Movimento dos Sem Casa, Movimento dos Aposentados, a Criação da Pró-Central dos Movimentos Populares. *"Ou seja, há uma mudança de paradigma do modelo expressivo - disruptivo para uma fase integrativo-corporativa*" (Pereira, 2001, p. 132).

ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Chama-se de Consultório na Rua equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população, devendo realizar suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolver ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território. www.dab.saude.gov.br. Acesso em: 01set. 2018.

145 A política do Bem-Estar do Menor (PNBEM) era definida por um órgão central, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e executada nos estados pelas fundações estaduais do bem-estar do menor (FEBEM). Pode-se dizer que a Funabem foi criada com o objetivo de formular e implantar a PNBEM, esta última com a incumbência de fixar as bases para uma nova estratégia de atendimento ao chamado "problema do menor", em consonância com os novos tempos e a imagem de eficiência e modernidade do Estado brasileiro (PROTA, 2002).

Em 1988, o Brasil vivenciou o seu processo de redemocratização com a homologação da Constituição Republicana, o que permitiu a sociedade realizar articulações com apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF – para os projetos de atendimento á crianças e adolescentes em situação de rua, que se estendem por diversas cidades, pelas organizações civis, tanto voltadas para criança e adolescentes, como para apoio à população em situação de rua adulta, na perspectiva de garantir a essa população direito à vida e à dignidade.

A luta dos movimentos sociais pela cidadania resultou em direitos inscritos nos artigos 5º e 6º da Constituição Brasileira de 1988[146], que precisavam ser concretizados a partir da implementação de políticas públicas para esse segmento da população.

Nesse contexto, entrando na década de 1990, é instalado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua (1993), que congregava trabalhadores das organizações de atendimento, especialistas, militantes, dentre outros.

Dia 07 de setembro de 1995 é instituído Dia Nacional da Luta do Povo de Rua, que mobiliza indivíduos, organizações e movimentos sociais com o objetivo de dar visibilidade aos direitos e às necessidades dessa população, que faz das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência.

Também, cabe destacar que o Fórum Nacional de Estudos sobre População em Situação de Rua, nesse contexto de lutas, garantiu visibilidade e possibilitou maior mobilização da pessoa em situação de rua – PSR - pelo acesso à moradia, à saúde e à assistência social.

Os Seminários Nacionais, organizados pelo Fórum Nacional e que resultaram no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e na 1ª Marcha do Povo da Rua, em Brasília (2001), contribuíram para o processo que colocaria a população em situação de rua na agenda pública.

A PNAS reconhece a população em situação de rua no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, pois na proteção social especial é definido o atendimento/acompanhamento aos indivíduos nos equipamentos de média e alta complexidade cuja finalidade é promovê-los a possibilidade de autonomia, acesso aos direitos socioassitencias, reestabelecer seu convívio social, familiar e comunitário.

146 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 25 Set. 2018.

Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome/MDS) realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, com objetivo de conhecer os desafios e definir estratégias na construção da política pública para PSR. Desta forma, em dezembro do referido ano, a Lei nº 11.258, altera o Artigo 23 da LOAS147 - que dispõe sobre criação de programas específicos para população em situação de rua.

O MDS, em 2006, por meio de Decreto, institui o Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de construir estudos e apresentar propostas de políticas públicas para inclusão social de população em situação de rua. Sua composição contou com a participação do MDS e de outros ministérios, tais como: Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cidades, Cultura e Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Participaram, também, do grupo o Movimento Nacional de Moradores em Situação de Rua - MNPR, Pastoral do Povo da Rua e Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

A Resolução nº 109, de 11 de novembro, de 2009 tipificou os serviços socioassistenciais para o atendimento/acompanhamento à Pessoa em Situação de Rua no âmbito da proteção social especial: Serviço Especializado para Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional que atende adultos e famílias em situação de rua e o Serviço de Acolhimento em República que atende adultos em processo de saída das ruas[148].

O II Encontro Nacional sobre população em situação de rua foi realizado em 2009, com objetivo estabelecer e validar a proposta intersetorial da Política Nacional de População em Situação de Rua, que foi consolidada por meio do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009[149], que instituiu também o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para Política Nacional da População em Situação de Rua – CIAMP- RUA.

147 BRASIL. Lei nº 11.258 de 30 de Dezembro de 2005, altera a Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispões sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm >. Acesso em. 25 Set. 2018.

148 Ver Cartilha Perguntas e Respostas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Volume II, 2011, p. 11. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntasrespostascentropoprua-impressao.dez.pdf. Acesso em: 25 Set.2018.

149 BRASIL. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 19 ago.2018.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (2009)[150] enfoca a intersetorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de modo a formar uma rede que garanta a qualidade da atenção ofertada.

A referida política, pautada por princípios e diretrizes, propondo que as políticas públicas de saúde, de educação, de previdência social, de assistência social, de trabalho, de renda, de moradia, de cultura, de esporte e de lazer, de forma integrada, organizem-se para o atendimento desse segmento da população.

A Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011[151] afirma em seu art. 23: "Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei". Desse modo, serão instituídos os serviços de atendimento á crianças e adolescentes, de acordo com a Constituição Federal de 1988[152] e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA[153] -, e às pessoas em situação de rua.

A PNAS propõe o rompimento com violações de direito, com a discriminação, visando garantir a segurança de sobrevivência, na perspectiva do rendimento e da autonomia; acolhida e a convivência familiar, comunitária e social.

Em relação ao estado do Rio de Janeiro ainda não se conseguiu avançar para constituir a política estadual para população em situação de rua, assim o estado tem orientado aos municípios de realizarem o enfrentamento a essa questão social respeitando as orientações nacionais no âmbito da política de assistência social, política nacional para pessoa em situação de rua com vistas a garantir a dignidade humana.

Neste ponto de vista dos direitos, assistência social deve se dá por meio da rede de serviços socioassistenciais e da articulação intersetorial com as demais políticas públicas para que se possa possibilitar aos usuários da assistência social a dignidade humana.

150 BRASIL. Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 19 ago.2018.

151 BRASIL. LEI Nº 12.435, DE 06 DE JULHO DE 2011, que altera a Lei nº 8.742 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/leis/arquivos/lei-12-435-06-07-2011-altera-a-loas.pdf/view Acesso em: 25 Set. 2018.

152 Ver art. 227 da Constituição Republicana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 25 Set. 2018.

153 BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 25 de Set. 2018.

Ressalta-se que esse atendimento deve ser ofertado no âmbito da política de assistência social e de direitos humanos, pois ambas se convergem, o que fica claro quando o especialista, Piovessan em Direitos Humanos reflete:

> "[...] a efetiva proteção ao direito à inclusão social demanda não apenas políticas universalistas, mas específicas, endereçadas a grupos socialmente vulneráveis, enquanto vítimas preferenciais da pobreza, isto é, o direito a inclusão social requer a universalidade e a invisibilidade dos direitos humanos, acrescidas do valor da diversidade" (Piovessan, 2003, p. 147, apud Sposati, 2009, P.28).

Desta forma, compreende-se que os direitos humanos são aqueles direitos fundamentais, universais: direito à vida, à cidadania, à humanidade, sem distinção de classe social, etnia, gênero, religião, opinião política, orientação sexual, entre outros, que possam ser julgados moralmente.

Foi instituída pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro a Política Municipal para População em Situação de Rua por meio da Lei Nº 6.350 de 04 de maio de 2018 que passa a se chamar Lei Maria Lúcia[154].

Em agosto de 2018 o município do Rio de Janeiro conseguiu ter a promulgação da Política Municipal para População em Situação de Rua e seu Comitê Gestor Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento por meio do Decreto Rio Nº 44.857[155].

Apesar do município do Rio de Janeiro ter conseguido aprovação da Lei Maria Lúcia e do decreto que institui a política municipal para população em situação e a criação do seu comitê, como define as orientações nacionais, entende-se que ainda se tem muito avançar, pois para além da qualificação da oferta do serviço para pessoa em situação de rua se faz necessário colocar em prática as referidas leis que visam garantir os direitos sociais da pessoa em situação de rua e definir as competências entre Câmara Municipal e Prefeitura, haja vista que ambos produzem lei que visam instituir a Política Municipal para População em Situação de Rua na cidade do Rio de Janeiro.

154 Em homenagem a uma grande liderança do Movimento Nacional de População em Situação de Rua de Salvador – Bahia, que faleceu no dia em que foi aprovada essa lei na Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Lei nº 6.350, 04 de maio de 2018. Política municipal para população em situação de rua e dá outras providências. Disponível em: http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/b24a2da5a-077847c032564f4005d4bf2/98be3aae95e4480983258283006e66e7?OpenDocument. Acesso em: 17 ago. 2018.

155 BRASIL. Decreto n. 44.857, de 07 de agosto de 2018. Política municipal para a população em situação de rua e seu comitê gestor intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Rio de Janeiro, RJ, ago. 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de janeiro/decreto/2018/4486/44857/decreto-n--44857-2018-institui-a-politica-municipal-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-e-seu-comite-gestor-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-e-da-outras-providencia. Acesso em: 17 ago. 2018.

A exclusão social sempre ocorreu no Brasil e que a assistência social vem romper com a não garantia de direitos, de cidadania, por meio Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Mas, esse sistema ainda precisa avançar e muito no atendimento e acompanhamento à Pessoa em Situação de Rua – PSR -, especificamente as mulheres gestantes e ou puérperas que estejam em situação de risco e que realizam uso de substância psicoativa ou não, visto que as principais legislações do SUAS, como por exemplo, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, não trazem a mulher puérpera e ou gestante em situação de risco com uso de substância psicoativa como público prioritário em que se deve ter um atendimento especializado tanto para a gestante, mãe e bebê.

Logo, não tem como definição na política pública de assistência social um serviço da proteção social especial de alta complexidade para esse público com a finalidade de promover o direito da mãe de realizar a escolha pela maternagem a partir de um trabalho especializado e o direito do bebê a convivência familiar e comunitária para com sua mãe. Pois, o que se oferta é o abrigo para família em situação de rua que na maioria das vezes não consideram a especificidade desse público.

4. A Mulher na Assistência Social

Antes de iniciarmos a reflexão sobre o acolhimento institucional de mulheres em situação de rua compreende-se ser necessário pensar sobre a questão de gênero na assistência social, assim trazemos o conceito de gênero elaborado por Scott,

> "o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1989, p. 21)".

Portanto, observamos que na Política de Assistência Social a questão de gênero não é discutida, trazendo ainda a mulher no atendimento aos serviços socioassistenciais como a mulher frágil, reproduzindo assim, a diferença entre o homem e a mulher no campo do "machismo". Podemos verificar essa diferença no atendimento/acompanhamento à essas mulheres no espaço que não garante a permanência do genitor, por exemplo, junto a sua família no acolhimento institucional. Ou seja, sendo provocado o entendimento de que o homem pode dar

conta de si sozinho, já a mulher necessita de um espaço que possa ficar com seu filho garantindo, assim, a proteção social á criança. Sendo, então, possibilitado a desresponsabilização paterna e a quebra de vínculo entre a mulher e o companheiro.

Como afirmam Gasparotto e Grossi (2017),

> Em relação ao apontamento acerca da maior vinculação de mulheres nos serviços socioassistenciais devido à facilidade no trato com a mulher, tem-se a reprodução da mulher como o sexo frágil e dócil, que não apresenta resistência frente às proposições e indicações da equipe. Nessas situações, observa-se a política pública perpetuando as desigualdades de gênero, com a reafirmação dos estereótipos que desqualificam a mulher, legitimando o patriarcado e o machismo.

A desqualificação da mulher nas políticas públicas promove o processo de opressão e submissão da mulher na vida social provocando que ainda seja vista como o "sexo frágil", "o mito do amor e instintos maternos" nos remetendo uma visão retrograda da mulher na sociedade e como sujeito. Pois, quando repetimos esses papéis á mulher estamos afirmando a diferença entre o homem e a mulher e de que será submetida á regra impostas pelo capital e pelo Estado, principalmente se for mãe e quiser ficar com a seu filho.

> Como bem afirma Badinter (1985), "associado às ideias retrógradas e conservadoras do tempo livre da mulher, da docilidade e do sexo frágil, são algumas das formas pelas quais as mulheres são expostas as sucessivas investidas no sentido de submeter-se aos desígnios não somente dos homens, mas do capital e também do próprio Estado, através das prescrições comportamentais e das responsabilizações pelas diversas expressões por meio das quais a questão social se materializa na vida das famílias".

Para tanto, as políticas públicas ainda tratam a família no padrão burguês que reproduz a responsabilidade dos afazeres domésticos para as mulheres que perpassa pelo cuidado e proteção à família e aos filhos o que permite que ela seja beneficiária do Programa Bolsa Família desde que respeite as condicionalidades do programa. Mas, quando essa mulher em algum momento apresenta dificuldade de lidar com suas questões sociais, familiares e maternas é questionada pela sociedade, pelo Poder Público que se tiver o entendimento que essa mulher não tem condições de corresponder às imposições postas pela sociedade e pelo Estado pode vir a ter o rompimento à convivência com seu filho.

Desta forma, percebemos que a mulher ainda é vista de forma arcaica quanto ao seu papel na sociedade e que o Estado fortalece o papel da mulher na maternidade, conforme apresentado por Gasparotto e Grossi (2017):

> "a Política de Assistência Social tem sido materializada a partir da reprodução do enfoque de gênero enquanto sinônimo de mulher, na lógica tradicional do reforço da função materna".

À vista disso, compreendemos que o SUAS ainda têm muito no que avançar na desigualdade de gênero, pois ainda reproduz na prática e na sua diretriz a matricialidade sócio - familiar que reforça o cuidado da mulher para com seus filhos, sem considerar os fundamentos do gênero, raça/etnia nas condições sociais da população.

Está posto no Sistema Único de Assistência Social o acolhimento institucional para pessoas em situação de rua, mas observamos que no âmbito dessa política pública que o único serviço para alta complexidade voltado para mulheres e bebês são as unidades de acolhimento institucional para família que visa atender todos os perfis da mulher em situação de rua que estejam gestantes ou puérperas e com seus filhos.

5. Acolhimento Institucional um desafio na assistência social

O acolhimento institucional é um serviço da proteção social especial de alta complexidade que deve atender indivíduos, tais como: crianças, adolescentes, bebês, mulheres, idosos, pessoas com deficiência que estejam em situação de risco e ou/ com vínculos familiares, comunitários e sociais rompidos respeitando o perfil do indivíduo e as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e do reordenamento dos serviços socioassistenciais para população em situação de rua e famílias.

Nesse momento, trataremos especificamente do acolhimento institucional para pessoas adultas em situação de rua que poderá se dá para indivíduos homens ou mulheres, travestis, migrantes, gays, lésbicas e grupos familiares com ou sem crianças de o á 18 anos, pois nessa modalidade não cabe acolhimento para bebês, crianças e adolescentes desacompanhadas dos seus responsáveis, isto é, os seus pais. Esses devem ser levados pela equipe do Serviço Especializado de Abordagem Social ao Conselho Tutelar e comunicar o Centro de Referência Especializado

da Assistência Social – CREAS – próximo à localidade do conselho, pois esses indivíduos já podem ter sido atendidos pela equipe do CREAS.

O serviço de acolhimento institucional tem como especificidade o atendimento integral que garanta ao indivíduo endereço de referência, moradia provisória, espaço para guardar seus pertences, documentos, e acompanhamento da equipe técnica que precisa ter um olhar diferenciado, quer dizer, sem preconceito, uma escuta qualificada que possa compreender aos poucos as questões sociais apresentadas pelo usuário e pactue com o indivíduo o plano de autonomia [156]que deverá ser revisto entre o técnico e usuário sempre que for necessário. É importante, ter a compreensão que essa moradia é provisória, deverá ter um prazo pactuado entre a moradora e a equipe técnica e que o espaço ofertado tem que ser o mais acolhedor possível, já que não cabe mais ofertar serviço na perspectiva das instituições grandes, como por exemplo, os antigos orfanatos.

De acordo com a Resolução nº 109 de 2009 e com o texto de orientação técnica[157] para o reordenamento do serviço de acolhimento para a população adulta e família em situação de rua o serviço de acolhimento institucional e o quantitativo de público atendido é de no máximo 50 pessoas por equipamento preservando a individualidade dos pertences dos usuários e a composição da equipe da unidade deve ser garantida conforme propõe a Lei Orgânica da Assistência Social, as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB – RH[158] e a Resolução CNAS Nº 17, de 20 de junho de 2011[159].

Quando falamos no respeito à individualidade precisamos compreender que a pessoa precisa ter um espaço de guarda dos seus pertences, deve haver um pacto entre o indivíduo e o espaço que está o acolhendo do que pode ser guardado com o próprio e o que deve ficar sob a responsabilidade da casa. Esse pacto deve-

156 Instrumento pensado para acompanhamento das moradoras da casa a partir da leitura e discussão dos cadernos: Acompanhamento Familiar na Política de Assistência Social – Uma proposta de metodologia para o Estado do Rio de Janeiro. E Instrumental Metodológico Sistema Único de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro.

157 Texto de orientação para reordenamento do serviço para acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua, p. 04. Disponível em: https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/fcd74bd2-b062-4b8b-b8b-f-12caf78d9003.pdf. Acesso em: 04 de ago.2018.

158 BRASIL. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Disponível em: file:///C:/Users/Marcella/Desktop/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 25 ago.2018.

159 BRASIL. Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Disponível em: file:///C:/Users/Marcella/Desktop/cnas-2011-017-20-06-2011.pdf. Acesso em: 25 ago.2018.

se dar na construção do contrato de convivência em assembleias entre o espaço e as moradoras, sendo mediado pela equipe técnica, gestão e cuidador social. Esse contrato deve ser revisto sempre que houver necessidade.

A partir desse contrato, não cabe ao espaço realizar revistas ao indivíduo quando retornar da rua sozinha, caso seja necessário saber o que a mulher está trazendo da rua deve ficar a cargo da equipe técnica e ou cuidador social mediar essa situação. Pois, é preciso ter clareza que os equipamentos da assistência social de alta complexidade não são presídios, e sim, espaço de moradia provisória em que deve promover o acesso à autonomia, os direitos sociais e humanos.

O trabalho técnico deve se dar na perspectiva ao enfrentamento das saídas das ruas, fortalecimento dos vínculos familiares, sociais e comunitários e reinserção social e familiar desde que seja desejo do indivíduo, respeitando a autonomia e particularidades dos usuários. Esse acompanhamento deve se dá também articulado com a rede intersetorial que deverá ser realizado por meio de estudo de caso, pois a assistência social não dará conta de todas as questões sociais apresentadas pelo indivíduo.

Assim sendo, a intervenção técnica deve se dar a partir das orientações do Sistema Único de Assistência Social que traz o atendimento para mulher com os seguintes perfis: em situação de rua com companheiro e/ou filho, violência doméstica e situação de rua sozinha. Logo, observamos que assistência social não apresenta diretriz e nem orientação técnica de um serviço para o atendimento às mulheres gestantes ou puérperas em situação de risco com uso de substância psicoativa.

Isto posto, se faz necessário pensar na possibilidade de um espaço de cuidado para essas mulheres e bebês para que possa ser ofertado á essas pessoas um serviço diferenciado que possibilite a genitora fazer novas escolhas. Desta forma, no próximo item apresentaremos e refletiremos sobre um novo espaço de cuidado para atender esse público específico.

5.1. Um Novo Serviço é Possível

Verificamos que a Política de Assistência Social não abarca um espaço de cuidado para mulheres em situação de rua gestante ou puérpera com uso prejudicial de substância psicoativa, assim como, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Logo, não se vê uma discussão e orientação em que seja

respeitada a especificidade dessa mulher e suas potencialidades, porque a mãe e bebê precisam de uma atenção diferenciada por meio de uma escuta qualificada que não perpasse pelo preconceito dela fazer uso abusivo de substâncias psicoativas.

Com a Nota Técnica[160] conjunta entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Ministério da Saúde do ano de 2016 que se tem apontado à importância dos gestores garantirem a oferta de um espaço de acolhida e escuta qualificada para essas mulheres e seus filhos nos momentos de vulnerabilidade durante a gravidez e no pós – parto, ou seja, na alta da maternidade. Esse espaço não deve ser punitivo e nem privar a mulher e seu bebê dos seus direitos, assim como, todos os equipamentos da assistência social. Pois, a PNAS tem como finalidade também prover a proteção social e quando privamos esses indivíduos dos seus direitos e da possibilidade de fazerem escolhas estamos punindo e desprotegendo esses indivíduos. Esse serviço deve transitar entre Assistência Social e Saúde, promovendo o cuidado compartilhado da mãe para com seu filho, ou melhor, garantindo ações que possam prover a proteção social tanto da mulher quanto da criança.

A partir dessa Nota Técnica e da necessidade de se atender de forma qualificada e acolhedora o município do Rio de Janeiro pensou e estruturou um serviço para o atendimento à mulher a partir de 18 anos em situação de risco gestante ou puérpera com uso de substância psicoativa. Desta forma, vamos apresentar um novo serviço realizado na cidade do Rio de Janeiro.

5.2. Serviço de Apoio a Mulheres Grávidas ou Puérperas em Situação de Risco usuárias de Substância Psicoativa

A partir de uma vivência profissional na cidade do Rio de Janeiro será apresentado nesse item um serviço inovador da proteção social especial de alta complexidade que não está tipificado na Resolução Nº 109 de 2009 para o atendimento/acompanhamento às mulheres e seus filhos, tendo como norte as orientações: Política Nacional de Assistência Social, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Nota Técnica Conjunta MDS/MSaúde Nº001/2016, Política Nacional de Atenção Integral à saúde da mulher[161] e Marco Legal da

160 BRASIL. Nota Técnica Conjunta MDS/MSaúde Nº01/2016. Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuária de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaude.pdf . Acesso em: 14 ago.2018.

161 BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 25 Set. 2018.

Primeira Infância[162] com a finalidade de atender mulheres grávidas ou puérperas (recém-mães) com vivência de situações de extrema vulnerabilidade com a existência de diversos fatores de riscos sociais, com capacidade para atendimento de até 20 indivíduos incluindo mãe e bebê.

O foco principal desse serviço é a construção de um espaço de proteção para mulheres e seus filhos na perspectiva da assistência social e saúde que possibilite o cuidado compartilhado da mulher e da criança nos momentos de vulnerabilidade durante a gravidez e após a alta da maternidade[163].

Para que possamos possibilitar o cuidado compartilhado é preciso que esse espaço seja acolhedor, que permita que toda equipe tenha um olhar sem preconceito e uma escuta qualificada para atender e apoiar a essas mulheres junto com seu filho. Pois, esse cuidado vai se dá por meio da relação que será construída entre a mãe e o bebê durante a maternagem.

Nesse sentido, trazemos a definição da Psicoterapeuta, Corrêa[164], sobre maternidade e maternagem,

> "Maternidade é a qualidade ou condição de ser mãe, laço parentesco que une mãe e filho com característica feminina de consequências instintivas. E a maternagem são cuidados próprios da mãe, materno, afetuoso, dedicado, carinhoso e maternal."

Em vista disso, a maternagem será uma escolha dessa mulher, mas só será possível essa mulher fazer essa escolha se tiver a possibilidade de permanecer por um período em um espaço que acolha todas as suas mazelas sociais sem preconceito e o seu filho também. Essa acolhida deverá ter como premissa a articulação entre os serviços da assistência social e saúde, visto que essas políticas públicas buscarão a integralidade do cuidado á essa mulher e ao bebê por meio de metodologias e articulações com os demais serviços da rede intersetorial a partir das demandas dessa usuária e a partir do desejo dessa mulher de estar naquele espaço.

162 BRASIL. Lei. nº. 13.257, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei no11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm. Acesso em: 25 Set. 2018.

163 BRASIL. Nota Técnica Conjunta MDS/MSaúde Nº01/2016. Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuária de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaude.pdf . Acesso 14 ago.2018.

164 <Https://Psicoterapiajunguiana.Com/2014/05/20/Maternidade-E-Maternagem/>. Acesso em: 24 ago. 2018

Apesar desse serviço não está nas orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, se entende que deva ser executado com as premissas da PNAS[165] ofertando apoio ao fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários a partir do desejo da mulher, pois ela pode apresentar em algum momento da sua estadia na casa que não quer falar com sua família e/ou com sua rede de apoio. Sendo, então, primeiro necessário entendermos as circunstâncias do rompimento e os próximos passos que a usuária quer dar a partir do momento que faz a escolha de ficar na casa.

É necessário ter uma equipe qualificada e especializada para o atendimento á esse público, pois é preciso que se compreenda a especificidade que essa mulher trás para o serviço, porque a maioria que está em situação de rua apresenta outras expressões sociais, tais como: pobreza, exploração sexual, abuso sexual, uso abusivo de substâncias psicoativas, comprometimento mental, violência doméstica, falta de documentação, baixa escolaridade que potencializam o risco da mulher em situação de rua.

Nesse sentido, o trabalho deve se dá por meio da articulação da rede intersetorial na perspectiva da articulação de diversos serviços que possam trabalhar os vínculos familiares, sociais e comunitários dessa mulher e bebê potencializando a autonomia/emancipação dessa mulher a partir das suas escolhas que devem ser pactuadas com a equipe técnica por meio do Plano de Autonomia.

Importante sinalizar que esse plano pode ser repactuado sempre que for necessário e pode ser compartilhado no estudo de caso com as demais equipes da rede que também façam acompanhamento dessa mulher e bebê.

Para além de uma equipe qualificada e especializada o serviço precisa ser ofertado em um espaço acolhedor totalmente diferente do que é oferecido ainda no SUAS, dessa maneira se faz necessário que se atenda um grupo pequeno de mulheres e bebês e oferte espaço compartilhado para que essa mãe possa ficar com seu filho. Em razão de hoje ainda ser ofertado o serviço da proteção social especial de alta complexidade no viés das grandes instituições, como por exemplo, os grandes orfanatos apesar de já se ter orientações do Ministério de Desenvolvimento Social para o ordenamento da proteção social especial de alta complexidade[166].

165 Ver diretrizes, objetivos e princípios da Política Nacional da Assistência Social, (p. 33 e 34). http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25 Set. 2018.

166 Texto de orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento para População Adulta e Família em Situação de Rua. Disponível em: https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/fcd74bd2-b062-4b8b-b8bf--12caf78d9003.pdf. Acesso em: 04 de ago.2018.

Esse serviço mostra-se inovador na Política de Assistência Social, como já foi apontado não está tipificado e nem é considerado uma unidade de família, pois para ser um serviço de família deveria ter o atendimento a mulher e ao companheiro o que não ocorre nessa casa. Deste modo, a genitora permanece com a guarda do seu filho, já que ela fez a opção de estar em um espaço que possa ofertar o cuidado ao seu bebê e realizar novas escolhas a partir da convivência com a criança. Entendemos que o filho possa vir a ser a redução de danos dessa mulher, ou seja, o filho pode ser um despertar para novas escolhas. Pois, quando essa mulher tem a possibilidade de ter um espaço que possa ofertar e apreender os cuidados para com seu filho a droga passa não ter mais tanto espaço na vida dessas mulheres, mas para isto é preciso que o Poder Público e a sociedade acreditem nesse indivíduo, e que realmente se faça investimentos nessa mulher e criança.

Em vista do trabalho desse espaço ser voltado para o cuidado e de identificar diversas necessidades das mulheres para além do uso prejudicial de substância psicoativa na perspectiva da promoção dos direitos humanos e sociais utiliza-se, então, a redução de danos como método de intervenção para as mulheres que optarem a ficar na casa junto com seu filho.

Sendo assim, utiliza-se Duarte (2017, p.279)[167] para definir a redução de danos,

> A estratégia da redução de danos complementa essa perspectiva quando trabalha junto com usuários de uso prejudicial de álcool e de outras drogas a retomada de sua cidadania, adotando uma direção de trabalho voltada para construção da autonomia do usuário no cuidado de si, visando à prevenção, o tratamento e a reabilitação dos usuários de álcool e outras drogas como um problema de saúde pública. A estratégia da redução de danos consiste na direção da produção de saúde do usuário – uma oferta de cuidado diametralmente oposta às propostas da simples abstinência, que visa à remissão do sintoma e cura do doente.

Mas, a aplicabilidade desse método só será possível por meio do desejo da mulher a partir da construção do vínculo com o serviço e da articulação da casa com a rede da saúde do território que deve se dá antes da chegada da nova moradora ao espaço, ou seja, por meio do estudo de caso que é realizado entre a equipe que está solicitando a estadia da mulher na unidade, equipe da casa, clínica da família e CAPS'AD do território. Já que o estudo de caso permite construir estratégia de intervenção intersetorial antes da inserção da mulher no serviço e

167 Conforme aponta no livro Serviço Social, Saúde Mental e Drogas, Ed. Papel Social. 2017, p.279.

também possibilita a equipe da unidade identificar se a usuária é realmente perfil naquele momento para o espaço.

Essa unidade também visa promover o vínculo dessa mulher com seu filho e com as demais pessoas que possam fazer parte da sua vida, pois toda mulher seja ela pertencente à classe pobre ou não tem o direito de ficar com seu filho, já que não deve ser reproduzido na assistência social o rompimento do vínculo entre mãe e a criança.

Quando é promovido o rompimento do vínculo entre a mãe e seu filho, não está sendo garantido a esses indivíduos o direito à convivência familiar e comunitária dessa mulher para com seu filho e nem a autonomia de escolha dessa mulher. Como apontam o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA[168] - e a Constituição Federal de 1988[169] que trazem a convivência familiar e comunitária de criança e adolescente como um direito, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS[170], assim como, a PNAS[171] que traz a matricialidade sócio – familiar como eixo constituinte.

Quando se aponta a possibilidade de escolha dessa mulher está sendo possibilitado também que a genitora tenha o direito de decidir qual será o destino do seu filho, caso não queira ficar com seu bebê. Pois, o cuidado também perpassa pela promoção do direito de uma decisão responsável, caso á mãe compreenda que deva entregar seu filho para adoção.

Mas, para isso é importante ter a clareza de que essa escolha responsável se dará por meio do trabalho técnico que intermediará a partir do plano de autonomia da usuária, e por isso é preciso que seja ofertado um serviço que promova o cuidado compartilhado e que tenha como finalidade promover o vínculo familiar, já que adoção deva ser também um direito de escolha da genitora e não uma imposição da equipe da unidade e/ou da justiça.

Sendo assim, o Poder Público deve ofertar serviços que possam promover a genitora e ao seu filho a possibilidade de convivência a partir do cuidado compartilhado, portanto, não podemos punir essa mulher por suas mazelas sociais que são causadas por um Estado que não garante os direitos básicos dessa mulher e do seu filho.

168 BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 25 de Set. 2018.

169 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 25 Set. 2018.

170 BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 25 Set. 2018.

171 BRASIL, MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica -NOB/SUAS. Disponível Em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25 Set. 2018.

6. A Intersetorialidade na Proteção Social

No final da década de 80 inicia-se uma retomada de análise das políticas sociais brasileiras, em que a assistência social inicia seu processo de transformação por meio da Constituição Federal de 1988 que determina nos seus artigos 194, 203 e 204 Assistência como um direito universal[172], política pública, proteção social não contributiva e de responsabilidade do Estado. Desta forma, passa a fazer parte do tripé da seguridade social que é composta pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, cujo objetivo é de prevenir ou reduzir situações de risco e de vulnerabilidades sociais.

A Seguridade Social visa garantir aos cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social acesso a assistência social, pois nesse momento inicia seu processo de rompimento com o assistencialismo. Assim, definimos Seguridade Social como uma expressão que estabelece de fato aos cidadãos brasileiros que estejam em situação de risco o direito a proteção social, e que essa segurança é de responsabilidade de toda sociedade que esteja trabalhando na área da assistência social seja por meio da esfera pública ou privada. Mas, reafirmamos que é dever do Estado prevenir e proteger os cidadãos que estiverem em situação de risco social independente da classe social.

> Nesse sentido, Ademir da Silva (2007, p. 32) define que na Constituição Republicana a Seguridade Social "refere-se à proteção social ao cidadão em face do risco, da desvantagem, da dificuldade, da vulnerabilidade, da limitação temporária ou permanente e de determinados acontecimentos previsíveis ou fortuitos nas várias fases da vida. Uma responsabilidade do conjunto da sociedade, na esfera do interesse público".

A partir da Seguridade Social teve-se uma nova direção nas políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social da seguinte forma: saúde direito de todos, política pública universal; assistência social passa a ser vista como política pública, mas só tem acesso quem dela necessitar e não contributiva; e a Previdência Social se mantém na lógica contributiva.

Desse modo, Seguridade Social se apresenta como um modelo descentralizado do sistema de proteção social colocando novamente a integração

172 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 25 Set. 2018.

das políticas sociais como um problema a ser enfrentado no desenvolvimento das políticas de assistência social e saúde. Desta forma, abordaremos a intersetorialidade transitando entre essas duas políticas públicas que são de fundamental importância para o desenvolvimento do acompanhamento aos usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e também pelo serviço de apoio as mulheres em situação de risco gestante ou puérperas com uso de substância psicoativa, visto que o atendimento/acompanhamento á esse público precisa perpassar por essas duas políticas sociais.

Nesse sentido, trazemos o conceito de intersetorialidade a partir das reflexões de Souza e Monnerat,

> "... se volta para a construção de interfaces entre setores e instituições governamentais e não governamentais, visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassem a alçada de um governo ou área de política pública". (2011, p. 42)

Por isso, compreendemos que a partir das questões apresentadas pela usuária em atendimento/acompanhamento teremos a necessidade de articular os serviços que serão necessários para complementar as estratégias de intervenção social que serão traçadas a partir do plano de autonomia da usuária. Essa articulação deverá se dá por meio do levantamento do diagnóstico territorial, haja vista que sem conhecer as demandas do público atendido e os serviços existentes no território onde a casa se encontra não se consegue realizar articulação intersetorial.

O profissional que trabalha tanto na política de assistência social e saúde precisa ter o entendimento que essas políticas públicas não conseguem intervir sozinhas no indivíduo, em vista das demandas desses indivíduos serem diversas que ultrapassam as possibilidades tanto da assistência social quanto da saúde.

Como bem, define De Souza e Monnerat, a política de saúde incorporou como diretriz a intersetorialidade na sua Lei Orgânica de 1990[173], que prevê a integração com a rede assistencial, logo a articulação com outras políticas sociais é necessário para que possamos produzir melhores resultados na saúde.

Já na assistência social o SUAS traz que os serviços da assistência social devam ser realizados de forma articulados com outras políticas públicas, que

173 BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 25 Set.2018.

formará a rede territorial dos serviços. Logo, compreendemos que a rede deverá funcionar de acordo com a realidade do território e da cultura social.

> "O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal". (Bourguingnon, 2001).

Entende-se que os equipamentos da assistência social devam articular ações das políticas públicas e da sociedade civil de forma hierarquizada em básica e especial, assim, as questões sociais estarão sendo atendidas, possibilitando a garantia da proteção social dos indivíduos. Nessa perspectiva, essa articulação passa a ser chamada de rede socioassistencial.

> "Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão e de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade". (Pnas, 2004, p. 94)[174].

A rede tem um papel fundamental em qualquer instituição, uma vez que será através dela que as ações sociais se comunicarão e serão fortalecidas também. Possibilitando ao profissional ter maior acesso ao número de ações, de atores sociais e instituições no território, sem que haja a superposição das ações desenvolvidas naquela região.

Como foi visto a articulação intersetorial é um desafio tanto para saúde quanto assistência social, em razão de ambas atenderem o mesmo indivíduo na mesma circunstância ou não, mas com foco diferenciado em decorrência da complexidade dos problemas sociais.

7. Considerações Finais

Com a implementação da PNAS/SUAS na década de 2000 a proteção social passa ser ofertada por meio do atendimento/acompanhamento nos equipamentos da assistência social sejam da proteção social básica ou da proteção social especial

174 BRASIL, MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica -NOB/SUAS. Disponível Em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 25 Set. 2018.

de média e alta complexidade, como também, pelos serviços realizados pela rede intersetorial ou rede socioassistencial que se dá pelas Organizações Não Governamentais – ONG's – que são cadastradas e reconhecidas pelo Cadastro Nacional da Assistência Social – CNEAS. Logo, passa ser responsabilidade do poder público promover e garantir a proteção social não contributiva dos indivíduos e ou famílias que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social promovendo o rompimento com a benemerência.

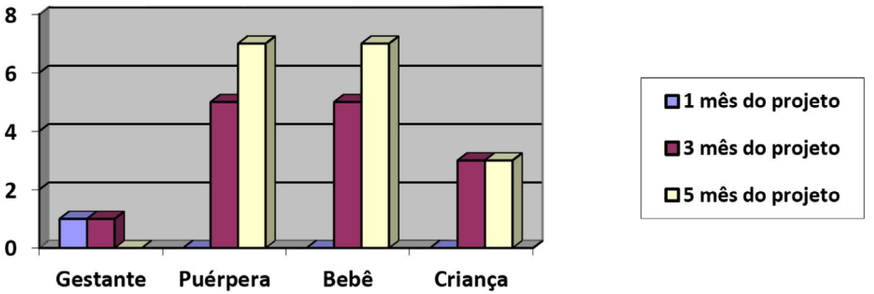
Apesar de hoje se ter políticas públicas voltadas para a população em situação de rua vê-se a necessidade de se enfrentar essa questão social respeitando os direitos humanos e promovendo os direitos sociais, pois a proteção social á pessoa em situação de rua ainda não é efetivada haja vista no processo de abordagem social que se usa a polícia e/ou guarda municipal como parceiros para sensibilização desse indivíduo para ser acolhido em um equipamento de alta complexidade da assistência social. Essa prática é usada não só no município do Rio de Janeiro, mas em outros estados também.

Em relação ao Serviço Especializado de Abordagem Social a metodologia utilizada pelo Espaço foi de aproximação com as usuárias por meio das equipes dos demais serviços que solicitavam a inserção da mulher na casa, nesse sentido têm-se uma visita da equipe técnica da unidade acolhimento a nova possível moradora que durante a conversa convida a mesma a conhecer o equipamento. Caso, a mulher aceite conhecer o Espaço as equipes de ambos os serviços se organizam e fazem pactuações ante mesmo da possível moradora permanecer na casa. Portanto, a usuária só ficará na unidade se realmente tiver o desejo de ser acolhida naquela casa que terá como grande desafio promover inicialmente o vínculo dessa nova moradora com o serviço.

Importante, salientar que nem sempre a mulher vá desejar ir no primeiro contato entre ela e a equipe do Espaço conhecer a casa e até mesmo ser acolhida. Por mais delicada que seja a situação da usuária e do seu filho é preciso respeitar o seu desejo pensado e construindo estratégias junto com a equipe do serviço que a mãe possui vínculo de intervenção e abordagem. Portanto, é primordial que se compreenda que a abordagem social pode ser a primeira acolhida que o serviço da assistência social faça com a usuária. Assim, precisa ser realizada em articulação com outros serviços, com respeito e preservando os direitos humanos e sociais da PSR.

Em relação ao serviço de alta complexidade vê-se ainda a necessidade de se realizar reordenamento institucional em que se atenda a pessoa em situação de rua (homens, mulheres e famílias) com dignidade rompendo com as práticas higienistas e com os grandes equipamentos para o acolhimento institucional a PSR.

Quanto á mulher em situação de rua gestante ou puérpera com uso de substância psicoativa vê – se a necessidade do Estado romper com seus preconceitos e estruture serviços para o atendimento á esse público que possa promover a proteção social dessa mulher e do seu filho no mesmo espaço por meio de equipe multidisciplinar, do cuidado compartilhado, articulação com a rede intersetorial por meio de uma metodologia que permita a essa mulher fazer escolhas a partir do seu desejo. Pois, quando se permite que essa mulher faça escolha a partir do seu desejo verifica-se uma maior adesão ao serviço como será apresentado abaixo.



Observa-se no gráfico acima que o espaço no seu primeiro mês de funcionamento possuía 01 gestante; no terceiro mês metade do início do projeto possuía 05 puérperas, 05 bebês e 03 crianças que chegaram ao serviço com sua mãe[175] e no último mês de funcionamento da unidade tinha-se 03 crianças, 07 moradoras com seus filhos, 07 bebês, tendo um total de 17 moradores na casa[176].

Logo, vê-se que a meta do serviço foi praticamente atingida em um espaço curtíssimo de tempo, haja vista que o serviço podia atender até 20 indivíduos entre mãe e bebê. E isto só foi possível por ter sido apresentado á essas mulheres um novo espaço que respeitava suas escolhas, o trabalho com a rede intersetorial,

175 O Espaço atendia mulher puérpera ou gestante com filhos até 12 anos, respeitando assim a convivência familiar das crianças para com sua mãe como preconizam as legislações brasileiras (ECA, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e PNAS).

176 Fontes relatórios Viva Rio.

principalmente com a saúde e por se acreditar que a mudança social é possível a partir do desejo do indivíduo.

A partir dos dados apresentados acima e das reflexões nesse artigo, vê-se a necessidade que a assistência social tem de pensar e construir um espaço que atenda a mulher em situação de rua, gestante ou puérpera com uso de substância psicoativa. É importante salientar que esse espaço não pode repetir as mesmas condições que os abrigos de família, pois esse equipamento na sua prática não atende essa mulher nas suas especificidades por meio do cuidado compartilhado visando promover o convívio familiar entre mãe e seu filho, conforme preconiza a Política Nacional da Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esse espaço só será possível existir quando de fato o Poder Público se sentir responsável por essa mulher e quiser promover a possibilidade de escolha dessas usuárias pela maternagem, pois enquanto o Estado compreender que a melhor solução para intervir com essas mulheres é retirar de forma arbitrária os seus filhos sem ao menos oferecer um espaço que possa promover o cuidado da mãe para com seu filho continuaremos assistindo o rompimento do vínculo familiar desses bebês com suas mães indo ao desencontro dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Compreende-se, que esse espaço não pode e nem conseguirá atender as especificidades dessa mulher sem articular a rede intersetorial, preferencialmente a saúde, já que tanto a assistência social quanto a saúde não conseguirão atender/acompanhar essa usuária sozinhas. Ou seja, sem rede intersetorial ambas as políticas sociais não possuem condições de trabalhar o processo de autonomia dessa mulher a partir do desejo da mesma.

Por fim, entende-se que a Política Nacional de Assistência Social ainda tem muito ao que avançar quanto ao atendimento/acompanhamento da pessoa em situação de rua tanto para a proteção social especial de média e alta complexidade principalmente á mulher em situação de rua gestante ou puérpera com uso de substância psicoativa haja vista que não possui ainda um serviço especializado para tal público que possa promover a convivência familiar entre a mãe e seu filho por meio do cuidado compartilhado. Desta forma, é necessário que a política de assistência social rompa com método higienista e preconceituoso para com esse público assumindo de fato seu papel e responsabilidade para com a pessoa em situação de rua.

Bibliografia

Perguntas E Respostas, Centro De Referência Especializado De Assistência Social – Creas, Brasília: Mds, 2011.

Perguntas E Respostas, Centro De Referência Especializado Para População Em Situação De Rua – Centro Pop, Suas E População Em Situação De Rua. Volume II, Brasília: Mds, 2011.

Texto De Orientação Para O Reordenamento Do Serviço De Acolhimento Para População Adulta E Famílias Em Situação De Rua. Brasília: Mds.

Acompanhamento Familiar Na Política De Assistência Social, Uma Proposta De Metodologia Para O Estado Do Rio De Janeiro. Rio De Janeiro: Secretaria De Estado De Assistência Social E Direitos Humanos – Seasdh.

Instrumental Metodológico Sistema Único De Assistência Social. Rio De Janeiro: Secretaria De Estado De Assistência Social E Direitos Humanos – Seasdh.

Bourguignon, J. A.. Concepção De Rede Intersetorial. 2001. Disponível Em: Http://Www.Uepg.Br/Nupes/Intersetor.Htm.

Da Cruz, Lilian Rodrigues. Políticas Públicas E Assistência Social. Petrópolis, Rj: Ed. Vozes, 2009.

Da Silva, Ademir Alves. A Gestão Da Seguridade Social Brasileira. 2ª Ed., São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

De Souza, Rosimary Gonçalves. Da Seguridade Social À Intersetorialidade: Reflexões Sobre A Integração Das Políticas Sociais No Brasil, 2011.

Duarte, Marco José De Oliveira. Serviço Social, Saúde Mental E Drogas. Campinas, São Paulo: Ed. Papel Social, 2017.

Gasparotto,Geovana Prante. O Social Em Questão Nº 38. Gênero, Feminismos, Políticas Públicas E Interseccionalidades. Rio De Janeiro. Volume I, Puc/Rio, 2017.

Grossi, Patricia Krieger. O Social Em Questão Nº 38. Gênero, Feminismos, Políticas Públicas E Interseccionalidades. Rio De Janeiro. Volume I, Puc/Rio, 2017.

Guareschi, Neuza Maria De Fátima. Políticas Públicas E Assistência Social. Petrópolis, Rj: Ed. Vozes, 2009.

Maciel, Heloisa Helena Mesquita. Sistema Único De Assistência Social No Estado Do Rio De Janeiro: Experiências Locais. Rio De Janeiro, Rj: Ed. Gramma Livraria, Faperrj.

Monnerat, Giselle Lavinas. Da Seguridade Social À Intersetorialidade: Reflexões Sobre A Integração Das Políticas Sociais No Brasil, 2011.

Sposati, Aldaíza. Concepção E Gestão Da Proteção Social Não Contributiva No Brasil. Brasília: Mds, 2009.

Mulheres gestantes e usuárias de crack: a produção de uma nova anormalidade no século XXI

Autora

Zelia Freire Caldeira

Doutora em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPFH/UERJ, lotada no Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – NESA/UERJ.
E-mail: zfcaldeira@hotmail.com

Resumo

Este capítulo apresenta um estudo sobre as lógicas que constituem a produção das subjetividades de mulheres gestantes, usuárias de crack e em situação de rua no Rio de Janeiro e daqueles que se ocupam de seu cuidado.
Aqui são discutidas as formas de produção do sujeito usuário de drogas, dentre eles as gestantes, bem como o modo de subjetivação daqueles que se dedicam ao seu cuidado. As problematizações são formuladas a partir das experiências vividas, das relações estabelecidas, das desconstruções e deslocamentos de "verdades instituídas", da análise dos processos de subjetivação tanto das gestantes usuárias de crack, quanto daqueles que se ocupam de seu cuidado, no sentido de contribuir para o fortalecimento do debate sobre outras possibilidades de cuidado que privilegiem agenciamentos que potencializem as singularidades dessas mulheres.

Palavras-chave

Crack; Gestação; Maternidade; Produções Subjetivas; Relações de Poder; Produção de Anormalidades Contemporâneas; Cuidado; Ética.

Mulheres gestantes e usuárias de crack: a produção de uma nova anormalidade no século XXI

Zelia Freire Caldeira

Introdução

Este estudo é parte da pesquisa desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (Doutorado) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e busca analisar as lógicas que constituem os processos subjetivos das mulheres gestantes e usuárias de crack e daqueles que se ocupam do seu cuidado nos serviços públicos de saúde do Rio de Janeiro. Visa, também, possibilitar uma reflexão sobre a lógica que produz o desejo coletivo de "eliminação" dos "perigosos", ou seja, daqueles que "ameaçam", que "não se enquadram", e/ou que "incomodam" os discursos instituídos que caracterizam o "normal" e o "anormal", e como tais construções se localizam nas construções subjetivas dessas mulheres e dos profissionais que de alguma forma ou em algum momento prestam assistência a elas.

Cabe inicialmente ressaltar que os considerados "excluídos" serão aqui tratados a partir da concepção de que ninguém está excluído da sociedade. Todos nós fazemos parte dela, ainda que subjetivados pela "necessidade" de "inclusão" em alguma "categoria estabelecida", dentre elas, "os excluídos".

Quando nos referimos a determinados grupos sociais como "excluídos", estamos tão subjetivados pelos discursos legitimados como "verdades" que não nos damos conta que a exclusão social não é possível quando se vive em sociedade, qualquer que seja ela. Assim, penso que considerar como "excluídos" os pobres, aqueles em situação de rua ou quaisquer outros grupos que vivam um cotidiano diferente daquele que nos é apresentado como "normal", me parece um equívoco. Penso que tais grupos, embora sejam colocados à margem e considerados como "excluídos", estão lá, circulando nos espaços sociais. Logo, não estão "fora" da sociedade, apenas não se enquadram nos padrões estabelecidos como "normais".

Citando como exemplo para reflexão: aqueles que são retirados dos espaços sociais de livre circulação, presos por representarem um "perigo" à sociedade, estão

"excluídos" dela? Na minha opinião eles estão mais incluídos do que eles e/ou nós imaginamos. Pois passam a ser submetidos a um sistema de disciplinarização, domesticação, controle e punição para que possam "voltar ao normal". Mas, o que é "normal"? O que é "anormal"?

Na sociedade da normalização os mecanismos do poder e do saber se sustentam e se reforçam mutuamente. "(…) a lei funciona cada vez mais como uma norma e a instituição judicial se integra mais e mais a um continuum de aparatos (médicos, administrativos, etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras" (Foucault, 1994:189-190). Não são os códigos que regem a sociedade moderna e sim a distinção entre o que é normal e o que é patológico, cujo objetivo é a manutenção do sistema de normalidade.

Isso nos permite pensar que tais aparatos se organizam como uma rede de saberes e práticas institucionais de caráter restritivo: interdição, segregação e controle e a cada novo tempo verificamos a construção de "novas anormalidades". Nesse contexto é que se apresentam os usuários de crack em situação de rua, dentre eles as mulheres gestantes. Estes são os "novos anormais" do século XXI.

A partir de tal lógica, as mulheres gestantes, usuárias de crack e em situação de rua são categorizadas e exibidas pela mídia (grande produtora de discursos que se apresentam como "verdades") como "loucas", "irresponsáveis", "doentes" e "incapazes" de cuidarem de si e de seus bebês. Entretanto, para que alguma coisa de suas vidas chegasse até nós, foi preciso que uma luz, ao menos por um instante, as iluminasse. "Luz que vem de outro lugar. O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder" (FOUCAUT, 2003:203-222). Sem esse choque, sem dúvida, não restaria nada que fizesse seu trajeto nos incomodar.

Problematizando a produção de discursos que atribuem anomalias congênitas única e exclusivamente ao uso do crack durante a gestação, possibilitando com isso uma culpabilização ainda maior das gestantes usuárias dessa droga, podemos verificar que os estudos com maior confiabilidade metodológica[177] somente atribuíram como consequência do uso do crack durante a gestação a prematuridade e a restrição de crescimento intrauterino (RCIU). Entretanto, tal incidência não

177 Dois grandes estudos de caso conduzidos por Behnke (2001) e Bauer (2005) não observaram nenhum efeito teratogênico. Nestes estudos crianças expostas durante o pré-natal à cocaína em relação aos não expostos foram pareados com base na raça materna, paridade, assistência pré-natal e nível socioeconômico e não houve evidência de aumento da taxa de anomalias congênitas. No entanto, a prematuridade e a restrição de crescimento intrauterino (RCIU) foram achados prevalentes em todos estes estudos.

ocorre somente com os bebês de mães usuárias de crack. Isso também é verificado em bebês cujas mães não usam drogas durante a gestação, mas não têm condições de se alimentarem adequadamente e acabam desnutridas.

A produção dessas "verdades médicas", que atribuem uma série de consequências nefastas somente pelo uso do crack durante a gestação, não considerando outras situações de misérias vivenciadas por muitas gestantes brasileiras, incluindo as usuárias de crack, reforça, portanto, o discurso de vitimização desses bebês única e exclusivamente pelo uso da droga por suas mães. Mais uma vez, a culpa é atribuída à mulher, como se essa realidade fosse estritamente de sua responsabilidade. Analisando a história de vida dessas mulheres, percebemos que o uso do crack é apenas "mais um" fator de ameaça à saúde de seu bebê e a si mesma. Entretanto, tendo sua construção subjetiva completamente assujeitada aos discursos "representantes da verdade", ela se julga culpada, desajustada e, muitas vezes, merecedora de qualquer "castigo".

Assim, o presente trabalho pretende trazer para debate as lógicas que vão produzindo, ao longo da história e em diferentes contextos, categorias sociais que não só devem ser enquadradas nos referenciais instituídos, como também os próprios sujeitos devem se reconhecer como pertencentes a elas.

População de/na rua: produções históricas

Considerando que o presente estudo trata de mulheres gestantes, usuárias de crack e em situação de rua no Rio de Janeiro, penso que, inicialmente, cabem aqui algumas referências sobre a construção do que é considerado hoje como "população de/na rua".

Encontramos na literatura diversas proposições para definição do segmento social composto por pessoas que vivem nas ruas. Sem pretender propor aqui uma genealogia da pobreza no mundo, parece importante, para problematizar a subjetividade das gestantes usuárias de crack e em situação de rua no Rio de Janeiro, considerarmos algumas variações semânticas e históricas relacionadas à produção desses sujeitos, atualmente categorizados como "população de rua/ população na rua", incluindo aí os usuários de crack que vivem nas ruas.

Constatamos que a imagem do morador de rua como alguém simplesmente inadequado para o convívio social tem sido construída, por um discurso baseado

em valores morais, cuja lógica possibilita e reforça julgamentos e práticas discriminatórias, funcionando como estratégia de poder. É difícil a articulação entre um único conceito e as diferentes situações de pobreza vivenciadas em diferentes momentos históricos. Por isso, estarão sendo aqui analisadas as lógicas que foram constituindo esses sujeitos e as diferentes visões sobre eles em diferentes momentos históricos.

Dentre os autores que desenvolveram estudos sobre os pobres e a pobreza na Era medieval na Europa, destacam-se Michel Mollat (1989) e Bronislaw Geremeck (1995). Para Michel Mollat (1989),

> O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciências, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem (Mollat, 1989: p. 5).

Em seu trabalho, o autor procura identificar quais os limites em que a precariedade se transforma em miséria, distinguindo, pelo menos, três possibilidades: o limiar biológico, o econômico e o sociológico. O limiar biológico é aquele em que não se possui condições mínimas de saúde e sobrevivência. O limiar econômico refere-se às possibilidades de abastecimento, troca, posse de dinheiro e pagamento de tributos. O limiar sociológico cria o que o autor chama de desclassificação.

Para o historiador Bronislaw Geremeck (1995:p.18), diferentes tipos de miseráveis são encontrados e descritos na literatura da época medieval, tais como o vagabundo, o vigarista, o andarilho e o mendigo. Estas classificações referem-se a indivíduos reconhecidos como "amálgama social de fatores negativos", ou seja, pessoas de diferentes origens, misturadas e sem "nenhuma qualidade". Diz, ainda, que as histórias sobre pobres, mendigos e vagabundos servem de espelho para descrever uma condição social em cada período histórico.

> Nessas diferentes situações e ao longo do tempo, o modelo do pobre apresentado pela literatura e sua tipologia sociológica variam bastante. Ora se trata de um mendigo humilde que encontra na renúncia a satisfação moral, ora de um filósofo que vê na pobreza uma condição para o cultivo da reflexão independente. Por vezes o pobre é um miserável, vítima de reações sociais, a quem a necessidade empurrou para as práticas infames. [...] A longa permanência dos principais traços da imagem do pobre na literatura europeia está relacionada com o valor negativo que a sociedade atribui a essa imagem (Geremeck, 1995: p. 7-9).

A lógica que orienta a sociedade da época é fundamentada nas relações sociais hierarquizadas baseadas na religião e na nobreza medieval, componentes sociais que são responsáveis pela construção dos discursos e atitudes em torno da pobreza e da miséria.

Assim, verifica-se a importância dos diferentes papeis que a igreja teve nesse contexto, ora de "valoração dos pobres como preferidos de Deus", ora dando destaque a caridade como virtude fundamental, ora apoiando as Ordens Mendicantes. Essas Ordens tinham como norma que seus membros não possuíssem bens, defendendo o princípio de que a vida deveria privilegiar a pobreza individual. Tais regras eram os votos de pobreza que, de um modo geral, também eram seguidas por outras Ordens Religiosas. Entretanto, com o crescimento das Ordens Religiosas no século XVI, verifica-se uma não aceitação plena da mendicância. A igreja passa a condenar a mendicância profissional e o uso da farsa para se conseguir esmolas. Neste momento, outras práticas, como o furto e o roubo tornam-se mais presentes, tendo em vista as transformações socioeconômicas na Europa, a partir do processo de industrialização.

Com o advento do capitalismo vemos surgir diferentes gradações no que se refere ao desenvolvimento econômico, sendo produzida, neste contexto, a categoria denominada de *lupemproletariado*[178] constituída por aqueles não absorvidos pelo mercado de trabalho ou excluídos do processo de produção. Esses indivíduos "sobrantes" passam a ser alvo tanto de intervenções repressivas quanto de diferentes tipos de atendimento pelo Estado.

No Brasil, alguns autores fazem referências à pobreza e aos mendigos no século XIX, tais como Walter Fraga Filho, na obra: "Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia" e Laura de Mello e Souza em: "Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII".

178 Em O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte (1852), Marx refere-se ao lumpemproletariado, do alemão lumpenproletariat, como uma massa desintegrada, que reunia indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, batedores de carteira, mendigos etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder. Em um contexto semelhante, ao analisar a ascensão do fascismo, autores marxistas mais recentes fizeram referências ocasionais ao lumpemploretariado, embora tal noção não tenha um lugar muito destacado em suas análises (BOTTOMORE, T, (1995).

Em sua pesquisa sobre a pobreza no Brasil colonial, Souza (1982) toma como ponto de partida a atividade mineradora do século XVIII, buscando compreender os processos que ocorrem na desclassificação social[179]. "O desclassificado social é um homem livre pobre – frequentemente miserável -, o que numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo" (SOUZA, 1982:14). Os negros libertos e desclassificados, impedidos de se integrarem na ordem social de uma forma que não fosse na condição de escravo, passam a construir, assim, sua inserção nos espaços da anti-ordem.

Fraga Filho (1979) desenvolve seu estudo sobre os pobres e libertos de Salvador, utilizando os registros de instituições religiosas, hospitalares e jurídicas/policiais, e as matérias de jornais da época. Para ele a mendicância é uma alternativa de sobrevivência mais ou menos instituída e legitimada na época. Já sobre o termo "vadiagem" propõe uma definição a partir de duas dimensões: ociosidade e itinerância. A ociosidade, de acordo com os discursos instituídos, referia-se à ausência de vinculação senhorial, irregularidade ou descontinuidade de trabalho. Nesta categoria estavam os pescadores, marinheiros, estivadores, ambulantes ou, simplesmente mendigos. A itinerância apresentava-se sob a lógica de uma sociedade baseada em relações pessoais. "Pôr o pé na estrada" ou "vagar por vilas e cidades", sem laços de dependência, significava situar-se fora da ordem estabelecida.

> A vida itinerante dava ao homem livre pobre um sentimento de autonomia, que era visto como inconveniente às relações sociais e de poder existentes. Os vadios violam a ordem patriarcal, segundo a qual todo homem devia ter seu lugar, sua família, seu senhor (Fraga Filho, 1996: p. 79).

O autor relata que as centenas de jovens e crianças que viviam nas ruas da cidade de Salvador, eram referidos tanto nos arquivos institucionais quanto pela imprensa da época, como órfãos, abandonados ou como tendo fugido do convívio familiar. A vida na rua era uma alternativa à ausência de perspectivas para esse contingente que descendia de negros pobres e livres.

Já no início do século XX, as pessoas vivendo nas ruas (até então consideradas ainda como mendigos) passam a ser personagens do cotidiano das grandes cidades brasileiras.

179 Como sua análise tem por objeto o período colonial, numa realidade diferente daquela verificada na industrialização capitalista, a autora utiliza o conceito de classificação social, que tem como contraponto, a desclassificação em uma sociedade estamental.

Um estudo realizado por Stoffels (1977) sobre os mendigos da cidade de São Paulo indica que o grupo de mendigos é duplamente sobrante. Uma parte, que por não conseguir contribuir mais com sua força de trabalho no mercado que se estabeleceu a partir do desenvolvimento do capitalismo, passa a constituir um "peso morto" e outra parte continua regularmente desempenhando atividades informais.

As difíceis conjunturas econômicas das décadas de 1970 e 1980 deixaram parcelas significativas de trabalhadores sem emprego e, sendo assim, alijados do mercado de trabalho formal, passaram a exercer atividades instáveis e de baixa remuneração. Muitas vezes, desprovidos de moradias fixas, oscilavam entre pensões, albergues e as ruas.

Verifica-se aí um rompimento do paradigma clássico da "vagabundagem", uma vez que um perfil de trabalhadores em "situação de desemprego e subemprego" passaram a fazer parte desse contexto. Essa constatação contrariava a visão universalizada da sociedade de que a população que vivia nas ruas era composta de pessoas desocupadas. Ainda assim, até 2009, a mendicância era considerada uma transgressão penal, quando o artigo 60 da Lei de Contravenções Penais (Lei Nº 3.688/1941)[180] foi revogado pela Lei 11.983/2009[181]. Até então, mendigar, por ociosidade ou cupidez, constituía-se uma contravenção cuja pena poderia ir de 15 dias a 3 meses de reclusão ou, em outros casos, ter o acréscimo de um sexto à um terço da pena. Isso ratifica a perpetuação de um poder autoritário, seletivo e punitivo.

Um grande número de pessoas que vive nas ruas ainda não usa os serviços públicos oficiais ou pouco se relaciona com a assistência instituída, buscando alternativas para o banho, necessidades fisiológicas, alimentação e vestuário. Usam os depósitos de ferro velho ou papelão, postos de gasolina, bicas, torneiras públicas, chafarizes, igrejas, banheiros públicos, instalações de vizinhos domiciliados, lojas e supermercados e serviços de higiene pagos (SAS, 2000). São afetadas pelos problemas estruturais e têm sua situação agravada pela contínua permanência em condições insalubres, sujeitas à violência de diferentes tipos.

Os programas sociais desenvolvidos nesse contexto trazem a lógica do descarte social de uma população que é tratada como excedente. São programas marcados pela institucionalização de práticas que visam à retirada dessas pessoas das ruas, sem, entretanto, oferecer possibilidades de uma reestruturação de suas vidas, no caso de existir tal demanda por parte desses indivíduos. Esse descarte é

180 https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=62306
181 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11983.htm

internalizado pelo próprio sujeito que acaba não reconhecendo que, apesar dessa tentativa de limpeza urbana, ele continua circulando nos espaços de convivência e circulação e é exatamente isso que incomoda ao discurso de ordenamento social.

Alguns conceitos sobre população em situação de rua também foram propostos por órgãos oficiais nacionais e internacionais. O conceito utilizado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas - ONU (2015) caracteriza a "população em situação de rua" como: "1) Desabrigados» ou *shelterless*, — indivíduos que vivem na rua por falta de local de moradia devido a tragédias naturais, guerras e desemprego em massa e 2) Os denominados *homeless*, aqueles que não se enquadram nas hipóteses elencadas como de desabrigados" (Teixeira; Fonseca, 2015: p. 29).

O conceito proposto pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2000) considera população em situação de rua como "segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade — praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto — em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são pessoas em situação de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais" (Teixeira; Fonseca, 2015, p. 30).

O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009[182], que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua promulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) utiliza como conceito para definição desse grupo: "grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas, desenvolvidas nas ruas, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular".

Podemos verificar através das propostas apresentadas, que o conceito para a população em situação de rua, por si só, configura um amplo espectro de referenciais, se mostrando extremamente complexo. Entretanto, para a implantação de políticas públicas voltadas para essa população é fundamental que se conheçam as necessidades essenciais de cada grupo, de acordo com as especificidades de cada território, para definir as estratégias adequadas para cada realidade encontrada.

Com relação à saúde, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica do Ministério da Saúde (2011):

182 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

> A responsabilidade pela atenção à saúde da população de rua, como de qualquer outro cidadão, é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde com destaque especial para a atenção básica. Em situações específicas, com o objetivo de ampliar o acesso destes usuários à rede de atenção e ofertar de maneira mais oportuna a atenção integral à saúde, pode-se lançar mão das equipes dos consultórios na rua que são equipes da atenção básica, compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua (Brasil, 2011).

Os consultórios na rua são serviços que compõem a Atenção Básica de Saúde, na Rede de Atenção Psicossocial, e contam com equipes multiprofissional, em funçãodas demandas e realidades locais. Suas ações devem ser compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS), CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), Serviços de Urgência e Emergência e outras modalidades de atenção. Se a intenção é produzir a inserção da população de rua no SUS, o ideal seria viabilizar isso através da principal porta de entrada do Sistema, ou seja, por uma Unidade Básica de Saúde. Entretanto, é preciso ter claro que o vínculo das pessoas em situação de rua atendidas deve privilegiar a proximidade com determinada UBS, e não o vínculo institucional do consultório na rua; é a proximidade geográfica das pessoas atendidas com a UBS que deve ser levada em consideração.

A diversidade das pessoas que vivem nas ruas precisa ser considerada tanto pelos gestores quanto pelas equipes, no ato de implementação das políticas. É importante observar a produção de rótulos e estigmas locais, assim como entender uma série de referenciais que emanam da rua, considerando o dinamismo do território vivo e a permanente atualização de sua cartografia. A partir daí, respeitando as especificidades locais de cada território, podem-se problematizar não só as questões relacionadas à saúde, como também outras identificadas como importantes para esta população. Para tanto, parece necessário uma atuação intersetorial com a participação de outras modalidades de cuidados que possam viabilizar a integralidade da atenção (documentação, moradia, trabalho, renda, desenvolvimento de habilidades específicas, direitos humanos, etc.). Em outras palavras, a atenção deve ser articulada em rede, cuja construção exige a implementação de ações compartilhadas entre diferentes serviços, especialidades e saberes.

A construção dessa rede mais ampla muitas vezes se dá na prática diária, caso a caso, sempre buscando favorecer um cuidado compartilhado. É importante

levar em consideração as necessidades singulares de cada pessoa buscando ampliar sua autonomia e sua capacidade de intervenção sobre sua própria vida.

Atualmente o aumento do número de pessoas vivendo nas ruas, principalmente, nos grandes centros urbanos do país, tem trazido mais preocupação para o Estado, tendo em vista o discurso instituído sobre o alto índice de uso de drogas por esta população, em especial o crack. Entretanto, a realidade mostra que existem muitas outras questões a serem olhadas e cuidadas, não só relativas ao consumo de drogas ilegais, como por exemplo, a exposição a diferentes tipos de violência, incluindo a policial, o acesso à moradia digna, à educação, ao trabalho, etc. O destaque dado pela mídia aos acontecimentos nesse contexto cria uma visão reducionista dos problemas vivenciados no cotidiano por esta população. Tal produção dificulta e, às vezes, até impede a construção de estratégias que garantam a atenção integral para os que vivem nas ruas. Como disse Deleuze em entrevista publicada em 05/12/2014[183],

> A pobreza não se torna invisível, por mais que os governantes desejem. Numa cidade, a desigualdade impacta ainda mais. Pessoas pobres saem às ruas, dão seu jeito de viver na selva urbana, quer com uma bateria ligada a uma carroça, quer pedindo esmolas ou vagando, simplesmente. São singulares, mas na hora de fazer políticas públicas a pobreza ganha status de algo instituído. Normal para uma sociedade excludente e autoritária. Mas está cada vez ficando mais difícil, mesmo para as autoridades competentes, equacionar projetos de modernização com uma maioria pobre que não se encaixa em tais projetos" (Deleuze, 2014).

Nesse contexto, verifica-se, no que se refere às gestantes usuárias de crack e em situação de rua, que as estratégias de poder são fortalecidas pela mídia, produzindo "verdades" que vinculam sua situação de rua exclusivamente ao uso do crack. Entretanto, ao conhecer a história de vida dessas mulheres e analisando os agenciamentos presentes em seus processos subjetivos, percebemos que o uso do crack não é "a causa" da situação de abandono em que se encontram, mas somente mais uma tentativa de suportarem o "insuportável".

Na contemporaneidade, a população vivendo nas ruas constitui uma expressão de abandono social e desrespeito aos direitos humanos. As pessoas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído a elas. É uma realidade que tem características gerais,

183 Disponível em: <http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/tag/gilles-deleuze/>.

porém possui particularidades vinculadas ao território em que se apresenta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Além disso, verifica-se uma tendência à naturalização do fenômeno, o que pode mascarar as estratégias de poder presentes nas lógicas de constituição desta realidade.

Há de se problematizar, portanto, na atual conjuntura brasileira, quais os limites que se interpõem às políticas públicas enquanto instrumentos para pensar a multiplicidade de formas de vida.

A Produção do sujeito usuário de drogas

Para pensar a constituição do sujeito usuário de drogas e suas relações com o mundo como produções históricas, datadas, e não como um estado tecnicamente definível, busca-se aqui analisar esse sujeito, a partir dos pressupostos de Foucault, como uma produção.

Analisando as condições histórico-políticas da construção da sociedade ocidental moderna, pode-se considerar que o "drogado" é uma "invenção" necessária aos discursos de poder. Submetido ao jogo da normalização, é considerado como "anormal" já que insiste em transgredir o instituído. Estabelecendo relações fora dos padrões esperados, que escapam às condutas normalizadas, ele passa a ser entendido como um perigo para o funcionamento social desejado. Passa a ser enquadrado em uma categoria carregada de pré-julgamentos que o marca, atribuindo-lhe uma identidade pela qual será reconhecido e na qual ele próprio deverá reconhecer-se: "o drogado".

"O sujeito não é uma substância. É uma forma, e esta forma não é, sobretudo nem sempre, idêntica a si mesma" (Foucault, 2004:275). Para o autor, o problema do sujeito é o problema da história da forma-sujeito e aparece não como instância de fundação, mas como efeito de uma constituição. Ou seja, os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito. O sujeito não é uma evolução progressiva, mas um produto de formas de sujeição. Partindo do princípio de que, se não existe uma origem pura do conhecimento sobre o homem e qualquer outro objeto que se relacione com ele, este conhecimento e o próprio objeto (o Homem) são invenções.

Ao afirmar que o homem é uma invenção, Foucault (2004) retira qualquer origem natural do entendimento de si e dos outros, afirmando que o sujeito é uma

construção. E essa construção se dá pelas formas de atuação do poder, seja de maneira mascarada ou não, através da coerção e das lutas de resistência.

É interessante notar como essas construções operam em nossas produções subjetivas e se manifestam em situações que atravessam o nosso cotidiano.

Alguns profissionais de diferentes especialidades que de alguma forma se ocupam do cuidado de usuários de drogas, subjetivados pelo discurso da normalização e treinados para olhar o indivíduo que desobedece às prescrições normativas como "desviante", trabalham para restaurar seu "estado normal". A internação compulsória e a medicalização de usuários de drogas, com o objetivo de tratá-los para que eles possam "voltar ao normal" são exemplos disso. Isso nos remete ao pensamento de Foucault (2003) que estabelece a noção de um sujeito obediente como uma realidade fabricada, que existe em muitas e diferentes modalizações, sendo produzido e sustentado por um poder que circula através de pequenas técnicas, numa rede de instituições sociais.

> A norma designa uma regra de juízo, uma maneira de produzir a regra de juízo. É uma maneira de ordenar multiplicidades, de as articular, de as relacionar consigo mesmas segundo um princípio de pura referência a si. A norma produz objetividade. É um princípio de comunicação, uma maneira, particular, de resolver o problema da intersubjetividade. A norma equaliza; torna cada indivíduo comparável a cada outro; fornece a medida. Sob a craveira somos todos os mesmos, senão intermutáveis, pelo menos semelhantes, nunca suficientemente diferentes para podermos pretender não ser do mesmo gênero. Se dar normas é classificar, é em primeiro lugar porque a norma estabelece classes de equivalência. Mas a norma des-equaliza do mesmo modo. É, aliás, a única objetividade que nos dá: a norma convida cada indivíduo a reconhecer-se diferente dos outros; encerra-o no seu caso, na sua individualidade, na sua irredutível particularidade. Precisamente, o normativo afirma tanto mais a igualdade de cada um perante todos quanto infinitiza as diferenças. (Foucault, 2000: 108-109).

Para o autor, o poder em sua forma moderna não se exerce no domínio da lei, mas sim no domínio da norma. Analisando as mudanças de paradigmas e as transformações nas formas instituídas do poder no século XVII, Foucault (2005) distingue duas modalidades fundamentais de exercício do poder nas sociedades ocidentais modernas: a disciplina, que tem como objetivo os indivíduos, e a biopolítica, quando o poder se exerce sobre as populações. "Disciplina e biopolítica são os eixos que conformam o biopoder" (Castro, 2009:309).

A sociedade de controle, que emergiu na segunda metade do século XVIII, não excluiu a técnica disciplinar, apenas a embutiu, a integrou, a modificou parcialmente. Esta técnica, portanto, não desapareceu, mas passou a existir como outro nível de suporte, funcionando e se articulando com os mecanismos de controle.

A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens, na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais, que devem ser vigiados, treinados, utilizados e, eventualmente, punidos. A tecnologia de controle se dirige à multiplicidade dos homens, não individualmente, mas na medida em que, ao contrário, ela forma uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida: o nascimento, a produção, o envelhecimento, a doença, a morte, etc. Ela não se aplica diretamente ao corpo-indivíduo, mas ao homem ser vivo, àquilo que Foucault prefere chamar de "homem-espécie.".

Assim, o alvo do poder deixa de ser a individualização dos corpos, passando a se ocupar com os processos próprios da vida e com o metabolismo biológico, como as taxas de natalidade e de óbito, por exemplo. E esses processos passam a ser objetos de intervenção, de controle e de quantificação. O exercício do poder se dirige agora a uma "massa" que pode ser medida e calculada e que passa a ser chamada de "população". Ela é um novo corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças que surge simultaneamente como um problema político (de poder) e científico (biológico), que será tratado como um fenômeno coletivo, processual e de efeitos aleatórios. A existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população. (Foucault, 2000).

Com tais atribuições, essa tecnologia, também chamada de "biopoder" passa a funcionar através de mecanismos de regulamentação e controle, considerando a probabilidade de eventos relacionados à preservação da vida, seja para maximizar suas forças ou extraí-las, transformando tudo em produção.

> A descoberta da população e, ao mesmo tempo, a descoberta do indivíduo e do corpo manipulável, por meio das tecnologias, apresentam-se como pontos centrais das mudanças substantivas dos processos políticos do Ocidente. A sociedade disciplinar e de controle subjugou a vida humana às estratégias do Estado em sua intenção de transformar tudo em produção, de tratar o ser humano não como indivíduo, mas como espécie, promovendo assim o desenvolvimento capitalista (Nascimento, 2012, p. 164).

Com a industrialização, o biopoder se concretiza, na racionalidade política e funcional do governo liberal, não se limitando mais a maximizar os efeitos da apropriação, mas sim, se preocupando em reduzir os riscos. O biopoder ocupar-se-á da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, na medida em que esses sujeitos se tornam, no desenvolvimento do Estado moderno, coisas importantes para o poder.

Considerando o percurso histórico das intervenções do Estado nas questões relacionadas ao consumo de drogas, os instrumentos médicos e jurídicos criados para responder a tal demanda foram constituídos a partir desses argumentos fundamentados na necessidade do "bem-estar social", da proteção da sociedade e do controle social, baseados nas lógicas sanitária, penal e moral.

As práticas da medicina, nesse contexto, passam a ser fundamentais, na medida em que coordenam os tratamentos médicos, centralizam as informações epidemiológicas, promovem a normalização do saber, através de campanhas de aprendizado de higiene e introduzem a medicalização na população.

> Nós nos convertemos em uma sociedade essencialmente articulada sobre a norma. O que significa outro sistema de vigilância, de controle. Uma visibilidade incessante, uma classificação permanente dos indivíduos, uma hierarquização, uma qualificação, o estabelecimento de limites, uma exigência de diagnóstico. A norma converte-se no critério de divisão dos indivíduos. Desde o momento em que é uma sociedade da norma a que se está constituindo, a medicina, posto que ela é a ciência por excelência do normal e do patológico, será a ciência régia (Foucault, 1994:75-76).

O jogo da norma aí traz um duplo sentido: a norma entendida como regra de conduta e a norma entendida como regularidade funcional. "Por esse duplo jogo da norma, a psiquiatria encontra seu ponto de ancoragem na medicina orgânica, através da neurologia. O anormal na ordem das condutas será referido ao anormal na ordem do organismo" (Castro, 2009:311).

Tais considerações são importantes na análise do cuidado das gestantes, usuárias de crack e em situação de rua, considerando que tais práticas se efetivam, a partir dessas lógicas sustentadas pelo discurso da normalidade que as categorizam como "loucas", "irresponsáveis", "doentes" e "incapazes" de cuidarem de si e de seus bebês.

As tensões no contexto do uso de drogas foram exigindo do Estado, ao longo da história, respostas cada vez mais direcionadas à defesa e proteção social. Há cem anos não havia narcotráfico porque as drogas negociadas hoje na ilegalidade não eram ilegais.

> "desgovernar as drogas eram tempos nos quais grupos moralistas, impulsionados por teses racistas e eugênicas, pressionavam por novas restrições e punições para quem buscava prazeres químicos. Essas demandas foram de pouco alcance enquanto apenas jovens elegantes, da boêmia burguesia europeia e estadunidense, ou das oligarquias endinheiradas latino-americanas, gozavam da sua juventude e riqueza usando drogas em finos bordéis. Os únicos perseguidos e punidos eram populações que andavam pelas bordas e interstícios das cidades, em tempos de transição da vida rural para a vida urbana, e que traziam consigo hábitos como o de mascar folhas de coca entre os andinos, consumir o cacto peyote entre os mexicanos ou fumar maconha entre os negros brasileiros (a primeira lei contra "negros capoeiras" e o "pito de pango", como era chamada a maconha, foi promulgada no Rio de Janeiro, em 1830)". (Observatório Ecopolítica, Nu-Sol, 2016).

Assim, segundo o mesmo artigo, quando as populações de migrantes e imigrantes começaram a aumentar nas novas cidades industriais, dando origem às favelas, cortiços e fábricas insalubres, as drogas que operários, vadios, malandros, prostitutas, rufiões e pequenos marginais utilizavam passaram a ser vistas pelas elites brancas das cidades como ameaças à segurança e à saúde.

Desta forma, nos quase cem anos de normalização sobre as chamadas drogas, entre o conjunto de discursos está o da proteção e segurança. Tais substâncias são consideradas nocivas à vida. E para se evitar a possibilidade de destruição daqueles que as consomem, inicia-se uma "guerra" contra os vendedores e "alguns" consumidores, em nome de sua defesa. Tal fato, entretanto, apresenta o seguinte paradoxo para o biopoder: que argumentos podem justificar que um sistema político centrado num poder, que trata de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes e compensar suas deficiências ("fazer viver") pode exercer um poder de morte, uma função de morte, quando, por exemplo, persegue, prende, tortura e mata pessoas ou as "deixa morrer"? Segundo Foucault (2000), é através do racismo que a função assassina do Estado pode ser assegurada. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi o biopoder. Esse foi o meio de introduzir, nesse

"domínio de vida" que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer.

O campo do biológico de que o poder se incumbiu é então fragmentado a partir da constituição biológica da espécie humana, dando origem ao discurso das raças, à distinção das raças, à hierarquia das raças, à qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores. É dessa maneira que, no interior da população, passam a ser considerados uns grupos em relação aos outros. Isso vai permitir ao biopoder subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças.

Segundo Foucault, não estamos diante de uma relação militar e guerreira, mas de uma relação do tipo biológica:

> "quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mas eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar" (Foucault, 2000:300)."

O autor ressalta que no nazismo, o qual opera por meio de mecanismo de poder estabelecidos desde o século XVIII, verifica-se a disciplina e o biopoder levados ao extremo. Em nenhum outro momento o Estado foi mais disciplinar e, ao mesmo tempo, mais assassino que durante o Estado nazista.

A morte do outro, da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura. Assim, o imperativo da morte no sistema de biopoder só é admissível, tendo em vista a eliminação do perigo biológico e o fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. O racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida de alguns numa sociedade de normalização.

Aqui, tirar a vida não é entendido somente como assassinato direto, mas também como tudo o que pode ser assassinato indireto: expor à morte, multiplicar para alguns o risco de morte, ou pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, a ausência de políticas sociais que atendam a demandas específicas, etc. E é essa lógica que constitui e legitima ações e intervenções relacionadas ao uso de drogas. As vidas de alguns usuários de drogas ilícitas são "como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos, apagá-las" (Foucault, 2003). Permanecem invisíveis até provocarem

turbulências que atraem sobre elas, tão obscuras, tão insignificantes, tão medíocres e tão repugnantes ao quadro social estabelecido, o "olhar branco do poder".

Foucault, mesmo reconhecendo que os mecanismos regulam as relações entre os sujeitos e o poder, alerta que esses sujeitos não são passivos às suas determinações:

> Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. [...] nenhum poder é permanente. E exatamente pelo seu caráter transitório, é sujeito a falhas, por onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infindável da libertação dos corpos. (Foucault, 2004a:136).

Essa libertação dos corpos pode ser identificada na sociedade contemporânea por diversas formas de resistência, articuladas em torno de ações criativas, de enfrentamento contra todas as formas de dominação social. E essas lutas podem acontecer em todo o espaço da vida cotidiana, como uma tarefa política incessante, na qual todos estão envolvidos.

Considerando as práticas atuais, instituídas nos serviços públicos de saúde do Rio de Janeiro que se ocupam do cuidado das gestantes usuárias de crack e em situação de rua, uma forma de resistência seria, nesse sentido, a tentativa dos profissionais em estabelecer outras relações, mais livres das normas estabelecidas. Com isso, outras possibilidades de verdades poderiam ser viabilizadas na construção de uma nova prática "um pouco mais despida de normas", onde os saberes e os poderes estariam voltados para uma ética de cuidado, a partir do estabelecimento de novas relações consigo mesmo e com os outros.

Pensando no uso de drogas como uma tentativa de resistência ao instituído como verdade, os usuários de crack criam espaços que estilhaçam os espelhos de uma sociedade que deseja se ver asséptica, segura e feliz. "São espaços que estilhaçam uma ética que se diz universal, mas que necessita da proteção da polícia e das grades dos condomínios fechados para o seu bom funcionamento" (Baptista, L. A., 1999:47). Percebe-se aí um esvaziamento da implicação coletiva e da construção histórica e sociopolítica do olhar e do outro. É como se a atual situação dos usuários de crack estivesse completamente "fora" da nossa competência e atuação social e política. A realidade verificada nesse contexto é remetida a uma questão pessoal que esvazia suas tramas com o poder, sua eficácia política na manutenção e na desqualificação dos modos de existir. E através desse discurso,

> [...] retiram da vida o sentido de experimentação e de criação coletiva. Retiram do ato de viver o caráter pleno de luta política e o da afirmação de modos singulares de existir. [...] entendem a ética como questão da polícia, do ressentimento e do medo. Não acreditam em modos de viver, porque professam o credo da vida como fardo ou dádiva." (Baptista, L.A, 1999:49).

É preciso compreender como essas práticas/discursos foram sendo construídos historicamente, não sendo, portanto, "naturais" ou necessários *a priori*. Ao contrário, surgiram a partir de interesses político/econômico/sociais, através da desqualificação do popular, da apropriação e normalização da vida, da invasão dos espaços subjetivos/afetivos e da imposição do saber científico como aquele legítimo e capaz da verdade sobre tudo e sobre todos.

A lógica que nos atravessa e nos faz agir em consonância com os propósitos da sujeição, por vezes paralisa nossa capacidade de resistência. Como não é possível estar fora das relações de poder e escapar às lógicas que nos constituem o que resta possível conseguir é, nas artes críticas do cuidado de si, tentar baixar o *quantum* dessa sujeição e baixar o *quantum* dos investimentos do poder em nós mesmos.

Tal exercício é de fundamental importância para que os profissionais que lidam hoje com o atendimento das gestantes usuárias de crack possam operar uma (des)construção de valores morais, comportamentos e atitudes diante dessa realidade, numa tentativa de viabilizar outras possibilidades de cuidados, um pouco mais livres desses assujeitamentos.

A Produção das "Mães do Crack"

As práticas e discursos criminalizantes relacionados ao uso de drogas estão direcionados, principalmente, aos corpos jovens, negros e pobres. E nessa "guerra às drogas" o usuário de crack é identificado, atualmente, como o principal inimigo porque não se submete às normas estabelecidas, faz uso da droga em espaços públicos e incomoda o olhar branco da sociedade ao tornar visível as marcas da miséria e do abandono social. No caso da usuária de crack gestante, a repulsa e a indignação são muito mais visíveis, pois são culpabilizadas por engravidarem, sendo rotuladas como "loucas", "irresponsáveis", "levianas" e "doentes". Constatamos aí a lógica de opressão histórica das mulheres, quando as reduzem à mãe, impondo-lhes um julgamento moral por engravidarem, uma

vez que entendem que é dever da mulher controlar sua potencialidade biológica de engravidar. Por outro lado, seria importante também pensar nos pais desses "bebês do crack", como uma forma de problematizar essa culpabilização feminina.

Os termos "mães do crack" e "bebês do crack" utilizados para nomear as mulheres grávidas usuárias de crack e seus filhos reafirmam uma função social para a mulher, como mantenedora da vida, devendo por isso ser regulamentada. Para Pinto-Coelho (2004), "a criação de figuras como 'mães do crack' e 'bebês do crack', está associada às representações dominantes de mulheres jovens de minorias urbanas. Assim, relacionar a culpa dos problemas sociais com as mulheres evidencia as relações de dominação" (Pinto-Coelho, 2004)[184]

A produção desse "flagelo social aviltante e indecoroso" veio amparada pela criação de uma nova categoria: o *nóia*[185]. Esse novo sujeito passou a ser uma resposta estatal para o problema do crack no Brasil, e teve na mídia o principal aliado na disseminação do horror e da depreciação do consumo de crack. Percebe-se aí uma tentativa de, ao estampá-los nas páginas de jornais e revistas e transformá-los em espetáculo de terror nas telas de TV, justificar a atuação de um Estado punitivo e, ao mesmo tempo, problematizar a ocupação de espaços urbanos pelos usuários de crack.

As chamadas "cracolândias", termo utilizado para definir os territórios ocupados por essa população, passou a ser alvo de enorme publicidade e palco para matérias jornalísticas, tais como: "ensaio sobre a barbárie"[186] e "diário do inferno"[187]. Rui (2014), em seu estudo sobre a cracolândia em São Paulo, diz que a "cracolândia" é um lugar de relações atravessado por jogos de interesses disputas e conflitos que estão muito além do crack. A autora tenta mostrar os nexos que ligam e unem o local ao centro de São Paulo, já que as diferenças são apontadas diariamente pela mídia. Assim, ela afirma que a "cracolândia" é "mais bem pensada se vista como um grande mercado onde se buscam sensações provindas de fontes legais e ilegais e que favorece múltiplos empreendimentos", ao mesmo tempo que "é também um balcão de informações, local de exercício da alteridade e, não sem contradição, local de grande exploração" (RUI, 2014: p. 263). Sua experiência

184 Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1012/1/zpcoelho_Genero-Pub_2003.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018. [Links].

185 Derivado de "paranóia", o termo é utilizado para identificar usuários de crack nas ruas.

186 Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Cracolandia-Ensaio-sobre-a-barbarie/38/15091>.

187 Documentário exibido pela TV Record no dia 16/04/2012. Dr. Marcelo: diário do inferno.

mostrou que há vida, sociabilidade e pessoas nesse contexto. Em contato com as histórias dos usuários de crack, percebeu que suas formas de conseguir a substância, as técnicas de uso e a gestão do estado corporal contrariam as mídias que defendem uma homogeneização desses usuários, apontando para uma relação extrema e radical com a substância, produtora de uma corporalidade abjeta.

Para Georges Bataille ([1957] 1960:23), o abjeto é uma forma de coesão social: aquilo que o sistema não consegue assimilar, ele rejeita, constituindo-se um movimento de atração e repulsão. Este sistema de violência e exclusão parece estar relacionado às proibições universais da sociedade. Para Bataille, o horror está vinculado à negação e ao estranhamento frente ao desconhecido que produz no sujeito tanto atração quanto repulsa, pressuposto da abjeção. A psicanalista Júlia Kristeva (1982), em uma análise da arte contemporânea, retoma o conceito de abjeto de Georges Bataille propondo-o como inerente ao sujeito: abjeção é aquilo que se produz de forma ameaçadora e não assimilável; algo que solicita, inquieta, fascina o desejo.

Analisando as práticas atuais de atendimento às gestantes usuárias de crack, podemos perceber que a constituição dessa lógica que transforma em abjetos os corpos dessas mulheres pobres é um modo de justificar, através do discurso da saúde e segurança, o recolhimento de seus bebês, sob o argumento de preservar sua saúde e suas vidas. Cabem, então, as questões: e as vidas dessas mulheres a quem interessa? Depois do parto, tendo seu bebê retirado ainda na maternidade, que encaminhamentos lhes são dados? A prática nos mostra que, na maioria das vezes, as mesmas voltam para as ruas e, muito frequentemente, engravidam novamente e todo o processo se repete. Por outro lado, os abrigos que recebem esses bebês já estão superlotados. Por que não tentar uma outra forma de cuidado com essas mulheres que ofereça outras possibilidades de escolhas para sua vida e a de seu bebê?

Um grande número dessas mulheres chega aos serviços de saúde já em trabalho de parto. Na maioria das vezes ocorre parto pré-termo ou descolamento prematuro da placenta. Muitas não recorrem aos serviços de saúde para o acompanhamento pré-natal, chegando à Unidade somente na ocorrência de alguma emergência clínica ou já em trabalho de parto. Isso ocorre por medo de, ao serem identificadas como usuárias de drogas, não serem "bem tratadas" ou, pior, que a "justiça" determine a perda de seu direito de exercer a maternidade. Tal fato, provavelmente, afasta a possibilidade de optarem por algum tipo de assistência, considerando, tanto sua condição de gestante, quanto sua história de uso de drogas.

O cuidado das gestantes usuárias de crack e em situação de rua no Rio de Janeiro passou a seguir a prática verificada em Belo Horizonte, pelas Recomendações nº 5/2014 e nº 6/2014 [188] do Ministério Público da referida capital e que determina que os serviços públicos de saúde notifiquem o nascimento de bebês de mães usuárias de drogas, para que eles sejam separados de suas mães, ainda na maternidade, e "recolhidos" em abrigos. Percebe-se aí que o afastamento do recém-nascido de sua mãe legitima o discurso da proteção, de acordo com o qual o poder público garantirá a continuidade da vida da criança. Mas de que forma a rede de atendimento a essa criança funciona? Por que o afastamento da criança de sua mãe é considerado como a melhor forma de cuidado? E da mãe, quem cuida? E os demais membros da família não são acionados? Nesse tipo de intervenção, não são discutidas as lógicas e as relações possíveis para a constituição de outras formas de cuidado. Simplesmente vão sendo instituídos instrumentos diferenciados para responder às tensões sociais produzidas em relação a gestantes usuárias de crack e em situação de rua. Seguindo o pensamento de Foucault (2003), percebemos que o poder que espreita essas vidas e que as persegue, deixa a marca de suas garras, quando intervém, julga e decide por elas.

> Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser em "estado livre"; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele (Foucault, 2003:203-222).

Estamos diante de um problema social imenso. Esses bebês são gerados dentro de uma estrutura social que não privilegia políticas públicas eficientes que levem em consideração os modos de vida dessas mulheres. Será que não é possível pensar em outras práticas de cuidados orientadas pelo respeito à vontade dessa mãe sobre ficar ou não com o seu bebê?

188 A primeira recomendação, de 16 de junho de 2014, é dirigida às maternidades e solicita que os casos de mães usuárias de substâncias entorpecentes sejam comunicados à Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte. A segunda, datada de 6 de agosto, é dirigida às Unidades Básicas de Saúde e recomenda que sejam comunicados à Vara os casos de gestantes usuárias de drogas.

> Para enfrentarmos este desafio temos que reconhecer, inicialmente, os impasses e dificuldades nos quais nos encontramos. Ou seja: ao lado de uma legislação considerada avançada por trazer a novidade histórica dos direitos, persiste, de maneira muito forte e arraigada em nossas instituições e nas práticas dos diversos profissionais do campo social, em geral, a compreensão da proteção dos direitos da criança como mero assistencialismo, quando não correção e disciplinamento, particularmente em se tratando de crianças e adolescentes pobres (Arantes, 2012:50).

É importante pensar, portanto, a ética nas práticas atuais de atendimento a essas gestantes usuárias de drogas e em situação de rua, considerando que esse fenômeno se traduz em consonância com os modos de produção de sujeitos em nossa sociedade. Na análise do cuidado dessas mulheres é fundamental, portanto, se ter a compreensão tanto de suas construções subjetivas quanto daqueles profissionais que lidam com essa realidade. Pode ser que outras possibilidades de cuidado de si e do outro proporcionem práticas de cuidados delas para com elas mesmas.

Considerações Finais

Analisando o processo subjetivo das mulheres gestantes, usuárias de crack e em situação de rua no Rio de Janeiro e os cuidados atuais a elas dirigidos e considerando o olhar repugnante e condenatório da sociedade e as práticas punitivas observadas, parece que ainda temos muito o que problematizar e debater.

As políticas públicas pensadas para essa população seguem as lógicas da normalização, da culpabilização e da responsabilização dessas mulheres por possíveis danos aos seus bebês única e exclusivamente atribuídos ao uso do crack, de uma forma isolada e descolada do percurso histórico da pobreza, da miséria, da marginalização, da condenação e da punição dos "matáveis". Além disso, lhes é negado o direito de decidir o que fazer com seu corpo, com seu bebê, com suas relações, com sua vida.

Na construção subjetiva dessas mulheres podemos verificar que o crack, ou melhor, o consumo ostensivo de drogas em ambientes desprovidos de qualquer suporte ou proteção, chega em suas vidas muito depois de situações de abandono social, de violência, de preconceito e de desrespeito. Na maioria das vezes, o que é denominado "o crack" é apenas mais uma tentativa de suportar os sofrimentos, medos e angústias, da mesma forma que o Prozac, o Rivotril, o Lexotan, a Ritalina

e tantas outras drogas lícitas utilizadas e prescritas por "especialistas" (inclusive para crianças), para anestesiar os corpos, os desejos e as resistências. Numa sociedade tão medicalizada, com tantos especialistas em produzir "corpos dóceis, obedientes e felizes", parece que certos corpos são vistos como "não naturais" porque resistem e, por isso mesmo, são considerados abjetos. A mulher gestante "usuária de crack" representa um deles.

Acredito que problematizar tal realidade significa viabilizar desconstruções e deslocamentos para se pensar no cuidado dessas mulheres, cada uma em sua singularidade, com desejos, vivências, ilusões, esperança e tudo aquilo que para elas tenha importância. A "verdade" que é internalizada por elas pelos diferentes discursos que as atravessam lhes conferem um "lugar de dejeto" numa sociedade que se considera "limpa", "saudável", "responsável", "normal" e "dentro da lei".

As políticas públicas, por mais que pretendam ser inovadoras e progressistas, fazem parte de uma produção subjetiva constituída por regras e normas que universalizam e generalizam, impedindo, muitas vezes, a prática da liberdade tanto das gestantes usuárias de crack quanto daqueles que se ocupam do seu cuidado. Como pensar em uma prática de liberdade que potencialize, agenciando referências múltiplas que (re)signifiquem as vidas dessas mulheres, se esse for o desejo delas? São vidas interditadas por proibições, julgamentos, punições e regulamentações, cujas histórias, experiências e vivências cotidianas não encontram um lugar de fala, de expressão e de respeito que possam viabilizar outros olhares para essas mulheres, através de lentes menos preconceituosas, menos "normalizantes" e mais livres dos discursos instituídos como "verdades".

Bibliografia

ARANTES, E.M.M. Direitos da Criança e do Adolescente: um debate necessário. Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 45 – 56, 2012.

BATAILLE, G. (1957/1960). El erotismo. Buenos Aires: Sur Editorial. Debord, G. (1997). A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

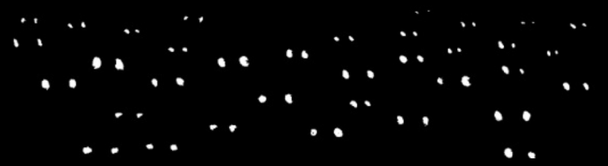
BOTTOMORE, TOM. Dicionário do pensamento marxista. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde.. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica, n.o 28, vol. I. Brasília, 2011

CASTRO, Edgard. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. [El vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas,

conceptos y autores]. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009. 477 p.
DELEUZE, G. Entrevista publicada em 2014. In: http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/tag/gilles-deleuze.
DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. São Paulo, Ed. 34, 2004.
FOUCAULT, M. Dits et écrits III. Paris, Gallimard, 1994.
_____. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
_____. Em defesa da sociedade. Curso no College de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantlna Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
_____. A vida dos homens infames. In: Estratégia poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 29. ed., Petrópolis: Vozes, 2004a .
_____. Em defesa da sociedade. Curso no College de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantlna Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
_____. A Hermenêutica do Sujeito. Tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma annus Muchail, 3ª ed., São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
FRAGA FILHO, W. Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.188p.
GEREMEK, Bronislaw. A piedade e a forca: Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia, 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
KRISTEVA, Julia. Approaching Abjection. In: KRISTEVA, Julia. Powers of Horror: an Essay on Abjection. New York: Columbia University Press, 1982.
MOLLAT, Michel. Os pobres na idade média. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
NASCIMENTO, M. Soberania, Poder e Biopolítica: Arendt, Foucault e Negri. Griot – Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.6, n.2, dezembro/2012.
OBSERVATÓRIO ECOPOLÍTICA, NU-SOL, 2016).
RUI, T. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo, Terceiro Nome, 2014.
SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII . Rio de Janeiro, Graal, 1982, 237 p.
STOFFELS, M. G. Os mendigos na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
TEIXEIRA, M.; FONSECA, Z. (Orgs). Saberes e práticas na atenção primária à saúde : cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas. 1ª. ed. Hucitec, São Paulo, 2015.

PARTE 3



Populações Tradicionais



Seqüestro Cultural: Rapto de Crianças das Nações Originárias no Canadá

Autor

Dan Small

PhD, Pesquisador Associado, Departamento de Antropologia da University of British Columbia

Participou do desenvolvimento uma série de empreendimentos sociais e de saúde para populações marginalizadas, incluindo: a primeira instalação de injeção supervisionada da América do Norte, uma mercearia comunitária, banco de cidades, galeria de arte, redução de danos (por exemplo, distribuição de seringas e injeção supervisionada). , kits de crack mais seguros, álcool administrado, tratamento com antibióticos intravenosos, centro de recursos para usuários de drogas), clínica odontológica gratuita, desintoxicação de baixa barreira e uma loja de chocolates para mulheres em recuperação. Ele usa a análise cultural para desdobrar as narrativas profissionais e institucionais para criar abordagens centradas na pessoa para assistência médica, moradia e apoio.

E-mail: dansmall@mail.ubc.ca

Resumo

Há uma sombra escura que perdura dentro da alma do Canadá. É uma marca indelével na história do país que sempre permanecerá. Faz parte de um padrão sócio-histórico de colonialismo que cobrou um preço terrível na forma de violência estrutural perpetuada em várias gerações das Nações Originárias no Canadá. Embora o vergonhoso espectro de colonização do Canadá tenha assumido muitas formas, o roubo de crianças dos povos aborígines talvez seja sua manifestação mais repugnante e assustadora. Embora pareça uma história incrivelmente assustadora, uma ficção de pesadelo sobre o roubo de crianças, é de fato inteiramente verdadeira. O sistema escolar residencial não é fábula. Isso realmente aconteceu. Este artigo fornece uma discussão introdutória de uma parte chocante da história canadense: o sistema escolar residencial.

Palavras-chave

Sequestro Cultural, Sistema Escolar Residencial, Povos Aborígenes no Canadá

Sequestro Cultural: Rapto de Crianças das Nações Originárias no Canadá

Dan Small

"Foi como um dia cinzento, um dia sem sol. Foi a impressão que tive, que eu tinha apenas seis anos de idade, e daí, bem, as freiras nos separaram, meus irmãos e depois meus tios, e então eu não pude mais entender. Em seguida, aquele foi um período lá, de sofrimento, noites de choro, todos nós nos reunimos em um canto, querendo dizer que estavamos juntos, e lá choramos. Nossas noites eram assim."

Sobrevivente Marthe Basile-Coocoo (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015d) (pág. 33)



Foto tirada pelo autor da pichação feita nas calçadas de Vancouver, Canadá, onde se le:
Colonialismo não traz alegria

Introdução

A seguir temos uma visão geral de uma parte vergonhosa da história do Canadá que pode parecer, para observadores distantes, contraditória com a noção de um país explicitamente comprometido com a inclusão social e a solidariedade.

É verdade que os direitos dos povos aborígenes são consagrados na Constituição do Canadá desde 1982 a qual incluiu o reconhecimento dos direitos dos aborígines ao autogoverno (Anaya 2014). O Artigo 35 da Constituição do Canadá temos:

Reconhecimento dos direitos aborígines e tratados existentes

> 1) Os direitos dos Aborígenes do Canadá e os tratados a esse respeito firmados com eles são aqui reconhecidos e reafirmados.

Definição de "povos aborígines do Canadá"

> (2) Neste Ato, o termo "*povos aborígines do Canadá*" diz respeito aos povos indianos, inuítes e métis do Canadá.

Contrato

> (3) Para maior certeza, na subseção (1) o termo "direitos de tratados" inclui direitos que agora existem por meio de acordos de reivindicação de terras ou que podem ser adquiridos.

Os direitos dos aborígenes e do tratado são garantidos igualmente a ambos os sexos

> (4) Não obstante qualquer outra disposição desta Lei, os direitos aborígines e de tratado mencionados na subseção (1) são garantidos igualmente a pessoas do sexo masculino e feminino (*Ato Constitucional*, 1982).

E, no entanto, apesar desse compromisso oficial, este ensaio mostrará que as coisas não são como aparecem ser dentro das doutrinas formais da sociedade canadense.

Este artigo traz uma reivindicação sociocultural: a abordagem do Canadá às Nações Originárias foi ironicamente exemplificada por uma relação de tutela pela qual os povos aborígines foram socialmente construídos como incapazes de cuidar plenamente de si mesmos ou de suas comunidades (Dyck 1991) 1688-1699. A tutela foi empregada como uma justificativa cultural chave para intervenções sociais como a descrita aqui: o confisco de crianças de mães e pais amorosos.

Intervenções sociais, não importa quão horríveis sejam, normalmente tem sua autoridade institucional, em primeiro lugar, estabelecida por valores culturais implícitos ou explícitos. Esses valores são amplamente centrados na ideia de agir

no melhor interesse de um indivíduo ou de um grupo socialmente construído como desamparado, em risco ou inadequado de alguma forma (incapaz de cuidar de si mesmo de acordo com o julgamento externo) e, como tal, essas intervenções sociais podem ironicamente ter intenções honrosas e profundamente morais. Mas, apesar dos objetivos aparentemente respeitáveis, elas podem estar (e frequentemente estão) erradas, o que é claro no caso do tratamento dado pelo Canadá às crianças das comunidades das nações originárias através do sistema escolar residencial.

O legado sombrio do colonialismo

Este capítulo não pode efetivamente cobrir, ou sequer perto disso, a prática e o impacto da colonização dos povos aborígenes no Canadá.

A sombra escura do colonialismo no Canadá inclui a realocação compulsória de comunidades inteiras, falta de direito ao voto, escolas residenciais, adoções forçadas, delimitação artificial de aborígenes (por exemplo, distinções entre direitos dos nativos e não nativos), genocídio cultural, políticas de assimilação, segregação por reservas, apropriação de terras e negação de direitos à autodeterminação (Anaya 2014; Moyser 2017).

Grande parte da estrutura para perpetuação dessas injustiças começou com o Ato Indigenista paternalista de 1876, que ainda está em vigor, e suas emendas, que permanecem em vigor (Anaya, 2014). Como tal, dada a magnitude das injustiças enfrentadas pelas Nações Originárias do Canadá, este ensaio oferece apenas uma discussão introdutória sobre algumas das questões sombrias que estão em jogo.

Demografia

De acordo com o Censo Canadense (2016), existem 1.673.785 indivíduos aborígines (Nações Nativas, Métis, Inuit) vivendo no Canadá (Statistics Canada 2017a). Existem 977.230 canadenses que se identificam como First Nations, 587.545 indivíduos que se identificam como Métis e 65.025 que se identificam como Inuit. Isso representa 4,9% da população total de 35.121.728 na época do censo de 2016 (Statistics Canada 2017a). Juntamente com aqueles que incluem origem aborígine como parte de sua resposta (mas não necessariamente sua ascendência principal ou única), haviam 2,1 milhões de pessoas que relatam

alguma ascendência aborígene o que aumenta a porcentagem geral para 6,2% do total da população canadense (Statistics Canada 2017a).

A população de pessoas das Nações Originárias no Canadá está florescendo. A população atual do Canadá, 2018, é de 37.027.070 (World Population Review 2018). A população canadense cresceu de 31.612.897 para 35.151.728 entre 2006 e 2016, o que representa um aumento de 11,2% (incluindo aumentos naturais e relacionados à migração internacional) (Statistics Canada 2017a). A comunidade aborígene cresceu mais de quarenta por cento (42,5%) no período de dez anos entre 2006 e 2016 (Statistics Canada 2018). Esse crescimento é mais de 4 vezes o observado na população como um todo no Canadá.

Mitos da Homogeneidade

Este artigo emprega os termos Aborígine, Indígenas e Nações Originárias. É importante reconhecer que a comunidade indígena no Canadá não é homogênea, mas heterogênea, com 596 tribos das Nações Nativas, em 2284 reservas e 11 grupos lingüísticos abrangentes com 58 dialetos diferentes (Kirmayer, Simpson *et al*. 2003). O Censo de 2016 relatou 70 idiomas diferentes (incluindo aqueles que tinham menos de 500 falantes) (Statistics Canada 2018).

O Apartheid do Canadá

O Canadá tinha (e até certo ponto ainda tem) uma forma de apartheid que relega / relegava as comunidades das Nações Originárias a zonas geográficas específicas, conhecidas como reservas. Essas reservas foram constitucionalmente separadas para populações indígenas (incluindo ai pessoas com ascendência indígena) quando da criação do Canadá em 1867. Daquele ponto em diante, grande parte da vida das Nações Originárias em reservas foi administrada pelo governo federal do Canadá através do que historicamente era chamado de "agentes indianos". Esses agentes do governo canadense tinham um enorme poder sobre as Nações Originárias e, a título de ilustração, determinavam quando o gado poderia ser abatido, que plantações seriam cultivadas, localização da escola para crianças e em que língua (inglês). Os povos aborígenes não receberam o direito de votar nas eleições federais canadenses até 1960. Algumas províncias não deram direito

a voto até mais tarde (por exemplo, Alberta não permitiu que os povos indígenas votassem nas eleições provinciais até 1965) (Dyck, 1991) .

Sistema Escolar Residencial

O sistema escolar residencial era a parte chave da tutela dos povos aborígines no Canadá. Foi a pedra angular de um programa sistemático de genocídio cultural das Nações Originárias no Canadá. Genocídio Cultural refere-se a:

> "*… A destruição dessas estruturas e práticas que permitem ao grupo continuar como um grupo. Estados que se envolvem em genocídio cultural se propõem a destruir as instituições políticas e sociais do grupo alvo. A terra é apreendida e as populações são forçosamente transferidas e o seu movimento é restrito. Idiomas são banidos. Líderes espirituais são perseguidos, práticas espirituais são proibidas e objetos de valor espiritual são confiscados e destruídos. E, mais significativamente para o problema em questão, as famílias são interrompidas para impedir a transmissão de valores culturais e identidade de uma geração para a seguinte. Em seu trato com o povo aborígene, o Canadá fez todas essas coisas.*" (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá, 2015b) (p. 3).

A metodologia genocida do sistema escolar residencial foi baseada na separação das crianças de seus pais. De acordo com a noção de tutela, acreditava-se que os pais aborígenes eram incapazes de criar adequadamente seus filhos e considerados influências perigosas com relação à exposição a práticas culturais inapropriadas (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá, 2015b).

O programa de sistema escolar residencial estatal do Canadá durou mais de um século e afetou diretamente 150.000 crianças aborígines. Sua manifestação formal operada pelo Estado começou na década de 1880 e continuou até que a última escola residencial foi fechada em 1996 (Feir, 2016). As escolas funcionavam em quase todas as jurisdições do Canadá. Havia uma estimativa de 130 escolas no total (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá, 2015a).

Versões anteriores de escolas residenciais operadas por igrejas podem ser rastreadas ao longo de 4 séculos no leste do Canadá. A título de exemplo, o Récollets, uma ordem católica, estabeleceu uma escola para crianças aborígenes em 1620 na comunidade de NotreDame-des-Anges, perto do que viria a ser a cidade de Quebec (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b). Na época em que o Canadá foi formalmente estabelecido como uma nação em 1867, as igrejas católicas

e protestantes romanas estavam operando escolas residenciais financiadas pelo governo federal para crianças aborígines (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b). O principal objetivo dessas primeiras escolas residenciais era a colonização espiritual: converter os povos aborígines ao cristianismo.

A idéia de separar as crianças aborígines de seus pais, a base da violência cultural no sistema de escolas residenciais, foi formalmente recomendada no governo por Sir Charles Bagot (1781-1843), que foi o segundo governador geral da província do Canadá a partir de 1841 - 1843 (Leslie 1982). A Comissão Bagot (1842-1844), depois de revisar evidências e conselhos fornecidos por missionários canadenses, recomendou que internatos residenciais fossem estabelecidos a fim de garantir a participação e eliminar a influência dos pais na educação de seus filhos (Leslie 1982).

Em 1883, o governo federal liderou a criação de três grandes escolas residenciais. Nos próximos 50 anos, o Canadá expandiu o número de escolas residenciais para oitenta. Desde o início, o sistema escolar residencial foi amplamente operado em parceria com igrejas de 5 denominações: Igrejas Católica Romana, Anglicana, Unida, Metodista e Presbiteriana.

Os níveis de tratamento desumano e abuso de estudantes em escolas residenciais eram tão profundos que é impossível fornecer uma explicação abrangente dentro de um pequeno trabalho escrito. O abuso foi tão extenso e de longa duração que várias centenas de páginas seriam necessárias para fornecer uma impressão quase insuficiente dos maus-tratos (ver, por exemplo: (Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b)) [189]. As condições quase indescritíveis nas escolas caracterizaram-se por:

- Nutrição inadequada;
- Aquecimento inadequado;
- Falta de supervisão e cuidadores mal treinados;
- Rotinas diárias incrivelmente rígidas e severa disciplina;
- Separação de irmãos;
- Abuso físico (por exemplo, chicotear, reter alimentos, forçar os alunos a pular em uma perna, bater nos dedos dos alunos com paus, fazer caminhar compulsoriamente por longas distâncias, submergir em água quente ou fria);
- Abuso psicológico (por exemplo, humilhação, confinamento solitário em espaços confinados, negação de brincadeiras e feriados, transferência para o sistema penal);

189 Como não é viável fornecer um relato abrangente dos níveis de abuso aqui, apenas um esboço geral das condições terríveis será compartilhado.

- Abuso sexual generalizado;
- As crianças eram submetidas a trabalho escravo como parte do treinamento para o trabalho manual e sob a justificativa de garantir que as escolas se tornassem economicamente viáveis.
- Como a linguagem era entendida como um veículo-chave para a transmissão da cultura aborígine, as crianças não podiam falar sua língua indígena.
- Algumas escolas residenciais e funcionários do governo do Canadá chegavam a "arranjar" casamentos para os alunos quando eles se formassem.

Financiamento deficiente e padrões inadequados de atendimento resultaram em taxas de mortalidade significativamente maiores para crianças aborígines no sistema escolar residencial (Comissão Verdade e Reconciliação do Canadá 2015a). Entre 1867 e 2000, estimativas conservadoras indicam que houve 3.200 mortes registradas de crianças aborígines em escolas residenciais. Uma surpreendente falta de relatórios específicos acompanha essas tragédias:

- O governo ou escolas canadenses nem mesmo registravam o nome de crianças que morreram em um terço dos casos;
- Nenhuma causa de morte foi relatada em metade dos casos;
- A maioria dos corpos das crianças nunca foi enviada de volta para casa para seus pais;
- As crianças eram tipicamente enterradas em cemitérios mal conservados, muitos dos quais estão abandonados hoje;
- Muitas crianças foram enterradas em sepulturas não identificadas (Comissão Verdade e Reconciliação do Canadá 2015a);

Mesmo na morte, a violência estrutural foi perpetuada com crianças indígenas.

É impossível transmitir a sensação do crime cultural que foi perpetrado ao longo de um século. Talvez apenas as histórias de sobreviventes, contadas em suas próprias palavras, possam dar uma ideia e, por isso, a próxima seção baseia-se no testemunho prestado por viventes a Comissão da Verdade e Reconciliação do Governo Canadense. As poucas citações que se seguem apenas fornecem um vislumbre das narrativas dos sobreviventes.

Depoimento do sobrevivente Isaac Daniels sobre seu medo de que seu pai fosse preso se não fosse para uma escola residencial em Saskatchewan:

> "*Eu não entendia uma palavra, porque eu falava Cree. Cree era a principal língua da nossa família. Então, meu pai ficou meio bravo. Eu o via continuamente apontando para*

> *aquele agente indiano. Então naquela noite nós estávamos indo para a cama, era apenas uma cabana de um cômodo em que todos morávamos, e eu ouvi meu pai conversando com minha mãe, e ele meio que chorava, mas ele estava falando em Cree agora. Ele disse: "É escola residencial para meus filhos ou eu vou para a cadeia". Ele disse isso em Cree. Então, eu ouvi por cima. Então eu disse na manhã seguinte, todos nós nos levantamos, e eu disse: "Bem, eu vou para a escola residencial," porque eu não queria que meu pai fosse para a cadeia.* (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

Sobrevivente Maureen Gloria Johnson descreve uma experiência semelhante em British Columbia:

> "*Eu fui pra lá em um ônibus. Eles carregam todos nós em um ônibus e nos levaram. E lembro-me que minha mãe teve muita dificuldade em deixar as crianças partirem, ela realmente teve dificuldade. Ela implorou ao padre e o padre disse que era lei que tínhamos que ir e, se não fossemos, meus pais ficariam em apuros.* (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

Outro sobrevivente da Colúmbia Britânica, Howard Stacey Jones, descreve seu sequestro pela força policial federal do Canadá:

> "*Eu fui sequestrada da escola primária de Port Renfrew quando eu tinha cerca de seis anos de idade, e isso aconteceu bem no pátio da escola primária. E minha tia testemunhou isso e outro não-nativo testemunhou isso, e eles ainda estão vivos enquanto eu falo. Há duas testemunhas que me viram lutando, tentando fugir, dos dois policiais da RCMP que me jogaram no banco de trás de um carro e partiram comigo. E minha mãe não sabia onde eu estava por três dias, freneticamente estressada e preocupada com onde eu estava, e ela finalmente descobriu que eu estava na escola residencial de Kuper Island.*" (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

O sobrevivente da Nova Escócia Albert Marshall compartilha alguns insights sobre o impacto nos pais:

> "*… Ele não me respondeu por um tempo, muito tempo. Ele conta: "Ninguém disse nada durante dias", porque meu pai chorava todos os dias. Finalmente meu pai disse à família: "Eu falhei como pai. Eu não pude proteger meu filho, mas simplesmente não pude, porque você sabe o que os Mounties, o padre, os agentes indianos me disseram? Disseram-me que, se não, se eu resistisse demais, eles levariam o outro irmão mais novo, outros mais novos e aos filhos mais novos e mais novos. Então ele diz: "Não foi uma escolha. Eu não podia dizer, pegue-os ou pegue os três. Mas eu não pude dizer nada e sei que tenho que viver com isso*". (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

O sobrevivente de Manitoba, Alma Scott também retrata o impacto:

> "*Nós fomos levados por um grande caminhão. Ainda me lembro de minha mãe e meu pai olhando para nós, e eles estavam realmente, muito tristes. Os ombros do meu pai estavam apenas curvados, e ele, para mim, parecia que seu espírito estava quebrado. Eu não tinha palavras aos cinco anos para isso, mas agora eu tenho. Eu só lembro de me sentir muito triste, e eu estava nesse caminhão cheio de outras crianças que estavam chorando, e então eu chorei com elas.*" (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

O sistema escolar residencial empregou estratégias para minar diretamente a cultura aborígene. No primeiro dia de sua chegada, o cabelo das crianças era cortado (apesar de seu significado cultural), seus nomes aborígenes eram substituídos por nomes euro-canadenses e um número de identificação e suas roupas tradicionais eram descartadas e substituídas por uniformes. Sobrevivente Campbell Papequash descreve a humilhação de ter seu rabo de cavalo cortado, e cabeça raspada:

> "*E depois que fui levada para lá, levaram minhas roupas e depois me despiram. Eu não sabia o que estava acontecendo, mas fiquei sabendo disso mais tarde, que eles estavam me desvestindo; 'os selvagens sujos, inuteis, nojentos.' E então eles cortaram meu lindo cabelo. E sabe, meu cabelo... meu cabelo tem um significado tão espiritual da minha vida e no meu espírito. E eles não sabiam, entende, o que eles estavam fazendo comigo. Sabe? E eu chorei e os vi jogando meu cabelo em uma lata de lixo, minhas longas e lindas tranças. E depois que me despiram, fui jogado no chuveiro para lavar todo aquele querosene no meu corpo e na minha cabeça. E eu fui raspada, careca.* (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

O abuso generalizado nas escolas criou cicatrizes psicossociais que duraram a vida inteira. Sobrevivente Raymond Cutknife compartilha da sensação do impacto a longo prazo:

> "*O abuso que eu passei e com o qual eu cresci com raiva, à medida que eu crescia um pouco mais, ficou comigo por muito, muito tempo. Raiva virou amargura quando eu fiquei um pouco mais velho, sabe, por volta da nona série, e então a última parte da minha experiência com a minha vida, que refletiu no ódio, em um ódio tão intenso que eu nunca pensei o que significava, mas que quando eu penso sobre*

isso, sabe, enquanto eu cresço e envelheço até hoje: quando penso sobre isso, eu não percebia o quão perto estive de destruir minha própria vida, espiritualmente falando." (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

A sobrevivente Antonette White descreve a crueldade:

"*Eu me lembro do jovem que se enforcou no ginásio, e eles nos trouxeram para lá, e mostraram, nos mostraram, quando crianças, e eles simplesmente o deixaram pendurado ali, e, tipo, o que isso deveria nos ensinar? Sabe, eu tinha cinco anos e ainda me lembro disso, e essa é uma coisa que eu lembro daquela escola.*" (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

O sobrevivente Fred Brass retrata o nível de violência que as crianças experimentaram:

"*Eu vi o rosto do meu irmão ser pressionado contra um cachimbo fumegante, e depois fui queimado no braço pelo supervisor. E eu peguei meu irmão, tentei tirá-lo de lá. E eu vi meu primo ser espancado a chutes ao ponto de não poder mais ficar em pé, e em seguida foi minha vez. Eu apanhei tanto que mijei minhas calças. Medos com os quais eu vivia dia e a noite a ponto de à noite se você quisesse ir ao banheiro, você não podia, porque tinha alguém sentado lá com um graveto ou uma alça pronta para bater em você se você tentasse ir ao banheiro. E a única escolha que tinhamos era fazer xixi nas nossas camas. Não é uma sensação legal, ter que dormir numa cama dessas.* (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

Sobrevivente Joanne Morrison Methot também fala da violência que era comum:

"*Eu costumava contar. Uma garota foi chicoteada quarenta e cinco vezes, eu estava contando e então chegou a minha vez: eu fui espancada e não chorei. Eu apenas deixei ela me bater e me bater, e eu não chorava. Eu apenas deixava ela me bater porque, bem, às vezes eu fingia que estava chorando só para que ela parasse, mas outras vezes eu simplesmente não chorava, porque eu sabia o que eu tinha e, por isso, talvez fosse minha culpa, então eu apenas deixava ela me bater, e depois a próxima menina, e depois iamos para a cama.* (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3)

As poucas passagens acima, tiradas de depoimentos sobre as experiências dos sobreviventes (literalmente), são apenas uma breve janela para essa parte vergonhosa da história canadense. Os leitores que quiserem ter uma visão mais ampla dessa tragédia, sugiro que leiam os documentos produzidos pela Comissão na sua totalidade.

Uma observação sobre a resistência

É importante reconhecer que as Nações Originárias do Canadá têm uma longa história de resistência em resposta à colonização. Essa resistência tomou muitas formas, variando de combate até a luta simbólica. Como este artigo fornece uma visão geral do sequestro de crianças patrocinado pelo estado do Canadá, seu foco é a vitimização de povos aborígenes. Um artigo mais inspirador poderia ser escrito para descrever a resiliência dos povos indígenas no Canadá.

A resistência das pessoas com poder limitado é frequentemente simbólica, especialmente quando os desprivilegiados enfrentam forças sociais abrangentes com recursos significativos. Dentro desse contexto, a luta simbólica é frequentemente exigida dentro de reinos mais representacionais (como a mídia) com o objetivo de redefinir os valores socioculturais do público em geral (Jhappan, 1990). Tais lutas no âmbito público podem ajudar a equilibrar o poder entre o povo aborígene e as instituições públicas. A resistência simbólica das Nações Originárias no Canadá assumiu muitas formas, incluindo a organização da opinião pública com o objetivo de mudar as visões sobre eles da sociedade e as políticas governamentais. Há numerosos exames completos dos esforços pioneiros dos Povos Indígenas para resistir à colonização no Canadá (ver, por exemplo, uma discussão sobre a "política do constrangimento" 1659 (Dyck 1985) 1669).

Resposta Oficial do Governo

Hoje, o mal do sistema escolar residencial foi reconhecido pelas mais altas instituições da sociedade canadense. Em 11 de junho de 2008, o primeiro-ministro do Canadá, Stephen Harper, pediu desculpas oficialmente aos sobreviventes do sistema escolar residencial. As desculpas ocorreram no parlamento do Canadá:

> "…Cento e trinta e duas escolas com apoio federal estavam localizadas em todas as províncias e territórios, exceto Newfoundland, New Brunswick e Prince Edward Island. A maioria das escolas funcionaram em parceria conjunta com as igrejas anglicanas, católicas, presbiterianas ou unidas. O governo do Canadá construiu um sistema educacional no qual crianças muito jovens eram frequentemente removidas à força de suas casas, muitas vezes levadas para longe de suas comunidades. Muitas foram inadequadamente alimentadas, vestidas e alojadas. Todos foram privados do carinho e cuidado de seus pais, avós e comunidades.

A linguagem e práticas culturais das Nações Originárias, povos Inuit e Métis, foram proibidas nessas escolas. Tragicamente, algumas dessas crianças morreram enquanto freqüentavam escolas residenciais e outras nunca voltaram para casa. O governo agora reconhece que as conseqüências da política das Escolas Residenciais Indígenas foram profundamente negativas e que essa política teve um impacto duradouro e prejudicial sobre a cultura, o patrimônio e a língua aborígines.

Enquanto alguns ex-alunos têm falado positivamente sobre suas experiências em escolas residenciais, essas histórias são fortemente ofuscadas por relatos trágicos do abuso emocional, físico e sexual e da negligência de crianças indefesas e sua separação de famílias e comunidades impotentes.

O legado das Escolas Residenciais Indígenas contribuiu para problemas sociais que continuam a existir em muitas comunidades hoje.

Foi preciso uma coragem extraordinária para os milhares de sobreviventes que se apresentaram para falar publicamente sobre o abuso que sofreram. É um testemunho de sua resiliência como indivíduos e da força de suas culturas. Lamentavelmente, muitos ex-alunos não estão conosco hoje e morreram sem nunca terem recebido um pedido de desculpas completo do governo do Canadá.

O governo reconhece que a ausência de um pedido de desculpas tem sido um impedimento para a cura e a reconciliação. Portanto, em nome do governo do Canadá e de todos os canadenses, estou diante de vocês, nesta Câmara tão central em nossa vida como país, para pedir desculpas aos povos aborígines pelo papel do Canadá no sistema de Escolas Residenciais Indígenas… " (Primeiro Ministro Stephen Harper 2008)

Embora esse pedido de desculpas tivesse significado simbólico e, sem dúvida, contribui para a cura, o legado do sistema escolar residencial estende-se muito além do potencial de um pedido de desculpas.

Violência Estrutural

O sistema escolar residencial afetou diretamente sete gerações de crianças das Nações Originárias no Canadá. É um exemplo flagrante de violência estrutural que ocorreu durante um período de cem anos no Canadá. A violência estrutural é essencialmente sinônimo de injustiça social:

"*… A fórmula geral por trás da violência estrutural é a desigualdade, acima de tudo na distribuição de poder, então isso pode ser medido; e a desigualdade parece ter uma alta capacidade de sobrevivência, apesar de mudanças tremendas em outros âmbitos*". (Galtung 1969)

Como no caso do sistema escolar residencial, a violência estrutural está tipicamente ligada a leis sociopolíticas e econômicas:

"*… Violência estrutural, ou seja, leis políticas e econômicas que criam uma estrutura social e econômica que divide a população em rica e poderosa vs. a pobre e fraca, o que tem o efeito de matar desproporcionalmente os pobres e os fracos; na verdade, matando muito mais do que morreram de todas as diferentes formas de violência comportamental juntas (até agora), além de ser a causa mais poderosa de violência comportamental, como por exemplo, a causa mais claramente identificada de epidemias de homicídio, suicídio, guerra, revolução e genocídio* ". (Gilligan 2016) (pág. 128)

O impacto da violência estrutural do sistema escolar residencial foi levado adiante por várias gerações de Povos das Nações Originárias no Canadá.

Medidas Sociológicas da Desigualdade:

Um exame das condições sociais atuais dos povos das Nações Originárias no Canadá fornece uma noção do impacto contínuo do sistema escolar residencial e da presença de violência estrutural contínua. Medidas amplas de igualdade e desigualdade podem ser avaliadas grosseiramente examinando-se: habitação, qualidade da água, educação, salários, pobreza, saúde, suicídio, violência, vitimização e segurança alimentar. A seguir faço um exame superficial de alguns dos indicadores gerais de desigualdade enfrentados pelas comunidades aborígenes no Canadá no contexto atual. Esta é uma exploração muito preliminar e imperfeita, que visa fornecer uma imagem impressionista da força da violência estrutural que começou com o sistema escolar residencial que ainda existe no Canadá hoje.

Habitação

O acesso inadequado à moradia é um indicador de desigualdade. A comunidade Attawapiskat é um exemplo de problemas contínuos enfrentados por

algumas comunidades aborígenes. Em 2011, Attawapiskat, localizada no norte de Ontário, declarou estado de emergência quando a qualidade da habitação estava em tal crise que as famílias foram forçadas a viver em tendas sem aquecimento, água encanada ou eletricidade (Canadian Press 2016). De fato, a comunidade de Attawapiskat declarou cinco emergências públicas (em 2006 em relação à falta de água potável, 2009 devido a esgoto contaminado, 2011 como resultado de habitação inadequada, 2013 após problemas de inundação e esgoto e em 2016 em resposta a níveis elevados de suicídio) (Canadian Press 2016).

O problema da moradia inadequada para os povos aborígenes no Canadá atingiu um nível catastrófico (Anaya 2014). 19,4% dos indivíduos de ascendência aborígene vive em uma residência que está seriamente necessitada de reparação (Statistics Canada 2017c). Este número é mais do que três vezes o de canadenses não-aborígenes (6%) que vivem em uma habitação com necessidade significativa de reparo (Statistics Canada 2017c).

Quase um quinto (18,3%) dos aborígenes vivem em condições de lotação (definidos em relação ao déficit de quarto) (Statistics Canada 2018). Isso é mais que o dobro da taxa relativa a pessoas não-aborígenes (8,5%) (Statistics Canada 2018). De acordo com o chefe da Comissão de Impostos das Nações Originárias, o governo canadense poderia levar até 200 anos para fornecer moradia adequada para os povos aborígines (Carlson 2011). Se há necessidade de 80.000 unidades habitacionais e o governo federal criar 400 por ano, isso equivaleria a 200 anos. Se há necessidade de 80.000 unidades habitacionais e o governo federal criar 800 por ano, isso equivaleria a 100 anos.

Qualidade da Água

O acesso à água limpa é outra medida de desigualdade / igualdade. Em 2016 houveram 151 alertas em relação a má qualidade da água em comunidades aborígenes no Canadá (David Suzuki Foundation 2017). A título de exemplo, o Shoal Lake 40 First Nation, uma comunidade aborígene localizada em Ontário, está em estado de alerta sobre a água há duas décadas. A comunidade de Kitibi Zibi em Quebec está em estado de alerta de água por 17 anos devido à contaminação de urânio.

Em Colômbia britânica, a primeira nação de Nazko (120 quilômetros ao oeste de Quesnel) teve um alerta devido à contaminação de arsenico por 17 anos (fundação 2017)de David Suzuki.

Salário

Os salários são uma medida sociológica de desigualdade / igualdade. Os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios de 2011, ao examinar indivíduos envolvidos em trabalho de período integral, indicou que os indivíduos Aborígenes estão em desvantagem em relação aos não-aborígenes no que diz respeito a diferenças salariais (Lamb, Yap and Turk 2018). Essas diferenças de desigualdade são maiores para indivíduos que se identificam como aborígenes em relação àquelas que relatam apenas acenstralidade aborígine.

Existem diferenças marcantes na desigualdade relacionada à vida em uma reserva aborígine. Há uma diferença salarial de 62% para os homens aborígenes e uma diferença de 37% para as mulheres que vivem em reserva. Mulheres não-indígenas que vivem em reservas têm 6% de desvantagem salarial em relação a mulheres não-aborígenes que vivem fora das reservas. Os homens não-aborígenes que vivem em reservas têm 9% de desvantagem em relação aos não-aborígenes que vivem fora das reservas (Lamb, Yap e Turk 2018). Baseado em dados de 2015, os aborígenes têm níveis mais altos de desemprego, níveis mais baixos de educação e ganham menos do que os não-aborígenes no Canadá (Moyser 2017).

Educação

A educação é outra medida sociológica padrão de desigualdade / igualdade. Os povos aborígines seguem atrás da população mais ampla do Canadá em relação à realização educacional (Anaya 2014). De acordo com a Pesquisa Nacional de Domicílios de 2011, 48% dos aborígines tinham educação pós-secundária (Statistics Canada 2011). Em comparação, 64,7% dos não-aborígines tinham educação pós-secundária (Statistics Canada 2011). Pessoas aborígenes com idades entre 25 e 64 tinham mais que o dobro de probabilidade de não terem certificado ou dipoma (28,9%) em relação a não-aborígenes (12,1%).

De acordo com o Centro para o Estudo dos Padrões de Vida, pessoas não-aborígenes com idades entre 25 e 64 anos têm uma média de 14,1 anos de educação, enquanto os aborígines têm 12,7 (refletindo um déficit médio de 1,4 ano) (Calver 2015). O Centro para o Estudo dos Padrões de Vida estima que haveriam benefícios econômicos significativos para a economia, para o padrão de

vida e projeção do PIB (US $ 261 bilhões até 2031) com a eliminação da diferença educacional (Calver 2015).

Segurança Alimentar

O acesso a alimentos nutritivos adequados é um claro determinante social da saúde. Os povos aborígenes são mais propensos a relatar insegurança alimentar do que os não-aborígenes (Statistics Canada 2018). O Canadá começou a medir nacionalmente a segurança alimentasr em 2005, através da Pesquisa da Saúde da Comunidade do Canadá. O exame 2012 indicou que mais de 4 milhões de canadenses (uma em cada oito casas), incluindo 1.15 milhão de crianças, sofrem com acesso inseguro ao alimento, devido aos obstáculos financeiros (pesquisa 2018)(PROOF Food Insecurity Policy Research 2018). Vinte por cento de povos Aboriginal relataram vivenciar insegurança alimentar contra oito por cento dos povos não-aborígenes. (Arriagada 2017). A taxa a mais elevada estava em Nunavut com 45.2% das casas que relatam insegurança alimentar (com uma proporção de 62.2% de crianças que vivem naquelas casas) (pesquisa de 2018) (PROOF Food Insecurity PolicyResearch 2018.) Em 2014, a taxa média do insegurança alimentar (dentre as jurisdições que mantêm dados) era 12% (Tarasuk, Mitchell e Dachner 2016). A taxa para os povos aborígenes foi mais do que o dobro em 25,7% (Tarasuk, Mitchell e Dachner 2016).

Renda ou Pobreza

Renda ou pobreza é outro indicador de desigualdade / igualdade. Oitenta e um por cento das comunidades indígenas estão abaixo da média de baixa renda da Estatística Canadense (US $ 22.1333 por pessoa por ano) (Associated Press 2017). Vinte e sete por cento das comunidades das Nações Originárias relataram uma renda média de menos de US $ 10.000 em 2016. Cinqüenta e um por cento das crianças das Nações Originárias vivem na pobreza (Macdonald e Wilson 2016). Esta taxa de pobreza é 4 vezes maior do que a das crianças não indígenas, que manteve consistencia em 13% (Macdonald e Wilson 2016). Esse número aumentou para 60% quando os dados estão concentrados nas reservas da Primeira Nação (Macdonald e Wilson 2016).

Saúde

Uma pesquisa abrangente sobre a saúde dos povos aborígenes não está dentro dos limites deste documento. No entanto, em um nível geral, parece que os povos aborígines enfrentam sérias lacunas em relação à mortalidade infantil, suicídio, doenças e expectativa de vida (Anaya 2014) 1669. Os povos aborígenes são mais propensos a relatar insegurança alimentar do que os não-aborígenes (Statistics Canada 2018). Em uma pesquisa com 24.150 aborígines no Canadá, 13.74% relataram necessidades de saúde não atendidas nos últimos 12 meses (Wilk, Maltby e Phillips 2018).

Vitimização e Violência (Homicídio)

Níveis de vitimização também podem dar uma sensação de níveis de desigualdade / igualdade para um grupo. A Estatística Canada faz um Inquérito Social Geral Sobre Vitimização no Canadá a cada cinco anos (Perreault 2015). Um em cada três aborígenes denuncia terem sido vítima (eles próprios ou de alguém em sua casa) de um crime em 2014 (Perreault 2015). Um em cada cinco pessoas não-aborígenes relataram vitimização semelhante (Perreault 2015).

As mulheres aborígenes têm três vezes mais probabilidade de serem vítimas de violência do que as mulheres não-aborígines (Royal Canadian Mounted Police 2013). Mulheres aborígines têm três vezes mais chances de serem assassinadas por um estranho do que mulheres não-aborígines (Associação de Mulheres Nativas do Canadá 2010). A Associação de Mulheres Nativas do Canadá reuniu um banco de dados em 2010, destacando 582 casos de desaparecimento e assassinatos de mulheres e meninas aborígines ao longo de um período de duas décadas (Associação de Mulheres Nativas do Canadá 2010).

A RCMP estima que houveram 1.181 casos não resolvidos de mulheres aborígenes assassinadas e desaparecidas entre o período de 1980-2012 (Royal Canadian Mounted Police 2013). Dos 1.181 casos não resolvidos, 1.017 representam homicídios e 164 representam mulheres desaparecidas. Os aborígenes representaram 25% dos homicídios no Canadá em 2015 (Statistics Canada 2018). Meninos e homens aborígenes são sete vezes mais propensos do que os meninos e homens não-aborígines a serem vítimas de homicídio (Statistics Canada 2018).

Suicídio

Os níveis populacionais de suicídio fornecem informações sobre as condições psicossociais de um grupo. A taxa precisa de suicídio para os povos aborígines não é conhecida no Canadá, mas é de consenso geral que seja várias vezes maior que o dos não-aborígines (Kumar 2016). Os estudos identificam consistentemente taxas mais elevadas de suicídio para pessoas aborígenes que para pessoas não-aborígenes no Canadá (Pollock e outros. 2018; Wilk, Maltby e Cooke 2017). As comunidades inuítes têm uma taxa de suicídio estimada entre seis a onze vezes maior que a média nacional no Canadá (Public Health Agency of Canada 2006). A taxa de suicídio de Nunavut é estimada em 15 vezes a taxa nacional (Fleras 2016)

A taxa de suicídio no Canadá é de 11,5 por 100.000 pessoas (Navaneelan 2017).

> *Em 2011, a comunidade de Pikangikum, localizada ao norte de Winnipeg, teve uma taxa de suicídio de 250 por 100.000, tornando-se a taxa mais alta de suicídio no mundo* (Patriquin 2012).

Na comunidade de Davis Inlet, Labrador, a taxa de suicídio é estimada em 178 por 100.000 (Fleras 2016).

Dezesseis por cento dos adultos das Nações Originárias relatam terem pensado em se suicidar em algum momento de sua vida, segundo uma pesquisa de 2008-10 de 21.000 aborígines em 216 comunidades pelo First Nations Information Governance Center (First Nations Information Governance Center 2018). Dados do Inquérito Aborígine de 2012 indicam que quase vinte e cinco por cento dos indivíduos das Nações Originárias que vivem em reservas (24%) relataram pensamentos de suicídio (Kumar 2016). Vinte e três por cento dos Inuit e vinte por cento dos Métis relataram ter pensamentos suicidas em sua vida (Kumar 2016). Isso é mais do que o dobro da taxa para pessoas não-aborígenes de 11% (Kumar 2016). Um estudo de 2015 com 332 jovens indígenas fazendo uso de serviços para a falta de moradia indicou que 56,3% relataram uma tentativa de suicídio (Kidd *et al.* 2018).

Direitos Humanos

Os direitos humanos continuam sendo uma área preocupante para os povos aborígenes no Canadá. A Assembléia das Nações Originárias e a Sociedade de

Assistência à Criança e à Família do Canadá (FNCFCS) apresentaram uma queixa ao Tribunal Canadense de Direitos Humanos em 2007 (First Nations Child & Family Caring Society 2016). Em 26 de janeiro de 2016, o Tribunal determinou que a prestação de serviços para crianças e famílias pelo Canadá para Povos Indígenas é discriminatória com base na identidade racial e étnica (Canadian Human Rights Tribunal 2016). O Tribunal concluiu que o governo do Canadá não forneceu acesso igualitário aos serviços governamentais para crianças aborígenes em relação a crianças não-aborígines (Canadian Human Rights Tribunal 2016).

Em particular, o Tribunal decidiu que o Departamento dos Assuntos Aborígenes e Desenvolvimento do Norte do Canadá discriminava crianças e famílias que viviam em reservas e no Yukon ao não fornecerem igualmente serviços para crianças e famílias (Canadian Human Rights Tribunal 2016). Em 26 de maio de 2017, depois de analisar a conformidade do governo federal do Canadá com relação à decisão de 2016, o Tribunal concluiu que o governo continua a não cumprir suas obrigações sob a ordem (First Nations Child & Family Caring Society 2018):

> "*Apesar das conclusões da Decisão, o Canadá repetiu seu padrão de conduta e seu foco estreito com relação ao Princípio da Jordan*" (Canadian Human Rights Tribunal 2017) (p. 15)

De acordo com o Tribunal, o Canadá discriminou sistematicamente e continua a discriminar sistematicamente crianças das Nações Originárias e suas famílias (Canadian Human Rights Tribunal 2017).

Desigualdade Estrutural: Como se desdobra na vida cotidiana?

Um exemplo bem conhecido ilustra como a desigualdade estrutural enfrentada pelos povos aborígines ocorre em instâncias particulares.

> *"Um jovem menino aborígene, Jordan, nasceu com um distúrbio neuromuscular na Reserva Cree da Casa da Noruega em Manitoba* (Lavallee 2005). *Sua condição médica complexa acabou deixando-o incapaz de falar ou andar e dependente de um respirador. Ele exigiu cuidados especializados na comunidade* (MacDonald e Attaran 2007). *Uma disputa burocrática em relação à responsabilidade pelo financiamento entrou em erupção e Jordan foi mantido no hospital, em vez de receber apoio clínico na comunidade* (MacDonald e Attaran 2007). *Jordan não estava medicamente obrigado a ficar em um hospital* (Lavallee 2005). *Tragicamente, ele morreu no hospital sem passar um único dia em casa com sua família".*

Em resposta a essa tragédia, o Governo do Canadá aprovou uma moção em dezembro de 2016 em memória de Jordan com o objetivo de garantir que as crianças na Primeira Infância possam receber níveis equivalentes de serviço, independentemente das estruturas de financiamento (First Nations Child & Family Caring Society 2016)). O "Princípio Jordan" reconhece a trágica experiência desse menino aborígene, Jordan River Anderson, da Noruega House Cree Nation, que foi desnecessariamente mantido em um hospital por dois anos devido ao fato de que a Saúde Publica do Canadá (Health Canada), o Departamento de Assuntos Indígenas e do Norte e a Província de Manitoba não chegaram a um acordo sobre o financiamento para seus cuidados em domicílio. (First Nations Child & Family Caring Society 2016).

Assistência Social

As taxas de assistência social para os povos aborígenes são alarmantes e é semelhante a uma manifestação contemporânea do sistema escolar residencial. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do Canadá coletou dados sobre assistência social pela primeira vez em 2011 (Sinha and Wray 2015). A taxa de assistência social para crianças não-aborígenes foi de 2,9 por 1000 (Sinha e Wray 2015). As taxas de assistência social para crianças aborígenes foi de 45,2 por 1000 (Sinha e Wray 2015). Em 2016, metade das crianças (com 4 anos ou menos) em lares adotivos no Canadá eram crianças indígenas (Statistics Canada 2017b). As crianças aborígenes representavam 7,7% de todas as crianças em 2016 (Statistics Canada 2017b).

Percepções Aborígenes e Não-Aborígenes Contemporâneas no Canadá

Pesquisas contemporâneas indicam que os povos aborígenes no Canadá continuam a enfrentar discriminação. Em 2009, o Instituto Environics, uma organização canadense sem fins lucrativos, fez 2.614 entrevistas com indivíduos de ascendência das nações originárias Métis e Inuit (Environics Institute, 2010). A Environics também fez 2.501 entrevistas telefônicas com não-aborígines. Em 2016, a Environics fez uma segunda pesquisa com indivíduos não-aborígines com o objetivo de investigar a compreensão e as atitudes do público em relação aos povos aborígines (Environics Institute, 2016).

Os resultados desta pesquisa indicaram que, 70% dos aborígenes entrevistados afirmaram acreditar que pessoas não-aborígenes têm atitudes negativas em relação aos aborígines. Os entrevistados descreveram uma série de estereótipos que eles acreditam serem mantidos por não-aborígenes:

- 74% acreditam que os não-aborígenes associam os povos aborígines ao abuso de drogas e álcool;
- 30% acreditam que os não-aborígenes percebem os povos aborígenes como ociosos e carentes de motivação;
- 20% acreditam que não-aborígenes acham que os povos aborígenes são pouco inteligentes e carecem de educação;
- 20% acreditam que não-aborígenes acham que os povos aborígines dependem da assistência social;
- 18% acreditam que os não-aborígenes acham que os povos aborígines estão desempregados (Environics Institute 2010);

Com relação às experiências contemporâneas de discriminação no Canadá:

- 90% dos aborígenes entrevistados relataram comportamentos injustos ou negativos em relação eles (Environics Institute 2010);.
- 70% relataram ter sido insultado ou atormentados em relação à sua identidade aborígene;
- 43% por cento relatam ter vivenciado racismo ao tentar acessar serviços não-aborígines (por exemplo, instituições de saúde ou instituições financeiras).

Claramente, as percepções são criadas a partir de experiências correspondentes.

A pesquisa do Instituto Environics indicou que os povos não-aborígenes percebem explicitamente a cultura aborígene como uma parte importante do Canadá. A partir de 2016, 43% dos não-aborígines em cidades do Canadá descreveram o multiculturalismo como importante na definição da identidade canadense (Environics Institute 2016).

No entanto, essas percepções mais positivas existem paralelas a ideias mais negativas. Por exemplo, em 2009, a maioria dos canadenses acreditavam que os povos aborígines geralmente são economicamente inativos comparados aos não-aborígines (Environics Institute 2010). Em 2016, a maioria dos não-aborígenes (59%) reconheceu uma lacuna significativa entre o padrão de vida dos

povos não-aborígines e aborígines (Environics Institute 2016). Esta melhoria na imagem dos povos aborígenes pode refletir o fato de que a Comissão de Verdade e Reconciliação foi criada em 2008 e apresentou seu relatório final em 2015.

A Comissão surgiu dos esforços dos sobreviventes das escolas residenciais, depois que eles lançaram a maior ação processual coletiva na história do Canadá. A Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá foi uma tentativa de abordar o triste legado do sistema de escolas residenciais do Canadá, onde as crianças de ascendência aborígene foram removidas de suas casas, comunidades e culturas (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015c). A Comissão funcionou durante um período de seis anos e ouviu mais de 6.000 testemunhas. A Comissão pretendia conhecer verdade de cada um e de todos, validar as experiências e trabalhar sob um quadro de reconciliação baseado em 10 princípios. Por exemplo, o terceiro princípio aborda o objetivo da cura através do reconhecimento da verdade, desculpas e restituição:

> "Reconciliação é um processo de cura de relacionamentos que requer compartilhamento público de verdades, desculpas e comemorações que reconhecem e reparam os danos do passado" (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015c).

O quarto princípio fala diretamente com variáveis estruturais como as descritas acima:

> "*A reconciliação requer uma ação construtiva para lidar com os legados do colonialismo que tiveram impactos destrutivos sobre a educação, culturas e idiomas dos povos aborígenes, saúde, bem-estar infantil, administração da justiça, oportunidades econômicas e prosperidade*" (Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá 2015c).

O quinto princípio expande esse objetivo estrutural para incluir inclusividade:

> "*A reconciliação deve criar uma sociedade mais justa e inclusiva, fechando as lacunas nos resultados sociais, de saúde e econômicos que existem entre os canadenses aborígines e não-aborígines*" (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015c). (O que aprendemos, Princípios da Reconciliação, página 3)

Com o seu trabalho recentemente concluído (em 2016), os objetivos da Comissão continuam a ser relevantes.

O trabalho dos Povos Indígenas através da Comissão parece ter tido algum impacto no conhecimento público. Com referência específica ao sistema escolar residencial, apenas 54% dos não-aborígenes relataram ter ouvido ou lido sobre sistemas de escolas residenciais no Canadá em 2009 (Environics Institute 2010). Naquela época, quase cinquenta por cento dos canadenses não-aborígines tinham ouvido falar do sistema escolar residencial (Environics Institute 2010). No entanto, até 2016, depois que a Comissão terminou seus processos públicos e relatórios, 66% dos não-aborígenes relataram ter ouvido falar ou lido sobre sistemas escolares residenciais no Canadá (Environics Institute 2016).

Possíveis Conclusões

Este artigo oferece uma pesquisa introdutória sobre a violência estrutural em relação às Nações Originárias no Canadá. Essa violência que foi incorporada dentro de um sistema escolar residencial durou mais de um século e afetou 150.000 crianças que foram retiradas de suas famílias. Esse sistema educacional, enraizado em uma campanha de sequestro cultural de crianças, começou com o próprio estabelecimento do Canadá como nação e foi supervisionado pelo primeiro primeiro-ministro do país, John A. MacDonald. O breve exame acima explora alguns dos determinantes sociais da desigualdade vivenciados pelos povos aborígines hoje e indica que o impacto dessa violência societária ainda existe no Canadá.

Fleras (2016) argumenta habilmente que as condições para os povos aborígenes no Canadá são capturadas pela frase: "*diversidade na desigualdade* " (Fleras 2016) (p. 237). A noção de diversidade na desigualdade destaca o fato de que os povos aborígines são culturalmente e legalmente heterogêneos, mas ainda ligados pelas condições socioeconômicas coletivas sob as quais vivem (por exemplo, emprego mais baixo, renda abaixo do padrão, oportunidades inadequadas de moradia e educação) (Fleras 2016).

Fleras (2016) sugeriu que, para que o estado de aborígenidade se reconcilie com a sociedade canadense, a noção de aborígenidade precisa ser levada a sério. Na prática, os governos canadenses reconhecem a autodeterminação das comunidades aborígenes no âmbito da negociação pelo poder, com a supremacia final do Parlamento e da Constituição como sacrossanta (Fleras 2016). O autogoverno é fornecido como parte de uma negociação, caso a caso, com comunidades aborígenes individuais. Há um ônus inerente sobre os povos aborígenes, em vez do Canadá, para provar a soberania.

Na esteira de suas raízes coloniais, exemplificadas pelo sistema de escolas residenciais, o Canadá continua a lutar para definir um contrato social que promova a convivência entre os povos aborígenes e, ao mesmo tempo, reconheça a diferença.

As narrativas neocoloniais no Canadá baseiam-se na construção social de indivíduos livres que vivem dentro de uma sociedade que é supostamente neutra em sua defesa dos direitos universais e dos princípios legais (Fleras 2016). De acordo com essa abordagem, conforme incorporado na Constituição canadense, os povos aborígines são simplesmente cidadãos que fazem parte da sociedade, onde todos são tratados da mesma maneira. No entanto, dada a colonização das Nações Originárias no Canadá e o genocídio cultural inerente ao sistema escolar residencial, os povos aborígenes devem ter direitos adicionais, com diferenças reconhecidas que moldem sua relação com a sociedade.

A verdade é difícil e o caminho a seguir talvez seja ainda mais difícil, pois exige uma verdadeira responsabilidade cultural no Canadá:

> "*Chegar à verdade foi difícil, mas chegar à reconciliação será mais difícil. Exige que as fundações paternalistas e racistas do sistema escolar residencial sejam rejeitadas como base para um relacionamento contínuo. A reconciliação exige que uma nova visão, baseada no compromisso de respeito mútuo, seja desenvolvida. Também requer um entendimento de que os impactos mais nocivos das escolas residenciais têm sido a perda de orgulho e auto-respeito dos aborígenes, e a falta de respeito que os não-aborígenes foram criados para ter por seus vizinhos aborígenes. Reconciliação não é um problema aborígine; é canadense. Praticamente todos os aspectos da sociedade canadense podem precisar ser reconsiderados*" (Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá 2015c) (Honrando a Verdade, Reconciliando pelo Futuro, Resumo do Relatório Final da Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá, página 6).

Dado que uma descrição do sistema escolar residencial do Canadá deve necessariamente ocorrer em um cenário de colonização, o exame acima tem, por necessidade, em grande parte focado na vitimização socialmente perpetuada. No entanto, tal caracterização conta apenas parte da história. As Nações Originárias do Canadá foram, inequivocamente, vitimadas por tentativas estruturais de genocídio cultural. Não obstante, é importante reconhecer aqui que os povos aborígenes no Canadá foram muito mais do que vítimas. As Nações Originárias do Canadá tiveram um tremendo impacto na consciência canadense. Uma ilustração desse impacto é a que

se viu através dos desafios jurídicos do sobrevivente que levaram ao estabelecimento da Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá, conforme descrito acima.

Um único ensaio não pode detalhar adequadamente a extensão da violência sociocultural deferidas aos povos aborígenes no Canadá por meio do sistema escolar residencial. A escuridão do roubo de crianças, incorporada no sistema escolar residencial, mancha eternamente a nacionalidade do Canadá. A fundação de escolas residenciais foi construída sobre essa relação colonial entre os povos aborígines e a recém-construída nação canadense. Esta relação fundamentalmente colonial é problemática e ainda precisa ser totalmente abordada no Canadá. Este artigo começou com a afirmação de que a abordagem do Canadá aos povos aborígenes foi exemplificada pela noção de tutela (Dyck 1991). O sobrevivente Patrick Bruyere faz uma pergunta fundamental:

> "*Houveram, sabe, algumas noites em que eu lembro que eu apenas, sabe, chorava até dormir, eu acho, por causa de, sabe, querer ver minha mãe e meu pai. Eu nunca consegui descobrir por que tínhamos que estar lá, sabe?*" (Comissão de Verdade e Reconciliação do Canadá 2015b) (p. 3).

A questão de por que isso ocorreu é cultural. A resposta só pode ser encontrada transformando a análise em pressupostos culturais (pressupostos implícitos e explícitos) que impulsionam intervenções sociais, como o sistema escolar residencial, que se baseiam em noções subjacentes de tutela. Iniciativas sociais baseadas na tutela baseiam-se na idéia de que alguém ou algum grupo é incapaz de cuidar adequadamente de si ou de suas comunidades. Isso é fundamentalmente uma avaliação moral e não uma determinação científica, médica ou legal. É um julgamento cultural implícito ou explícito que é colocado em camadas sobre uma pessoa ou grupo e utilizado para racionalizar intervenções dramáticas (e às vezes terríveis), como o confisco de crianças de grupos sem poder. Essas intervenções não são explicitamente destinadas a serem indelicadas ou más. Eles são invariavelmente perpetrados em nome da bondade e generosidade. O caso do sistema escolar residencial do Canadá ilustra que a busca de uma intervenção social no "melhor interesse" de um grupo quase sempre nos leva a um território moralmente perigoso.

Cultural Kidnapping: State Abduction of Children from First Nations in Canada

Author

Dan Small, PhD

Research Associate, Department of Anthropology, University of British Columbia.

I develop a range of healthcare, housing and social enterprises for marginalized populations including: North America's first supervised injection facility (Insite), a community grocery store, inner city bank, art gallery, harm reduction (e.g. syringe distribution, supervised injection, safer crack kits, managed alcohol, intravenous antibiotic treatment, drug users resource centre), free dental clinic, low-barrier detox and a chocolate shop for women in recovery. He uses cultural analysis to unpack professional and institutional narratives to create person-centred approaches to healthcare, housing and support.

Email: dansmall@mail.ubc.ca

Abstract

There is a dark shadow that lingers within the soul of Canada. It is an indelible mark on the country's history that will always remain. It is part of a socio-historical pattern of colonialism that has exacted a terrible toll in the form of structural violence perpetuated upon multiple generations of First Nations in Canada. While Canada's shameful specter of colonization has taken many forms, the stealing of children from Aboriginal peoples is perhaps its most repugnant and frightening manifestation. While seeming like an impossibly scary story, a nightmarish fiction about the theft of children, it is in fact entirely true. The residential school system is not fable. It actually happened. This paper provides an introductory discussion of an appalling part of Canadian history: the residential school system.

Cultural Kidnapping: State Abduction of Children from First Nations in Canada

Dan Small

"It was something like a grey day, it was a day without sunshine. It was, it was the impression that I had, that I was only six years old, then, well, the nuns separated us, my brothers, and then my uncles, then I no longer understood. Then that, that was a period there, of suffering, nights of crying, we all gathered in a corner, meaning that we came together, and there we cried. Our nights were like that."

Survivor Marthe Basile-Coocoo (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 33)



Foto tirada pelo autor da pichação feita nas calçadas de Vancouver, Canadá, onde se le:
Colonialismo não traz alegria

Introduction

What follows below is an inadequate overview of a shameful part of Canada's history that might seem, to distant observers, to contradict the notion of a country explicitly committed to inclusiveness and kindness. It is indeed true that the rights of Aboriginal peoples are enshrined the Constitution of Canada. Since 1982, Canada's Constitution has included recognition of Aboriginal rights to self-government (Anaya 2014). Article 35 of Canada's Constitution enshrines Aboriginal and treaty rights:

> Recognition of existing aboriginal and treaty rights
>
> 1) The existing Aboriginal and treaty rights of the Aboriginal peoples of Canada are hereby recognized and affirmed.
>
> Definition of "Aboriginal peoples of Canada"
>
> (2) In this Act, "Aboriginal peoples of Canada" includes the Indian, Inuit and Métis peoples of Canada.
>
> Claims agreements
>
> (3) For greater certainty, in subsection (1) "treaty rights" includes rights that now exist by way of land claims agreements or may be so acquired.
>
> Aboriginal and treaty rights are guaranteed equally to both sexes
>
> (4) Notwithstanding any other provision of this Act, the aboriginal and treaty rights referred to in subsection (1) are guaranteed equally to male and female persons (The Constitution Act, 1982).

And yet, despite this official commitment, this essay will show that things are not as they appear within the formal doctrines of Canadian society.

This paper begins a sociocultural claim: Canada's approach to First Nations has been ironically exemplified by a relationship of tutelage whereby Aboriginal peoples have been socially constructed as unable to fully care for themselves or their communities (Dyck 1991). Tutelage or guardianship is employed as a key cultural justification for societal interventions such as the one that will be described here: the confiscation of children from loving mothers and fathers. Societal interventions, no matter how horrific, are typically given their institutional authority, first and foremost, by implicit or explicit cultural values. These values are largely centred on the idea of acting in the best interests of an individual or group that has been socially constructed as helpless, at risk or inadequate in some way (unable to care for themselves according to outside

judgment). And, as such, these societal interventions may ironically have honourable and deeply moral intentions. But despite apparently respectable objectives, they can be and are often wrong. Nowhere is this clearer than in the case of Canada's treatment of the children of First Nations communities through the residential school system.

The Dark Legacy of Colonialism

This chapter cannot effectively cover, or even approximate, the practice and impact of colonization of Aboriginal peoples in Canada. The dark shadow of colonialism in Canada includes compulsory relocation of entire communities, lack of voting rights, residential schools, forced adoptions, artificial delineation of Aboriginality (e.g. status versus non-status distinctions), cultural genocide, policies of assimilation, segregation through reserves, appropriation of land and denial of rights to self-determination (Anaya 2014; Moyser 2017). Much of the structural framework for perpetuating these injustices began with the paternalistic Indian Act of 1876 which is still in force, with amendments, today (Anaya 2014). As such, given that magnitude of injustices faced by First Nations in Canada, this essay offers only an introductory and high level discussion of some of the dark issues that have been at play.

Demographics

According to the Canadian Census (2016), there are 1,673,785 Aboriginal individuals (First Nations, Métis, Inuit) living in Canada (Statistics Canada 2017a). There are 977,230 Canadians that identify as First Nations, 587,545 individuals that identify as Métis and 65,025 that identify as Inuit. This represents 4.9% of the overall population of 35,121,728 at the time of the 2016 census (Statistics Canada 2017a). Together with those that include Aboriginal origin as part of their response (but not necessarily their main or only ancestry), there were 2.1 million people reporting some Aboriginal ancestry which raises the overall percentage to 6.2% of the total Canadian population (Statistics Canada 2017a).

The population of First Nations people in Canada is flourishing. The most current population of Canada, as of 2018, is 37,027,070 (World Population

Review 2018). The Canadian population grew from 31,612,897 to 35,151,728 between 2006 and 2016 which represents an increase of 11.2 percent (including natural and net international migration related increases) (Statistics Canada 2017a). The Aboriginal community grew by over forty percent (42.5%) over the ten-year period between 2006 and 2016 (Statistics Canada 2018). This growth is more than 4 times that seen in the population as a whole in Canada.

Myths of Homogeneity

This paper employs the terms Aboriginal, Indigenous and First Nations. It is important to acknowledge that the Indigenous community in Canada is not homogenous but heterogeneous with 596 First Nations bands, 2284 reserves and 11 overarching language groups with 58 different dialects (Kirmayer, Simpson *et al.* 2003). The 2016 Census reported 70 different languages (including those that had less than 500 speakers) (Statistics Canada 2018).

Canada's Apartheid

Canada had (and to some extent still has) a form of apartheid that relegated First Nations communities to particular geographic zones known as reserves. These reserves were constitutionally set aside for people of Indigenous ancestry upon the establishment of Canada in 1867. From that point forward, much of First Nations life on reserves was administrated by the federal government of Canada through what were historically referred to as 'Indian agents.' These agents of the Canadian government had tremendous power over First Nations and, by way of illustration, determined when livestock could be slaughtered, what crops were to be farmed, location of schooling for children and in what language (English). Aboriginal peoples did not receive the right to vote in Canadian federal elections until 1960. Some provinces did not provide voting rights until later (e.g. Alberta did not allow Indigenous people to vote in provincial elections until 1965) (Dyck 1991).

Residential School System

The residential school system was the key part of Canada's tutelage of Aboriginal peoples. It was the cornerstone of a systematic program of cultural

genocide of First Nations in Canada. Cultural genocide refers to:

> "…the destruction of those structures and practices that allow the group to continue as a group. States that engage in cultural genocide set out to destroy the political and social institutions of the targeted group. Land is seized, and populations are forcibly transferred and their movement is restricted. Languages are banned. Spiritual leaders are persecuted, spiritual practices are forbidden, and objects of spiritual value are confiscated and destroyed. And, most significantly to the issue at hand, families are disrupted to prevent the transmission of cultural values and identity from one generation to the next. In its dealing with Aboriginal people, Canada did all these things." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015b) (p. 3).

The genocidal methodology of the residential school system was predicated on the separation of children from their parents. In keeping with the notion of tutelage, Aboriginal parents were believed to be incapable of adequately raising their children and considered hazardous influences with regard to exposure to inappropriate cultural practices (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015b).

Canada's state-run residential school system program lasted for over a century and directly affected approximately 150,000 Aboriginal Children. Their formal state-operated manifestation began in the 1880's and continued until the last residential school was closed in 1996 (Feir 2016). The schools operated in nearly every jurisdiction of Canada. There were an estimated 130 schools in total (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015a).

Earlier versions of church operated residential schools can be traced over 4 centuries in eastern Canada. By way of example, the Récollets, a Catholic order, established a school for Aboriginal children in 1620 in the community of NotreDame-des-Anges near what would eventually become Quebec City (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015b). By the time that Canada was formally established as a nation in 1867, Roman Catholic and Protestant churches were operating federally funded residential schools for Aboriginal children (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015b). The main goal of these early residential schools was spiritual colonization: to convert Aboriginal peoples to Christianity.

The notion of separating Aboriginal children from their parents, the foundation of cultural violence in the residential school system, was first formally recommended within government by Sir Charles Bagot (1781-1843) who was the second Governor General of the Province of Canada from 1841-1843 (Leslie

1982). The Bagot Commission (1842-1844), after reviewing evidence and advice supplied by Canadian missionaries, recommended that residential boarding schools be established in order to enforce attendance and eliminate influence of parents in the education of their children (Leslie 1982).

In 1883, the federal government spearheaded the creation of three large residential schools. Over the next 50 years, Canada expanded the number of residential schools to eighty. From its beginning, the residential school system was largely operated in partnership with churches from 5 denominations: Roman Catholic, Anglican, United, Methodist, and Presbyterian churches.

The levels of inhuman treatment and abuse of students at residential schools was so profound that it is impossible to provide a comprehensive account within a small written work. The abuse was so extensive and long-standing that several hundred pages would be required to provide a barely adequate impression of the ill-treatment (see for example: (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015b)). As it is not feasible to provide a comprehensive account of the levels of abuse here, only very general outline of the appalling conditions will be shared. The almost unspeakable conditions in the schools was characterized by:

- Inadequate nutrition
- Poor heating
- Lack of supervision and badly trained staff
- Incredibly rigid daily routines and severe discipline
- Separation of siblings
- Physical abuse (e.g. whipping, withholding of food, forcing students to hop on one leg, hitting students on the fingers with sticks, compulsory walking for long distances, submersion in hot or cold water)
- Psychological abuse (e.g. humiliation, solitary confinement in confined spaces, denial of play and holidays, transfer to penal system)
- Widespread sexual abuse

Children were forced to complete onerous chores as part of training for manual labour and as a part of an attempt to ensure that the schools economically viable. As language was understood to be a key vehicle for the transmission of Aboriginal culture, children were not allowed to speak their Indigenous language. Residential school and government staff even arranged marriages for students as they graduated.

Poor funding and inadequate standards of care resulted in significantly

higher rates of death for Aboriginal children in the residential school system (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015a). Between 1867 and 2000, conservative estimates indicate that there were 3,200 recorded deaths of Aboriginal children within residential schools. A startling lack of specific reporting accompanies these tragedies:

- The Canadian government or schools did not even record the name of child that died in one-third of instances.
- No cause of death was reported in half of the cases.
- Most children's bodies were never sent home to their parents.
- Children were typically buried in poorly maintained cemeteries many of which are abandoned today
- Many children are buried in unmarked graves (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015a)

Even in death, structural violence was further perpetuated upon Aboriginal children.

It is unfeasible to give a sense of a cultural crime that was perpetrated over a century. Perhaps only the stories of survivors, told in their own words, can provide an impression. As a result, the forthcoming section draws on testimony from the Truth and Reconciliation Commission. The few quotes that follow only provide a glimpse into the heartrending accounts of survivors. Many students were taken from their families by force or the threat of force. Speaking to the Truth and Reconciliation Commission, survivor Isaac Daniels describes how he feared his father would be imprisoned if he didn't go to a Saskatchewan residential school:

> "I didn't understand a word, 'cause I spoke Cree. Cree was the main language in our family. So, so my dad was kind of angry. I kept seeing him pointing to that Indian agent. So that night we were going to bed, it was just a one-room shack we all lived in, and I heard my dad talking to my mom there, and he was kind of crying, but he was talking in Cree now. He said that, "It's either residential school for my boys, or I go to jail." He said that in Cree. So, I overheard him. So I said the next morning, we all got up, and I said, "Well, I'm going to residential school," 'cause I didn't want my dad to go to jail." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 13)

Survivor Maureen Gloria Johnson describes a similar experience in British Columbia:

> "I went there with a bus. They load us all up on a bus, and took us. And I remember my, my mom had a really hard time letting us kids go, and she had, she had a really hard time. She begged the priest, and the priest said it was law that we had to go, and if we didn't go, then my parents would be in trouble." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 15)

Another British Columbia Survivor, Howard Stacey Jones, depicts his kidnapping by Canada's federal police force:

> "I was kidnapped from Port Renfrew's elementary school when I was around six years old, and this happened right in the elementary schoolyard. And my auntie witnessed this and another non-Native witnessed this, and they are still alive as I speak. There are two witnesses trying, saw me fighting, trying to get away with, from the two RCMP officers that threw me in the back seat of the car and drove off with me. And my mom didn't know where I was for three days, frantically stressed out and worried about where I was, and she finally found out that I was in Kuper Island residential school." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 24)

Nova Scotia survivor Albert Marshall shares some insight into the impact on parents:

> "…He didn't answer me for a while, a long time. He says, "Nobody said anything for days," because my father was crying every day. Finally my father told the family, 'I failed as a father. I couldn't protect my child, but I just couldn't because you know what the Mounties, the priest, the Indian agents told me? They told me, if I don't, if I resist too much then they would take the other younger, younger brother and younger, younger children.' Then he says, "It was not a choice. I could not say, take them or take the three of them. But I couldn't say nothing and I know I have to live with that." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 15)

Manitoba survivor Alma Scott also portrays the impact:

> "We got taken away by a big truck. I can still remember my mom and dad looking at us, and they were really, really sad looking. My dad's shoulders were just hunched, and he, to me, it looked like his spirit was broken. I didn't have the words at five for that, but I do now. I just remember feeling really sad, and I was in this truck full of other kids who were crying, and so I cried with them." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 24)

The residential school system employed strategies to directly undermine Aboriginal culture. On the first day of their arrival, the children's hair was cut (despite its cultural significance), their Aboriginal names replaced with Euro-Canadian names and an identification number and their traditional clothing was discarded and replaced by uniforms. Survivor Campbell Papequash describes the humiliation of having his pony tails cut off and head shaved:

> "And after I was taken there they took off my clothes and then they deloused me. I didn't know what was happening but I learned about it later, that they were delousing me; 'the dirty, no-good-for-nothing savages, lousy.' And then they cut my beautiful hair. You know and my hair, my hair represents such a spiritual significance of my life and my spirit. And they did not know, you know, what they were doing to me. You know and I cried and I see them throw my hair into a garbage can, my long, beautiful braids. And then after they deloused me then I was thrown into the shower, you know, to go wash all that kerosene on my body and on my head. And I was shaved, bald-headed." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 32)

The widespread abuse in the schools created psychosocial scars that lasted a lifetime. Survivor Raymond Cutknife shares a sense of the long-term impact:

> "The abuse that I went through and then I grew with anger, as I grow a little older, and that stayed with me for a long, long time. Anger into bitterness as I grew a little older again and you know at the, and it's about the mid-grades or going into Grade Nine, and then the last part of my experience with my life, that reflected on hatred, with such intense hatred that I never thought what it meant but when I think about that, you know it, as I grow older even today when I think about it you know, I didn't realize how close I came to destroying my own life spiritually speaking, that is." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 109)

Survivor Antonette White describes the cruelty:

> "I remember the one young fellow that hung himself in the gym, and they brought us in there, and showed, showed us, as kids, and they just left him hanging there, and, like, what was that supposed to teach us? You know I'm five years old, and I still remember that, and that's one thing out of that school that I remember." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 117)

Survivor Fred Brass portrays the level of violence that the children experienced:

> "I saw my brother with his face held to a hot steaming pipe and then getting burned on the arm by the supervisor. And I took my brother, tried to get him out of there. And I saw my cousin get beat up to the point where he was getting kicked where he couldn't even walk and then it was my turn. I got beat so bad that I wet my pants. Fears I lived with day and night to the point where at nighttime when you want to go to the bathroom you can't because there is someone sitting there with a stick or a strap ready to beat on you if you try to go to that bathroom. And the only choice we had was to pee in our beds. That's not a nice feeling to have to sleep in that kind of a bed." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 140).

Survivor Joanne Morrison Methot also tells of the violence that was common:

> "I used to count. One girl got strapped forty-five times, I was counting, yeah, and then it came to my turn, I got a beating, and I wouldn't cry. I just let her beat me and beat me, and I wouldn't cry. I just let her do that because, well, sometimes I would pretend I'm crying just so she'll stop, but then other times I just didn't cry, 'cause I knew I was talking, maybe it was my fault, so I just let her beat me, and then next one, then after we'd go to bed." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d) (p. 141)

The few passages above, drawn from the experiences of survivors in their own words, are only a brief window into this shameful part of Canadian history. Readers are encouraged to read the Commission documents in their entirety in order to gain a larger sense of the tragedy.

A Caveat on Resistance

It is important to acknowledge that First Nations in Canada have a long history of resistance in response to colonization. This resistance has taken many forms ranging from combat to symbolic struggle. As this paper provides an overview of state-sponsored child abduction in Canada, its focus is on victimization of Aboriginal peoples. A more inspiring paper could be written to describe the resilience of Indigenous people in Canada.

Resistance from people with limited power is often symbolic especially when the disenfranchised are facing overarching societal forces with significant resources. Within this context, symbolic struggle is often required within more representational realms (such as the media) with the aim of redefining the sociocultural values of the wider public (Jhappan 1990). Such struggles within

the public realm may help to balance the power between Aboriginal people and public institutions. The symbolic resistance of First Nations in Canada has taken many forms including the marshalling of public opinion with the goal of shifting societal views and government policy. There are numerous full examinations of trailblazing efforts by Aboriginal Peoples to resist colonization in Canada (see, for instance, a discussion of the "politics of embarrassment"(Dyck 1985)).

Official Government Response

Today, the evil of the residential school system has been acknowledged by the highest institutions of Canadian society. On 11 June, 2008, Prime Minister of Canada Stephen Harper officially apologized to the survivors of the residential school system. The apology took place in the Canada's parliament:

> "…One hundred and thirty-two federally-supported schools were located in every province and territory, except Newfoundland, New Brunswick and Prince Edward Island. Most schools were operated as "joint ventures" with Anglican, Catholic, Presbyterian or United Churches. The Government of Canada built an educational system in which very young children were often forcibly removed from their homes, often taken far from their communities. Many were inadequately fed, clothed and housed. All were deprived of the care and nurturing of their parents, grandparents and communities. First Nations, Inuit and Métis languages and cultural practices were prohibited in these schools. Tragically, some of these children died while attending residential schools and others never returned home. The government now recognizes that the consequences of the Indian Residential Schools policy were profoundly negative and that this policy has had a lasting and damaging impact on Aboriginal culture, heritage and language. While some former students have spoken positively about their experiences at residential schools, these stories are far overshadowed by tragic accounts of the emotional, physical and sexual abuse and neglect of helpless children, and their separation from powerless families and communities. The legacy of Indian Residential Schools has contributed to social problems that continue to exist in many communities today.
>
> It has taken extraordinary courage for the thousands of survivors that have come forward to speak publicly about the abuse they suffered. It is a testament to their resilience as individuals and to the strength of their cultures. Regrettably, many former students are not with us today and died never having received a full apology from the Government of Canada.

> The government recognizes that the absence of an apology has been an impediment to healing and reconciliation. Therefore, on behalf of the Government of Canada and all Canadians, I stand before you, in this Chamber so central to our life as a country, to apologize to Aboriginal peoples for Canada's role in the Indian Residential Schools system…" (Prime Minister Stephen Harper 2008)

While this apology had symbolic significance, and no doubt contributes to healing, the legacy of the residential school system extends far past the potential of apology.

Structural Violence

The residential school system directly affected seven generations of First Nations children in Canada. It is a glaring example of structural violence that took place over a one-hundred-year period in Canada. Structural violence is essentially synonymous to social injustice:

> "…the general formula behind structural violence is inequality, above all in the distribution of power, then this can be measured; and inequality seems to have a high survival capacity despite tremendous changes elsewhere." (Galtung 1969) (175)

As in the case of the residential school system, structural violence is typically linked to sociopolitical and economic policies:

> "…structural violence, meaning the political and economic policies that create a social and economic structure that divides the population into the rich and powerful, vs. the poor and the weak, which has the effect of disproportionately killing the poor and the weak; in fact, killing far more of them than have died from all the different forms of behavioral violence put together (so far), as well as being the most powerful cause of behavioral violence, i.e. the most clearly identified cause of epidemics of homicide, suicide, war, revolution, and genocide." (Gilligan 2016) (p. 128)

The impact of the structural violence of the residential school system has been carried forward for several generations of First Nations Peoples in Canada.

Sociological Measures of Inequality:

An examination of the present social conditions of First Nations peoples in

Canada provides a sense of the ongoing impact of the residential school system and the presence of continued structural violence. Broad measures of equality and inequality can be roughly assessed by examining: housing, water quality, education, wages, poverty, health, suicide, violence, victimization, and food security. The section that follows provides a cursory examination of some of general indicators of inequality faced by Aboriginal communities in Canada in the present context. This is a very preliminary and imperfect exploration aimed at providing an impressionistic picture of the force of structural violence that began with the residential school system that still exists in Canada today.

Housing

Inadequate access to housing is an indicator of inequality. The Attawapiskat community provides an example of ongoing issues faced by some Aboriginal communities. In 2011, Attawapiskat, located in Northern Ontario, declared a state of emergency when the quality of housing was in such crisis that families were forced to live in tents without heating, running water or electricity (Canadian Press 2016). In fact, the Attawapiskat community has declared public emergencies five times (2006 in relation to poor drinking water, 2009 due to contaminated sewage, 2011 as a result of inadequate housing, 2013 after flooding and sewage problems and in 2016 in response to elevated levels of suicide) (Canadian Press 2016).

The problem of inadequate housing for Aboriginal peoples in Canada has reached a catastrophic level (Anaya 2014). One in five (19.4%) individuals of Aboriginal ancestry live in a dwelling that is in serious need of repair (Statistics Canada 2017c). This figure is more than *three* times that of non-Aboriginal Canadians (6 %) that live in a dwelling in significant need of repair (Statistics Canada 2017c).

Almost one fifth (18.3 %) of Aboriginal people live in crowded conditions (defined in relation to bedroom shortfall) (Statistics Canada 2018). This is more *twice* the rate relative to non-Aboriginal people (8.5 %) (Statistics Canada 2018). According to the head of the First Nations Tax Commission, it could take the Canadian government as long as 200 years to provide adequate housing for Aboriginal peoples (Carlson 2011). If there are 80,000 housing units required and the Federal Government created 400 per year, that would be 200 years. If there are 80,000 housing units required and the Federal

Government created 800 per year, that would be 100 years.

Water Quality

Access to clean water is another measure of inequality/equality. In 2016, there were 151 advisories regarding poor water quality in Aboriginal communities in Canada (David Suzuki Foundation 2017). By way of example, Shoal Lake 40 First Nation, an Aboriginal community located in Ontario, has had water advisories in effect for two-decades. The Kitigan Zibi community in Quebec has had a water advisory for 17 years due to uranium contamination.

In British Columbia, the Nazko First Nation (120 km west of Quesnel) had an advisory due to arsenic contamination for 17 years (David Suzuki Foundation 2017).

Wages

Wages are a sociological measure of inequality/equality. Data from the 2011 Canadian National Household Survey examining individuals engaged in full-time work indicates that Aboriginal individuals are disadvantaged relative to non-Aboriginal persons with respect to wage gaps (Lamb, Yap and Turk 2018). These gaps of inequality are larger for individuals identifying as Aboriginal relative to those that report Aboriginal ancestry only.

There are marked differences in inequality related to living on an Aboriginal reserve. There is a 62 % wage gap for Aboriginal males and a 37 % gap for females living on-reserve. Non-aboriginal females living on reserves have 6 % in earning disadvantage relative to non-Aboriginals living off reserves. Non-aboriginal males living on reserves have 9 % in earning disadvantage relative to non-Aboriginals living off reserves (Lamb, Yap and Turk 2018). As of 2015, Aboriginal people have higher levels of unemployment, lower levels of education and earn less than non-Aboriginal people in Canada (Moyser 2017).

Education

Education is another standard sociological measure of inequality/equality. Aboriginal peoples trail the wider population of Canada with respect to educational

attainment (Anaya 2014). According to the 2011 National Household Survey, 48 % of Aboriginal people had post-secondary education (Statistics Canada 2011). In comparison, 64.7 % of non-Aboriginal individuals had post-secondary education (Statistics Canada 2011). Aboriginal persons aged 25-64 were more than twice as likely to have non-certificate, degree or diploma (28.9 %) relative to non-Aboriginals (12.1%).

According to the Centre for the Study of Living Standards, non-Aboriginal persons aged 25 to 64 have an average of 14.1 years of education while Aboriginal persons have 12.7 (reflecting a 1.4 average year gap) (Calver 2015). The Centre for the Study of Living Standards estimates that there would be significant economic benefits to the economy, standard of living and gross domestic project ($261 billion by 2031) gained by closing the education gap (Calver 2015).

Food Security

Access to adequate nutritious food is a clear social determinant of health. Aboriginal peoples are more likely to report food insecurity than non-Aboriginals (Statistics Canada 2018). Canada first began to nationally measure food security in 2005 through Statistics Canada's Community Health Survey. The 2012 survey indicated that more than 4 million Canadians (one in eight households), including 1.15 million children, experienced insecure access to food due to financial obstacles (PROOF Food Insecurity Policy Research 2018). Twenty percent of Aboriginal people reported experiencing food insecurity relative to eight percent of non-Aboriginal people (Arriagada 2017). The highest rate was in Nunavut with 45.2 % of households reporting food insecurity (with a proportion of 62.2% children living in those households) (PROOF Food Insecurity Policy Research 2018). In 2014, the average rate of food insecurity (within the jurisdictions that maintain data) was 12 % (Tarasuk, Mitchell and Dachner 2016). The rate for Aboriginal peoples was more than double at 25.7 % (Tarasuk, Mitchell and Dachner 2016).

Income or Poverty

Income or poverty is another indicator of inequality/equality. Eighty-one percent of Indigenous communities fall below Statistics Canada's low income median ($22,1333 per person per year) (Associated Press 2017). Twenty-seven percent of

First Nations communities reported a median income of less than $10,000 in 2016. Fifty-one percent of First Nation children live in poverty (Macdonald and Wilson 2016). This rate of poverty is 4 times that of non-indigenous children which has rested steadily at 13 % (Macdonald and Wilson 2016). This number increased to 60% when data is focused on First Nation reserves (Macdonald and Wilson 2016).

Health

A comprehensive survey of the health of Aboriginal peoples does not fall within the bounds of this paper. However, at a general level, it appears that Aboriginal peoples face serious gaps with respect to infant mortality, suicide, illness and life expectancy (Anaya 2014). Aboriginal peoples are more likely to report poor health than non-Aboriginals (Statistics Canada 2018). In a survey of 24,150 aboriginals in Canada, 13.74% report unmet healthcare needs in the past 12 months (Wilk, Maltby and Phillips 2018).

Victimization and Violence (Homicide)

Levels of victimization may also give a sense of levels of inequality/equality for a group. Statistics Canada completes the General Social Survey on victimization in Canada every five years (Perreault 2015). One in three Aboriginal people report having been a victim (themselves or someone in their household) of a crime in 2014 (Perreault 2015). One in five non-Aboriginal people reporting similar victimization (Perreault 2015). Indigenous women are nearly three times as likely as non-Aboriginal women to be victims of a crime (Statistics Canada 2018).

Aboriginal women are three times more likely than non-Aboriginal women to be victims of violence (Royal Canadian Mounted Police 2013). Aboriginal women are three times more likely to be murdered by a stranger than non-Aboriginal women (Native Women's Association of Canada 2010). The Native Women's Association of Canada assembled a database in 2010 highlighting 582 cases of missing and murdered Aboriginal women and girls up over a two-decade period (Native Women's Association of Canada 2010).

The RCMP estimates that there were 1,181 unsolved cases of murdered and missing Aboriginal women between the period of 1980-2012 (Royal Canadian

Mounted Police 2013).Of the 1,181 unsolved cases, 1,017 represent homicides and 164 represent missing women. Aboriginal people represented twenty-five percent of homicides in Canada in 2015 (Statistics Canada 2018). Aboriginal boys and men are seven times more likely than non-Aboriginal boys and men to be victims of homicide (Statistics Canada 2018).

Suicide

Population levels of suicide provide insight into the psychosocial conditions of a group. The precise rate of suicide for Aboriginal peoples is not known in Canada but it general agreed to be several times that of non-Aboriginals (Kumar 2016). Studies consistently identify higher rates of suicide for Aboriginal persons relative to non-Aboriginal persons in Canada (Pollock et al. 2018; Wilk, Maltby and Cooke 2017). Inuit communities have a rate of suicide that is estimated to be between six to eleven times that of national average in Canada (Public Health Agency of Canada 2006). Nunavut's suicide rate is estimated to be 15 times that of national rate (Fleras 2016).

The rate of suicide in Canada is 11.5 per 100,000 people (Navaneelan 2017). In 2011, the community of Pikangikum, located north of Winnipeg, had a suicide rate of 250 per 100,000 making it the highest rate of suicide in the world (Patriquin 2012). In the community of Davis Inlet, Labrador, the rate of suicide is estimated to be 178 per 100,000 (Fleras 2016).

Sixteen percent of First Nations adults report having contemplated suicide at some point in their life, according to a 2008-10 survey of 21,000 Aboriginal individuals in 216 communities by the First Nations Information Governance Centre (First Nations Information Governance Centre 2018). Data from the 2012 Aboriginal Survey indicates that almost twenty-five percent of First Nations individuals living off reserves (24 %) have reported thoughts of suicide (Kumar 2016). Twenty-three percent of Inuit and twenty-percent of Métis reported having suicidal thoughts in their lifetime (Kumar 2016). This is more than double the rate for non-Aboriginal persons at 11 % (Kumar 2016). A 2015 study of 332 indigenous youth making use of services for homelessness indicated that 56.3% reported a suicide attempt (Kidd *et al.* 2018).

Human Rights

Human rights remain a concerning area for Aboriginal peoples in Canada. The Assembly of First Nations and First Nations Child and Family Caring Society of Canada (FNCFCS) filed a complaint to the Canadian Human Rights Tribunal in 2007 (First Nations Child & Family Caring Society 2016). On 26 January 2016, the Tribunal ruled that the provision of child and family services by Canada for Aboriginal Peoples is discriminatory on the basis of racial and ethnic identity (Canadian Human Rights Tribunal 2016). The Tribunal concluded that the Government of Canada has failed to provide equal access to government services for Aboriginal children relative to non-Aboriginal children (Canadian Human Rights Tribunal 2016).

In particular, the Tribunal ruled that Aboriginal Affairs and Northern Development Canada discriminated against children and families living in reserves and in the Yukon by failing to equally provide child and family services (Canadian Human Rights Tribunal 2016). On 26 May 2017, after reviewing the compliance of the federal government of Canada with regard to its 2016 ruling, the Tribunal concluded that the government continues to fail to meet its obligations under the order (First Nations Child & Family Caring Society 2018):

> "Despite the findings in the Decision, Canada has repeated its pattern of conduct and narrow focus with respect to Jordan's Principle" (Canadian Human Rights Tribunal 2017) (p. 15)

According to the Tribunal, Canada systemically discriminated and continues to systemically discriminate against First Nations children and their families (Canadian Human Rights Tribunal 2017).

Structural Inequality: How Does It Unfold in Everyday Life?

A well-known vignette illustrates how they structural inequality faced by Aboriginal peoples plays out within particular instances. A young Aboriginal boy, Jordan, was born with a neuromuscular disorder on the Norway House Cree Reserve in Manitoba (Lavallee 2005). His complex medical condition eventually left him unable to speak or walk and dependent on a ventilator. He required specialized care in the community (MacDonald and Attaran 2007). A bureaucratic dispute

regarding funding responsibility erupted and Jordan was kept in the hospital rather than provided clinical supports in the community (MacDonald and Attaran 2007). Jordan was not medically required to stay in a hospital (Lavallee 2005). Tragically, he died in the hospital without spending a single day in a family home.

In response to this tragedy, the Government of Canada passed a Motion in December of 2016 in memory of Jordan with the goal of ensuring that First Nations children can receive equal levels of service regardless of funding structures (First Nations Child & Family Caring Society 2016). Jordan's Principle acknowledges the tragic experience of an Aboriginal boy, Jordan River Anderson, from Norway House Cree Nation who was needlessly kept in a hospital for two years due to the fact that Health Canada, the Department of Indigenous and Northern Affairs and the Province of Manitoba could reach agreement on funding for his homecare (First Nations Child & Family Caring Society 2016).

Foster Care

The rates of foster care for Aboriginal people are alarmingly high and may reflect a contemporary manifestation of the residential school system. Canada's National Household Survey collected data on foster care for the first time in 2011 (Sinha and Wray 2015). The rates of foster care for non-Aboriginal children was 2.9 per 1000 (Sinha and Wray 2015). The rates of foster care for Aboriginal children was 45.2 per 1000 (Sinha and Wray 2015). In 2016, half of the children (4 years of age and under) in foster care in Canada were Indigenous children (Statistics Canada 2017b). Aboriginal children represented 7.7 % of all children in 2016 (Statistics Canada 2017b).

Contemporary Aboriginal and non-Aboriginal Perceptions in Canada

Contemporary research indicates that Aboriginal peoples in Canada continue to face discrimination. In 2009, the Environics Institute, a Canadian non-profit organization, completed in 2,614 person interviews with individuals of First Nations, Métis and Inuit ancestry (Environics Institute 2010). Environics also completed 2,501 telephone interviews with non-Aboriginals. In 2016, Environics completed a second survey of 2001 non-Aboriginal individuals with the goal of investigating public understanding and attitudes towards Aboriginal peoples (Environics Institute 2016).

The results of this research indicated that a significant portion of Aboriginal Peoples in Canada perceive that negative views of them by non-Aboriginal persist. Specifically, seventy percent of Aboriginal people surveyed stated that they believe non-Aboriginal people have negative attitudes towards Aboriginal people. The respondents described a range of stereotypes that they believe are held by non-Aboriginals:

- Seventy-four percent believe that non-Aboriginals associate Aboriginal peoples with drug and alcohol abuse
- Thirty percent believe non-Aboriginals perceive Aboriginal peoples as idle and lacking in motivation
- Twenty percent believe non-Aboriginals believe Aboriginal peoples are unintelligent and lack education
- Twenty percent believe non-Aboriginals believe Aboriginal peoples are reliant on social assistance
- Eighteen percent believe non-Aboriginals believe Aboriginal peoples are unemployed (Environics Institute 2010)

With regard to contemporary experiences of discrimination in Canada:

- Ninety percent Aboriginal people surveyed reported unfair or negative behaviors towards Aboriginal people (Environics Institute 2010).
- Seventy percent report having been insulted or taunted in relation to their Aboriginal identity.
- Forty-three percent report having experienced racism when attempting to access non-Aboriginal services (e.g. healthcare or financial institutions).

Clearly, the perceptions are matched by corresponding experiences.

The Environics Institute survey research indicated that non-Aboriginal peoples explicitly perceive Aboriginal culture as an important part of Canada. As of 2016, forty-three percent of non-Aboriginals in urban areas of Canada described multiculturalism as important in defining Canadian identity (Environics Institute 2016). Furthermore, fifty-eight percent of non-Aboriginals surveyed in major urban cities in Canada believed that Aboriginal culture is important in defining the country (Environics Institute 2016).

However, these more positive perceptions exist alongside more negative ideas. For example, in 2009, the majority of Canadians believe that Aboriginal peoples are generally before off economically than non-Aboriginals (Environics Institute 2010). By 2016, the majority of non-Aboriginals (59%) recognized a significant gap between the standard

of living of non-Aboriginal and Aboriginal peoples (Environics Institute 2016). This improvement in knowledge may reflect the fact that the Truth and Reconciliation Commission was established in 2008 in and tabled its final report in 2015.

The Commission emerged from the efforts of survivors of the residential schools after they launched the largest class action lawsuit in Canadian history. Canada's Truth and Reconciliation Commission was an attempt to address the sad legacy of Canada's residential school system where children of Aboriginal ancestry were removed from their homes, communities and cultures (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015c). The Commission took place over a six-year period and heard over 6,000 witnesses. The Commission aimed to gain truth, validate experiences and work under a framework of reconciliation founded on 10 principles. For example, the third principle addresses the goal of healing through acknowledgment of truth, apology and restitution:

> "Reconciliation is a process of healing of relationships that requires public truth sharing, apology, and commemoration that acknowledge and redress past harms" (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015c).

The fourth principle speaks directly to structural variables like those described above:

> "Reconciliation requires constructive action on addressing the ongoing legacies of colonialism that have had destructive impacts on Aboriginal peoples' education, cultures and languages, health, child welfare, the administration of justice, and economic opportunities and prosperity" (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015c).

The fifth principle expands this structural goal to include inclusivity:

> "Reconciliation must create a more equitable and inclusive society by closing the gaps in social, health, and economic outcomes that exist between Aboriginal and non-Aboriginal Canadians" (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015c). (What We Have Learned, Principles of Reconciliation, page 3)

With its work only recently completed (in 2016), the aims of the Commission continue to be relevant.

The work of Aboriginal Peoples through the Commission appears to have had some impact on public knowledge. With specific reference to the residential

school system, only 54 percent of non-Aboriginals reported having heard or read about residential school systems in Canada in 2009 (Environics Institute 2010). At that time, nearly fifty percent of non-Aboriginal Canadians had ***never*** heard of the residential school system (Environics Institute 2010). However, by 2016, after the Commission had finished its public processes and reporting, sixty-six percent of non-Aboriginals report having heard or read about residential school systems in Canada (Environics Institute 2016).

Possible Conclusions

This paper offers an introductory survey of structural violence towards First Nations in Canada. This violence that was embodied within a residential school system lasted over a century and affected 150,000 children who were taken from their families. This educational system, rooted in a campaign of the cultural kidnapping of children, began with the very establishment of Canada as a nation and was overseen by the country's first Prime Minister John A. MacDonald. The brief examination above explores some of the social determinants of inequality experienced by Aboriginal peoples today and indicates that the impact of this societal violence still exists in Canada.

Fleras (2016) aptly argues that conditions for Aboriginal peoples in Canada is captured by the phrase: "*diversity in inequality* " (Fleras 2016) (p. 237). The notion of diversity in inequality highlights the fact that Aboriginal peoples are heterogeneous culturally and legally but still bonded by the collective socioeconomic conditions under which they live (e.g. lower employment, substandard income, inadequate housing and education opportunities) (Fleras 2016).

Fleras (2016) has suggested that in order for the state of Aboriginality to be successfully reconciled with Canadian society the notion of Aboriginality needs to be taken seriously. In practice, Canadian governments recognize self-determination of Aboriginal communities within the realm of negotiation for power with the ultimate supremacy of Parliament and the Constitution as sacrosanct (Fleras 2016). Self-government is provided as part of a negotiation on a case-by-case basis with individual Aboriginal communities. There is an inherent onus on Aboriginal peoples rather than Canada to prove sovereignty.

In the wake of its colonial roots, exemplified through the residential school system, Canada continues to struggle with defining a social contract that promotes living together Aboriginal peoples while simultaneously recognizing difference. Neo-colonial narratives in Canada are based on the social construction of free individuals living within a society that is purportedly neutral in its defense of universal rights and legal principles (Fleras 2016). According to this approach, as embodied in the Canadian Constitution, Aboriginal peoples are simply citizens that are part of society where everyone is treated in the same way. However, given the colonization of First Nations in Canada and the cultural genocide inherent in the residential school system, Aboriginal peoples should have additional rights with recognized differences that shapes their relationship with society.

The truth is hard and the way forward, perhaps, even harder as it requires true cultural accountability in Canada:

> "Getting to the truth was hard, but getting to reconciliation will be harder. It requires that the paternalistic and racist foundations of the residential school system be rejected as the basis for an ongoing relationship. Reconciliation requires that a new vision, based on a commitment to mutual respect, be developed. It also requires an understanding that the most harmful impacts of residential schools have been the loss of pride and self-respect of Aboriginal people, and the lack of respect that non-Aboriginal people have been raised to have for their Aboriginal neighbours. Reconciliation is not an Aboriginal problem; it is a Canadian one. Virtually all aspects of Canadian society may need to be reconsidered" (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015c) (Honouring the Truth, Reconciling for the Future Summary of the Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada, page 6).

Given that a description of Canada's residential school system must necessarily take place against a backdrop of colonization, the examination above has, by necessity, largely focused on societally perpetuated victimization. However, such a characterization tells only part of the story. First Nations in Canada have been, unmistakably, victimized by structural attempts at cultural genocide. Notwithstanding, it is important to acknowledge here that Aboriginal People in Canada have been much more than victims. First Nations in Canada have had a tremendous impact on Canadian consciousness. One such illustration of this impact is the seen through the survivor's legal

challenges that led to the establishment of Canada's Truth and Reconciliation Commission as outlined above.

A single essay cannot adequately detail the range of sociocultural violence exacted upon Aboriginal peoples in Canada through the residential school system. The darkness of child theft, embodied in the residential school system, has eternally stained Canada's nationhood. The foundation of residential schools was built on this colonial relationship between Aboriginal peoples and the newly constructed Canadian nation. This fundamentally colonial relationship is problematic and still needs to be fully addressed in Canada. This paper began with the assertion that Canada's approach to Aboriginal peoples has been exemplified by the notion of tutelage (Dyck 1991). Survivor Patrick Bruyere asks a fundamental question:

> "There was, you know, a few nights I remember that I just, you know, cried myself to sleep, I guess, because of, you know, wanting to see my mom and dad. I could never figure out why we had to be in there, you know." (Truth and Reconciliation Commission of Canada 2015d)

The question of why this occurred is a cultural one. The answer can only be found by turning the analysis to the cultural assumptions (implicit and explicit assumptions) that drive societal interventions such as the residential school system that are based on underlying notions of tutelage. Societal initiatives based on tutelage are predicated on the idea that someone or some group is unable to adequately care for themselves or their communities. This is fundamentally a moral assessment rather than a scientific, medical or legal determination. It an implicit or explicit cultural judgment that is layered onto a person or group and utilized to rationalize dramatic (and sometimes appalling) interventions such as the confiscation of children from disempowered groups. These interventions are not explicitly intended to be unkind or evil. They are invariably perpetrated in the name of kindness and goodness. The case of Canada's residential school system illustrates that the pursuit of a societal intervention in the "best interests" of a group almost always takes us into a morally perilous territory.

Bibliography

Anaya, James. 2014. "Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples, James Anaya: The situation of indigenous peoples in Canada." in Human Rights Council. 27th Session. New York: United Nations General Assembly.

Arriagada, Paula. 2017. "Insights on Canadian Society Food insecurity among Inuit living in Inuit Nunangat." Ottawa: Statistics Canada.

Associated Press. 2017. "Census: Median income in four of five Indigenous communities below poverty line." in National Post. on-line: National Post.

Calver, Matthew. 2015. "Closing the Aboriginal Education Gap in Canada: Assessing Progress and Estimating the Economic Benefits." Ottawa: Centre for the Study of Living Standards.

Canadian Human Rights Tribunal. 2016. "First Nations Child and Family Caring Society of Canada and Assembly of First Nations and Attorney General of Canada and Chiefs of Ontario and Amnesty International, 2016 CHRT 2." in T1340/7008, edited by Canadian Human Rights Tribunal. Ottawa: Canadian Human Rights Tribunal.

—. 2017. "First Nations Child and Family Caring Society of Canada and Assembly of First Nations and Attorney General of Canada and Chiefs of Ontario and Amnesty International, 2017 CHRT 14." in T1340/7008, edited by Canadian Human Rights Tribunal. Ottawa: Canadian Human Rights Tribunal.

Canadian Press. 2016. "Attawapiskat crisis: Community has declared a state of emergency 5 times since 2006." in Global News. Online.

Carlson, Kathryn Blaze. 2011. "Attawapiskat: A 'homeland' at the crossroads." in National Post. online: Postmedia Network.

David Suzuki Foundation. 2017. "Glass Half Empty: Year 1 Progress Towards Resolving Drinking Water Advisories in Nine First Nations in Ontario." Vancouver: David Suzuki Foundation.

Dyck, Noel. 1985. "Aborginal Peoples and the Nation-State: An Introduction to the Analytical Issues." Pp. 1-26 in Indigenous Peoples and the Nation State: Fourth World Politics in Canada, edited by Noel Dyck. St. John's: Institute of Social and Economic Research: Memorial University of Newfoundland.

—. 1991. What is the Indian problem: The Institute of Social Science and Economic Research.

Environics Institute. 2010. "Urban Aboriginal Peoples Study: Main Report." Toronto: Environics Institute.

—. 2016. "Canadian Public Opinion on Aboriginal Peoples." The Enivronics Institute for Survey Research.

Feir, Donna L. 2016. "The Intergenerational Effects of Residential Schools on Children's Educational Experiences in Ontarioand Canada 's Western Provinces." The International Indigenous Policy Journal 7(3):1-44.

First Nations Child & Family Caring Society. 2016. "Canadian Human Rights Tribunal Decisions on First Nations Child Welfare and Jordan's Principle: Case Reference CHRT 1340/7008." Ottawa: First Nations Child & Family Caring Society.

—. 2018. "Jordan's Principle." Ottawa: First Nations Child & Family Caring Society.

First Nations Information Governance Centre. 2018. "The First Nations Regional Health

Survey: Phase 3 Volume 2." Ottawa: First Nations Information Governance Centre.
Fleras, Augie. 2016. Unequal Relations: A Critical Introduction to Race, Ethnic, and Aboriginal Dynamics in Canada Toronto: Pearson.
Galtung, Johan. 1969. "Journal of Peace Research." 6 3(167-191).
Gilligan, James. 2016. "Can psychoanalysis help us to understand the causes and prevention of violence?" Psychoanalytic Psychotherapy 30(2):125-37.
Jhappan, C. Radha. 1990. "Indian symbolic politics: the doube-edged sword of publicity." Canadian Ethnic Studies 22(3):1-13.
Kidd, S.A., J. Thistle, T. Beaulieu, B. O'Grady, and S. Gaetz. 2018. "A national study of Indigenous youth homelessness in Canada." Public Health:1-8.
Kumar, Mohan B. 2016. "Aboriginal Peoples Survey, 2012 Lifetime suicidal thoughts among First Nations living off reserve, Métis and Inuit aged 26 to 59: Prevalence and associated characteristics." Ottawa: Statistics Canada.
Lamb, Danielle, Margaret Yap, and Michael Turk. 2018. "Aboriginal/Non-Aboriginal Wage Gaps in Canada: Evidence from the 2011 National Household Survey." Industrial Relations 73(2):225-51.
Lavallee, Trudy L. 2005. "Honouring Jordan: Putting First Nations children first and funding fights second." Journal of Paediatrics and Child Health 10(9):527-29.
Leslie, John. 1982. "The Bagot Commission: Developing a Corporate Memory for the Indian Department." Historical Papers 17(1):31-52.
Macdonald, David, and Daniel Wilson. 2016. "Shameful Neglect: Indigenous Child Poverty in Canada." Ottawa: Canadian Centre for Policy Alternatives.
MacDonald, Noni, and Amir Attaran. 2007. "Jordan's Principle, governments' paralysis." Canadian Medical Association Journal 177(4):321.
Moyser, Melissa. 2017. "Aboriginal People Living Off-Reserve and the Labour Market: Estimates from the Labour Force Survey, 2007-2015." Ottawa: Statistics Canada.
Native Women's Association of Canada. 2010. " Missing and Murdered Aboriginal Women and Girls Fact Sheet." Ottawa: Native Women's Association of Canada.
Navaneelan, Tanya. 2017. "Health at a Glance." Ottawa: Statistics Canada.
Patriquin, Martin. 2012. "Canada: Home to Pikangikum, suicide capital of the world." in Macleans. online.
Perreault, Samuel. 2015. "Criminal victimization in Canada, 2014." Ottawa: Statistics Canada.
Pollock, Nathaniel J., Kiuri Naicker, Alex Loro, Shree Mulay, and Ian Colman. 2018. "Global incidence of suicide among Indigenous peoples: a systematic review." BMC Medicine 16:1-17.
Prime Minister Stephen Harper. 2008. "Statement of Apology to Former Students of Indian Residential Schools." Ottawa: Government of Canada.
PROOF Food Insecurity Policy Research. 2018. "Household Food Insecurity Is A Serious Public Health Problem That Affects 1 In 8 Canadian Households." Toronto: PROOF Food Insecurity Policy Research.
Public Health Agency of Canada. 2006. "The Human Face of Mental Health and Mental Illness in Canada 2006." Ottawa: Public Health Agency of Canada.
Royal Canadian Mounted Police. 2013. "Missing and Murdered Aboriginal Women: A National Operational Review." Ottawa: Royal Canadian Mounted Police.

Sinha, Vandna, and Michael Wray. 2015. "Foster Care Disparity for First Nations Children in 2011." Montreal: Centre for Research on Children and Families: Canadian Child Welfare Research Portal.
Statistics Canada. 2011. "The educational attainment of Aboriginal peoples in Canada." in National Household Survey. Ottawa.
—. 2017a. "The Aboriginal population in Canada." Ottawa: Statistics Canada.
—. 2017b. "Diverse family characteristics of Aboriginal children aged 0 to 4." Ottawa: Statistics Canada.
—. 2017c. "The housing conditions of Aboriginal people in Canada: Census of Population 2016." Ottawa: Stastics Canada.
—. 2018. "First Nations People, Métis and Inuit in Canada: Diverse and Growing Populations." Ottawa: Statistics Canada.
Tarasuk, V., A. Mitchell, and N. Dachner. 2016. " Household food insecurity in Canada, 2014." in Research to identify policy options to reduce food insecurity (PROOF). Toronto: PROOF.
Truth and Reconciliation Commission of Canada. 2015a. "Canada's Residential Schools: Missing Children and Unmarked Burials: The Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada (Volume 4)." Montreal: Truth and Reconciliation Commission of Canada.
—. 2015b. "Canada's Residential Schools: The History, Part 1 Origins to 1939: The Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada." Montreal: Truth and Reconciliation Commission of Canada.
—. 2015c. "Honouring the Truth, Reconciling for the Future: Summary of the Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada." Truth and Reconciliation Commission of Canada.
—. 2015d. "The Survivors Speak: A Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada." Montreal: Truth and Reconciliation Commission of Canada.
Wilk, Piotr, Alana Maltby, and Martin Cooke. 2017. "Residential schools and the effects on Indigenous health and well-being in Canada—a scoping review." Public Health Reviews 38(8):1-23.
Wilk, Piotr, Alana Maltby, and Joel Phillips. 2018. "Unmet healthcare needs among indigenous peoples in Canada: findings from the 2006 and 2012 Aboriginal Peoples Surveys." Journal of Public Health: From Theory to Practice 26:475-83.
World Population Review. 2018. "Canada Population." Walnut, California: World Population Review.

Crianças indígenas institucionalizadas no Mato Grosso do Sul: uma visão analítico-comportamental sobre a importância dos operantes verbais

Autor

Diego Bertier de Almeida

Psicólogo voluntário do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica (NUPIIR), da atuação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: diego_bertier@yahoo.com.br

Resumo

Objetiva-se analisar casos de crianças indígenas institucionalizadas em Mato Grosso do Sul, onde se percebe uma dificuldade de comunicação entre as instituições e a população indígena. Muitas vezes os pais/responsáveis pela criança não conseguem entender o que de fato está se passando e o porquê, assim como as próprias crianças; e quando há o entendimento por parte dos pais/responsáveis, mesmo que incompleto, poucos são os que conseguem se fazer entender diante dos mecanismos legais utilizados no processo de institucionalização. Isso ocorre desde a abordagem da equipe técnica, durante o trâmite processual, chegando até as instituições de acolhimento, onde até uma simples entrevista ou visitação acaba se tornando uma tarefa complexa devido à dificuldade na comunicação. Tais observações foram realizadas por meio de análises de processos de crianças indígenas institucionalizadas.

Palavras-chave

Crianças indígenas, institucionalização, comportamento verbal, padrão de comportamento, comunicação, dificuldade de adaptação.

Crianças indígenas institucionalizadas no Mato Grosso do Sul: uma visão analítico-comportamental sobre a importância dos operantes verbais

Diego Bertier De Almeida

NUPIIR: é o NÚCLEO INSTITUCIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS E DA IGUALDADE RACIAL E ÉTNICA da atuação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, órgão especializado para tratar de demandas das comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, ciganos, pescadores, artesanais, varzeiros, pantaneiros e ribeirinhos), criado por meio da Resolução DPGE n. 157, de 19 de abril de 2018, tem como uma de suas funções a atuação nos processos judiciais envolvendo crianças indígenas em situação de acolhimento. A equipe atua conta com uma antropóloga, uma assistente jurídica e um psicólogo.

Através do NUPIIR, pôde ser analisado alguns processos encaminhados pela FUNAI da cidade de Dourados, no período entre maio e novembro de 2018, 67 processos de destituição familiar envolvendo crianças indígenas, sendo que alguns desses processos já estavam em rumo para resolução, com a criança retornando para a casa dos seus genitores, ou para algum membro da sua família. Em outros casos, ainda estavam pendentes algumas etapas do processo, mas todos os casos apresentavam a dificuldade de comunicação, devido a diferença do idioma e principalmente pela falta de um profissional, que de acordo com o ARTIGO 12 DA CONVENÇÃO No 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS:

> *"Os povos interessados deverão ter proteção contra a violação de seus direitos, e poder iniciar procedimentos legais, seja pessoalmente, seja mediante os seus organismos representativos, para assegurar o respeito efetivo desses direitos. Deverão ser adotadas medidas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazer compreender em procedimentos legais, facilitando para eles, se for necessário, intérpretes ou outros meios eficazes."*

Para entender o porquê e a causa dessa dificuldade na comunicação, B. F. Skinner em seu livro "The Verbal Behavior" (1957) retirou uma barreira paradigmática ao postular princípios operantes para comportamento verbal humano em um campo já habitado, a linguagem. O autor propõe uma explicação para o comportamento verbal, que torna desnecessária a busca por explicações estruturalistas, como a noção do significado embutida no significante (palavra), ressaltando o princípio proposto por Darwin, dando o tom selecionista aos estudos sobre a linguagem. O comportamento verbal pode ser definido como sendo um operante que é selecionado por reforços mediados por outras pessoas que pertençam a mesma comunidade sócio-verbal, ou seja, é um comportamento operante modelado e mantido pelas consequências de um ouvinte pertencente a mesma comunidade verbal, assim podendo ser explicado por meio das descrições de relações funcionais entre organismo-ambiente. Sobre os operantes verbais:

Mando

Dentre os operantes verbais identificados por Skinner (1957), o mando é caracterizado por ser aquele em que o reforço é claramente especificado e está sob controle de uma operação estabelecedora, privação ou estimulação aversiva, de modo que o efeito do reforçamento será igualmente proporcional aos estados de privação ou as contingências aversivas sob as quais o falante se encontra. Ou seja, é um tipo de operante verbal caracterizado pela relação única entre a forma da resposta e o reforçamento característico, mediado por uma comunidade verbal.

Assim, segundo Abreu e Hubner (2011) quando o falante emite um discurso que é tomado como ordens, comandos ou pedidos seriam mandos por especificarem um reforçador que será mediado pelo comportamento do ouvinte. Geralmente, o mando é exemplificado por ações do senso comum tais como, ordens, pedidos, súplicas, conselhos, entre outros, e funciona, principalmente em benefício do falante.

Skinner (1957) frisa que a resposta do mando não tem uma relação específica com um estímulo interior. Um mando caracteriza-se pela relação entre a forma da resposta e o reforço caracteristicamente recebido pela comunidade verbal. Um exemplo de Mando citado pelo autor é quando alguém emite o comportamento verbal, como por exemplo, "Me dê um copo d'água, por favor!", essa frase indica uma situação de privação do falante e especifica o reforçador para aquele comportamento.

Segundo Abreu e Hubner (2011) é conveniente dar um nome para o tipo de operante verbal no qual a resposta de uma forma dada é caracteristicamente seguida por uma consequência dada numa comunidade verbal. A relação básica tem sido reconhecida nas análises gramaticais e sintáticas (expressões como "modo imperativo" e "ordens e súplicas" sugerem a si mesmas), mas nenhum termo tradicional pode ser usado aqui com segurança. O termo mando tem certo valor mnemônico derivado de comando, desmando, etc, e possui também a conveniência de ser breve.

Definiremos, pois, o mando como um operante verbal no qual a resposta é reforçada por consequência característica e, portanto, sob controle funcional de condições relevantes de privação ou estímulo aversivo. O uso adjetivo é verbal do termo são autoexplicativos.

Um mando caracteriza-se pela relação especial e única entre a forma da resposta e o reforço caracteristicamente recebido numa dada comunidade verbal. Um mando é um tipo de operante verbal singularizado por suas variáveis controladoras. Nenhuma resposta pode ser dada a um mando a partir apenas de sua forma. Como regra geral, para identificarmos qualquer tipo de operante verbal, precisamos conhecer os tipos de variáveis cuja resposta constitui uma função.

Numa dada comunidade verbal, todavia, certas propriedades formais podem estar tão intimamente associadas com tipos específicos de variáveis que estas podem, seguramente, ser inferidas. No caso presente, podemos dizer que algumas respostas, apenas por causa de suas propriedades formais sejam provavelmente, mandos. (Abreu e Hubner, 2011)

O padrão de resposta que caracteristicamente obtém o reforço depende, claro, da "linguagem" — isto é, das práticas de reforço da comunidade verbal. Para melhor compreensão do mando Abreu e Hubner (2011) destacam a importância de explicar, não apenas as relações entre padrões de resposta e reforços, mas também a manutenção do comportamento do ouvinte. Quando considerarmos outros tipos de operantes verbais, verificaremos que o comportamento funciona principalmente em benefício do ouvinte e, nesse caso, não é difícil explicar-lhe o comportamento. O mando, porém, funciona principalmente para benefício do falante.

Tato

O tato foi definido por Skinner (1957) como uma resposta verbal controlada por estimulação não verbal. O tato é controlado por eventos, objetos do ambiente ou ainda por algumas de suas propriedades. A palavra "tato" foi sugerida por Skinner

por derivar da palavra "contato" com o mundo material, assim, topograficamente, tal operante verbal assemelha-se a descrições, afirmações, conselhos e avisos.

> Pode ser tentador dizer que num tato a resposta "se refere a", "menciona", "anuncia", "fala sobre", "nomeia", "denota" ou "descreve" seu estímulo. Mas a relação essencial entre resposta e estímulo de controle é precisamente a mesma que a do comportamento intraverbal, textual e ecóico. Não dizemos que o estímulo intraverbal "se refere a" por todas as respostas que ele provoca, ou que uma resposta ecóica ou textual "menciona" ou "descreve" suas variáveis de controle. A única relação funcional útil se expressa na afirmação de que a presença de um dado estímulo aumenta a probabilidade de ocorrência de uma determinada forma de resposta. Esta é, também, a essência do tacto. (Skinner, 1957, p. 80)

Para Skinner (1957), este é o operante verbal mais importante por causa do controle exercido pelo estímulo anterior. Tal controle é estabelecido pela comunidade reforçadora, que reforça a resposta tão consistentemente quanto possível na presença de um estímulo com muitos reforçadores diferentes ou com um reforçador generalizado. Ele contrasta claramente com as relações de controle no mando onde os resultados mais eficientes são obtidos quando se rompe qualquer conexão com o estímulo anterior, deixando assim a privação ou a estimulação aversiva no controle da resposta.

No tato, a relação com a privação, ou qualquer estimulação aversiva, é enfraquecida através do reforçamento diferencial da resposta verbal sob o controle de um estímulo não verbal (ambiente). O reforço para a aquisição do tato é generalizado ou social (p. ex. atenção) e é geralmente disponibilizado pela comunidade verbal, a qual reforça diferencialmente o comportamento verbal de um indivíduo. Por exemplo, uma criança ao falar "vermelho" diante de um objeto vermelho é reforçada com a atenção dos pais que dizem "muito bem!" (reforço generalizado) e assim por diante (Skinner, 1957).

Para melhor entendimento do operante verbal "tato" se faz necessário o entendimento do processo de instalação de um tato. Segundo Abreu e Hubner (2011) dentro da concepção skinneriana, a forma como é ensinado a nomeação de objetos pode ser considerado um exemplo de instalação de tato.

> No exemplo citado no início do artigo, a criança que aprende a emitir o tato hipopótamo, no zoológico, só se comporta como falante posto que, em sua história, foi ouvinte desse mesmo tato. Isso ocorre provavelmente nos momentos em que a mãe nomeia o animal e reforça diferencialmente as aproximações verbais sucessivas da criança na presença do animal. A criança se comporta inicialmente como ouvinte da mãe e das suas próprias verbalizações, emitindo ecóicos nos primeiros momentos. E por reforçamento diferencial da mãe, ocorreria a transposição de variáveis de controle do ecóico para as de tato. Isso aconteceria devido à presença consistente do animal nas circunstâncias em que ocorrem os reforçamentos das aproximações verbais sucessivas da criança (Abreu & Hubner, 2011, p 5)

Skinner (1957), classificou dois tipos de estímulos não verbais importantes que controlam o tato, um deles é o ouvinte que controla caracteristicamente um amplo grupo de respostas devido ao ato de o ouvinte ser parte essencial da situação na qual o comportamento verbal é observado, podendo ser considerado um estímulo de discriminação.

Assim, o ouvinte é parte de uma ocasião na qual o comportamento verbal é reforçado e, por isso, torna-se parte da situação que controla a emissão do comportamento. Outro tipo de estímulo não verbal classificado pelo autor é constituído pelo conjunto do meio físico: são os objetos inanimados e acontecimentos sobre os quais um falante se refere.

Autoclítico

O autoclítico foi definido por Skinner (1957) como um operante verbal secundário, que ao modificar o próprio comportamento verbal aumenta a probabilidade da ação da audiência. Um autoclítico pode afetar o comportamento do ouvinte indicando uma propriedade do comportamento do falante ou as circunstancias responsáveis por essa propriedade.

O autoclítico é um comportamento verbal de segunda ordem, e depende de outros operantes verbais para ocorrer. Esse operante verbal possui classes que incluem os autoclíticos descritivos, qualificadores, quantificadores, de relação ou de manipulação.

A frase "fastfood fazem mal à saúde" representa um autoclítico quantificador e difere da frase "alguns fastfood fazem mal à saúde". Ambas as frases esclarecem um pouco mais sobre a história do falante, e, por conseguinte, auxiliam o ouvinte a discriminar certas particularidades de sua fala (Skinner, 1957).

> É tão penoso formular correspondências semânticas para estes termos que, comumente, eles são explicados por meio de uma referência às "intenções" do falante, de suas "atitudes propositais", e assim por diante. (Skinner, 1957, p 374)

Nos autoclíticos descritivos, segundo Skinner (1957), o falante emite um comportamento verbal descrevendo o seu próprio comportamento, tais comportamentos são exibidos eventualmente sob controle de acontecimentos privados do falante, embora seja a comunidade verbal que estabelece tal repertorio.

O comportamento auto descritivo vai variar de acordo com as contingências organizadas pela comunidade ao estabelecer perguntas sobre o que o falante disse. Autoclíticos descritivos que indicam a intensidade do comportamento do falante, podem ser mudados para indicar a probabilidade do evento descrito, podem também, de uma forma mais direta, sugerir a razão pela qual o falante esta se sujeitando a fazê-lo.

Segundo Skinner (1957), um tipo de autoclítico descritivo informa o ouvinte sobre o tipo de operante verbal que o acompanha. Outro tipo de autoclítico descreve a intensidade de uma resposta. Existem também os que descrevem as relações existentes entre uma resposta e outro comportamento verbal, ou outras circunstancias nas quais o comportamento é emitido.

Por fim existem os autocliticos descritivos que indicam as condições emocionais, ou motivadoras do falante que afetam o ouvinte.

Skinner (1957) defende que nos autoclíticos negativos há qualificação ou o cancelamento da resposta a qual eles se seguem, e envolvem o fato de que a resposta é forte por alguma razão. Estes autoclíticos podem funcionar em conexão com o processo de correção, permitindo que o falante emita uma resposta mesmo que na circunstancia atual ela possa ser punida.

Para Skinner (1957) os autoclíticos podem ser seguidos por sentenças ou formas pronominais que ocupariam o lugar de tais sentenças, por exemplo: *"Eu gosto disso"*. O que também pode ocorrer é o autoclítico indicar ao ouvinte que o que será dito tem o mesmo efeito daquilo que já foi dito.

Skinner (1957) diz sobre a importância dos autoclíticos de qualificação do *tato,* pois tal função autoclítica é capaz de modificar a intensidade e/ou a direção do comportamento do ouvinte. Outro autoclítico que pode afetar a reação do ouvinte é aquele que indica o tipo ou o grau de extensão de um *tato.* É possível

haver a combinação deste tipo de autoclítico com os autoclíticos descritivos, e mais de um caso de cada um deles pode ocorrer em uma dada resposta, de forma que as distinções entre eles são de natureza prática.

Durante a análise desses processos que envolvem as crianças Guarani-Kaiowa, esse foi o principal fato que se destacou, pois apesar de todos, teoricamente, pertencerem à mesma comunidade verbal (todos brasileiros), ainda há uma diferença cultural e linguística, a qual gera uma dificuldade real de comunicação entre as instituições que abrigam essas crianças e a população indígena.

Muitas vezes, os pais ou os responsáveis legais pela criança, e muito frequente as próprias crianças, não conseguem entender o que de fato está se passando e o porquê, e quando conseguem ter um vislumbre da situação em que se encontram, não conseguem entender o motivo que as colocou naquela situação. Sendo que para Skinner (1993), o comportamento verbal faz uma grande diferença, pois aumenta o alcance da ação de ambiente social.

Skinner (1957) afirma que comportamento verbal possui efeito indireto no ambiente, por alterar, primeiramente, o comportamento de outros membros do grupo e só depois, alterar o ambiente. Sério e Andery (2002) afirmam que esses comportamentos se caracterizam por manter uma relação não mecânica e indireta com o ambiente, afetando em primeiro lugar outros seres humanos.

A diferença cultural, social e linguística observada durante todas as etapas do processo, desde a abordagem da equipe técnica, o tramite processual, chegando até as instituições de acolhimento, acarreta no fato de que uma simples entrevista ou visita acaba se tornando uma tarefa complicada. Já que segundo Skinner, a linguagem deve ser vista como comportamento e especificamente como operante.

"O comportamento verbal é modelado e mantido por um ambiente verbal – por pessoas que respondem ao comportamento de certo modo por causa das práticas do grupo do qual são parte. Essas práticas e a interação resultante entre o falante e o ouvinte abarcam o fenômeno que está sendo considerado aqui sob a rubrica de comportamento verbal. " (Skinner, 1957, p. 226).

A dificuldade de se chegar a um entendimento eficaz e satisfatoriamente compreensivo, é apenas mais uma barreira encontrada devido a essa grande diferença cultural entre a população indígena e a não indígena, já que os costumes e o entendimento do que seria padrão de comportamento aceitável para essas duas culturas são diferentes.

> "*O que sentimos são condições corporais e o que dizemos sobre o que sentimos não é o próprio sentir…e o dizer, tanto quanto o sentir, são produtos de contingências de reforçamento, mais difíceis de serem identificadas quando o ouvinte não tem acesso ao fenômeno sobre o qual falamos.*" (Skinner, 1989, p.4)

Portanto, a falta de um profissional conhecedor das culturas Guarani-Kaiowa dificulta os trabalhos a serem desenvolvidos com essa população, principalmente no que tange ao acesso concreto de informação, como devem proceder de acordo com a demanda do caso, a quem eles devem recorrer ao buscar ajuda. Crianças abrigadas apresentam dificuldade de se comunicar e se adaptar por terem uma realidade diferente das impostas pelas instituições, pois passaram a vida toda convivendo dentro da aldeia, dentro de sua cultura, e agora se encontram inseridas em um ambiente diferente daquele que lhes era familiar.

Tem que se levar em conta também que a criança, ao ser inserida nesse contexto não indígena, vai passar a ter acesso a diferentes tipos de contingências e experiências do que seria seu habitual se estivesse em um lugar de sua cultura, como por exemplo alguns tipos de alimentos, brincadeiras, histórias e vivência.

Não se esquecendo de que esse período adaptativo pode ser uma experiência desagradável para criança, visto que outras crianças que se encontram nesses abrigos, que não são indígenas, podem apresentar certa relutância e dificuldade na aceitação de alguém que chegue com um repertório comportamental diferente do que estão acostumados, e o contrário também é valido, uma criança indígena pode apresentar dificuldades para se enturmar devido ao padrão de comportamento das outras crianças serem diferentes dos seus.

Sabe-se que qualquer movimento capaz de afetar outro organismo pode ser considerado verbal, tais como vocalizações, gestos, expressões faciais e a escrita. A consequência mais básica do comportamento verbal é que através dele, os falantes mudam o comportamento dos ouvintes. Dessa forma, o comportamento verbal tende a ocorrer em relações que provavelmente será reforçado, tal como qualquer outro tipo de comportamento (Baum, 1994).

O que acaba ocasionando o fato de que, quando a criança se adapta a essa vida não indígena, como em alguns dos casos observados, a criança fica relutante em querer voltar para a vida na aldeia, e quanto mais ela passa tempo nessas instituições, mais essa relutância aumenta.

Discussão

Para que haja melhor resolução destes casos, diante da problemática apresentada, sugere-se a criação de uma casa abrigo/acolhedora dentro da própria aldeia, que siga os costumes das culturas étnicas locais, ou pelo menos corpo técnico com integrantes destas culturas, para se ter a chance de amenizar essas diferenças, realizando uma adaptação mais suave e não tão abrupta, já que como diz Skinner (1957), para que o comportamento verbal seja reforçado é crucial a presença de falantes e ouvintes e que estes devem pertencer à mesma comunidade verbal.

Dessa forma, um reforço específico poderá ser disponibilizado. Além disso, as pessoas que escutam e reforçam o comportamento do falante são consideradas por ele como audiência e fazem parte do que o autor chama de comunidade verbal. Sendo assim, tal tipo de comportamento possui natureza social, necessita de outras pessoas para ser adquirido e mantido.

Ao serem mantidas nas instituições em que se encontram atualmente, as crianças indígenas ficam confinadas e submetidas à estímulos não compatíveis com o que estavam habituadas. Onde em suas aldeias estavam livres para o ir e vir, conviviam com outras crianças com o mesmo tipo de repertorio cultural, agora se veem presas sem essa liberdade, confinadas à uma cultura e repertórios de comportamento diferentes do que estavam habituadas. Onde estavam livres para explorar de forma prática e sucinta em suas aldeias de origem, agora o único método de exploração de mundo, é através de uma televisão, onde recebem enxurradas de informações conflitantes com o repertório adquirido de suas culturas.

Isso acarreta em um conflito interno, em entrevistas com adolescentes que cresceram em tais instituições, as mesmas afirmam que devido a esse conflito cultural que foram submetidos, elas se sentem perdidas em relação a sua identidade cultural, e que devido a essa exposição prolongada a uma cultura diferente na qual foram inseridas, muitos adolescentes afirmam não terem vontade de retornar à vida cotidiana na aldeia pois não se sentem mais parte desse grupo cultural.

O conceito trazido pela Organização Mundial da Saúde, onde a saúde é vista como: "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doenças" (OMS, 1946 s/p)..

Por outro lado, temos o conceito ampliado, trazido pela Constituição Federal de 1988, Art. 196, que coloca a saúde como:

"direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"

O que nos leva ao ponto do porquê e como essas crianças foram retiradas dos seus lares e foram parar nos abrigos. Como citado acima, é dever do Estado garantir que sua população tenha acesso a serviços de saúde, proteção e prevenção, mas o que pode se observar é o total descaso com a população indígena. É majoritário os casos em que a criança é retirada de sua família, devido as condições dos pais, na qual muitas vezes não possuem condição para uma alimentação mínima, não possuem moradia no padrão que a instituição espera, não possuem uma "condição bem-estar físico, mental e social".

Onde deveria haver intervenção do Estado, para suprir essas necessidades da população indígena pelo menos no que tange ao acesso a mais serviços sociais e de saúde, não há. Invés disso existe a intervenção paliativa, onde se retira o sintoma, que seria a retirada da criança do seu seio familiar, mas o problema real, o vivido por seus pais, ainda se mantem e continuará se propagando.

Faz-se necessário o uso de políticas públicas mais presentes para as aldeias, visto que esse é o problema que mais afeta os indígenas, junto com um programa para prevenção de saúde mental, já que essa população é uma das que mais sofrem devido a esse problema. E até mesmo as crianças indígenas que estão abrigadas nas instituições e precisam de algum cuidado ou tratamento específico, tem dificuldade em conseguir acesso aos mesmos.

Problemas sociais, falta de recursos, dificuldade na comunicação e ao acesso à benefícios, acaba sobrecarregando os indígenas, que acabam por buscar um método de fuga/esquiva prático e que esteja ao alcance de suas mãos, e infelizmente isso seria o uso abusivo do álcool, um produto introduzido pelos não indígenas em sua cultura de modo industrializado. Povos indígenas possuem a tradição de consumir bebidas alcoólicas quando produzidas por eles próprios (shisha), de forma artesanal e para fins específicos de rituais e comemorações pontuais em sua cultura.

Conclusão

Com esta análise pôde-se notar que o comportamento verbal influencia o comportamento de outros indivíduos (ouvintes). Esta influência se dá através

de todo tipo de expressão do comportamento verbal seja ela cantada, escrita, discursada ou gestual. Frisando que o comportamento do falando só será mantido se for reforçado por sua comunidade verbal, e pode-se considerar que o impacto social causado pela fala do falante é a consequência que fará com que o falante continue, ou não, a emitir tais comportamentos.

Percebe-se o quanto as observações de Skinner sobre o comportamento verbal são importantes. Para psicologia analítico comportamental o uso e a análise dos operantes verbais podem e vão ajudar a compreender a cultura de um povo, principalmente neste caso que envolve crianças guarani-kaiowa, que são uma cultura onde a fala é o método predominante que utilizam para manter sua história e cultura vivas para as próximas gerações.

Bibliografia

ABREU, P. R; HUBNER, M. M. C. O comportamento verbal para B. F. Skinner e para S. C. Hayes: uma síntese com base na mediação social arbitrária do reforçamento. acta comportamentalia Vol. 20, Núm. 3 pp. 367-381

BAUM, W.M. Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução. Porto Alegre: Artmed, 1994

SKINNER, B. Verbal behavior. Englewood: Prentice-Hall, 1957

SKINNER, B.F. Upon further reflection. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1987.p. 53-81.

SKINNER, B. F. Sobre o Behaviorismo. São Paulo: Editora Cultura, 1993

CONVENÇÃO No 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm> Acesso em: 11 de abril de 2019.

BORGES, Nicodemos Batista. "Controle de estímulos e comportamento operante: uma introdução": de Tereza M. A. P. Sério, Maria Amália Andery, Paula S. Gioia e Nilza Micheletto - São Paulo: EDUC, 2002. Rev. bras. ter. comport. cogn, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 83-84, jun. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 maio 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_196_.asp> Acessado em 06 de maio de 2019

Super-representação dos Kaiowá e Guarani no Sistema Penitenciário: um pedaço da Austrália em Mato Grosso do Sul

Autores

Marco Antonio Delfino de Almeida

Procurador da República. Mestre em Antropologia Social pela UFGD e Doutorando em História Indígena pela UFGD. E-mail: marcoalmeida@mpf.mp.br

Karla Mendes

Jornalista com 16 anos de experiência, Karla Mendes trabalha como correspondente para veículos estrangeiros desde 2015 e, nos últimos dois anos, se especializou na cobertura de temas ambientais, questões fundiárias e comunidades tradicionais.

Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Karla é mestra em jornalismo investigativo e de dados pela Universidade King's College, no Canadá, e tem um MBA em finanças pela Fundação Instituto de Administração (FIA), em São Paulo. Atualmente, Karla trabalha como editora e correspondente da Mongabay — site de notícias dos Estados Unidos focado em meio ambiente — no Brasil.

Resumo

Dados apontam uma super-representação dos Povos Indígenas na população carcerária. A média alcança 520 presos por 100 mil habitantes em um cenário conservador, estimando-se uma população de 50 mil integrantes dos Povos Indígenas Kaiowá e Guarani. (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN/MS, 2019). A taxa de encarceramento é, aproximadamente, o dobro da média nacional, três vezes a média mundial e se aproxima da média americana, reconhecidamente a maior do mundo. A situação se assemelha à situação australiana, onde aborígenes e nativos do Estreito representam 2% (dois por cento) da população, mas 28% (Vinte e oito por cento) da população carcerária. A taxa de encarceramento alcança o estratosférico número de 2.481 detentos por 100 mil habitantes. (Australian Bureau of Statistics, 2019). Inobservância de direitos processuais, como acesso a intérprete e laudo antropológico, em um claro contexto discriminatório, apontam a possível observância de um quadro de racismo institucional no Sistema de Justiça.

Palavras-chave

Povos Indígenas, Kaiowá e Guarani, Prisões, Racismo Institucional

Super-representação dos Kaiowá e Guarani no Sistema Penitenciário: um pedaço da Austrália em Mato Grosso do Sul

Marco Antônio Delfino de Almeida
Karla Mendes

Introdução

Em recente ofício remetido pelo responsável pela Polícia Militar na cidade de Caarapó, foi comunicada a impossibilidade de patrulhamento das vias da TI Tey'e Kuê em face da ausência de "segurança" de agentes públicos. Ao lado da evidente contradição entre o motivo apontado por um dos detentores da atribuição constitucional, prevista em seu art. 144, para impedir a concretização fática do direito fundamental à segurança, verifica-se clara categorização dos Povos Indígenas como cidadãos de segunda classe. Tal alegação seria incabível em qualquer bairro de classe média em qualquer cidade brasileira. A alegação não é nova e sustentou a propositura de ações civis públicas para garantir o atendimento emergencial, via 190, aos Povos Indígenas.[190]

No entanto, junto ao exemplo discriminatório reside um outro dado igualmente perturbador: o nível de encarceramento da população indígena. Como conciliar regiões escassamente cobertas pelo aparato policial com uma taxa de encarceramento

190 Neste sentido cabe mencionar as decisões derivadas das Ações Civis Públicas nº 0001889-83.2012.403.6002 (1ª Vara Federal de Dourados da 2ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul) e 001641-08.2012.403.6006 (1ª Vara Federal de Naviraí da 6ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul). As decisões acarretaram a edição da RESOLUÇÃO SEJUSP/MS/Nº 638 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012 cujos trechos destacamos:
"CONSIDERANDO a decisão de antecipação dos efeitos da tutela proferida em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em tramite na 1ª Vara Federal de Dourados da 2ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul sob o nº 0001889-83.2012.403.6002, onde se determina que: "Diante de todo o exposto, concedo a antecipação dos efeitos da tutela para o fim de determinar ao réu, Estado de Mato Grosso do Sul, que passe a prestar, imediatamente, por intermédio de suas polícias Civil e Militar, atendimento emergencial aos indígenas, notadamente aqueles solicitados pelo telefone "190" e no interior das reservas indígenas, para apuração e repressão de delitos contra a vida, patrimônio e a integridade psicofísica. Em consequência suspendo os efeitos do ofício/PGE/GAB/817/2009, da lavra do Procurador-Geral do Estado e de quaisquer atos administrativos de lavra do réu, ou de seus agentes, os quais possam ser invocados como fundamentos pelas policias para descumprimento da presente determinação. (...)
Art. 2º Acolher à sugestão do Procurador-Geral do Estado e determinar que sejam efetuados o atendimento emergencial e apuração e repressão de delitos no interior das reservas indígenas em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos das citadas decisões judiciais, enquanto estas perdurarem. (Mato Grosso do Sul., Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, 2012)

que é, aproximadamente, o dobro da média nacional, três vezes a média mundial e se aproxima da média americana, reconhecidamente a maior do mundo?

Dados do CNJ referentes a 2014 apontam que "*De acordo com o Centro Internacional de Estudos Penitenciários, ligado à Universidade de Essex, no Reino Unido, a média mundial de encarceramento é de 144 presos para cada 100 mil habitantes. No Brasil, o número de presos sobe para 300.*" (Conselho Nacional de Justiça, 2019). Dados mais recentes, de 2016, apontam uma ligeira elevação para 313 presos por 100 mil habitantes. (Almeida, Mariani, & Ostetti, 2019)

Em relação aos Povos Indígenas, a média alcança 520 presos por 100 mil habitantes, em um cenário conservador, estimando-se uma população de 50 mil integrantes dos Povos Indígenas Kaiowá e Guarani. (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN/MS, 2019).

Esse dado se conecta com a Austrália mencionada no título. A taxa de encarceramento australiana dos aborígenes e nativos do Estreito de Torres é crescente. Dados de 2018 apontam que, apesar de representarem apenas 2% (dois por cento) da população australiana, estão super-representados com 28% (Vinte e oito por cento) da população carcerária. A taxa de encarceramento alcança o estratosférico número de 2.481 detentos por 100 mil habitantes. (Australian Bureau of Statistics, 2019).

Voltando à realidade sul-mato-grossense, os dados têm mais um agravante: a ausência/deficiência do policiamento, o que mascara ainda mais os dados e a consequente deficiência na investigação com prováveis, ou possíveis falhas na coleta das provas periciais e testemunhais. Nesse ponto, cabe tecer especiais considerações sobre o papel central das lideranças na produção da prova testemunhal. Uma única liderança da terra indígena Bororo apresenta um histórico de mais de 100 participações como testemunha em infrações penais. Não é crível que tenha presenciado todos os ilícitos.

Um último e relevantíssimo ponto, conexo com o exposto anteriormente, reside no cenário de discriminação étnica apontado. Pelo menos duas decisões judiciais ordenaram o desaforamento do Júri da cidade de Dourados, em função do quadro intenso de racismo étnico detectado localmente (Desaforamento de Julgamento, 2009), (Desaforamento de Julgamento, 2016). As decisões, que serão abordadas em tópico específico, apontam a impossibilidade desse quadro garantir a realização de um júri imparcial. A singularidade dos casos, réus ou

autores não-indígenas, não retira a validez das premissas expostas. Como permitir, nesse cenário, que júris julguem indígenas na região?

Expostas essas considerações iniciais, o presente trabalho abordará aspectos relacionados ao contexto social e histórico em que está inserido o presente processo massivo de encarceramento, contextualização das lideranças indígenas, especialmente da figura do capitão e, por fim, considerações sobre o efeito do racismo no sistema de justiça, especialmente do denominado "racismo inconsciente".

Situação atual dos indígenas encarcerados em Mato Grosso Do Sul

A primeira abordagem relevante sobre o tema ocorreu no Relatório "Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul" (Centro de Trabalho Indigenista, 2008). Em 2005 e 2006, a pedido do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), o CTI realizou o levantamento dos detentos indígenas nos estados de Roraima, Rondônia e Mato Grosso do Sul. Nesse último estado, 119 indígenas encontravam-se em unidades prisionais no ano de 2006, sendo que a maioria deles (68) estava na unidade prisional de Dourados (Agepen e DGPC, 2006).Para efeitos comparativos, em 2019, há 150 indígenas presos na unidade prisional de Dourados, um crescimento de 120% (cento e vinte por cento) em 13 anos. (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN/MS, 2019).

Interessante citar as conclusões do estudo de 2008 referentes às condições processuais que acarretaram as prisões indígenas:

> *Um aspecto relevante do diagnóstico é a constatação da pouca garantia dos direitos nos julgamentos das ações criminais. Detectaram-se ainda o descumprimento das garantias individuais na fase de execução penal, solapando direitos assegurados na legislação brasileira em geral e na legislação indigenista e, ainda, por Convenções e Declarações de caráter internacional, verificando-se, com isso, a violação dos direitos humanos.* (Centro de Trabalho Indigenista, 2008, p. 13).

Merecem destaque as observações do relatório em relação à produção de provas periciais e testemunhais:

> As provas colhidas, durante o Inquérito Policial e durante o processo penal, são parciais ou insuficientes; os testemunhos oferecidos pela acusação, muitas vezes, não são contestados pelos advogados ad hoc e a defesa nem sempre produz as provas que seriam

> necessárias. Os próprios indígenas reconhecem a falta de defesa: "Cara lá que tem ano, passa ano e advogado nem vai lá [...]" (Parente de detento kaiowá na Penitenciária Máxima Harry Amorim Costa, em Dourados, Aldeia Bororó, Terra Indígena de Dourados, fita n.05, p. 9.) (Centro de Trabalho Indigenista, 2008, p. 30)

O diagnóstico de violação de garantias processuais, previstas na Constituição, e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos acarretou a edição de algumas recomendações, citemos algumas:

> • *Criação de disciplina nos currículos das faculdades de direito que contemplem o Direito Indígena.*
>
> • *Que as Universidades Públicas e Privadas fomentem estágios com atendimento às comunidades indígenas, envolvendo, preferencialmente, os acadêmicos indígenas.*
>
> • *Necessidade da capacitação dos quadros administrativos regionais da Funai sobre os dispositivos contidos na Convenção 169 da OIT.*
>
> • *Formação de equipes interdisciplinares com a presença de antropólogos que atuem na capacitação dos profissionais que trabalham em Delegacias de Polícia para um atendimento especializado aos indígenas.*
>
> • *Capacitação dos profissionais que trabalham nos Juizados Especiais Criminais, Varas Criminais e Varas de Execução Penal sobre os direitos indígenas, ou seja, as regras constantes no Estatuto do Índio e na Convenção 169 da OIT.*
>
> • *Contratação e/ou formação de especialistas em direito indígena nas Defensorias Públicas.* (Centro de Trabalho Indigenista, 2008, p. 51)

Passados treze anos, o relatório não teve seus dados atualizados. O presente artigo não teria o condão de promover a sua atualização, em face necessidade de mais dados de campo que permitam uma atualização precisa das informações ali contidas. No entanto, é possível, à luz das informações colhidas, afirmar que houve avanços, mas insuficientes para assegurar a garantia plena dos direitos indígenas. Por exemplo, o Provimento nº 141, de 19 de agosto de 2016, dispõe sobre a presença obrigatória de intérpretes em atos legais nos quais membros de povos indígenas precisem se expressar verbalmente (Mato Grosso do Sul., Corregedoria- Geral de Justiça , 2016). No entanto, reportagem realizada pela Thomson Reuters Foundation apontou que a acusação "*disse que a maioria dos prisioneiros indígenas compreendem as acusações atribuídas a eles e que só utiliza*

um método diferenciado quando os réus não têm esse entendimento". Na visão da acusação, o provimento não seria obrigatório e que " *o tratamento diferenciado*" seria *usado* apenas *"para comunidades mais alheias à civilização"* (Mendes, 2019).

Tal resistência não é incomum. O domínio, muitas vezes precário, da língua portuguesa como segundo idioma pelos Kaiowá e Guarani é, não raras vezes, interpretado como competência linguística plena. Uma mera indagação poderia resolver essa dúvida: qual o idioma que o indígena utiliza no convívio doméstico, ou seja, no plano familiar. Caso a mesma seja o Kaiowá ou Guarani, desnecessário tecer maiores considerações sobre a necessidade de intérprete para a prática do referido ato processual.

Cenário diverso não é encontrado em relação aos laudos antropológicos: "A defensora pública Neyla Ferreira Mendes analisou os processos dos 131 indígenas presos na Penitenciária Estadual de Dourados —com capacidade para 2.400 detentos— **e afirma que nenhum deles tinha intérpretes nem laudo antropológico**, ambos exigidos por lei." (Mendes, 2019).

Por fim, as alegações de erros processuais e de deficiência na defesa técnica permanecem em 2019, conforme se depreende das seguintes transcrições das entrevistas realizadas pela Thomson Reuters Foundation (Mendes, 2019):

> *"Não tenho advogado... O dia que me chamaram na delegacia, eu fui de medo... (Falaram:) 'se você não assinar esse crime você vai apanhar'", disse ele, questionando a conduta da polícia.*
>
> *"Eu não consegui entender o que estava escrito no papel. Não fui eu que cometi esse crime", disse Gomes, que está preso há dois anos. (...)*
>
> *Deilo Juca Pedro, de 42 anos, disse que cumpriu quase 11 anos de prisão por causa de acusações de assassinato feitas contra ele em 2007. Ele nega a autoria do crime.*
>
> *"Mataram a minha sobrinha e como não acharam o autor do crime, me prenderam", disse o indígena Kaiowá. "Não tem vida aqui nesse lugar. É muito ruim."*

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) afirma que o cerceamento das garantias processuais dos indígenas encarcerados tem reflexo direto nas restrições a visitas.

> *"Se o indígena não está nu e fala português o juiz considera que ele não é indígena… Ou afirma que é um indígena 'aculturado' e suspende todos os seus direitos específicos… É uma violação de direitos humanos… Além da condenação,*

eles sofrem mais nas prisões. É muito raro eles receberem visitas de seus familiares devido a dificuldades de transporte e falta de informação" (Mendes, 2019).

Encarceramento dos Povos Indígenas em Mato Grossso do Sul: Contexto Social e histórico

Uma leitura fotográfica do cenário de super-representação na população carcerária dos Kaiowá e Guarani apresenta claras limitações em um processo de investigação científica. Não há como dissociar o encarceramento como mero efeito colateral de um cenário de intensa violação de direitos humanos. Essa afirmação ganha especial destaque ao compararmos a semelhança do processo de colonização australiano e o sul-mato-grossense. Há uma clara associação entre um cenário de massacres, escravidão, remoção forçada de territórios tradicionais, acesso deficiente a políticas públicas e encarceramento. O presente tópico visa a efetivação dessa abordagem.

O ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul representou relevante importância econômica e pode ser considerado, sobre a perspectiva dos Povos Indígenas, como exemplo do denominado colonialismo de exploração. A denominada colônia de exploração (Pflanzungskolonien) teria como objetivo "(...) a exportação de produtos primários para os países europeus. Geralmente, o número de europeus seria baixo, eles não se tornariam cidadãos locais e o uso de mão de obra da escravidão seria frequente. (Heeren *Apud* Monasterio, 2016, p.11),

A erva-mate representou o principal produto de exportação entre o final do século XIX e início do século XX. A pujança econômica do setor é indissociavelmente atrelada à companhia Matte Laranjeira e esta à proximidade com o Estado brasileiro. O Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, concedeu a Thomaz Laranjeira vasta extensão de terras para a extração da erva-mate pelo período de dez anos. A pessoa jurídica responsável pela exploração seria a Companhia Matte Laranjeira. Em face de alterações societárias, o controle dos ervais passaria à Laranjeira, Mendes & Cia, a partir de 1902 e , finalmente, para a empresa Matte laranjeira S.A., a partir de 1916. (Magalhães, 2013, p.47-48). Através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, o arrendamento é ampliado bem como obtido o monopólio na exploração da erva-mate. "(...)Através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada, tendo ultrapassado os

5.000.000 ha, "tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular (Arruda 1986 *Apud* Ferreira, 2007, p. 31).

O tamanho, bem como o monopólio da extração sobre a totalidade da área, são alterados com a edição da lei n° 725, de 24 de setembro de 1915. A legislação permitiu o arrendamento sobre um total de 1.440.000 hectares, mas igualmente a lei liberou a venda de até dois lotes de 3.600 ha a terceiros.(Brand, 1997 *Apud* Ferreira, 2007, p.32)[191].

Por intermédio da criação do território federal de Ponta Porã pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o arrendamento foi extinto. Após os términos dos contratos estatais, a companhia prosseguiu com as atividades ervateiras em propriedades particulares até o ano de 1953, quando a Argentina proibiu as importações de erva-mate brasileira e paraguaia, por conta de uma superprodução de seus ervais (Magalhães, 2013, p.139).

Em 28 de outubro do mesmo ano, é criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados pelo Decreto-Lei 5.941. A área a ser demarcada não seria inferior a 300.000 (Trezentos mil) hectares, serviço que seria realizado pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Com a criação do referido território, inicia-se um novo modelo de colonização: o colonialismo de povoamento; o decreto-lei estabelece a "chegada dos nossos contrários".

Couto Magalhães, integrante do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), deu a fundamentação teórico-econômica para o processo de dominação colonial dos povos originários em artigo publicado na revista do IHGB, em 1873, denominado "Ensaio de antropologia: região e raças selvagens". Couto de Magalhães aborda tópicos que serão aprofundados em sua principal obra "O Selvagem": a utilização dos povos indígenas como elemento econômico para a colonização do interior do país. Ele aponta que a sua utilização, como mão de obra nas indústrias pastoris e extrativas, representaria claros benefícios econômicos à nação. A sua substituição pela mão de obra branca, por seu turno, acarretaria a "sua destruição" ou minimante a sua "degradação":

191 O artigo 31° dessa lei previa: A cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavouras situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantido dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para a aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais.

Se attendermos à circumstancia muito importante de que quasi todo o interior do Brasil é coberto de campos ; que os matos são raros, que o velho mundo necessita mais de carne do que de café ou de assucar, e que as industrias pastoris ***são as que exigem menor número de braços, menor emprego de capitães, e maior extensão de terras, em comparação com outras industrias****; se considerarmos ainda,que só ellas quasi.que não necessitam de estradas para serem seus productos transportados à grandes distancias,* ***ver-se-há a immensa importancia que podem vir a ter os terrenos do interior do Brasil,. desde que se' fomente com methodo este genero de industria. (....)***

Supportará tanto mais facilmente a acção dos agentes atmosphericos, ou exhalações teluricas.- aquelIa. raça que mais aclimada estiver à ellas. (...)

a raça branca, que não goza da mesma immunidade, por isso mesmo que é raça peregrina, expondo-se a elIas, ***entrega-se voluntariamente ou à uma causa de destruição, ou quando menos de degradação.*** *(...)*

As industrias extractivas do norte estão no mesmo caso, e só vivem e medram porque existe o tapuia*, e já representam nas províncias do Para e Amazonas uma exportação de doze mil contos annuaes* ***(...)***

Quem visita os seringaes da foz do Amazonas conhece logo à primeira vista, que é o tapuio' e não o branco que foi creado para aquella vida (...)

O branco no meio das florestas, com os commodos de sua civi!isação, é tão miseravel como o tapuia em nossas cidades com seu arco e flecha. (...)

Desde porém que, seguindo o methodo razoavel e unico productivo de empregar o homem n'aquillo que está conforme com seus habitos, se tratar de applicar o selvagem ás industrias pastoris e extractivas, industrias estas a que está reservado um grande futuro, elle se ha de prestar a elas melhor do que qualquer das raças que habitam a America, como se está prestando. (Magalhães, 1873, p. 99-105)

É possível afirmar, à luz dos documentos apresentados, que a proteção dos índios não representava um fim, mas um meio para obtenção do efeito econômico desejado: a utilização da mão de obra indígena no processo de colonização do interior do Brasil. Em um cenário de carência de recursos tecnológicos para exploração das áreas, os índios representavam as "ferramentas vivas" para a extração da erva-mate e derrubada de matas para implantação de pastagens. A localização topográfica do SPI(Serviço de Proteção ao Índio) na estrutura burocrática federal (vinculada ao Ministério da Agricultura, durante a maior parte do período de sua existência) não permite uma conclusão em outra direção.

Nesse vetor, temos o Decreto-Lei nº **1.736/1939,** que subordinou o SPI ao Ministério da Agricultura. A redação legal não deixa dúvidas em relação ao desiderato estatal: "[...] de orientar **e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas**". (Brasil, 1939)

Para que atuassem como "ferramentas vivas" a serviço do processo de colonização, a categoria jurídica era irrelevante: índios ou paraguaios. Essa assertiva pode ser verificada no exemplo da Companhia ervateira Matte Laranjeira. Até meados do século XX, a empresa era a maior contratadora de mão de obra da parte sul do então Estado de Mato Grosso. A medida visava afastar dois problemas: a contratação de mão de obra indígena e o consequente arrendamento de suas terras.

No final do século XIX e início do século XX, o Mato Grosso possui uma população extremamente rarefeita, não oferecendo o contingente de mão de obra necessário para o trabalho nos ervais, ou mesmo formas ágeis para atraí-lo de outras regiões do Brasil, devido à carência de vias de comunicação e de transporte (Bianchini op. cit: 172). Entre os historiadores há um consenso sobre a origem paraguaia da quase totalidade dos trabalhadores da Matte Laranjeira, o que, segundo Bianchini, é confirmado pela leitura dos documentos da empresa, entre os quais ele destaca as correspondências internas demonstrando a preocupação dos seus dirigentes frente à Lei de Nacionalização do Trabalho (Bianchini op. Cit: 175-176). (…) **o argumento da mão de obra paraguaia soa mais como uma manobra da Cia Matte, para não expor o uso da mão e obra kaiowa em seus ervais**. Pois, ao caracterizar seus mineiros como paraguaios, a **Cia Matte se coloca à margem de duas questões controvertidas e legalmente inviáveis: o emprego da mão de obra indígena e o arrendamento de suas terras.** (Vietta, 2007, p.62, grifos nossos**).**

Wolfe (2006) aponta interessantes diferenciações no tratamento racial dos negros e dos indígenas, especialmente nos EUA. Em sua visão, os negros americanos tiveram um conceito diferente de raça (regra de uma gota de sangue, *one drop rule*) em face da utilização econômica. Quanto maior o número de negros, maior o número de escravos e, consequentemente, da vantagem econômica dos proprietários. Os Povos Indígenas, de forma diversa, impediam a plena fruição de riqueza pelos colonizadores. Quanto menor o seu número, quanto mais invisibilizados ou descategorizados fossem, mais fácil seria o acesso à terra. Nos EUA, a estratégia utilizada foi a denegação de direitos aos denominados "índios misturados" (Oliveira, 1998). Há a indissociabilidade entre um determinado Povo Indígena e seu território. Há a possibilidade de rompimento desse vínculo pela remoção, igualmente realizada, tanto nos EUA como no Brasil. Porém, há igualmente no Brasil o recurso de denegação de existência do Povos Indígenas.

Eduardo Galvão citado por Oliveira (1998) nos traz os exemplos dos índios do nordeste e da sua mestiçagem: "A maior parte vive integrada no meio regional, registrando-se considerável mesclagem e perda dos elementos tradicionais, inclusive a língua". A clara consequência da "mestiçagem" é a perda do acesso legal aos territórios tradicionais. Como exposto igualmente por Oliveira (1998), a "mistura" acarretava a desmobilização do processo de identificação e delimitação de terras indígenas, reduzidas ao mínimo na região: "Mesmo nessas poucas e pontuais intervenções, o órgão indigenista tinha de justificar para si mesmo e para os poderes estaduais que o objeto de sua atuação era efetivamente composto por "índios", e não por meros "remanescentes".

De dono a transgressor

> *El colonialismo es una persona que llega desamparada, porque el migrante europeo llega a América desamparado y que pide que por favor le deje entrar en la casa. Y el dueño de la casa le deja entrar porque está lloviendo, porque está haciendo mal tiempo, le deja estar una noche en su casa. Y después este señor que llegó convence al dueño de la casa que como ellos son muchos y los otros son pocos, es decir, el dueño de la casa es un viejito y una viejita, que por qué no le cede una parte de la casa. Y ellos [los viejitos] se quedan con sólo una habitación. Y después, de esta habitación los pasan a la cocina. Y después, de la cocina los pasan al fondo del quintal. Y después, llega la segunda generación de estos migrantes pobres y se preguntan qué hace este señor en el fondo del quintal, de dónde vino. No se pregunta de dónde vino él [el migrante colonizador] ¡De dónde vino él! Porque este señor que está en el fondo del quintal, es el dueño de la casa entera.* (Melia, 2012, p.7-8)

"A civilização é como o sol brilhante
Que sae do berço em flor das rosas do levante
E, vai sempre para o oeste, o zênite atingir
A marcha para o oeste, é marcha para a altura,
É marcha para o azul, para onde mais fulgura
O progresso a irradiar na glória do porvir (...)
E mostraram ao mundo, em fantástica luz,
As lendárias regiões, onde brotam os rios,
E erram em solo de ouro os tapuias bravios (...)
Foi marcha também dos novéis pioneiros,
A marcha de Rondon e dos seus companheiros,

Devassando a soidão dos broncos penetrais;
Marcha da nossa história, ela parte do oceano,
Para a interlândia imensa, no novo éden arcano
Em que Deus requintou os seus dons aos mortais. (Aquino, 1940, p.15/16)

O colonialismo de povoamento tem o poder transmutador da realidade: o dono torna-se um desconhecido, um "mero ocupante da casa dos fundos", na brilhante (e ao mesmo tempo, dura) metáfora de Meliá. Ou, não raras vezes, torna-se o transgressor, o que não respeita os limites, o que não respeita as cercas erigidas, contra a sua vontade, sobre aquilo que já foi seu.

O poema "Marcha para o Oeste", dedicado a Getúlio Vargas, sintetiza o projeto civilizatório: levar o sol brilhante da civilização "**para a solidão dos broncos penetrais onde erram em solo de ouro os tapuias bravios**" (Aquino, 1940, p.15-16). O arroubo poético foi ecoado no discurso estatal. Em discurso realizado em 1939, em São Paulo, Getúlio Vargas proferiu "Caminhamos para a unidade, marchamos para o centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo da nossa definição racial". Em 1940, em novo discurso realizado em Manaus, Getúlio aponta que a marcha para o Oeste era "o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade dos bandeirantes e sertanistas." Em sua visão, era necessário eliminar "os vazios demográficos" e coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. (Vargas *Apud* Lenharo, 1986, p.56).

Nesse ponto, cabe rememorar a posição do SPI na estrutura organizacional do Poder Executivo. O Decreto-Lei nº **1.736/1939,** subordinou o SPI ao Ministério da Agricultura e não deixa dúvidas em relação ao desiderato estatal: "[...] de orientar **e interessar os indígenas no cultivo do solo, para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com as populações civilizadas que se dedicam às atividades agrícolas**". (Brasil, 1939). Claramente, estava estabelecido o papel das populações indígenas: trabalhadores que deveriam colaborar com "as populações civilizadas". Em caso de conflito entre a Divisão de Terras e o SPI, estava estabelecida a chave para a solução conforme verificamos neste trecho de um ofício da administrados da CAND, de agosto de 1942"*"Acredito que v.s. deve saber, que tanto o Serviço dos Índios, como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, são dependências do Ministério da Agricultura, e nenhum diretor pode tomar qualquer medida drástica, sem autorização ministerial"*." (Brand, 19998, p. 84.

Caso as soluções administrativas não fossem suficientes, restava a punição nos termos do Regulamento do SPI, conforme redação da alínea e) do art.9º do Decreto nº 10.652, de 16 de Outubro de 1942, por ser considerado prejudicial "***a que pertencer, ou, mesmo, às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas"***

> *e)propor ao diretor, mediante requisição do Chefe de Inspetoria* ***competente, o recolhimento á colônia disciplinar, ou na sua falta ao posto Indigena*** *designado pelo diretor, e pelo tempo que êste determinar nunca excedente a 5 anos, de Índio que por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, fôr considerado prejudicial á comunidade indigina* ***a que pertencer, ou, mesmo, ás populações vizinhas, indiginas ou civilizadas****.* (Brasil, 1942)

Um exemplo nos é trazido em um episódio datado de 23 de setembro de 1944. Em correspondência endereçada ao Chefe da Inspetoria Regional do SPI em Campo Grande, Francisco Horta Barbosa, o chefe de Posto da Terra Indígena de Dourados, Acácio de Arruda, narra a prisão de indígenas em decorrência de conflitos com a CAND.:

> *(...) recebendo eu do senhor Ilderberto Silva, técnico agrícola da colônia federal,uma parte por escrito contra o índio Pedro Henrique, esta em dia de ontem 22 do corrente mês, resolvi* ***mandar o Capitão João Fernandes, filho do ex Capitão Joaquim (..)à frente de 12 homens em arma visto que tal índio ser muito mau elemento, dei ordem para que o trouxessem preso e também todas as armas que fosse encontradas,*** *que fizessem comparecer neste posto os índios que estivessem junto do dito Pedro Henrique e esta força partiu no mesmo dia 22 pernoitando no acampamento do Henrique com todos os índios ali existentes detidos até o dia seguinte. Hoje às 3h00 da tarde* ***veio a este posto o Capitão Alvaro Rodrigues com expressão um tanto rude conforme vos telegrafei na mesma hora a tarde, chegou a força trazendo 22 índios inclusive o Pedro Henrique*** *duas carabinas 44 um revólver 38 que este conseguiu com o delegado de entre rios um porte de arma e também uma garrucha 44 como já fosse tarde deixei todas as providências para o dia seguinte dia 24.* ***Ás 7h00 da noite regressou a este posto o dito capitão Alvaro Rodrigues com o fim de saber o resultado da questão, ficado um tanto desapaixonado visto os índios negarem dita forja então tanto ele como seus engenheiros ficaram muito amáveis*** *e eu solicitei-lhes providência muita enérgica para provar a culpa dos índios e o que se prontificaram em tratar. Há um roubo de uma espingarda feito pelo índio Pedro Henrique a poucos dias e eu irei tratar com energia até aparecer dita arma.* ***Este índio arvorou-se capitão dos índios que estariam no laranja azeda e não deixa os outros virem para o posto a pretexto de ter ele conseguido com vossa senhoria aqueles terrenos e os outros estavam crendo nele****. Amanhã irei fazer um inquérito bem feito para averiguar este negócio. Penso em que este índio não deve ficar entre seus patrícios visto ser tão péssimo elemento, é perito ladrão e homicida,* ***é enfim um perigo seria ótimo que fosse transferido deste posto para o outro bem longe*** (MPF, 2014b, 2014c, 2014d)

O caso é ilustrativo de um padrão inerente ao colonialismo de povoamento. Wolfe (2006, p.388) aponta que para se colocar no caminho do colonizador, basta ao indígena permanecer em casa. O principal motivo para eliminação do indígena não é raça, religião ou grau de civilização, mas simplesmente acesso ao território. Território é o elemento específico e irredutível do colonialismo de povoamento.

Considerada essa lógica como premissa, a leitura da carta se torna mais clara: a) a utilização do aparato policial estatal para prender pessoas que "insistem" em permanecer no caminho dos colonizadores; b) entendemos igualmente a indignação do representante da colonizadora, na demora de resolução da questão e de seu "incômodo" em ter que justificar de forma mais evidente o real motivo da "parte" efetuada em relação à liderança indígena; c) Entendemos, igualmente, a indignação do chefe de posto na resistência dos indígenas ao processo de remoção forçada dos territórios tradicionais para a reserva e, finalmente, entendemos como o aparelho repressor colonial funciona quando "pessoas perigosas" são encontradas com a consequente punição, por meio de prisão, ou, no caso em tela, remoção para um lugar distante.

O principal motivo para eliminação do indígena não é raça, religião, ou grau de civilização, mas, simplesmente acesso ao território. Território é o elemento específico e irredutível do colonialismo de povoamento. A CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) produziu ao lado do "sucesso" na política de povoamento e de estímulo à produção agrícola uma massa de deslocados internos, fruto das remoções forçadas. De uma forma sucinta, podemos assemelhá-lo ao refugiado. As diferenças são basicamente duas: o fluxo migratório/deslocamento ocorre para fora dos limites do Estado Nacional e há um arcabouço jurídico internacional protetivo da condição de refugiado, o que ainda não ocorre com o dslocado Interno. O antropólogo Paul Little apresenta interessante exemplificação sobre o tema:

> *(...) grupo compreende as vítimas de deslocamentos diretos e forçados. O maior exemplo disso, e talvez o mais brutal, na história humana foram a captura e o transporte de vinte milhões de africanos negros no comércio transatlântico de*

escravos nos séculos XVI a XI. Numa escala menor, mas igualmente trágica, foi a "Trilha das Lágrimas", onde os índios Cherokee foram em massa desterrados à força de suas terras no Estado norte-americano da Geórgia, para serem levados contra vontade para o Estado árido de Oklahoma, num processo que matou três quartos desse povo. (Little, 1994, p.8-9)

Como exposto, a ausência de estatuto jurídico alcança igualmente a univocidade do estabelecimento de definições para o conceito de Deslocado Interno. Nos filiamos ao conceito exposto no Relatório de Pesquisa do Comitê Norueguês para Refugiados que estabeleceu como deslocados internos os derivados da *"(...)longeva política (implementada por décadas) de alterar a composição demográfica de uma determinada região pela retirada ou expulsão de populações indígenas consideradas indesejáveis com sua consequente substituição por outras populações."*(Global IDP, 2002, p.6).

Indirect Rule e o "Capitão": a interação dos órgãos de segurança com as lideranças indígenas

A ausência/deficiência do policiamento ostensivo, já exposto, especialmente do denominado policiamento comunitário (ou de aproximação) acarreta uma clara dificuldade no processo investigativo: a obtenção de fontes independentes. Ainda que exista uma eventual multiplicidade de testemunhas, há uma clara intermediação da sua localização/identificação por intermédio do capitão. Apenas uma liderança da terra indígena Bororó apresenta um histórico de mais de 100 participações como testemunha em infrações penais. Não é crível que tenha presenciado todos os ilícitos. Os números igualmente podem indiciar algo mais grave, a substituição da lavratura das ocorrências por agentes privados. Nesse ponto cabe esclarecer que não se trata de eventual crítica ao reconhecimento autonomia dos Povos Indígenas e da consequente possibilidade do convívio de diversas ordens jurídicas, o denominado Pluralismo Jurídico. O problema residiria no caráter híbrido: a utilização de estruturas supostamente tradicionais para efetuação do trabalho investigativo (e, não raras vezes, de repressão policial) e do aparelho judiciário estatal para aplicação das sanções. Examinemos alguns exemplos:

"O relato do policial Alessandro Silva Ferreira no auto de prisão em flagrante confirma que a polícia foi chamada pela liderança indígena e que ao chegar no local o réu tinha se escondido num matagal com a vítima, o barraco estava cheio de sangue, e só no dia seguinte conseguiram localizar a vítima e o réu, e a vítima estava bastante lesionada, debilitada e com ferimentos graves, tendo ficado toda aquela noite sem socorro médico, estando bastante debilitada." (Apelação - 1ª Câmara Criminal, 2018)

De pontuar, aliás, que a testemunha Ivan Cleber de Souza, que exerce a função de liderança na aldeia, em juízo revelou que, ao comparecer à residência de Cleisson, na busca de responsáveis pelo assassinato ocorrido, espantou-se ao saber que a vítima havia entrado em óbito (01'19"), depreendendo-se não ter havido pacto anterior visando ceifar a vida da vítima, movidos por razões de somenos importância, ou seja, o noticiado enfrentamento físico. (Apelação - 3ª Câmara Criminal, 2019)

*"**É líder da Aldeia Rancho Jacaré e que recebeu a notícia de que havia um homem morto com várias facadas próximo à quadra de esportes da aldeia**. Fez contato com os Investigadores de Polícia de Laguna Carapã que chegou ao local para investigar o crime. A perícia de Dourados também se fez presente no local. Que o corpo de Ranulfo estava estendido ao solo com diversas facadas na região do abdômen, peitoral, pescoço, face além de uma facada nas costas. **Que auxiliou a equipe de investigadores na tradução com os habitantes da aldeia, sendo que, em entrevista a autoria Malquia relatou que na madrugada estava** (Malquia, Cleide, Rubens, Silvio, e Cláudio) bebendo pinga e em dado momento resolveram roubar a vítima fatal, sendo que Malquia e Cleide foram até a casa de Ranulfo dizendo que queriam fumar e o convidaram pra ir até a quadra juntamente com elas e que chegando à quadra incitaram uma briga e perceberam que a vítima fatal estava portando uma faca.* (Apelação - 3ª Câmara Criminal, 2018).

*Nota-se, ademais, dos relatos apresentados em juízo por Linda Jucá, Vilmar Martins, da liderança da aldeia, e Silvio Deleão Machado, presidente do conselho da aldeia, a unanimidade em afirmarem que Elinho e seus familiares **nunca se envolveram em brigas, confusões ou crimes na aldeia, sendo que não possuem histórico de qualquer transgressão**.* (Apelação - 3ª Câmara Criminal, 2017)

O hibridismo não acarretaria maiores problemas se houvesse o atendimento de dois pontos: a) O pleno conhecimento das lideranças e, consequentemente, da sua de rede de parentesco e das rivalidades locais, o que preveniria o controle de eventuais conflitos de interesses no auxílio à apuração/indicação de testemunhas; e b) Conhecimento de suas limitações, especialmente em comunidades densamente

povoadas como, por exemplo, a TI Dourados, com aproximadamente 15.000 (quinze mil) pessoas e da TI Amambai, com aproximadamente 10.000 (dez mil) pessoas. Não é crível que exista uma onisciência de todos os fatos que ocorram em comunidades com porte de cidades.

Um elemento adicional a trazer dificuldades ao processo, já complicado, decorrente do hibridismo, é o próprio desconhecimento, pela sociedade envolvente, do processo de escolha das lideranças e de como o estado atuou para a implementação de sua atual configuração.

O processo de interferência na escolha de lideranças para as comunidades Kaiowá e Guarani de forma incipiente pode ser reportado ao final do século XIX, conforme pode ser deduzido do seguinte trecho da obra de Nimuendaju.

> *Antigamente os Guarani não reconheciam outro lider que o paje-principal. Mas, quando passaram a se relacionar com as autoridades brasileiras, estas – 'que jamais haviam levado em consideração os costumes e necessidades destes bugres' - nomearam principais todos aqueles que prometiam usar essa autoridade da melhor forma possível em favor dos que os nomearam. Qualquer delegadozinho das localidades vizinhas julgava-se no direito de influir de maneira civilizada sobre os 'bugres', nomeando ou destituindo chefes. As coisas pioravam, no entanto, quando alguns do bando conseguiam fazer uma viagem ate o presidente do estado ou mesmo da federação. (...). Àqueles pretendentes, contudo, o Governo conferia uniforme e patente de capitão, presenteando-os generosamente; tampouco faltavam recomendacões de manter a autoridade conferida perante os companheiros de tribo. Pode-se imaginar as conseqüências: uma parte do bando se mantem fiel a seu lider tradicional e declara hostilidade aberta ao pretendente; uma outra submete-se a ele por medo ao Governo[...].* (NIMUENDAJU, [1914] 1987, p. 75)

No início do século XX, após a criação do SPI, o processo de implantação da *Indirect Rule* nas comunidades Kaiowá e Guarani passa a ocorrer de forma burocratizada com a criação das reservas indígenas e consequente designação do capitão pelos chefes de Postos Indígenas[192]. Ressalte-se que a instituição do capitão subverteu a lógica sociopolítica tradicional desses grupos, uma vez que a imposição da força e a escolha externa substituíram um poder tradicionalmente descentralizado.

O poder das lideranças tradicionais se fundamentava em três elementos complementares: "[...] sua capacidade de falar, convencer e construir consensos

192 Unidade descentralizada na estrutura organizacional do SPI, responsável pela relação direta com os indígenas residentes em Reservas Indígenas.

internos (sua fala só tinha força enquanto manifestação desse consenso construído), tamanho de sua família extensa (parentes) e sua generosidade." Referindo-se ao período colonial, Susnik (1979-1980) aponta para a existência de lideranças tradicionais tanto no âmbito das famílias extensas as *te'ýi*, cujos líderes eram os *tuvicha*, quanto no *tekoha*[193], em que os líderes tinham maior prestígio e influência, sendo chamados de *tuvicha ruvicha* – equivalente a líder do *tekoha*. Percebe-se que as lideranças tradicionais eram reconhecidas fundamentalmente por seus laços de parentesco e pela capacidade de construir consensos de forma pacífica, por isso a boa desenvoltura fala era e é tão importante.

Atualmente, a liderança tradicional também é denominada como "cacique", conforme expõe o indígena Gonçalves, citado por Brand (2001, p. 71): "o cacique mesmo que mandava ali [...]. Naquela época não existia também esse chefe de posto, não existia o lugar, o lugar do capitão, era o cacique mesmo".

A criação da figura do capitão nas reservas indígenas do atual Mato Grosso do Sul remonta aos primeiros anos de atividade do Serviço de Proteção Indígena (SPI), órgão indigenista oficial na época, criado em 1910. No caso da Reserva de Caarapó, por exemplo, o primeiro capitão foi nomeado em 1920. (Brand, 2001). O papel desse personagem está potencialmente carregado de conflitos e ambivalências, pois para se manter no poder ele tem de atender a pressões e a demandas vindas simultaneamente de duas direções: dos seus parentes e da comunidade indígena de abrangência da "sua administração" e da administração estatal, que exerce por meio dele o que vem a ser chamado na antropologia da política de "governo indireto".

A substituição da liderança tradicional pela estrutura colonial era efetivada a partir da discricionariedade de escolha por parte do representante do SPI, sem qualquer respeito aos processos próprios de organização. Ponto interessante é que o processo de seleção não obedecia aos critérios antropológicos relatados por Malinowski com a consequente exacerbação dos conflitos internos e a seguida erupção da violência, semelhante ao exposto por Bartes (1960). É o que podemos observar da seguinte transcrição ao responder a crítica apresentada pelo jornal "O Democrata", periódico que circulava na cidade de Campo Grande sobre o processo de seleção do capitão:

193 A definição do conceito de tekoha é tema de caloroso debate no campo da etnologia e da história indígena (ver: CAVALCANTE, 2013. p. 75-84). Em síntese, considero-a como uma categoria que expressa um dos níveis da organização social kaiowá e guarani que engloba algumas famílias extensas unidas por forte aliança política e religiosa. Além disso, o termo é utilizado para se referir ao espaço territorial onde tais relações sociais se desenvolvem no plano histórico.

> *Em 22 de novembro de 1955.*
> *Ao Sr. Encarregado do P.I. Francisco Horta (…)*
> *Com referência ao artigo publicado no Jornal "O Democrata" esta chefia não tomou conhecimento por ser sem fundamento e descabido, por isso nada vos mandou dizer. A eleição entre os indios para escolherem seus chefes, é um caso rotineiro e da competência dos Agentes Encarregados dos Postos. Todavia observa-se que tal medida, bem intencionada como é, traz alguns inconvenientes, que é de ensinar política entre os índios, e nesse Posto com o agravante da infiltração comunista, que só trará encomodo (sic) e aborrecimentos, no entanto, a autoridade do Posto é o Encarregado do mesmo, que agirá como julgar para resolver os problemas da sua administração, e só as autoridades do Serviço compete intervir e não correspondente de Jornal fazer censura, de atos relacionados com indios.*
> *Referente a chefia dos indios, si (sic) bem que os nossos Regimentos e Regulamentos não tratem dessa parte, porem, o que melhor resultado tem dado é o Encarregado do Posto que* ***deverá observar qual o indio mais respeitado ou respeitável dentre os demais, e designar para chefe dos mesmos, e manda ele escolher seus auxiliares: um para substituto e mais uns 2 ou 3 que feito assim comunica a Chefia e esta expedirá Portarias dessas designações, ficando, assim organizada a Policia Indigena do Posto, a quem fica a cargo resolver os casos entre os indios****.* (Brasil, 1955, grifos nossos).

Mesmo na contemporaneidade, após a Constituição de 1988, que formalmente derrubou o poder tutelar, as questões relacionadas à capitania seguem gerando contendas. Citamos, por exemplo, as disputas violentas ocorridas nas Terras Indígenas Limão Verde (2005) e Porto Lindo (2006), casos analisados por Tonico Benites (2009). Esse autor também tece considerações sobre dois temas relevantes associados à violência. O primeiro se refere à prática de atos de violência pelo Capitão. (Corolário da necessária utilização da força para promoção da obediência). (Barnes, 1960). O segundo, corolário deste, é a utilização de "fofocas" para, mediante agressões fictícias (ou mesmo reais), reclamar perante os órgãos estatais para a troca do capitão (com a provável assunção de grupo ligado ao denunciante).

Ele pode também estabelecer uma aliança com políticos municipais, estaduais e federais. Além disso, o capitão atualmente tem acesso direto ao organismo civil, militar e federal, contando com a força policial para manter a "ordem" nas aldeias. Assim ele se sobrepõe aos seus adversários políticos.

Diante disto. as famílias não representadas pelo capitão, às vezes fazem manifestações e fofocas contra ele, pedem com freqüência por meio de documentos escritos a sua exoneração e reivindicam aos agentes indigenistas

novas eleições. As famílias adversárias fazem também manifestações em grupo contra os atos de violência e prisões comandadas pelos capitães. (BENITES, 2009, p. 90). Na linha traçada por Malinowski (1945, p. 147), a imposição da *indirect rule* visava promover "[...] uma liderança local devotada, dependente, controlada, mas poderosa, rica e satisfeita".

Racismo nos julgamentos: O necessário enfrentamento do tema

O Mecanismo de Especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas reconhece que "é forte a discriminação contra os indígenas nas prisões brasileiras" e que há um "racismo institucional em todos os níveis em relação aos povos indígenas, tanto que o tema é pouco discutido, está invisibilizado" (Mendes, 2019).

Não há dúvidas sobre a onipresença do racismo, especialmente em relação aos Povos Indígenas na sociedade sul-mato-grossense. Surge a óbvia pergunta: o racismo é portável? Pode ser guardado em um escaninho na entrada dos fóruns criminais? Ou seja, ao lado das controláveis violações de garantias processuais (direito ao intérprete, ao laudo antropológico, ao contraditório) reside uma mais complexa: o direito ao efetivo processo legal, a um efetivo julgamento justo. A obtenção desse resultado passa, necessariamente, pelo estabelecimento de balizas que permitam a minimização dos efeitos do racismo nos resultados dos julgamentos.

A Constituição estabelece a plenitude da defesa nos julgamentos do júri. É sabido e consabido que a plenitude de defesa assegura uma maior garantia processual ao réu, compatível com o julgamento por juízes leigos e, obviamente, incompatível com juízes leigos racistas. Reafirmamos que não se trata de mera ilação, mas verdadeiro truísmo na sociedade local, devidamente referendada em decisões judiciais. Citemos as decisões sobre desaforamento trazidas no início do presente artigo:

> *A moção de protesto da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, em 2003, contra as invasões de propriedades particulares pelas comunidades indígenas (doc. 15 e 16 – fls. 581/587),* ***e as diversas matérias na imprensa sul-matogrossense, nas quais se divulgam conceitos desfavoráveis aos indígenas em geral (doc. 17 a 21), juntadas pelo Ministério Público Federal, bem demonstram as pré-noções desfavoráveis aos índios dissipadas nos locais e regionais não-***

> ***índios**. Por sua vez, o arrolamento do jornalista Osmar Santos, autor de matérias a respeito, como testemunha dos réus para depor perante o Tribunal do Júri, naquela ação penal nº 2003.60.02.000374-2 (doc. 22 – fls. 603/605), evidencia que essas pré-noções desfavoráveis dissipadas entre os locais e regionais não-índios interferirão, de maneira substanciosa, no julgamento dos fatos pelo corpo de jurados, composto por não-índios, como bem registrado na conclusão da Nota Técnica. (...)*
> *Em casos que tais, onde a transcendência do crime* ***– envolvendo conflito latente da comunidade de índios e não-índios*** *– aliada a sua repercussão regional, nacional e internacional, a jurisprudência tem entendido que, em decorrência da análise do caso concreto, poderá ser o julgamento desaforado para Foro não contíguo, onde poderão ser observadas todas as garantias que revestem o julgamento.* ***Existente dúvida fundada sobre a imparcialidade do júri a justificar o desaforamento, o critério da proximidade deve nortear a decisão do tribunal.***
> *Constatada a existência de fatos contrários à realização do júri nas comarcas vizinhas, cumpre proceder ao deslocamento para aquela que, embora não seja a mais próxima ao distrito da culpa, é a mais categorizada para assegurar a almejada intangibilidade do julgamento.* (Desaforamento de Julgamento, 2009).
> *A tensão atual e a extensão do conflito na região vem também comprovada pelas matérias jornalísticas nacionais e internacionais colacionadas pela Procuradoria Federal às fls. 19/45, e a "paixão" com que o tema é tratado também vem muito bem demonstrada pelas declarações do assistente de acusação ao se referir ao laudo pericial antropológico de "fajuto", ou fornecer declarações à imprensa regional contrárias ao desaforamemto,* ***ao argumento de que a população de São Paulo não sabe que o "índio fuma crack, que índio rouba, que índio estupra criança de 9 anos" (fls. 52/54).*** *(...)*
> *Visto por este ângulo, neste feito, com muito mais razão, faz-se necessário a mesma medida, vez que os indígenas, nos autos de nº 0001109-22.2007.403.6002, são réus, e as vítimas, policiais civis.*
> ***Vale ressaltar que a dúvida sobre a imparcialidade do júri a justificar o desaforamento são também os entendimentos do Ministério Público Federal e do Juiz natural da causa.***
> ***Dessa forma, o conflito pulsante entre índios e não índios no Estado do Mato Grosso do Sul, acirrado pelos fundamentos étnicos, históricos, culturais, econômicos e etc. de ambos os lados****, somado à sua repercussão regional, nacional e internacional, permitem e muito bem justificam que o julgamento seja desaforado para Foro não contíguo, onde poderão ser asseguradas todas as garantias necessárias para desejada intangilibilidade do julgamento.* (Desaforamento de Julgamento, 2016)

Como elementos de suporte para a busca de soluções para o enfrentamento do tema, utilizaremos a experiência americana em relação aos efeitos do racismo, em especial dos estereótipos raciais, nos julgamentos de réus negros. Nesse ponto,

de forma ainda que aparentemente contraditória, a maior ameaça ao julgamento justo não é a pessoa manifestamente racista, mas aquela que não se considera. Albert Memmi traz interessante reflexão sobre o tema ao abordar o "colonizador de boa vontade", supostamente menos apegado aos valores metropolitanos:

> *No início, comeu o cuscuz por curiosidade, agora o prova de vez em quando por educação: "Empanturra, embrutece e não alimenta, é empanzinador", diz ele bem-humoradamente. Ou, se gosta do cuscuz, não pode suportar esta "música de feira" que o agarra e o atordoa quando passa diante de um café; "Por que tão alto? Como é que eles fazem para se ouvir?" Ele sofre com esse cheiro de gordura velha de carneiro que empesteia a casa desde o desvão da escada, onde mora o vigia colonizado. Muitos traços do colonizado o chocam ou o irritam; ele tem repulsas que não consegue ocultar e que manifesta por meio de observações que lembram curiosamente as do colonialista.* (Memmi, 2007, p. 61)

Como complemento, Memmi traça importantes observações sobre o processo nocivo de construção de estereótipos associados ao racismo. Estereótipos estes associados por racistas e supostamente não-racistas a um determinado grupo:

> *Consideremos, nesse retrato-acusação, o traço da preguiça. Ele parece reunir a unanimidade dos colonizadores, da Libéria ao Laos, passando pelo Magreb. É fácil ver até que ponto essa caracterização é cômoda. Ela ocupa um lugar de destaque na dialética: enobrecimento do colonizador — rebaixamento do colonizado. Além disso, é economicamente frutífera. (...)*
> *Mas o colonizado é mesmo preguiçoso?, insistirão. A questão, para dizer a verdade, está mal colocada.* ***Além do fato de que seria preciso definir um ideal como referência, uma norma, variável de um povo a outro, pode-se acusar de preguiça um povo inteiro****? E possível suspeitar de indivíduos, que podem até ser muitos em um mesmo grupo (...)O que é suspeito é que a acusação não visa apenas ao trabalhador agrícola ou ao habitante das favelas, mas também ao professor, ao engenheiro ou ao médico, que fornecem as mesmas horas de trabalho que seus colegas colonizadores,* ***enfim, a todos os indivíduos do agrupamento colonizado****.* ***O que é suspeito é a unanimidade da acusação e a globalidade de seu objeto.*** *(...)*
> *De fato, não se trata de modo algum de uma observação objetiva e, portanto, diferenciada, e submetida a prováveis transformações,* ***mas de uma instituição-, por meio de sua acusação****,* ***o colonizador institui o colonizado como ser preguiçoso****.* ***Decide que a preguiça é constitutiva da essência do colonizado.*** *Isto posto, torna-se evidente que o colonizado,* ***qualquer que seja a função que assuma, qualquer que seja o zelo com que a ela se dedique, nunca será nada além de preguiçoso****. Voltamos sempre ao racismo,* ***que é precisamente uma substantificação, em benefício do acusador, de um traço real ou imaginário do acusado.*** (Memmi, 2007, pp. 118-119)

Essa "substantificação", com o entendimento de que determinada característica "é constitutiva da essência" do outro, acarreta evidentes consequências, especialmente em situações-limite. Por exemplo, um jurado que atribua a característica de que todos os Kaiowá e Guarani "fumam crack, roubam e estupram crianças de 9 anos" decidirá de que forma em caso de dúvida sobre a prática de determinado crime violento? Na sociedade americana, essa pergunta já foi respondida em diversos estudos que mostram a associação de negros com características pessoais indesejáveis como preguiça, incompetência, hostilidade e falta de patriotismo. (Carpenter, 2002, p. 5). Samuel Sommers e Phoebe Ellsworth publicaram diversos estudos relacionados ao efeito da raça em julgamentos. Os estudos apontam a existência de preconceito de jurados brancos em face de réus negros com o consequente impacto nas decisões. Os estudos igualmente apontaram que jurados seriam mais propensos a externar os preconceitos quando confrontados com crimes estereotipicamente relacionados com a raça. Por exemplo, crimes de colarinho branco, como corrupção ou peculato, seriam associados a criminosos brancos. Por seu turno, crimes violentos como roubo e estupro, seriam associados a criminosos negros. (Thompson, 2019, pp. 2-3). Complemento interessante ao tema nos é trazido por (Carpenter, 2002) ao abordar a temática do denominado "racismo inconsciente" e a sua consequente conexão com estereótipos:

> *O racismo inconsciente surge de pontos de vista, medos e estereótipos dos quais as pessoas não estão cientes. Um juiz federal escreveu que "a raiz do racismo inconsciente pode ser encontrada nas psiques latentes de americanos brancos que foram inundados por séculos com mitos e falácias de sua superioridade sobre a raça negra", e que uma forma de "negligência benigna"substituiu a discriminação explícita e intencional. Esse preconceito sutil se forma ao longo de anos de experiências sociais e culturais acumuladas." Trata-se de um preconceito social arraigado, que a maioria dos americanos brancos nega ter. (...)*
> ***O racismo inconsciente freqüentemente influencia a percepção da credibilidade das testemunhas. Juízes e advogados trazem estereótipos preconcebidos e inconscientes aos julgamentos, e esse viés sutil pode influenciar o curso e o resultado de um julgamento.***
> *Um exemplo desse viés sutil é quando os juízes tomam decisões baseadas em suas experiências de vida e estereótipos inconscientes de testemunhas e partidos. Por exemplo, um juiz que desconfia subconscientemente dos negros pode ter a tendência de classificar seu testemunho como não confiável e usar a regra do boato para mantê-lo afastado. Especificamente, se uma testemunha negra está testemunhando por um réu negro, o juiz pode estar mais propenso a excluir o testemunho com base no fato de que ele não tem valor probatório ou não é confiável.* (Carpenter, 2002, p. 15).[194]

A exposição dessas considerações fundamenta uma pergunta que, necessariamente, tem de ser respondida: qual o papel, ou melhor, a influência do racismo, consciente ou não, na análise das provas, dos testemunhos, das decisões e das penas dos Kaiowá e Guarani no estado de Mato Grosso do Sul? Uma pergunta que já foi respondida pela Suprema Corte Americana, ainda que em um contexto racial diverso. No caso Pena-Rodriguez[195], julgado em 2017, a Suprema Corte Americana reconheceu que a discriminação racial é especialmente danosa na prestação da tutela jurisdicional. E reconheceu como um "mal recorrente e familiar" que caso não seja enfrentado "acarretaria danos sistêmicos à prestação da tutela jurisdicional" (Thompson, 2019, p. 1).

Conclusão

Dados do CNJ referentes a 2014 apontam que "*De acordo com o Centro Internacional de Estudos Penitenciários, ligado à Universidade de Essex, no Reino Unido, a média mundial de encarceramento é de 144 presos para cada 100 mil habitantes. No Brasil, o número de presos sobe para 300.*" (Conselho Nacional de Justiça, 2019). Dados mais recentes, de 2016, apontam uma ligeira elevação para 313 presos por 100 mil habitantes. (Almeida, Mariani, & Ostetti, 2019).

194 Unconscious racism arises out of viewpoints, fears and stereotypes of which people are unaware.' One federal judge wrote that "[t]he root of unconscious racism can be found in the latent psyches of white Americans that were inundated for centuries with myths and fallacies of their superiority over the black race," and that a form of "benign neglect" has replaced overt and intentional discrimination.2 This subtle prejudice forms over years of accumulated social and cultural experiences.3 It is an entrenched social bias, which most white Americans would deny holding. (...)
Unconscious racism often influences the perception of witness credibility.4 Judges and lawyers bring preconceived and unconscious stereotypes to trials, and this subtle bias can influence a trial's course and outcome.5 One manifestation of this subtle bias is when judges make credibility decisions based on their life experiences and unconscious stereotypes of witnesses and parties. For example, a judge who subconsciously distrusts black people may tend to disregard their testimony as unreliable and use the hearsay rule to keep it out. Specifically, if a black witness is testifying for a black defendant, the judge may be more likely to exclude the testimony on the basis that it lacks probative value or is unreliable. (p.15)

195 O caso examinou se declarações racistas de um determinado jurado influenciaram a decisão de condenação. Um dos jurados teria declarado, durante as deliberações para decisão do veredito, que "Eu penso que ele seja culpado porque é mexicano. Mexicanos fazem o que querem. Nove de cada dez mexicanos são culpados de agressões contra mulheres e meninas." (Thompson, 2019, p. 8). "Que considerava que o réu era culpado porque, em sua experiência como ex-agente policial, mexicanos entendem que podem fazer o que quiserem com as mulheres" (Thompson, 2019, p. 27). O jurado teria declarado igualmente que não acreditava no álibi do réu porque a testemunha era " um imigrante ilegal" (Thompson, 2019, p. 13). Não é difícil associar as mesmas declarações, ainda que em um contexto processual diverso, a estereótipos associados aos Kaiowá e Guarani. Há o estereótipo de que o "estupro seria uma prática cultural" e que boa parte dos indígenas seria "paraguaia".

Em relação aos Povos Indígenas, a média alcança 520 presos por 100 mil habitantes em um cenário conservador, estimando-se uma população de 50 mil integrantes dos Povos Indígenas Kaiowá e Guarani. (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN/MS, 2019). A taxa de encarceramento é, aproximadamente, o dobro da média nacional, três vezes a média mundial e se aproxima da média americana, reconhecidamente a maior do mundo.

Esse dado se conecta com a Austrália mencionada no título. A taxa de encarceramento australiana dos aborígenes e nativos do Estreito de Torres é crescente. Dados de 2018 apontam que, apesar de representarem apenas 2% (dois por cento) da população australiana, estão super-representados com 28% (Vinte e oito por cento) da população carcerária. A taxa de encarceramento alcança o estratosférico número de 2.481 detentos por 100.000 habitantes. (Australian Bureau of Statistics, 2019).

As conclusões contidas no Relatório "Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul" (Centro de Trabalho Indigenista, 2008) apontaram a não-observância de garantias processuais como uma das causas subjacentes ao fenômeno:

> *Um aspecto relevante do diagnóstico é a constatação da pouca garantia dos direitos nos julgamentos das ações criminais. Detectaram-se ainda o descumprimento das garantias individuais na fase de execução penal, solapando direitos assegurados na legislação brasileira em geral e na legislação indigenista e, ainda, por Convenções e Declarações de caráter internacional, verificando-se, com isso, a violação dos direitos humanos.* (Centro de Trabalho Indigenista, 2008, p. 13).

Merecem destaque as observações do relatório em relação à produção de provas periciais e testemunhais:

> As provas colhidas, durante o Inquérito Policial e durante o processo penal, são parciais ou insuficientes; os testemunhos oferecidos pela acusação, muitas vezes, não são contestados pelos advogados ad hoc e a defesa nem sempre produz as provas que seriam necessárias. Os próprios indígenas reconhecem a falta de defesa: "Cara lá que tem ano, passa ano e advogado nem vai lá [...]" (Parente de detento kaiowá na Penitenciária Máxima Harry Amorim Costa, em Dourados, Aldeia Bororó, Terra Indígena de Dourados, fita n.05, p. 9.) (Centro de Trabalho Indigenista, 2008, p. 30)

As conclusões permanecem atuais : "*A defensora pública Neyla Ferreira Mendes analisou os processos dos 131 indígenas presos na Penitenciária Estadual de Dourados —com capacidade para 2.400 detentos—* **e afirma que nenhum deles *tinha intérpretes nem laudo antropológico***, *ambos exigidos por lei.*" (Mendes, 2019). A mesma afirmação pode ser efetuada em relação às alegações de erros processuais e de deficiência na defesa técnica, conforme se depreende das transcrições das entrevistas colhidas pela Thomson Reuters Foundation, anteriormente transcritas.

Não há como dissociar o encarceramento como mero efeito colateral de um cenário de intensa violação de direitos humanos. Essa afirmação ganha especial destaque ao compararmos a semelhança do processo de colonização australiano e o sul-mato-grossense. Há uma clara associação entre um cenário de massacres, escravidão, remoção forçada de territórios tradicionais, acesso deficiente a políticas públicas e encarceramento.

A suposta superação do paradigma assimilacionista/segregacionista pela Constituição de 1988 não se refletiu em políticas públicas etnicamente orientadas: o diverso permanece um desconhecido ou um invisível. Comparada à sociedade circundante, os números escancaram as graves desigualdades horizontais[196]. Cabe mencionar que, via de regra, as políticas públicas governamentais se transvestem em meras publicizadas políticas: se encontram previstas na legislação, na propaganda governamental, mas se encontram ausentes ou deficientemente presentes na vida dos Kaiowá e Guarani.

Biolsi (2001, p. 1) registra que "(...) em decorrência de profundos ressentimentos, as pessoas que residem nos estados onde habitam as populações indígenas são frequentemente considerados os seus inimigos mais mortais (...)". A afirmação contida em um julgamento (United States vs Kagama) de 1886 permanece extremamente atual. De forma concreta, uma base política fundada, majoritariamente, em produtores rurais, direta ou indiretamente envolvidos com conflitos presentes ou passados, se reflete nas políticas estaduais e municipais, endereçadas aos Povos Indígenas, em replicação do epíteto americano de: "Inimigos mais mortais".

196 Desigualdades horizontais "(...) son desigualdades entre grupos determinados dentro de una cultura, grupos cuyos miembros se distinguen del resto de la sociedad, por ejemplo, por cuestiones de raza, grupo étnico, religión, secta, región, etcétera" (STEWART, 2010, p. 270). Estas desigualdades, derivam majoritariamente de um tratamento discriminatório: "(...) la desigualdad grave entre grupos casi siempre es señal de la existencia de algún tipo de injusticia y no solo de diferencias en las capacidades de los indivíduos" (STEWART, 2010, p. 271).

As decisões judiciais sobre desaforamento de processos judiciais federais explicitam esse quadro. É possível afirmar que a maioria da população do estado de Mato Grosso do Sul tem uma reação em relação aos Povos indígenas que varia entre a indiferença, igualmente hostil[197], e a inegável discriminação.

Nesse ponto, urge a necessidade de adoção de balizas procedimentais que assegurem a plena concessão das garantias processuais bem como eliminem (ou, pelo menos minimizem) a influência da discriminação nos processos envolvendo integrantes dos povos indígenas Kaiowá e Guarani. Nesse ponto, sugere-se a replicação da interessante experiência americana que prevê questionamentos sobre preconceitos étnicos ou raciais por ocasião da escolha de jurados.

> *O interrogatório que o juízo de primeira instância impunha para o processo de seleção de jurado... incluía questões que tornavam evidente o racismo ao mesmo tempo em que exigiam que os potenciais jurados fizessem mais do que simplesmente negar que eram racistas. O interrogatório incluiu as seguintes perguntas:*
> *Você acredita que certas raças ou grupos étnicos tendem a ser mais violentos que outros? Se sua resposta for sim, indique quais raças e grupos étnicos você acredita serem mais violentos.*
> *Você já teve uma experiência ruim envolvendo uma pessoa cuja raça é diferente da sua? Se sua resposta for sim, descreva qualquer experiência desse tipo.*
> *Como você se sentiria se uma família de uma raça diferente se tornasse seu vizinho? "As opções de resposta incluíam" Eu aprovaria", Eu ficaria indiferente porque a raça dos meus vizinhos não faz diferença alguma para mim ", e "eu seria contra"* (Thompson, 2019, p. 46).

197 "Indiferença hostil", o termo cunhado por Yehuda Bauer (1979), para descrever a relação da população polonesa, não-judaica, em relação às violações massivas de direitos humanos das comunidades judaicas confinadas nos guetos do país. "Nos guetos, a população judaica estava faminta e era dizimada pelas doenças e pelo trabalho forçado. Além disso, eram cercados por uma população gentia cuja reação, ao sofrimento judaico, variava entre uma indiferença, majoritariamente hostil e uma aberta inimizade ou ódio em relação às vítimas."

Bibliografia

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário-AGEPEN/MS. (09 de 04 de 2019). REL. DE INDÍGENAS, PROC. E COND. PELA JUSTIÇA EST./ FED.-E ESTRANGEIROS/REF.FEVEREIRO-FEC./28-02-2019. Fonte: agepen.ms.gov.br: http://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/58/2019/03/REF.FEVEREIRO-2019-%C3%8Dnd.e-Just.Fed-28-02-2019..pdf

Almeida, R., Mariani, D., & Ostetti, V. (09 de 04 de 2019). Lotação de presídios e taxa de encarceramento aqui e no mundo. Fonte: Nexojornal.com.br: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/01/04/Lota%C3%A7%C3%A3o-de-pres%C3%ADdios-e-taxa-de-encarceramento-aqui-e-no-mundo

Apelação - 1ª Câmara Criminal, 0012131-74.2012.8.12.0002 (Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul 26 de 06 de 2018).

Apelação - 3ª Câmara Criminal, 0003071-09.2014.8.12.0002 (Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul 5 de 10 de 2017).

Apelação - 3ª Câmara Criminal, 0006535-70.2016.8.12.0002 (Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul 09 de 08 de 2018).

Apelação - 3ª Câmara Criminal, 0008702-26.2017.8.12.0002 (Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul 21 de 03 de 2019).

Australian Bureau of Statistics. (04 de 09 de 2019). Prisioners in Australia, 2018. Fonte: abs.gov.au: https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/by%20Subject/4517.0~2018~Main%20Features~Aboriginal%20and%20Torres%20Strait%20Islander%20prisoner%20characteristics%20~13

Barnes, J. A. Indigenous Politics and Colonial Administration with Special Reference to Australia. Comparative Studies in Society and History, v. 2, n. 2, jan. 1960, p. 133-149.

Bauer, Yehuda. Forms of Jewish resistance during the Holocaust. In: BAUER, Y. The Jewish emergence from power lessness. Toronto: University of Toronto Press, 1979.

Benites, Tonico. A Escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Biolsi, Thomas Deadliest Enemies. Law and the marking of race relations on and off Rosebud Reservation. California: University of California Press, 2001.

Brand, Antônio. "Quando chegou esses que são nossos contrários"- a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/ Guarani no Mato Grosso do Sul. Multitemas, [S.l.], jul. 2016. ISSN 2447-9276. Disponível em: <http://www.multitemas.ucdb.br/article/view/1235/1151>. Acesso em: 29 set. 2018. doi:http://dx.doi.org/10.20435/multi.v0i12.1235.

_____ . "O bom mesmo é ficar sem capitão": o problema da "administração" das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. Tellus, v. 1, n. 1, out. 2001, p. 67-88.

Brasil. Presidência da República. Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8799-9-dezembro-1882-546038-publicacaooriginal-59643-pe.html

_____Presidência da República. Decreto nº 5.484 de 27 de junho de 1928. Regula a situação dos índios nascidos no territorio nacional. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-

86456-pl.html
_____Presidência da República. Decreto-lei nº 1.736, de 3 de novembro de 1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html
_____ Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.886, de 15 de dezembro de 1939. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1886-15-dezembro-1939-411852-publicacaooriginal-1-pe.html
_____Presidência da República. Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html
Carpenter, A. E. (1 de 04 de 2002). CHAMBERS V. MISSISSIPPI: THE HEARSAY RULE AND RACIAL EVALUATIONS OF CREDIBILITY . Washington and Lee Journal of Civil Rights and Social Justice, p. 15.
Centro de Trabalho Indigenista. (2008). Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Brasília: CTI.
Conselho Nacional de Justiça. (09 de 04 de 2019). Cidadania nos Presídios. Fonte: cnj.com.br: http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios
Desaforamento de Julgamento , 0009496-09.2015.4.03.0000/MS (Tribunal Regional da 3ª Região 25 de 08 de 2016).
Desaforamento de Julgamento, 2007.03.00.036726-0 (Tribunal Regional da 3ª Região 11 de 02 de 2009).
Ferreira, Eva Maria Luiz A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952) / Eva Maria Luiz Ferreira; orientação Levi Marques Pereira. 2007
Fiske, T. S. (2010). Stereotyping, prejudice and discrimination. Em S. T. Fiske, A. E. Jongsma Jr, D. T. Gilbert, & G. Lindzey, Handbook of social psychology (pp. 357-411). New Jersey, US: Hoboken.
Flores, A. (14 de 04 de 2008). Situação dos detentos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. Tellus, pp. 215-222.
Global IDP Project & Norwegian Refugee Council. Internally displaced people: a global survey 2nd ed, USA, UK, Routledge, 2002.
Little, Paul E. Espaço, memória e migração: por uma teoria da reterritorialização. Textos de História, v. 2, n.4, Brasília, p. 5-25, 1994. p.8-9.
Magalhães, Couto. Ensaio de antropologia : região e raças selvagens. In: RIHGB, T. 36, v. 47, pt. 2, p. 359-516 Rio de Janeiro : IHGB, 1873.
_____O Selvagem, 1876. Disponível em: http://cdpb.org.br/leitura_basica.html . Acesso em 29/07/2018.
Magalhães, Luiz Alfrerdo Marques. Retratos de uma época – os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Laranjeira. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, 2013.
Malinowski, Bronislaw. "Indirect rule and its scientific planning". In: Kaberry, Phyllis M. (org.). The dynamics of culture change: an inquiry into race relations in Africa. New Haven: Yale University Press, 1945, pp. 138-50;
Monasteiro, Leonardo. Ehrl Philipp. Colônias de povoamento versus colônias de exploração ; De Heeren a Acemoglu. 2015. 40 f. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
Mato Grosso do Sul., Corregedoria- Geral de Justiça . (2016). PROVIMENTO N° 141, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
Mato Grosso do Sul., Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. (26 de 12 de 2012). Resolução SEJUSP/MS/Nº 638 - DE 26 DE DEZEMBRO de 2012. http://www.sejusp.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/0_A_RESOLU%C3%87%C3%83O_SEJUS_MS_N%C2%B0_638.pdf.
Memmi, A. (2007). Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
Mendes, K. (10 de 09 de 2019). Sem defesa, sem identidade: indígenas brasileiros definham nas prisões. Fonte: thisisplace.org: http://www.thisisplace.org/i/?id=fd586fb6-1ca4-43e0-bff5-a7ec1fa33b2f
Oliveira, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, p. 47-77, Apr. 1998 Disponível em em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000100003&lng=en&nrm=iso>. Access on 30 Sept. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003.
Susnik, Branislava. Los aborigenes del Paraguay II. Etnohistoria de los Guaranies. Epoca colonial. Asuncion: Museo Etnografico "Andres Barbero", 1979-1980.
Stewart, Frances. ¿Por qué persisten las desigualdades del grupo? Las trampas de las desigualdad horizontal. In: JIMÉNEZ, Félix (Ed.) Teoría Económica y Desarrollo Social. Exclusión, Desigualdad y Democracia. Homenaje a Adolfo Figueroa. Lima: Fondo Editorial – Pontificia Universidad Católica del Perú, 2010. p. 269-295.
Thompson, M. (2019). Bias on Trial: Toward an Open Discussion of Racial Stereotypes in the Courtroom. Michigan State Law Review.
Vietta, Katya. Histórias sobre terras e xamãs Kaiowá: territorialidade e organização social na perspectiva dos guarani de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. |Tese (Doutorado em Antropologia Social). USP, São Paulo.2007
_____. Relatório Circunstanciado de Delimitação e Identificação da Terra Indígena Panambi (Douradina/MS), Brasília: Fundação Nacional do Índio,2009. (Processo Administrativo FUNAI/08620-026980/2011-46).
Von Martius, Karl Friedrich, and José Honório Rodrigues. "Como Se Deve Escrever a Historia Do Brasil." Revista De Historia De América, no. 42, 1956, pp. 433–458. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/20137096.
Weil Patrick. Le statut des musulmans en Algérie coloniale. Une nationalité française dénaturée , Histoire de la justice, 2005/1 (N° 16), p. 93-109. http://www.cairn.info/revue-histoire-de-la-justice-2005-1-page-93.htm.
Wolfe, Patrick Settler colonialism and the elimination of the native, Journal of Genocide Research, 8:4, 2006, p.387-409. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14623520601056240

O JUDICIÁRIO COMO INSTRUMENTO SEGREGADOR DA CRIANÇA INDÍGENA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Autora

Nathaly Conceição Munarini Otero

Advogada, atualmente assistente jurídica do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica (NUPIIR) da atuação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

E-mail: nathymunarini11@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo denunciar e expor os vícios processuais e as violações dos dispositivos constitucionais, bem como dos Tratados e Convenções Internacionais e do Estatuto da Criança e Adolescente a respeito das crianças indígenas em situação de acolhimento no Estado de Mato Grosso do Sul. A presente reflexão versa sobre a ausência do Estado em implantar políticas públicas assistenciais às famílias indígenas, para que se evite a retirada dessas crianças do seio familiar e comunitário por questões de vulnerabilidade social, alcoolismo e violência, e a não viabilização da atuação da Rede de Proteção com intuito de acompanhar as famílias e prestar a assistência necessária para a permanência da criança em sua família natural ou extensa.

Palavras-chave

Constituição Federal, Tratados Internacionais, Estatuto da Criança e do Adolescente, Judiciário, Criança Indígena, Acolhimento, Violações.

O JUDICIÁRIO COMO INSTRUMENTO SEGREGADOR DA CRIANÇA INDÍGENA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Nathaly Conceição Munarini Otero

1. Introducão

Considerando o processo histórico dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, é necessário fazer à ressalva de que o primeiro documento que assegurou direitos para os povos originários como um todo foi a Constituição Federal de 1988.

Após a promulgação da Carta Magna, a consolidação da responsabilidade estatal e das Instituições responsáveis para com as crianças e adolescentes se deu com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 de julho de 1990.

A partir disso, é possível analisar, sob a ótica do recorte étnico que, quando se trata de crianças e adolescentes indígenas, existe uma tremenda dificuldade e um distanciamento considerável da compreensão dos Órgãos Públicos responsáveis pela atuação do ECA, por assim dizer em relação a famílias indígenas.

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca do acolhimento institucional de crianças e adolescentes indígenas na região sul do estado de Mato Grosso do Sul e o papel do Judiciário no processo e tratamento para com as famílias Guarani e Kaiowá.

A base teórica utilizada para a elaboração deste trabalho tem como carro forte os trabalhos de Cláudia Fonseca, Andrea Cardarello, Pierre Clastres, Silvana Nascimento, Diógenes Cariaga e Simone Becker.

Além disso, o trabalho tem como objetivo demonstrar as violações aos dispositivos constitucionais e Tratados Internacionais acerca da temática indigenista, bem como a negativa de vigência aos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente no trato do Judiciário para com as famílias das crianças e dos adolescentes indígenas acolhidos.

A reflexão busca expor a ausência do Estado em implantar políticas públicas assistenciais às famílias indígenas, com o objetivo de se evitar a retirada dessas crianças do seio familiar e comunitário por questões de vulnerabilidade social, alcoolismo e violência, e a não viabilização da atuação da Rede de Proteção que deveria ter como intuito o acompanhamento das famílias e a prestação de assistência necessária para a permanência da criança em sua família natural ou extensa.

O recorte local se faz necessário pois na região da cidade de Dourados existem inúmeros acampamentos indígenas, comunidades que possuem um modo de vida próprio que difere daquele até mesmo percebido nas reservas indígenas já demarcadas. Há uma enorme necessidade em reconhecer, dentro do processo judicial, a subjetividade e modelo de vida das famílias em situação de retomada, sendo imprescindível a figura do antropólogo nestes processos e a elaboração dos laudos antropológicos e de lideranças indígenas que consigam melhor traduzir o direito negado do texto constitucional.

2. Contexto histórico local – O processo de confinamento dos Guarani e Kaiowá na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul e a consequência negativa nos processos de acolhimento.

O processo histórico, sobretudo dos Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, é marcado pela ausência do poder estatal na vida dos povos originários e, principalmente, pelos violentos e conturbados processos de *confinamento* (Brand, 2016)[198] no estado, como bem explicou a Antropóloga Silvana Nascimento em sua dissertação de mestrado, que serviu de base para este trabalho.

Silvana[199] explica que com a chegada das frentes de expansão, sobretudo da Companhia Matte Laranjeira, entre os anos de 1915-1928, tentaram com que os Kaiowá e os Guarani fossem confinados em oito reservas de terras demarcadas pelo Serviço de Proteção dos Índios (SPI), com intuito de liberarem os espaços territoriais para as frentes coloniais. Por conta disto, é possível afirmar que o espaço para que esses índios pudessem reproduzir seu modo de viver foi reduzido de maneira considerável o que gera uma situação insustentável, cheia de conflitos, tensões entre as famílias. Atualmente, nesta região cerca de 30 mil indígenas ocupam espaços de reserva ou de terras não regularizadas, em acampamentos em margens de rodovia, ou em fazendas, ou no espaço urbano.

O que se observa da contextualização histórica do processo de aglutinação, por assim dizer, dos indígenas em reservas, é que sempre houve a partir do Estado, uma necessidade de retirar o indígena do seu seio cultural e integralizá-lo na sociedade, posta como mais moderna.

198 "Quando chegou esses que são nossos contrários" – A ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.multitemas.ucdb.br/article/viewFile/1235/1151

199 Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

Na cidade de Dourados, a população como um todo, até os dias atuais têm bastante receio de compreender este processo de confinamento como um dos fatores dos problemas encontrados nas aldeias e acampamentos indígenas na cidade, como o alcoolismo, violência, marginalidade e consumo de drogas.

A respeito deste modo como a própria sociedade douradense trata os povos originários que ali também habitam, Silvana aduz:

> *De outro modo, a sociedade douradense, quando questionada sobre a proximidade dos índios, tende a afirmar que não percebe diferenças: "são como outra pessoa qualquer"; contudo,* ***quando há reivindicações de terras ou outras manifestações dos índios em torno de seus direitos, como na paralização de rodovias, estes são vistos através de rótulos, como preguiçosos, vagabundos, bêbados,*** *etc.*[200]

Concernente a isto, em 2015 o procurador da República Marco Ântonio Delfino de Almeida, autoridade com expressiva atuação na temática indigenista no estado de Mato Grosso do Sul, em entrevista para o jornal Correio do Estado, afirmou que:

> *É impossível a dissociação dos suicídios e do alcoolismo do quadro histórico de violência sofrida pelas populações indígenas que vivem em reservas. O quadro é muito semelhante ao existente nos campos de refugiados existentes na África e no Oriente Médio. A semelhança não é fortuita.* ***A rigor as reservas indígenas são campos de deslocados internos (conceituação jurídica para refugiados dentro do próprio país de origem). Estas pessoas foram removidas de forma forçada de suas áreas tradicionais de ocupação com intuito claro de utilização como mão de obra barata.*** *A base da economia do estado se calcou nesta mão de obra, inicialmente com o trabalho escravo nos Ervais, posteriormente o trabalho igualmente escravo de "formações de fazendas" e, por último, o trabalho escravo/degradante na colheita da cana, especialmente até a década passada. A correção das mazelas decorrentes dos deslocamentos forçados necessita de uma atuação interdisciplinar com envolvimento das áreas da educação, da saúde, da assistência social, do diálogo com as lideranças indígenas e líderes religiosos com o consequente aporte de recursos para que possamos ter resultados que sejam expressivos.*[201]

Neste sentido, no que tange a criação das Reservas indígenas, estas foram instituídas pelo Estado brasileiro, no começo do século XX, no intuito de retirar

200 Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente, pag. 34. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

201 "Para procurador, indígenas que vivem em MS são cidadãos apenas no papel". Disponível em https://www.correiodoestado.com.br/cidades/para-procurador-indigenas-de-ms-sao-cidadaos-apenas-no-papel/244558/

os Guarani e Kaiowá dos seus territórios tradicionais, para que essas terras fossem liberadas para as frentes de colonização, na premissa do "progresso" chegar as terras que "nada produziam".

Desse modo, os Guarani e Kaiowá foram **confinados** nessas áreas delimitadas pelo Estado. É importante ressaltar que muitos resistiram e continuaram a habitar os fundos de fazendas, alguns servindo de mão de obra para os fazendeiros que se encontrava nas terras, até meados da década de 70.

Contudo, após a mecanização da força de trabalho no campo, foram expulsos definitivamente dos seus tekoha[202], tendo que viver então nas oito reservas espalhadas pelo cone sul, quando não, montando acampamentos em beira de rodovias.

E são nessas reservas que existem os maiores índices de violência entre os povos Guarani e Kaiowá, tendo em vista a proporção da população em detrimento do território delimitado.

Deste modo, repassando ligeiramente o processo histórico, adentraremos a seguir na problemática abordada neste trabalho.

2.1 Da situação de Dourados e região: do mapeamento atualizado acerca do número de crianças e adolescentes indígenas em situação de acolhimento na cidade de Dourados.

É necessário fazer o recorte local para melhor expor a situação, haja vista que a cidade de Dourados concentra o maior percentual de crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Segundo o Relatório da Funai – Mapeamento qualificado de todos os casos de crianças e jovens indígenas em situação de acolhimento institucional e familiar da região de Dourados/MS, de novembro de 2017, disponibilizado para o NUPIIR - Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, na qual a autora que vos escreve trabalha, o número de crianças e jovens acolhidos em novembro de 2017 era de 50, estima-se que até a presente data esse número aumentou para 70.

O município de Dourados recebeu atenção especial por conta do número de crianças e jovens, e, pelo fato concentrar no seu território 4 instituições de

202 Tekoha- se constitui numa categoria nativa que expressa o sentido de comunidade ou aldeia territorializada em determinado espaço, reunindo em média de três a cinco parentelas. (PEREIRA, 2008, p.22).

acolhimento, a saber: Lar Rita de Cássia, Lar de Ebenezer Hilda Maria Correa, Lar Renascer e Instituto Agrícola do Menor – IAME.

Para que se possa compreender os alicerces do Judiciário que mantém os processos envolvendo crianças e jovens indígenas em situação de acolhimento, tema que será explorado mais a frente, é necessário elencar os principais motivos equivocados pelas quais essas crianças e jovens estão sendo retirados de suas famílias.

Conforme Relatório da Funai mencionado acima, as atuações que mais violam do que promovem o direito das crianças indígenas à convivência familiar e comunitária, estão baseadas em senso comum, como o entendimento preconceituoso e discriminatório com relação a etnia de cada indígena, se tornando um fator de inferiorização da condição de ser humano e cidadão, *o que resulta em processos desiguais de acesso às políticas públicas de distribuição de renda, do poder e do prestígio nos territórios,*[203] a questão entendimento equivocado do uso do álcool e de drogas, que ocasiona numa compreensão de ser um problema individual e não de saúde pública, a pobreza vista como impedimento de uma família manter o vínculo com a criança, dentre outros.

A respeito desse último item, com relação a "pobreza", o termo negligência204 tem sido usado em muitos dos processos judiciais envolvendo crianças e jovens indígenas em situação de acolhimento como referência **a pobreza das famílias**, conforme Relatório atualizado dos casos analisados pelo NUPIIR, é possível perceber uma banalização da palavra **NEGLIGÊNCIA**. Para justificar todo e qualquer afastamento da criança de seu seio familiar, usa-se a justificativa negligência, assim, pobreza/miséria, torna-se sinônimo de negligencia. Nos deparamos com a omissão do estado nessas áreas tentando justificar a pobreza como algo que fosse culpa exclusivamente dos indígenas.[205]

A respeito desta questão, a antropóloga Silvana acima citada, aduz que:

> *Nessa circunstância, Andrea Cardarello, em artigo publicado com Claudia Fonseca (2009, p. 225),* ***diz que o termo abandonado tem se tornado sinônimo de criança pobre,*** *e que tais discursos podem se tornar um pretexto para "justificar*

203 Relatório – Crianças em situação de acolhimento - processos analisados pelo NUPIIIR. Disponível em www.defensoria.ms.gov.br

204 Negligência: (do termo latino negligentia) é o termo que designa falta de cuidado ou de aplicação numa determinada situação, tarefa ou ocorrência. É, frequentemente, utilizado como sinónimo dos termos descuido, incúria, desleixo, desmazelo ou preguiça
https://pt.wikipedia.org/wiki/Neglig%C3%AAncia

205 Relatório – Crianças em situação de acolhimento - processos analisados pelo NUPIIIR. Disponível em www.defensoria.ms.gov.br

a esterilização de mulheres pobres, por exemplo, ou para advogar a adoção de crianças pobres como solução da miséria". As reservas indígenas de Mato Grosso do Sul já são vistas pela sociedade regional como bairros pobres, ou como favelas. Já ouvi rumores de que médicos da SESAI conjecturam a possibilidade de fazer laqueaduras nas mulheres indígenas para reduzir o número de nascituros e, nesse caso, apontaram os antropólogos como os que criticam tal solução.[206]

Após a breve contextualização histórica e local, passamos a demonstrar as violações constitucionais e aos Tratados Internacionais, bem como a negativa de vigência aos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente nos processos judiciais envolvendo crianças e jovens indígenas.

3. Das violações aos Princípios e dispositivos constitucionais e aos Tratados e Convenções Internacionais, bem como a negativa de vigência ao Estatuto da Criança e do Adolescente por parte do Judiciário no estado de Mato Grosso do Sul.

3.1. Da violação aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa e dos artigos 227 e 231 da Constituição Federal

Os Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa estão assegurados no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal e devem ser respeitados em todo o processo judicial.

Segundo a professora e jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro [207] o princípio do **contraditório** é inerente ao direito de defesa e decorre da bilateralidade do processo, no sentido de que, *quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra*, este princípio supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado ou réu e o seu direito de resposta.

Com relação a conceituação do princípio da **ampla defesa**, que está atrelado ao do contraditório, pode-se se dizer que tal princípio consubstancia-se no direito das partes de oferecer argumentos em seu favor e de demonstrá-los durante o processo. Segundo o doutrinador Edilson Mougenot Bonfim, tal princípio não supõe uma infinidade de atos na produção da defesa, sem limites determinados, a

206 Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente, pag. 34. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

207 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, 20ª edição, São Paulo, Atlas, 2007, p. 367.

qualquer tempo ou a qualquer momento e hora, pelo contrário, é necessário que a defesa se produza *pelos meios e elementos totais de alegações e de provas no tempo processual que será devidamente oportunizado pela lei.*[208]

Nos processos judiciais analisados pelo NUPIIR – Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica – DPE/MS no ano de 2018, conforme mencionado acima, existe uma corriqueira situação de não chamarem nem a família natural nem a extensa para o processo, há casos em que a mãe da criança tem seu filho (a) retirado (a) logo que nasce e, por conta do difícil acesso à Justiça, não tem conhecimento do que está sendo decidido judicialmente.

Ademais, no que tange às violações do Judiciário nos processos analisados, é possível constatar que existe um cerceamento do acesso à Justiça, direito a defesa técnica nos processos e a falta do intérprete nos procedimentos judiciais.

A falta da figura do intérprete durante todo o processo judicial, retira das famílias o direito de compreenderem os fatos e do decorrer das ações, sob a nítida violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, assegurados no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, o que agride os pilares que sustentam a Justiça e os princípios como os da equidade e igualdade, protegidos pela Carta Magna mencionada.

É possível notar que muitos dos processos seguem linhas norteadoras do Direito positivado, **não observando às particularidades da linguagem/fala, do modo de se comunicar, muitas vezes sendo a retórica jurídica, o grande impasse para a busca pela real verdade dos fatos**.

Neste sentido, a respeito da retirada de crianças e jovens indígenas de suas famílias sem a tentativa de reinserção, agride-se direitos básicos de convivência familiar, sendo nítida a violação do **artigo 227 da Constituição Federal de 1988** que tratam da temática indigenista e em seu corpo traz que um dos deveres do Estado é o de assegurar à convivência familiar e comunitária, além do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, dentre outros direitos básicos que o artigo traz.

No que diz respeito ao **artigo 231**, também da Constituição Federal, dispõe a primeira parte que: *"São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições"*. Tal dispositivo resguarda direitos específicos a população indígena, direitos estes que são transgredidos nas sutis ações de um Judiciário que se afasta das realidades dos diferentes, **que segrega o acesso à**

208 Bonfim, E. M. (2009. 4. ed.). Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

Justiça sem considerar às subjetividades dos sujeitos de direitos e de culturas diferentes dos não indígenas.

Pensar o Judiciário sem levar em conta outras realidades culturais, étnicas e de costumes diversos do que prevalece no ocidente, por assim dizer, segundo Pierre Clastres (2004)[209], chama-se **etnocentrismo**, que seria essa vocação de avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura.

Quando se fala em um Judiciário como instrumento segregador, há que se considerar que existe uma estrutura jurídica formada pelos agentes do Direito, que deveriam por si só, cumprirem a função social da própria Justiça. Os "operadores do direito" (Becker; Marchetti, 2013), que são representantes da Justiça na figura dos juízes, promotores, defensores e advogados deveriam ser os instrumentos para que o acesso democrático a esta Justiça chegue até as famílias das crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento.

O não chamamento ao processo das famílias que tiveram seus filhos retirados do seu seio familiar ou a não prestação da manutenção do acesso à Justiça para estas pessoas, reduz o Judiciário como não só um instrumento segregador, mas o reforço de um Estado omisso, que abandona questões indigenistas e se ausentam de suas responsabilidades em oferecer e manter o que nossa Carta Magna assegura. Ou estaríamos por viver de uma aparência de uma Justiça que só funciona para aqueles que possuem poder aquisitivo?

Neste sentido, sobre a figura do Judiciário e seus "agentes", sejam eles advogados, defensores, promotores, etc, a respeito da não observância às subjetividades dos povos originários no que tange aos processos da qual se faz menção neste trabalho, a professora, jurista e antropóloga Simone Becker e a jurista Luiza Gabriela Meyer, aduzem que:

> *Ocorre que as representações culturais dos nossos interlocutores indígenas nem sempre são ou foram consideradas pela sociedade brasileira. A noção de cultura predominantemente entre os brasileiros em geral – **inclusive entre os que ocupam as bases do poder**, quando na verdade deveria ser analisada como "**um processo dinâmico que sinaliza para sistemas simbólicos que nos regem, regram enquanto sujeitos imersos em ditames sociais, passíveis de ressignificação**.*[210]

209 CLASTRES, Pierre. Antropologia da Violência – pesquisas de antropologia política. Edição brasileira de 2004. ed Cosac e Naify.

210 BECKER, Simone; MEYER, Luiza Gabriela. A discussão sobre a necessidade de intérprete para os indígenas em litígio no palco do Judiciário. In. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28, São Paulo, 2012. Anais 28ª. RBA, São Paulo: PUC – SP, 2012.

Considerar que uma família não está apta para os cuidados de seus filhos somente por conta da sua condição de pobreza é agredir ditames e estruturas já frágeis de um Judiciário elitista e segregador.

Nesta perspectiva, Silvana Nascimento afirma que:

> *E, nessa acepção, parece haver uma comunhão entre os entendimentos de Lima (2009) com os de Rubens Thomas de Almeida de que **a prática do abrigamento e da adoção é etnocida** e de que os conselheiros tutelares, os abrigos, a Justiça Estadual e o MP estariam contribuindo para isso.*

As crianças indígenas que moram nas reservas ou áreas de retomada, residem muitas vezes em barracos, sem acesso a saneamento básico, alimentação adequada, etc. Essa situação de extrema pobreza é fomentada pelo próprio Estado brasileiro, a partir do momento que expulsou as comunidades Guarani e Kaiowá dos seus tekoha e colocou-os em reservas e não encontra solução para os conflitos instalados há anos.

Desse modo, apesar de toda essa interferência e omissão do Estado, as famílias continuam educando seus filhos da maneira tradicional. Em volta do fogo, a educação é socializada entre os irmãos, tios e avós. Quando um agente do Estado retira essa criança sem ouvir anteriormente a própria comunidade, sem mapear a família extensa, deixando-a à mercê da própria sorte dentro da instituição de acolhimento "de brancos" age sem respeitar essa sociedade pluriétnica que a Carta Cidadã assegura.

3.2. Da violação ao artigo 6º da Convenção 169 da OIT- Direito a Consulta prévia e artigo 157, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Da necessidade de existir um procedimento pré-processual antes do acolhimento)

Em se tratando de criança e adolescente indígena, a respeito do procedimento pré-processual realizando antes do acolhimento em definitivo, é necessário que se respeite o que está disposto no **artigo 6º** da Convenção 169 da OIT.

No presente dispositivo estão as medidas que cada governo deverá tomar com relação aos povos originários, seja a consulta aos *povos interessados, mediante procedimentos apropriados,* pela representação de instituições, *cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente,* facilitar e oferecer os meios através dos quais *os povos interessados possam participar*

livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes bem como *estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.*

Bem como que sejam resguardados os direitos previstos no artigo 157, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente que trata da obrigatoriedade da equipe interprofissional ou multidisciplinar de ***representantes do órgão federal responsável pela política indigenista***, nos processos envolvendo crianças indígenas.

Ainda, em caráter de sugestão, é necessário que haja uma pressão para que as autoridades judiciárias e governamentais responsáveis por esta questão, realizem um procedimento pré-processual, antes de efetivarem o acolhimento das crianças, que têm acontecido de maneira violenta e desumana.

Conforme mencionado no já mencionado Relatório da FUNAI, *quando o Conselho Tutelar entra em uma casa indígena e retira de lá um ou mais de seus membros, ainda em processo de formação da pessoa, não tem dimensão do que está fazendo naquele grupo,* além disso:

> *Retirar sem aviso, sem apresentar motivação, sem tempo pra despedidas, sem falar com a criança na língua materna. Levar uma criança indígena para um lugar totalmente desconhecido dela, onde não tem ninguém de seu grupo de referência, ninguém parecido com ela, que fale e entenda seu idioma, que oferte os mesmos cuidados de higiene e alimentação de seu povo é apontado pelas famílias com as quais conversamos como uma violência gigantesca.*[211]

A respeito deste ponto, insta mencionar que o Estado, negando tais direitos transcritos acima, acentua o papel negativo que as instituições de acolhimento têm tido. É importante ressaltar que a postura e os relatórios das casas de acolhimento e dos agentes da chamada Rede de apoio destes locais exercem influência direta nas decisões dos juízes.

Neste sentido, segundo a antropóloga Silvana Nascimento, *o que se extrai das observações de Fonseca, Cardarello e Schuch é que o trabalho das instituições de abrigamento é consequência da pobreza que impossibilita a muitos pais de cuidarem de seus filhos.*

211 Relatório da Funai – Mapeamento qualificado de todos os casos de crianças e jovens indígenas em situação de acolhimento institucional e familiar da região de Dourados/MS (2017). Pag. 16

Silvana também menciona que de certa forma uma das contradições do ECA *é pretender que a criança fique com a família e, ao mesmo tempo, que esta tenha condições de garantir todos os seus direitos fundamentais.* Porém, a *garantia dos direitos de uma criança, como prioriza o ECA, é o modelo de socialização recebida pelas crianças e adolescentes de classe média e não das famílias pobres.*[212]

A importância da atuação da **Rede de proteção** é demasiada neste sentido de procedimento pré-processual, e infelizmente não tem sido possível contar com a efetividade da mesma, uma vez que **as medidas tomadas para o abrigamento das crianças** sobrepõem a **atuação para a melhora de condições de vida e sustentabilidade de suas famílias**, a fim de evitar a retirada destas crianças.

Nas palavras de Claudia Fonseca, a respeito da contradição mencionada, a indagação da autora é no sentido de que, se por um lado *garante-se a crianças e adolescentes o direito de "ser criados e educados no seio de sua própria família" (art.19), por outro, devem também ser assegurados seus direitos referentes ao acesso à saúde, educação, alimentação, lazer e esporte, entre outros (art.4º).* A reflexão vai além:

> *Em um país como o Brasil, como exigir que as famílias pobres ofereçam tudo isto a seus filhos? Pela lei, a institucionalização numa URT deve ser acionada apenas como último recurso pois viola o direito da criança a ser criada na sua própria família. Por outro lado, a URT garante à criança o restante dos seus direitos, dando a meninas e meninos provenientes das classes mais baixas os confortos de uma vida de classe média. Para resolver o aspecto legal desse debate, é fundamental saber: é a família "negligente" por não garantir o bem-estar de seus filhos? Ou "negligente" é o Estado?*[213]

Deste modo, seria necessária a ocorrência da consulta prévia às comunidades indígenas, sempre que houver medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Nessa perspectiva o Poder Judiciário deveria dialogar com os indígenas, principalmente os Guarani e Kaiowá, que são os principais interessados em manter suas crianças junto de suas famílias, porém tal premissa não é respeitada.

212 Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente, pag. 51. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

213 Direitos dos mais e menos humanos, pag.103. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf

3.3. Da violação ao artigo 28, § 6º, incisos I, II e III e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dispõe o artigo supramencionado que:

> Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.
>
> **§ 6º Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório:**
>
> *I - que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal;*
>
> *II - que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;*
>
> *III - a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.*

Sobre o **inciso I**, as crianças indígenas sofrem dentro das casas de acolhimento **atitudes de discriminação e de alienação parental e étnica**, pois os profissionais ligados às instituições, **não têm um treinamento específico para lidar com as singularidades dessas crianças, e alguns, por ignorância e preconceito,** verbalizam na frente das crianças frases depreciativas sobre às comunidades, seu modo de vida, cultura e religião, principalmente quando ocorre publicações na mídia.

> *As instituições de acolhimento organizam suas atividades de cuidado e atenção às crianças,(des)constroem seus hábitos alimentares e de higiene, motivam ou proíbem que falem sua língua materna, valorizam e inferiorizam sua cultura e identidade étnica, agregam valor ou afastam as crianças e jovens de suas comunidades(*Funai, 2017, p. 12 e 22).

Neste mesmo sentido, Silvana Nascimento afirma que:

> *É nesse sentido que apontei para a premissa "matando o índio existente na criança", de Lima, como próprio de uma lógica que entende que a criança indígena abrigada não será necessariamente convertida ao sistema do branco. A capacidade de sedução dos abrigos para uma criança, independente de ser indígena ou não, com "os novos confortos e novos hábitos (...) a cama nova e macia, os lençóis limpos e macios, as refeições fartas e variadas, a televisão colorida, a brinquedoteca, as "tias" carinhosas, os banheiros com papel higiênico, água corrente e aquecida*" (Lima, p. 15), *certamente podem dificultar a reinserção familiar*[214]

Em relação ao **inciso II**, na maioria dos casos analisados pelo núcleo na qual essa autora faz parte, **não houve mapeamento da família extensa**, sendo os órgãos públicos incapazes de se mobilizar para visitar os territórios indígenas, muitas vezes pedindo o auxílio da Funai, que não conta com servidores suficientes para atuar nesses casos.

Para muito além da inércia, por assim dizer, do Poder Judiciário do estado de Mato Grosso do Sul e da Rede de Proteção, em encontrar a família extensa, há que se mencionar que existe uma dificuldade em compreender, em se tratando de família indígena, o conceito cultural dessa extensão, da parentela, por assim dizer. Neste sentido, Silvana Nascimento aduz que:

> *Para a referida autora, o ECA condena o modelo de internamento e o faz em diálogo com o modelo de família nuclear; logo, nas entrelinhas, o Estado está reduzindo suas responsabilidades diante desse público. No caso dos Kaiowá, entendo que a rede de proteção à criança estende os laços e as responsabilidades para com as crianças, apenas para a família nuclear (pai, mãe e filhos). Pensar a família extensa (avós, tios e tias, primos e primas maternos e paternos) como tão responsável quanto a família nuclear pelo cuidado de uma criança, por vezes pode tornar-se complicado para juízes, conselheiros tutelares e outros.* [215]

A rede de proteção formada pelo Conselho tutelar, psicólogos e assistentes sociais quando conseguem acessar essas áreas indígenas, também não fazem o recorte étnico necessário para avaliar as condições da família numa possível reinserção gradativa da criança, e da mesma forma, tem entranhada em si as mesmas dificuldades de compreensão da cultura e tradições desses povos.

Acerca do **inciso III**, a intervenção do órgão federal indigenista, bem como a análise antropológica nesses casos é o diferencial que irá despertar novos olhares.

214 Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente, pag. 62. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

215 Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente, pag. 35. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

Entretanto, tal disposição também é violada. Não há em nenhum dos processos analisados deferimento de perícia antropológica, ademais, a Procuradoria da Funai só é acionada no processo depois que a criança já está a um bom tempo acolhida, quando é, pois verifica-se também que muitas vezes não há intimação da autarquia indigenista dos atos processuais e se há, quando a mesma se manifesta é totalmente ignorada.

A questão da intervenção do antropólogo nos processos judiciais é um tema muito discutido no meio acadêmico mas pouco colocado em prática. A sua importância é de extrema relevância para as ações envolvendo indígenas, como afirma Silvana Nascimento:

> *A **intervenção antropológica** nesses cenários é complexa: há o temor de que, por exemplo, com as assessorias, os agentes e suas instituições possam se instrumentalizar com os conhecimentos adquiridos através da confiança e convívio com os indígenas. Notei que alguns antropólogos percebiam um interesse claro de algumas instituições e seus agentes em obter o conhecimento antropológico a respeito dos Kaiowá, com a intenção de alcançar as metas e os objetivos institucionais e não de prestar um trabalho que dialogasse com o grupo. Essa impressão é bastante desconfortável para os antropólogos, pois mesmo que não sejam militantes, há solidariedade destes para com os grupos pesquisados, por vê-los como cidadãos diferenciados.* ***O trabalho dos antropólogos junto a esses agentes e suas instituições é mais proveitoso à medida que percebem o interesse destes em fazer uma atuação diferenciada junto aos índios.***

Para que se possa iniciar a mudança efetiva do Judiciário com relação aos processos de acolhimento envolvendo crianças e jovens indígenas é necessário, acima de tudo, que os artigos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam melhor interpretados por parte dos juízes, no sentido de disponibilizar no processo a figura do antropólogo.

3.4. Da violação ao artigo 101 do ECA- Caráter provisório do acolhimento

No que tange ao **artigo 101** do presente Estatuto, o mesmo menciona que para que se possa manter o caráter provisório do acolhimento, é necessário que haja, principalmente, *orientação, apoio e acompanhamento temporários*, bem como a *inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente* e *a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos*

inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Ao se analisar o artigo 101 com cautela, é nítido que existe uma previsão legal de extrema importância para as famílias, sobretudo, das crianças e jovens em situação de acolhimento. Acontece que, nos casos analisados na cidade de Dourados, não houve, em nenhum caso, que efetivamente o Judiciário tenha cumprido tal proposição normativa.

Ocorre que essa falta de celeridade provoca nessas crianças uma insegurança em voltar para a sua família, pois são acostumadas em um ambiente que disponibiliza bens opostos ao que se encontram nas aldeias e costumes totalmente alheios aos da comunidade.

Primeiramente, as crianças indígenas retiradas das suas famílias e encaminhadas para as instituições de acolhimento não tem sua identidade social e cultural respeitada, vez que, como já dito, não há funcionários indígenas e os que ali estão, ignoram os seus costumes e tradições, quiçá suas instituições. Sobre essa problemática, o relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai) discorre pontualmente:

> *Muito pelo contrário, foram observadas atitudes de discriminação e de alienação parental e étnica, pois alguns profissionais ligados às instituições não demonstravam qualquer cuidado em verbalizar na frente das crianças suas impressões preconceituosas contra os povos indígenas e seus modos de viver, em especial àquelas relacionadas a notícias vinculadas na mídia e do senso comum (...) Os dados apontam que é necessário refletir sobre como as instituições de acolhimento organizam suas atividades de cuidado e atenção às crianças, como (des)constroem seus hábitos alimentares e de higiene, como motivam ou proíbem que falem sua língua materna, como valorizam e inferiorizam sua cultura e identidade étnica, como agregam valor ou afastam as crianças e jovens de suas comunidades.*(Funai, 2017, p. 12 e 22)[216]

Em relação ao respeito as suas instituições, de acordo com o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), deveria ocorrer a consulta prévia a essas instituições que representam os indígenas, sempre que houver medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. **Nessa perspectiva, repita-se, o Poder Judiciário deveria dialogar com os Guarani e Kaiowá, que são os principais interessados em manter suas crianças em volta do fogo doméstico[217].**

216 Relatório da Funai – Mapeamento qualificado de todos os casos de crianças e jovens indígenas em situação de acolhimento institucional e familiar da região de Dourados/MS (2017)

217 Che ypyky kuera é como o Kaiowá se refere ao grupo de parentes próximos, reunidos em torno de um fogo doméstico, onde são preparadas as refeições consumidas pelos integrantes desse grupo de co-residência (...)

Com relação ao inciso II do artigo 101, que menciona o termo **"temporário"** importante mencionar a análise de Silvana Nascimento, que entende que ao concluir que a criança indígena se transforma numa engrenagem do sistema da instituição, *a prática do abrigamento e da adoção é etnocida e de que os conselheiros tutelares, os abrigos, a Justiça Estadual e o MP estariam contribuindo para isso.*[218]

Ademais, a intervenção do órgão federal indigenista, bem como a análise antropológica nesses casos é o diferencial que irá despertar novos olhares. Entretanto, tal disposição também é violada.

Por seu turno, as famílias não recebem orientação para procurarem a Defensoria Pública.

A importância da perícia antropológica nesses casos de Medida de Proteção envolvendo crianças indígenas não se reduz ao quesito se a criança é aculturada ou não, uma vez que passou muito tempo longe de seu povo.

A etnografia traçada nos laudos antropológicos vem demonstrar o quanto é essencial para os povos indígenas educar suas crianças. **Para os Guarani e Kaiowá a criança possui um sentido cosmológico, a criança que vive dentro dessa organização do fogo familiar não é acolhida apenas pelos pais, mas, todos têm responsabilidade na sua educação, tios, avós, primos, etc.**

Quando os pais se divorciam, a criança fica geralmente com os avós, até os pais comporem outros núcleos familiares, temos também a figura do guacho (filho adotivo), que pode ou não ser parente (consanguíneo ou afim), é sempre um solteiro, órfão ou filho de casais separados.

A perícia, por sua vez, vem revelar que todos da comunidade detêm os mesmos bens materiais, ou seja, não é porque essa criança mora num barraco, sem saneamento básico ou falta de alimentação adequada, que deve ser retirada da sua parentela. O olhar antropológico é necessário para entender a organização social dos Guarani e Kaiowá, compreender as "piscadelas" (Geertz, 1989)[219] que o Judiciário não consegue enxergar.

O fogo constitui a unidade sociológica mínima no interior do grupo familiar extenso ou parentela, composta por vários fogos, interligados por relações de consangüinidade, afinidade ou aliança política. O pertencimento a um fogo é pré condição para a existência humana entre os kaiowa. (PEREIRA, 2008, p. 7).

218 Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente, pag. 35. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

219 GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989, p.13-41.

3.5. Do modo de vida tradicional de acampamento de retomada das comunidades indígenas das famílias com crianças e jovens em situação

Sejam às Convenções ou os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, seja a Constituição Federal Brasileira, todos estes documentos trazem em si a proteção ao modo de vida específico das populações indígenas brasileiras.

Na tentativa de traçar um paralelo histórico a respeito das modalidades de acampamentos, a socióloga Elis Fernanda Corrado, em seu artigo "Acampamentos Kaiowá: Variações da Forma de Acampamento", afirma que:

> *As ocupações ou retomadas de terras no sul do Mato Grosso do Sul acontecem desde a criação das reservas indígenas na região, entre 1915 e 1925, pelo então Serviço de Proteção aos Ín- dios – SPI. A novidade está na utilização da "forma acampamento como linguagem de demandas sociais coletivas. Buscando a sociogênese da forma de demanda entre os Kaiowá, descobriu-se a existência de acampamentos de lona preta organizados por indígenas no Mato Grosso do Sul desde os anos 80, tendo se acentuado nos anos 90, mesmo período em que se registra uma expansão dos acampamentos sem-terra na região. Entretanto, os acampamentos indígenas eram interpretados por especialistas como uma alternativa de sobrevivência e como prática adotada por muitos indígenas que se negavam a viver dentro do espaço delimitado das reservas.*

O modo de vida de uma comunidade indígena dita um patamar de sociabilidade, de produção, de maneiras de subsistências, bem como caracteriza o modo como cada grupo em situação de acampamento viverá.

Não se pode definir a maneira ideal de viver dos indígenas sob a ótica e conceituação de moradia, higiene, hábitos e etcs dos não indígenas. A régua a ser medida não deve ser àquela eivada de costumes que não o dos povos originários.

O Judiciário, ao decidir sobre o afastamento de uma mãe e pai indígenas de seu filho, também indígena, utilizando-se das argumentações que têm sido recorrentes, como a pobreza como negligência e a falta de condições de habitação, vestimenta e moradia, se desconsidera o fato de que os povos indígenas são reconhecidos através da cultura, da tradição, da religião e da língua, sendo o que os diferenciam do restante da população, pois, **possuem modos de vida e hábitos diferentes dos outros grupos brasileiros.**

Acerca da questão de território e definição de modos de vidas Guarani e Kaiowá, o historiador e doutor em antropologia, Diógenes Cariaga, traz em seu

artigo *"Em nossas próprias armadilhas: "artefatos" antropológicos em contexto"*, uma concepção antropológica mais específica:

> *As traduções kaiowá e guarani atuais enfatizam conexões entre a territorialidade e os modos de pensar estas questões diante dos efeitos do aumento da presença não indígena e do contingenciamento territorial, entretanto, tal reflexão não encerra as traduções de tekoha como imediatas a uma noção de territorial ou de terra indígena como categoria patrimonial- administrativa do Estado.* ***Mesmo em uma intensa judicialização da vida, percebo que o rendimento em seguir as relações mobilizadas acerca da categoria nativa tekoha possibilita descrever modos de compreensão das famílias e lideranças que estão remetendo mais ao lugar onde podemos viver de acordo com seus modos de ser e conhecer,*** *dando relevo as redes de parentelas e seus modos de habitação numa região identificada por elas como provem de um lugar específico – tekohaguy pensadas mediante uma concepção geográfica e histórica de território tradicional – tekoha guasu.*[220]

Ao mencionar os costumes, subentende-se que os hábitos das comunidades, sejam elas em situação de reserva, ocupação ou retomada, deverão ser respeitados, sendo necessário o Judiciário leva-los em conta, ponderando sempre decisões que tratem sobre isso.

Ainda, é importante mencionar que os acampamentos de retomadas, principalmente, como a maioria dos acampamentos da cidade de Dourados, localizados aos arredores das Reservas Indígenas já demarcadas, passam por situações cotidianas de sempre muito complicados, marcados por uma ausência do estado em afirmar políticas públicas de assistência e tensionadas pelos conflitos de terras presentes, que talvez seja o pilar que desestrutura toda a questão indigenista no estado.

No plano dos direitos e garantias fundamentais internacionais, preocupação com a questão indígena no, mais especificamente no âmbito das Nações Unidas, teve sua origem no ano de 1949, quando a Assembleia Geral solicitou um estudo sobre a situação das populações indígenas existentes na América.

Muito antes dessa preocupação específica, os povos indígenas já haviam tido seus direitos, de forma bem geral é verdade, reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. É possível afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no cerne da criação da ONU, foi o primeiro documento universal que proclamou direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os seres humanos.

220 CARIAGA, Diogenes Egidio. Em nossas próprias armadilhas: "artefatos" antropológicos em contexto Disponivel em: http://ufsc.academia.edu/Di%C3%B3genesCariaga

4. Conclusão

Haja vista o fato de existir problemas estruturais de ordem pública por traz do aumento do número de crianças e adolescentes em acolhimento, o presente trabalho teve como objetivo provocar o debate e as inúmeras reflexões acerca da temática indigenista no estado de Mato Grosso do Sul.

É possível constatar que as mazelas de um Estado ausente e omisso no atendimento aos povos originários, somado a um Judiciário etnocêntrico e que se deixa contaminar pelas estruturas de poder econômico que ditam a fonte de produção e lucro principal do estado, o agronegócio, são as fontes de praticamente todos os problemas envolvendo famílias e comunidades indígenas inteiras.

Para quem é feita a Justiça no estado de Mato Grosso do Sul? Se estamos falando de um Judiciário que é instrumento segregador de Direitos, como poderemos assegurar aos povos originários o acesso à uma Justiça pautada em equidade e segurança jurídica?

A falta de assistência para essas famílias, no caso dos processos analisados e mencionados pelo Relatório da FUNAI, por parte da Rede de Proteção e o desrespeito ao modo de vida tradicional das comunidades em situação de acampamento são oriundas de uma estrutura que parece ser montada para a permanência das condições de miserabilidade, que é utilizada como justificativa para retirada de crianças e jovens, gerando um ciclo que se edifica e prejudica estas famílias.

Além disso, o termo **negligência**, que aparece inúmeras vezes nos processos judiciais de Medida de Proteção, muitas vezes **como justificativa da manutenção da criança na casa de acolhimento**, além de **não ser um requisito legal** para essa manutenção, é carregado de um peso **genocida e etnocida**, à medida em que se refere a um modo de vida e cultural de uma comunidade com costumes diferentes.

Enquanto o Poder Judiciário do estado do Mato Grosso do Sul não olhar para as questões indígenas com uma visão menos etnocêntrica, levando em conta a ausência do estado em atender os povos originários e suas demandas de maneira justa e igualitária, não será possível a garantia e manutenção dos direitos fundamentais assegurados na Carta Magna a esta população.

As crianças e os jovens indígenas continuarão tendo seus laços culturais e familiares rompidos de seus familiares em detrimento de processos e decisões judiciais que estão cada vez mais distantes de parecerem justos, e cada vez mais próximos de confirmarem a segregação de uma Justiça branca, desumana e elitizada.

É necessária uma nova Justiça, com pilares menos etnocêntricos e mais agregadores, só assim será possível **tratar os desiguais na medida de suas desigualdades**, como assegura nosso artigo 5º, caput, da nossa Constituição Federal de 1988.

Bibliografia

BECKER, Simone; MEYER, Luiza Gabriela. A discussão sobre a necessidade de intérprete para os indígenas em litígio no palco do Judiciário. In. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28, São Paulo, 2012. Anais 28ª. RBA, São Paulo: PUC – SP, 2012.

BONFIM, E. M. (2009. 4. ed.). Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

BRAND, Antonio. "Quando chegou esses que são nossos contrários" – A ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.multitemas.ucdb.br/article/viewFile/1235/1151

CARDARELLO, Andrea, FONSECA, Claudia. Direitos dos mais e menos humanos, pag.103. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf

CLASTRES, Pierre. Antropologia da Violência – pesquisas de antropologia política. Edição brasileira de 2004. ed Cosac e Naify.

CARIAGA, Diogenes Egidio. Em nossas próprias armadilhas: "artefatos" antropológicos em contexto. Disponivel em: http://ufsc.academia.edu/Di%C3%B3genesCariaga

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, 20ª edição, São Paulo, Atlas, 2007, p. 367.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989, p.13-41.

NASCIMENTO, Silvana. Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=93501

Relatório – Crianças em situação de acolhimento - processos analisados pelo NUPIIIR. Disponível em www.defensoria.ms.gov.br

O colonialismo e seus reflexos na exegese legal da proteção integral de crianças indígenas

Autora

Neyla Ferreira Mendes

Defensora Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, Coordenadora do Núcleo Institucional dos Povos Indígenas, Igualdade Racial e Étnica, mestre em Função Social do Direito Privado

Email: neylaf@defensoria.ms.def.br

Resumo

A partir de casos concretos, analisa-se a aplicação da doutrina da proteção integral de crianças indígenas pela Rede de Proteção, demonstrando que, por força de ideias preconcebidas e introjetadas no subconsciente coletivo desde o Colonialismo, o sistema de justiça se serve da legislação posta para fazer prevalecer tese que confunde miséria com negligência, negando aos filhos de mulheres pobres, principalmente indígenas, o direito à convivência familiar. É importante que os envolvidos descolonizem suas hermenêuticas, cumprindo a legislação da assistência social em vez de retirarem o direito à maternagem dessas mães indígenas em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave

Neocolonialismo, identidade, genocídio, preconceito, comunidade, vulnerabilidade, família.

O colonialismo e seus reflexos na exegese legal da proteção integral de crianças indígenas

Neyla Ferreira Mendes

A nação brasileira optou por ter como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, conforme se observa dos incisos II e III do primeiro artigo de nossa Carta Cidadã. Nessa toada, elegeu-se entre os objetivos construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme o segundo artigo da Constituição.

Ao fundamentar-se na dignidade humana, objetivar o fim da pobreza e o bem de todos, também estabeleceu formas para atingir tão ambiciosos objetivos, inserindo como cláusula pétrea a igualdade entre todos.

Visando garantir a igualdade material, a Constituição reconhece que alguns segmentos, por circunstâncias pontuais, são mais vulneráveis que outros, como ocorre com as crianças e adolescentes, por exemplo.

Reconhece-se como especialmente vulneráveis esse segmento e promete-lhes que dentro de suas famílias, na sociedade e no Estado, teriam assegurado, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, estabelecendo ainda, que serão colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (artigo 227, CF).

Óbvio que todas as políticas públicas do estado, diante dessa garantia, primeiro deveriam salvaguardar, obrigatoriamente, os direitos constitucionais dessa população.

Para tanto, estabeleceu-se um sistema de Seguridade Social, visando efetivar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Assim, enquanto aos formalmente incluídos na ordem econômica e financeira do país, assegura-se a Previdência, aos que não, assegura-se a Assistência.

A Seguridade Social, estatuída sobre a dúplice vértice, "Previdência e Assistência", espraia-se sobre a nação, ou pelo menos deveria espraiar-se,

propiciando o bem-estar social necessário à garantia da dignidade humana. Subjacente a essa proteção, teoricamente, haveria uma proteção efetiva contra a miséria, eliminando o risco social pela pobreza absoluta que circunda crianças e adolescentes por força da prioridade assegurada.

Restaria então ao sistema de justiça, por meio da justiça da infância, monitorar e salvaguardar a infância e a juventude e colocá-los a salvo da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O próprio Estatuto da Crianças e Adolescente deixa evidente isso ao estabelecer em seu artigo 4° *"o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização ..."*

Ou seja, a absoluta prioridade, com alimentação adequada, acesso à educação, ao esporte, ao lazer e à profissionalização, ou seja, uma vida plena. Evidencia-se ainda por meio do parágrafo único do mesmo artigo 4°, a primazia em atendimento e recebimentos de serviços e políticas públicas que tenham ligação com as circunstâncias de crianças e adolescentes.

O citado estatuto, do começo ao fim, estabelece uma plêiade de garantias, almejando com isso cumprir o postulado constitucional da proteção integral e da prioridade absoluta previstos no artigo 227 da Constituição Federal.

Aspectos materiais dessa proteção não são mais relevantes que os lúdicos, da mesma forma que não se pode olvidar que a convivência familiar e comunitária amorosa e respeitosa, mesmo pobre, não pode ser suplantada por uma convivência familiar e comunitária próspera, porém imposta.

O direito que cada qual tem de preservar sua própria identidade é ínsito à natureza humana e considerado direito fundamental a uma vida saudável, sendo o afastamento de suas origens medida de exceção, apesar de recomendável quando necessária, ou seja, não houver nenhuma possibilidade de convivência com a família natural.

Apesar das identidades coletivas em decorrência das transformações individuais ser um fato natural, tal naturalidade deixa de existir quando os influxos dessa transformação sofrem interferências externas forçadas.

O distanciamento da origem familiar de um ser humano causa indelével transformação identitária, já por isso, são inúmeras as menções à família no texto

constitucional, em uma tentativa de dar concretude ao *caput* do artigo 226, que é expresso em reconhecer a importância da família como base da sociedade e protegida especial do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, reconhece que a *família natural que é a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes*[221] e a *"família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos"*[222], detendo ambos o direito/dever de manter a criança e o adolescentes juntos de si, apenas perdendo tal direito quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente em seu seio, repita-se, quando for impossível a permanência junto da família, é possível a colocação em família substituta ou a institucionalização da criança ou adolescentes. Ou seja, é medida de exceção.

O Estatuto estabelece, também, medidas que antecedem a retirada do filho de sua família natural repetindo à exaustão a importância da família e estabelecendo que, na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente *"deve ser dada prevalência às medidas que os mantenham ou reintegrem na sua família natural ou extensa"* e somente na impossibilidade é que deve ser promovida sua integração em família adotiva.[223]

Isso fica ainda mais evidente ao verificar-se o comando cogente do artigo 101 e seu incisos do ECA:

> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:
> I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
> II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
> III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
> IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
> V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

221 Artigo 25
222 Paragrafo único artigo 25
223 X, artigo 100

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
VII - acolhimento institucional
VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
IX - colocação em família substituta.

Verifica-se do artigo posto que são pelo menos cinco medidas, antes da opção de abrigamento.

O contexto histórico recente explica essa preocupação do legislador, pois antes do ECA vivia-se sob a égide do Código de Menores[224], crianças em situação de vulnerabilidade econômica, independentemente das circunstâncias, eram retiradas dos pais e ficavam sob a responsabilidade do então juizado de menores até quando o juiz bem entendesse; para os pais não havia qualquer possibilidade de defesa, bastando para terem os filhos levados a pobreza. Prevalecia a doutrina da situação irregular[225], calcada na dualidade carência ou delinquência.

Para os articuladores do projeto do Estatuto da Criança e do Adolescente, era necessário esse distanciamento da doutrina da "situação irregular", tirando assim as crianças e adolescentes da posição de objetos do processo, elevando-os à posição de sujeitos de direito. Isto é, garantiu-se o devido processo legal e a mudança de paradigma: prevalece agora a doutrina da proteção integral.

Entretanto, os ecos do passado ainda permeiam a aplicação da lei. Para que fosse respeitada as crianças e adolescentes no Brasil, como sujeitos de direitos, seria preciso a criação de uma rede de proteção efetiva com fortalecimento permanentemente. Mas não é isso que se vê. A prioridade absoluta virou retórica e o melhor interesse dos infantes transformou-se em escudo para o descumprimento das exigências de prioridade de recuperação da família natural.

No Brasil pós-ECA, basta ser pobre para ter sobre si as lupas do justiçamento. Os abrigos estão cheios de filhos de famílias pobres, por diversos fatores, nunca por

224 Lei n. 6.697/79

225 Art. 2º Considera-se em situação irregular o menor:
I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de falta, ação ou omissão dos pais ou responsável e manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
Il - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
III - em perigo moral, devido a encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes e a exploração em atividade contrária aos bons costumes;
IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária e autor de infração penal.

serem pobres; porém, desconhece-se nesses abrigos filho de famílias prósperas, não importa quantos tenham voado por janelas[226], tenham sido derretidos com soda cáustica[227], enterrados vivos[228] , sido vítimas de abusos sexuais[229], ou se tornado usuários de drogas, por exemplo ou omissão de seus responsáveis[230].

Essa exegese comprometida pelo recorte econômico social pode ser analisada por dois prismas, no primeiro pela pré-compreensão de que esses intérpretes têm da realidade, pois nas palavras de Sergio Gomes (2008) o intérprete *"está dotado da visão cultural formada à luz de suas vivências educacionais ao longo da vida. Só consegue enxergar com as lentes do que houver aprendido."* Para o doutrinador, a aculturação por vivencia é decisiva para a compreensão do direito e suas múltiplas formas de manifestação.

Dessa maneira, muito embora a lei seja igual para todos, a exegese no momento de sua aplicação sofre um desvio quase ideológico, tornando-se mais branda para aqueles que "reconheço como próximo" e mais dura para "aquele que me parece estranho ou diferente".

Também para Gadamer (2002) existe inegável influência da história pessoal do intérprete no momento de aplicar as normas:

> *O indivíduo quando ingressa no círculo hermenêutico (heideggeriano) traz consigo uma carga, denominada tradição, que lhe é imposta, previamente, como condição positiva de conhecimento e da qual, portanto, não se pode alienar. Não é possível, do mesmo modo, separar o intérprete de sua própria historicidade. O que entendemos, portanto, por verdade tem sua própria temporalidade.*

No segundo prisma, sob as luzes do pragmatismo, temos a lei do menor esforço. O intérprete, ao deparar-se com uma situação que possa caracterizar situação de vulnerabilidade social, resolve, pelo menor esforço, retirar a criança ou o adolescente da família, pois é mais fácil do que fazer funcionar uma rede de proteção claudicante.

226 https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/30/crianca-que-foi-jogada-pela-mae-do-5o-andar-de-predio-tem-alta-medica.ghtml, - https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/10/2018/crianca-de-dois-meses-e-arremessada-de-janela-pela-mae-em-cariacica - https://www.cn1.com.br/noticias/3/61184,avo-e-presa-suspeita-de-jogar-neto-pela-janela-durante-discussao-com-filha.html

227 http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/04/amiga-diz-que-madrasta-jogou-soda-caustica-no-corpo-de-bernardo.html

228 https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/mundo/online/caso-de-bebe-cearense-enterrada-viva-pela-mae-repercute-na-imprensa-britanica-1.2079328

229 http://blogs.correiobraziliense.com.br/primeirainfancia/2019/05/14/maior-parte-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-na-primeira-infancia-o-que-chama-a-atencao-para-a-importancia-de-prevenir-e-combater-esse-crime/

230 https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff170308.htm - ttps://correiodaparaiba.com.br/cidades/jovens-de-classe-media-e-alta-estao-entregues-as-drogas/

Os conselhos tutelares não são estruturados[231], inexiste proteção mental na rede de saúde[232], inexiste assistencial social[233]. Sempre é mais fácil retirar o "dimenor". Os Conselhos da Criança e Adolescentes, embora tenham enorme responsabilidade na fomentação da rede, também, em regra, não têm força ou capacidade técnica para fazê-lo.

Diante desse binômio, invisibilidade cultural e a lei do menor esforço, as comunidades indígenas, principalmente as mais depauperadas, são as presas preferenciais do "dever ser" construído a partir da visão colonialista.

O sistema de justiça é composto, em regra, por indivíduos que tiveram suas subjetividades forjadas dentro da lógica do capital, oriunda das verdades colonialistas que dominaram e dominam estas terras. A democratização da justiça é um problema ainda insolúvel, pois por mais que se busquem meios de harmonização dessa pluralidade de interesses, o diferente esbarra na incapacidade de aceitação e compreensão daqueles que adotam o modo dominante "de ser".

Por meio de formas e de procedimentos preestabelecidos aplicam-se as leis a uma universalidade de seres humanos, formados por uma gama imensurável de identidades culturais, forjadas em um modelo de nação que se pretende una, apesar de todo o sincretismo existente.

Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos:

> *...o modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica, construída pela elite dirigente, foi assimilacionista234. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidades nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocentrista. Embora houvesse uma resistência cultural tanto dos povos indígenas como dos alienígenas que aqui vieram ou foram trazidos pela força, suas identidades foram inibidas de manifestar-se em oposição à chamada cultura nacional.* [235]

231 https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/nem-telefone-funciona-em-conselho-tutelar-segundo-investigacao-do-mpe

232 https://camara.ms.gov.br/noticias/problemas-de-estrutura-e-capacitacao-sao-evidenciados-em-audiencia-sobre-conselhos-tutelares/172258

233 http://www.camaradourados.ms.gov.br/imprensa/noticias/daniela-cobra-e-prefeitura-tera-que-ativar-2-conselho-tutelar-em-10-dias

234 * Defensora Pública de Mato Grosso do Sul, Coordenadora do Núcleo Institucional de Proteção ao Povos Indígenas, igualdade Racial e Étnica. Mestre em Função Social do Direito Privado – FADISP – 2011. Munanga

235 SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula, Epistemologias do Sul, pg 447 Cortez Editora, 2015

Para entender o que ocorre com os indígenas em Mato Grosso do Sul e quão profundo é o preconceito[236] [237] [238]enraizado no subconsciente coletivo em desfavor desses povos, é necessário recordar como se deu a fixação dos mesmos no sul do Mato Grosso do Sul.

A grande nação Guarani ocupava um vasto território na América pré-colombiana: todas as bacias hidrográficas dos grandes rios que convergem para o Prata até os Andes, do Chile ao Peru, bastante adentro da Bolívia e do Brasil, que era no período da colonização, ocupada predominantemente pela grande nação Guarani. (Lugon,1978). Não havia fronteiras porque sequer havia Brasil.

A colonização no Brasil ocorreu do leste para o oeste posto que foram sendo dizimados e saqueados primeiro, os povos indígenas mais próximos ao litoral, até que chegou-se ao centro do país em direção as fronteiras do Paraguai e Bolívia.

No começo do século XX, no intuito de retirar os Guarani e Kaiowá dos seus territórios tradicionais, para que essas terras fossem liberadas para as frentes de colonização para, na premissa do "progresso", chegar às "terras vazias" que "nada produziam", os Guarani e Kaiowá foram confinados em áreas delimitadas pelo Estado.

É importante ressaltar que muitos resistiram e continuaram a habitar os fundos de fazendas, alguns servindo de mão-de-obra para os fazendeiros que se encontravam na posse da terra. Contudo, após a mecanização da força de trabalho no campo, foram expulsos definitivamente dos seus tekohas239, tendo que viver então nas oito reservas espalhadas pelo cone sul, quando não, montando acampamentos em beira de rodovias.

Ao serem confinados, não se respeitaram etnias, divisão familiares ou outros aspectos de suas tradições históricas ou culturais. Lado a lado, dentro de um mesmo espaço, foram confinados amigos e inimigos.

As terras foram cedidas tanto para colonizadores estrangeiros quanto para colonos vindo de outras regiões do Brasil. Para que prevalecesse a lei do mais forte, muito sangue indígena foi derramado, porém, os indígenas jamais aceitaram essa condição de confinamento.

236 https://noticias.r7.com/brasil/o-preconceito-contra-os-indios-esta-em-todos-os-lugares-diz-jovem-lideranca-indigena-18052019

237 https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/o-preconceito-historico-contra-os-povos-indigenas-0/

238 https://www.brasildefato.com.br/2018/05/25/sob-cerco-evangelico-guarani-kaiowas-sofrem-com-intolerancia-no-mato-grosso-do-sul/

239 O tekoha: lugar físico – terra, mato, campo, onde se realiza o "modo de ser" (teko), o estado de vida Guarani.

Desde muito cedo se aprende nessas paragens que os índios são indolentes, sujos, violentos e nada produzem.

> *Esse processo de tomada das terras tradicionais por parte do Estado durou muitas décadas e foi agravado por duas ditaduras (Estado Novo 1937-45 e a Ditadura Civil/Militar 1964-85) e por uma série de governos que defendiam uma política desenvolvimentista que entendia a cultura e os costumes indígenas e a preservação ambiental como um atraso para o desenvolvimento do país.*[240]

Por conta desse agrupamento "forçado" pelo Estado, nas reservas indígenas, as queixas dos povos Guarani e Kaiowá, que buscam o *teko porã* (o bem viver), são de que a *"reserva é um chiqueiro"*, que eles são tratados *"piores que animais"*, que "*não tem espaço para plantar"*, que *"dependem do Estado para sobreviver"*.[241]

Diante da omissão do estado em cumprir as determinações da Constituição de 1988 em relação à demarcação de suas terras tradicionais, os indígenas, passaram a retomar seus tekohas, acirrando ainda mais o preconceito contra os mesmos. Agora são chamados, também, de invasores de terras.

São nessas reservas do sul do estado, principalmente em Dourados, que existem os maiores índices de violência, tendo em vista a proporção e a composição da população em detrimento do território limitado. Assim é dentro da reserva que se encontram os casos de crianças que foram retiradas da sua parentela, analisados pela Defensoria Pública.

Apesar da Constituição brasileira reconhecer aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os processos analisados que envolvem as crianças indígenas em situação de acolhimento, na maioria das vezes estavam fundados na negligência. Para os mais atentos, apenas um sinônimo para pobreza/miséria. Assim, os órgãos competentes acabam por punir os genitores das crianças por uma situação sobre a qual não têm controle: miserabilidade.

As crianças indígenas que moram nas reservas e principalmente em áreas de retomada, residem, em grande parte, em barracos, sem saneamento básico, alimentação adequada, agua descontaminada de herbicidas etc. Essa situação de extrema pobreza é fomentada pelo próprio Estado brasileiro, a partir do momento em que expulsou as comunidades Guarani e Kaiowá dos seus tekohas e colocou-os em reservas superpopulosas, misturando etnias e famílias inimigas.

240 https://solidariedadeguaranikaiowa.wordpress.com/breve-historico/
241 https://solidariedadeguaranikaiowa.wordpress.com/breve-historico/

Apesar de toda essa interferência e omissão do Estado, as famílias continuam tentando educar seus filhos da maneira tradicional. Em volta do fogo doméstico, a educação é socializada entre os irmãos, tios e avós (Levi 1999). Quando um agente do Estado retira essa criança sem ouvir anteriormente a própria comunidade, sem mapear a família extensa, deixando-a à mercê da própria sorte dentro da instituição de acolhimento "de brancos", age sem respeitar essa sociedade pluriétnica que a Carta Cidadã assegura.

As famílias indígenas mais afetadas pela miséria e, por consequência, as que têm seus filhos retirados, têm suas parentelas residindo em vários territórios esparramados por todo o sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Diante disso, na maioria dos casos analisados, constatou-se que não houve mapeamento da família extensa, posto que os órgãos públicos são incapazes de interagir com as organizações indígenas para, de forma mais facilitada, encontrar a família extensa e, com isso, evitar o abrigamento fora dos costumes desses povos.

Em visita técnica a um abrigo de Dourados, foi possível testemunhar uma mãe indígena, visitando três filhas, tendo acabado de saber sobre o abrigamento, pois foi obrigada a fugir da reserva de origem para não ser assassinada pelo companheiro. Ela tentava uma aproximação para levá-las a sua nova aldeia, porém, era evidente a dificuldade, já que as crianças estavam acostumadas as rotinas do abrigamento com larga distância entre as rotinas de uma comunidade indígena. Três anos para localizar uma mãe, situação que certamente não ocorreria se os envolvidos não fossem indígenas.

Ocorre que a rede de proteção nessas localidades, além de contar com insuficiência de profissionais, também não possuem conhecimento técnico ou isenção para fazer o recorte étnico necessário para avaliar a família numa possível reinserção gradativa da criança, e da mesma forma, tem entranhada em si as mesmas dificuldades de compreensão da cultura e tradições desses povos, não possuindo históricos de aproximação das organizações indígenas.

Usando o exemplo da mãe que só foi avisada que as filhas estavam abrigadas três anos depois, caso tivessem levado o caso para a Atyguassu[242], organização com representantes em todas as comunidades, certamente as crianças não teriam permanecido no abrigo por tanto tempo. Porém, não há conversa com as organizações indígenas.

242 Grande Assembleia Guarani Kaiowá, principal organização política e social do povo Guarani.

Tentando resolver esse empecilho, a Defensoria Pública Estadual agendou com o Corregedor-Geral de Justiça de Mato Grosso Sul, em conjunto com as lideranças, reunião onde, além da Defensoria Pública, fizeram-se presentes representantes do Ministério Público Estadual, da FUNAI e da própria magistratura.

A finalidade da reunião era, em conjunto, estabelecer formas de oitiva da comunidade antes da retirada das crianças indígenas, mesmo porque, a Defensoria Pública já havia estabelecido o seguinte compromisso com a Aty Guassu e Grande Assembleia Terena: em caso de crianças ou adolescentes em situação de vulnerabilidade, que exigem a saída do núcleo familiar dessas etnias, eles teriam o compromisso de localizar família extensa ou outra família da mesma etnia para receber a criança e/ou adolescente. Faltava, entretanto, criar essa rotina com a rede e, para isso, imprescindíveis o Judiciário e o Ministério Público.

Eis o teor do oficio, entregue diretamente ao Corregedor Geral de Justiça do TJ/MS:

> "EXCELENTÍSSIMO SENHOR CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA
>
> A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – NUDECA e da Defensoria responsável pela Coordenação do Plano Estadual das Populações Indígenas do Estado pactuou com a Aty Guasu e a Grande Assembleia Terena um compromisso de proteção à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes indígenas, visando prevenir e erradicar o abrigamento de crianças indígenas fora de suas comunidades.
>
> Na quinta-feira, 30 de novembro de 2017, no Município de Bela Vista-MS, na Comunidade TEKOHA PIRAKUÁ, as Defensoras Públicas Neyla Ferreira Mendes e Marisa Nunes dos Santos Rodrigues participaram da ATY GUASU - GUARANI E KAIOWÁ com as lideranças indígenas, professores, Nhanderu/ Nhandecy, agentes de saúde indígenas presentes no evento e com a participação do indígena Guarani Kaiowá Anastácio Peralta, onde foi discutida a questão da destituição do poder familiar e suas consequências. Em referida reunião os indígenas relataram que o Conselho Tutelar tem retirado as crianças dos núcleos familiares sem falar com as lideranças, e mais, sem que sejam os pais ouvidos nos processos com intérpretes, ficando via de regra sem defesa adequada, para não afirmar, sem defesa.
>
> A Defensoria Pública ressaltou a necessidade do fortalecimento da rede interna das comunidades indígenas Guarani Kaiowá e os Conselheiros Tutelares para que estes busquem ajuda das lideranças para que essas crianças permaneçam sempre que possível nas próprias comunidades.
>
> Na ocasião, ficou estabelecido que, havendo uma criança/adolescente Guarani Kaiowá em situação de vulnerabilidade, a rede interna será acionada para se buscar meios de proteção à criança e ao adolescente, fazendo a comunicação do fato à FUNAI e à Defensoria Pública Estadual, que acionará, caso necessário, a rede de proteção externa.
>
> No sábado, dia 02 de dezembro de 2017, representando o NUDECA, a Defensora Pública Neyla Ferreira Mendes esteve na Grande Assembleia Terena, realizada na aldeia Água Branca, em Aquidauana, e o mesmo pacto foi estabelecido com as lideranças Terenas e Kinikinau.
>
> Pois bem, Mato Grosso do Sul é o Estado recordista em abrigamento de crianças indígenas no Brasil, principalmente na Região do Sul e Cone Sul do Estado. De acordo com relatório da FUNAI de outubro p.p., na região de Dourados, no mês de outubro, 65 (sessenta e cinco) crianças Guarani Kaiowá estavam abrigadas, perfazendo um percentual de 70% (setenta por cento) do total, enquanto a população indígena do Estado não chega a 1%.
>
> Visando garantir o devido processo legal, por meio de uma defesa qualificada, a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul realizou na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, reunião com todos os Defensores Públicos das Regionais de Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Nova Andradina, juntamente com a Subdefensora Pública-Geral Ângela Chamorro, as Coordenadoras Cível e Criminal, respectivamente as Defensoras Maria Rita Barbato e Christiane Maria dos Santos Pereira Jucá Interlando e a Coordenadora do NUDECA, Defensora Pública Marisa Nunes dos Santos Rodrigues, para viabilizar uma forma de solução para o problema.
>
> Assim:
>
> CONSIDERANDO QUE a declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas reconhece:
>
> "em particular, o direito das famílias e comunidades indígenas em seguir compartilhando a responsabilidade pela criança, a formação, a educação e o bem estar de seus filhos em coordenação com os direitos da criança."
>
> E ainda estabelece que:
>
> "Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, inclusive os que vivem fora de suas comunidades tenham acesso, quando seja possível, a educação em sua própria cultura e no próprio idioma".[243]

243 Artigo 14, 3

CONSIDERANDO QUE o Brasil como signatário da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, também se comprometeu a estabelecer mecanismos eficazes para a prevenção e a reparação de toda forma de transferência forçada de população que tenha por objetivo ou consequência a violação ou a diminuição de qualquer dos seus direitos.[244]

Por seu turno o artigo 17 item 2 da mesma declaração é contundente:

"Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas específicas para proteger as crianças indígenas contra a exploração econômica e contra todo trabalho que possa ser perigoso ou interferir na educação da criança, ou que possa ser prejudicial à saúde ou ao desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social da criança, tendo em conta sua especial vulnerabilidade e a importância da educação para o pleno exercício dos seus direitos".

E o artigo 22, item 2:

"Os Estados adotarão medidas, junto com os povos indígenas, para assegurar que as mulheres e as crianças indígenas desfrutem de proteção e de garantias plenas contra todas as formas de violência e de discriminação".

Entendemos que, não cabe ao Estado a retirada de qualquer criança ou adolescente de sua comunidade sem a consulta prévia a essa comunidade, qualquer retirada sem que seja observado o acima descrito, configura remoção forçada o que, pelo Estatuto de Roma, é considerado crime contra a humanidade.

Diante do acima exposto, vem, respeitosamente, SUGERIR a essa Corregedoria o estudo de meios para que as comunidades sejam ouvidas, antes da retirada das crianças de seu seio familiar, sugerindo para tanto:

A edição de uma Resolução Conjunta dessa Corregedoria, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual, estabelecendo procedimento para oitiva das comunidades por meio de suas lideranças antes do abrigamento de crianças e adolescentes indígenas;

Termo de Cooperação Técnica entre os mesmos entes acima, bem como com as lideranças indígenas, visando fixar obrigação de cada ente e das comunidades na consecução do objetivo relatado acima."

Pois bem, repita-se, apesar de os indígenas terem sido tratados com muita gentileza, a posição dos representantes, tanto do Judiciário quanto do Ministério Público Estadual foi de visível estranhamento e, só depois de muita insistência, comprometeram-se a criar uma comissão para analisar a situação; comissão esta que nunca foi criada.

244 Artigo 8, 2, c

No segundo semestre de 2018, sem qualquer avanço, a Defensoria Pública do Estado foi indicada para representar o Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais em pauta de Comissão Especial do CONANDA para tratar da situação dos abrigamentos em Mato Grosso do Sul. Na reunião, defendeu-se, verbalmente e por meio de documento escrito, uma visita do CONANDA às lideranças indígenas e uma recomendação específica para fase de "pre-abrigamento" dessas crianças.

Ficou patenteado no documento entregue ao CONANDA que não existem, nos processos analisados, deferimento de perícia antropológica. Ademais, a Procuradoria da Funai só é acionada no processo depois que a criança já está a um bom tempo acolhida e, verifica-se também, que muitas vezes não há intimação da autarquia indigenista dos atos processuais e, se há, quando a mesma se manifesta é totalmente ignorada.

Ignora-se também a consulta prévia às comunidades indígenas, posto que, sempre que houverem medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente por força do tratado internacional acolhido pelo estado brasileiro – convenção 169 da OIT, deveriam ser ouvidos. Nessa perspectiva, o Poder Judiciário deveria ouvir os indígenas, principalmente os Guarani e Kaiowá, que são os principais afetados, porém tal premissa não é respeitada.

Além disso, as crianças indígenas retiradas das suas famílias e encaminhadas para as instituições de acolhimento não têm sua identidade social e cultural respeitadas, pois, não há funcionários indígenas e, os que ali estão, ignoram os seus costumes e tradições, quiçá suas instituições.

Já havia sobre essa problemática o relatório da Fundação Nacional do Índio (Funai) que discorre pontualmente:

> *Muito pelo contrário, foram observadas atitudes de discriminação e de alienação parental e étnica, pois alguns profissionais ligados às instituições não demonstravam qualquer cuidado em verbalizar na frente das crianças suas impressões preconceituosas contra os povos indígenas e seus modos de viver, em especial àquelas relacionadas a notícias vinculadas na mídia e do senso comum (...) Os dados apontam que é necessário refletir sobre como as instituições de acolhimento organizam suas atividades de cuidado e atenção às crianças, como (des)constroem seus hábitos alimentares e de higiene, como motivam ou proíbem que falem sua língua materna, como valorizam e inferiorizam sua cultura e identidade étnica, como agregam valor ou afastam as crianças e jovens de suas comunidades.* (Funai, 2017, p. 12 e 22)

Alertou-se sobre a banalização da palavra "**NEGLIGÊNCIA**" para justificar todo e qualquer afastamento da criança de seu seio familiar, pobreza/miséria, tornou-se sinônimo de negligência. Depara-se com a omissão do Estado nessas áreas tentando justificar a pobreza como algo que fosse culpa exclusivamente dos indígenas.

Ficou patenteado, ainda, que, na maioria dos processos analisados, as famílias encontram-se sem defesa técnica, ou por não saberem que a Defensoria Pública tem o dever de assisti-los, ou por não saberem como acessar a Instituição, devido suas condições de pobreza e miserabilidade.

Tudo agravado pela falta de intérprete, pois durante todo o processo judicial, o que dificulta e até impede a compreensão dos fatos, em evidente afronta a princípios comezinhos da Constituição Federal, principalmente o devido processo legal.

Tal alerta já expresso pelas antropólogas e juristas, Simone Becker e Luiza Meyer, no artigo *"A discussão sobre a necessidade de intérprete para os indígenas em litígio no palco do Judiciário"*, afirmam que:

> *Ocorre que as representações culturais dos nossos interlocutores indígenas nem sempre são ou foram consideradas pela sociedade brasileira. A noção de cultura predominantemente entre os brasileiros em geral – inclusive entre os que ocupam as bases do poder, quando na verdade deveria ser analisada como "um processo dinâmico que sinaliza para sistemas simbólicos que nos regem, regram enquanto sujeitos imersos em ditames sociais, passíveis de ressignificação.* (Becker; Meyer, 2012, p.5)

Nos processos analisados, há uma nítida violação a tais princípios, uma vez que, o andamento processual deve ser acompanhado por defesa técnica, seja por advogado nomeado dativo ou Defensor Público. Porém, não há nomeação de advogado, ao tempo em que a família não tem compreensão do que se passa e a gravidade da situação e, invariavelmente, quando busca ajuda da Defensoria Pública o processo já se encontra em fase adiantada e os filhos já se encontram há tempos abrigados, dificultando ou até impedindo a reversão do abrigamento.

A visita do CONANDA ocorreu em outubro e a recomendação foi editada e aprovada em dezembro de 2018.

Após a edição das recomendações do CONANDA[245], a Defensoria Pública do Estado tem instado o Conselho Estadual a deliberar sobre as formas de cumprimento das recomendações, mas tem esbarrado nas limitações do Conselho de ordem material e humana.

Em conclusão, a relação de poder e influência dos povos não indígenas que se apropriaram e colonizaram o Brasil sempre foi de supremacia absoluta em relação aos povos originários, e seus influxos sempre impactaram os espaços de poder e de decisão que foram e continuam sendo construídos sem a participação ou opinião desses povos.

A legislação construída pelos não indígenas jamais os reconheceu individualmente como seres de direito e sim como uma coletividade. A pretexto de protegê-los, tirou-lhes a voz e os bens, colocando-os sob a tutela da união, somente com a Constituição de 1988 lhes devolveram as vozes, mas não devolveram os bens, apenas prometeram fazê-lo. Mesmo as vozes lhes sendo devolvidas, são poucos os que as ouvem, posto que a maioria ainda acha que eles continuam tutelados pela União.

A etnofobia é um combustível invisível cujas consequências são as dificuldades impostas a esses povos, visto que tiraram as terras, tiraram os bens, agora querem os filhos. Silenciar é aderir a esse genocídio travestido de proteção.

245 CONANDA. recomendacao do CONANDA sobre a prioridade absoluta de criancas e adolescente indigenas do mato grosso do sul. brasília, 14 de dezembro de 2018.

Bibliografia

APIO, Eduardo, Direito das Minorias, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2008.

BARTH, Frederick. Etnicidade e conceito de cultura. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Nº 01, Niterói: EduFF, 1995.

BECKER, Simone; MARCHETTI, Lívia Estevão. Análise Etnográfica e Discursiva das Relações entre Estado e Mulheres Indígenas Encarceradas no Estado de Mato Grosso do Sul. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.47, n.1, p.81-99.

_____. Análise Etnográfica e Discursiva das Relações entre Estado e Mulher Indígenas Encarceradas no Estado de Mato Grosso do Sul. Revistas de Direitos Humanos. Florianópolis. 2013. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/2178-4582.2013v47n1p81/26178

_____. A discussão sobre a necessidade de intérprete para os indígenas em litígio no palco do Judiciário. In. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28, São Paulo, 2012. Anais 28ª. RBA, São Paulo: PUC – SP, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988: artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 231 e 232.

_____. Decreto nº 6.289/2007.

_____. Decreto nº 6.289/2007.

CARNEIRO, Douglas Mattoso. Princípios do contraditório e da ampla defesa. Jus. Disponível em < https://jus.com.br/artigos/49374/principios-do-contraditorio-e-da-ampla-defesa>

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: _____ (Orgs.). Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Edufepe, 2003.

CLASTRES, Pierre. Antropologia da Violência – pesquisas de antropologia política. Edição brasileira de 2004. ed Cosac e Naify.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONANDA. RECOMENDACAO DO CONANDA SOBRE A PRIORIDADE ABSOLUTA DE CRIANCAS E ADOLESCENTE INDIGENAS DO MATO GROSSO DO SUL. Brasília, 14 de dezembro de 2018.

CTI. Situação dos Detentos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Brasília, 2008.

GADAMER, Hans-Georg Gadamer. Verdade e Método II. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, Sergio Alves. Hermenêutica Constitucional. Curitiba: Ed. Juruá, 1999.

HOFSTEDE, Geert. Cultura e Organizações: compreender a nossa programação mental. trad. António Fidalgo. 1a ed., 2 reimp. Lisboa: Sílabo, 2003.

LIMA, Edilson Vitorelli Diniz. Estatuto do Índio. Editora Jus Podivim, 2011.

LUGON, Clovis. A república comunista cristã dos guaranis. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1968.

MONTE, Marcos Antonio Lorencette. O pluralismo jurídico e os povos indígenas no Brasil, Dissertação (Mestrado em Direito) Florianópolis: Centro de ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

PEREIRA, Levi M. Parentesco e Organização Social Kaiowá. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humana, 1999.

Relatório Nupiir/DPE-MS, defensoria.ms.def.br/nupiir acesso 20/03/2019, 14:00hs.

SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula, Epistemologias do Sul, Cortez Editora, 2015.

A (re)colonização e a justiça (des)protetiva da infância indígena no Brasil – o caso das crianças Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Autora

Priscila de Santana Anzoategui

Antropóloga do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica (NUPIIR) da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Possui graduação em História (licenciatura) pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Direito pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp) e graduação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puc-Campinas), bem como pós graduação Lato Sensu em Cultura e História dos Povos Indígenas, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: prianzo@outlook.com

Resumo

O presente artigo busca analisar a situação das crianças Guarani e Kaiowá que estão em situação de acolhimento no município de Dourados-MS, já que correspondem cerca de 70% das crianças acolhidas, sendo que são apontados motivos diversos para esse afastamento do lar, abandono, maus tratos, negligência, etc. Assim, busca-se entender essa situação através das análises dos processos de Medida de Proteção (aldeias arquivos), como os agentes do Estado avaliam qual é o melhor interesse dessas crianças, em contraponto com o que pensam as mulheres Guarani e Kaiowá, pois para elas, essa retirada compulsória configura-se genocídio. Percebe-se pelos discursos dos agentes, que as crianças indígenas em situação de acolhimento são re-vitimizadas, tornado- os sujeitos assujeitados, controladas a todo momento pela disciplina aos moldes foucaultianos dos karaí (não índios). Dessa forma, este artigo entrelaça o olhar antropológico com as interfaces dos processos judiciais, numa perspectiva de dar luz à problemática anunciada.

Palavras-chave

Crianças guarani e kaiowá; acolhimento institucional; genocídio; re-vitimização

A (re)colonização e a justiça (des)protetiva da infância indígena no Brasil– o caso das crianças Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Priscila de Santana Anzoategui

Introdução

No ano de 2018, o Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica (NUPIIR), analisou 67 casos de crianças/adolescentes indígenas em processos de Medidas de Proteção que tramitavam na cidade de Dourados- MS, sendo que em 34 processos já havia encaminhamentos para o seu desfecho, com a criança/adolescente retornado para a casa dos seus genitores, ou algum membro da sua família extensa.

Dos 33 casos que restaram, 27, segundo nosso entendimento, precisaria de um maior envolvimento de todos os órgãos que tem como atribuição a defesa da criança e adolescente indígena, ou seja, a Rede de Proteção.

Essa imersão nos processos, tendo como metodologia antropológica, as "aldeias arquivos" (Becker; Souza; Oliveira, 2013), foi utilizada no presente escrito, como forma de iniciar as análises dos enunciados jurídicos, de como essas crianças indígenas e suas famílias são significadas pela estrutura do Poder Judiciário e os órgãos independentes que atuam nas demandas judiciais, vide o Ministério Público Estadual.

Posteriormente, se utilizou também a observação participante, já que a antropóloga, autora desse artigo, esteve em campo recentemente, a fim de realizar uma perícia antropológica, num desses processos elencados acima.

Assim, a experiência de "estar lá" trouxe um novo olhar, pois estar em contato com uma adolescente Guarani e Kaiowá em situação de acolhimento, observar, ouvir e interpretar os dados dos atores da Rede de Proteção, bem como da própria parentela, na aldeia, nos desperta uma autoridade etnográfica (Clifford, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA- em seu artigo 28, § 6º, estabelece que a colocação em família substituta, mediante guarda, tutela ou

adoção, em se tratando de criança indígena ou adolescente, ainda, proveniente de comunidade remanescente de quilombo, deve ser obrigatório a intervenção e oitiva de antropólogo, perante a equipe multidisciplinar, que atua nesses casos.

Tal possibilidade só veio à tona com a Lei n° 12.010/2009, fazendo um recorte em relação ao ser criança, fora do parâmetro universal, porém, tal avanço ainda não é suficiente, já que na integralidade da Lei, a criança é vista como sujeito de direito, só que ainda longe da realidade brasileira.

O ECA defende a criança como se está já tivesse num padrão de classe média alta, que não dialoga com os contextos de sujeitos que pertencem a classe social mais vulnerável, indígena, quilombola e ribeirinha.

Há ainda, a recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA- que publicou em dezembro de 2018, tal diretriz, apontando no item 1.6, a participação efetiva do profissional antropólogo no quadro do sistema judiciário de Mato Grosso do Sul e nos demais espaços do sistema de garantias de direitos.

O artigo de Scandola, Espricidio, Frihling & Dacome (2018), intitulado *"Direito das crianças dos povos indígenas: dos princípios e caminhos construídos em Mato Grosso do Sul e resolução do Conanda"*, pontua os âmbitos que as violações de direitos estão potencializadas e suas problemáticas:

> a) de caráter estrutural, responsável pela ausência de serviços e ações públicas de proteção aos direitos étnicos, resultado de um histórico processo de políticas integracionistas configuradas no princípio da "tutela indígena" e do conceito "relativamente incapazes". Essas duas balizas construíram um imaginário social e uma prática política colonizadora e genocida.
>
> b) de caráter específico à infância, as políticas indigenistas não consideraram as crianças dos povos indígenas como sujeitos de direitos, e o ECA, na sua aprovação, não considerou a etnicidade. Esse encontro de não direitos é o resultado de incompreensões, ausências de vontades políticas e desrespeito a todas as garantias legais já existentes, ou seja, um racismo institucional perceptível em todas as instâncias da política pública. (Idem, p. 165)

Essa especificidade, à partir de um olhar de alteridade, faz toda a diferença nos casos de Medida de Proteção que foram analisados pelo NUPIIR, pois o saber antropológico irá buscar a *explicitação de categorias e discursividades nativas* (ABA, 2000, p. 05-06), *dirimir dúvidas e propiciar medidas com desdobramentos*

múltiplos (Leite, 2005, p. 25), ou seja, *tornar inteligíveis certas situações que jamais podem ser entendidas fora do seu contexto sócio-cultural* (Leite, 2002, p. 34).

Dessa forma, é fundamental esse viés antropológico para os casos das crianças Guarani e Kaiowá que estão em situação de acolhimento, tendo em vista que foram retiradas das suas parentelas, tanto das áreas de reserva, como das retomadas, tendo como fundamentação da Rede de Proteção o afastamento do lar, abandono, maus tratos, negligência, etc.

A perícia antropológica vem para interpretar os dados que não estão nos autos, entender a infância numa área de retomada e na reserva, a organização social dos Guarani e Kaiowá, o fogo doméstico, a categoria *guacho*, as violências que rondam essas áreas.

A negligência que tanto a Rede de Proteção gosta de utilizar como motivação para retirada das crianças indígenas do seu seio familiar -que no caso dos Guarani e Kaiowá pode ser confundida com a pobreza- condição que segundo o ECA, no seu artigo 23[246], não pode ser empregada para perda ou suspensão do poder familiar.

A (re)colonização e a justiça (des)protetiva da infância indígena no MS

A minha visita ao Lar Renascer em Dourados, em abril de 2019, uma casa de acolhimento administrada pela Prefeitura, que fica num bairro nobre da cidade, que tem capacidade para abrigar 12 adolescentes, tinha em quase sua totalidade, adolescentes Guarani e Kaiowá.

Os autos de Medida de Proteção analisados pelo NUPIIR nos revelam que na maioria dos casos, não há a nomeação de antropólogos para a confecção de laudos, bem como não há um esforço da Rede de Proteção, no intuito de mapear algum interessado para cuidar daquela criança (que pertença a família natural ou extensa), conforme estabelece o artigo 92, incisos I e II do ECA[247].

Percebe-se então que a retirada compulsória, não dá voz aos membros da comunidade indígena nos processos, uma vez que a família não tem ideia do que aconteceu com a criança, fala apenas a língua materna, não sabe aonde procurar ajuda.

246 Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
§ 1o Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.

247 Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa

Um dos casos emblemáticos, que repercutiu nacionalmente[248] foi o de Élida de Oliveira e seu filho Wender, que atualmente tem 4 anos e ainda está vivendo numa instituição de acolhimento. Wender foi levado por agentes de saúde e membros do Conselho Tutelar com apenas 8 dias de vida. Élida foi acusada pelas lideranças de Ñu Verá, uma retomada ao entorno das reservas Jaguapiru/Bororó em Dourados, de ter forjado a gravidez, como não sabia pra onde foi levado o seu filho, só teve assistência judicial anos depois, através de entidades indigenistas e parceiros que se solidarizaram com o caso.

Fez o exame de DNA que comprovou ser a mãe biológica de Wender, posteriormente, mesmo com essa prova juntada nos autos, o juiz indeferiu suas visitas ao menor, utilizando como fundamento que Élida não ia visitar o filho com muita frequência, ainda, a mesma não tinha condições materiais de criá-lo, já que morava numa área de retomada, embaixo de um barraco, ou seja, em situação de risco. O parecer do Ministério Público Estadual também foi nesse sentido, que Wender fosse encaminhado para uma família substituta (quiçá, não indígena?).

Salta aos olhos, como alguns membros do Ministério Público Estadual-MPE, que deveriam estar à frente da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal de 1988), utilizam do seu micropoder institucional, nas premissas do melhor interesse do incapaz e da dignidade humana para afastar essa criança indígena do seu local de origem.

Não irei expor aqui o teor desses pareceres na sua integralidade, já que estão sob o espectro da sigilosidade, todavia, os fundamentos em síntese, decorrem da visão de que é um retrocesso as crianças indígenas serem encaminhadas para a comunidade, pois por estarem em instituição de acolhimento, desde pequenos, " *não desenvolveram mais o sólido liame com a matriz indígena, com costumes muito (MUITO MESMO!) diferentes aos da cultura indígena*".

> Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (...) Na Não-Europa tinham sido impostas identidades 'raciais' não-europeias ou 'não-brancas'. Mas elas, como a idade ou o género entre os 'europeus', correspondem a diferenças 'naturais' de poder entre 'europeus' e 'não-europeus'. Na Europa estavam em formação ou já estavam formadas as instituições 'modernas' de autoridade: os 'estados-nação modernos' e as suas respectivas 'identidades'. Na Não-Europa só eram percebidas as tribos e as etnias, ou seja, o passado 'pré-moderno'. Estes elementos 'pré-modernos' destinavam-se a ser substituídos no futuro por Estados-Nação-como na Europa. A Europa é civilizada. A Não-Europa é primitiva. (Quijano, 2009, p. 75 e 99).

248 ESTADAO. Defensoria Pública do MS e Funai questionam processos de retirada de crianças indígenas das famílias. Disponível em: < https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,guarda-de-indios-faz-justica-ser-questionada,70002387313>, acesso em 07/05/2019.

Esse sentimento anti-índigena, que dialoga com o conceito de Quijano (2009) no que tange a colonialidade do poder, que vai estruturar globalmente o trabalho, raça e gênero, sendo que o poder, o eurocentrismo, se move para explorar e dominar suas periferias coloniais, está presente nos pareceres do *Parquet*, bem como nas decisões judiciais, que referendam aqueles.

Estamos inseridos num contexto que a todo momento esses sujeitos do sistema de justiça reproduzem o pensamento hegemônico de que indígena é sinônimo de atraso (na contramão do progresso), ou mesmo, de que devem ser tutelados, afinal de contas, quem tem autoridade para decidir o destino dessas crianças indígenas é o próprio Estado, conforme preconizava o pensamento assimilacionista do Estatuto do Índio, que não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (vide artigos 231 e 232).

Desse modo, quando os membros do MPE e membros do Poder Judiciário decidem pela não reinserção da criança Guarani e Kaiowá em suas comunidades tradicionais, utilizando essas categorias de "retrocesso" (voltar a ter acesso ao seu modo de vida tradicional X acesso ao mundo moderno) ou " não tem mais contato, não é mais indígena" (isolado? em vias de integração? integrado?)[249], o fazem como se tivessem o condão de "proteger" essa criança.

249 A tradição científica legitimava tal pensamento. Eram subsídios para assim pensar as teorias da mudança social para a antropologia britânica e aculturação para a antropologia norte americana, as quais tiveram grande influência no Brasil até a década de 60. Ambas acreditavam que um grupo minoritário ao manter contato com um majoritário iria "perder" sua cultura e em contrapartida "incorporar" a outra, com exceção de que o primeiro acreditava que isso ocorreria de maneira mais acelerada, e o segundo de maneira lenta e gradual. Isto é, tratavam-se de teorias das perdas, tanto culturais quanto identitárias, conjecturando que essa situação seria irreversível. Vale ressaltar que as políticas voltadas aos povos indígenas na época valiam-se do mesmo pressuposto, dessa feita, diversas reservas demarcadas pelo SPI - Serviço de Proteção ao Índio - não correspondiam as reais necessidades de cada povo, uma vez que foram já criadas pensando no seu caráter transitório. Assim, a sociedade como um todo postula que a condição indígena seja sujeita a seus critérios próprios, que pensam a cultura como algo estático no espaço e no tempo, como se seus próprios costumes não estivessem sujeitos a mudanças e ressignificações.
O pensamento assimilacionista, contudo, não foi confirmado na realidade, uma vez que passados anos desde o contato entre sociedades indígenas e sociedade nacional, não houve um desaparecimento dos povos indígenas pela via da integração como se imaginava. Nesse contexto, as teorias científicas tiveram um movimento de superação das anteriores, trazendo grandes contribuições para o que se chama na antropologia de estudos dos contatos interétnico (Roberto Cardoso de Oliveira, Frederick Barth).

Nos casos analisados pelo NUPIIR, verifica-se nos pareceres do MPE, que há uma preferência pela adoção de crianças indígenas por famílias não indígenas, sendo que a justificava seria que a família extensa não tem interesse, por outro lado, a busca dessa família dentro dos territórios indígenas, não é realizada na maioria dos processos, desrespeitando o artigo 28, § 6º, inciso II do ECA.

Para essa (re)colonialização, essa relação de poder, o mundo dos brancos continua sendo superior ao dos selvagens, índio bom, além de índio morto, parafraseando o mote da bancada BBB (Bala, Bíblia e Boi), também é índio "civilizado/integrado", que deve ser inserido no mercado de trabalho, que não precisa de terra (Pra quê terra? Se índio não gosta de trabalhar?), aquele mesmo projeto estatal de dominação e exploração do início do século XX, que foi endurecido durante a ditadura militar[250]

No relatório "Mapeamento qualificado de todos os casos de crianças e jovens indígenas em situação de acolhimento institucional e familiar da região de Dourados/MS", elaborado pela Funai (2017), vislumbra-se que 70% das crianças que estão em acolhimento em Dourados, são indígenas, a maioria pertencente à etnia dos Guarani e Kaiowá.

O parágrafo 7º, do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assevera que *o acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido*.

250 A ditadura militar que cometeu tantos crimes contra a sociedade civil, também incluiu no seu rol de inimigos os povos indígenas, o Relatório Figueiredo revela tal atrocidade, esse documento foi encontrado em 2013, pelo historiador Marcelo Zélic, no Museu Nacional (RJ), conforme relata José Ribamar Bessa Freire, em entrevista para o site IHU On-line, vejamos: "O Relatório Figueiredo denuncia desde castigos físicos, porrada, tortura no tronco, que era algo relacionado à escravidão e que foi recuperado pelo SPI, mutilação, pessoas aleijadas e mortas em decorrência dos espancamentos, prisões, cárcere privado, chicotadas, sem contar o sistema de trabalho escravo ao qual eles foram submetidos", afirma o pesquisador. "A repercussão do Relatório Figueiredo foi grande porque não se tratava de um caso patológico, de pessoas que eram psicopatas e que atacavam os índios, mas de pessoas normais, que tinham família, que frequentavam a Igreja, tinham conta no banco e faziam carinho em seus filhos e, de repente, essas pessoas estavam envolvidas: eram grileiros, comerciantes, políticos, desembargadores, juízes, deputados, governadores, delegados e até ministros" (grifo nosso). O relato faz parte das lembranças de José Ribamar Bessa Freire, professor da Pós-Graduação em Memória Social da UNI-Rio, que em 1968, data da divulgação do Relatório Figueiredo na imprensa brasileira e internacional, atuava como jornalista na Agência de Notícias Asapress, a qual foi arrendada pela CNBB e que enviava matérias para todos os jornais do Brasil. Depois de quatro décadas desse episódio, o Relatório Figueiredo, um conjunto documental de 30 volumes que reúne mais de sete mil páginas, veio à tona como uma "prova" dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro contra comunidades indígenas em todo o país, ao longo da ditadura militar. Na avaliação do pesquisador, o documento não foi recuperado antes porque, ao longo desse período, "não havia clima nem para pesquisa nem para busca desse tipo de informação. Grande parte da intelectualidade brasileira se exilou no exterior, havia um clima pesado e ninguém tinha coragem nem motivação para ir buscar esses papéis". O calhamaço, que segundo o professor tende a ser objeto de muitos estudos daqui para frente, além de ser um registro dos atos de violência cometidos contra indígenas, pode contribuir para dar origem a um novo "movimento indígena na luta pela terra". Disponível em:< http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/546596-relatorio-figueiredo-mais-de-sete-mil-paginas-sobre-a-violencia-contra-indigenas-no-brasil-entrevista-especial-com-jose-ribamar-bessa-freire>, acesso no dia 13/05/2019.

Muitas das indagações das pessoas que trabalham nessas instituições de acolhimento diz respeito às famílias indígenas que não vão visitar as crianças acolhidas, ouvimos de uma das técnicas do Lar Renascer, que os indígenas não se interessam por suas crianças, que a esquecem ali dentro, todavia, esses profissionais não tem a capacitação voltada para a questão da alteridade, a fim de conseguir relativizar o que acontece, fora dos muros da instituição[251] .

Ocorre também, como nos casos das crianças Guarani e Kaiowá, que muitas vezes não é realizado o mapeamento da família extensa, nem pelos atores da Rede de Proteção, nem pelos próprios servidores da Funai,

> A expectativa de uma parte da rede de proteção à criança é que a Funai continuasse desenvolvendo as atividades assistenciais e tomassem para si a resolução desses casos, no entanto o órgão indigenista insistiu que seu papel seria o de atuar como mediadora os casos que envolvessem os grupos indígenas, mas que estes deveriam ser cuidado por todas as instituições envolvidas. (Nascimento, 2015, p. 05).

Existe um embate entre a Rede de Proteção e a Funai, pois a primeira afirma que depende da segunda para circular nas áreas indígenas, já a Coordenação de Gênero, Assuntos Geracionais e Participação Social- Cogen- da Funai, tem como atribuição, segundo o artigo 145 do seu Regimento interno, "*promover, propor, apoiar e acompanhar ações estruturantes relativas ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e jovens indígenas junto ao seu povo, em articulação com os demais setores da Funai e outras instituições, como foco na qualificação e fortalecimento da rede de proteção do direito da criança e do jovem indígena*".

Sobre a Funai, cabe uma análise mais a fundo, entre os anos de 2005 e 2006 houve um aumento das crianças indígenas em Dourados que se encontravam abrigadas, devido os altos índices de desnutrição.

Assim, no período de 2006 a 2008, a Funai incluiu nos seus quadros, assistentes sociais que juntamente com o antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, procurava as lideranças e fazia o acompanhamento na família de

251 Essas instituições ficam nas áreas urbanas, longe das aldeias ou das áreas de retomada, o que não se relativiza é que por causa da distância, os indígenas não conseguem se deslocar até as casas de acolhimento (por falta de transporte, recurso para pagar transporte público), ainda existem situações que há ruído na comunicação, já que muitos indígenas só falam o guarani, dentre outras.

origem, além disso, após a reinserção da criança na sua parentela, era realizado o acompanhamento durante seis meses, sendo que essas famílias eram assistidas com benefícios sociais, como cestas básicas, bolsa família, tratamento médico e até pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC- em alguns casos.

A Coordenadora da Funai que atuou nesse período, Margarida Nicoletti, relatou a antropóloga Silvana Jesus do Nascimento (2013), o resultado positivo dessa ação, que atingiu cinquenta reinserções:

> E era impressionante, porque não faltava gente para acolher. Nós levávamos as crianças a serem reinseridas para passar um dia com os parentes, e fazíamos isso umas três vezes durante um mês, até a criança se sentir entusiasmada para voltar. E assim, até mesmo aquelas com 15 ou 17 anos se entusiasmavam quando ia lá. (Nascimento, 2013, p. 101-102).

Após esse período, o sucateamento da Funai foi avançando, hoje não há mais em seus quadros, assistentes sociais, quiçá agentes indigenistas para atender toda a demanda da população indígena[252]. Esse trabalho preventivo deveria então ser realizado pelo Centros de Referência em Assistência Social- CRAS, Centro de Referência Especializada em Assistência Social- CREAS, por outro lado, a equipe multidisciplinar do Poder Judiciário e das Casas de Acolhimento, reconhecem que precisam do apoio da Funai para entrar nas aldeias e fazer o mapeamento da família extensa. Essa análise, tendo como parâmetro o artigo 28, § 6º, inciso III, do ECA, também poderia ser feita por um antropólogo (a).

Nos processos analisados pelo NUPIIR, há apenas o deferimento de dois pedidos de perícia antropológica, ademais, a Procuradoria da Funai só é acionada depois que a criança já está a um bom tempo acolhida, quando é, pois verifica-

252 Na reportagem da Agência Pública, intitulada "Operando com 10% do orçamento, Funai abandona postos e coordenações em áreas indígenas", uma das entrevistas foi a servidora Ellen, que trabalha na região do cone sul do MS, declara: "A Funai está numa situação política em que não dá conta de fazer o que tem que ser feito. A CTL de Caarapó é um caso muito simbólico. É uma estrutura que só existe no papel. Você tem um servidor, no caso eu, e esse é um quadro que já vem ao longo de vários anos, pra atender três municípios [Naviraí, Juti e Caarapó], 10 mil pessoas, uma reserva, e isso em um local de intenso conflito, de tensionamento. É muito delicado. A forma como temos que estabelecer contato com as instituições, a forma como a gente tem que atuar nessas áreas de conflito…(...) Esgotada, Ellen diz que pretende pedir exoneração, como fez seu antecessor. "A Funai, na situação em que está, não dá conta de responder às demandas, e você fica nesse questionamento interno de receber a demanda dos índios e ao mesmo tempo ter a consciência que você não dá conta de responder tudo. A gente vai entrando num processo de cansaço mental muito forte, acaba sentindo no corpo a falta de seriedade do Estado com a população indígena. Em uma única visita a uma aldeia, você sai com um volume de demandas que levariam dias e dias para serem resolvidas. Fora isso tem um volume enorme de ações judiciais em que temos que atuar", lamenta. Disponível em:< https://apublica.org/2019/03/operando-com-10-do-orcamento-funai-abandona-postos-e-coordenacoes-em-areas-indigenas/>, acesso no dia 14/05/2019.

se também que muitas vezes não há intimação da autarquia indigenista dos atos processuais e se há, quando a mesma se manifesta é totalmente ignorada.

Desse modo, o Poder Judiciário alega como principal motivo do acolhimento institucional a categoria negligência, na qual está incluído o abandono, alcoolismo dos genitores e especialmente utilizada como sinônimo de pobreza.

Assim, o próprio Estado deveria incluir essas famílias em programas de políticas públicas e não o faz, culpabilizando essas famílias duplamente, já que também foi esse mesmo Estado que provocou tal condição de miserabilidade, expulsando os Guarani e Kaiowá no começo do século XX de suas terras tradicionais, forçando a viver em reservas, numa situação de confinamento (Brand, 1993).

> Como desconsiderar, por exemplo, a grave situação de insegurança alimentar e nutricional dos povos guarani e kaiowa do cone sul do MS, recentemente avaliada como de tragédia humanitária pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, após visita técnica às comunidades? **A fome impacta na retirada de crianças indígenas de suas famílias? A fome dos indígenas impacta nas políticas de proteção social** de **responsabilidade dos municípios? Altera seus focos prioritários? Mobiliza suas equipes para atendimentos culturalmente adequados dentro dos territórios indígenas?** Nos casos mapeados, as denúncias de negligência familiar estão geralmente relacionadas ao uso de álcool e outras drogas e a pobreza. Sim, pobreza, apesar do Artigo 23 do ECA esclarecer que *a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar,* um grande número de crianças indígenas ainda é retirado de suas famílias usando-se desta justificativa de forma dissimulada, pois negligência é o novo nome da pobreza nos processos. (Relatório da FUNAI, 2017. P. 17-18)

Quando a criança indígena é retirada compulsoriamente da sua parentela, pelos atores da Rede de Proteção (Conselheiros Tutelares, agentes de saúde, servidores do CRAS e CREAS, Ministério Público, etc), esse "cair na rede", pode ter um duplo sentido, como uma metáfora, para simbolizar que a criança caiu em uma cilada ou armadilha ou que caiu na rede dos agentes de proteção:

> O fato é que, ao ir parar na rede, torna-se difícil dela sair, porque não depende mais apenas da vontade da família ou da comunidade e, uma vez criado um processo, por causa da burocracia existente, qualquer decisão tomada pela Justiça dependerá do "tempo do judiciário". (Nascimento, 2013, p. 89).

Nesse ambiente de acolhimento institucional, vários direitos elencados no ECA são violados, segundo o Relatório da Funai (2017), resumidamente pontuaremos aqui, como o artigo 101, parágrafo único do ECA[253], bem como o artigo 19, § 2º, que determina o acolhimento como media provisória e excepcional, que não pode se prolongar por mais de 18 meses.

Ainda, não cumpre-se o que determina o artigo 28, § 6º, no seu inciso II, pois essas instituições de acolhimento "*organizam suas atividades de cuidado e atenção às crianças, como (des)constroem seus hábitos alimentares e de higiene, como motivam ou proíbem que falem sua língua materna, como valorizam ou inferiorizam sua cultura e identidade étnica, como agregam valor ou afastam as crianças e jovens de suas comunidades*". (Relatório da FUNAI, 2017, p. 22).

Logo, nesse espaço onde a lógica dos *Karaí* (não indígenas) prevalece, a criança indígena sofre múltiplas vitimizações, ela está no abrigo porque sua comunidade não deu conta, porque seus pais são negligentes, porque sua raça/etnia é inferior, a instituição de acolhimento serve para corrigir essa vitimização, onde não deve ser interrompido o processo de "civilização" (Nascimento, 2013, p. 190).

Essa criança que é vista como vítima pelos *karaí* (não indígenas), é retirada do seu convívio étnico e colocada para viver num grupo que ela não tem familiaridade, não se identifica, sequer consegue se comunicar, já que tem mais facilidade quando utiliza a sua língua materna, muitas vezes ela é silenciada, é vista com preconceito.

Lembro-me que nessa primeira perícia que realizei em Dourados, a adolescente, uma menina de 16 anos, Guarani e Kaiowá, me disse " *Eu sei que índio é feio, quando cheguei aqui no Lar, minha pele era mais escura, agora já tô mais branca*".

Jacqueline[254] reproduz o discurso das cuidadoras da instituição de acolhimento, ou seja, nega sua identidade étnica, para conseguir conviver naquele ambiente. Se essa adolescente já tem esse carimbo de vítima, estar nessa situação de acolhimento, em que perdura por meses/anos, onde tem acesso a bens de consumo da classe média, numa perspectiva que muitas vezes se distancia da sua realidade, faz com que essa adolescente seja duplamente vitimizada.

253 Art. 101, § 1o O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

254 A fim de preservar o anonimato dessa interlocutora, o seu nome foi substituído por um nome fictício.

> Os portões fechados e seus guardiões representam o isolamento do mundo exterior indígena: neste regime não falam a língua nativa e, com o tempo, chegam até a esquecê-la. Entre muros, não são visitados por parentes, não tem a liberdade das aldeias, não participam da vida da comunidade, não tomam parte de rituais de sua cultura, são submetidos a ritos religiosos cristãos, as memórias do passado são apagadas. No regime de abrigamento, essas crianças são submetidas à escolarização não-diferenciada, o que mutila os processos próprios de aprendizagem indígena. (Lima, 2009).

Os indígenas passam a ser vistos como sujeitos assujeitados, controladas a todo momento pela disciplina aos moldes *foucaultianos* dos *karaí* (não índios), algo que deve ser relativizado, já que as mães, mulheres Guarani e Kaiowá, em suas assembleias, estão se agenciando a procura de novos olhares para essa temática.

O Genocídio configurado como a retirada compulsória das crianças Guarani e Kaiowá de sua parentela

Entres os dias 11 e 13 do mês de maio de 2016 aconteceu em São Paulo o I Encontro Internacional de Mães e Familiares de Vítimas do Estado Democrático, promovido pelo movimento Mães de Maio[255].

A data escolhida foi para lembrar os 10 anos dos crimes de maio, na programação, duas lideranças Guarani e Kaiowá foram convidadas para falar, Leila de Yvy Katu (ao lado da T.I Porto Lindo, em Iguatemi, MS) e Dona Damiana, do tekoha Apyka´i (no entorno de Dourados, MS).

Em um dos meus capítulos da minha dissertação de mestrado (2017)[256], analisei esse encontro das mulheres Guarani e Kaiowá com as mulheres da periferia paulista, conversei com Leila, que me revelou a importância dessas trocas, dessas impressões de luta.

> Na minha prosa com Leila, ela me relatou como foi a sua participação. Disse que não sabia que negros – moradores da favela, também eram assassinados por conta da sua cor, que ouviu o relato das mulheres que perderam seus filhos em chacinas, ficando surpresa em tomar ciência que a polícia também mata pelo

255 O movimento de mulheres denominado ~~–~~Mães de Maio, rede formada por mães, familiares e amigos de vítimas de violência policial, teve sua gênese em solos brasileiros em decorrência das chacinas que aconteceram nas cidades paulistas, em maio de 2006.

256 ANZOATEGUI, Priscila de Santana. "Somos todas Guarani-Kaiowá: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. (Mestrado em antropologia). Dourados, MS: UFGD, 2017.

> Brasil a fora, como matam as lideranças Guarani e Kaiowá (...) O genocídio de lá é o mesmo daqui, na conclusão de Leila. Foi um choque para ela ver o banner que ficava atrás da mesa onde estava sentada, que mostrava os filhos e filhas daquelas mães. As mães apontavam, contavam suas histórias de luto e luta e desabavam a chorar. Mas a luta era uma só, Leila deixou São Paulo refletindo sobre essas outras mulheres em luta e me confirmou o quanto é importante transitar por espaços diversificados e perceber que outras mulheres tentam também transformar sua realidade. (Anzoategui, 2017, p. 116).

Faço referência a tal acontecimento, pensando que, se esse mesmo encontro tivesse sido realizado no ano seguinte, com outras lideranças Guarani e Kaiowá convidadas, talvez a pauta da retirada compulsória das crianças indígenas pelo Estado, fosse incluída no debate, isso em razão de que na *Kunãngue Atyy Guasu* (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá)[257] de 2018, tal temática foi inserida na programação.

Devido ao elevado número de crianças indígenas em situação de acolhimento, as mulheres da última *Kuñangue Aty Guasu* em Amambai, resolveram denunciar essa situação no seu documento final:

> O Genocídio das nossas crianças está claro, a pobreza não justifica o acolhimento da criança, precisam nos respeitar. Os não indígenas nascem no berço, no hospital, os nossos filhos nascem na aldeia, no nosso tekoha, embaixo da nossa casa na terra, precisam respeitar o nosso modo de ser nativo. Reclamam que nossos filhos são sujos, mas claro, vivemos na terra, cozinhamos no fogo. Não aceitamos a retirada de nossas crianças, a doação delas para não indígenas, não aceitamos o estado intervindo nas nossas formas de vida e cuidado com os nossos. (CIMI, 2018, p. 05).

Curial destacar que, o Decreto 30.822 de 1952, transformado na Lei 2.889/1956, estabelece que "quem, com a intenção de destruir, no todo ou na parte, grupo nacional, étnico ou religioso, como tal: (...) **e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo**" (Art. 1º, *e*), comete genocídio, crime considerado hediondo.

Casos como o que ocorreu na Austrália, durante a colonização, de políticas públicas que retiravam as crianças aborígenes compulsoriamente para morar com

257 Essa Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá teve sua gênese em 2006, mas não é realizada com uma periodicidade precisa, por conta de vários fatores, que analiso na minha dissertação. Em 2018, aconteceu entre os dias 10 a 14 de julho, na reserva de Amambaí, fui como convidada, participei da mesa que debateu a questão das crianças indígenas em situação de acolhimento, representando o NUPIIR.

famílias brancas ou em instituições estatais, as ditas gerações roubadas, sendo que essa prática só foi formalmente abandonada em 1969.

Ademais, há também que se olhar para o que aconteceu no Canadá, nessa perspectiva de assimilação, que resultou num pedido de desculpas do Premier Stephen Harper[258].

Esses casos internacionais nos fazem refletir como a política indigenista brasileira, em tempos de fascismo acirrado, com uma Ministra que representa a pasta dos Direitos Humanos, acusada de ter sequestrado uma criança indígena Kamayurá, no Xingu, em Mato Grosso, agencia a luta das mulheres Guarani e Kaiowá.

Os sujeitos assujeitados à la Foucault, insistem em "*revidar as novas formas de colonização(...)Resistência e re-existência talvez venha dessa prática, de a todo momento tentar afirmar suas identidades étnicas*" (Anzoategui, 2017, p.122).

Afirmar que *"não é possível compreender o modo de ser kaiowá atual desarticulado como esta estrutura do estado tem afetado e transformado suas relações"* (Nascimento, 2015, p.07), questionando as próprias categorias jurídicas, que não dialogam e sequer respeitam os costumes e tradições desse povo.

A casta do Poder Judiciário não leva em conta que os laços de parentesco que regem a organização social e política dos Guarani e Kaiowá vão além da família nuclear, nessa rede de parentelas, circulam as crianças, essa adoção feita internamente não viola os laços que essas crianças tem com a sua família nuclear (pais, filhos e agregados).

As crianças, elas se produzem e reproduzem primeiro dentro do *fogo doméstico*, que é o seu núcleo mais próximo, depois para o restante da comunidade, como se fosse um movimento em espiral que começa de dentro para fora. Conforme elas vão crescendo, vão explorando diversos espaços dentro da aldeia (Souza, 2018).

As crianças não são educadas apenas pelos seus pais, mas por todos os membros da parentela, principalmente pelos mais velhos, os avós, os "líderes orientadores", a produção da pessoa, do corpo, o ser criança Guarani e Kaiowá, se faz num processo de aprendizado que só é viável ao lado dos seus parentes.

258 " Para os aproximadamente 80 mil ex-alunos ainda vivos, e todos os familiares e comunidades, o Governo do Canadá agora reconhece que foi errado remover à força crianças de seus lares e nos desculpamos por termos feito isto. Nós agora reconhecemos que foi um erro separar crianças de culturas e tradições vibrantes, ricas, que isto criou um vazio em muitas vidas e comunidades, e nós pedimos desculpas por termos feito isto. Nós agora reconhecemos que, ao separamos crianças de suas famílias, minamos a habilidade de muitos de cuidar de suas próprias crianças". (LIMA, 2009).

Já ouvi de algumas mulheres Guarani e Kaiowá que lutam pela demarcação do seu território tradicional, que elas o fazem pensando nos seus filhos, nos seus netos, que são para eles, e não adianta assassinar as lideranças, a cada corpo que caí, surge um novo sujeito, que irá crescer e continuar a luta dos seus antepassados.

O futuro pertence a essas crianças que estão sendo retiradas compulsoriamente pelo Estado, por isso as mulheres Guarani e Kaiowá utilizam um termo tão marcado historicamente para denunciar o que está acontecendo, o genocídio, que opera nas suas distintas formas (Becker & Marchetti, 2013, p. 93) e traz um importante efeito simbólico para tocar na sensibilização de nosso racismo como estruturante.

Bibliografia

AGENCIA PUBLICA. Operando com 10% do orçamento, Funai abandona postos e coordenações em áreas indígenas. Disponível em:< https://apublica.org/2019/03/operando-com-10-do-orcamento-funai-abandona-postos-e-coordenacoes-em-areas-indigenas/>, acesso no dia 14/05/2019.

ANZOATEGUI, Priscila de Santana. "Somos todas Guarani-Kaiowá: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses. (Mestrado em antropologia). Dourados, MS: UFGD, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Carta Ponta das Canas. Disponível em:<http://www.abant.org.br/conteudo/001DOCUMENTOS/DocumentosABA/cartacanas.pdf>, acesso em 23/04/2019.

BECKER, Simone e OLIVEIRA, Déborah G. Análise sobre a (não) caracterização do crime de racismo no Tribunal de Justiça de São Paulo. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 26, p. 451-470. 2013. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/9187/15723 . Acesso em: 08 mar.2019.

BECKER, Simone; MARCHETTI, Lívia Estevão. Análise etnográfica e discursiva das relações entre Estado e Mulheres indígenas encarceradas no estado de Mato Grosso do Sul. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis, v.47, n.1, p. 81-99, abr, 2013.

BRAND, Antonio Jacó. O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL. LEI 2.889/1956. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2889.htm>, acesso em 15.maio.2019.

BRASIL. LEI nº 8.069/90. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 abril. 2019.

BRASIL. PORT. Nº 666/PRES, DE 17/07/2017. Regimento interno FUNAI. Disponível em: < http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/coplam/2017/Portaria-Presidencia-666-2017-Regimento-Interno.pdf>, acesso em 12. Maio. 2019.

CIMI. 2018. DOCUMENTO FINAL VI KUÑANGUE ATY GUASU. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/07/um-grito-das-mulheres-kaiowa-e-guarani-contra-os-colonialismos-de-dominacao-da-terra-dos-saberes-e-do-corpo/documento-final-da-vi-kunague-aty-guasu/>. Acesso em 05/10/18.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861905/mod_resource/content/1/A%20Experi%C3%AAncia%20Etnogr%C3%A1fica_Antropologia%20e%20Leitura%20no%20S%C3%A9c.%20XX_Sobre%20a%20Autoridade%20Etnogr%C3%A1fica%20-%20James%20Clifford.pdf>. Acesso em: 08.mar.2019.

ESTADAO. Defensoria Pública do MS e Funai questionam processos de retirada de crianças indígenas das famílias. Disponível em: < https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,guarda-de-indios-faz-justica-ser-questionada,70002387313>, acesso em 07/05/2019.

FUNAI. Relatório Mapeamento qualificado de todos os casos de crianças e jovens indígenas em situação de acolhimento institucional e familiar da região de Dourados/MS. Coordenação Regional da Funai de Dourados/MS. Serviço de Promoção dos Direitos Sociais e de Cidadania – SEDISC. Novembro de 2017.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Relatório Figueiredo: mais de sete mil páginas sobre a violência contra indígenas no Brasil. Entrevista especial com José Ribamar Bessa Freire. Disponível em:< http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/546596-relatorio-figueiredo-mais-de-sete-mil-paginas-sobre-a-violencia-contra-indigenas-no-brasil-entrevista-especial-com-jose-ribamar-bessa-freire>, acesso em 11.maio.2019.

LEITE, Ilka B(org). Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: NUER/ABA, 2005.

LEITE, Ilka B. O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.

LIMA, Marcos Homero Ferreira. Adoção e Institucionalização de crianças indígenas ou "matando o índio existente na criança". Texto a publicar. Dourados/MS, 2009

NASCIMENTO, Silvana Jesus. Crianças indígenas Kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise da Rede de Proteção à criança e ao adolescente. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, 2013.

NASCIMENTO, Silvana Jesus. Indígenas crianças: tensões entre agentes e entre instituições para compatibilizar o direito da criança e o direito do indígena. IV ENADIR, GT 2, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação social. In: Epistemologias do Sul. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). Coimbra, janeiro, 2009.

SCANDOLA, Estela Marcia Rondina; ESPRICIDO, Lizandra Schuaiga; FRIHLING, Maristela Farias; DACOME, Rosany Dias Ferraz. Direitos das crianças dos povos indígenas: dos princípios e caminhos construídos em Mato Grosso do Sul e a resolução do CONANDA. Tellus, Campo Grande, MS, ano 18, n.35, p. 161-178, jan/abr. 2018.

SOUZA, J. M. ETNOGRAFIA DAS CRIANÇAS KAIOWÁ DA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU: A importância do território para as práticas culturais. Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018.

Comunidade Quilombola e Adoção Compulsória: Caso Gracinha

Autoras

Raquel Mombelli
Dra em Antropologia Social (PPGAS/UFSC); Vice-Coord. do Comitê Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). E-mail: raquelmombelli@yahoo.com.br

Maria de Lourdes Mina
Coordenadora do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC). E-mail: mariminalu@gmail.com

Cinthia Creatini da Rocha
Dra em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Email: creatini@hotmail.com

Luciana de Freitas Silveira
Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC), graduada em Licenciatura em Ciências Sociais/UFSC. E-mail: lusilveirah@gmail.com

Gisely Pereira Botega
Dra em Educação (PPGE/UFSC); Psicóloga. E-mail: gibotega@gmail.com

Resumo

Analisa-se a série de eventos em que uma mãe quilombola foi afastada definitivamente de suas duas filhas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em 2016, a partir de uma denúncia de 2014 pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPE/SC), sob a alegação de que a mesma era incompetente na realização da função social de mãe. A lógica do racismo institucional do Caso sintetiza-se na manifestação da promotoria: "Por ser a mãe descendentes de escravos não teria cultura para criar as meninas". Os direitos quilombolas assegurados pela Constituição Federal de 1988, Convenção 169 da OIT e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram ignorados no processo. As irregularidades do caso foram denunciadas pelo Movimento Negro Unificado (MNU /SC) e demais coletivos acionados a partir de pedido da comunidade Quilombola de Toca Santa Cruz (SC). Em 2017, as meninas foram encaminhadas para adoção, sem que o processo tivesse finalizado, conformando "adoção compulsória". Desde então, o paradeiro das meninas é desconhecido. O caso ficou conhecido pela mídia como "Caso Gracinha".

Palavras-chave

Quilombo, Mulher Negra, Criança Quilombola, Direito Quilombola, ECA, Racismo, Adoção Compulsória, Ministério Público.

Comunidade Quilombola e Adoção Compulsória: Caso Gracinha

Raquel Mombelli
Maria de Lourdes Mina
Cinthia Creatini da Rocha
Luciana de Freitas Silveira
Gisely Pereira Botega

1. Introdução

Este texto analisa o contexto e o processo jurídico que delibera sobre o afastamento de duas crianças do convívio materno e da Comunidade Quilombola de Toca Santa Cruz, localizada no município de Paulo Lopes, litoral sul de Santa Catarina. O caso ficou conhecido nas redes sociais e na mídia estadual nacional como Caso Gracinha[259], designação que passaremos a adotar também para fins dessa análise.

Gracinha é uma mulher, negra, mãe de cinco filhos, quilombola e que vive no município de Paulo Lopes (SC). A identidade social de Gracinha se produz historicamente a partir do sistema de relações constituídas também por meio das composições de forças através das quais se projeta o que ela, a comunidade e os outros a julgam que é. Considerando que os referidos sistemas de relações não se dão em um isolado social, o "ser quilombola e da Comunidade" se produz de forma complexa na região central da cidade e não diz respeito somente a própria Gracinha, mas também à Comunidade Quilombola e à cidadania de modo mais amplo.

É neste contexto que se produz uma mãe quilombola específica, que passa a ser processada a partir da intervenção do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPE/SC), e julgada incompetente na realização da identidade social de mãe. A intervenção sobre a comunidade e a retirada das filhas de Gracinha promove a impossibilidade de realização da experiência cotidiana de ser mãe quilombola. Associadas a interdição impingida às filhas de Gracinha de serem filhas quilombolas em Paulo Lopes, repercutem impactos incomensuráveis em suas vidas, resultando em processos de enfretamento, exatamente o que se pretende descrever e analisar neste artigo.

259 Ver registro de noticias vinculadas sobre o caso nos sites do Maruin, Pragmatismo Político, Geledés, Alma Preta, conforme consta nas Referências Bibliográficas.

O Quilombo Toca/Santa Cruz, Município de Paulo Lopes (SC)

A Comunidade Remanescente do Quilombo Toca/Santa Cruz vive no município de Paulo Lopes (SC), situado há cinquenta e cinco quilômetros ao sul de Florianópolis. "O local se chama Toca porque no passado era cheio de mato que formava uma espécie de túnel sobre o caminho que levava até as casas das famílias negras, uma espécie de "toca", onde os negros viviam, daí o nome. A origem da comunidade quilombola está relacionada a doação de terras a africanos escravizados como 'pagamento' pelos serviços prestados durante a escravidão. Enfatizam os quilombolas que eles sempre estiveram naquele lugar, morando na Toca, onde posteriormente se consolidou o perímetro urbano de Paulo Lopes. As origens mais remotas das famílias estão referendadas na figura do negro Manoel Felipe (conhecido como Bilé), nascido em 1878, sobre a lei do ventre livre, e filho da escrava Phelippa. Ele é reconhecido como "o pai de todos" da comunidade.

Atualmente, o Quilombo Santa Cruz é composto por 30 famílias, entrelaçadas de longa data. Por isto ali se costuma dizer que "todos são parentes". Muitos são descendentes do ancestral Manoel Felipe. Alguns membros deste tronco familiar vivem fora da localidade, principalmente no Morro da Queimada, que se situa em Florianópolis, e também na cidade de Itajaí (SC).

Em 2007 a comunidade negra da Toca foi reconhecida como um QUILOMBO pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Por este motivo, a Prefeitura de Paulo Lopes deveria receber uma verba do Governo Federal a ser, exclusivamente, destinada para estas famílias. Porém, tal recurso financeiro não parece estar servindo para melhorar a realidade da comunidade. Na localidade a infraestrutura é precária, não há saneamento, nem projeto de habitação e as ruas não são calçadas.

Em 2010 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) iniciou o processo de regularização das terras quilombolas ocupadas há mais de um século pelas famílias da Toca. Grande parte destas terras foram expropriadas por diferentes mecanismos. Por isto, a regularização das terras quilombolas é condição fundamental para que as famílias negras da comunidade tenham acesso digno à cidadania.

2. O Direito Quilombola

Desde o início de 2003 o Estado Brasileiro recepciona a interpretação circunstanciada que faz a Comunidade de Santa Cruz em Paulo Lopes/SC, do que consigna o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, Artigos 215 e 216 da Constituição Federal em vigor, o Artigo 169 da Organização Internacional do Trabalho, Decreto Presidencial 6.040 de 2007 e demais estatutos legais que orientam as ações do Estado Brasileiro inclusive o Decreto 4.887 /2003[260]. Na articulação desses vários dispositivos é que se desenvolve também a noção de autodeclaração, quando a comunidade afirma sua identidade social a partir da interpretação do que são no mundo e em relação aos outros. Assim, ser quilombola é se sentir pertencente à uma comunidade histórica, sociocultural e ser reconhecido por ela. É neste sentido que, por exemplo, irá se sustentar o que está consignado no já referido Decreto 4.887 de 2003.

> *[...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea [...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio [...]* (O'Dwyer, 2002, p. 18).

A Comunidade de Santa Cruz recebeu a Certidão de Reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo da Fundação Cultural Palmares em 2010. E desde então, aguarda pela implementação do Decreto 4.887[261] de 2003, que regulamenta os procedimentos de identificação, demarcação e titulação das terras quilombolas pelo INCRA. Os estudos antropológicos foram iniciados somente em 2015 e fazem parte do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTDI), conjunto de peças técnicas referentes ao procedimento administrativo[262]. São, portanto, órgãos federais reconhecendo e aplicando o que diz o Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira de 1988 (ADCT/CF88) e que, curiosamente, não foram considerados nos autos do processo de retirada da tutela da mãe Gracinha. O Decreto 4.887/03 define as competências institucionais

260 Processo INCRA/SC, Fundação Cultural Palmares Processo 01420.000121/2007-58; Procedimento Administrativo PRSC n.º 1.33.000.003194/2010-89)

261 Instrução Normativa n.16/2004 publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

262 Trata-se do procedimento administrativo nº 54210.000808/2014-54 do INCRA foi aberto em 2010.

e as etapas dos procedimentos de regularização quilombola do artigo 68 "as comunidades remanescentes de quilombos".

Importante destacar que a aplicação do referido dispositivo jurídico necessita de estudos antropológicos para que os critérios possam ser dirimidos. Neste sentido, a expertise antropológica torna-se central nesses procedimentos, contribuindo para a compreensão do modo de vida das comunidades quilombolas e dos efeitos perversos causados pela escravização em um passado não tão distante que permanece reverberando no presente de determinados grupos étnicos- raciais.

> Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
>
> § 1º Para fins desse Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

No entanto, observa-se que na ação jurídica que levou Gracinha a perda do poder familiar de suas filhas o direito a autoidentificação não foi respeitado, ferindo o que garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aos povos e comunidades tradicionais: o direito a autoidentificação, segundo sua própria consciência e identidade cultural, conforme registrado nos seus primeiros Artigos 1º e 2º e com seu Artigo 28, destacando o Inciso 6º:

> *§ 6º Em se tratando de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório:*
>
> *I – que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta lei e pela Constituição Federal;*
>
> *II – que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia;*

O ECA ainda determina:

> *III – a intervenção e oitiva de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, no caso de crianças e adolescentes indígenas, e de antropólogos, perante a equipe interprofissional ou multidisciplinar que irá acompanhar o caso.*

Salienta-se que no processo referido, nenhum dos dispositivos jurídicos citados até o momento são aplicados pela promotoria à Gracinha, desrespeitando o protegido constitucionalmente no que diz respeito aos direitos de qualquer cidadão, à educação, a saúde, e a convivência familiar e comunitária das crianças de acordo com seu modo de vida e sua cultura. A convivência familiar e comunitária é condição relevante para a proteção, para o crescimento e desenvolvimento pleno e digno de crianças quilombolas.

No processo jurídico, é expressivo o não reconhecimento dessa localidade como Comunidade Remanescente de Quilombo, mesmo com a comprovação do reconhecimento dessa Comunidade por órgãos federais, como a certificada pela Fundação Cultural Palmares e do processo em curso de regularização fundiária pelo INCRA. Na falta de argumentos jurídicos para manter a suspensão do poder familiar, o poder judiciário desconstitui ainda os direitos de Gracinha, pois avalia que "esta não era quilombola porque não se comportava como tal". Nessa perspectiva, a intepretação jurídica vigente na ação do termo quilombo é "frigorificada[263]", congelada no tempo e projetada nas situações existentes no período colonial do Brasil. Tal interpretação, se encontra com as teorias racialistas do século XIX que subsidiaram os discursos e as práticas da justiça. Estas teorias estabeleceram vínculos interpretativos do quilombo à formação de "bandos", "escravos fugidos", e de lugar "não civilizado" e "barbarismo" e, consequentemente, içados a condições de "associações criminosas[264]. Esta interpretação é colecionada em outra manifestação dos juristas; "afirmando que não havia pessoas em condições de ficar com as crianças; que as pessoas da cidade têm medo dos quilombolas e que até que os órgãos públicos sofrem represálias, entre muitas outras afirmações pejorativas e discriminatórias". Tal visão equivocada de quilombo prevaleceu soberana[265] em todo o processo da Ação de Destituição do Poder Familiar da mãe quilombola e de suas duas filhas. Este esquema interpretativo impôs uma espécie de camisa-de-força do termo quilombo, optando por uma leitura classificatória e dicotômica nos termos "selvagem x civilização". Esta fato, revela não apenas as práticas do sistema

263 Termo utilizado por Clovis Moura para dizer que o termo quilombo ficou frigorificado, isto é, composto pelos elementos descritivos formulados ao Conselho Ultramarino em 1740. (Almeida, 2002)

264 O percursos deste debate foi o médico Nina Rodrigues, que ao recolocar questão do quilombo no seu projeto de pesquisa sobre Lucas da Feira, que em 1828 fugiu de uma fazenda em Feira de Santana (BA), organizando um grupo de escravos fugidos, durante 20 anos. O estudo acabou por reificar o paradigma de divisão de raças inferiores e superiores no discurso dos juristas. (Almeida, 2002, p. 66)

265 Um Parecer Antropológico foi elaborado visando chamara atenção para o conceito contemporâneo de quilombos e incorporado ao processo jurídico. Entretanto, o parecer não foi considerado em nenhuma das etapas processuais.

judiciário com determinados grupos sociais que interagem, mas a dificuldade do poder judiciário para compreender as situações que hoje são entendidas como quilombos, desconsiderando a democratização do termo quilombo com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste esquema interpretativo, ocorreram várias violações de direitos da mãe quilombola, da família quilombola e, principalmente das meninas que foram privadas de crescerem dentro do seu ambiente familiar e de sua própria cultura e no território que são também herdeiras.

2. Das Irregularidades e do Racismo Institucional

O caso Gracinha evidencia ainda os efeitos perversos do racismo vivenciado naquele lugar. As manifestações de indignação dos membros da Comunidade Quilombola de Santa Cruz/Toca revelaram que nenhuma política pública se produziu ali para reparar os anos de injustiças, descaso e marginalidade a qual foram subjugados. De fato, o poder público surge no lugar para tirar os filhos da comunidade, sob a acusação de "falta de higiene", quando não há e nem nunca houve qualquer política de saneamento básico.

Segundo denúncia de representantes do MNU/SC, os registros dos três relatórios produzidos[266] pelas assistentes sociais que embasaram a denúncia do MPE/SC apresentam avaliações completamente diferentes com relação ao encaminhamento do caso Gracinha. Segundo eles, o primeiro relatório é desqualificador da genitora, chamando-a inclusive de promíscua. O segundo estudo social informou que a genitora lutava pelas filhas e que a família deve ser amparada pelo poder público. O terceiro estudo, no entanto, aponta os equívocos dos estudos antecedentes e conclui que isso ocorreu por conta da humildade, ignorância, e dificuldades sociais e econômicas da genitora. Aponta as condições de desigualdade que se processa o caso, sem condições ou possibilidade de defesa da genitora, condenando-a previamente e apresentando-lhe a face perversa da justiça dos homens ditos "normais" (brancos, de classe social e econômica elevada). Interessante destacar que de todos os três estudos produzidos sobre o caso, apenas o primeiro ganhou destaque no processo, balizando o seu curso. Os outros documentos, mais favoráveis à defesa dos direitos da mãe Gracinha, estranhamente permaneceram sem força.

266 Eles integram o conjunto de documentos que integram o processo que corre em segredo de justiça.

Os representantes do MNU/SC ainda destacam nesse processo que funcionários da Prefeitura informaram que foi pedido ao médico da rede municipal um laudo atestando a incapacidade da genitora para cuidar das filhas mas, inicialmente, o profissional teria se recusado a cometer tal fraude. Marcaram então com um médico psiquiatra no município vizinho de Tubarão. Este outro profissional atestou que a genitora tinha "retardo mental leve" e "déficit intelectual leve" e por esse motivo não poderia cuidar das filhas. A defesa nunca foi intimada para nenhuma das duas perícias realizadas, mas encaminhou para uma perícia no INSS em que o perito atestou que a Gracinha possuía déficit intelectual leve, ou seja, era analfabeta.

Entretanto, mesmo nessas circunstancias, em 26 de novembro de 2014, quando Gracinha encontrava-se sozinha em casa com as suas duas filhas, dois policiais armados, acompanhados de uma assistente social, colocaram as meninas na viatura e as levaram sob a alegação de que seriam encaminhadas ao médico. Uma delas ainda dormia seu sono da tarde. Tudo tão ligeiro e inesperado que Gracinha nem mesmo conseguiu entender o que estava acontecendo. Tudo se processou pouco tempo depois, quando com a ajuda da vizinhança conseguiu entender o que havia acontecendo: o Estado retirara suas duas filhinhas. Naquele mesmo dia, as crianças foram colocadas em um abrigo e impedidas de ver os pais ou qualquer membro da sua comunidade.

Na Comunidade da Toca ninguém entendeu o ocorrido, pois todos avaliavam que Gracinha era uma boa mãe e que nunca havia se descuidado das meninas. Elas tinham a carteira de vacinação rigorosamente em dia, frequentavam a escola e uma fazia aulas de balé. Nunca se soube de maus tratos e nem abandono. Os relatos recorrentes na comunidade indicam que: "Gracinha sempre foi uma boa mãe", "Gracinha sempre cuidou muito bem das meninas, sempre estava com elas, nunca as deixou sozinhas, aonde ia levava essas meninas", "nós não conseguimos entender porque isso está acontecendo".

Nesse contexto desesperador, a professora de uma das meninas registrou em um documento sua esperança de contribuir para retroceder com a injustiça e validar o que todos da comunidade também afirmavam:

> *E contrariando todas as perspectivas previsíveis de um histórico de rótulos e estigmas desde os seus ancestrais, Gracinha é extremamente responsável com o*

processo pedagógico da filha. Embora sendo analfabeta, sempre que recebe algum recado da escola, vem prontamente a escola até a minha residência ou até mesmo em outros lugares com o intuito de estar a par de todos os assuntos relacionados à escola. A aluna é assídua e apresenta diariamente uma aparência de bons cuidados, assepsia com o corpo e suas roupas. É muito organizada com seu material escolar, o que não é comum em algumas crianças dessa idade.

Nesse mesmo relato a professora denuncia o contexto histórico de exclusão da comunidade da qual a aluna advém: a iluminação pública só chegou há pouco tempo quando é realidade em outros bairros e que muitos sequer frequentaram a escola, realidade que testemunha desde criança. Essa realidade de exclusão histórica aparece repetidamente em outros documentos no processo.

Em sua dissertação de mestrado na área de Educação, Botega (2006) analisa como as pessoas da Comunidade Quilombola eram tratadas pelos outros moradores de Paulo Lopes. As frases lembradas por Botega, segundo interpretação da própria, refletiam não somente a "forma racista" como os quilombolas eram tratados, mas o modo como os próprios comunitários eram responsabilizados pelas violências sofridas: "o lugar onde estão, em Toca, entoca os negros; eles mesmos se isolam; eles são muito acomodados, não se esforçam; eles mesmos são racistas com eles, não gostam de sua cor, etc." (Botega, (2006:13). Repete-se aqui o mesmo comportamento observado em outros contextos, como exemplo, aqueles em que se realiza a violência contra a mulher (Arruda e Luz:2013), onde no discurso social brasileiro as mulheres são responsabilizadas por serem violentadas e a ação do homem é vista como uma "resposta" ao que a própria mulher provoca: "a culpa é da mulher".

Do mesmo trabalho de Botega vem outra relevante informação. Analisando cartazes referentes à Comunidade de Santa Cruz produzidos por alunos da 1ª a 4ª série da escola municipal, Botega investigou a forma como essas crianças viam a Comunidade Quilombola, mesmo sem nunca terem ido até a Toca.

Em alguns cartazes sobre a Toca, apareceram fotos que expressavam a pobreza, favela, sujeira, lixo e dizeres como este: "a Toca é um lugar feio e cheira mal", e o mais interessante é que o grupo que fez esta afirmação nunca foi na comunidade, não a conhece. Uma aluna branca se referindo à Toca, sem nunca ter ido lá, escreve: "não quero ir na Toca, porque lá cheira mal, é fedido, cheiro assim de pretinho". Outro cartaz exibia a frase: a Toca é um lugar onde só têm macacos, muitos macacos, este grupo conhecia a comunidade. Botega,(2006: 10).

Como é possível crianças, inclusive algumas sem nunca terem ido à Comunidade, interpretarem assim um lugar e as pessoas que lá vivem? Obviamente os argumentos infantis estão conectados a certa visão que se difunde nas relações municipais. Há uma produção do ser negro comunitário de Toca que desde fora insiste em distender imagens que fazem reproduzir significados expressos desde as relações de escravidão no local. Além das interpretações lançarem sobre os de Santa Cruz os efeitos dos procedimentos escravistas, tais percepções deixam passar a presença de um "outro" e ao mesmo tempo de um "nós". O outro que surge nesses discursos estigmatizantes, não tem origem neles e refletem potências em luta, movimentos de resistência. Nesse sentido a interpretação do outro é também o exercício do poder. E é nesse contexto de disputa que se desloca a noção de autoreconhecimento.

O campo jurídico surge nessas disputas investindo na produção da não existência desse subalterno, ou seja, como ativamente produzido como não credível ou existente. Como argumentado por Boaventura Santos (2007)[267], essa produção do não-existente como tal é processada sempre que uma determinada entidade é desqualificada ou invisível, ininteligível e descartável de um modo irreversível. Nessa lógica de produção da não-existência, a lógica de classificação social assenta-se na naturalização das diferenças e das hierarquias: classificação racial, sexual, dentre outras. A tentativa de produção de algo como não-existente se destaca ao longo desse processo jurídico, pois desde março de 2004 a Comunidade Santa Cruz configura-se nos trâmites federais, que tratam dos interesses das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

6. Território Negro Feminino, Família e Etnocídio Quilombola

O Caso Gracinha anuncia outros possíveis impactos decorrentes da forma como os procedimentos jurídicos foram se processando: um deles é sobre o direito das crianças no que diz respeito a viverem sua própria identidade cultural; outro é o direito dessa mãe transmitir os legados ensinados pelos ancestrais, pela mãe e avó. Pois, nesse caso, sua condição psicossocial, assim como o significado da função materna, só pode ser compreendida plenamente no contexto de seu pertencimento étnico, cultural e social considerando à comunidade específica a

267 Trata-se da discussão sobre a Sociologia das Ausências como investigação analítica de transformação das ausências em presenças, em emergências para a emancipação de saberes.

que pertence: a comunidade quilombola de Santa Cruz. Há de se considerar que a construção de vínculos de parentesco nessa comunidade quilombola assumem configurações específicas que extrapolam noções de consanguinidade e aliança que estão para além do compadrio e que só podem ser compreendidas a partir de um olhar mais cuidadoso. Essas relações de parentesco envolvem uma noção de parentesco mítico, parentesco por adoção e pertencimento ao território. Essa noção específica de parentesco apresenta um sentido que preside as definições do que é ser parente – "ser da comunidade de Santa Cruz" –, revelando vínculos que articulam redes de ancestralidade, patrilocalidade e matricentralidade. Esses vínculos, por sua vez, buscam outras formas de expressão mediadas pelo idioma de parentesco, como o conhecimento e saberes sobre ervas medicinais, ajuda no parto entre outras formas de solidariedade.

Em diálogo informal com a antropóloga responsável pelo Relatório de Identificação do Território Quilombola de Santa Cruz, essa noção de parentesco revela-se a partir de formas vividas, das práticas locais que são transmitidas através das trocas e cuidados que compartilham na e em comunidade:

> *para além das falas, existem saberes e características culturais que vem sendo repassados entre gerações e que se estruturam mais em ações do que em narrativas ou diálogos propriamente ditos. Dentre estes elementos, destaca-se o conhecimento de algumas mulheres sobre os usos medicinais das ervas plantadas* nos quintais direcionadas para cuidados físicos e/ou espirituais. O uso de chás ou de patuás, chamados pela comunidade como *"brebes"*, fazem parte da memória do grupo e são utilizadas desde o tempo dos antepassados. Além disso, também as rezas pertencem ao conjunto de elementos culturais próprios ao grupo. As benzeduras, por exemplo, atendem enfermidades específicas e são acionadas por pessoas distintas, como é o caso da *"zipra"*, ferimento que gera dores e muito frio no corpo.[268]

Por isso, pode-se dizer que neste caso o idioma do parentesco, passa a ser constituído através de muitas gerações que compartilham experiências de sociabilidade, vinculando os sujeitos afetivamente e socialmente a uma unidade, a uma determinada "comunidade de parentes". A lógica que se opera nesse contexto cultural específico estabelece vínculos também com uma ancestralidade, com os ascendentes que foram escravizados, reforçando os laços entre as pessoas de

268 Dra. Antropóloga Cinthia Creatini da Rocha (entrevista realizada em março de 2016)

uma mesma geração, como pelos vínculos com os antecedentes pela via materna ou paterna, marcada pelo uso de um nome ou sobrenome. Nesse sentido, a identidade social da comunidade se efetiva através do parentesco**.** É desse arranjo construído historicamente por esses laços de parentescos, que sustentam a agregação social e que alimenta através dos séculos a crença que compartilham em uma origem comum de pertencimento a essa comunidade, aquilo que a literatura antropológica reconhece como parte do que se define teoricamente como um grupo étnico (Weber, 1920).

As relações de parentesco, intrinsecamente estabelecidas, demonstram que as relações familiares entre pais e filhos são realizadas a partir de arranjos e lógicas que não são imediatamente compreendidas por quem não compartilha dos mesmos códigos da comunidade quilombola de Santa Cruz. Assim, destaca-se o sistema de filiação, que se traduz também por meio de um dever moral e de práticas que determinados membros da comunidade ocuparam e ainda ocupam no cuidado com os mais velhos – representante dos ancestrais - assim como das crianças – representantes das gerações futuras. Essas práticas constituem as dinâmicas culturais que marcam a origem dos seus laços e parte das regras de inclusão e exclusão de seus membros na família e das regras que estabelecem o direito local das famílias e de herança. Esses laços sociais e culturais são imprescindíveis para a continuidade da comunidade, de sua organicidade e do seu território.

O parentesco é, portanto, o elemento mais estruturante da comunidade estabelecendo regras morais reconhecidas e compartilhadas pelos seus membros. Nesse plano, além dos vínculos com os ancestrais, os sentimentos de dever de ajuda entre irmãos/irmãs (consanguíneos ou não) ou entre as unidades familiares, são valorizados visto que explicita justamente o que é ser e pertencer ao quilombo. As crianças tendem a ser cuidadas não somente pelos membros biológicos da unidade familiar ou moradores de uma mesma casa, mas também por parentes que reconhecem a partir da construção destes vínculos diários que podem se dar em outras casas que frequentam. Ou seja, se a vida se passa em um espaço que abrange a rede espacial das casas quilombolas, e não se restringe ao domínio privado de uma moradia ou núcleo familiar, isto significa que uma criança pode ser cuidada por tias/tios, avós/avôs, primos/as, irmãos/irmãs, padrinhos/madrinhas conforme a

necessidade. O sistema de cuidados mútuos implica no fortalecimento de laços sociais e de parentesco**.** Neste sentido, também a prática de "filhos de criação" é uma dimensão importante desse universo, pois liga pessoas pela adoção não legal preservando os laços entre as genitoras e seus filhos, incluindo as 'mães de criação' no universo familiar das crianças[269]. Esse aspecto foi observado em vários estudos antropológicos realizado em diversas comunidades quilombolas do sul do Brasil.

Portanto, observa-se um princípio estruturante em que os cuidados com as crianças, assim como com os idosos, é parte de um dever moral em que todos os seus membros estão comprometidos, extrapolando padrões hegemônicos instituídos por outras matrizes culturais eurocêntricas. Nesse sentido, o cuidar de uma criança, no universo quilombola, segue regras específicas, em que o fato das crianças ficarem sob a responsabilidade de outros membros da rede de parentesco, que não necessariamente a figura biológica do pai e/ou da mãe, é parte importante daquilo que entendem por zelo afetivo familiar.

Esse fato demonstra que a comunidade quilombola de Santa Cruz/Toca se dedica e investe nos cuidados e na formação da personalidade de suas crianças. Os processos de socialização ocorrem ao nível da comunidade como um todo, conectando as pessoas e possibilitando a convivência comunitária sobre um determinado território ao qual se sentem ligados.

É nesse universo também que a identidade social negra, assim como a cultura quilombola e os projetos compartilhados pela coletividade, encontra possibilidade de se construir, a partir das atualizações dos processos de identificação – o que a situa numa dimensão histórica – envolve a noção de grupo e também de comunidade. Essa identidade social, não se desloca da identidade pessoal, porque esta é em alguma medida reflexo daquela. A identidade social e étnica está circunscrita por valores e atributos devidamente articulados coletivamente. Não considerar essa dimensão ou essa possibilidade pode ser uma forma de manifestação de violência racial, pois tende a destruir a identidade negra. Essa violência ocorre, sobretudo através da internalização compulsória e brutal de um Ego branco em que o negro tem que se ver a partir de modelos estéticos

269 (Barcellos, et ali, 2004; Mombelli, 2005; Carvalho 2003; Fernandes, 2005).

e padrões de comportamento determinados pela sociedade dos brancos (Santos, 1983).

O caso Gracinha e o seu direito de permanecer com as filhas está condicionado a um processo jurídico, portanto registrado em seus autos, dotado de conteúdos preconceituosos e etnocêntricos, que se aproximam das teorias racialistas do século XIX, com o propósito de justificar a superioridade racial dos brancos e a inferioridade racial da população negra. No âmbito de toda a ação é possível observar a utilização de noções equivocadas como raça, cor e fenótipo, constantemente associadas a padrões de comportamentos classificados, etnocentricamente, como pejorativos. Destaca-se nesse cenário, a forma pela qual a categoria gênero – a condição mulher negra – no caso a mãe, é sistematicamente associada a um universo sexualmente promíscuo.

Destaca-se ainda que a condição de pouca escolaridade ou ausência de letramento é uma característica generalizada nesta comunidade, o que configura o silenciamento ou a dificuldade de expressão de muitos de seus membros e não apenas de Gracinha. Ademais, vale ressaltar que as relações de opressão e violência social, psicológica e física vivenciadas em sua trajetória pessoal ou de seus familiares e antepassados sinalizam para uma postura de intimidação, baixa-estima e submissão. Isso pode ver-se refletido nos autos do processo jurídico, quando a condição de "miserabilidade", isto é, a ausência de uma renda que garantisse o "sustento" das crianças justifica a retirada dos direitos maternos de Gracinha. O Estado jamais deveria considerar a condição financeira precária de um cidadão motivo para romper com uma estrutura familiar, fosse assim, boa parte da população brasileira infantil estaria alojada em abrigos. O Estado deve promover as condições necessárias para subsidiar um desenvolvimento sadio para seus cidadãos e não culpabilizar uma mãe negra e quilombola por suas condições financeiras precárias, visto a mesma ter nascido em um município que historicamente se constituiu sob a mão de obra escravizada.

Por fim, pode-se dizer que estamos diante de uma grave violação de direitos humanos, da criança em particular, e de racismo institucional. A ação jurídica desconsidera o direito a autoidentificação de Gracinha e de suas filhas, impedindo-as do direito de viverem integralmente a sua própria cultura, o que no limite pode ser entendido também como forma de etnocídio.



Material da Campanha produzido pelo Coletivo Malunga, Movimento Negro Unificado(SC) e Comunidade Quilombola de Toca, sobre o Caso Gracinha no ano de 2016.

Considerações

Um precedente jurídico pode ser destacado, pela radical conexão com o caso analisado, o comentário consignado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) acerca do esforço do legislador ao consagrar o Art. 28 da Lei 8.069/90 e nele o parágrafo 6º:

> *Importante dispositivo que trata da criança indígena ou quilombola e a obrigatoriedade do tratamento diferenciado. Essa é uma questão que afeta um grande grupo de pessoas e ajudará a evitar adoções que desrespeite a origem étnica dessas crianças, colocando-as em situação de vulnerabilidade, seja no Brasil ou no exterior.* (AMB, s/d.: 07).

Observe-se que os comentários da AMB estão apoiados em dois princípios necessários para o cumprimento da Lei e dos demais interesses indígenas e quilombolas, quando dos casos de adoção:

> A) em primeiro lugar deve ser verificado o contexto, as relações nas quais são constituídas as identidades sociais e culturais, os costumes e tradições, bem como suas instituições nas quais as crianças estão inseridas; e
>
> B) os estudos das mencionadas relações socioculturais devem permitir uma avaliação dos efeitos do processo de intervenção enquanto é aplicado e, posteriormente, em suas repercussões.

Dessa forma, avaliamos como grave o fato da justiça desconsiderar no âmbito desse processo a expertise antropológica para subsidiar a defesa de direitos humanos, da criança, e também étnicos e coletivos. Foram sistematicamente cerceados os conhecimentos especializados que podem fornecer o entendimento da referida situação, a constituição da identidade social e cultural dessa família e de sua relação com a comunidade, assim como a integridade dos valores, costumes, tradições e instituições compartilhadas entre os membros do quilombo Santa Cruz.

Em segunda instância da justiça estadual, depois de 15 sessões adiadas, na última audiência realizada sobre o caso, em 01 de setembro de 2016, os desembargadores da 1º Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina cassaram a medida cautelar que permitia a mãe quilombola Maria da Graça de Jesus de visitar suas filhas de três e cinco anos, abrigadas provisoriamente em Biguaçu (SC). Os desembargadores mantiveram por maioria (2x1) a decisão da Comarca de Garopaba, contrariando o parecer do relator desembargador que se manifestou pela nulidade do processo e a imediata devolução das crianças à família quilombola. Na prática, com essa decisão, a mãe quilombola Gracinha ficou impedida de ver as filhas por tempo indeterminado. A publicação da sentença do julgamento no Diário Oficial não ocorreu, escoltada pela morosidade que demarca o tempo do racismo institucional na justiça brasileira. Racismo amplamente contestado pela comunidade quilombola e por grupos de defesa de direitos humanos. Após três anos de um moroso processo, em 30 de novembro de 2017 a 1ª Câmara de Direito Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) deferiu a destituição do poder familiar da mãe Maria das Graças de

Jesus (Gracinha), mãe quilombola, moradora da Comunidade Remanescente do Quilombo Santa Cruz/Toca (Paulo Lopes, SC). Os votos dos Desembargadores pela destituição do poder familiar da mãe biológica foram deferidos sem que fosse juntado o Estudo Psicossocial realizado na comunidade, confirmando a seletividade e o racismo que conduzem as decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. As meninas foram encaminhadas para família adotiva sem que o processo jurídico de Suspensão do Poder familiar fosse finalizado, caracterizando o caso como uma situação irregular de adoção compulsória. A justiça, neste caso, desconsiderou o pedido de guarda pela família extensa pertencente à própria comunidade quilombola que desejava (e ainda deseja) acolher as filhas de Gracinha mantendo-as no ambiente de suas origens socioculturais e próximas da rede de parentes. "Maria das Graças e toda Comunidade dos Remanescentes do Quilombo Toca/Santa Cruz FORAM DESTITUÍDAS IRREGULARMENTE DO DIREITO de ficarem com as duas meninas quilombolas pela Justiça de Santa Catarina". Este caso está, portanto, demarcado por forte "seletividade processual", pois somente alguns documentos são considerados e valorados, mesmo estando repleto de denúncias sobre conteúdos racistas, que nunca foram investigadas ou verificadas. Soma-se a esta "seletividade" o fato de prevalecer as condições financeiras da "família adotiva" em detrimento dos laços afetivos entre a mãe e as filhas e/ou entre a comunidade e as filhas de Gracinha. Esta situação ganhou repercussão nacional e foi objeto de denúncia, somando-se a outros casos que envolvem comunidades tradicionais, durante a realização do I Congresso Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente das Seccioais da OAB270 no documento denominado Carta do Rio de Janeiro, nos seguintes termos" Repúdio à situação de suspensão do poder familiar ocorrido no "Caso gracinha", em Santa Catarina, e também aos casos de adopção de crianças Guarani- Kawová, no Mato Grosso do Sul, primando pela garantia dos direitos a autodeterminação e à terra para garantir o efetivo cumprimento à convivência familiar e comunitária"

Atualmente, a comunidade quilombola, o MNU, o coletivo Malunga e, sobretudo Gracinha, aguardam pelo pedido que fizeram à justiça de averiguação do paradeiro atual das filhas, desconhecido inclusive pela própria advogada de defesa da mãe Maria da Graças de Jesus.

270 Congresso realizado na sede da OAB no Rio de Janeiro entre os dias 7 e 9 de junho de 2017, disponível em: https://prioridadeabsoluta.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-do-rio-de-janeiro-oab.pdf

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O´Dweyr, Eliane Cantarino. Quilombos; identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.

ARRUDA, Nanci Stancki da Luz; Silva, Jocelaine Espindola da. Mulher vítima de violência: desbravando as razões da culpa feminina. Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos. 16-20 de setembro de 2013.

BARCELLLOS, Dayse Macedo(org). Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, Identidade, Territorialidade e Direitos Constitucionais. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BOTEGA, Gisely Pereira. Relações raciais nos contextos educativos: implicações nos contextos do autoconceito das crianças negras moradoras da Comunidade de Santa Cruz do Município de Paulo Lopes/SC. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 2006.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CARVALHO, Ana Paulo Comim. O "Planeta dos Negros" no mundo dos Brancos: Estudo sobre a manutenção e atualização das fronteiras étnicas de uma comunidade negra na cidade de Canoas/RS. Dissertação de Mestrado – PPGAS-URGS, Porto Alegre, 2003.

BOTECA, Pereira Gisely; TRAMONSTE, Cristina de Azevedo. Memórias de mulheres quilombolas: a reconstrução histórica de Santa Cruz (SC). Revista Memórias Rurais e Urbanas v. 28, n. 42 (Jun/2015). :http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc

FANO, Franz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador : EDUPFBA,2008.

FERNANDES, Ricardo. Relatório Antropológico: a Comunidade de São Roque (SC). Projeto quilombos no sul do Brasil: estudos antropológicos com vistas a implementação do Decreto 4.887. Florianópolis: NUER/UFSC, 2005

MOMBELLI, Raquel. Parecer Antropológico Maria das Graças de Jesus, Comunidade Quilombola Santa Cruz, Garopaba (SC) anexado a Ação de Destituição do Poder Familiar n. 090001000.80.8.24;0167 da Vara única de Garopaba (SC), nov. de 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002, 296 p.

PAULA, Marise Vicente de (2003) Kalunga: o mito do isolamento diante da mobilidade espacial. Dissertação de Mestrado em Geografia. Goiânia: IESA/UFG

SANTOS, Boaventura Souza. A sociologia das ausências e a Sociologia das Emergências para uma ecologia de saberes. In: Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social. São Paulo : Boitempo, 2007. p. 17-50

SANTOS, Neusa de Souza. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro : Editora Graal, 1983.

RATTS, Alecsandro JP. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. XXVII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo. Encontro Anual. 21 a 25 de outubro de 2003.

RUSSO, Jane. A raça, psiquiatria e medicina-legal: notas sobre a "pré-história" da psicanálise no Brasil. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 85-102, out. 1998.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. 3. ed., Brasília: Editora da UNB, 1972 [1920].
WISSENBACH, Maria Cristina Cortez (1998) Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: HUCITEC.

Sites com publicações sobre o Caso Gracinha:

Mulher Negra perde guarda das filhas por ser descendente de escravos. Alma Preta. 21 mar 2016 Disponível em http://almapreta.com/realidade/mulher-negra-perde-guarda-das-filhas-por-ser-descendente-de-escravos/Acesso em 21 mar 2016.

Mulher Negra perde guarda das filhas por ser descendente de escravos. Pragmatismo Político. 29 mar 2016 Disponível em http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/mae-perde-guarda-das-filhas-por-descender-de-escravos.html. Acesso em 29 mar 2016.

Mãe Perde Guarda das filhas por descender de escravos. Geledés. 22 mar 2016.Disponível em http://www.geledes.org.br/mae-perde-guarda-das-filhas-por-descender-de-escravos/#gs.kVCDkNw. Acesso em 22 mar 2016.

Caso Gracinha. FACEBOOK. Disponível em https://www.facebook.com/Caso-Gracinha-783898451711547/timeline?ref=page_internal.

Movimento Negro Denuncia racismo da justiça catarinense. Marium. Disponível em https://medium.com/@midiamaruim/movimento-negro-denuncia-racismo-da-justi%C3%A7a-catarinense-contra-m%C3%A3e-quilombola-8c7a74ac68b#.1ow2adqqb

Movimento Negro Denuncia racismo da justiça catarinense contra mãe quilombola. Koinonia. 3 mar 2016. Disponível em http://www. koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=14559. Acesso em 3 de mar 2016.

Movimentos sociais acusam justiça de racismo. Jornal SBT/SC https://www.youtube.com/watch?v=jCpPmueNgE4. Publicado em 3 de jun de 2016

e-livre
SUSTENTABILIDADE
editora redeunida

FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

www.redeunida.org.br

editora
redeunida

Publicações da Editora Rede UNIDA

Séries:

Atenção Básica e Educação na Saúde
Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde
Cadernos da Saúde Coletiva
Vivências em Educação na Saúde
Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde
Saúde Coletiva e Cooperação Internacional
Clássicos da Saúde Coletiva
Saúde & Amazônia
Arte Popular, Cultura e Poesia
Branco Vivo
Saúde em imagens
Economia da Saúde e Desenvolvimento Econômico
Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade
Outros

Periódicos:

Revista Saúde em Redes
Revista Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia

APOIO

editora redeunida

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ISBN 978-85-54329-30-3